

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCELLA MIRANDA

RAZÃO DE ESTADO NA MONARQUIA HISPÂNICA
OS DEBATES DOS AGENTES POLÍTICOS DURANTE A GUERRA
CIVIL-RELIGIOSA FRANCESA (1580-1598)

VERSÃO CORRIGIDA
SÃO PAULO, 2020

MARCELLA MIRANDA

RAZÃO DE ESTADO NA MONARQUIA HISPÂNICA
OS DEBATES DOS AGENTES POLÍTICOS DURANTE A GUERRA
CIVIL-RELIGIOSA FRANCESA (1580-1598)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

Versão corrigida
São Paulo, 2020.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M672r Miranda, Marcella
Razão de Estado na Monarquia Hispânica. O debate dos agentes políticos durante a guerra civil-religiosa francesa. (1580-1598) / Marcella Miranda ; orientadora Ana Paula Megiani. - São Paulo, 2020. 401 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História Moderna. 2. História Política. 3. Razão de Estado. 4. Monarquia Hispânica. I. Megiani, Ana Paula, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Marcella Fabíola Gouveia Moreira de Miranda

Data da defesa: 04/05/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Paula Torres Megiani

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/ 07/2020



(Assinatura do (a) orientador (a))

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	9
ABSTRACT	10
RESUMEN	11
ABREVIATURAS	13
CRONOLOGIA DOS EVENTOS	14
INTRODUÇÃO	16

PARTE I – CONTEXTO POLÍTICO E PROSOPOGRAFIA DOS AGENTES

CAPÍTULO 1: DE CATEAU-CAMBRÉSIS À PAZ DE VERVINS. NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA INTERVENÇÃO ESPANHOLA NAS GUERRAS DE RELIGIÃO NA FRANÇA. 1559-1598	30
CAPÍTULO 2: APRESENTANDO OS AGENTES POLÍTICOS	81

PARTE II – REPENSANDO A RAZÃO DE ESTADO NA MONARQUIA HISPÂNICA. 1580-1598

CAPÍTULO 3: PERFILANDO O DEBATE	130
CAPÍTULO 4: CONSERVAÇÃO, MUTAÇÃO E DECLÍNIO DOS ESTADOS: O CASO DA MONARQUIA HISPÂNICA.	164

PARTE III – CULTURA POLÍTICA E ESPAÇOS DE PODER: OS AGENTES DA MONARQUIA HISPÂNICA NA FRANÇA.

CAPÍTULO 5: A LINGUAGEM DA RAZÃO DE ESTADO ÀS VÉSPERAS DA INVENCÍVEL ARMADA E A PROPOSTA DA COROAÇÃO DA INFANTA ISABEL CLARA	196
---	-----

CAPÍTULO 6: OS MINISTROS SE APRESENTAM: A CONVOCAÇÃO DOS ESTADOS GERAIS

243

PARTE IV – DA CORRESPONDÊNCIA À IMPRENSA: GUERRA, PAZ E TOLERÂNCIA DE ACORDO COM A PRÁTICA DA POLÍTICA.

CAPÍTULO 7: DISSIMULAÇÃO E PRUDÊNCIA: CONSERVAR O ESTADO NO CONTEXTO DAS GUERRAS CONFESSIONAIS 279

CAPÍTULO 8: GUERRA E PAZ NO ALVORECER DO SÉCULO XVI: MATÉRIA PARA UMA RAZÃO DE ESTADO 325

CONCLUSÃO 374

FONTES 380

BIBLIOGRAFIA 384

AGRADECIMENTOS

A realização dessa tese de doutorado não poderia ter acontecido sem o apoio de muitas pessoas e instituições. De certo modo, temos que dizer que a tese é um trabalho coletivo, pois trata-se de um processo que conta com a colaboração do orientador, dos professores, dos colegas e amigos. A seguir, agradecemos àqueles que colaboraram para a concretização desse trabalho.

À FAPESP, pela concessão da bolsa de estudos para a realização da pesquisa (Processo Fapesp nº 2015/25086-0). A dedicação exclusiva foi fundamental para o prosseguimento da pesquisa e do resultado final da tese. Além disso, fomos agraciados pela FAPESP com a bolsa BEPE para a realização da pesquisa no exterior (Processo Fapesp nº 2017/05708-2). Graças a esse auxílio, estive por um ano na Europa realizando pesquisas em diversos arquivos e bibliotecas europeus. Sem essa etapa, a tese dificilmente teria tido o mesmo resultado.

Ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, manifestamos o reconhecimento por todo o apoio dado à pesquisa e pelo suporte institucional ao longo destes cinco anos de doutorado.

À orientadora do doutorado, Profa Dra Ana Paula Torres Megiani, temos a profunda gratidão pela amizade e empenho dedicado durante todos esses anos. A confiança depositada no meu trabalho, a supervisão atenta, as sugestões de caminhos e o incentivo foram essenciais para os frutos desse trabalho. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. José María Iñurritegui Rodríguez, da *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED), gostaria de fazer uma menção especial. Agradeço a calorosa recepção em Madrid, a amizade e a imensa generosidade durante todo o período que passei na Espanha. As reuniões e sugestões de bibliografia foram imprescindíveis para o resultado da tese. Sempre disposto a ajudar, pela leitura cuidadosa dos artigos, pela indicação de fontes e bibliografia e também por ouvir atentamente as minhas dúvidas. Espero que seja apenas o começo de uma longa amizade e parceria acadêmica.

Ao Departamento de História Moderna da UNED, manifesto a minha gratidão pela acolhida durante o intercâmbio, por disponibilizar o acesso à biblioteca e aos serviços da universidade. Aos professores do departamento,

Prof. Dr. Luis Ribot, Prof. Dr. José Antonio Martínez Torres, Prof. Dr. Antonio José Rodríguez, Profa. Dra. Marina Alfonso Mola, Prof. Dr. Carlos Martínez Shaw e Prof. Dr. Juan Antonio Sánchez Belén, pela atenção e generosidade. Em especial, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Julio Vozmediano Arroyo, pelo companheirismo e amabilidade.

Aos funcionários do Archivo General de Simancas, em particular Macario, Mila, Maïte e Blanca, agradeço pela gentileza e afabilidade durante os meses inverniais no castelo de Simancas.

Aos professores José Javier Ruiz Ibañez, Alberto Marcos Martín e Fernando Bouza pela generosidade nos nossos encontros, sempre dispostos a contribuírem com sugestões de bibliografia, indicação de fontes e dicas de pesquisa.

A todos os colegas do GEHIM, companheiros de jornada, pela amizade, pelas discussões estimulantes e o apoio. Ao Tomás L'Abbate, pelas elevadas e instigantes discussões filosóficas; ao André Sekkel, pelas animadas trocas de ideias e livros; à Caroline Mendes, pela amizade, ajudas e companhia reconfortante em Madrid; ao Marcos Veiga, pelo apoio, atenção e sempre excelentes indicações de leitura; ao Ricardo Cardoso, pelo nosso intenso diálogo sobre Espanha e Inglaterra e a generosa ajuda com as fontes inglesas.

Meus agradecimentos cheios de alegria aos amigos Clara Couto, Bruno Romano, Pedro Nóbrega e Tomás L'Abbate. À Clara ainda agradeço mais uma vez por revisar as traduções do francês. Aos amigos das Minas Gerais, Grasi Godoy, Felipe Godoy e Tiago Rosa, obrigada pela amizade e companhia.

Aos amigos que a Espanha me deu, Gema Rayo e Francisco José García, pelo carinho e por compartilhar muitas risadas. À amiga Marisol Garcia, pela ajuda inestimável com a documentação sobre o II duque de Feria.

À Raquel Ferreira e Cláudia Bortoloto, amigas que fiz na Espanha, por todo o carinho, atenção e amabilidade.

À amiga Lusiane Sousa, por gentilmente aceitar fazer a revisão do texto em tão pouco tempo.

À María Jesús e José Antonio, pelo carinho e cuidado durante as estadias em Madrid. A Aurora, pela bonita amizade.

A minha mãe Adelina, minha irmã Paula, meu irmão Christiano e meu

sobrinho José pelo amor, incentivo e apoio incondicional durante todo o percurso deste trabalho.

Nenhuma dedicatória seria suficiente para expressar a minha eterna gratidão ao Víctor Gómez, por ter acompanhado de perto esta jornada, companheiro de viagens e congressos, por ter impresso inúmeros artigos e me trazido livros da Europa, oferecendo neste processo todo o apoio humanamente possível. Muito obrigada!

RESUMO

Essa tese doutoral tem o objetivo de estudar a relação entre a prática da política e o pensamento político na Época Moderna, a partir da análise dos discursos de três embaixadores da Monarquia Hispânica na França, na segunda metade do século XVI. Parte-se do pressuposto de que os conflitos sucedidos entre os dois reinos, que ocorreram majoritariamente por causa da diferença sobre a questão religiosa, colocaram em evidência dois modelos políticos opostos. O ideal da República Cristã, liderada no âmbito temporal pela Monarquia Hispânica e encabeçada pelo pontífice, encontrava uma série de resistências em sua projeção sobre o reino francês, cujo ápice foi a tentativa de Felipe II de coroar a infanta Isabel Clara rainha da França. Nesse contexto, nossa investigação será centrada em três diplomatas que foram nomeados para apresentar a candidatura da princesa espanhola: Juan Bautista de Tassis (1530-1610), Lorenzo Suárez de Figueroa, II duque de Feria (1559-1607) e Diego de Ibarra (? – 1626). O trio foi encarregado de expor e representar o projeto na reunião dos Estados Gerais convocados pela Liga Católica.

A partir da documentação analisada, pretende-se investigar as ideias políticas elaboradas por estes agentes, com ênfase no debate em torno das linguagens da razão de Estado, para compreender a relação entre esse conjunto de ideias e o pensamento político mais amplo. Por fim, buscaremos entender como a teoria e a prática se imiscuíam diante dos desafios intelectuais impostos pela violência das guerras de religião na França, em especial a necessidade de encontrar uma solução *politique* que colocasse em pauta o problema da tolerância. Foi nesse cenário tumultuado que se propagaram as linguagens da razão de Estado, que tinham como núcleo da reflexão a identificação dos meios de promover a conservação do Estado. Dissemos linguagens porque, na prática, o discurso da razão de Estado adquiriu vários matizes, sendo apropriado e adaptado tanto pelos católicos, radicais ou moderados, como também pelos protestantes.

Do ponto de vista da Monarquia Hispânica, os discursos dos embaixadores supracitados nos permitem compreender como, no governo da monarquia, foram sendo construídas e pensadas distintas resoluções para o problema da divisão confessional e da obediência política. Foi precisamente a

partir dessa práxis, impregnada pela marca maquiaveliana, que ocorreu a delimitação dos vocábulos e emergiu a conceituação da razão de Estado.

Palavras-chave: Monarquia Hispânica – História Política - Razão de Estado

ABSTRACT

This thesis aims to study the connections between political practice and political thought in the Early Modern period, by focusing on the analysis of speeches by three ambassadors of the Hispanic Monarchy in France, during the second half of the 16th century. It is based on the assumption that the conflicts between the two kingdoms, which mainly occurred due to differences on the religious matters, highlighted two opposing political models. The Christian Republic ideal, which was led both by the Hispanic Monarchy, in the temporal government, and by the Pope, met with a series of resistances in its projection on the French kingdom. The situation culminated in the Philip II's attempt to crown Infanta Isabel Clara as the queen of France. In this context, our investigation will focus on three diplomats who were appointed to present the Spanish princess's candidacy: Juan Bautista de Tassis (1530-1610), Lorenzo Suárez de Figueroa, II Duke of Feria (1559-1607) and Diego de Ibarra (? - 1626). The trio was entrusted with the task of posing and sustaining the project at the assembly of the General States convened by the Catholic League.

Through the analysis of the sources, we intend to investigate those agents' political ideas, emphasizing the debate on the languages of the reason of State, in order to understand the bonds between this set of ideas and the political thought in a broader sense. Finally, we will seek to comprehend how theory and practice intertwined in face of the intellectual challenges imposed by the violence of the wars of religion in France, in particular, the search for a political solution that would address the problem of tolerance. It was in this tumultuous scenario that the languages of the reason of State were disseminated. Their core of thinking was the pursuit of means to promote the conservation of the State. We used the term "languages" because, in practice, the discourse of State reason had a variety of shades, being appropriated and adapted both radical or moderate Catholics, as well as by Protestants. From the point of view of the Hispanic Monarchy, the ambassadors' speeches allow us to

understand the construction and deliberation of different resolutions for the problems of confessional struggle and political obedience. And it was precisely from this praxis, based on the Machiavellian mark, that emerged the delimitation of the words and the conceptualization of the reason of State.

Keywords: Hispanic Monarchy – Political History – Reason of State

RESUMEN

Esta tesis doctoral tiene el reto de estudiar la relación entre la práctica de la política y el pensamiento político en la Época Moderna, a partir del análisis de los discursos de tres embajadores de la Monarquía Hispánica en Francia, durante la segunda mitad del siglo XVI. Se supone que los conflictos que sucedieron entre los dos reinos, ocurridos principalmente por la diferencia sobre la cuestión religiosa, pusieron en evidencia dos modelos políticos opuestos. El ideal de la República Cristiana, liderada en lo temporal por la Monarquía de España y dirigida por el papa, hallaba gran resistencia en su proyección sobre el reino francés, y cuyo culmen fue el intento de Felipe II de coronar a la infanta Isabel Clara como reina de Francia. En este contexto, nuestra investigación pone el foco en tres diplomáticos que fueron nombrados para representar la candidatura de la princesa española: Juan Bautista de Tassis (1530-1610), Lorenzo Suárez de Figueroa, II duque de Feria (1559-1607) y Diego de Ibarra (? – 1626). Este trío estuvo encargado de representar el proyecto en la asamblea de los Estados Generales que había sido convocada por la Liga Católica. A partir del análisis de la documentación, tenemos la intención de investigar las ideas políticas elaboradas por estos agentes, haciendo énfasis en el debate hacia la teoría de la razón de Estado, para comprender la relación entre ese conjunto de ideas y el pensamiento político más amplio. Finalmente, buscaremos entender cómo la teoría y la práctica se hallaban involucradas delante del reto intelectual impuesto por la violencia de las guerras de religión en Francia, en especial la necesidad de una solución *politique* que pusiera en discusión el problema de la tolerancia. Ha sido en este escenario tumultuoso donde se diseminaron los lenguajes de la razón de Estado, que tenían como núcleo del razonamiento la identificación de los medios de sostener la conservación del Estado. Hablamos de lenguajes

porque, en la práctica, el discurso de la razón de Estado ganó varios matices, siendo apropiado y adaptado tanto por los católicos, radicales o moderados, como por los protestantes. Desde el punto de vista de la Monarquía Hispánica, los discursos de los embajadores arriba mencionados nos permiten comprender cómo, en el gobierno de la monarquía, fueron construidas y pensadas distintas resoluciones para el reto de la división confesional y de la obediencia política. Ha sido precisamente a partir de esa praxis, tras la impronta maquiaveliana, que la delimitación de los vocablos y la conceptualización de la razón de Estado emergió.

Palabras-clave: Monarquía Hispanica – Historia Política – Razón de Estado

ABREVIATURAS

AGS – ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS

ADM – ARCHIVO DUCAL CASA DE MEDINACELI, TOLEDO

AHN – ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL, MADRID

AGR - ARCHIVES GÉNÉRALES DU ROYAUME, BRUXELAS

AD - ARCHIVES DIPLOMATIQUES, PARIS

BNE - BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA, MADRID

BZ– BIBLIOTECA ZABÁLBURU, MADRID

BRP – BIBLIOTECA REAL PALACIO, MADRID

BNF - BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, PARIS

BRB - BIBLIOTHÈQUE ROYALE DE BELGIQUE, BRUXELAS

IVDJ – INSTITUTO VALENCIA DON JUAN, MADRID

WDA - WESTMISTER DIOCESAN ARCHIVE, LONDRES

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS:

CODOIN - COLECCIÓN DE DOCUMENTOS INÉDITOS PARA LA HISTORIA DE ESPAÑA

MHE – MEMORIAL HISTÓRICO ESPAÑOL: COLECCIÓN DE DOCUMENTOS, OPÚSCULOS Y ANTIGUEDADES

TEXTO:

S/F – SEM FÓLIO

CRONOLOGIA DOS EVENTOS

1559: Tratado de Cateau-Cambrésis: paz entre a França e a Espanha

1562-1563: Primeira guerra de religião, concluída com a Paz de Amboise.

1566: Início da rebelião dos Países Baixos contra Felipe II, dando início à Guerra dos Oitenta Anos.

1567-1568: Segunda guerra de religião, concluída com a Paz de Longjumeau.

1568-1570: Terceira guerra de religião, concluída com a Paz de Saint-Germain.

1572 (24 de agosto): Início do massacre de São Bartolomeu.

1572-1573: Quarta guerra de religião, concluída com a Paz de Boulogne.

1574-1576: Quinta guerra de religião, finalizada com a Paz de Beaulieu, também conhecida como a Paz de Monsieur, por ter sido o duque de Alençon, irmão mais novo de Henrique III.

1576-1577: Sexta guerra de religião, finalizada com a Paz de Poitiers

1578-1580: Sétima guerra de religião tratado de Fleix

1581-1584: Primeira embaixada de Juan Bautista de Tassis na França

1585 (janeiro): Tratado de Joinville: acordo entre Felipe II e a Liga Católica

1585-1591: Embaixada de don Bernardino de Mendoza na França

1585-1598: Oitava e última guerra de religião.

1588 (agosto): Fracasso da Invencível Armada

1588 (dezembro): Assassinato do duque de Guise e do Cardeal de Guise.

1589 (agosto): Assassinato de Henrique III

1589-1591: “Triunvirato” espanhol na França formado por Bernardino de Mendoza, Comendador Moreo e Juan Bautista de Tassis.

1590 (agosto): O exército de Flandres, comandado pelo duque de Parma, levanta o cerco de Paris imposto pelo príncipe de Béarne.

1591: Bernardino de Mendoza é substituído por don Diego de Ibarra.

1592 (abril): Pela segunda vez na França, o exército comandado pelo duque de Parma libertou o cerco de Rouen imposto por Henrique de Navarra.

1592 (3 de dezembro): Morte de Alexandre Farnese, duque de Parma, governador geral dos Países Baixos. Pedro Ernesto, conde de Mansfeld, é nomeado governador.

1593: Reunião dos Estados Gerais. Chegada de don Lorenzo Suárez Figueroa, II Duque de Feria, em Paris.

1593 (25 de julho): Abjuração de Henrique de Navarra.

1594 (27 de fevereiro): Coroação e unção de Henrique IV em Chartres.

1594 (22 de março): Conquista de Paris por Henrique IV, após a traição do governador, messieur de Brissac.

1594 (30 de janeiro): O arquiduque Ernesto de Habsburgo assume o governo dos Países Baixos.

1595 (18 de janeiro): Henrique IV declarou guerra à Espanha.

1595 (22 de fevereiro): Morte do arquiduque Ernesto. O conde de Fuentes foi indicado governador interino dos Países Baixos.

1595 (março): Nomeação do arquiduque Alberto de Habsburgo como governador geral dos Países Baixos. Alberto chegou nos Países Baixos em fevereiro de 1596.

1598: Tratado de Vervins, selou a paz entre Espanha e França.

1598: Cessão da soberania dos Países Baixos espanhóis para o arquiduque Alberto e a infanta Isabel Clara Eugênia.

1598: Henrique IV decretou o Édito de Nantes

1598 (setembro): Morte de Felipe II.

1599-1603: Segunda embaixada de Juan Bautista de Tassis na França.

INTRODUÇÃO

[...] Si se hiziera la guerra ofensiva con los medios que convenia, cuyo principal fundamento consiste en la nacion española, la cual como es el nervio de la riqueza y grandeza de su Magestad, asi lo es de la conservacion y acrescentamiento de su monarchia, pues aunque es rey de muchas y grandes provincias, *dudo que lo sea de los coraçones de otras que los d'España.*¹

Em 1596, o II duque de Feria (1556-1607) encaminhou um memorial ao arquiduque Alberto, novo governador dos Países Baixos, no qual procurava justificar a necessidade de fazer a guerra ofensiva contra os rebeldes holandeses. O trecho destacado da relação do embaixador extraordinário na França evocava o discurso hispanista da superioridade e centralidade da Espanha no interior do conglomerado de territórios, contíguos e separados, que integravam a Monarquia Hispânica. Nesta altura, monarquia era utilizada com o sentido de império, e Felipe II era pintado como o maior monarca que já houve no mundo. A superioridade da Monarquia de Espanha ultrapassava o poderio e extensão do Império Romano, já que os romanos não conheceram nem dominaram as Índias.

Mas a Espanha tinha todo o direito de reclamar para si, na concepção do duque de Feria, o papel de cabeça dessa monarquia, pois a nação espanhola era o nervo da riqueza e da grandeza do Rei Católico. Era decerto um lembrete ao novo governador sobre qual a posição que este ocuparia nesta hierarquia política e, mais precisamente, sobre quais pessoas deveriam ser privilegiadas no novo governo. E a ressalva ficava ainda mais nítida quando o texto sustentava que era a Espanha o eixo da conservação e acrescentamento da monarquia. Feria lembrava que Felipe II era rei de muitos reinos e territórios, mas que era *rei dos corações dos espanhóis*.

O memorial do duque de Feria representava, sem dúvida, a síntese de um discurso que vinha sendo gestado desde a segunda metade do século XV,

¹ *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes.* AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

estimulado, decerto, pela expansão marítima e a descoberta das Índias. Tratava-se da reformulação da ideia imperial “de fundamentacion hispana pero de proyección universal al mismo tiempo”, e cujo fundamento não radicava no direito comum, mas sim na notável superioridade política e militar.² Quando Carlos I tornou-se rei da Espanha, a nova configuração política que o evento provocou tornou-se um chamariz para a reflexão sobre o estatuto de Castela e dos reinos hispânicos dentro dessa nova ordem. Em 1519, a obtenção da dignidade imperial pelo agora Carlos V acendeu uma grande controvérsia teórica nos reinos hispânicos, sobretudo em Castela, sobre a hierarquia desse sistema político até então inédito. Deveria Castela submeter-se ao Império? A reação rapidamente viria pela tomada de armas: os comuneros demandaram a Carlos V que voltasse para a Espanha, de onde deveria governar e senhorear o mundo.

Para se opor e sobrepor ao modelo do império tradicional, os espanhóis revisitaram, reelaboraram e projetaram uma ideia imperial própria, inspirada na experiência de Afonso VI, que José Antonio Maravall no seu tempo chamou de império paralelo. Nesse processo de transformação e apropriação da retórica imperial, monarquia ganhou conotação de império, ao passo que a monarquia de Espanha se converteu no maior e mais poderoso império que o mundo já vira.

No final do século XVI, o clamor das excelências dos reinos da Espanha e dos espanhóis feito pelo duque de Feria encontraria respaldo em um tratado publicado na mesma época, o *Excelencias de la Monarquía y reynos de España*, de Gregorio López Madera. Nessa obra, a história da península ibérica fora revisitada de maneira a explicar a trajetória da Monarquia de Espanha na conformação de um “imperio de por sí”. Não se tratava de uma reivindicação jurídica, pois não se questionava a superioridade formal do Império Romano Germânico; era, na verdade, um império de fato, que se fundamentava no seu poder econômico e na sua própria extensão territorial.³ Por isso, era superior

² FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. «Imperio de por sí». La reformulación del poder universal en la temprana edad moderna. In: *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. p. 174.

³ Para a questão americana, ver: BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício. Iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: EDITORA UFMG/IUPERJ,

ao império tradicional, já que alcançara o seu paroxismo com a descoberta e conquista da América. Um modelo peculiar que combinava a especificidade ibérica com a assimilação e projeção do ideal da monarquia universal.⁴

E a projeção universalista da Monarquia Hispânica ganhou mais força ao mostrar-se revestida do discurso de amparo e proteção da cristandade em tempos de divisão confessional. Aproximamos a linguagem do duque de Fria àquela do jesuíta Pedro de Ribadeneyra, que publicou o *El Príncipe Cristiano* em 1595. Aqui, o recado era claro: nenhum príncipe poderia bem governar o império sem possuir as virtudes cristãs. Era uma linguagem marcada pela angústia da expectativa de recobrar os favores divinos, ancorada no providencialismo, mas que foi confrontada pela palavra-chave da linguagem do príncipe maquiaveliano: a *necessità*.

O discurso da monarquia de Felipe II procurava reforçar aqueles princípios universalistas como instrumento retórico capaz de promover a integração dos distintos e distantes territórios. O elo vertical da obediência ao rei natural e à santa religião católica se impunha sobre os múltiplos vínculos identitários horizontais. Nesses locais, se projetaram dinâmicas de integração que pavimentaram um enorme espaço de oportunidades, que favoreceram desde as estratégias individuais de ascensão por meio da prestação de serviços ao rei até a consolidação de redes comerciais globais.⁵ No entanto, a Monarquia Católica também enfrentava as suas limitações. Em primeiro lugar, carecia de um plano global para o seu conjunto de territórios, o que permitiu, com relativa facilidade, que indivíduos e grupos pudessem desarticular este projeto.⁶ Por outro lado, a quebra da unidade confessional da Europa ocidental se converteu em mais um fator de desestabilização, cuja consequência mais grave foi a eclosão da rebelião das Dezesete Províncias Unidas, conhecida como Guerra dos Oitenta Anos.

2000. p. 259-315.

⁴ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Op. cit. p.169-184.

⁵ CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares da. COSTA, Leonor Freire. (orgs) Introdução: In: *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração de conflito*. Lisboa: CHAM; CIDEHUS; Red Columnaria, 2013.

⁶ Ibid. p. 12.

Na virada do século, formular um sentido e propor um discurso comum para todos os territórios se converteu em um desafio de primeira ordem. Juristas, teólogos, arbitristas e teóricos políticos estavam às voltas com a reflexão sobre o impasse, agravado pela incapacidade da Monarquia Hispânica em obter o monopólio da hegemonia política por meio da guerra. Enquanto o duque de Fria interpretava o acirramento das hostilidades para com a Monarquia Hispânica como um sinal para reforçar a guerra e o castigo aos rebeldes, Juan Bautista de Tassis (1530-1610) apresentava uma visão distinta. Esse último pensava que era necessário, diante da contingência, fazer concessões em nome da conservação do Estado. Na ocasião em que o francês duque de Alençon tentara se apoderar dos Países Baixos ocupando a cidadela de Cambrai, Tassis ofereceu ao rei o seu tão característico conselho pragmático. Ao rei, para ser o maior monarca do mundo que já existiu na terra e ver os filhos crescerem contentes, “no le falta ninguna otra cosa que *tener aclarado su Imperio*, y particularmente el de Flandes que es adonde la lacre se halla muy subida”.⁷ (grifo nosso) A apreensão manifestada por Tassis era precisamente sobre as consequências que a aventura de Alençon traria para a já combatida autoridade da Monarquia Hispânica em Flandres. Nesse sentido, a concessão de Cambrai ou de alguma compensação financeira para Alençon a troco de desistir dos Países Baixos, mesmo “que cueste algo de reputacion y hacienda” era válido enquanto o proveito se sobrepujava ao dano.⁸ Ao priorizar, neste momento, a conservação sobre a reputação, Tassis estava colocando em prática os ditames da razão de Estado.

O duque de Fria e Juan Bautista de Tassis foram, junto com *don* Diego de Ibarra (? – 1626), nomeados embaixadores da Monarquia Hispânica na assembleia dos Estados Gerais em Paris, no ano de 1593. Nessa ocasião, aqueles haviam sido designados para a tarefa de representar o rei da Espanha e concretizar a última aventura imperial da Monarquia Hispânica no século XVI: a aclamação e coroação da infanta Isabel Clara como rainha proprietária do reino da França. A assembleia foi um acontecimento emblemático, pois foi

⁷ *Juan Bautista de Tassis a su Majestad*. De Paris, a 18 de abril 1583. AGS, EST, K, LEG.1562. fol. 63.

⁸ *Ibid.*

palco de confronto de várias linguagens da política que vinham sendo elaboradas ao longo do século XVI: o ideal da república cristã se chocava com a ascensão da linguagem da razão de Estado; a teoria da soberania absoluta foi contraposta à reivindicação do direito de resistência ao tirano; a lei sálica foi questionada pela pretensa lei de catolicidade. Mas nos interessa tanto o processo, como o seu resultado: a assembleia foi um grande fracasso, um duro golpe às pretensões universalistas da Monarquia Hispânica. Por isso mesmo, é mister estudá-lo: é a nossa medida, digamos, para avaliar até onde o domínio imperial espanhol se estabeleceu.

A nossa tese se centra na hipótese de que foi por meio da linguagem diplomática que se fixou o léxico e se definiram os termos centrais do discurso da razão de Estado. Na época, era mais comumente chamado de “matérias, regras ou leis de Estado” que propriamente de “razão de Estado”. Algumas derivações artificiosas também eram permitidas, como “finezas de Estado” ou “ardis de Estado”. Apesar da neutralização do sentido, a ambiguidade da expressão e de suas derivadas permaneceram. O duque de Feria, por exemplo, valorizou o talento de Juan Bautista de Tassis nas “matérias de Estado”, mas anos depois veio a esbravejar contra “essa invençon de los diablos que llaman materias de estado”.⁹ Por volta da década de 80 do século XVI, estavam sendo delimitados os princípios ou regras políticas cujo principal fundamento era a conservação do Estado. A fonte principal era, sem dúvida, Maquiavel, mas havia outras como Tácito, Lípsio, Botero e Bodin. A *receptio* de uma política retórica de Maquiavel que, segundo Victoria Kahn, pretendia firmar um novo conjunto de prioridades no domínio da política.¹⁰ A definição clássica da razão de Estado concebida por Giovanni Botero bebia dessa política retórica mas, como apontou a autora, acrescentava que havia apenas uma única, verdadeira e efetiva razão de Estado: aquela cujos meios estavam cobertos pela moral cristã. A partir da retenção do sentido básico, outros termos vão sendo agregados ao vocabulário da razão de Estado, dando sequência à delimitação do seu escopo conceitual. Conservar o Estado estava diretamente

⁹ *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Barcelona, a 15 de febrero 1602. WDA, E2, fol. 155r.

¹⁰ KAHN, Victoria. *Machiavellian Rhetoric: From the Counter-Reformation to Milton*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 9.

ligado ao problema da *reputação*, que colocava em jogo a honra e a glória dos príncipes. A perda de um território implicava no prejuízo da reputação, cuja defesa se firmou como uma das primeiras *regras de Estado*. A *prudência* tornou-se a virtude principal e necessária do governante moderno, que se manifestava por meio da deliberação baseada na *experiência* e no conhecimento obtido das lições da *História*, daí a relevância de se falar também em uma política retórica. Em seguida, a prática da *dissimulação* se converteu em uma estratégia política, diplomática e cortesã de suprema eficácia, mais admitida na prática do que na teoria. Quase que à revelia do debate teórico sobre o seu valor moral, a dissimulação foi instrumentalizada pelos governantes na busca de uma harmonização das suas relações diplomáticas em contextos de conflitos dinásticos. Entre a dissimulação e a busca da *paz*, outro vocábulo apareceu, ainda que timidamente: a *tolerância*. Mas, como veremos no capítulo 7, a palavra tolerância foi pouco utilizada e, no século XVI, retinha ainda um significado deveras negativo. Não se concebia a tolerância religiosa aos moldes da filosofia moral dos séculos XVII e XVIII; tolerância continuava a designar uma ação, de caráter transitória e limitada, feita em nome de uma necessidade contra a justiça. Por fim, mas não menos importante, as linguagens da razão de Estado se amoldaram aos temas da guerra e da paz, uma vez que são entendidos como pilares da conservação, defesa e expansão dos Estados. A novidade nesse debate, como veremos com Juan Bautista de Tassis, foi precisamente que as linguagens da razão de Estado se firmaram no momento que se elevavam os clamores pela paz, não o contrário. Mas diante da incapacidade de erradicar a heresia e obrigar as consciências pelo uso da força, a perspectiva pacificadora invariavelmente levaria a algum tipo de trégua com os hereges que, imaginava-se, pressuporia algum grau de tolerância religiosa. Juan de Borja, membro da *Junta de Hacienda* de Felipe III, acreditava que uma das razões que havia convencido Felipe II a renunciar aos Países Baixos havia sido a possibilidade de fazer concerto com os rebeldes, pois não convinha à sua reputação, portanto seria ideal que as altezas reais concluíssem o acordo.¹¹ Tal consequência, vamos ver no último capítulo, gerou um grande dilema moral. A grande revelação que

¹¹ GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *La Pax Hispanica. Política exterior del duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996. cf. 95. p. 287.

creditamos à nossa pesquisa foi ter percebido que, em finais da década de 1580, já estava em curso uma conceituação da razão de Estado como princípio do equilíbrio de poderes entre as potências, concepção essa que foi teorizada e divulgada apenas no século XVII.

Identificamos aqueles personagens que tiveram uma participação direta nos eventos que citamos anteriormente, mas que ao mesmo tempo escreveram, refletiram e debateram sobre as guerras de religião e o tema da moda na época - a razão de Estado. Assim, faremos um estudo aprofundado sobre os escritos de três ministros de Felipe II na França: Juan Bautista de Tassis, don Lorenzo Suárez Figueroa, II duque de Feria e *don* Diego de Ibarra. Para entender melhor esta questão, foi necessário ampliar o estudo e incluir também outros personagens que atuaram nos bastidores das negociações políticas que nos dizem respeito, em especial o grupo de jesuítas ingleses exilados no continente europeu. Esses formaram a facção pró-espanhola, notadamente os religiosos William Allen, Robert Persons e Joseph Creswell. O grupo foi o responsável por elaborar a justificativa política e teológica da Invencível Armada ao mesmo tempo em que prepararam os argumentos jurídicos e dinásticos para a desejada coroação da infanta Isabel Clara ao trono da Inglaterra. Na sequência, destacamos outros agentes que debateram, articularam e negociaram com os três agentes principais. São eles: Comendador Moreo (agente de Felipe II na França); Bernardino de Mendoza (embaixador em Paris); Antonio Fernández de Córdoba, V duque de Sessa (embaixador em Roma); Esteban de Ibarra (secretário do conselho da *Hacienda*); Pedro Enríquez de Acevedo (capitão geral do exército de Flandres e governador dos Países Baixos), conde de Fuentes e Alexandre Farnese, duque de Parma (governador dos Países Baixos).

A tese doutoral tem como objetivo principal o estudo dos textos, manuscritos e impressos, produzidos pelos três agentes diplomáticos eleitos por Felipe II para representá-lo na reunião dos Estados Gerais. Nosso intento é fazer a reconstituição histórica e contextualista dos discursos dos agentes políticos que destacamos anteriormente na conjuntura dos conflitos com a França e com os Países Baixos e o subsequente debate sobre – e este é o nosso marco metodológico – as linguagens da razão de Estado. Preferimos

usar o termo no plural porque a documentação demonstrou que, diferentemente de outras linguagens da época, como humanismo cívico e republicanismo clássico, a razão de Estado teve uma variedade de sentidos, positivos, neutros ou negativos. Teve defensores e detratores. O tema estava na ordem do dia e era discutido abertamente nas cortes principescas, como se queixara uma vez Giovanni Botero ao arcebispo de Salzburgo.¹² Por ter sido muito discutido e amplamente empregado na linguagem administrativa e diplomática, acabou adquirindo maior plasticidade, variando conforme o posicionamento do autor sobre as questões políticas e morais da época.

Claro está, vários historiadores têm ressaltado a relação intrínseca entre as guerras de religião e a ascensão desse novo vocabulário político. Se a expressão surgiu antes da eclosão das guerras de religião, aparecendo nos escritos de Francesco Guicciardini em meados dos anos 20 do século XVI, ela foi sem dúvida impulsionada e teorizada à luz do conflito mais violento do *Cinquecento*. Também alhures já foi destacado que o sintagma razão de Estado se disseminou em primeiro lugar através da prática da política, isto é, nos escritos elaborados pelo corpo administrativo e diplomático das monarquias europeias do contexto supracitado.¹³ Não obstante, nenhum estudo de grande fôlego foi realizado de modo a verificar como de fato ocorreu a disseminação desse novo vocabulário através da prática da política, seus usos e reformulações ao longo do tempo de atuação dos ministros de Felipe II.

Ao nos determos sobre a trajetória dos agentes políticos e seus círculos mais imediatos, pudemos identificar ao menos duas linguagens principais da razão de Estado. Uma dessas linguagens foi endossada por Juan Bautista de Tassis. Por outro lado, o duque de Feria e *don* Diego de Ibarra promoveram e defenderam uma linguagem da razão de Estado católica. Para o primeiro, a razão de Estado poderia ser entendida como o conjunto de princípios e meios da ação guiados pela prudência política, que deveriam conduzir o governante a

¹² BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. Carta dedicatória ao arcebispo de Salzburgo.

¹³ HAAN, Bertrand. Le laboratoire de la raison d'État: la diplomatie espagnole face à la France des premières guerres de Religion. In: *Revue d'histoire diplomatique*, t. 128, 2014. pp. 219-230. VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598). Navarra: EUNSA, 2004.

tomar decisões que favoreciam o interesse e a conservação do Estado. Podemos chamar de razão de Estado pragmática, que decerto se aproximava da proposta de teóricos como Giovanni Botero e Justo Lúpsio. Nos escritos de Tassis, pelo que podemos perceber, não se manifestavam preocupações substanciais com a ortodoxia religiosa. Além disso, Tassis também não demonstrava tanta confiança na força recompensadora ou punitiva da Providência. Por outro lado, essa linguagem da razão de Estado também encontrava similitudes com aquela desenvolvida pelos jesuítas ingleses no contexto da Invencível Armada. Esses, como veremos no capítulo 5, propuseram uma grande inovação na linguagem da razão de Estado ao conceituá-la como razão do interesse dinástico dos soberanos europeus, a partir do qual se buscava uma *balance of power* como instrumento regulador das relações internacionais.

O escopo documental da nossa tese trata-se principalmente da epistolografia dos agentes políticos, com ênfase na comunicação com o rei e dos agentes entre si. Atualmente, a maior parte da documentação está conservada no *Archivo General de Simancas*, em Valladolid, na Espanha. Em paralelo à análise desta documentação primária, nos deparamos com a correspondência dos agentes com outros personagens destacados da época, cujo estudo resulta importante para a tarefa de reconstruir o vocabulário político que empregaram para descrever, interpretar e refletir sobre as guerras de religião e o conflito entre a França e a Espanha. Por fim, mas não menos importante, buscamos desvendar o universo da cultura escrita na qual os agentes estavam envolvidos, através da pesquisa, identificação e posterior análise dos seus escritos políticos, para além da epistolografia, tanto manuscritos como impressos. O método básico do nosso trabalho consistirá, portanto, na análise e comparação destes três grupos de documentação.

Além do arquivo de Simancas, pudemos pesquisar e recolher documentação nos seguintes arquivos: *Biblioteca Nacional de España* (Madrid), no *Instituto Valencia Don Juan* (Madrid), *Biblioteca y Archivo Zabálburu* (Madrid), *Fundación Casa Ducal de Medinaceli* (Toledo), *Archives Générales du Royaume* (Bruxelas), *Bibliothèque Royale de Belgique* (Bruxelas), *Archives Diplomatiques* (Paris), *Bibliothèque Nationale de France* (Paris) e *Westminster*

Diocesan Library (Londres). A ampla pesquisa foi possível graças à concessão da BEPE (Processo Fapesp nº2017/05708-2) de um ano na Europa pela FAPESP. As fontes da época citadas na tese não foram modernizadas, salvo pequenas modificações para dar inteligibilidade ao texto, como a substituição da letra v pela letra u, e da letra j pela i, além de acrescentar vírgula nas sentenças para facilitar o entendimento do texto. As fontes indiretas, sacadas da bibliografia e de edições de documentos, foram mantidas como consta nas obras consultadas. Todas as traduções das citações em língua estrangeira foram realizadas por nós, a não ser quando indicamos o contrário.

A metodologia de estudo dos textos e dos discursos que compõem esta documentação foi basicamente apropriada do contextualismo linguístico da Escola de Cambridge, notadamente John Pocock e Quentin Skinner, como mostraremos no terceiro capítulo. Nossa intenção é apresentar um estudo de história das ideias e do pensamento político da Época Moderna, com ênfase na Monarquia Hispânica. No entanto, os personagens principais da pesquisa não são os teóricos políticos, mas sim os homens da prática política; as fontes principais não são os tratados políticos, mas sim a correspondência diplomática. Ao privilegiar personagens pouco conhecidos e amparando-se em uma documentação não convencional para este campo de estudos, temos o propósito *maior* de apresentar uma tese de História das ideias e do pensamento político, devedora da contribuição do contextualismo linguístico, que procura desvendar as conexões intrínsecas entre a teoria e a prática política.

A parte I, *Contexto político e prosopografia dos agentes*, pretende introduzir o leitor no panorama da Europa finissecular. Vamos conferir uma ênfase especial aos eventos mais relevantes do contexto. O capítulo 1 busca analisar as condições históricas que conduziram à intervenção de Felipe II nas guerras de religião na França. Procuramos esmiuçar também as condições de seu fracasso – as divisões internas no reino de São Luís e os descaminhos da Liga Católica. Tentaremos explicar como se intensificou, a partir da década de 80, o cruzamento dos conflitos na França, nos Países Baixos e na Inglaterra e então esboçar e delinear os eventos que se sucederam nas três regiões de modo a situar o leitor nesse emaranhado de fatos e datas. Os próprios agentes

que estudamos circularam nestes diferentes espaços, situação que destaca a importância de explicar o contexto político continental. O capítulo 2, *Apresentando os agentes políticos*, tem o intuito de traçar o perfil biográfico dos agentes, chamados na época de ministros. O texto foi preparado após uma pesquisa exaustiva em arquivos espanhóis, franceses, belgas e ingleses, além do apoio da bibliografia. A disponibilidade de informações sobre a vida de Tassis (que escreveu uma autobiografia) e do duque de Feria foi algo desproporcional em relação à vida de *don* Diego de Ibarra, fato que nos levou a conferir mais destaque aos dois primeiros.

A parte II, *Repensando a razão de Estado na Monarquia Hispânica, 1580-1598*, trata-se de um amplo esforço de reflexão teórica sobre as linguagens da razão de Estado. No capítulo 3, introduzimos o problema histórico que lançou o debate sobre a razão de Estado e argumentamos sobre as nuances desta linguagem política no contexto da Monarquia Hispânica. Em seguida, no capítulo 4, vamos apresentar o problema fundamental que alavancou o debate em torno da premissa da razão de Estado, que é o da conservação e as condições de manutenção, amparado na leitura das fontes antigas e medievais; após a discussão, finalizaremos o capítulo com a revisitação da bibliografia sobre o tema que nos ocupa.

A parte III, *Cultura política e espaços de poder: os agentes da Monarquia Hispânica na França*, consiste em um esforço de análise do debate travado nos Estados Gerais sobre a candidatura da infanta Isabel Clara Eugenia, o evento em si que reuniu os três ministros do Rei Católico. Nesse sentido, a escrita do capítulo 5 foi necessária para explicar os eventos que antecederam os Estados Gerais. A candidatura da infanta ao trono da Inglaterra havia sido defendida e justificada pelos jesuítas ingleses na ocasião da Invencível Armada. Todo o projeto estava ancorado numa ideia da razão de Estado como interesse dinástico. A experiência do fracasso desse plano serve como fio condutor para a parte seguinte. No capítulo 6, propusemos um estudo acerca do discurso político elaborado em prol candidatura da infanta proposta nos Estados Gerais convocados pela Liga Católica em 1593. Veremos que, na esteira do fracasso da Armada, foi cuidadosamente preparado um arsenal de argumentações jurídicas e políticas sobre os direitos da infanta à coroa francesa. Nessa

ocasião, coube aos nossos ministros defender o projeto junto aos deputados franceses. Uma série de impedimentos e contestações foram levantados, o que obrigou Feria, Ibarra e Tassis a refletirem sobre a validade da proposta e as condições efetivas de colocá-la em prática. Ao assumirem uma posição, percebemos justamente a bifurcação entre eles, com o endosso das duas linguagens da razão de Estado que falamos anteriormente.

A derradeira parte IV intitula-se *Da correspondência à imprensa. Conservação, dissimulação e tolerância de acordo com a prática da política*. O objetivo da parte final é analisar os escritos dos ministros após a rejeição da candidatura da infanta nos Estados Gerais. Neste momento, os agentes escreveram diversos textos sobre as possibilidades de futuro da Monarquia Hispânica. Os textos, manuscritos e impressos, nos ajudam a compreender como os agentes responderam ao desafio da *necessidade* frente à projeção universalista da Monarquia Hispânica na Europa. O capítulo 7 será introduzido pela análise da correspondência entre Felipe II e Catarina de Médicis, no começo da década de 1560, às vésperas da eclosão das guerras de religião. O objetivo é tentar traçar o discurso que foi elaborado pela Monarquia Hispânica para se opor à política de tolerância civil adotada pela rainha-mãe. Logo, concluiremos o texto ao apresentar uma análise sobre o desenvolvimento dos termos dissimulação, tolerância e prudência através da linguagem diplomática. Procuramos compreender como se fixaram e se moldaram à luz dos conflitos civis e confessionais na França.

No capítulo 8, em vias de conclusão, vamos estudar as imagens da Monarquia Hispânica construídas pelos agentes em seus escritos, a partir do debate que se estabelece, na década de 90, em torno da guerra e da paz. Vamos ampliar o quadro para incluir outros textos que sabemos que tiveram alguma contribuição dos agentes para a sua elaboração. Nos referimos aqui às descobertas feitas sobre o envolvimento ativo dos agentes da Monarquia Hispânica na parte que podemos designar de operacional da cultura escrita, ou seja, na produção livresca e no apoio à publicação de obras políticas e teológicas do seu interesse. O objetivo é apresentar o fechamento da tese com a discussão sobre a reflexão dos nossos embaixadores sobre a guerra e a paz no contexto político marcado pelo incremento significativo da contestação ao

domínio que a Monarquia Hispânica exercia na Europa continental. Tal problemática lançou um desafio crucial que a monarquia teve de enfrentar uma vez que os recursos escassearam: em nome da salvação da cristandade, dever-se-ia continuar a guerra até esgotar completamente os recursos e incorrer no risco da destruição do próprio Estado?

PARTE I

CONTEXTO POLÍTICO E PROSOPOGRAFIA DOS AGENTES

POLÍTICOS

CAPÍTULO 1. DE CATEAU-CAMBRÉSIS À PAZ DE VERVINS. NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA INTERVENÇÃO ESPANHOLA NAS GUERRAS DE RELIGIÃO NA FRANÇA. 1559-1598.

O objetivo geral desse capítulo é apresentar o contexto político que resultou na intervenção da Monarquia Hispânica nas guerras de religião na França, formalizada com o Tratado de Joinville, em janeiro de 1585. Esse tratado estabeleceu uma aliança entre Felipe II, os príncipes da casa de Lorena e o cardeal de Bourbon. Na primeira parte, vamos tratar de eventos políticos que antecederam o tratado, para esclarecer as principais contendas entre as monarquias. Após 1585, vamos explicar as consequências desse tratado e a inconstância dos membros da Liga Católica, que nasceu nesse momento, em relação ao cumprimento do acordo e à fidelidade ao rei da Espanha. Nesse sentido, concluiremos o capítulo com a descrição do encontro de Juan Bautista de Tassis, o duque de Feria e d. Diego de Ibarra, no começo de 1593, quando os Estados Gerais convocados pela Liga Católica finalmente se reuniram em Paris.

A narrativa do capítulo seguirá a ordem cronológica dos acontecimentos. A partir de 1580, os eventos se sucedem a uma velocidade cada vez mais rápida. Além disso, o processo de negociação política demandava esforço e paciência, e muitas vezes o resultado era insatisfatório. Em uma carta ao secretário do rei, o duque de Feria se desculpava pelas informações defasadas que havia repassado, pois quando a carta chegou a Madrid as circunstâncias já haviam mudado.¹⁴ Tassis também apontava a inclinação dos aliados franceses à mudança de opinião, algo que demandava aos ministros uma vigilância e apreensão constantes para com a movimentação dos *ligueurs*. Dizia ao rei, numa fala que facilmente poderia ter sido dita por qualquer um dos três

¹⁴ “Dos cartas de V. S con sus duplicados una de 31 de enero y otra de 25 de hebrero he resçibido despues que llegue a esta villa, de adonde he diferido el scriuir de un dia en otro, por las speranças que cada dia me dauan de alguna resoluçion, mas por ver que esto seria nunca scriuir, despacho agora correo a Leon, no tanto para dezir cosa çierta deque pueda juzgar, quanto por dar cuenta de lo passado [...]”. *El duque de Feria a don Juan de Idiaquez*. De Paris, a 6 de junio de 1593. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 50.

agentes em Paris: “Lo que no es oy puede ser mañana segun esta naçion de naturaleza y costumbres es ynclinada a mudanças”.¹⁵

Pretende-se, em paralelo, explicar a formação da Liga Católica e qual a natureza do acordo que o partido dos príncipes de Lorena estabeleceu com os agentes do rei da Espanha. Gostaríamos de salientar que não vamos detalhar cada uma das oito guerras de religião, mas apenas mencionar e comentar certos eventos que ajudam a esclarecer ao leitor o processo que levou à ingerência mais ativa da Espanha no conflito. E também apontar que as experiências acumuladas por meio das sucessivas guerras formaram o ambiente tumultuoso e ambíguo com o qual os ministros do Rei Católico tiveram que dialogar. A partir desta perspectiva, vamos estudar mais detalhadamente os eventos que levaram à convocação dos Estados Gerais, finalmente reunidos em 1593. Essa assembleia ocorreu após muita pressão de Felipe II, já que o monarca via nos Estados Gerais o caminho legítimo para reconhecer os direitos sucessórios da infanta Isabel Clara ao trono da França.

Prelúdio: De Cateau-Cambrésis à eclosão da 1^o guerra de religião

O Tratado de Cateau-Cambrésis, finalizado em julho de 1559, oficializou o estabelecimento da paz entre a Monarquia Hispânica e o reino da França, concluída com o casamento do rei da Espanha, Felipe II, com Isabel de Valois, filha de Henrique II. Uma das consequências foi a formalização da instituição das embaixadas em cada uma das respectivas cortes, selando uma política de amizade e cooperação que não foi rompida formalmente até 1595. Na segunda metade do século XVI, a diplomacia espanhola foi tecida através de uma rede hierárquica de representantes oficiais e seus subordinados (secretários, servidores, confidentes e espiões), que conectava a corte de Madrid com os outros centros de poder europeus.

Philip II himself sent only open ambassadors or secret spies, although, as the tensions of ‘war underhand’ increased, he acquiesced more and more readily in the relations which his

¹⁵ *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. AGS, EST, K, LEG.1560. De Paris, último de julio 1582. fol. 75.

accredited ambassadors established with treasonable and subversive groups. But his governors and deputies, especially in Milan and Netherlands, were permitted and sometimes ordered to employ semi-official or private agents to communicate with foreign powers, friendly or hostile.¹⁶

A eclosão da guerra civil e religiosa francesa dominou os assuntos tratados entre as embaixadas dessas regiões no final do século XVI. Na Europa renascentista, dois tipos de embaixadores se destacam: os enviados extraordinários e os permanentes. No primeiro caso, a tarefa a ser desempenhada era pontual, para tratar de negociações específicas ou representar o monarca em cerimônias oficiais. Os embaixadores residenciais, ou permanentes, se instalavam na corte do rei estrangeiro e passavam a integrar o séquito real. A esse personagem era atribuído um maior número de funções, de modo a assegurar a continuidade da comunicação e das relações (políticas, militares, econômicas e mesmo religiosas) entre os Estados.¹⁷

Mas não só isso. Como sujeito pertencente ao mundo do Renascimento, a figura do embaixador foi sendo delineada a partir do controle do comportamento – o regramento - que a expectativa da representação política que a *maiestas* exigia. Nesse sentido, à pessoa denominada para o cargo requeria-se um conjunto de qualidades e virtudes, como um *specula* plenipotenciária, capaz de reportar a magnificência da dignidade real ao mesmo tempo em que exercia habilidades de comunicação e negociação.¹⁸

¹⁶ “Felipe, por si mesmo, enviou apenas embaixadores oficiais ou espiões secretos, embora, como as tensões da guerra “por baixo dos panos” aumentava, ele aquiesceu mais e mais prontamente nas relações nas quais seus confiáveis embaixadores estabeleciam com grupos subversivos e traiçoeiros. Mas seus governadores e representantes, especialmente em Milão e Países Baixos, estavam permitidos e às vezes ordenados a empregar agentes privados ou semi-oficiais para comunicar com poderes estrangeiros, amigáveis ou hostis.” MATTINGLY, Garret. *International diplomacy and international law*. In: WERNHAM, R. B (ed). *The new Cambridge modern history. The counter-reformation and price revolution. 1559-1610*. Vol III. Cambridge: Cambridge University press, 1971. p. 163.

¹⁷ FRIGO, Daniela. Prudence and Experience: Ambassadors and Political Culture in Early Modern Italy. In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*. 31:1, winter 2008. p. 17.

¹⁸ [...] During the Renaissance a view of the ambassador as an interpreter of honor and of the reputations of republics and courts appeared alongside the humanistic concept of him as an orator steeped in ethical and philosophical values. “Durante a Renascença uma visão do embaixador como um intérprete da honra e das reputações das repúblicas e cortes apareceu ao lado do conceito humanista do embaixador como um orador mergulhado em valores éticos e filosóficos.” Ibid.

Como cortesão, deveria ter *sprezzatura*, uma espécie de graça “natural” para causar boa impressão.¹⁹ Como político, deveria ser prudente. A prudência descia do patamar da principal virtude do governante da razão de Estado para se estender também ao dignatário real. Porque o embaixador era, metaforicamente, a extensão do seu próprio rei.

Quando tratamos da intervenção espanhola na França, temos que considerar que esta ocorreu, no período que tratamos, de maneira quase sempre indireta. Isso quer dizer que o rei da Espanha preferiu atuar principalmente por meio da pressão diplomática, pelo apoio militar indireto (o exército do Duque de Parma entrou na França pela primeira vez apenas em 1590) e ajuda financeira ao partido católico e suas lideranças. Não houve, até 1595, uma declaração de guerra entre ambos os reinos. Quando ressaltamos a intenção, neste capítulo, de narrar as principais questões políticas e as negociações diplomáticas entre França e Espanha, é mister dizer que nosso trabalho não se trata de uma história das embaixadas e suas respectivas estruturas administrativas e financeiras e as redes de espionagem. Nosso interesse centra-se na prática da negociação, dos acordos e desacordos, das continuidades e rupturas. Ainda que não desconsideramos a dimensão institucional que implicava a manutenção da embaixada oficial no reino francês, estamos interessados nos sujeitos e em suas impressões imediatas dos acontecimentos, na maneira como identificam os problemas e pensam as soluções. E em como se molda, na prática da política, as linguagens da razão de Estado.

La calidad de las relaciones diplomáticas no radicaba en la conexión de un vínculo institucional bilateral, sino que era el resultado de una trama de relaciones que se resentían fuertemente de lo específico de cada conyuntura y del golpe de los acontecimientos, a veces lejanos, que irrumpían en la escena.²⁰

¹⁹ BURKE, Peter. *As Fortunas d'O Cortesão. A recepção europeia a O Cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 42-43.

²⁰ “A qualidade das relações diplomáticas não se radicava na conexão de um vínculo institucional bilateral, senão que era o resultado de uma trama de relações que se ressentiam fortemente o específico de cada conjuntura e do golpe dos acontecimentos, as vezes longínquos, que irrompiam no cenário. VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Convergencias y*

O tratado de Cateau-Cambrésis colocou fim a uma era de disputas entre ambos os reinos pelo domínio da Itália, e confirmou a hegemonia hispânica na península. Tal acordo significou, no discurso da Monarquia Hispânica, a concretização do ideal de uma República Cristã, cujos líderes estendiam as mãos para iniciar um novo tempo de *concorde* e *amitié*. Nessa conjuntura, as relações diplomáticas emergiam como instrumento potencial para a resolução de conflitos.²¹

O casamento de Felipe II e Isabel de Valois resultou no nascimento de duas herdeiras, Isabel Clara Eugenia e Catalina Micaela. Na linguagem diplomática, a aliança dinástica resultou no estabelecimento de uma nova família, e foi precisamente a este vínculo de sangue que Felipe II recorreu várias vezes para tentar apaziguar os conflitos que surgiram ao longo da segunda metade do século XVI. Na arenga proferida pelo duque de Feria na ocasião da abertura dos Estados Gerais, em 1593, a imagem da família construída em *Cateau-Cambrésis* foi evocada como precedente que justificaria um novo capítulo nas relações entre ambos os reinos. A aclamação da infanta seria nada mais nada menos do que a continuidade, por uma segunda geração, dessa família. Dessa maneira, Felipe II foi representado aos deputados franceses como o bom sogro que zelava pelo bem e continuidade dessa geração:

Il a honoré sa Bellemere, il a aymé & chery ses Beauxfreres, & n'a rien oblié de ce qui concernoit leur bien & commoditez: ne s'estudiant à autre chose, qu'à rendre perpetuel & indissoluble le lien de paix ja contracté: & faire que l'un & l'autre Royaume, voire (ce qui

Conflictos. La Monarquía Católica y la Santa Sede. (siglos XV-XVIII) In: *Studia Historica. Historia Moderna*, 26, 2004. pp.155-190. p. 171.

²¹ “La logique des relations politiques et personnelles entre souverains apparaît comme le ciment de la mise en œuvre de la paix. Leur volonté mutuelle d'apaisement, des liens dynastiques et des témoignages toujours renouvelés d'un attachement des rois à leur amitié constituent les piliers d'un nouveau mode de relation diplomatique.” HANN, Bertrand. *Une paix pour l'éternité. La négociation du traité du Cateau-Cambrésis*. Madrid: Casa de Velázquez, 2010. p. 161.

dependoit de là) tout la Republique Chrestienne demeurast ferme en la Religion avecq' tout heur & assurance.²²

Essa nova *família*, que havia passado praticamente meio século em guerra, agora dava as mãos para combater um inimigo maior: os hereges. Na França, a perseguição aos reformados começara um pouco antes. O Édito de Compiègne foi decretado em 1557, que determinava a proibição de qualquer outra religião que não fosse o catolicismo. Logo em seguida, o Édito de Ecouen (1559) ordenou a equiparação da heresia com o crime de direito comum. Cabia, portanto, ao poder público encarregar-se da perseguição e do castigo. O tratado de paz firmado com o rei da Espanha foi duramente recebido por boa parte da nobreza francesa, que criticou o abandono das pretensões sobre a Itália. O Rei Cristianíssimo desejava a paz, entre outros motivos, para poder se dedicar ao combate do avanço do calvinismo na França.²³

Nas festividades em que se celebravam a boda real, Henrique II foi ferido no olho por uma lança, em um torneio de justa, ferimento em decorrência do qual veio a falecer dias depois. Uma morte repentina, em julho de 1559, que trouxe grandes consequências. Mesmo que o novo rei, Francisco II, mantivesse os termos do tratado assinado por seu pai, o impacto sobre a política religiosa da monarquia foi grande, e acabou por acarretar uma ruptura com a política de repressão aos calvinistas adotada até então.

El año de 1559 adquiere una significación de tournant fundamental: momento donde concurren la Paix Catholica (Cateau-Cambrésis), accidente dinástico (la muerte inesperada de Enrique II en 10 de julio) y afianzamiento de posiciones confesionales,

²² “Ele tem honrado a sua sogra, ele tem amado e querido a seus cunhados, e não se esqueceu nada daquilo que concerneria aos seus bem-estar e comodidades: não se dedicando à outra coisa que a levar o vínculo perpétuo e indissolúvel da paz já contratada: & fazer que um e outro Reino vissem (este dependeria daquele) que toda a República Cristã permanece firme na religião com toda felicidade e segurança.” *Harangue faict en l'assemblée generale des trois Estats de France, le second d'avril, par le Tres-illustre et le tres excellent Duc de Ferie, au nom du Roy Catholique, pour l'élection d'un Roy Tres-Crestien*. A Lyon, par Jean Pillehotte, Librairie de la S. Union, M.D.XCIII.

²³ HANN, Bertrand. *Une paix pour l'éternité. La négociation du traité du Cateau-Cambrésis*. Madrid: Casa de Velázquez, 2010. p. 180-183.

abriéndose una crisis para la monarquía francesa que tardará más de treinta años en cerrarse.²⁴

A partir do reinado de Francisco II (julho-1559/dezembro-1560), a figura dominante da rainha-mãe, Catarina de Médicis, entrou em cena. Pelos próximos vinte e cinco anos, a nobre de origem italiana imprimiu a sua marca na condução e direcionamento dos interesses políticos da monarquia francesa. Catarina trabalhou incessantemente para negociar com os súditos em guerra e pacificar o reino. Apesar da alternância entre os períodos de guerra e paz, a instituição de uma paz de religião, como chamou Olivier Christin, foi, sem dúvida, uma das características mais peculiares da monarquia francesa dos últimos Valois. Como instituição política suprema, que não reconhecia outro poder temporal superior, a monarquia francesa assumiu a tarefa de resolver o desafio imposto pela difusão da nova religião no reino. Após 1563, a coroa buscou empreender uma política de pacificação diante da impossibilidade de estabelecer a concórdia entre os súditos de diferentes confissões. Feita por necessidade ou por conveniência, as consequências foram as mesmas. A solução para a divisão religiosa passou a ser, sem sombra de dúvidas, pela via da política. Para Felipe II, esse era o pior cenário possível.

Entre a morte de Henrique II e a eclosão da primeira guerra de religião passaram-se dois anos. Período de grande tensão, o curto reinado de Francisco II significou o retorno da família de Guise ao poder, já que o duque de Guise era tio da rainha consorte, Mary Stuart.²⁵ Do outro lado, estavam os calvinistas, liderados pelo príncipe de Condé, François de Andelot e Gaspar de Coligny. Um dos primeiros enfrentamentos entre ambos os grupos ocorreu após a descoberta da conspiração de Amboise, um plano de sequestro da família real arquitetado por Jean du Barry, senhor de La Renaudie, calvinista e

²⁴ “O ano de 1559 adquire uma significação de *tournant* fundamental: momento onde concorrem a Paix Catholica (Cateau-Cambrésis), acidente dinástico (a morte inesperada de Henrique II em 10 de julho e fortalecimento de posições confessionais, abrindo-se uma crise na monarquia francesa que não tardará mais de 30 anos em encerrar.” PARDOS MARTÍNEZ, Julio. Juan Bodino. Soberanía y guerra civil confesional. In: VALLESPÍN OÑA, Fernando. (ed) *Historia de la teoría política. Estado y teoría política moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 2002. Tomo II. pp. 216-263. p.212-213.

²⁵ Os duques de Guise eram o ramo menor da casa de Lorena (Lorraine). Quando mencionarmos os príncipes da casa de Lorena, consideramos tanto o ramo maior, os duques de Lorena, e o ramo menor, os duques de Guise.

desafeto dos Guise. Apesar de não ter tomado parte direta na conspiração, Condé acabou sendo implicado no movimento, já que muitos dos participantes eram seus clientes. A conspiração se justificava por meio de um questionamento político contra a tirania dos Guise e em nome da libertação do rei.²⁶ A repressão que se seguiu foi implacável, fortalecendo o ressentimento dos calvinistas contra o clã Guise-Lorena.

Nesse meio tempo de formação e fortalecimento das facções dos Guise e dos Condé, o rei Francisco II decidiu convocar um concílio nacional interconfessional para tentar resolver as disputas em matéria teológica, conhecido como Colóquio de Poissy. Tal reunião foi projetada por Catarina de Médicis e um grupo de conselheiros denominados por Calvino de *Moyenneurs*. Entre esses, estavam o jurista François Bauduin, Jean de Monluc, bispo de Valence, e o teólogo George Cassander. Em setembro de 1561, teólogos e prelados se reuniram para discutir a possibilidade de um acordo da doutrina entre católicos e reformados. Do lado calvinista, Theodore Bèze, seguindo as ordens de Calvino, negou-se a fazer qualquer concessão no principal debate doutrinário que dividia as duas fés: a realidade da presença de Cristo na doutrina da transubstanciação. Era uma demonstração, às vésperas da última reunião do concílio de Trento, de que a ruptura religiosa tivera um caráter profundo e irremediável. Mas Catarina de Médicis seguia confiando em uma futura reconciliação.

O fracasso do colóquio teve sérias consequências, já que atestou a impossibilidade de reconciliação entre os súditos franceses de diferentes religiões. Mas, como mostrou Mario Turchetti, a busca pela concórdia, ao longo do século XVI, resultou paradoxal:

[...] Tous les efforts en vue de la concorde (paix, unité des sujets), en vue d'une entente confessionnelle, d'un accord sur les points fondamentaux de la foi et sur les questions de cérémonies et

²⁶ JOUANNA, Arlette. Les temps des guerres de religion en France (1559-1598). In: BOUCHER, Jacqueline. BILOGHI, Dominique. JOUANNA, Arlette. LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont S. A., 1998. p. 66.

de liturgie, tous ces efforts de concorde aboutissent paradoxalement à des résultats de tolérance.²⁷

Do malogro das políticas de concórdia é que se fermentaram os debates sobre a tolerância que, no século XVI, é preciso lembrar, tinha um sentido deveras distinto do que entendemos hoje. Faremos esta discussão no capítulo 7. Por ora, interessa-nos ressaltar que, para a monarquia francesa, o *échec* de Poissy significou a renúncia da gestão sobre a disputa confessional. Sua preocupação seria, a partir de então, redefinir o debate para o campo da política. O édito de Romorantin, proclamado em maio de 1560, já indicava que a monarquia se inclinava a tratar a divisão religiosa como um problema político: tinha em uma das principais cláusulas a distinção entre o crime de heresia, cuja repressão foi devolvida aos tribunais eclesiásticos, e de sedição, esta última combatida exclusivamente pela monarquia. A principal intenção era buscar a todo custo a concórdia entre os súditos:

De une certaine façon, la monarchie française avait choisi de ne pas choisir son camp religieux, contrairement au roi d’Espagne, aux princes allemands, voire à la reine d’Angleterre. Abandonnant le débat confessionnel, la monarchie concentrait son activité sur le domain civil. Le roi entendait assurer la paix, ce qui ne l’empêchait pas de réaffirmer son désir d’une réunion ultime de tous ses sujets en une même bergerie, selon la volonté de Dieu.²⁸

Na ocasião em que a monarquia francesa buscava a concórdia por meio do colóquio confessional, Catarina enviou o Bispo de Limoges e o Monsieur D’Ozance à corte madrilenha para esclarecer a Felipe II as razões pelas quais

²⁷ “Todos os esforços em vista da concórdia (paz, unidade dos súditos), em vista de um acordo confessional, de um acordo sobre os pontos fundamentais da fé e sobre as questões da cerimônia e liturgia, todos estes esforços de concórdia conduzem paradoxalmente a resultados de tolerância.” TURCHETTI, Mario. Concorde o tolérance?: Les Moyenneurs à la veille des guerres de religion en France. In: *Revue de théologie et de philosophie*, 118, 1986. pp.255-267. p. 259.

²⁸ “De um certo modo, a monarquia francesa tinha escolhido não escolher o seu campo religioso, contrariamente ao rei da Espanha, aos príncipes alemães, até mesmo a rainha da Inglaterra. Abandonando o debate confessional, a monarquia concentrava sua atividade sobre o domínio civil. O rei pretendia garantir a paz, o que não o impedia de reafirmar seu desejo de uma reunião última de todos os seus súditos em um mesmo rebanho, de acordo com a vontade de Deus.” LE ROUX, Nicolas. *Les guerres de religion*. Paris: PUF, 2016. p. 32.

ela buscava promover o acordo entre os súditos em vez de apelar para o castigo. Segundo a minuta da audiência que o Rei Católico concedeu à Limoges, foi feita uma longa exortação ao bispo alertando-o sobre o perigo – para o governo temporal – que acarretava a mudança da religião. Ao mudar a religião, mudava-se também o governo político. A resposta de Limoges e D'Ozance nos chama bastante a atenção, ao revelar a amplitude do plano da rainha-mãe: queria a garantia de Felipe II de que, se a política de concórdia fracassasse, o monarca não tomaria partido na disputa do reino natal da sua esposa. A fala dos agentes franceses poderia muito bem ser entendida como um verdadeiro manifesto da rainha-mãe:

En caso que entre los subditos de Francia succediesse algo por causa de la religion, deseaba la reyna madre estar assegurada de Su Ma^d que no ayudaria ni fomentaria a ninguna de las partes, por lo q ella desseaua y pretendia era tenerlos a todos en paz y concordia y que no se viniessse a las manos y que para esto entendia hacer todas las diligencias posibles hasta esperar lo que se remediasse por medio de un concilio general y libre, adonde concurriesen todos, q era el verdadero camino y q Dios auia ordenado para el remedio destas cosas y no la via de la fuerça, añadiendo el Limoges como de suyo, q con reformarse algunas cosas en las costumbres de los clerigos y dexar al Papa algo de lo que le toca, ad tempus, como seria lo de las Annatas y otras cosillas, se podria reduzir todo a la union y conformidad de la antigua religion.²⁹

Duas informações relevantes podem ser extraídas dessa audiência entre os embaixadores de Catarina e de Felipe II, fundamentais para a compreensão

²⁹ “No caso em que entre os súditos da França sucedesse algo por causa da religião, desejava a rainha-mãe estar segura [por parte de] Sua Majestade que não ajudaria nem fomentaria a nenhuma das partes, porque o que ela desejava e pretendia era tê-los todos em paz e concórdia, e que não saíssem no tapa, e que para isso entendia fazer todas as diligências possíveis até esperar o que se remediasse por um concílio geral e livre, onde participassem todos, que era o verdadeiro caminho, e que Deus havia ordenado para o remédio destas coisas e não a via da força, acrescentando Limoges como de sua parte, que com a reforma de algumas coisas nos costumes dos clérigos e deixar ao Papa algo de que lhe toca, ad tempus, como seria o das Annatas e outras coisinhas, se poderia reduzir tudo à união e conformidade da antiga religião.” *Lo que su M^ad mando responder a Mos Dosance con los puntos que propuso en la segunda venida a Madrid*, a Xv de deziembre 1561. AGS, EST, K, LEG.1594, fol.110.

da divergência com a qual ambos interpretaram a questão da divisão religiosa. Em primeiro lugar notemos a argumentação, por parte do embaixador francês, a favor de uma política de negociação e concórdia entre os súditos, rejeitando a opção, endossada por Felipe II, da repressão violenta. Em segundo lugar, a expectativa demonstrada na fala, atribuída como particular ao bispo de Limoges, de que seria possível uma reconciliação universal por meio de um concílio e, mais ainda, que permitisse a presença dos reformados.³⁰ Acreditava-se que, com algumas concessões a estes últimos, seria possível reinstaurar a unidade da Igreja Católica. Esse distanciamento entre ambos os reinos só vai crescer ao longo da segunda metade do século XVI.

Para reforçar o compromisso da coroa com o projeto da conciliação nacional, Catarina havia composto um conselho de Estado com indivíduos moderados, entre eles o bispo de Valence, Jean de Monluc, acusado pelo embaixador *don* Diego de Zuñiga de ser tão herege quanto Lutero. Não obstante o esforço de conciliação, a eclosão da luta armada explodiu em princípios de 1562. Esse foi o ano mais violento das guerras de religião, totalizando onze massacres antes daqueles que ocorreram em 1572.³¹ A batalha de Dreux, primeiro enfrentamento em linha entre o exército realista e o calvinista, foi descrita pela pluma de Michel de Montaigne em seus *Ensaíos*. A primeira guerra terminou com a promulgação do édito de Amboise, em 19 de março de 1563, pouco tempo após o assassinato do duque de Guise no acampamento das tropas realistas. O acordo feito pela monarquia para pôr fim à violência foi marcante pelo seu ineditismo: rompeu com o princípio *une foi, un roi, une loi*, solução essa que havia sido aplicada nos cantões suíços e no território do Sacro-Império, referendada pela Paz de Augusburgo (1555).

O édito de Amboise teve como principal decisão a possibilidade de coexistência, ainda que limitada, das duas confissões. Permitiu a realização do culto protestante em alguns espaços limitados, mas estava proibido em Paris. Outro aspecto relevante do édito foi o reforço do vínculo estabelecido entre os nobres reformados como cabeça do partido huguenote. Os senhores que

³⁰ O que não foi permitido no Concílio de Trento.

³¹ LE ROUX, Nicolas. Op. cit. p. 33.

possuíam domínio com uma corte de justiça superior poderiam realizar o culto em sua casa ante a sua família e os seus vassallos, enquanto que aos demais senhores era permitido fazê-lo apenas diante da família. Para colocar fim ao primeiro conflito, o mais violento de todos, a monarquia deu o primeiro passo para a assunção de uma tolerância civil.

Olivier Christin propôs uma chave explicativa, conceituada de paz de religião, para interpretar a natureza dos acordos que se fizeram na Suíça, no Império e na França para solucionar a contenda religiosa. Segundo o autor, a expressão apareceu pela primeira vez em meados do século XVI e correspondeu, neste contexto, a uma nova tentativa de reorganizar as divisões após a quebra da unidade confessional da Europa Ocidental, no tempo em que fracassaram as tentativas tradicionais de reunião.³² Essa experiência teria ocorrido na Suíça (1531), no Sacro Império (1555), na França (a partir de 1563), na Polônia (1573) e nos Países Baixos (1576-77). Foram ocasiões em que se propuseram uma solução *política* para a disputa confessional, após os protagonistas do debate teológico perderem o monopólio da negociação entre as distintas religiões.

D'une part, le caractère laïcisé de ces accords qui ne touchent pas à l'organisation interne des Églises et encore moins aux problèmes de dogme; d'autre part, leur dimension contractuelle qui les fait reposer sur la réciprocity des engagements; enfin, l'intervention du pouvoir central, ou à défaut d'une instance d'arbitrage commune désignée nommément – pour donner force de loi aux dispositions adoptées et veiller à leurs application stricte. La loi organise ainsi la coexistence de plusieurs confessions au sein d'une même entité politique et les conditions d'exercice public des cultes.³³

³² CHRISTIN, Olivier. *La paix de religion. L'autonomisation de la raison politique au XVIe siècle*. Paris: Seuil, 1997. p. 21.

³³ “De uma parte, o caráter laicizado destes acordos que não tocam na organização interna das Igrejas e ainda menos nos problemas do dogma; de outra parte, sua dimensão contratual lhes fez repousar sobre a reciprocidade dos compromissos; enfim, a intervenção do poder central, ou ao fracasso de uma instância de arbitragem comum designada nomeiam – para dar força de lei às disposições adotadas e velar por sua estrita aplicação. A lei organiza assim a coexistência de muitas confissões no seio de uma mesma entidade política e as condições do exercício público dos cultos.” Ibid. p. 36.

Segundo Christin, o processo que engendrou a *pax civilis* na França foi marcado por ambiguidades, tendo sido em alguma medida incoerente, alternando políticas de perseguição e compromisso com os reformados, instabilidade essa que evocava a experimentação mesma da monarquia francesa em relação a um desafio confessional inédito. Esse processo, na prática, teria resultado na secularização da instituição real. A busca pela paz tornava necessária uma instrumentalização jurídica que pudesse garantir o efeito e eficácia da *pax civilis* nas diversas instâncias de poder, com intuito de universalizar a linguagem dos éditos de pacificação para os estamentos do reino. Diferentemente da linha argumentativa aberta por Denis Crouzet, Christin constrói a sua alegação a partir da assunção de que a paz de religião engendrou um processo de secularização, ao fortalecer a autonomização da razão política. A obra do autor tem como ponto fundamental a análise de como se fez valer na prática as ordenações jurídicas da coroa e a sua aplicação nos âmbitos local e regional. Nesse sentido, de baixo para cima, o processo de pacificação teria fortalecido uma solução *politique* que, no final das contas, teria contribuído para a consolidação do Estado moderno francês.

Ao findar a primeira guerra de religião, Catarina de Médicis procurou justificar ao Rei Católico o motivo pelo qual a coroa francesa decidiu estabelecer um acordo de pacificação. A rainha-mãe iniciou uma negociação diplomática para reunir-se pessoalmente com o monarca espanhol. Após protelar por algum tempo, Felipe II acatou o encontro, mas, desagradado com a paz e proximidade de Catarina com os huguenotes, enviou no seu lugar a sua esposa, Isabel, e o sisudo duque de Alba. O evento, que ficou conhecido como entrevista de Bayonne, ocorreu entre junho e julho de 1565. Apesar da insistência de Alba para que a França adotasse medidas mais duras contra os hugenotes, a reunião não resultou em um tratado formal entre o Rei Católico e o Cristianíssimo, motivo pelo qual continuava vigorando os termos do Tratado de Cateau-Cambrésis. Ao que tudo indica, Catarina de Médicis teria feito um compromisso informal apenas oralmente, dando a sua palavra de que endureceria a ação da monarquia contra os huguenotes, dentre elas, a proibição dos predicadores na corte.³⁴

³⁴ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-*

De modo geral, são identificadas no total oito guerras de religião, intercaladas por período mais ou menos pacatos estabelecidos pelos éditos de pacificação. Esses tinham um caráter provisório, o que alimentou, ao longo da segunda metade do século XVI, desconfiança e temor constante por parte dos príncipes huguenotes.

O massacre de São Bartolomeu – agosto de 1572

A década de 1570 foi inaugurada com a paz de Saint-Germain, que pôs fim à terceira guerra de religião. Entre 1570 e 1572, com a retirada dos Guise da corte, um grupo de moderados passou a fazer parte do conselho real. O afastamento dos Guise significou uma reaproximação do rei com o almirante Gaspar de Coligny. Esse último, ajudado na última guerra pelo príncipe de Orange, líder da rebelião nos Países Baixos, era cobrado para retribuir o socorro recebido. Orange solicitava ao partido huguenote o socorro aos holandeses, além de pressioná-los para insistir com Carlos IX o estabelecimento de uma aliança com os rebeldes do norte. Daí a ocasião do casamento de Henrique de Navarra e Margarida de Valois consistiria na oportunidade perfeita para que o almirante, reabilitado na corte, pudesse pressionar o rei a tomar uma decisão sobre os Países Baixos.

A monarquia francesa confirmava o compromisso com a tolerância civil ao propor o casamento da irmã do rei, Margarida de Valois, com Henrique de Navarra,³⁵ primeiro príncipe de sangue. Isso significaria dizer que ele era o herdeiro do trono em seguida aos irmãos mais novos de Carlos IX: Henrique (batizado Alexandre-Edouard), duque de Anjou, e Francisco (batizado Hércules), duque de Alençon. No entanto, o *match* real trazia outra possível consequência, decerto esperada por Catarina e Carlos IX: ao reconduzir o líder do partido huguenote para o seio da família real, esperava-se a sua futura conversão e, na esteira do seu comando, a abjuração dos demais príncipes da casa de Bourbon e alguns outros nobres do seu séquito.³⁶ Por parte dos

1598). Navarra: EUNSA, 2004. p.167.

³⁵ Tinha os títulos de rei de Navarra, príncipe de Béarne e duque de Vendôme.

³⁶ SUTHERLAND, N. M. *Henri IV de France and the politics of religion. 1572-1596*. Bristol (UK), Portland (USA): ELM BANK, 2002. Vol. I. p. 15.

huguenotes, em particular Jeanne D'Albret, mãe de Henrique, o enlace poderia significar uma posterior permissão do culto calvinista em todo o reino.³⁷ O casamento, marcado para o dia 18 de agosto de 1572, trouxe consequências imprevistas.

A França foi abalada pelos massacres que começaram no dia de São Bartolomeu, iniciado em Paris e logo estendido para algumas províncias do reino. A eclosão da violência nos dias seguintes ao casamento deveu-se a uma combinação explosiva de tensão política e religiosa. Essa mistura encontrou o seu estopim na corte na ocasião da boda real. A inquietação era latente nos dois lados da disputa confessional: do lado ultra-católico, qualquer concessão aos reformados era sinal de pecado; do lado huguenote, qualquer concessão recebida, se não incluísse a liberdade de culto, era incompleta. A presença de muitos calvinistas e poucos católicos na cerimônia de casamento de Margarida Valois e Henrique de Navarra, na catedral de Notre-Dame, deixou a facção católica consternada. Além disso, Henrique não participou da missa de seu casamento, enviando como representante o duque de Anjou. Mas o principal artífice da confusão teria sido o próprio Carlos IX.³⁸

O conflito teve início quando o almirante Gaspar de Coligny sofreu uma tentativa de assassinato, logo após deixar uma reunião do conselho do rei no palácio do Louvre. O tiro do arcabuz que o atingiu partiu da casa de um ex-preceptor do duque de Guise, o senhor de Maurevert, outrora assassino de um integrante do clã dos Coligny.³⁹ Não há provas exatas de quem teria sido o verdadeiro mandante do crime, e as suspeitas desde então recaíram sobre o duque de Guise, Catarina de Médici e até mesmo Felipe II. Da Espanha, o duque de Alba escreveu a *don* Diego de Zuñiga, embaixador em Paris, lamentando o fato de que o assassinato de Coligny parecia ter sido encomendado por interesses particulares e não pelo zelo da velha religião.⁴⁰ Zuñiga revelou a Felipe II a desconfiança, também manifestada pelo nuncio

³⁷ HOLT, Mack P. *The duke of Anjou and the politique struggle during the wars of religion*. Cambridge University Press, 2002. p. 20.

³⁸ JOUANNA, Arlette. *Les temps des guerres de religion en France...*, p. 186.

³⁹ *Ibid.* p.196.

⁴⁰ VAZQUEZ DE PRADA, Valentim. *Op. cit.* p. 221.

papal Salviati, de que a permissão para o assassinato das lideranças huguenotes, dada por Carlos IX, deveu-se a razões puramente políticas, para livrar-se de inimigos, o que não dava muita margem para celebrações.⁴¹

Coligny sobreviveu ao arcabuzado, mas o atentado deflagrou uma série de eventos, até hoje pouco esclarecidos, que culminaram no massacre dos huguenotes. Os membros da comitiva dos príncipes da religião reformada reagiram e demandaram justiça por parte de Carlos IX, que assegurou que haveria punição dos culpados. Não obstante, o conselho do rei, temeroso de um ataque em represália ao atentado, tomou a decisão de eliminar as lideranças huguenotes. Não se sabe quem teria proposto tal medida, mas o fato é que foi aprovada por Carlos IX e Catarina. Esperava-se um golpe rápido contra os líderes do partido, acusados de perpetrarem a desordem e prejudicarem a política de conciliação. Os assassinatos ocorreram no dia 24 de agosto.

Naquela data, o duque de Guise se reuniu com a milícia parisiense e se dirigiu à pousada onde Coligny se recuperava. Lá, os guardas entraram na casa, assassinaram Coligny e jogaram o seu corpo pela janela. O corpo sofreu todo tipo de violações até ser jogado no rio Sena, pescado e logo queimado em uma fogueira. Daí em diante, a fúria da população, estimulada pelos predicadores, provocou a morte de milhares de protestantes na capital durante os próximos dias. Se o massacre teria sido um movimento destemperado ou uma insurreição calculada, as consequências foram as mesmas. “Ce que le roi n’a ni voulu ni prévu, c’est que l’exécution limitée des chefs huguenots donne le signal d’une tuerie de masse, qui dure jusqu’au 29 août, avec un paroxysme de violence pendant les trois premiers jours.”⁴² A matança se estendeu para outras cidades francesas, como Meaux, Órleans, Rouen, Lyon, Toulouse e Bordeaux.

Tendo ocorrido por interesses políticos ou religiosos, o fato é que o massacre de São Bartolomeu se converteu em um marco decisivo nas guerras

⁴¹ Ibid. p. 221.

⁴² “O que o rei não quis e nem previu, foi que a execução limitada dos líderes huguenotes deu a impressão de uma matança em massa, que durou até 29 de agosto, com um paroxismo de violência durante os três primeiros dias.” JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 201.

de religião. Foi uma clara amostra para toda a Europa da destruição que poderia acarretar o despertar do ódio em nome da religião. Não foi sem motivo que o evento provocou tanto desconfianças quanto aplausos. Mas, conforme a tese de Denis Crouzet, temos de analisar a ascensão da violência como expressão da resistência dos católicos contra um processo de dessacralização da realeza que implicou os acordos de pacificação. Foi acima de tudo uma reação contra a política desconfessionalizadora da monarquia. Para insuflar o ânimo da população, pregadores como Simon Vigor denunciavam os males que acarretariam a convivência com os huguenotes, clamando o povo a tomar as armas para purificar a cidade.⁴³

C'est dire que, contrairement à la topique habituelle, ce ne serait pas la Saint-Barthélemy qui, à travers les écrits de monarchomaques, aurait déclenché une vague de remise en cause de l'autorité absolue ou déliée du roi. Au contraire, la Saint-Barthélemy aurait été, contre les apparences, une réponse souterrainement dirigée contre une désacralisation entamée lors des deuxième et troisième guerres civiles; une désacralisation qui portait d'autant plus atteinte à la royauté que celle-ci, dans ces temps de crise, se concevait comme un principe d'ordre universel, ayant la mission d'établir sur terre l'harmonie cosmique.⁴⁴

Do ponto de vista da teoria política, os massacres de São Bartolomeu consistiram em um *turning point* em relação à imbricação entre as disputas confessionais e as pretensões políticas mais amplas. Deste momento em diante, o quadro da política na França ganhou uma complexidade sem

⁴³ HOLT, Mack P. *The French wars of religion in France. 1562-1629*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 89.

⁴⁴ “É dizer que, contrariamente à tópica habitual, não será São Bartolomeu que, através dos escritos dos monarcômacos, haveria disparado uma onda de questionamento da autoridade absoluta ou ilimitada do rei. Pelo contrário, São Bartolomeu teria sido, contra as aparências, uma resposta subterraneamente dirigida contra uma dessacralização iniciada durante a segunda e terceira guerras civis, uma dessacralização que afetava ainda mais a realeza do que àquela que, nos tempos de crise, era concebida como um princípio de ordem universal, tendo a missão de estabelecer na terra a harmonia cósmica.” CROUZET, Denis. *Le haut coeur de Catherine de Médicis. Une raison politique aux temps de la Saint-Barthélemy*. Paris: Bibliothèque Albin Michel, 2005. p. 381-382.

precedentes. E foi precisamente em torno dessa complexidade de alianças políticas e devoções sinceras que os ministros de Felipe II tiveram de negociar.

Monarcômacos, Malcontents e Politiques

Uma das principais consequências dos massacres foi o aparecimento de uma virulenta literatura em prol da resistência política contra a monarquia.⁴⁵ Os chamados monarcômacos produziram uma série de tratados que sustentavam o direito da população de resistir contra a tirania. Foi nesse preciso momento que as guerras de religião perderam um pouco o seu caráter confessional, associando a liberdade religiosa com o direito de resistência popular. Esta literatura procurava denunciar, fazendo amplos usos da tipologia clássica das formas de governo, o abuso do poder absoluto que fez degenerar a monarquia em tirania. Toda uma linguagem da resistência política que sobrepassava, neste ponto, as divergências teológicas. Recuperava-se uma linguagem política de defesa da soberania popular. O povo era entendido como o conjunto dos súditos formando um corpo que encarnava nos Estados Gerais. Uma das obras mais contundentes dessa corrente de pensamento foi escrita por François Hotman, *Francogallia*, publicada pela primeira vez em 1573. O livro traçou uma releitura da história da França na qual os franco-gálios, embebedos pelo amor à liberdade, teriam resistido bravamente contra a dominação dos romanos. Para Arlette Jouanna, a mensagem de Hotman era clara: os franceses deveriam se juntar para lutar contra a tirania de Roma e dos ultramontanos.⁴⁶

Em 1569, uma relação anônima sobre a situação interna da França, escrita em italiano, alertava sobre a possibilidade de ocorrer uma dissensão política como resultado da disputa religiosa. O manuscrito, guardado no arquivo de Simancas, continha uma reflexão que demonstrava uma preocupação com a possibilidade de que a divisão confessional pudesse abrir o espaço para canalizar as queixas dos *malcontents*:

⁴⁵ HOLT, Mack P. Op. cit. p. 96.

⁴⁶ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 216.

Per che dato una nuova religione é necess^o costituire anco un capo, et questo é certo ne falla mai, dato il capo puo dir Re un concorrente nel suo Regno il q le sera semp un refugio de *malcontenti*, un recetttaculo di genti desiderosi di cose nuoue, e un renovatore desdegni et offese passionate [...].⁴⁷ (grifo nosso)

Mas, após São Bartolomeu, o descontentamento não se manifestaria apenas entre os mais destacados membros da nobreza convertida. O problema era precisamente esse. Formou-se um partido *malcontent*, cuja liderança foi Francisco, duque de Alençon, irmão mais novo do rei. Alençon, um moderado (*moyenneur*), havia recebido de Carlos IX a promessa de que seria nomeado *Lieutenant Générale du Royaume*; contudo, viu a promessa se dissipar ao ser preterido pelo duque de Lorena. A possibilidade de um novo “mandato” dos Lorena-Guise levou ao agrupamento daqueles que se sentiam injustiçados pela monarquia, por diversos motivos. Entre aqueles estavam Henrique de Navarra, o príncipe de Condé e o poderoso grupo dos irmãos Montmorency (esses últimos, católicos moderados). Dentro desse grupo de descontentes, católicos e huguenotes, emergia a desconfiança de que a verdadeira intenção do Rei Cristianíssimo era eliminar a alta nobreza e cercar-se de nobres dóceis e obedientes.

De alguma maneira, as críticas dos monarcômacos iam ao encontro com as inquietudes manifestadas pelos *malcontents*. Tanto de um lado como de outro, o principal questionamento era dirigido à monarquia dos Valois. Mas isso não queria dizer que o pensamento político desenvolvido por ambos os grupos era o mesmo. Os monarcômacos, como Philippe Du Plessy-Mornay, expuseram uma dura crítica à monarquia acusando-a de ter-se degenerado em tirania, cabendo ao povo o direito de destituir o rei. A obra-prima desta corrente, atribuída a Du Plessy-Mornay, era *Vindiciae contra Tyrannos*. Os *malcontents*, por sua vez, trataram mais dos princípios de governo, ao endossarem a teoria do governo misto, que seria equilibrado pelo rei, o conselho de Estado e os Estados Gerais. Para os *malcontents*, os principais agentes causadores das

⁴⁷ “Porque dada uma nova religião é necessário constituir um chefe, e é certo que nunca se sabe, dado que o chefe pode ser um concorrente em seu reino, mas ele pode ser um refúgio de descontentamento, um receptáculo de pessoas ansiosas por coisas novas, e um renovador de desígnio e ilusões passionais.” *Relatione di Francia*. 1569. AGS, EST, K, LEG.1594. fol. 3.

desordens eram os maus conselheiros do rei. Nessa ótica, o conselho de Estado deveria ser uma instituição composta por indivíduos das duas religiões, de modo que a política de tolerância civil fosse assegurada. Notemos que ascende toda uma literatura de resistência política que bebia em fontes antigas e medievais, revisitados e atualizadas nas guerras de religião. Alençon, após fugir da corte em setembro de 1575, divulgou um manifesto, publicado em Dreux, no qual se posicionava contra a guerra civil, a desordem do reino e clamava pela liberdade e pela convocatória dos Estados Gerais.⁴⁸

Também podemos aproximar os *malcontents* com outro grupo acusado de ateísmo pelos ultra-católicos: os *politiques*. Como veremos no terceiro capítulo, em meados dos anos 60, esta palavra pouco a pouco passou a designar, pejorativamente, os indivíduos que adotavam uma postura moderada em relação ao conflito confessional, defendendo uma política de tolerância civil. Foram acusados, portanto, de priorizar a salvação do Estado, colocado em um patamar acima da religião. Nos anos 60 e 70, é importante salientar, *politique* era um adjetivo e não um substantivo. Apesar das primeiras manifestações percebidas, somente após a eclosão da última guerra de religião é que podemos afirmar a existência de um partido *politique*, que se formou em franca oposição à ascensão da Liga parisiense.⁴⁹ A partir de então, os *politiques* consistiam em um grupo de católicos moderados que apoiaram os direitos sucessórios de Henrique de Navarra, com a expectativa de que este fosse se converter. Em relação aos *malcontents* e monarcômacos, os *politiques* apresentaram uma diferença fundamental: sustentavam o fundamento da monarquia absoluta. Como veremos no capítulo 6, o diálogo *Le Maheustre et Le Manant*, publicado no final de 1593, expôs o embate ideológico entre o pensamento *politique* (Maheustre) e o católico radical dos *seize* (Manant). Nessa obra, o *Maheustre* confrontava o *Manant* sobre a confusão e desordem que caracterizava o modelo de governo dos *Seize*, acusados de defenderem o regime democrático. Para o primeiro, somente o poder de um rei em toda a sua

⁴⁸ HOLT, Mack P. Op. cit. p. 104.

⁴⁹ JOUANNA, Arlette. Dictionnaire. In: BOUCHER, Jacqueline. BILOGHI, Dominique. JOUANNA, Arlette. LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont S. A., 1998. p. 1212. E: HOLT, Mack P. Op. cit., p. 110.

plenitude poderia salvar a França do caos e da guerra civil.⁵⁰ Era um clamor que embebia na razão de Estado e mergulhava no protonacionalismo.

Apresentamos o panorama das correntes intelectuais em voga na França, que buscaram propor soluções das mais diversas para o problema da divisão confessional. A persistência das guerras mesmo após os éditos de pacificação provocou uma complexidade de respostas que não se pode ignorar. Para somar a essa complexidade, refletindo sobre a prática da política, devemos admitir que no interior desse quadro havia uma grande fluidez de ideias e comportamentos, algo que exasperava os ministros do Rei Católico. O duque de Alençon, por exemplo, teve entre os seus servidores Jean Bodin e Innocent Gentilet. O irmão mais novo do rei ganhou reputação pela sua falta de constância intelectual: mudava de partido quando melhor lhe convinha.⁵¹ O duque de Mayenne, chefe da Liga após 1588, foi acusado pelos *Seize* e pelos embaixadores da Monarquia Hispânica, com certa razão, de ser *politique*.

O levantamento dos *malcontents* contra Henrique III foi denominado de quinta guerra de religião. O conflito foi solucionado com a Paz de Beaulieu, assinada em maio de 1576. O acordo, sancionado pelo rei e seu irmão, o duque de Alençon, escandalizou os católicos dado a extensão da permissão do culto calvinista, autorizado em quase toda a França, exceto em Paris. Mas, como afirmou Mack P. Holt, a paz de Beaulieu acabou por converter-se em mera ilusão. A resistência do parlamento de Paris em registrar o édito e os protestos da população contra o rei, instigada pelos predicadores, dificultaram ainda mais a eficácia do acordo.⁵²

Uma das consequências do levantamento dos *malcontents* e o decreto da Paz de Beaulieu, que nos interessa diretamente, foi a formação das primeiras ligas católicas de resistência ao projeto de pacificação. Vários governadores se recusaram a entregar os lugares que haviam sido designados para as lideranças huguenotes. Um destes lugares foi a cidade de Péronne, na

⁵⁰ CROMÉ, François. *Dialogue d'entre Le Maheustre et le Manant, contenant les raisons de leur débats et questions en ses presens troubles en royaume de France*. M.D.LXXXXIII.

⁵¹ HOLT, Mack P. *The duke of Anjou and the politique struggle during the wars of religion*. Cambridge University Press, 2002. p. 92.

⁵² HOLT, Mack P. *The French wars of religion in France...*, p. 107.

Picardia. Alguns senhores membros da cidade redigiram um manifesto contra a paz, logo assinado por mais de duzentas pessoas. O famoso manifesto de Péronne dizia que os signatários, após apelarem para a ajuda de Deus e terem recebido a inspiração do Espírito Santo, acordaram em empregar as suas vidas e os seus bens pela conservação da vila e de toda a província na obediência do rei e da Igreja Católica Apostólica Romana.⁵³ Dali em diante, várias cidades se juntaram à Péronne, formando uma rede de cidades católicas que se recusaram a aplicar o édito de paz.

Uma das cláusulas do édito de Beaulieu determinou a convocatória dos Estados Gerais, que se reuniram em Blois, em dezembro de 1576. Não obstante a exigência para a convocatória ter partido dos *malcontents*, as eleições resultaram na escolha de uma maioria católica. Um dos principais membros do terceiro estado, que deixou um relato sobre a sua participação na assembleia, foi Jean Bodin. Os debates ocorridos entre os três estados versaram sobre questões fundamentais da natureza da autoridade real e o poder que cabia aos Estados Gerais. Foram reivindicados a periodicidade da assembleia e o caráter inderrogável das leis promulgadas, até mesmo pela *puissance absolute* do rei.⁵⁴ Outra discussão iniciada foi a restauração da unidade religiosa no reino, e Henrique III esperava que os Estados financiassem uma nova guerra contra os huguenotes. Contudo, o grupo a favor da paz, liderado por Bodin, acabou por prevalecer. Uma via *politique* para solucionar o conflito ganhava mais adeptos, desta vez manifestada pelo terceiro estado da assembleia. Nesse mesmo ano, Bodin publicou a sua obra prima, *Six Livres de la Republique*. Apesar de rejeitar o financiamento de uma nova guerra, a decisão dos Estados Gerais de revogar a paz de Beaulieu levou à retomada da luta armada.

O duque de Alençon, convertido em duque de Anjou por Henrique III, acabou por afastar-se dos *malcontents* devido à reconciliação com o irmão, após ter recebido generosas concessões territoriais e financeiras.⁵⁵ Essa

⁵³ Citado por CARPI, Olivia. *Les Guerres de Religion (1559-1598). Un conflit franco-français*. Paris: Ellipses Éditions, 2012. p. 323.

⁵⁴ JOUANNA, Arlette. *Les temps des guerres de religion en France...*, p. 248.

⁵⁵ Para evitar qualquer confusão, seguiremos denominando Francisco de Valois como duque de

calmaria entre os derradeiros Valois teria um preço alto para Felipe II. Francisco de Valois intensificou os seus contatos com os calvinistas holandeses, com quem correspondia já há algum tempo, retomando o seu antigo projeto de tornar-se soberano dos Países Baixos.

A ameaça francesa sobre os Países Baixos

Em meados da década de 1570, o domínio espanhol sobre os Países Baixos se viu seriamente ameaçado. Felipe II decretou a bancarrota em setembro 1575, enquanto procurava negociar com as Cortes o aumento dos impostos e assim renovar os fundos para continuar a guerra. O governador, Luís de Requesens y Zuñiga, havia morrido em março de 1576. A vacância do poder deu maior ensejo às províncias rebeladas, especialmente Holanda e Zelanda, controladas por Guilherme de Orange. O conselho de Estado, que ficou provisoriamente a cargo do governo, perdeu o controle da situação, e os seus integrantes foram presos pelos rebeldes. Tal conjuntura comprometeu a autoridade de Felipe II nos Países Baixos. Os *tercios* espanhóis do Exército de Flandres, sem receber o pagamento, se amotinaram e saquearam Antuérpia, matando em torno de 8 mil pessoas. O evento ficou conhecido como a “fúria espanhola”, marco esse que contribuiu para fomentar a *leyenda negra*.

A província de Brabante convocou os Estados Gerais, solicitando a união de todas as províncias, exceto Holanda e Zelanda. Para complicar ainda mais a situação, o novo governador escolhido por Felipe II, *don* Juan de Áustria, atrasou a sua viagem ao norte para assumir o cargo. Contrariando as ordens do rei de passar diretamente da Itália para Flandres, *d.* Juan se dirigiu à Espanha para solicitar uma entrevista pessoal com Felipe II. Neste meio tempo, as províncias reunidas estabeleceram um acordo denominado de Pacificação de Gante, que instituía o perdão geral e estipulava a expulsão das tropas espanholas e estrangeiras do território holandês. Quando o governador finalmente alcançou os Países Baixos, estabeleceu um pacto com os Estados Gerais aceitando o acordo de pacificação, conhecido de Édito Perpétuo. Como

consequência, prometeu retirar as tropas espanholas das províncias holandesas.

Não obstante a assinatura do Édito Perpétuo, d. Juan de Áustria iniciou o cerco de Namur, que recusava a submissão ao novo governador, e tentou estabelecer o cerco sobre Antuérpia. O Édito Perpétuo, ironicamente, estava assentado sob bases muito frágeis. Foi nesse contexto que Justo Lípsio, então professor em Leuven, fugiu da cidade e se dirigiu a Leiden, mesmo sem estar diretamente ameaçado, já que os professores haviam recebido salvo-conduto. Após a fuga de Lípsio, por pouco a sua biblioteca não foi destruída, salva pela poderosa família Delrío, devido à amizade daquele com o jesuíta e filólogo Martín Antonio DelRío.⁵⁶ Daí em diante, as províncias do sul negociaram com Juan de Áustria, enquanto que as províncias do norte, lideradas por Orange, decidiram pela ruptura com o domínio espanhol, buscando um soberano próprio para governar as províncias. Para o príncipe de Orange, o Édito Perpétuo era insuficiente, já que não tratava da questão religiosa, e por isso foi rejeitado.

Os Estados Gerais, então, ofereceram a soberania ao sobrinho de Felipe II, o arquiduque Matias de Habsburgo. Tal movimento visava concluir um acordo sem romper totalmente com a linhagem da casa de Áustria. Mas, ao mesmo tempo, estabeleceram contato com o duque de Alençon, caminho esse para garantir a ajuda francesa aos rebeldes. Apesar da oposição de Henrique III e de Catarina de Médicis, Alençon partiu com tropas para Mons, cidade da província de Hainaut. Em 13 de agosto de 1578, os Estados Gerais nomearam Alençon “Defensor da Liberdade dos Países Baixos contra a tirania da Espanha e seus aliados.”⁵⁷

A primeira incursão militar de Alençon nos Países Baixos revelou-se um fracasso. O título que recebeu dos Estados Gerais não lhe conferia nenhum poder político de fato, e a ajuda militar que prestou foi apenas recompensada com a entrega de três fortalezas, que se recusaram a abrir as portas para Alençon e suas famigeradas tropas. Como Henrique III proibiu a passagem de

⁵⁶ THOMAS, Werner. Martín Antonio DelRío and Justus Lipsius. In: *Bulletin de l'Institut historique belge de Rome*, n.68, 1998. pp.345-366. p. 353.

⁵⁷ HOLT, Mack P. *The duke of Anjou and the politique struggle...*, p. 104.

tropas na fronteira, a possibilidade de arregimentar novas forças na França foi bloqueada. Por fim, a erupção da praga em Mons levou a novas baixas no exército, obrigando Alençon a se retirar da cidade. Em janeiro de 1579, Francisco de Valois voltou para a França.

Don Juan de Áustria faleceu em outubro de 1578, e Felipe II nomeou em seu lugar Alexandre Farnese, príncipe de Parma. Hábil diplomata e excelente militar, Farnese logrou a reconciliação com vários membros da nobreza e abriu o caminho para o estabelecimento de um acordo com as províncias valãs católicas. Em janeiro de 1579, essas haviam estabelecido o tratado de cooperação conhecido como União de Arras. Parma não perdeu a oportunidade e iniciou as negociações que levaram ao Tratado de Arras, assinado em maio de 1579. Além de reafirmar o compromisso com a retirada das tropas estrangeiras do território, o tratado defendia a unidade confessional da religião católica. Assinaram o acordo os condados de Hainaut e Artois, as províncias valãs de Lille, Douai e Orchies e o bispado de Cambrai. Logo se juntaram os condados de Namur, Luxemburgo e Limburg. Esse conjunto de territórios acabou conhecido na literatura como os Países Baixos espanhóis, que mais tarde dará origem à Bélgica.

Em reação contra a reorganização das províncias meridionais e a União de Arras, as províncias do norte, lideradas pela Holanda e Zelanda, se aliaram através da União de Utrecht, assinada no final de janeiro de 1579. O artigo 13 determinava que cada província seria independente para decidir sobre a política religiosa, com a condição de que a liberdade de consciência fosse respeitada.⁵⁸ Como podemos ver, a principal questão que dividia as 17 províncias era de matéria religiosa.

O acordo das províncias valãs com o príncipe de Parma levou os Estados Gerais a aceitarem, à instância de Orange, uma nova rodada de negociações com o duque de Alençon. Também esse último enviara da França representantes para tratar de um acordo mais vantajoso do que aquele de 1578. Após longo debate, um novo pacto foi alcançado. No dia 19 de setembro de 1580, Alençon foi eleito e nomeado formalmente pelos Estados Gerais como

⁵⁸ VAN GELDEREN, Martin. *The Political Thought of Dutch Revolt. 1555-1590*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 52.

príncipe e senhor das ditas províncias.⁵⁹ Meses depois, em 21 de julho de 1581, os Estados Gerais renunciaram oficialmente à soberania de Felipe II, em uma decisão revolucionária conhecida como Ato de Abjuração.

Chegamos no clímax da resistência das províncias do norte contra Felipe II. É importante salientar, neste quesito, que o ato mais grave dos Estados Gerais, que reivindicavam a representação das Dezesete Províncias Unidas, ainda que muitas não estivessem presentes, e que retirava a soberania do Rei Católico, foi realizado por meio da eleição de um príncipe francês, herdeiro do trono. Foi uma maneira de aproveitar-se da antiga emulação entre ambos os reinos. Uma das exigências dos deputados holandeses foi que o duque de Alençon conseguisse assegurar a aliança de Henrique III na guerra contra a Espanha. Além disso, a proposta de casamento de Alençon com a rainha Elizabeth I foi renovada, a despeito da diferença de idade de 20 anos entre eles. Tal aliança entre a França, Inglaterra e os rebeldes holandeses veio no pior momento possível para o Rei Católico. Na mesma época, estava empreendendo a conquista de Portugal, fato que novamente colocou a França na rota de colisão dos interesses espanhóis.

Por muito pouco, Espanha e França não entraram em guerra aberta no começo da década de 1580. Mas o monarca espanhol estava mais preocupado com a anexação de Portugal e não desejava abrir outra frente de batalha. As instruções redigidas para o novo embaixador, Juan Bautista de Tassis, revelavam que a aposta do monarca seria a pressão diplomática. Nos Países Baixos, medidas drásticas foram tomadas: por pressão do cardeal de Granvelle, a cabeça de Guilherme o Taciturno foi colocada a prêmio. Em represália, esse último lançou o seu famoso manifesto contra Felipe II, *Apologia*, lançando um capítulo decisivo para a propaganda da *leyenda negra* espanhola. Após ter sobrevivido a uma primeira tentativa de assassinato em 1582, Orange foi morto em 1584 por um tiro da arma do católico borguinhão Balthasar Gérard.

A segunda aventura do duque de Alençon sobre os Países Baixos não durou muito. Os compromissos acordados pelos Estados Gerais não foram cumpridos em sua totalidade, e as tropas de Alençon rapidamente começaram

⁵⁹ HOLT, Mack P. Op. cit. p.139.

a desertar. Devido aos problemas financeiros, Alençon e os Estados Gerais começaram a se distanciar. Em janeiro de 1583, as tropas de Alençon tentaram tomar Antuérpia de surpresa, em uma ação que ficou conhecida como “fúria francesa”, nome dado em comparação ao mesmo fatídico assédio feito pelas tropas espanholas alguns anos antes. Contudo, a fúria francesa foi um fracasso. Os habitantes, avisados da proximidade do exército, se defenderam bravamente e Alençon teve que se retirar para salvar a própria vida.⁶⁰ Esse evento, no qual Jean Bodin fora feito prisioneiro, selaria o malogrado domínio de Alençon sobre os territórios do norte. Apesar das ajudas financeiras de Elizabeth I, de Catarina de Médicis e de Henrique III, Alençon foi incapaz de manter as suas tropas. A falta de acordo com os Estados Gerais levou Francisco de Valois a se retirar dos Países Baixos e se dirigir à Cambrai, fortaleza que havia sido apoderada pelas tropas francesas alguns anos antes.

O desenlace desse imbróglio deveu-se mais à fortuna do que à pressão diplomática: Alençon e Orange morreram em 1584, em um intervalo de um mês. O primeiro faleceu em Chatêau-Thierry, a caminho de Paris, deixando a soberania da cidadela de Cambrai de herança para o Rei Cristianíssimo. Esta afronta ao Rei Prudente não foi suavizada com a morte do duque, pois abriu a fenda para outra crise sucessória: a herança do reino francês recaiu no primeiro príncipe de sangue, Henrique de Navarra.

A nossa breve descrição dos eventos que ocorreram nos Países Baixos nos ajuda a compreender também como a monarquia francesa, ao endossar as pretensões do duque de Alençon, ainda que dissimuladamente, optou por alimentar uma política exterior oposta àquela da Monarquia Hispânica. A atuação de Catarina de Médicis em relação à conquista de Portugal seguiria as mesmas diretrizes.

A conquista de Portugal e a primeira embaixada de Juan Bautista de Tassis

A conquista de Portugal pela coroa de Espanha foi celebrada, pelos *hisponófilos*, como o ápice do esplendor da Monarquia Hispânica. No entanto, tal evento foi visto com bastante desconfiança por outros soberanos europeus.

⁶⁰ HOLT, Mack P. Ibid. p. 181.

Catarina de Médicis, por exemplo, apoiou as pretensões de dom Antônio, Prior do Crato, com base no que a rainha-mãe reivindicava ser o seu próprio direito dinástico à coroa portuguesa. Desde Madrid, estava claro que qualquer ação no norte do continente era um jogo de xadrez e, por conseguinte, qualquer movimento militar que se fazia teria implicações diretas sobre os Países Baixos. Nesse contexto, Felipe II nomeou Juan Bautista de Tassis embaixador na França. Em finais de 1580, as instruções ao novo embaixador partiram de Badajoz, onde Felipe II fixou a corte enquanto o duque de Alba empreendia a conquista do reino lusitano. Tassis partiu para a França e chegou em Blois a princípios de janeiro. Como vimos, o novo embaixador teria nas mãos dois grandes desafios para lidar: a aventura de Alençon nos Países Baixos e a proteção que d. Antônio recebeu na corte francesa.

A primeira questão que Tassis foi instruído a tratar quando chegasse na corte francesa foi sobre o reconhecimento de Felipe II como soberano legítimo de Portugal. As recomendações a Tassis deixavam bem claro que deveria insistir com Henrique III nesse ponto.

[...] acordandole q considere lo q poniendo el caso en si desearia q yo hiziesse, y q tenga por cierto y seguro q no le pido en esto cosa q sin q el me la pidiera no le saliera yo al camino si en otra semejante le viera pues, sin la amistad, y deudo tan estrecho como tenemos obligan a eso en tales casos *una infinidad de razones en cristiandad, valor, y estado, tornandole a encarescer mucho q de su parte haga lo mismo [...]*⁶¹ (grifo nosso)

Para Felipe II, uma infinidade de razões em valor, estado e cristandade justificavam os seus direitos à coroa portuguesa e que eram suficientes para demandar, em contrapartida, o reconhecimento da França. Ao proteger d. Antônio, Catarina e Henrique III admitiam tacitamente apoiar a pretensão do

⁶¹ “Lembrando-o que considere que, tendo em conta o caso em que se desejaria que eu fizesse, e tenha por certo e seguro que não lhe peço nisto coisa que sem que ele me pedisse, eu não lhe saísse do caminho se em outra [situação] semelhante lhe visse pois, sem a amizade, e dívida tão estreita como [a que] temos, obrigam a isso em tais casos uma infinidade de razões em cristandade, valor e estadi, tornado-lhe a encarescer muito que de sua parte faça o mesmo. *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis*. De Badajoz, 28 de noviembre 1580. AGS, EST, K, LEG.1447, fol. 23.

prior do Crato à coroa de Portugal. Tassis se queixava ante ao rei sobre todos esses rodeios que Catarina de Médicis fazia sobre a questão sucessória portuguesa. Em uma carta em que expressava franqueza, Tassis relatou que confessara ao núncio papal que, se Catarina tinha alguma pretensão sobre Portugal, deveria pleitear o seu direito ante o maior juiz que havia: o papa. Pelo que parece, o Rei Católico não gostou nada disso. Em nota à margem da carta de Tassis, escreveu que “no conbiene esto, sino avisarle q no trate tal cosa en ninguna manera.”⁶² Nessa questão, a orientação de Felipe II era clara: o caminho para resolver o impasse seria a pressão diplomática:

Vos le dareys de mi parte estas quexas las mas vivas y resentidas que pudieredes, pero sin ning^a amenaza en mi nombre de rompim^o. [...] Que miremos el y yo por nosotros pues unidos somos bastantes a dar ley al mundo y rebueltos podemos ser risa del y espetaculos de todos.⁶³

Tassis traçou a sua interpretação e leitura do que se passava na corte francesa. Era preciso identificar o problema e pensar os meios para solucioná-lo. Em nome de uma razão de Estado, o rei da França não desejava apoiar a causa de Felipe II, por não considerar prudente estimular a grandeza e crescimento do Rei Católico. Nesse primeiro momento, a conotação é algo negativa. Tassis classificou as estratégias da França como vícios movidos em nome da ambição, inveja ou interesse nas cortes principescas poderiam se fundamentar em dois princípios: em regras de Estado, uma espécie de normas próprias do universo da política, ou em particularidades, inimizade ou pura cobiça.

Luego que llegue a Bles y que me hizo entonces representar a V
Md lo del concierto con la Reyna madre, acquietación de lo de
Portugal y ha hecho despues no ser ageno del advertir la platica a

⁶² *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 11 de diciembre 1582. AGS, EST, K, LEG. 1559. fol. 79.

⁶³ “Vós dareis da minha parte estas queixas, as mais vivas e ressentidas que pudeses, mas sem nenhuma ameaça em meu nome de rompimento. [...] Que olhemos, ele e eu, por nós, pois unidos somos bastantes para dar lei ao mundo e revoltosos podemos ser risada dele e espetáculo de todos.” *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis. Officio que ha de hazer de quexas con el rey de Fran^a*. AGS, EST, K, LEG.1447. De Lisboa, a 28 de enero 1582. fol.120.

que fue Maldonado para que de esa manera a trueque del bueno q se les hiziera, holgaran de dexarnos desembaraçados y darnos lugar que aclaremos nuestras cosas, que si bien esto auian de hazer sin nada y cumplir con la razon y virtud por solo lo que ella es, va en mundo tan bellaco que son rraros los que dexa[n] de tener mas fuerça la ambiçion la inuidia el interes y otros mil vizioz desta qualidad ordinarias en las cortes, los unos fundados en reglas de estado, los otros en particularidades enemistades y codicias, de todo lo qual ay sobre por aca y tanto que yo fiador que soy no me engaño, no faltan los que a boçes dicen ser ymprudente consejo para esta corona permitir que de la V md se alze como va alzando.⁶⁴

Mas a afronta ao Rei Católico poderia, segundo Tassis, ser resolvida de maneira legítima pela arbitragem do papa ou mesmo pela via de armas. Mas nenhum dos dois soberanos estavam dispostos a chegar às vias de fato. A consequência foi o desenrolar de um jogo de negociação entre Espanha e França amparado na prática da dissimulação. Nesta mesma época, como veremos no capítulo 7, as palavras “tácito” e “tacitamente”, foram adjetivadas para denotar uma ação que havia sido levada a cabo com o uso da dissimulação. A prática passava a ser apreciada como uma eficaz estratégia política. Mas é claro, poderia também ser estimulada por vícios de toda sorte. Por isso, todo o debate em torno da dissimulação tinha a ver com a necessidade de circunscrevê-la dentro de um parâmetro aceitável, precisamente para não desvelar em puro “maquiavelismo”. Por isso, a prudência deveria ser o norte da ação do príncipe.

Quando Henrique III apoiou o duque de Alençon na empresa dos Países Baixos, Tassis aproveitou a oportunidade para lembrar ao rei francês o acordo

⁶⁴ “Logo que cheguei a Blois e me fiz então representar a Vossa Majestade aquilo do concerto com a rainha-mãe e aquietação de Portugal e aconteceu depois de não ser alheio advertir a prática que foi [o secretário] Maldonado para que, dessa maneira, a troco do bem que os fizéssemos, rogarão de deixar-nos desembaraçados e dar-nos lugar para esclarecermos nossas coisas, que se bem isso havia de fazer sem nada e cumprir com a razão e virtude por somente o que ela é, vai o mundo tão velhaco que são raros os que deixam de ter mais força a ambição, a inveja, o interesse e mil outros vícios desta qualidade, comuns nas cortes, alguns fundados em regras de Estado, outros em particularidades, inimizades e codicias. De tudo que há por aqui, que tanto eu, confiante que sou não me engano, não faltam o que a vezes dizem ser conselho imprudente para esta Coroa permitir que a de Vossa Majestade se cresce como vai crescendo.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 23 de hebrero 1582. AGS, EST, K, LEG. 1560. fol.13. Descifrada.

de paz que regulamentava as relações entre as duas monarquias. Assim, relatou ter dito ao Rei Cristianíssimo: “Él siendo Príncipe tan prudente, conosçia muy bien quanta sin razon se nos hazia, y quan contra los tratados de paz era dexar salir de su reyno la dicha gente para guerrearnos, y quan fuera de toda ley de amistad.”⁶⁵ O referencial para ambos os príncipes era a *lei de amizade* e, por isso, o embaixador lembrava ao rei da França que, como príncipe prudente, deveria velar pelo cumprimento do acordo.

Em junho de 1582, Catarina e Henrique III ordenaram os preparativos para levantar uma armada para apoiar d. Antônio na conquista de Portugal. A esquadra, comandada por Philippe Strozzi, foi destruída pelo marquês de Santa Cruz, batalha na qual o próprio Strozzi perdeu a vida. Crato se refugiou na Ilha Terceira e, mais uma vez, foi derrotado pela armada do marquês. Dessa vez fugiu para a Inglaterra. O fato de a França e Espanha não estarem em guerra aberta levou à aplicação do rigor total contra os apoiadores do prior do Crato, considerados piratas.⁶⁶ Outra armada enviada no ano seguinte também foi desbaratada. Em resposta ao atrevimento de Catarina, Felipe II escreveu a Tassis para espalhar discretamente, entre os seus confidentes no reino francês, o dano que a intervenção da rainha-mãe causou à reputação da França e de sua juventude, já que ela lhes havia posto a faca na garganta.⁶⁷

Após assegurar a conquista de Portugal e obter uma relativa tranquilidade nas províncias do norte, tanto pelas vitórias militares do duque de Parma como pelas mortes de Alençon e Orange, Felipe II estava pronto para dedicar-se a outro projeto, que sempre que surgia à tona, era engavetado devido à falta de oportunidade e recursos: a empresa da Inglaterra.

Do Tratado de Joinville (1585) à Paz de Vervins (1598)

⁶⁵ “Ele, sendo príncipe tão prudente, conhecia muito bem quanta sem razão nos fazia, e quanto contra os tratados de paz era deixar sair a dita gente para nos guerrear, e quão fora de toda a lei de amizade. “*Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, julio de 1582. AGS, EST, K, LEG. 1560. fol.71.

⁶⁶ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia...*, p. 268.

⁶⁷ *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis*. 1582. AGS, EST, K, LEG.1447. fol.172.

A tomada de armas pelos Guise deu início ao que comumente se denomina oitava e última guerra de religião. Entre 1585 e 1598, a principal disputa pelo poder foi travada entre os *ligueurs*, chefiados pelo duque de Guise e depois Mayenne, e os navarristas, liderados por Henrique de Bourbon. Não se tratou de uma guerra contínua e sim de uma série de conflitos armados sucedidos por alguns períodos de calmaria ou de trégua. Em janeiro de 1595, Henrique IV declarou guerra contra a Espanha. Ainda assim, os exércitos apenas travaram algumas batalhas entre si. No final, a tomada de Amiens, em 1597, por Henrique IV acabou por precipitar a assinatura da Paz de Vervins, mediada pelo papa Clemente VIII.

O distanciamento progressivo entre a França e Espanha deu um salto exponencial com o Tratado de Joinville. Com a morte do duque de Alençon, a lei sálica fazia recair a herança sobre o primeiro príncipe de sangue que, como vimos, era Henrique de Bourbon, herdeiro direto de São Luís, pela linhagem masculina. A possibilidade de ascensão de um rei herege ao trono da França levou a uma reaproximação entre Felipe II e os príncipes da casa de Lorena. Em setembro de 1584, os três irmãos, duque de Guise, cardeal de Guise e o duque de Mayenne se juntaram em Nancy, capital do ducado de Lorena, com o senhor de Maineville, representante do Cardeal de Bourbon, tio de Henrique de Bourbon, e decidiram fundar uma liga, cujo fim era impedir a ascensão desse último. Nessa ocasião, nasceu a Liga Católica nobiliárquica.

Na mesma época, Felipe II enviou Juan Iñiguez, conhecido como comendador Moreo, para negociar diretamente com o duque de Guise uma aliança para favorecer a causa católica. Além daquele, o rei também havia ordenado que Juan Bautista Tassis fosse até Joinville, sede do ducado de Guise, para participar da convenção com os nobres lorenenses. Para poder se dirigir ao norte sem provocar maiores suspeitas, Tassis foi dispensado do seu cargo de embaixador.⁶⁸ Em dezembro de 1584, ele partiu rumo a Bruxelas, onde deveria assumir o cargo de *veedor general* dos exércitos de Flandres. Às vésperas do ano-novo, Tassis alcançou Joinville. Estavam ali já reunidos o

⁶⁸ *Lo que se le ofrece al Comendador Juan Baptista de Tassis que dezir sobre la pretension que los consejeros de estado de Roppa Larga tienen de que el dicho comendador se aya de sentar en el dicho consejo el postrero de todos es lo siguiente.* 1595. AGS, EST, LEG. 609. fol.107.

duque de Guise, o cardeal de Guise, o duque de Mayenne; os primos destes, o duque de Aumale e o duque de Elbeuf; e por fim o cardeal de Bourbon, representado por Maineville.⁶⁹

Para dar agilidade à negociação, já que os outros integrantes do acordo iniciaram o debate antes da chegada daqueles, os ministros acabaram por assinar um acordo sem a autorização prévia de Felipe II. E assim justificaram a decisão: “[...] ansy que por todas vias se hallava esto a nuestra llegada aqui, en termino que era fuerza concluyr, o dexar deshechas y rrompidas estas platicas pa no bolver a ellas jamas”.⁷⁰ O monarca ratificou o acordo em março de 1585. Tassis valorizou o seu papel na conclusão do tratado, ao dizer que “yo traje en Joinville a conclusion una cosa grande y desseada [...]”.⁷¹

A decisão mais importante que encabeçava o compromisso de Joinville foi a recusa do direito sucessório de Henrique de Navarra, tomando por legítimo sucessor de Henrique III, caso este não deixasse herdeiro masculino, o cardeal de Bourbon. Como tio de Henrique de Navarra, o cardeal era o príncipe de sangue - católico - mais próximo do monarca. A recusa dos direitos do príncipe de Béarne residia no fato de ser herege e relapso. Em seguida, acordou-se a implementação das decisões do concílio de Trento na França, rejeitadas pela Igreja Galicana.

Através do acordo, Felipe II se comprometeu a pagar 50.000 escudos mensais, adiantados em um pagamento de 600.000 escudos em duas parcelas. Era uma prestação contínua que estava condicionada à manutenção da guerra contra Henrique III enquanto apoiasse os direitos de Henrique de Navarra e mantivesse a política de pacificação. Nas cláusulas secretas, Henrique de Guise se comprometeu a entregar para Felipe II os territórios de Navarra que estavam sob domínio de Henrique de Bourbon e também entregar dom Antônio, que se refugiara na Normandia.⁷² Esse escapou por milagre,

⁶⁹ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 306.

⁷⁰ *Ynstrucion y acuerdo para el Sr comendador Moreo*. Joinville, 17 de enero 1585. AGS, EST, LEG.2846. fol. 79.

⁷¹ *Juan Bautista de Tassis a don Juan de Idiaquez*. De Namur, a 14 de abril de 1586. AGS, EST, LEG.591. fol. 10.

⁷² As cédulas secretas estão guardadas em Simancas (AGS, EST, LEG.2846. fol. 6 e fol. 8) Neste fundo documental, estão mantidos os papeis deixados por Juan Bautista de Tassis após

tendo sido avisado do acordo, foi perseguido a cavalo pessoalmente por Moreo, mas conseguiu fugir em último minuto embarcando em um navio.⁷³

Para além da defesa da religião católica, Felipe II tinha seus interesses particulares ao se aproximar dos príncipes lorenenses, pois necessitava de apoio para a invasão à Inglaterra, para neutralizar a possível oposição de Henrique III ao projeto. O estalido da pressão interna sobre o Rei Católico para empreender a invasão ao reino anglicano fez com que o monarca decidisse, por fim, estabelecer um compromisso com a nascente Liga Católica.

O acordo delineava os contornos de um projeto hispano-católico, cujo objetivo primordial era conseguir a extirpação da heresia como condição *sine qua non* que garantisse a salvação do reino francês. Para Felipe II, o acordo trazia duplo benefício: propunha uma solução armada ao conflito interno francês, que tanto insistira com Catarina de Médicis, mas também afastava a possibilidade de intervenção de Henrique III nos planos de invasão à Inglaterra. Era necessário neutralizar as ajudas francesas e holandesas que poderiam obstaculizar a invasão. Ao “distrair” internamente a França, o Rei Prudente garantia a sua inércia em atuar contra os planos da Invencível Armada. Além disso, com o litoral dos Países Baixos controlados pelos *gueux de mer*, era necessário um porto de apoio no mar do norte.

O tratado de Joinville não significou a eclosão de uma guerra aberta, mas o prenúncio de um conflito ainda maior no horizonte. O acordo deveria ser mantido em segredo, já que Felipe II, apesar de considerar inúmeras as ofensas e violações do seu direito como soberano natural de Portugal e dos Países Baixos, não desejava começar uma guerra contra a França. Os Guise-Lorena tampouco queriam alardear uma traição contra o seu próprio rei, de maneira que tiveram o cuidado de não colocar cláusulas que pudessem indicar qualquer ação desse tipo. Também por isso, o tratado foi assinado com uma data falsa, em dezembro de 1584, que daria a entender que ocorreu antes da cerimônia da cessão de Cambrai.⁷⁴ Por fim, a relação da Liga Católica com

a sua morte, encaminhados à Simancas por seu secretário, Gabriel da Alegria.

⁷³ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. Op. cit. p. 285.

⁷⁴ “an querido que la fecha del contrato se pusiesse a postrero del año pasado, aunque no se hayan acabado en efecto los despachos que oy y esto porque precediesse la conclusion del

Felipe II, desde o princípio, adquiria um tom ambíguo.

Los ligueurs definían, según su origen, procedencia e intereses, lo que debía hacer el Rey Católico para ellos y, en consecuencia, contruían una imagen específica de la proyección, fuerza y sentido de una potencia que, de ser enemiga tradicional, pasaba a modelizarse como socio necesario o imperativo.⁷⁵

Em 31 de março de 1585, os Guise publicaram um manifesto em Péronne, como havia sido feito em 1576, no qual expunham todas as queixas contra Henrique III. O documento, *Déclaration des causes qui ont mu M. le Cardinal de Bourbon et les princes, pairs, prélats et seigneurs, villers, et communautés catholiques de ce royaume, de s'opposer à ceux qui veulent subvertir la religion et l'Etat*, mesclava a necessidade primeira de defesa da religião católica romana com algumas reivindicações políticas. Eles criticavam o predomínio dos *mignons* de Henrique III, que obtiveram do rei vários domínios e rendas, além de favores. Além disso, solicitavam a redução dos impostos e a convocatória dos Estados Gerais. Os Guise manifestavam os seus próprios *mécontentement* para justificar o levantamento armado.

Henrique III, sem poder fazer frente à mobilização militar da Liga com o apoio de Felipe II, aceitou negociar os termos demandados. O Rei Cristianíssimo assinou em 18 de julho, a contragosto, o tratado de Nemours, uma vitória sem precedentes dos ultra-católicos. Previa o período de seis meses para que os calvinistas abjurassem ou abandonassem a França. Henrique de Navarra, se não se convertesse, seria privado dos seus direitos sucessórios.⁷⁶ Em setembro do mesmo ano, o papa Sixto V redigiu uma bula que decretava o rei de Navarra, como herético e relapso, despossuído dos seus direitos e dos seus bens hereditários. Não obstante a assinatura do tratado com a Liga, Henrique III e o Parlamento de Paris se recusaram a

neg^o a la aplicación de cambray a la corona que tienen por cierto que se hizo y se publico a primo deste año." *Ynstrucion y acuerdo para el Sr comendador Moreo*. Joinville, 17 de enero 1585. AGS, EST, LEG.2846. fol. 79.

⁷⁵ BRUNET, Serge. Entre la armada invencible y las barricadas parisinas. Felipe II y la Liga. RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. & DUBET, Anne. *Las monarquías española y francesa (siglos XVI-XVIII)*. ¿Dos modelos políticos? Madrid: Casa de Velázquez, 2010. p. 84.

⁷⁶ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p.313.

registrar o decreto, alegando ser este uma interferência externa nos assuntos franceses. Afinal, o rei da França não reconhecia nenhum poder temporal superior.

Em paralelo à formação da Liga Católica nobiliárquica, desenvolveu-se a liga urbana na cidade de Paris. Setores da elite municipal se mobilizaram para, também, impedir a ascensão de um rei herege. A princípio, essa rede foi constituída por uma sociedade secreta fundada pela iniciativa de Charles Hotman, coletor de impostos do bispo de Paris e, surpreendentemente, irmão de François Hotman, o famoso panfletário protestante, autor da obra-manifesto *Francogalia*.⁷⁷ Entre os membros, estavam os curas Jean Prévost e Jean Boucher, ambos doutores da Sorbonne, Matthieu de Launoy, canônico de Soissons, e o advogado Luys Dórleans. Pouco a pouco foram-se juntando outros indivíduos: advogados, comissários e procuradores do parlamento, membros da *Chambre des comptes* e mercadores. A maioria dos membros era pertencente a um ramo intermediário da sociedade parisiense. Logo, esse grupo passou a ser denominado de *Seize*, ou Dezesesseis, em referência à representação dos dezesseis distritos [quartiers] de Paris. Estes se reuniam em assembleias secretas, e a liderança cabia a um comitê composto por aproximadamente dez pessoas.

Os *Seize* ficaram conhecidos por seu duplo radicalismo. Em primeiro lugar, foram marcados pelo fervor religioso, insuflado pelos predicadores e doutores da Sorbonne. Entre 1590 e 1591, os *Seize* buscaram o amparo e proteção do Rei Católico. Como veremos, os seus membros estavam inclusive dispostos a apoiar os direitos de Isabel Clara ao trono francês. Essa devoção foi exaltada por Felipe II em uma carta a Juan Bautista de Tassis, que recomendava o apoio à liga urbana para impedir que fizesse trégua com os navarristas:

Pues se entiende que se puede esperar mas de las villas en materia de religion, justo sera hazer con ellas el esfuerzo que conviene para que se consierven en su buen proposito y no

⁷⁷ CARPI, Olivia. *Les Guerres de Religion (1559-1598). Un conflit franco-français*. Paris: Ellipses Éditions, 2012. p. 454.

consientan paz con hereges, y asy procurareys esforçar a la de Paris, a la Sorbona y a las demas partes y personas [...].⁷⁸

Os *Seize* se aliaram à Liga Católica, mas mantiveram a independência no que tange à administração e ao manejo dos recursos da cidade. Tal aliança foi mais forte no princípio, devido à figura carismática do duque de Guise. Após a morte desse, o novo líder, o duque de Mayenne, teve sérios conflitos com os *Seize* em relação ao governo de Paris e a permissividade do primeiro para com os *politiques*. Disso trataremos no sexto capítulo.

A partir deste momento é que podemos perceber mais nitidamente a formação de dois grupos majoritários dentro da cidade. Os católicos *zélés*, liderados pelos *Seize*, e os *politiques*, católicos moderados, que apoiavam Henrique III. Após o assassinato do rei, em agosto de 1589, os *politiques* passaram a amparar as pretensões de Henrique de Bourbon, com a esperança de que este, mais cedo ou mais tarde, iria se converter. Por isso, também foram denominados de *royalistas*, já que, imbuídos de um patriotismo galicano, enalteciam a superioridade das leis do reino sobre quaisquer intervenções estrangeiras. Como veremos, o debate sobre a lei sálica será fundamental.

Enquanto o partido católico se fortalecia por meio da aliança da nobreza com as elites urbanas, Henrique de Navarra se viu acuado e reforçou as alianças com os chefes huguenotes, entre eles Henrique de Condé. Mas conseguiu um feito notável: o apoio de um dos antigos *malcontents*, Henrique de Montmorency. Os três lançaram o famoso protesto contra o tratado de Nemours, intitulado *Déclaration et Protestation du roy de Navarre, de Monsieur le Prince de Condé et de Monsieur le duc Montorency [...]*. A sorte de Henrique mudou quando Elizabeth I decidiu apoiar os rebeldes em Flandres. Em agosto de 1585, a rainha assinou o tratado de Nonsuch, dias após a rendição da Antuérpia nas mãos de Alexandre Farnese, e decidiu apoiar com mais dinheiro e tropas Henrique de Navarra. Além disso, os protestantes alemães também enviaram reforços, deixando Henrique III em uma encruzilhada entre a Liga Católica e o rearmamento dos huguenotes liderados pelo *Béarnais*. O duque de Guise recusava-se a romper abertamente contra o seu rei, o que levou Felipe II

⁷⁸ *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis. De Valladolid, a 12 de agosto 1592.* AGS. EST, K, LEG.1450, DOC. 174.

a recusar o pagamento do restante do dinheiro prometido no acordo de Joinville. “Fue en este marco ambiguo de lealtades cambiantes y fidelidades indecisas donde debió actuar la diplomacia española para preparar el camino a la Armada Invencible.”⁷⁹

Curiosamente, Giovanni Botero estava na França durante o tumultuado ano de 1585. O autor piemontês fez parte da comitiva do embaixador do duque de Savóia, Rene de Lucinge. Os debates travados entre ambos sobre a realidade política francesa, da qual eram testemunhas, teve grande impacto no autor piemontês.⁸⁰ Mergulhado na crise francesa pela proximidade que cultivou com integrantes da Liga, Lucinge havia publicado o seu tratado político *Naissance, Durée et Chute des Etats* em 1588. No ano seguinte, Botero publicou a sua versão, mais bem-sucedida, que conhecemos: *Della Ragion di Stato*.

A animosidade entre Henrique III e o duque de Guise aumentava a passos largos enquanto Felipe II seguia com os preparativos da armada. Em Paris, o novo embaixador Bernardino de Mendoza estreitou os laços com os *Seize*. Esses vinham preparando secretamente uma revolta contra o rei que, logo que eclodiu, contou com o apoio da população, estimulada pelos predicadores e queixosos da alta no custo de vida. O duque de Guise, devido às recentes vitórias militares contra os *reîtres* alemães,⁸¹ tinha adquirido enorme prestígio na cidade. Após as fracassadas negociações de paz com o emissário do rei, o duque de Guise, que estava residindo em Soissons, resolveu voltar para Paris, contrariando as ordens de Henrique III. A população, exaltada, reagiu contra a chegada de 4.000 soldados das tropas suíças que o rei ordenara para proteger a cidade. Em 12 de maio de 1588, a população iniciou o motim contra o rei, em um evento conhecido como Jornada das Barricadas. Os *Seize* tomaram o poder na cidade. O Rei Cristianíssimo, acuado, teve que abandonar Paris sob os gritos de “longa vida ao duque de

⁷⁹ BRUNET, Serge. Op. cit. p. 76.

⁸⁰ BALDINI, A. Enzo. Botero e la Francia. In: *Botero e la 'Ragion di Stato'. Atti del convegno in memoria di Luigi Firpo (Torino 8-10 marzo 1990)*. BALDINI, A. Enzo(ed). Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1992. pp.335-359.

⁸¹ Famosa unidade de cavalaria ligeira.

Guise”.⁸² O “partido de Deus”, como os chefes da Liga Parisiense foram designados por Élie Barnavi, era agora o senhor de Paris.⁸³ A humilhação de Henrique III estava apenas começando.

A revolução iniciada pela Jornada das Barricadas resultou no estabelecimento da comuna de Paris, presidida pelo duque de Guise e os *Seize*. Foi feita uma depuração dos membros realistas das instituições municipais, do *Parlement* de Paris, dos presídios (Arsenal e Bastilha), da *Chambre de Comptes* e a *Cour de Aides*.⁸⁴ Muitos daqueles que permaneceram fiéis ao rei ou deixaram a cidade, ou foram enviados para a Bastilha. Com a retirada do rei, a vitória da Liga foi apenas parcial. Era preciso negociar outra vez as demandas do Tratado de Nemours e a retomada da guerra contra os huguenotes. Catarina de Médicis, que havia permanecido na cidade, fez uso mais uma vez do seu talento diplomático e serviu de mediadora entre o seu filho e o duque de Guise.

O rei, a contragosto, acabou por ceder às petições impostas por Guise. Em 15 de julho, decidiu fazer o acordo com Guise e o cardeal de Bourbon, aceitando a convocação dos Estados Gerais. O pacto foi registrado pelo Parlamento de Paris em 21 de julho de 1588, e ficou conhecido como Édito da União. Confirmava as cláusulas do Tratado de Nemours, além de proibir expressamente qualquer aliança ou trégua com os huguenotes e o reconhecimento de um herege como herdeiro do trono. Os súditos foram obrigados a aderir à Santa União Católica sob pena de lesa-majestade. Por fim, o rei decretou a anistia dos envolvidos na Jornada das Barricadas e ratificou a comuna instalada em Paris.⁸⁵

Henrique de Guise foi nomeado como *Lieutenant Générale du Royaume* e o cardeal de Bourbon reconhecido como primeiro príncipe de sangue. Em outubro, a assembleia dos Estados Gerais se reuniu em Blois. No dia 18, o rei aceitou a demanda dos deputados, jurou respeitar o Édito da União e lhe

⁸² HOLT, Mack P. *The French wars of religion in France...*, p. 128.

⁸³ BARNAVI, Élie. *Le partie de Dieu. Étude sociale et politique des chefs de la Ligue parisienne (1585-1594)*. Bruxelles-Louvain: Nauwelaerts, 1980.

⁸⁴ HOLT, Mack P. Op. cit. p. 128.

⁸⁵ CARPI, Olivia. Op. cit. p. 471.

outorgou o estatuto de lei fundamental do reino, promulgado “com o consentimento dos Estados.”⁸⁶ Foi uma vitória estrondosa para a Liga e os católicos *zélés*: “la loi de catholicité s’imposait comme la première loi du royaume.”⁸⁷ Mais do que uma decisão, os Estados Gerais de Blois legitimavam uma via futura para a França. Um futuro que a Liga Católica, os *Seize* e Felipe II tentariam defender de todas as maneiras.

Na instrução que enviou ao duque de Fria para representá-lo nos Estados Gerais, Felipe II se remontou à decisão da assembleia de Blois para justificar a exclusão de Henrique de Bourbon à coroa da França.⁸⁸ Nesse sentido, para os desígnios da Liga Católica, o Édito da União, referendado pelos Estados Gerais, se converteu em um ponto de referência que legitimava a exclusão de Henrique de Navarra. Para Felipe II, foi o primeiro passo que validaria a proposta da infanta.

Contrariado por haver assinado o Édito da União sob pressão dos príncipes da Liga, Henrique III ficou mais confiante após o fracasso da Invencível Armada. Apesar de pessoalmente desejar a unidade confessional do reino e travar a guerra contra os huguenotes, Henrique III ficou colérico pela maneira como o processo foi conduzido, representando um duro golpe contra a sua autoridade. O rei francês decidiu então eliminar de uma vez por todas o duque de Guise. No dia 23 de dezembro de 1588, o *balafre* foi atraído pelo rei ao palácio em Blois, sendo assassinado pela guarda palaciana dentro dos aposentos régios. O cardeal de Guise, que estava junto com o seu irmão, foi assassinado na véspera do natal. Os corpos dos irmãos nunca foram encontrados.⁸⁹

Nessa mesma ocasião, vários membros *ligueurs* foram presos, entre eles o príncipe de Joinville, filho do duque de Guise, e o cardeal de Bourbon.

⁸⁶ Ibid, p. 478.

⁸⁷ “A lei de catolicidade foi imposta como lei fundamental do reino.” LE ROUX, Nicolas. *Les Guerres de Religion*. Paris: PUF, 2016. p. 102.

⁸⁸ *Lo que vos Don Lorenzo Suarez de Figueroa Duque de Fria mi primo aveys de hazer en la jornada a que al presente os embio*. De Madrid, a 2 de enero 1592. AGS, EST, K, LEG.1450, DOC.109.

⁸⁹ CARPI, Olivia. Op. cit. p. 482.

Para contrapor ao crescente domínio dos *ligueurs* nas províncias, Henrique III voltou a negociar com Henrique de Navarra. Em abril, o último Valois e o primeiro Bourbon estabeleceram um acordo de cooperação militar, que fornecia algumas garantias de liberdade religiosa nas cidades governadas pelos huguenotes. O rei justificou o acordo com os huguenotes em nome da legítima defesa contra a Liga, que acusava de atentar contra a sua vida e a sua coroa, com apoio dos estrangeiros.⁹⁰ Em julho, o rei reabilitou Henrique de Navarra e o reconheceu como herdeiro e sucessor.

A reviravolta coordenada por Henrique III despertou o ódio generalizado entre os católicos franceses. Ao ordenar a morte do duque de Guise, Henrique III assinou a sua própria sentença de morte. Mas pelo menos, momentaneamente, parecia uma vitória, pois tal ação privou o partido católico de uma liderança carismática e de um excelente estrategista militar, além de isolar o herdeiro da Liga, o cardeal de Bourbon. Oito meses após a morte de Henrique de Guise, o rei foi esfaqueado e morto pelo monge Jacques Clément.

O assassinato de Henrique III abriu uma nova situação entre a Monarquia Hispânica e a França. Como não havia rei reconhecido, não podemos falar de embaixada e embaixadores na plenitude do termo. O então embaixador Bernardino de Mendoza, que havia recebido permissão para se retirar devido à cegueira que lhe afetava, permaneceu em Paris como representante oficial do Rei Católico perante à Liga.⁹¹ Para ajudar don Bernardino na tarefa de coordenar a assistência à Liga e aos *Seize*, Felipe II havia ordenado que Juan Bautista de Tassis e o comendador Moreo retornassem para França. Em maio de 1590, o monarca comunicava ao duque de Parma a decisão de enviar ambos os agentes de volta ao reino de São Luís.⁹² Na época, a reunião dos três ministros foi chamada de triunvirato espanhol.⁹³

⁹⁰ Ibid. p. 519.

⁹¹ Bernardino teria recorrido ao próprio duque de Mayenne para lhe confirmar o estatuto de embaixador, uma atitude que teria aumentado as discórdias com Moreo e Tassis.

⁹² *Yo el Rey. Al Ill^{mo} Duq de Parma my muy charo y muy amado sobrino*. De Madrid, a 4 de mayo 1590. AGS, EST, LEG.2848. fol.80.

⁹³ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia...*, p. 88.

O sucessor do duque de Guise na liderança da Liga Católica foi o seu irmão mais novo, o incompetente e arrogante Carlos de Lorena, duque de Mayenne. O conselho da União, novo órgão criado a partir da reformulação do Conselho dos Quarenta, que controlava Paris, conferiu ao duque o cargo inédito de *Lieutenant Général de L'État et Couronne de France*. Pelo comportamento dissimulado e a constante mudança de ideia, Carlos de Lorena conseguiu a unanimidade da rejeição entre os ministros e embaixadores de Felipe II. Para alguns historiadores, Mayenne foi a principal razão do fracasso da intervenção espanhola na França.⁹⁴

Após o assassinato do rei, como esperado, Henrique de Navarra reivindicou o trono. Os fracassos militares e ineptidão de Mayenne foram contrapostos às vitórias e excepcionalidade de Henrique de Navarra. Mayenne foi derrotado na batalha de Arques, em setembro de 1589, e novamente na batalha de Ivry, em 14 de março de 1590. Logo, outro golpe à Liga se seguiria: a morte do cardeal de Bourbon, aclamado como Carlos X, na prisão.⁹⁵ Animado com as vitórias recentes, os olhos de Henrique de Navarra se voltaram para a conquista de Paris. Em maio, ele iniciou o assédio de Paris.

Desse momento em diante, a trajetória dos Países Baixos e da França se uniram outra vez. Felipe II ordenou que o governador geral dos Países Baixos, o duque de Parma, invadisse a França para levantar o cerco imposto por Henrique. A decisão, para desgosto de Parma, deixava claro que a França, neste momento, era a prioridade para o Rei Católico. O problema foi que os rebeldes do norte, aproveitando a distração que impunha a intervenção na França, fizeram novas ofensivas militares. Parma não se conteve ao explicar para o rei o dilema em que se encontrava, correndo o risco de perder os próprios territórios sem adquirir o alheio,

sobrandoles tanta comodidad por donde ocuparnos, aun dañarnos, *cae muy en esta razon de estado* que lo intentaran con

⁹⁴ Ibid. p. 402-403.

⁹⁵ Não se sabe ao certo as razões da morte do cardeal, mas os ministros de Felipe II afirmam que foi assassinado. Moreo disse a Juan de Idiaquez que “segun afirman todos le ahogaran entre dos colchones”. *Moreo a don Juan de Idiaquez*. De Bruselas, a 26 de mayo 1590. AGS, EST, LEG.599. fol.10. O duque de Feria contou ao duque de Sessa que ouviu dizer que o cardeal fora envenenado.

mayor esfuerço quanto nos viessen por acá sin el, y como lo han agora mostrado en socorrer de nuevo a Berquien Rin....[...] assi vendria a perderse lo propio sin adquirir de lo ageno.⁹⁶ (grifo nosso)

Mesmo com os êxitos dos holandeses em recuperar várias cidades, o Rei Católico comunicava a Juan Bautista de Tassis para prosseguir com a intervenção na França:

Las perdidas de Zutphen y Deventer han venido a muy mal tiempo – plega a Dios que se ayan remediado – pero como quiera que esto este dexando lo de ay en buena defensa, se ha de acudir a lo de Francia, que es el negocio mayor y mas principal – y asi lo escribo al Duque – y que en lo que mayor servicio me puede hazer es ganar las horas que pueda para la entrada de Francia.⁹⁷

Com as vias de abastecimento cortadas, a população estava quase morrendo de inanição, sendo comum os relatos do consumo de carne de cavalo, cachorro, gato, rato e outros animais.⁹⁸ Bernardino de Mendoza, dentro das muralhas da cidade, ajudou pessoalmente na defesa e abastecimento, distribuindo esmolas e pão para os pobres. A ação enérgica de Mendoza, quase cego, foi ridicularizada na *Satyre Ménippée*, que divulgou a boataria de que Mendoza havia dado aos franceses farinha feita a partir dos ossos humanos.⁹⁹ Segundo Pedro Cornejo, esse mal-entendido começou por uma

⁹⁶ “sobrando-lhes tanta comodidade por onde nos ocupar, ainda em nos prejudicar, cai muito nessa razão de Estado que o intentarão com maior esfuerço quanto nos vissem por aqui sem ele, e como o tem mostrado agora em socorrer de novo a Bergen aan Zee [...] assim viria a perder-se o próprio sem adquirir do alheio.” *El duque de Parma a Su Majestad*. De Vintz, a 17 de octubre 1589. AGS, EST, LEG. 597. fol. 68.

⁹⁷ “As perdas de Zutphen e Deventer vieram muito em mal tempo – roga a Deus que tenham se remediado – mas como queira que isto esteja deixando o de aí em boa defesa, tem se de acudir ao de França, que é o maior negócio e mais principal – e assim escrevo ao duque – e que o maior serviço que me pode fazer é ganhar as horas que pode para a entrada na França. *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis*. De San Lorenzo, a 4 de agosto 1591. AGS, EST, K, LEG.1450, DOC. 56.

⁹⁸ CORNEJO, Pedro. *Discurso y breve relacion de las cosas acontecidas en el cerco de la famosa villa de Paris [...]*. En Bruxellas, en la casa de Roger Velpio, 1591. p. 34.

⁹⁹ A sátira da arenga do Sr. de Aubray, quando tratava do cerco da cidade, revelava o aperto que os franceses passavam, comendo carne de cavalo, de cachorro e mingau; nessa ocasião de penúria, o legado e o embaixador Mendoza, “que n’ayons mangé les oz de nos péres, comme sont les sauvages de la nouvelle Espagne.” *Satyre Ménippée de la vertu du Catholicon d’Espagne*. 1594. p.129.

conversa de Bernardino sobre os turcos que foi mal recebida. No entanto, Cornejo assegurava que viu acontecer e que soube que se haviam comido 22 crianças.¹⁰⁰ Tanta desesperação que, quando o exército de Parma conseguira levantar o cerco, os *Seize* e os católicos *zélés* se colocaram sob a proteção de Felipe II. Segundo Armenta y Córdoba, a comoção foi tão grande que as crianças gritavam “viva o Rei Católico”, ao passo que as campanhas tocavam tão alto que deixaram o príncipe de Béarne atônito. Contudo, o ato mais simbólico fora este: alguns espanhóis haviam pendurado na muralha de Paris as bandeiras do Rei Católico, “cosa hasta entonces nunca vista en Paris desde su fundacion”.¹⁰¹

Bernardino, após o sítio, havia conseguido do monarca a permissão para regressar à Espanha. Em seu lugar, o monarca nomeou *don* Diego de Ibarra, que servia na Itália como *veedor general de los ejércitos* de Milão. Em novembro, as instruções para Ibarra foram despachadas de Madrid.¹⁰² Em agosto de 1591, o comendador Moreo faleceu em Meaux, de maneira inesperada, levantando rumores de que havia sido envenenado.¹⁰³

A presença de Ibarra e Tassis na França para manejar o apoio aos *ligueurs* foi acompanhada da decisão de Felipe II de abrir uma dupla estratégia para favorecer a causa da infanta Isabel Clara. A primeira, já colocada em curso, era a formação de um poderoso exército comandado pelo duque de Parma, que traria os *tercios* desde os Países Baixos, que se reuniria com o duque de Mayenne, comandante do exército *ligueur*, e com o duque de

¹⁰⁰ “[...] por hauer contado en una conuersacion Don Bernardino de Mendoza algunos dias antes, que se hauian comido los huesos molidos en lugar de pan, en una fortaleza del gran Turco asediada de los Persianos, le fue tan mal tenido y interpretado de algunos de los circunstantes, que causo un grande escándalo entre los malintencionados; y al fin vi yo lo mismo por mis ojos en este pueblo, y oy un cierto Imprimidorme ha mostrado un pedaço del, Tambien me certifico un Presidente de la villa, que se hauian comido veynte y dos niños en diueros lugares de ella, lo que no se lee de ninguna otra despues de la detruycion de Ierusalem.” Ibid. p. 34.

¹⁰¹ ARMENTA Y CÓRDOBA, *Damián*. *Los tres libros de la guerra de Francia dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella*. 1596. BNE. MSS/2126.fol. 43r. fol. 25r.

¹⁰² “Coisa até então nunca vista em Paris desde a sua fundação”. *Lo que vos Don Diego de Ibarra haueis de hacer en esta jornada adonde al presente os embio*. 18 de noviembre 1590. AGS, EST, K, LEG.1449. fol. 172.

¹⁰³ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia...*, p. 365.

Montemarciano, comandante das tropas do papa. A segunda estratégia foi insistir com Mayenne sobre a necessidade de convocação dos Estados Gerais para a eleição de um rei católico. Assim, decidiu nomear o duque de Fera, don Lorenzo Suárez de Figueroa, para representá-lo na assembleia, quando finalmente acontecesse.

Após a libertação do cerco de Rouen, as tropas do duque de Parma já tinham se retirado da França. A guarnição que Farnese deixara no reino de São Luís era pequena e insuficiente para fazer frente às tropas do príncipe de Béarne, que haviam sido reforçadas com o ouro inglês.¹⁰⁴ O sobrinho do rei *Prudente* morreu em decorrência de um ferimento durante a campanha militar, e nomeou-se governador dos Países Baixos o velho inimigo de Parma, o conde Pedro Ernesto de Mansfeld. As rivalidades internas, a desorganização geral e falta de pagamentos dos soldados deixou a reivindicação da Monarquia Hispânica nos Estados Gerais sem o devido amparo militar.

La imagen de desorden se incrementa si se considera que cada una de las instancias españolas tenía sus propias redes de contacto en Francia y negociaba sus propias ayudas, dependiendo siempre de las posibilidades financieras de cada territorio. La nobleza no dejaba de pedir contribuciones económicas y militares para sostenerse contra Enrique IV, las ciudades mercantiles libertades comerciales y los grupos de radicales urbanos el socorro de las tropas del Católico.¹⁰⁵

Mansfeld, como Parma, se recusava a deixar os Países Baixos desprotegidos e, quando finalmente despachou o exército para a França, a mando do seu filho, o conde Carlos, não quis se afastar muito da fronteira, evitando dirigir-se a Paris. Enquanto Felipe II dissimulava a ausência do exército com o argumento de evitar dar a impressão de uma imposição da

¹⁰⁴ VAZQUEZ de PRADA, Valentín. Op. cit. p.390.

¹⁰⁵ RUIZ IBAÑEZ, José Javier. Alimentar a una hidra. La ayuda financiera española a la Liga católica en el norte de Francia. In: *Banca, Crédito y Capital. La Monarquía Hispánica y los antiguos Países Bajos*. SANZ AYAN, Carmen. GARCÍA GARCÍA, Bernardo. (eds.) Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006. pp.181-203. p. 186.

eleição pela força de armas, muitos aliados começaram a questionar se o Rei Católico ainda teria a potência necessária para socorrer os franceses *zélés*.

No início da década de 1590, o duque de Mayenne, em nome da Liga Católica, convocou por diversas vezes os Estados Gerais para eleição de um rei católico. Em 3 de fevereiro de 1590 os Estados deveriam juntar-se em Melun, para dar legitimidade à aclamação do cardeal de Bourbon como Carlos X, que acabou morto na prisão em maio. Depois, estava prevista outra reunião em Órleans e em seguida em Reims, todas postergadas.¹⁰⁶ Felipe II acreditava que o atraso na convocatória dos Estados Gerais e os rodeios que se faziam em torno da aclamação da infanta tinham por finalidade o aproveitamento dos recursos e da ajuda espanholas. Os pedidos de dinheiro eram incessantes enquanto Mayenne dilatava a reunião.¹⁰⁷ A desconfiança do rei e de seus ministros tinha um fundo de verdade, e tudo isso dificultava ainda mais a possibilidade de eleição da infanta.

Finalmente, por pressão de Felipe II, do duque de Parma e dos *Seize*, Mayenne reconvocou a assembleia ao findar o ano de 1592. Os três estados se reuniram em 26 de janeiro de 1593, com o número de deputados bastante reduzido em comparação com as ocasiões anteriores. O duque de Feria alcançou os Países Baixos no início do ano, onde se encontrou com Tassis, e dali seguiram para a Picardia. Eles se detiveram em Soissons por quase um mês para negociar com o duque de Mayenne, que enrolava diante da urgência de seguir para Paris para dar suporte à reunião. Somente no dia 2 de abril de 1593 o duque de Feria fez a entrada solene na assembleia em nome do Rei Católico.

Como veremos no capítulo seis, a proposta de eleição da infanta foi o último grande fracasso de Felipe II. O Parlamento de Paris, se sobrepondo à autoridade dos Estados Gerais, publicou um arresto em 28 de junho de 1593 contra a proposta e a tentativa do rei da Espanha de subverter a lei sálica. No

¹⁰⁶ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 378.

¹⁰⁷ *Su Majestad a Juan B. de Tassis y Diego de Ibarra*. 28 de março 1592. “Cosa estraña me parece que dependiendo el bien general de fran^a de la junta de estados aya tan poca prissa a conuocar los mayorm^{te} sabiendo se que el intento principal de mandar entrar en aquel Reyno las fuerças que trae el Duque de Parma mi sobrino fue a assistir y dar calor a los estados para que se pudiesse hazer en ellos con entera libertad y seguridad la election”. AGS, EST, K, LEG.1450. fol. 130.

dia 25 de julho, Henrique de Bourbon abjurou da fé protestante. A conversão, mesmo com a campanha de desacreditá-la feita pelos espanhóis e católicos *zélés*, foi um duro golpe, já que se retirava o último empecilho que impedia a ampla adesão dos católicos moderados e *politiques* ao *Béarnais*. Caía também o último impedimento para que o papa, que não apoiou a eleição da infanta como desejava o Rei Católico, readmitisse o príncipe de Bourbon no seio da Igreja Católica. O duque de Sessa tentava convencer o papa a não absolvê-lo porque a conversão havia sido feita por razão de Estado.¹⁰⁸ Juan Bautista de Tassis, anos depois, reconheceu que a conversão de Henrique foi um sinal de prudência política. Para a Liga, o golpe foi mortal.

Actus procul dubio rebus fuis accomodatissimus, Ligaeque mortalis. Quamvis enim hoc tunc apud Ligae sequaces mero artificii colore depingeretur, fuit nihil ominus ejus efficacia, ut illico plures ex Catholicis, iifque praecipui, de reconciliatione cum eo cogitare inciperent. Ad quod accessit, & aliud brevi postea ad debilitandam Ligam ingenii fui politici prudens signum.¹⁰⁹

Após a conversão de Henrique de Bourbon, os acontecimentos se precipitaram. No dia 27 de fevereiro de 1594, Henrique foi coroado na catedral de Chartres. Daí em diante, tornou-se Henrique IV. No dia 22 de março do mesmo ano, as tropas do rei conseguiram adentrar a cidade de Paris, por causa da traição do governador, o conde de Brissac. Os ministros do Rei Católico receberam um salvo-conduto e deixaram a França. Até o final desse ano, várias cidades importantes se submeteram ao novo rei. Em novembro, o duque de Lorena e o duque de Guise se renderam. Aos poucos, a Liga Católica desmoronava. 1594 foi, decerto, um ano decisivo. Antonio de Herrera y Tordesillas, ao escrever a sua *Historia de los Sucesos de Francia*, terminava a

¹⁰⁸ *Memoriali del Duca di Sessa à S Sta supra li cosi de Francia*. AGV, Fondo Borghese, Serie III, 72B, fol.666R-V.

¹⁰⁹ “O ato foi, sem dúvida, apropriadíssimo às suas matérias e à Liga mortal. Pois, ainda que tenha sido, nesse caso, retratado junto aos sequazes da Liga com um simples aspecto de astúcia, sua eficácia foi, todavia, tal que muitos católicos, e sobretudo eles, começaram, lá mesmo, a meditar sobre uma reconciliação com ele. Disso, ele se aproximou, e pouco depois <houve> outra prudente marca de sua engenhosidade política na debilitação da Liga.” Tradução de Matheus Pustrelo. TASSIS, Joannis Baptistae de. *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis. Libri Octo*. In: VAN PAPENDRECHT, Corneli Pauli Hoyneck. *Analecta Belgica*. La Haya, 1743. Tomo II. pp.119-600. p. 545.

sua obra no ano de 1594, quase como se esse, e não 1598, tivesse sido o ano que findou a guerra.

Em 16 de janeiro de 1595, Henrique IV declarou guerra à Espanha. Trinta e cinco anos após Cateau-Cambrésis, os dois reinos oficialmente apelavam para a via de armas. Em 17 de setembro de 1595, Clemente VIII absolveu Henrique IV. Em janeiro de 1596, o chefe da Liga, o duque de Mayenne, finalmente se rendeu. A guerra contra a Espanha, entretanto, continuava.

A hipótese da continuidade da guerra com a França, mesmo em condições tão adversas e após a absolvição de Clemente VIII, é de que Felipe II desejava conquistar o maior número de praças fortes para obter uma paz vantajosa. Como veremos, este foi o conselho que Tassis deu ao rei e ao novo governador dos Países Baixos, o arquiduque Ernesto. A última esperança era obter o ducado da Bretanha das mãos do dissimulado duque de Mercoeur, que Felipe II acreditava pertencer, por direito sucessório, à infanta Isabel Clara.¹¹⁰ Com a perda de Amiens, em setembro de 1597, o arquiduque Alberto, nomeado governador após a morte de Ernesto, renovou as conversações de paz com a França. Clemente VIII, desde a absolvição, fazia instâncias para que os monarcas estabelecessem um acordo de paz.

Juan Bautista de Tassis foi indicado para compor a delegação do arquiduque para tratar da paz, junto com Jean Richardot e Louis Verreycken. As negociações se iniciaram em Saint Quentin e foram concluídas em Vervins. Em 2 de maio de 1598, os representantes de Felipe II e Henrique IV remataram o acordo de paz, recuperando as linhas do tratado de Cateau-Cambrésis. Em termos financeiros e territoriais, o tratado de Vervins foi desvantajoso para a Monarquia Hispânica, que abriu mão da Bretanha, Calais e as possessões conquistadas na fronteira com os Países Baixos. A França, não obstante, recuperou a sua integridade territorial.

Contudo, a intervenção espanhola na França não foi interpretada como um fracasso total. Era um consenso, na época, de que sem ela, a França seria governada por um huguenote. No final das contas, apesar dos percalços, o esforço teria valido a pena. O historiador militar Carlos Coloma relatou que o

¹¹⁰ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia...*, p. 438.

duque de Feria teria dito à comissão enviada por Henrique IV, quando esse conquistara Paris, que deixaria a cidade com a satisfação de haver contribuído para dar aos franceses um rei católico, com as armas do seu rei, pelo bem da cristandade.¹¹¹ Coloma censurou os historiadores que quiseram atribuir outros motivos políticos à guerra, afirmando que, ainda que pudesse ter ocorrido um ou outro, tinha-se por “verdade infalível” que o motivo principal foi outro, “pues ningun outro interes pudiera parecer tan útil, que fuese justo comprarle tan caro e ignorar este riesgo.”¹¹² Também foi essa a interpretação elaborada por Antonio de Herrera y Tordesillas, na carta dedicatória de sua obra ao príncipe Felipe, redigida um dia antes da conclusão do tratado de paz:

Esta liberalidad de Su Magestad hecha con animo sincero y zeloso de la conservacion de la religion Catolica, Apostolica Romana, fue la que al cabo permaneciendo hizo conocer la ingratitud de los que menos obligacion tenían de usalla con él, y la que hara eternamente glorioso a este monarca, pues ha conservado en ella la religion Catolica, y ha dado con sus armas Rey Christianisimo a aquel reino.¹¹³

Uma obra encomiástica da intervenção espanhola na França, escrita pelo *gentilhombre* do duque de Feria, Damián Armenta y Córdoba, também chamou a atenção para a relevância que tinha o aspecto da proximidade entre os dois países. Segundo a versão de Damián, o motivo pelo qual o Rei Católico teria interferido na França foi “ver la vecindad que Francia tiene con España y los demas payses suyos y ser el rey catolico tan celoso de la santa fe

¹¹¹ COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho, hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*. A don Diego de Ibarra. Barcelona, a costa de Juan Simon mercader de libros, 1627. fol.141.

¹¹² “pois, nenhum outro interesse pudesse parecer tão útil, que fosse justo comprar-lhe tão caro e ignorar este risco.” Ibid. fol.68r.

¹¹³ “Esta liberalidade de Sua Magestade, feita com ânimo sincero e zeloso da conservação da religião Católica, Apostólica Romana, foi a que, ao cabo permanecendo, fez conhecer a ingratidão dos que menos obrigação tinham de usá-la com ele, e a que fará eternamente glorioso a este monarca, pois conservou nela a religião católica, e deu com as suas armas Rei Cristianíssimo a aquele reino. HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia de Antonio de Herrera, criado de Su Magestad, y su coronista mayor de las Indias, de los sucesos de Francia, desde el año de 1585 hasta el fin del año de 1594*. En Madrid, por Lorenzo de Ayala, 1598.

catolica[...].”¹¹⁴ Mas reiterava que o rei da Espanha apenas desejava dar à França um rei católico. O historiador Bernardo García García apontou que o Tratado de Vervins apresentou alguns aspectos positivos para a Espanha, entre eles, o fato de ter aberto o caminho para um futuro acordo de paz nos Países Baixos:

Aunque finalmente el balance económico y militar pueda juzgarse negativo para la Monarquía católica, se había evitado el acceso de un rey hugonote al trono francés, se había quebrado la alianza anglo-francesa (Greenwich, 1596) y se había abierto el camino hacia una paz necesaria en el Septentrión.¹¹⁵

Quatro dias após a finalização do Tratado de Vervins, Felipe II anunciou a cessão da soberania dos Países Baixos ao arquiduque Alberto e à infanta Isabel Clara, que deveriam se casar para concretizar a transferência. No final das contas, a princesa espanhola seria soberana de um território, mas não do reino natal de sua mãe. No dia 9 de setembro de 1598, o tratado de paz foi publicado na Espanha. Quatro dias depois, Felipe II faleceu no monastério do Escorial.

Na França, o tratado foi recebido como uma grande vitória de Henrique IV. Não poderia ser diferente, já que havia conseguido neutralizar o maior monarca que houve no mundo. Em abril de 1598, Henrique IV publicou o édito de Nantes. O texto, com noventa e três artigos, declarava o restabelecimento geral do catolicismo no reino e a restituição dos bens do clero. Em relação aos reformados, o édito estabeleceu uma liberdade de culto restrita, que continuava proibido em Paris. O édito, como afirma Arlette Jouanna, apenas instaurava uma tolerância civil. Mas a historiadora reconheceu um feito notável:

¹¹⁴ ARMENTA Y CÓRDOBA, *Damián*. *Los tres libros de la guerra de Francia dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella*. 1596. BNE. MSS/2126. fol. 43r.

¹¹⁵ “Ainda que finalmente o balanço econômico e militar possa julgar-se negativo para a Monarquia católica, havia-se evitado o acesso de um rei hugonote ao trono francês, havia-se quebrado a aliança anglo-francesa (Greenwich, 1596) e havia-se aberto o caminho em direção a uma paz necessária no Setentrião.” GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *Entre Vervins y la tregua de Amberes. Estrategias de restauración de los Países Bajos meridionales (1598-1621)*. In: DUBET, Anne. RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. *Las monarquías española y francesa (siglos XVI –XVIII) ¿Dos modelos políticos?* Madrid: Casa de Velázquez, 2010. p. 87-88.

diferentemente dos éditos anteriores, aquele durou quase cem anos. Era uma etapa, provisória, em direção à desconfessionalização do poder público.¹¹⁶

¹¹⁶ JOUANNA, Arlette. *Les temps des guerres de religion en France...*, p. 413.

CAPÍTULO 2: APRESENTANDO OS AGENTES POLÍTICOS

O objetivo principal deste capítulo é apresentar dados biográficos dos três ministros de Felipe II na França: Juan Bautista de Tassis, o duque de Feria e *don* Diego de Ibarra. A proposta é identificar o percurso desses agentes, com especial ênfase no período que antecede à convocatória dos Estados Gerais. Por certo, uma diferença se faz notar. A desproporção de informações disponíveis sobre os três ministros na França é grande, já que encontramos mais dados sobre Tassis e Feria, e menos sobre Ibarra. Tal situação se deve principalmente ao fato de Ibarra ter ascendido tardiamente na carreira administrativa e diplomática da Monarquia Hispânica, além de ter desempenhado a maior parte das suas funções diplomáticas no século XVII, servindo também a Felipe III e a Felipe IV.

Também encontramos mais informações sobre Tassis devido à longa vida e extensa carreira diplomática, bem como maior dedicação à escrita. O duque de Feria, por sua vez, teve uma carreira breve, falecendo em 1607, aos 48 anos. Além disso, a maior parte da vida de Tassis coincide com o nosso recorte temporal, situação que o coloca em uma posição privilegiada neste estudo. Em 1593, quando os Estados Gerais se reuniram, Tassis era já um servidor experiente, jocosamente chamado de *viejo experimentado* pelos cronistas, acumulando várias funções diplomáticas, enquanto que Feria e Ibarra estavam apenas começando. Naturalmente, nós conferiremos mais destaque à figura de Juan Bautista de Tassis.

Na segunda parte do perfil biográfico, pretendemos delinear os contornos do pensamento político dos ministros, tendo como referência os seus escritos políticos, impressos e manuscritos. Esta tarefa ganha força à medida que nos propomos traçar os elos da cultura escrita na qual aqueles estavam imersos, com o intuito de compreender os seus interlocutores. Como apontou Claude Lefort: “Se quisermos conhecer as intenções de um escritor, parece bom indagar quais são seus interlocutores privilegiados, quais são as opiniões que tem em mira, quais são as circunstâncias que instigam o seu desejo de falar.”¹¹⁷

¹¹⁷ LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. p. 147.

Juan Bautista de Tassis. 1530 – 1610

Juan Bautista de Tassis nasceu em 1530, em Bruxelas, no seio de uma família próspera cuja atividade econômica principal era o monopólio do serviço de correios. Seus pais foram Jean Baptiste de Tassis¹¹⁸ e Cristina de Wachtendonk, nascida na Antuérpia. A família Tassis é de origem italiana, de Bergamo, cujo sobrenome era Tasso. Durante o reinado do imperador Maximiliano I, a família estendeu as suas atividades para os territórios imperiais, passando a adotar a grafia Taxis para o sobrenome. Em 1505, o filho de Maximiliano, Felipe o Belo, concedeu o monopólio dos correios do ducado de Borgonha ao tio-avô de Juan Bautista, Francisco de Tassis, *el Viejo*. Os serviços prestados pelos Tassis adquiriram tal importância que Maximiliano concedeu ao pai de Juan Bautista, Jean Baptiste de Tassis, o título de cavaleiro, e ainda lhe deu a permissão de utilizar a águia-real do Rei de Romanos no escudo da família. Carlos V, que sucedeu ao avô na dignidade imperial, outorgou a autorização para a utilização da águia imperial.¹¹⁹

A família aproveitou as oportunidades de negócios abertas pelo casamento de Felipe o Belo e Juana de Trastámara. Desde o ducado da Borgonha, ampliaram os seus serviços postais aos Países Baixos e à Espanha. Carlos I, filho de Juana, declarou a Jean Baptiste, Maphee e Simón, pai e tios de Juan Bautista respectivamente, naturais do reino da Espanha.¹²⁰ O pai do futuro embaixador decidiu permanecer em Bruxelas, aonde se casou com Cristina de Wachtendonk e teve vários filhos. O mais novo dos filhos era Juan Bautista de Tassis.

Raimundo de Tassis, irmão mais velho de Juan Bautista, se mudou para a Espanha, estabelecendo residência em Toledo no ano de 1539. Obteve de Carlos V o título de *correo mayor*, além de receber o hábito da ordem de Santiago. Seu filho, Juan de Tassis y Acuña tornou-se o I Conde de

¹¹⁸ Mantivemos a grafia do nome como aparece na documentação, que não foi traduzido para o castelhano, pois permaneceu em Bruxelas.

¹¹⁹ CHIFFLETT, Jules. *Les marques d'Honneur de la maison de Tassis*. A Anvers, en l'imprimerie plantinienne de Balthasar Moretus. M. DC. XLV. A tres-ilustre seigneur Lamoral III. Conte de Tassis. p.69.

¹²⁰ *Ibid.* p. 64.

Villamediana e fez parte da comissão diplomática enviada à Inglaterra que negociou o Tratado de Londres (1604). Villamediana foi, em muitas ocasiões, confundido com o seu tio, nosso embaixador, devido à similitude dos nomes. Como assinalou Jules Chifflet, biógrafo da família, resultava difícil investigar sobre o nosso embaixador devido ao fato de, dentro da mesma família, haver pelo menos cinco homônimos vivos na segunda metade do século XVI.

Tassis, como a boa parte dos diplomatas do século XVI, ingressou primeiramente na carreira militar. Ele fez parte da expedição de socorro à ilha de Malta contra os turcos, em 1565 e, entre seus companheiros, estava Bernardino de Mendoza.¹²¹ Após a expedição, parece ter voltado aos Países Baixos para servir ao duque de Alba. Uma das primeiras notícias que temos das atividades diplomáticas de Juan Bautista foi em 1568. Nesta ocasião, fora enviado pelo duque de Alba, então governador dos Países Baixos, para negociar a submissão do duque de Cleves ao Rei Católico.¹²² Alguns meses depois, foi designado por Alba para realizar uma nova missão, dessa vez na França, para tratar com o duque de Aumale, Claude de Lorraine, sobre a movimentação das tropas do príncipe de Orange.¹²³ Essa provavelmente foi a sua primeira experiência diplomática no reino de São Luís. No ano seguinte, Alba lhe encarregou outra comissão, desta vez para dialogar com o duque de Lorena em Joinville.¹²⁴

Em 1573, segundo relato do próprio Tassis, serviu como comissário geral de víveres da unidade militar comandada por d. Fadrique de Toledo. Nesse contexto, relatou ter participado decisivamente na defesa da cidade de Utrecht, cercada pelos rebeldes.¹²⁵ Em novembro, o futuro embaixador obteve

¹²¹ CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *Historia de Felipe II, rey de España*. Madrid: Imprenta Sucesores de Rivadeneyra, 1876. vol. I, p. 431.

¹²² AGR, T109/246. Maio-setembro de 1568.

¹²³ *Don Fernando Alvarez de Toledo, duque de Alba [...] Instruccion de lo que vos Juan Bautista de Tassis aveys de hazer en el viaje que por nuestra orden vays desde aqui a Dampbiles [Damville] en cosas del servicio de su md. A 29 de diciembre de 1568. AGS, EST, LEG. 2852. s/f.*

¹²⁴ *Al muy mag^{co} señor. Al señor Joan Baptista de Tassis. El Duque de Alba. 5 de março 1569. AGS, EST, LEG. 2852. s/f.*

¹²⁵ Este relato foi feito para documentar a trajetória dos serviços prestados por Tassis por causa da disputa iniciada por ele contra os conselheiros de roupa larga sobre o assento no conselho

seis meses de licença do duque de Alba para ir para a Espanha, onde deu entrada no processo para obter o hábito da ordem de Santiago.¹²⁶ A conclusão do processo, conduzido por Benito Arias Montano, data de 9 de novembro de 1574.¹²⁷ Tassis foi *comendador de los Santos* e também cavaleiro da ordem de S. Jacques. Quando esteve na Espanha, Juan Bautista foi recompensado com o cargo de *gentilhombre de boca de Su Majestad*.

Por volta dessa época, o futuro embaixador já devia ter adquirido algum prestígio na corte, já que o secretário do duque de Alba, Juan de Albornoz, lhe confiou uma instrução para apresentar a situação dos Países Baixos ao novo governador, d. Luís de Requesens, *comendador mayor de Castilla*.¹²⁸ Esse último, quando tomou posse do cargo, solicitou o retorno de Tassis para os Países Baixos, ressaltando as competências e habilidades do servidor: “porque se junta en él ser soldado y hombre de negocios, y de mucha diligencia y saber perfectamente la lengua flamenca y el alemán, además de la española, francesa e italiana, y ser muy bienquisto de la gente del país y de nuestra nación [...]”.¹²⁹

De volta a sua terra natal, Tassis esteve a serviço do novo governador, d. Luis de Requesens y Zuñiga, como comissário militar e diplomático. Em outubro de 1574, recebeu do governador novas instruções para realizar uma diligência na Holanda.¹³⁰ Em 1575, por exemplo, Requesens solicitou a Juan Bautista que fosse a Maastricht resolver uma disputa interna do governo da

de Estado: *Sobre la precedencia entre J^o Bautista de Tassys y los de roppa larga en los assentos del cons^o de estado*. Lo que se le ofrece al Comendador Juan Baptista de Tassis que dezir sobre la pretension que los consejeros de estado de Roppa Larga tienen de que el dicho comendador se aya de sentar en el dicho consejo el postrero de todos es lo seguinte. 1595. AGS, EST, LEG. 609. fol. 107.

¹²⁶ *Licencia dada por el duque de Alba a Juan bautista irse a España por seis meses*, en noviembre de 1573. AGS, EST, LEG.2852. s/f.

¹²⁷ AHN, OM, Caballeros, Exp. 7999.

¹²⁸ *Los puntos que el Sr Juan Bp^{ta} de Tassis ha de comunicar al Sr Cm^{or} m^{or} de Castilla son los siguientes*. AGS, EST, LEG. 2852, sin folio.

¹²⁹ *Copia de una carta original del comendador mayor de Castilla a Su Majestad*, fecha en Bruselas, abril de 1574. CODOIN, tomo XXX, p. 458-459.

¹³⁰ *Recuerdo a Juan Bautista de Tassis, gentilhombre de la boca de su mag^d, para la jornada que haze a Holanda*. Don Luis de Requesens. Fecha en Anvers, a 16 de octubre 1574. AGS, EST, LEG. 2852, s/f.

cidade.¹³¹ Foi nomeado, também, *gentilhôme de la maison du roy* na corte de Bruxelas. Aos poucos, Tassis ascendia na carreira administrativa, diplomática e cortesã da Monarquia Hispânica.

Como vimos no capítulo anterior, os eventos que se sucederam à morte de Requesens, em 1576, foram extremamente tumultuados. Os rebeldes haviam aproveitado a vacância de poder para reforçar as suas operações, e os membros do Conselho de Estado, que ficaram responsáveis pelo governo até a chegada de d. Juan de Áustria, foram presos. Logo depois, Tassis e sua família também foram encarcerados pelos rebeldes devido à fidelidade ao rei da Espanha. Depois de onze dias na prisão, Juan Bautista conseguiu uma transferência para o regime de prisão domiciliar. Em 1 de novembro de 1576, recebeu a permissão para deixar a prisão, mas resolveu fugir da cidade. Vigiado, Tassis escapou saltando a muralha de Bruxelas na calada da noite.¹³² Dali, fugiu para Luxemburgo, onde estava d. Juan de Áustria em sua viagem para os Países Baixos.

Tassis continuou a prestar serviços ao governo de Bruxelas. Em março de 1578 serviu de comissário para as coisas da guerra e abastecimento das tropas para as campanhas de Maastricht e Liège.¹³³ Na corte, foi nomeado segundo *maître d'Hotel* do príncipe Juan de Áustria, cujo governo durou apenas dois anos, já que esse falecera em 1 de outubro de 1578. O sucessor, como vimos, foi o príncipe de Parma, *capitán general* do exército dos Países Baixos do príncipe *don Juan*.

O futuro embaixador foi membro do Conselho da Guerra de Farnese, acompanhando as operações militares e diplomáticas para recuperar as províncias católicas da Valônia.¹³⁴ Em 12 de setembro de 1579, o tratado de Arras selava a paz das províncias com o rei da Espanha. Não obstante, uma

¹³¹ *Instruccion de lo que Juan Bautista de Tassis gentilhombre de la casa de su Md ha de hazer en Maestrich a donde va por mi orden.* Fecha en Anvers, a 1 de hebrero de 1575. don Luis de Requesens. AGS, EST, LEG. 2852, s/f.

¹³² *Sobre la precedencia entre J^o Bautista de Tassys y los de roppa larga en los assentos del conso de estado.* AGS, EST, LEG.609. fol. 107.

¹³³ *Juan Bautista de Tassis a don Juan de Austria.* Março de 1578. AGR, 1738.2/166/DOC.513.

¹³⁴ CARLOS, Luis de. *Alexander. La extraordinaria historia de Alejandro Farnesio.* Barcelona: Editorial Planeta, 2018. p. 143.

das decisões afetaria diretamente a Tassis: determinava que, em um prazo de seis meses, as tropas estrangeiras fossem retiradas do território. O clima criado pelo crescente sentimento anti-espanhol não favorecia a permanência de Tassis nos Países Baixos. Por isso, ele decidiu voltar para a Espanha. Em abril de 1580, o secretário Diego Maldonado avisava ao rei que Juan Bautista de Tassis havia chegado em Paris, de onde partiria para Nantes e tomaria uma embarcação rumo à Espanha.¹³⁵

Em julho de 1580, a morte inesperada de Juan Vargas Mexía deixou vacante a embaixada na França. Parece que o cardeal de Granvelle sugeriu o nome de Tassis, e o rei consultou sobre as possibilidades de empregá-lo em algum serviço com o duque de Alba:

A Joan Baptista de Tasis he visto siempre servir con mucho cuidado, y es hombre de mucho servicio; no veo ahora por aquí en que poderle ocupar. V. M. le podria mandar ocupar en otras cosas, ó si fuere servido enviarle acá con un buen entretenimiento.¹³⁶

Felipe II por fim decidiu indicar Tassis para substituir Vargas Mexía. No entanto, a nomeação foi feita, como aconteceu com o seu predecessor, sem a outorga do título de embaixador. O secretário Maldonado, que residia na corte francesa, não pareceu muito satisfeito com a nomeação, já que fizera uma crítica à escolha de Vargas Mexía, pois esse não era nobre e tampouco tinha cabedal para manter a dignidade que o cargo requeria. Desejava que o rei nomeasse uma pessoa que pudesse servir ao Rei Cristianíssimo com decência e reputação.¹³⁷ Tassis, que tinha talento e experiência, carecia da condição nobre. Segundo reportou Maldonado, o rei da França não ficou nada satisfeito ao saber do nome do futuro embaixador: “an tenido dello poca satisfacion y gusto y tienen sentimiento de que V. Majestad no les quiera honrrar pues son

¹³⁵ AGS, EST, K, LEG.1558. fol. 83.

¹³⁶ “A Juan Baptista de Tassis tenho visto sempre servir com muito cuidado, e é homem de muito serviço; não vejo agora por aqui em que lhe poderia ocupar. V. M. lhe poderia mandar ocupar em outras coisas, ou, se for servido, enviar-lhe aqui com um bom entretenimento.” *Copia de carta original del duque de Alba al rey, fecha en el campo ribera de Hera á 5 de julio de 1580.* CODOIN. Madrid: Imprenta de la viuda de Calero, 1859. Tomo XXXIV. p. 555-556.

¹³⁷ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598).* Navarra: EUNSA, 2004. p. 71.

grandes Reyes con embiar personajes tales çerca dellos y que traygan titulo de embaxadores de vuestra Magestad.”¹³⁸

Apesar das advertências de Maldonado, Tassis assumiu o cargo e chegou à França em janeiro de 1581, onde permaneceu até dezembro de 1584. Pelo que parece, não chegou a receber o título de embaixador, pois reclamou ao rei, em dezembro de 1582, que tinha dois anos que estava na França e ainda não havia recebido o título.¹³⁹ Seja como for, Tassis enfrentou vários desafios durante a vigência do seu cargo: a conquista de Portugal, a aventura do duque de Alençon nos Países Baixos e o plano, fracassado, de criar uma armada para invadir a Escócia. Nessa ocasião, travou os primeiros encontros com os jesuítas ingleses, William Allen e Robert Persons. Um dos resultados da embaixada de Tassis nesse período foi a aproximação da Monarquia Hispânica com os príncipes da casa de Lorena, que alguns anos depois formaram a Liga Católica, junto com o cardeal de Bourbon.

Como vimos no capítulo anterior, Tassis foi responsável, junto com o comendador Moreo, por negociar o Tratado de Joinville com a Liga dos nobres católicos. Segundo relatou em um litígio (já veremos adiante) que iniciou no Conselho de Estado em Bruxelas, a razão da sua despedida da França foi precisamente para poder dirigir-se ao norte sem provocar suspeitas.¹⁴⁰ Após o acordo de Joinville, Tassis seguiu o caminho de volta aos Países Baixos, onde deveria assumir o cargo de *veedor general de los ejércitos* de Flandres. Nesta ocasião, tornou-se responsável tanto pela administração da distribuição dos gastos do exército, como também pela repartição do dinheiro para a guerra na França. A posse do cargo foi contestada e suspensa, segundo explicou irritadamente o duque de Parma, devido à inconsistência encontrada nas cartas

¹³⁸ “[...] tiveram disto pouca satisfação e gosto, e tem sentimento de que V. Md não quer honrá-los, pois são grandes Reis com enviar personagens tais próximo deles e que tragam título de embaixadores de v. m^d.” *Diego Maldonado a Su Magestad*. De Paris, a 9 de septiembre 1580. AGS, EST, K, LEG.1558. fol. 151.

¹³⁹ *Juan Bautista de Tassis a Su Magestad*. 2 de diciembre 1582. Descifrada. AGS, EST, K, LEG.1560. fol.104.

¹⁴⁰ *Sobre la precedencia entre J^o Bautista de Tassys y los de roppa larga en los assentos del conso de estado*. AGS, EST, LEG.609. fol. 107.

de credenciamento que Tassis apresentara aos contadores.¹⁴¹ Além disso, esses tinham achado que havia muitas inovações nas instruções, que retiravam certas prerrogativas que detinham e passavam-nas para o inspetor, o que levou Parma a solicitar o esclarecimento das pendências.¹⁴² Tal procedimento irritou Tassis, que acusou de “indecoro publico”.¹⁴³

O novo *veedor* recebeu ordens para aplicar um rigoroso controle dos gastos, com a incumbência de verificar a pertinência da liberação dos recursos. No entanto, como mostrou Alicia Esteban, a contestação da nova *veeduría* pelos contadores tinha certa razão, já que uma parte das instruções secretas enviadas para Tassis não tinha a rúbrica do monarca. Por isso, suspeitava-se de que ao menos uma parte fora despachada por Juan de Idiaquez sem o aval do rei.¹⁴⁴ Com a demora das diligências entre Madrid e Bruxelas para resolver o celeuma, o ex-embaixador assumiu oficialmente o cargo apenas em 1587.¹⁴⁵ O tempo em que esteve no cargo acarretou a Tassis inúmeros desentendimentos e lhe rendeu a antipatia do duque de Parma.¹⁴⁶ Em uma

¹⁴¹ *El Principe de Parma Su Majestad*. De Brusselas, a 30 de março 1586. AGS, EST, LEG.590. fol. 25.

¹⁴² *Copia de la relacion que el Presidente Richardot, Comises de Finanzas Charreton y Schetz, y pagador Pedro de Olave han hecho sobre los puntos de las diferencias entre el veedor general y los contadores deste exercito en la exeucion de su cargo y officios con declaracion de su parecer*. AGS, EST, LEG.590. fol. 29. Sobre as queixas dos contadores: AGS, EST, LEG.590. fol. 31.

¹⁴³ *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Namur, a 2 de abril 1586. AGS, EST, LEG.591. fol. 7.

¹⁴⁴ ESTEBAN ESTRÍNGANA, Alicia. De Capitanías Generales a Tesorerías Militares. El control financiero y sus dilemas en tiempos de Alejandro Farnesio. (siglo XVI). In: *Estudis. Revista de Historia Moderna*, 41, 2015, pp. 9-42. p. 16.

¹⁴⁵ “Ya q se trata desto no puedo dexar de presentar a V Md con la llaneza q suelo y sin ningun genero de passion q ha querido Juan bautista de Tassis entrar de manera en el exercicio del cargo de veedor general, q assi por lo que toca al servicio de V Md como por su propia persona tan poco grata por aca como se sabe, ha sido mal a proposito como algunas vezes le he dicho, y bien creo que con su buen entendimiento lo conoce y echa de ver, porque sin aversele ydo a la mano parece q en cierta manera pretendiera ponerla en la auctoridad q han tenido mis antecessores y se sirve V Md q yo tenga p poder acertar mejor su real servivio en q no he rebeido fastidio por saber lo q tengo de hazer, mas si bien por lo q a el propio toca por reberdecerse cada dia mas por esta via, el odio q los de por aca le tienen..” *El duque de Parma a Su Majestad*. De Bruselas, a 22 de marzo 1587. AGS, EST, LEG. 593. fol. 21.

¹⁴⁶ Tassis, uma vez que assumiu o cargo, fez grande esforço para cumprir as ordens do rei de estabelecer um controle mais estrito dos gastos, alegando que o cargo de *veedor* era “el mas preeminente y primero en este tribunal de la hazienda real”. Tal insistência levou o ex-embaixador a entrar em conflito com o duque de Parma e vários *contadores de sueldo*. Cópia

carta, confessava desoladamente que aquele era um “negro cargo”.¹⁴⁷ Diego de Ibarra tampouco ficou muito satisfeito ao saber que havia sido nomeado para suceder a Tassis no ofício, pois esse atraía “mais ódio que amor”.¹⁴⁸

Ao mesmo tempo que teve os problemas com a *veeduría*, Tassis não pareceu estar satisfeito com a vaga que obteve no Conselho da Guerra. Ele havia solicitado, uma vaga no Conselho de Estado em Bruxelas, mediante diligências do seu sobrinho homônimo e do comendador Moreo em Madrid. O secretário Juan de Idiaquez parece ter ficado desconfortável com o pedido, pois tocava na questão sensível, na administração dos Países Baixos, da crescente xenofobia contra os espanhóis. Tassis, nascido na Bélgica e naturalizado espanhol, mobilizou esses dois vínculos identitários conforme lhe parecia mais conveniente:

Lo de la plaça del consejo de estado dessos payses q V. M. toca en sus cartas han solicitado conmigo sus sobrinos de V m y el sr don Ju^o en particular muy de veras, y moreo no menos que ambos, todos juntos no dessean mas q yo el acrescentamiento de V M mas agora haze nos guerra el haver V m salido una vez como español y desagradable dessos estados y haver VM mismo alegado esto a otros propositos de q hay memoria, dizen me agora q las cosas han mudado y q V M passara por natural y agradable con satisf^{on} de todos, si esto es haga VM q el sr Prin^e de Parma de desde alla alguna puntada en ello, q este es el camino.¹⁴⁹

de un memorial que Juan Bautista de Tassis dio al duque de Parma. AGS, EST, LEG.593. fol.9. 1587. Parma, por sua vez, reclamava constantemente com Juan de Idiaquez sobre a postura de Tassis. “...no puedo dexar de declararme mas con V S como tan señor mio, y amigo del proprio veedor general, diciendo q ha querido entrar con tanta autoridad en su cargo, tratando de meter mano en el de finanzas, armada, artillaria y bibres como he avisado que he venido muy mal a proposito...” *El duque de Parma a don Juan de Idiaquez*. De Bruselas, a 22 de marzo 1587. AGS, EST, LEG. 593. fol. 26.

¹⁴⁷ *Juan Bapt^a de Tassis a Su Majestad*. 21 de junio 1591. AGS, EST, LEG.599. fol. 63.

¹⁴⁸ *Don Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, a 23 de junio 1591. AGS, EST, LEG.599. fol. 141.

¹⁴⁹ “Sobre a vaga do conselho de Estado desses países que Vossa Mercê toca em suas cartas, solicitaram comigos sobrinhos de V.m. e o senhor *don Juan* em particular realmente, e Moreo não menos que ambos, todos juntos não desejam mais que eu o crescimento de V. M., mas agora faz a nós guerra o fato de ter V. M. saído uma vez como español e desagradável destes estados, e ter V.M. mesmo alegado isso a outros propósitos de que há memória, dizem-me

A resposta que Tassis deu ao questionamento de Juan de Idiaquez procurava confirmar a sua submissão a Madrid, reconhecendo a ajuda de Idiaquez para aplacar “el odio que me tenyan por aca”.¹⁵⁰ Tassis justificava a sua postura mais conciliadora para procurar “resfriar” o desentendimento que tivera com o poderoso conde de Lalaing. Respondendo então à indagação de Idiaquez sobre o fato de que ele quisesse voltar a ser flamengo, uma vez assumida a naturalidade espanhola, apontava que havia solicitado a vaga para “dorar la salida de Francia”, concluindo: “yo soy español, y lo quiero ser y sere plaziendo a Dios toda la vida.”¹⁵¹ Depois de longa retórica, se conformava, no momento, com a vaga no Conselho da Guerra dos Países Baixos.

Quando Tassis voltou da França em 1594, após o fracasso dos Estados Gerais, ele finalmente foi nomeado membro do Conselho de Estado do arquiduque Ernesto.¹⁵² No ano seguinte, solicitou ao arquiduque o reconhecimento do direito de ter precedência no assento do conselho sobre os conselheiros de *ropa larga*, que se recusaram a dar a preferência ao conselheiro de *capa y espada* alegando que Tassis não tinha a “qualidade” necessária. Tassis justificou a sua demanda sobre o que considerava méritos dos seus serviços prestados à coroa, ainda que fosse o mais novo integrante. O duque de Feria recomendou ao arquiduque Alberto que reconhecesse a demanda de Tassis, que considerava justa.¹⁵³ Ao que parece, o arquiduque ordenou que se mantivesse a ordem pré-estabelecida.¹⁵⁴ Mas, não podemos esquecer, a reivindicação da recompensa pelos serviços prestados e a disputa

agora que as coisas mudaram, e que V. M. passará por natural e agradável com satisfação de todos, se isto é, faça V. M. que o senhor Príncipe de Parma dê desde ali algum apontamento nisso, que este é o caminho.” *Juan de Idiaquez a Juan Bap^{ta}*. De Uldecona, a 5 de enero 1586. AGS, EST, LEG.591. fol. 81.

¹⁵⁰ *Juan Bautista de Tassis a don Juan de Idiaquez*. De Namur, a 2 de abril de 1586. AGS, EST, LEG.591. fol.8

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² TASSIS, Joannis Baptistae de. *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis. Libri Octo*. In: Van Papendrecht, Corneli Pauli Hoyneck. *Analecta Belgica*. La Haya, 1743. tomo II, parte II pp.119-600. p. 554.

¹⁵³ *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

¹⁵⁴ *Sobre la precedencia entre J^o Bautista de Tassys y los de roppa larga en los assentos del cons^o de estado*. AGS, EST, LEG.609. fol. 107.

de preeminência entre nobres, cortesãos e funcionários da coroa faziam parte da própria razão de ser da sociedade estamental e cortesã. Tassis estava apenas jogando conforme as regras do jogo.

No final de 1598, Felipe III indicou Juan Bautista de Tassis para novamente atuar como embaixador na França, na corte de Henrique IV. O embaixador foi para a França novamente em abril de 1599, já bastante idoso.¹⁵⁵ Quando Felipe III foi coroado, Tassis havia solicitado ao novo monarca que pudesse voltar para a Espanha. Segundo contou, quando soube da cessão dos Países Baixos, desejava voltar para a Espanha para permanecer “sob o domínio do império supremo em que nascera e manter-se na obediência do seu rei natural.”¹⁵⁶ Após deixar a França, em janeiro de 1604, voltou para a Península Ibérica. Em Valladolid, foi nomeado membro do Conselho da Guerra.¹⁵⁷ Tassis faleceu pouco depois, aos oitenta anos; segundo relatou Cabrera de Córdoba, o ex-embaixador morreu por haver comido demais em um banquete: “murió los dias pasados Juan Bautista de Tassis, del Consejo de Guerra, de edad de noventa años, de achaque de cierto banquete que dio al conde de Sora y marqués de Falces y otros, donde comió mas de lo que sufría su complexión.”¹⁵⁸ Que privilégio, no século XVI, morrer aos 80 anos de tanto comer!

Cultura Escrita e pensamento político de Juan Bautista de Tassis

As informações que analisamos das fontes coevas sobre a personalidade de Tassis não deixam dúvidas sobre o caráter ponderado e pragmático do embaixador. Em geral, manteve boas relações com os governadores dos Países Baixos, atestado pelos elogios que vimos anteriormente sobre a sua conduta. O astuto comendador Moreo, que chegou a

¹⁵⁵ TASSIS, Joannis Baptistae de *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis. Libri Octo*. In: Van Papendrecht, Corneli Pauli Hoynck. *Analecta Belgica*. La Haya, 1743. tomo II, parte II pp.119-600. p. 600.

¹⁵⁶ Ibid. p. 599.

¹⁵⁷ Tassis tinha oitenta, e não noventa anos. CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España, desde 1599 hasta 1614*. Madrid: Imprenta de J. Martin Alegría, 1857. p. 273.

¹⁵⁸ CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. Ibid. p. 401.

ser próximo de Tassis, afirmou que este era um homem muito versado nas matérias de Estado. Para ajudar na negociação com os franceses, Moreo solicitava a permissão do duque de Parma e de Felipe II para o retorno de Tassis à França:

[...] he requerido al dicho duque ordenasse al dicho Juan Bautista de Tassis que hiziessemos juntos esa jornada y esto lo he hecho con entender que quatro ojos veen mas que dos y que V. Magestad sera mas enterado de todas las cosas por palabra y tocadas con la mano que no por mucho que se diga por escrito y mas de hombre que tan al cabo esta de *materias de estado*...¹⁵⁹

O duque de Feria, opositor de Tassis, também reconhecia que esse era versado nas matérias de Estado. Além de ter sido embaixador, foi posteriormente *veedor general*, mas nunca abriu mão da condução dos assuntos da França. Assim, Feria concluiu que “la experiencia de los cuales y lo mucho que ha visto junto con su buen entendimiento y aplicacion a materias de estado le ha causado ser hombre muy universal [...]”.¹⁶⁰ Apesar das discordâncias em matéria política, Feria soube apreciar a capacidade e entendimento de Tassis sobre o tema.

Alonso Vázquez, o militar e historiador que conheceu Tassis, deu o seu testemunho sobre as boas relações que este último manteve na corte, além de ser um cavalheiro de bom trato: “[...] era amado de todas las personas con quien trataba por el mucho agrado y buen trato que tenia de caballero. Murió en la villa de Madrid el año de 1610 siendo del Consejo do Guerra del Rey católico, merecedor de otros mucho y mayores cargos.”¹⁶¹ Não obstante os

¹⁵⁹ “[...] Requeri ao dito duque [Parma] ordenasse ao dito Juan Bautista de Tassis que fizessemos juntos esta jornada e isso o fiz com entender que quatro olhos vêem mais que dois, e que V Md estará mais à par de todas as coisas por palavra e tocadas com a mão, que não por muito que se diga por escrito, e mais de homem que tão a cabo está em matérias de Estado.” *Juan Moreo a Su Majestad*. De Arras, 18 de noviembre 1589. Desçifrada. AGS, EST, LEG.597. fol.128.

¹⁶⁰ “a experiência dos quais e tudo que viu, junto com o seu bom entendimento e aplicação às matérias de Estado, lhe fez ser homem muito universal.” *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

¹⁶¹ VÁZQUEZ, Alonso. *Los sucesos de Flandes Y Francia del tiempo de Alejandro Farnesio*. In: CODOIN, tomo LXXIV, p. 366. A obra de Vázquez, finalizada em 1614, somente foi publicada no século XIX.

encômios, Tassis era ambicioso, e deveria ter também um forte caráter, principalmente quando acreditava ter preeminência sobre outros companheiros. Em diversas ocasiões demonstrou insatisfação pelo pouco reconhecimento que o rei conferia aos seus serviços.

As experiências diplomáticas de Tassis decerto moldaram as suas ideias sobre a política no final do século XVI. À medida que os desafios se avolumavam, percebemos o processo de maturação das suas ideias e de seu entendimento sobre a regras, as matérias e a razão de Estado. Nos primeiros anos, os informes do ministro do rei da Espanha manifestavam ideias pontuais sobre o conflito de interesses entre a França e a Espanha. Contudo, desde o princípio, despontavam na sua correspondência o pragmatismo e a lucidez com os quais propunha solucionar as disputas. Muitos anos depois, Tassis lembrou uma máxima, extraída dos antigos, sobre a importância da prática política: «il est plus profitable pour le gouvernement, politie et pratique sans science, que science sans politie ni pratique».¹⁶²

Como vimos, logo que Tassis assumiu o cargo de embaixador, o principal desafio da diplomacia era a guerra de conquista de Portugal. Catarina de Médicis não reconhecia o direito sucessório de Felipe II, afirmando ser ela mesma herdeira da coroa de Portugal. Sob esse pretexto, Catarina e Henrique III acabaram apoiando a aventura do duque de Alençon. Por isso, Felipe II apostava no elemento diplomático para pressionar a rainha-mãe sobre as suas inúmeras desrazões e ofensas e exigir uma retratação. Era a função a ser desempenhada por Tassis. Um objeto privilegiado para o estímulo da reflexão de Tassis foi ninguém menos do que o ambíguo e intempestivo duque de Alençon. Era o César Borgia francês.

O *razonamiento* de Tassis sobre a querela entre ambas monarquias pelo domínio de Cambrai é sintomático, pois nos revelou o que pensava sobre todo o impasse causado pelo irmão mais novo do rei francês. Alençon, quando voltou para Cambrai após o devaneio constrangedor da fúria francesa, iniciou conversações com o duque de Parma, por meio do seu secretário Julio Ricci,

¹⁶² “É mais útil para o governo, política e prática sem ciência, que ciência sem política nem prática.” TAXIS, Jean Baptiste. *Discours sur la paix et la guerre, politie et gouvernement, et plusieurs autres matières*. Bruxelles: Rutger Velpius & Hubert Antoine, 1612. Obra consultada na BRB, código de referência: VI 2033 LP.

para estabelecer um acordo de paz com o rei da Espanha.¹⁶³ Para Tassis, o desafio principal de Felipe II era assegurar o seu império e, para isso, recomendava fazer uma escolha: entregar Cambrai, ainda que isso significasse a perda da reputação, em troca da segurança nos Países Baixos:

V. Magestad mejor que nadie sabe que para ser el mayor Monarcha que nunca huvo y ver creçer sus hijos con el contentam^o que se puede dessear, no le falta ninguna otra cosa que tener aclarado su Imperio, y particularm^{te} el de flandes que es adonde la lacre se halla muy subida de punto, siendo assi claro esta que lo que mejor nos puede venir es libertarnos de tan gran sobrehueso quanto antes sin mirar a que cueste algo de reputacion y hazienda, pues eso sobrepuja de tanto el provecho al daño, que en contrario caso nos queda a cuestas, que todo parece que sera muy bien empleado.¹⁶⁴

Nesse sentido, a manutenção da reputação, que aparece como uma das principais regras de Estado, deveria se submeter à regra primeira que, para Tassis, se tratava da conservação do império. Ao longo da experiência diplomática, o embaixador ia formulando alguns princípios e normas, chamadas de regras ou interesses de Estado, que regiam o universo da disputa política. A análise minuciosa das epístolas de Tassis nesses anos nos revela que a sua concepção do que era razão de Estado oscilava entre uma conotação negativa – ambição e interesses eram *vícios* - e uma acepção mais neutra, que logo adquiriu predominância sobre a primeira.

Em uma carta a Felipe II que mencionamos no capítulo anterior, Juan Bautista de Tassis estava preocupado com o que dizia ser as circunstâncias

¹⁶³ Os tópicos da proposta de Alençon podem ser consultados em: *Capitulos que se offrezce y pide el Duque de Anjou para reconciliarse con Su md dichos y declarados de boca por Julio Richi, criado suyo a Ju^o Bap^{ta} de Tassis en Paris a 17 de abril 1583. Decifrada.* AGS, EST, K, LEG.1562. fol. 53.

¹⁶⁴ “Vossa Magestade sabe melhor que ninguém que para ser o maior monarca que nunca teve e ver crescer seus filhos com a satisfação que se pode desejar, não lhe falta nenhuma outra coisa que ter esclarecido seu Império, e particularmente o de Flandres, que é onde a indisposição se encontra muito subida de ponto, sendo assim, claro está que o que melhor nos pode acontecer é libertarmo-nos de tão grande sobreosso o quanto antes, sem olhar a que custe algu da raputação e fazenda, pois isto sobrepuja de tanto o proveito ao dano, que em caso contrário nos fica nas costas, que tudo parece que será muito bem empregado.” *Juan Bautista de Tassis a Su Magestad.* De Paris, a 18 de abril 1583. AGS, EST, K, LEG.1562. fol. 63.

particulares do próprio tempo. *O mundo que corre*, expressão corriqueira em seu vocabulário, ia tão velhaco, que eram raros aqueles que se deixavam guiar pela virtude. Assim, classificou a disputa entre as duas monarquias como fruto de ambição, inveja e interesse, que chama de vícios, comuns nas cortes. Estes vícios poderiam ter uma dupla fundamentação: as regras de Estado ou as particularidades, inimizades e ganâncias. Para Tassis, ambas se encontravam mescladas na própria atuação da monarquia francesa. De todo o modo, Tassis ouviu dizer que foi discutido no conselho de Estado que não era prudente o Rei Cristianíssimo permitir que Felipe II continuasse a se engrandecer.¹⁶⁵ Ainda que o limiar entre as fundamentações expostas por Tassis pareça tênue, e de fato é, é importante observar que se reconhece uma esfera da política que, bem ou mal, era condicionada pelo interesse de cada Estado em garantir a sua conservação, alcançar a sua grandeza e impedir que outros soberanos se sobrepussem sobre ele.

Diante da recusa dissimulada dos reis da França em apoiar os projetos filipinos, aventar os meios possíveis para afastar Alençon dos Países Baixos se converteu na prioridade para Tassis. Tantas possibilidades e apenas uma certeza: Alençon faria o acordo com quem que lhe oferecesse mais vantagens, essas coisas de príncipes, que mudam conforme a ocasião e a necessidade:

[...] aunque tambien podria ser que el moço [...] no siendo le las inclinaciones fundadas en alguna regla o interes de estado, sino cosa en que los Principes suelen mudarse y averse conforme a la ocasion y necesidad presente, si bien me temo que llegado al punto pidirá la Reyna luego en el particular del casamiento.¹⁶⁶

¹⁶⁵ “[...] vai o mundo tão velhaco que são raros os que deixam de ter mais força a ambição, a inveja, o interesse e mil outros vícios desta qualidade comuns nas cortes, alguns fundados em regras de Estado, outros em particularidades, inimizades e codicias. De todo o qual há por aqui, que tanto eu, confiante que sou não me engano, não faltam o que a vozes dizem ser conselho imprudente para esta Coroa permitir que a de Vossa Magestade se cresce como va crescendo.” *Juan Baustista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 23 de hebrero de 1582. Descifrada. AGS, EST, K, LEG. 1560. fol.13.

¹⁶⁶ “[...] ainda que também poderia ser que o moço [...] não sendo-lhe as inclinações fundadas em alguma regra ou interesse de Estado, senão coisa em que os Príncipes costumam mudar-se e ter-se conforme a ocasião e a necessidade presente, se bem me temo que chegado ao ponto pedirá a rainha logo em particular o [negócio] do casamento.” *Juan Baustista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 4 de mayo 1583. Descifrada. (comentários de Felipe II à margem). AGS, EST, K, LEG.1561. fol. 59.

Nesse caso, Tassis introduziu a separação daquilo que definiu como regra de Estado, definidora daquele conjunto de princípios que fundamentam a sobrevivência do Estado, com o comportamento privado do príncipe francês, movido pelo seu interesse particular, dado que atuava conforme a ocasião e a necessidade. Alençon, assim, não estava muito distante do príncipe *nuovo* de Maquiavel.

Felipe II havia sugerido propor uma empresa contra a Inglaterra, que poderia ser liderada por Alençon, com o claro intuito de desviá-lo dos Países Baixos. Vale lembrar que estava em curso um plano de invasão da Escócia, com apoio facção inglesa e dos Guise. Para Tassis, o melhor caminho era atrair o príncipe francês com uma vantajosa compensação financeira, desencorajando o Rei Prudente a seguir com a intenção original, se não fosse por meio de um empreendimento em conjunto. Além disso, teria que buscar o apoio do partido [dos exilados] e dos Guise, involucrando outros personagens na empreitada. Catarina de Médicis havia feito uma contraproposta para selar a paz: o casamento de Francisco com a infanta da Espanha, o que Tassis pensou ser uma boa oportunidade. Ao prevenir Felipe II sobre o favorecimento da conquista de um reino nas mãos de uma figura volátil como o duque francês, Tassis se justificava ao dizer que seu conselho era um reparo que lhe obrigava a razão de Estado:

Aunque tambien como el dicho duque es hombre de su cabeça podria ser que sin reparar en madre y hermano çerrasse con aquello que entendiesse que bien le esta, ni es esto que digo reprobar el casam^{to} de todo punto, o contradezir al que apunte q^{do} fue Maldonado, ni me satisfaze menos agora que entonces la conveniencia del partido quando miro el fructo que podria dar en nuestros desasosiegos y su qualidad y spectativa, pero reparo que me obliga la *razon de estado que toma luz* de lo que es presente en estos otros inçidentes que agora veo.¹⁶⁷ (grifo nosso)

¹⁶⁷ “[...] Ainda que também como o dito duque é dono da sua cabeça, poderia ser que sem reparar na mãe e irmão fechasse com aquilo que entendesse que bem lhe está, nem é o que digo reprovar o casamento [com a infanta] de todo o ponto, ou contradizer ao que aponte quando foi Maldonado, nem me satisfaz menos agora que então a conveniência do partido quando vejo o fruto que poderia dar em nossos desassossegos e qualidade e expectativa, mas

O que *a priori* nos parece é que Tassis compreendeu que a expressão razão de Estado se referia a um conjunto de regras ou leis que versavam sobre o interesse geral de uma monarquia no confronto com outros potentados. Isso é, o seu grau de independência e a capacidade de influenciar outros soberanos. A questão polêmica da disputa entre a moral cristã e política é menos aparente na sua epistolografia do que a dos outros embaixadores. Como veremos no capítulo seguinte, Tassis concebeu uma ideia da razão de Estado que tinha muito que ver com aquela desenvolvida pelos jesuítas ingleses.

Em relação aos escritos posteriores, principalmente a sua obra *Discours sur la paix et la guerre*, Tassis endossou o pensamento político neoestóico de Justo Lípsio, sintetizado pelo que poderia ser as três palavras-chave da obra: prudência, experiência e a História. E tudo isso revestido por uma máxima estóica: a verdadeira perfeição é vencer a si mesmo.¹⁶⁸

A obra de Tassis clamava pela reconciliação do soberano espanhol para com os súditos holandeses. Apelava para os vínculos tradicionais entre o senhor natural e seus vassallos, um vínculo amoroso que trazia mútuas obrigações. Recupera, aqui, o amor, a *caritas*, como elo que sustentava a República. Uma virtude teológica, ressignificada por seu valor político à luz das guerras de religião, para reconstruir a ponte entre rei e súdito e garantir a conservação da Monarquia. Como bom seguidor de Lípsio, Tassis não poderia deixar de sustentar a defesa da soberania absoluta do rei, *puissance* que se fundamentava, é certo, na origem divina. Em uma de suas máximas, recuperava o senso comum do *rex imago Dei*: “car meprisant un Prince souverain, l'on meprise a Dieu, duquel il est image.”¹⁶⁹

reparo que me obriga a razão de Estado que toma luz do que é presente nestes outros incidentes que agora vejo.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris a 27 de mayo 1583. Descifrada. AGS, EST, K, LEG.1561, fol. 72.

¹⁶⁸ “[...] pois, desprezando um Príncipe soberano, nós desprezamos a Deus, do qual o primeiro é imagem.” TAXIS, Jean Baptiste. *Discours sur la paix et la guerre, polittie et gouvernement, et plusieurs autres matièeres*. Bruxelles: Rutger Velpius & Hubert Antoine, 1612. p. 109.

¹⁶⁹ *Ibid.* p. 30.

Mas um dos temas que Tassis mais se dedicou nos seus últimos anos foi exortação da paz, argumentada sob o alicerce das três palavras-chave que mencionamos anteriormente. O ensaio inaugural de Tassis, até onde pudemos investigar, foi o seu *Discurso en materia de paz*, um curto manuscrito que Tassis redigiu para orientar o arquiduque Alberto nas negociações de paz com os holandeses.¹⁷⁰ De alguma maneira, o texto retomava a orientação que forneceu a Felipe II na ocasião da disputa com o duque de Alençon sobre a cidadela de Cambrai, em 1584. Até culminar na sua obra política de maior envergadura, *Discours sur la paix et la guerre*, um longo caminho foi percorrido, experiência essa que forneceu a Tassis a matéria do seu pensamento político.

Juan Bautista de Tassis foi o único dos três ministros que compõem o núcleo central da tese que teve suas obras publicadas. Das duas que conhecemos, nenhuma foi publicada durante a sua vida. São estas: *Discours sur la paix et la guerre, politie et gouvernement, et plusieurs autres matières* e *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis*. É possível que a primeira tenha sido escrita antes, já que foi dedicada apenas ao arquiduque Alberto, não mencionando o casamento com a infanta, que ocorreu em 1598. Os *Discours sur la paix et la guerre* foram publicados em 1612 pelo impressor da corte bruxelense, Roger Velpius. Suspeitamos que a redação do texto deve ter começado a ser redigido na segunda metade da década de 1590. Após a trégua assinada com os rebeldes em 1609, Tassis deveria ter pensado que as novas condições políticas poderiam favorecer a publicação da obra, mas morreu antes que pudesse concluir o processo.

A segunda obra *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis* somente foi publicada em 1747.¹⁷¹ Trata-se de uma narrativa sobre os conflitos que ocorreram na Bélgica desde a chegada do duque de Alba até 1599, ano em que Tassis voltou para a França para atuar outra vez como embaixador. Há, na verdade, um pequeno resumo no final da obra que se refere ao período de 1599 até 1609. No entanto, o final parece ter sido um adendo do copista do

¹⁷⁰ *Discurso en materia de paz*. Juan Bap^{ta} de Tassis a ultimo de mayo 1595. AHN, ESTADO, LEG. 2450, exp.79. Há uma cópia emendada em AGR, Audience, BE-A510/T109 – 1191/14, doc.37.

¹⁷¹ TASSIS, Joannis Baptistae de. *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis*.

manuscrito, pois a narrativa mudou para a terceira pessoa. Não sabemos se, por falta de tempo, o copista decidiu resumir os últimos anos ou se ele mesmo decidiu escrever esta parte. Como consta a data final de 1609, hipostasiamos que deve ter sido finalizada após os Discursos.

No prefácio, o editor Hoyneck van Papendrecht narrou as desventuras deste manuscrito. Originalmente depositado na biblioteca do monastério del Escorial, foi destruído em um incêndio no final do século XVII. Antes de arder para sempre nas chamas da história, o manuscrito havia sido copiado por um padre e levado para a cidade de Malinas, na Bélgica. No final do século XVIII, a cópia manuscrita também foi perdida, após a destruição de uma parte do arquivo por conta das invasões napoleônicas, segundo nos informou o arquivista do arquivo do arcebispado de Malinas.

Segundo o editor, Hoyneck van Papendrecht, o manuscrito foi depositado no Escorial por ordem de Felipe III, que não teria ficado satisfeito com a versão apresentada por Tassis sobre a repressão comandada pelo duque de Alba nos Países Baixos. Tassis repreendeu Alba pelo excesso de rigor do famigerado Tribunal dos Tumultos, o órgão de exceção criado para julgar os traidores do rei. Como as negociações da trégua com os holandeses estavam em curso, não seria prudente aprovar a publicação de uma obra que poderia estimular mais ainda as disputas entre os rebeldes e o rei da Espanha.

No último capítulo desta tese, vamos discutir mais aprofundadamente a reflexão mais madura que Juan Bautista de Tassis realizou, tendo já fixado certos tópicos do pensamento político para iluminar e compreender os argumentos que o embaixador belga desenvolveu a favor da paz.

Lorenzo Suárez de Figueroa, II duque de Feria

O II duque de Feria e I marquês de Villalba, *don* Lorenzo Suárez Figueroa, era filho de Gómez Suárez de Figueroa, IV conde de Feria e I duque de Feria. Este aristocrata da Extremadura integrou o séquito que acompanhou o príncipe Felipe à Inglaterra na ocasião das núpcias com Maria Tudor. Após o retorno de Felipe aos Países Baixos, em julho de 1557, *don* Gomez fora nomeado representante do monarca na Inglaterra, tendo chegado em janeiro

de 1558. Na época da ascensão de Elizabeth I, o conde de Feria atuou como embaixador de Felipe II e, seguindo as instruções do seu senhor, procurou garantir a proteção e assegurar a posse da nova rainha. Contudo, a guinada protestante da *Rainha Virgem* acabou por motivar a decisão de Felipe II de substituir o embaixador, em claro sinal de insatisfação. Feria deixou a Inglaterra em maio de 1559.¹⁷² No reino anglicano, *don* Gómez casou-se com *lady* Jane Dormer, ex-dama de companhia da rainha Maria I, que pertencia a uma família católica nobre. Ao voltar para o continente, Feria se dirigiu aos Países Baixos e ali permaneceu até 1560. Quando voltou para a Espanha, passou a integrar o Conselho de Estado de Felipe II. Em 1568, *don* Gómez foi um dos membros da comitiva que recebeu o encargo de prender o príncipe *don* Carlos, demonstrando a proximidade e confiança que lhe depositava o monarca.¹⁷³

Em 1567, o aristocrata recebeu o título de I duque de Feria, consagrando uma carreira diplomática bem-sucedida; seu primogênito foi agraciado com o título de marquês de Villalba. Consta-se que Felipe II planejava nomear o d. Gómez governador dos Países Baixos para substituir o duque de Alba, mas a sua morte repentina mudou os planos do rei, levando à indicação do *comendador mayor de Castilla*, d. Luis de Requesens y Zuñiga. O filho do I duque de Feria, Lorenzo Suárez de Figueroa, nasceu em 28 de setembro de 1559, em Malinas, na Bélgica, para onde sua mãe tinha se mudado após ter deixado a Inglaterra.¹⁷⁴ Os padrinhos de Lorenzo foram Margarida, duquesa de Parma, então governadora dos Países Baixos, e o cardeal de Granvelle, fato que atestou o prestígio que o pai de Lorenzo tinha na corte.

Pouco sabemos sobre a formação e educação do II duque de Feria. Com a morte precoce do pai, a tutela ficou sob a responsabilidade da mãe,

¹⁷² FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Tres embajadores de Felipe II en Inglaterra*. Madrid: CSIC/Instituto Jerónimo Zurita, 1951. p.51. Segundo A. J. Loomie, a partida do Conde de Feria da Inglaterra tinha a ver com a insistência de Henrique II para que este tomasse parte no acordo de Cateau-Cambrésis em nome de Felipe II, como estratégia para afastá-lo da corte inglesa e minar a possível aliança Tudor-Habsburgo. LOOMIE, Albert J. *The Spanish Elizabethans. The english exiles at the court of Philip II*. New York: Fordham University Press, 1963. p. 97.

¹⁷³ FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Tres embajadores de Felipe II en Inglaterra...* p.53.

¹⁷⁴ CLIFFORD, Henry. *The life of the Duchess of Feria*. London: Burns & Oats, 1887. p.113.

Jane Dormer, e do seu tio e homônimo, o bispo de Sigüenza.¹⁷⁵ Decerto recebeu uma educação humanista por meio de preceptores privados, pois falava bem o latim. Mas a principal marca da sua personalidade foi o seu forte catolicismo, inclinação que herdou da sua mãe inglesa.

O II duque de Feria foi um dos personagens mais intrigantes que estudamos aqui. Cômico de sua posição como *grande de España*, aquele encarnava este papel com arrogância e prepotência, condição que lhe fez ganhar vários inimigos ao longo da carreira diplomática e política. Não obstante, d. Lorenzo justificava os possíveis excessos, quando reconhecia algum, por terem sido sempre praticados em nome do zelo e do interesse do rei. Luis Cabrera de Córdoba pintou o duque *don Lorenzo* com floreios lisonjeiros: “Era el Duque de gallarda persona y hermosa apariencia, bizarro entendimiento, cultivado con lección y erudición, y tan buen político que diera á su Príncipe honores en negocios grandes cerca de los Príncipes de más y menos religión.”¹⁷⁶ A estima que Feria tinha de si mesmo levou-o a apresentar



Figura 2: Lorenzo Suárez de Figueroa, II duque de Feria. 1602 Gravura

Fonte: Gallica

¹⁷⁵ FIGUEROA Y MELGAR, Alfonso. Los Suárez de Figueroa, de Feria y Zafra. In: *Revista de Estudios Extremeños*, XXX, 1974. pp.493-524.

¹⁷⁶ CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *Historia de Felipe II, rey de España*. Madrid: Imprenta Sucesores de Rivadeneyra, 1877. vol. III, p. 441.

constantemente queixas a Felipe II e Felipe III, principalmente sobre a sua posição ou falta de recursos, já que muitas vezes tinha que tomar empréstimos para pagar as suas despesas.¹⁷⁷ Além disso, também se queixava dos “sacrifícios” que tinha que executar em nome do monarca. Uma vez reclamou ao duque do Infantado, seu sogro, de que havia sido designado vice-rei da Catalunha sem poder opinar, “como quien se casa con muger de la vida ayrada que quiere que antes esté hecho que dicho.”¹⁷⁸ Às vezes, nem o grande amigo de Feria, o duque de Sessa, tinha muita paciência com ele. Após Feria insistentemente recusar a missão que Felipe III lhe “condenara” na Alemanha, Sessa o alertou que rejeitar uma ordem do rei por duas vezes, mesmo com a pouca saúde que tinha, não era muito prudente:

[...] Suplico a V. E, que escuse melancolias, con su mucha prudencia, *i se haga de la secta de los estoicos*, que como V. E. sabe, ponian su felicidad en la sola satisfacción de su consciencia, y quien hace lo que debe de su parte eso le debe bastar de tenerlo [...].¹⁷⁹ (grifo nosso)

Feria foi uma pessoa bastante ambígua. Durante a juventude, ele se envolveu em várias polêmicas, protagonizando um dos maiores escândalos da corte de Felipe II. A devassidão do duque chegou a ser tratada em reunião da *Junta de la Reformación*, comitê criado pelo rei para conduzir a reforma dos costumes. Por outro lado, *don* Lorenzo vestia o manto da piedade e, como Felipe II, era um ávido colecionador de relíquias.¹⁸⁰ Ordenou e orientou a construção de obras pias no ducado de Feria e foi patrono de diversos artistas e escritores. Além disso, como veremos, se envolveu pessoalmente na impressão e divulgação de obras que acreditava terem importância para serem conhecidas, muitas das quais eram de natureza confessional. Também buscou fomentar e diversificar a economia dos seus domínios, construindo obras de

¹⁷⁷ Uma queixa que, precisamos reconhecer, era comum aos embaixadores e ministros que serviam ao rei, já que o pagamento dos salários não era pontual.

¹⁷⁸ *El duque de Feria al duque do Infantado*. 1596. ADM, Archivo Histórico, LEG. 52, DOC. 9.

¹⁷⁹ *El duque de Sessa al duque de Feria*. Noviembre de 1605. BNE, MSS/2347/16. fol. 295r.

¹⁸⁰ VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. *El poder señorial en la edad moderna: la casa de Feria (siglos XVI – XVII)*. Tesis doctoral, Universidad de Sevilla, 2008. Vol III. pp. 1338-1339.

infraestrutura e se mostrou interessado no projeto do humanista Pedro de Valencia para edificar uma universidade em Zafra.¹⁸¹

Quando tinha dezessete anos, o duque don Lorenzo foi o protagonista de um dos maiores escândalos da nobreza durante o reinado de Felipe II. Ele tinha estabelecido negociações para casar-se com quatro mulheres, tudo ao mesmo tempo. Quando o escândalo estourou, Felipe II ordenou-o a casar-se com a dama que mais tinha-se comprometido, a filha do duque de Nájera, Isabel de Cárdenas. Não obstante, Feria recusou-se a acatar a ordem do rei, afirmando que a sua honra estava em jogo.¹⁸² O monarca decidiu-se por sua prisão domiciliar, ordenando a Feria que não se casasse sem a sua prévia sua autorização.¹⁸³

Poucos anos depois, chegavam rumores na corte madrilenha de que o duque de Feria havia matado uma pessoa em Zafra. Balduino Boldeau, cantor da capela real, escreveu uma carta a Enrick Cock, antigo protegido de Feria, contando sobre o que tinha entreouvido. “En estos días pasados se ha hablado de un homicidio cometido en Zafra por el duque de Feria, o en su nombre, y se espera que llegue el juicio del delito. En efecto, los alguaciles, según dicen, han marchado a Zafra para encarcelarle y hacerle comparecer en juicio.”¹⁸⁴ Cock não parece ter ficado surpreendido com a notícia e, pelo teor da resposta que deu a Balduino, procurou justamente afastar sua imagem daquela do duque:

Me sorprende lo que me escribes sobre nuestro duque de Feria, nunca había oído algo igual; que se las entienda. ‘El que a hierro

¹⁸¹ Ibid, vol II. p. 888.

¹⁸² Para mais detalhes sobre a dimensão deste escândalo e as pessoas involucradas, ver: GARCÍA PRIETO, Elisa. *Una corte en femenino. Servicio áulico y carrera cortesana en tiempos de Felipe II*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2018. p. 194-195.

¹⁸³ Cópia da instrução consultada em IVDJ, E53, C69, 593. 001418 – 001421. Instrucción para el arresto. Mateo vazquez. 1577. O original encontra-se na Biblioteca Zabálburu, citado na íntegra por VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. Op. cit. Vol III. p. 2076.

¹⁸⁴ “Nos dias passados se falou de um homicídio cometido em Zafra pelo duque de Feria, ou em seu nome, e se espera que chegue o processo do delito. De fato, os guardas, segundo dizem, marcharam a Zafra para prendê-lo e fazê-lo comparecer ao julgamento.” *Balduino Boldeau a Enrique Cock*. En Madrid a 3 de diciembre de 1583. COCK, Enrique. *Epistolario II*. In: SÁNCHEZ GONZALES, Antonio (ed). Alcañiz: Instituto de Estudios Humanísticos; Madrid: CSIC; Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidad, Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses; 2014. p. 293.

mata, a hierro muere’, como dice el Evangelio. Puesto que realiza todo sin aceptar consejos, no es de extrañar que haya dado semejante caída; yo no voy a pagar por él.¹⁸⁵

Neste caso, o julgamento que se esperava não aconteceu. Feria saiu impune. Protegido pela dignidade da posição que detinha, parecia seguir curtindo os prazeres da juventude. O comportamento do duque tinha sido motivo de uma consulta do conde de Barajas a Felipe II sobre o procedimento de repreensão, já que se mostrava reincidente. O monarca decidiu pela reprimenda ao duque por meio de uma visita do seu confessor real, *fray* Diego de Chaves:

Y porque se ha entendido que el Duque de Feria, a quien una vez se ha amonestado se abstenga de lo del juego y de otros entretenimientos indecentes, persevera en ellos, pareció que era bien que el mismo *fray* Diego de Chaves le vuelva a hablar más apretadamente, y con palabras que signifiquen que si no lo haze se remediará.¹⁸⁶

Outro evento obscuro em seu passado foi a acusação de haver cometido pecado nefando, em 1585. O processo foi resumido em uma carta do *licenciado* Guardiola para Felipe II. Feria foi denunciado pelo zafrense Alvaro de la Serna, que enviou um memorial ao rei acusando o duque de “cosas feas y deshonestas”.¹⁸⁷ Por conta da gravidade da denúncia, Feria foi preso por um

¹⁸⁵ “Me sorprende o que me escreve sobre o nosso duque de Feria, nunca havia escutado nada igual; que fique claro. “O que mata a ferro, a ferro morre’, como diz o Evangelho. Dado que faz tudo sem aceitar conselho, não é de estranhar que tenha dado semelhante caída; eu não vou pagar por ele.” *Enrique Cock a Balduino Blondeau*. De Salamanca, a 30 de diciembre de 1583. In: SÁNCHEZ GONZALES, Antonio (ed). *Epistolario II*. Alcañiz: Instituto de Estudios Humanísticos; Madrid: CSIC; Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidad, Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses; 2014. p.313.

¹⁸⁶ “E porque se entendeu que o duque de Feria a quem uma vez se admoestou que se abstenha do jogo e de outros entretenimentos indecentes, persevera neles, pareceu que fosse bem que o mesmo frade Diego de Chaves volte a lhe falar mais apertadamente, e com palavras que signifiquem que se não o fizer, se remediará.” *Barajas al Rey, sobre consulta del Consejo Real, 16 de noviembre de 1586*. Citado por: VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel Op. cit. vol III. p. 2078.

¹⁸⁷ *Guardiola a Su Majestad. Sobre el particular de Alvaro de la Serna*. 4 de agosto 1594. IVDJ, E8, TI, a000368 – a000371.

ano, na fortaleza de *Torrejón*.¹⁸⁸ Segundo Guardiola, não teria sido possível averiguar totalmente os fatos delatados. A testemunha que o acusou foi condenada à morte por prestar falso testemunho, após ter sido torturada para revelar quem teria planejado a falsa acusação. Feria processou Álvaro de la Serna por calúnia, e Conselho Real de Castela decidiu a favor do duque em 1588. A pena decretada contra aquele foi o serviço nas galeras e o posterior degredo. Álvaro acabou fugindo para a Itália.¹⁸⁹ Após ser preso em Barcelona, em 1594, De la Serna pediu ao rei que lhe exculpasse, pois havia passado muitos anos.¹⁹⁰ O conjunto de documentos sobre este processo, preservado no Instituto Valencia de don Juan, nos revelou que o caso gerou enorme repercussão na época.

Como podemos ver, a maior parte das informações que obtivemos da juventude de Feria foi relativa à coleção de polêmicas sobre o seu comportamento lascivo e violento. Algo de culpa lhe deveu tocar, já que no seu testamento manifestou o escrúpulo por ter favorecido, com violência, o casamento de don Diego de Tapia, seu *maestresala*, com dona Maria de Hervia.¹⁹¹

Pouco antes de ter vencido o processo contra Álvaro de la Serna, o duque de Feria já havia sido reabilitado na corte. Temos a notícia de que havia integrado o séquito real na procissão que foi feita para a recepção do corpo de Santa Leocádia, em Toledo, em abril de 1587.¹⁹²

Em 1591, o duque foi nomeado para a sua primeira missão diplomática, para liderar a embaixada extraordinária para prestar obediência ao papa Urbano VII. No entanto, o papa morreu antes que Feria pudesse alcançar a cidade eterna. Gregório XIV foi escolhido em seguida, mas falecera em outubro

¹⁸⁸ VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. Op. cit. vol. I. p. 501.

¹⁸⁹ *Pleyto contra el Duque de Feria por Alvaro de la Serna*. IVDJ, E8, TI, 48. a000384 – a000385.

¹⁹⁰ *Don Alvaro de la Serna a su Majestad*. De Barcelona, a 27 de julio 1594. IVDJ, E8, TI, 48. a000372- a000375.

¹⁹¹ *Testamento del Sr don Lorenzo Fernandez de Cordova y Figueroa, marques de Priego, Conde de Feria, II duque de Feria*. De Nápoles, a 24 de enero de 1607. ADM, Casa Feria, LEG.57, DOC.22.

¹⁹² GARIBAY, Esteban de. *Memorias de Garibay*. In: MHE, vol. VII. p. 446.

de 1591, quando Feria estava em Pavia. O pontífice eleito pelo conclave seguinte foi Inocêncio IX, que faleceu após dois meses de pontificado. No final de janeiro de 1592, o escolhido para ocupar o trono de São Pedro foi Clemente VIII, a quem Feria pôde finalmente prestar a obediência. Após a estadia em Roma, o duque *don* Lorenzo teceu uma avaliação pouco simpática do papa que iria absolver Henrique IV da França: “Aunq el Papa es hombre prudente y de buena intencion le tengo por hombre timido y q como hombre criado en mediana fortuna no tiene el anchura de coraçon q era necessario a los Principes [...]”.¹⁹³

Após cumprir a incumbência que lhe fora designada, o duque *don* Lorenzo poderia se dedicar à missão seguinte que lhe ordenara o monarca: representar a Felipe II na reunião dos Estados Gerais. Da Itália, aquele deveria ir para a França, onde lhe esperavam Juan Bautista de Tassis e *don* Diego de Ibarra. No entanto, os atrasos da convocatória fizeram com que fosse preciso esperar um ano na Itália antes de seguir e dar sequência à viagem. Quando finalmente partiu de Milão, o duque ainda teve de manter um ritmo lento, para acompanhar os trâmites da reunião. Antes de alcançar Paris, *don* Lorenzo esteve bastante tempo no ducado de Lorena e em Soissons, quartel do duque de Mayenne. Ali, negociou um acordo com o chefe da Liga para apoiar a candidatura da infanta ao trono da França.

No dia 9 de março de 1593, *don* Lorenzo Suárez de Figueroa, acompanhado de Juan Bautista de Tassis, fez a sua entrada triunfal em Paris. À duas léguas e meia da cidade, *d.* Diego de Ibarra havia ido encontrar-se com a comitiva, acompanhando-os no percurso para dentro da muralha, por onde entraram pela porta de Saint-Anton.¹⁹⁴ Os três ministros, por fim, se encontravam.

Cultura escrita e pensamento político do II duque de Feria

Como senhor de um ducado, *don* Lorenzo teve de manejar diversos assuntos referentes à administração e manutenção dos seus domínios. Uma

¹⁹³ *El duque de Feria a su Majestad*. De Paris, a a 6 de agosto 1593. fol. 84.

¹⁹⁴ *Relação da secretaria. Diário de viagem do II duque de Feria*. ADM, Archivo Historico, LEG.52, fol.11v.

destas questões foi o mecenato. Nesse quesito, deu sequência à tradição mantida pela casa ducal de Feria. Demonstrou, nesse aspecto, ter uma faceta humanista. Foi mecenas de vários artistas e escritores, entre eles o humanista e futuro cronista real de Felipe III, Pedro de Valência. Este foi discípulo de Arias Montano e entrou para o serviço do duque de Feria no final do século XVI.¹⁹⁵ Também esteve sob o serviço dos Feria o humanista, poeta e historiador flamengo Enrick Cock, cujas epístolas citamos anteriormente. Este chegou na Espanha em 1574, ingressando no serviço de *lady Jane Dormer*, duquesa viúva de Feria e mãe de Lorenzo. Cock ficou sob o serviço da casa de Feria até 1582.¹⁹⁶ Outros escritores que foram patrocinados por Feria foram Cristóbal de Mesa, que dedicou a sua obra *Valle de Lagrimas* ao duque, e *fray Juan Bautista Moles*. Além do mecenato, *don Lorenzo* parecia interessado em promover o desenvolvimento econômico do ducado, cuja capital era Zafra. Pedro de Valencia, à maneira dos arbitristas, encaminhou um memorial ao duque sobre como prover o desenvolvimento econômico do ducado de Feria.¹⁹⁷

No período em que Feria se dedicou a servir ao rei, desempenhando funções diplomáticas, se envolveu em algumas querelas que nos permitem compreender um pouco mais sobre o seu perfil político. Como máximo representante do rei, atuou de maneira incansável para sustentar as prerrogativas régias sobre outros poderes, como as Cortes e a Inquisição. Nesse sentido, foi um ferrenho defensor das prerrogativas absolutistas do monarca.

O primeiro conflito expressivo que Feria se envolveu teve lugar quando assumiu o cargo de vice-rei da Catalunha. Nas Cortes de Barcelona de 1599, Felipe III e o duque de Lerma negociaram com os deputados a concessão de um grande *servicio*, e em troca o rei outorgou uma série de prerrogativas à

¹⁹⁵ RUBIO MASA, Juan Carlos. *El mecenazgo artístico de la casa ducal de Feria*. Zafra: Editora Regional de Extremadura, 2001. p. 101.

¹⁹⁶ COCK, Enrique. *Epistolario I*. In: SÁNCHEZ GONZÁLES, Antonio (ed). Alcañiz: Instituto de Estudios Humanísticos; Madrid: CSIC; Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidad, Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses; 2014. p. XXVII.

¹⁹⁷ *Informe al Duque de Feria Visorey de Sicilia, sobre el acrezentamiento de la villa de Zafra*. BNE, MSS/18.756, n.23. RUBIO MASA, Juan Carlos. Op. cit. pp.19-74.

Diputación. Tais cessões fizeram recrudescer a tensão entre o vice-rei e a *Generalitat* sobre a interpretação de diversas cláusulas do acordo, alguns dos quais tocavam precisamente sobre os poderes do vice-rei.¹⁹⁸

Quando o vice-reinado de Feria chegou ao fim, ele redigiu um longo memorial em que justificava o seu governo e tecia uma série de recomendações ao novo monarca. O documento está inacabado e não sabemos se chegou a ser enviado para a corte. Mas o que nos interessa é a reflexão e os juízos que manifestou sobre a sua própria experiência. Como ele mesmo disse, este era o seu “testamento” político. Para justificar o seu proceder durante a estadia na Catalunha, o vice-rei começava apelando para os fundamentos teológicos e políticos contidos na escolástica. A autoridade real estava assentada na origem divina e na escolha do povo. Em primeiro lugar, a justiça era o fundamento das monarquias. Logo, instaurou-se uma comunidade política de irmãos batizados que se sustentavam de um mesmo manjar dos sacramentos.¹⁹⁹ Esta comunidade política se erigia para a glorificação divina e realização da justiça, fazendo-a se estender para todos os territórios da monarquia, sem “encolhimento, permissões nem considerações”. A sujeição dos súditos se transfigura na mesma obediência do homem cristão, que é recompensado enquanto permanece sob a autoridade da Igreja Romana.

O longo *razonamiento* de Feria é bastante revelador do seu pensamento político, e expressa ideias políticas que podemos classificar, àquela altura, como tradicionalistas. Como soberano de muitos territórios, o monarca precisava assegurar que o governo da justiça chegasse até as outras províncias com “o braço estendido, sem encolhimento, permissões nem considerações”. Ao justificar a sua administração (e contestar os seus inimigos), Feria esboçou o pano de fundo de uma concepção absoluta do poder e da jurisdição real cara aos juristas regalistas medievais.²⁰⁰ Atribuía a causa

¹⁹⁸ ELLIOTT, John. *La rebelión de los catalanes. Un estudio sobre la decadencia de España. 1598-1640*. Madrid: Marcial Pons, 2014.

¹⁹⁹ *Carta, no concluída, del Capitán General del Principado de Cataluña, el II Duque de Feria, don Lorenzo Suárez de Figueroa, al Rey, en la que hace unas consideraciones sobre el buen gobierno de aquel territorio*. ADM, Archivo Histórico, LEG. 181, DOC.96. s/f.

²⁰⁰ Ver o debate que João de Salisbury travou com os juristas regalistas sobre esse ponto. SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006. p.143 -156.

dos problemas à falta de justiça e aos pecados e, para resolvê-los, era necessário obrar sobre “fundamento seguro”. Apontava, implicitamente, as concessões aprovadas nas Cortes como razões da falta de justiça.

Destas concesiones se sigue por consecuencia cierta el atrevimiento para menospreciar a los ministros y sus mandamientos, pues tienen canonizadas sus opiniones, y aqueste deseo de libertad de los súbditos, tanpoco puede ser refrenado de los que somos obligados a hazerlo, pues han salido con sus intentos en tribunal superior.²⁰¹

A reflexão do duque de Feria expôs o confronto entre o modo de governar à maneira de Castela e a obstinada proteção das liberdades e privilégios dos catalães. Duas décadas mais tarde, este mesmo enfrentamento será o tema do *gran memorial* elaborado pelo conde-duque de Olivares ao jovem Felipe IV.²⁰² As faíscas da futura rebelião já estavam para ser acendidas.

Quando Feria por fim foi dispensado do governo da Catalunha, solicitou ao rei a nomeação para integrar o Conselho de Estado. Nesta altura, as relações com o duque de Lerma, *el que tiene la oreja del rey*, estavam abaladas por causa dos conflitos despertados por Feria na Catalunha.²⁰³ O duque foi preterido pelo marquês de Poza, situação que lhe despertou uma enorme crise de consciência. Dramático como sempre, Feria reclamava ao seu confessor que “no se como viene pensar que yo tengo de ser como los corregidores de Castilla, que se dejan dar de palos como bueyes cansados ao tiempo de la residencia”.²⁰⁴

Após o vice-reinado da Catalunha, o duque de Feria foi nomeado vice-rei da Sicília. Uma das pessoas que teria dissuadido Feria de se retirar da vida

²⁰¹ *Carta, no concluída, del Capitán General del Principado de Cataluña, el II Duque de Feria.*

²⁰² CONDE-DUQUE DE OLIVARES. Gran Memorial. Instrucción secreta dada al rey en 1624. In: ELLIOTT, John. PEÑA, José F. de la. NEGREDO DEL CERRO, Fernando. (eds) *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares; vol. 1.* Madrid: Alfaguara, 1981. p. 96-97.

²⁰³ Feria culpava o deputado militar da Catalunha, Joan de Queralt, do poderoso clã dos condes de Santa Coloma, de de ter atuado contra ele na corte.

²⁰⁴ *Copia de carta del duque de Feria virrey de Barcelona para el Padre Confesor.* En Barcelona, a 11 de hebrero de 1602. BNE, MSS/2347/16. fol. 42v.

política e aceitar o novo “desterro” na Sicília foi Pedro de Ribadeneyra. De volta à Itália, d. Lorenzo enfrentou outro “inimigo” da autoridade real: a Inquisição. A correspondência do vice-rei e dos inquisidores de Palermo com a corte em Valladolid nos demonstra como a confusão chegou a tal ponto que adquiriu tons quixotescos. Os inquisidores acusaram Feria de ser *tan absoluto y alumbrado*, que era na verdade o *secretario del imperador Diocleciano*.²⁰⁵

O vice-rei resolveu pressionar o arcebispo de Palermo e os inquisidores para libertar do calabouço Mariano Allata, familiar do Santo Ofício, que havia sido preso e excomungado pelo tribunal. Após intensa pressão e envolvimento da corte *vallisoletana*, Feria conseguiu o seu intento. Mas os inquisidores se escandalizaram com o modo de proceder do vice-rei, que depois mandou soltar outros dois juízes presos com a justificativa de que o tinha feito juridicamente, com parecer dos letrados. Segundo o relato, quando os inquisidores foram se queixar, o duque teria respondido que, se fizessem algo contra ele, “su excelencia nos ataria en una galera y nos embiaria a España” e que ele, como vice-rei, era “superintendente a todos los tribunales eclesiasticos”.²⁰⁶ O conflito chegou a tal ponto que o arcebispo ameaçou excomungar todos os curas e canônicos que manifestassem censuras contra a absolvição dada aos juízes. Escândalo, diziam os queixosos, excomungar a própria Inquisição! Mas o pior ainda estava por vir. No dia 8 de agosto de 1602, duas companhias de soldados marcharam ao som dos tambores até o edifício do tribunal, fechando o cerco à edificação e às casas dos oficiais.²⁰⁷ Atacaram o edifício e também o outro onde estava preso o tal Mariano. Alguns inquisidores foram presos e soltos no dia seguinte; o relato ainda afirmava que fora instalada na praça uma forca para ameaçar os religiosos. Para esses, o rei da Espanha não havia mandado um vice-rei, e sim o secretário de Diocleciano. Feria reclamou em uma carta ao amigo e confidente, Thomas Fitzherbert, que os inquisidores lhe haviam tachado de herege.²⁰⁸ E logo concluiu que “en las cosas temporales no

²⁰⁵ Diocleciano ficou conhecido pela intensa perseguição aos cristãos.

²⁰⁶ *Carta de los inquisidores de Sicilia al consejo del rey nuestro señor de la Sancta General Inquisición*. De Palermo, a 9 de agosto de 1602. BNE, MSS/9393. fol. 36r.

²⁰⁷ *Ibid.* fol. 36.v-37r.

²⁰⁸ *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Palermo, a 4 de septiembre 1602. WDA, E2,

se pueda haber mas que un rey o virrey”.²⁰⁹ Com tal demonstração de força, não restava dúvidas de que Feria estava disposto a defender com os todos os recursos possíveis as prerrogativas régias.

Em uma carta ao duque de Lerma, Feria não poupou críticas à autoridade eclesiástica, e acusou os inquisidores de usurparem a justiça temporal. Nesse sentido, reiterou os mesmos postulados na carta sobre o vice-reinado da Catalunha. “Su Magestad tiene mayor proeminencia en este Reyno sobre las cosas eclesiasticas que en ningun otro de los que Dios le a dado, siendo el fundamento y la conservacion de todo ello la judicatura de la monarchia [...]”.²¹⁰ Após atestar ao valido do rei a superioridade do poder temporal sobre o espiritual, o duque de Feria rematava o seu argumento contra o estado eclesiástico: a justiça deve ser praticada por uma única cabeça: “[...] La union y una solo caueça en el nombre y en los efectos es la conservacion de las monarchias y el camino solo que hay para que la justicia sea guardada con ygualdad y la religion respectada.”²¹¹

Por fim, o último evento que gostaríamos de mencionar foi a intervenção de Feria na polémica sobre a publicação da obra *Anais*, do cardeal César Baronio. Nessa ocasião, o duque empregou a sua pluma para defender a reputação da Monarquia Hispânica, escrevendo ao papa, a Felipe III, ao colégio dos cardeais e a diversos potentados seculares e eclesiásticos. Todo este labor era porque d. Lorenzo ficou escandalizado com o conteúdo do livro décimo primeiro, intitulado Monarquia de Sicília. Esse livro fez um ataque direto à Espanha, acusando-a de espoliação dos direitos eclesiásticos em matéria temporal e negando a ida do apóstolo Santiago à Espanha. Feria empreendeu uma verdadeira batalha diplomática para impedir a circulação da obra. Contestou o seu conteúdo em uma carta ao papa e pediu para recolher as cópias. Ao pontífice, Feria enalteceu a grandeza da Monarquia Hispânica e os

fol.191r.

²⁰⁹ *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Palermo, a 3 de octubre 1602. WDA, E2, fol. 192r.

²¹⁰ *Al Duque de Lerma*. Palermo, 20 de febrero de 1603. ADM, Archivo Historico, LEG.52, DOC.373, fol.1v.

²¹¹ *Ibid.*

incessantes esforços, desde a época dos Reis Católicos, empreendidos para defender a fé católica. Assim, desvelou a imagem da monarquia de Espanha como a mais perfeita constituição política. Fernando o Católico recebeu o título perpétuo das mãos do próprio Inocêncio VIII:

[...] quando determino el papa Inozenzio Octtavo de darle título perpétuo de Catholico, quiso ponerle otro, que entonzes era el maior; transfiriendolo adonde le parezio, que la reputtacion y obras de tan gran Rey lo había de mantener mejor, los historiadores verdaderos, y aprobados de todas las nazones, describen esto así, en el mismo tiempo, y como testigos de vista.²¹²

No governo temporal, o rei era a suprema e inquestionável autoridade. Em matéria universal, a Monarquia Hispânica era a maior monarquia do mundo. Os conflitos de Feria com as autoridades eclesiásticas na Itália não queriam dizer que o duque era um *politique*. Ao contrário. Uma das características marcantes de Feria foi a sua devoção religiosa.

Para providenciar a última jornada que Felipe III lhe encarregou, jornada essa que pensava ser um “muy honrado destierro”, o duque solicitara ao secretário Thomas Fitzhebert que providenciasse duas obras para viagem: “No dexé v. m. de la mano à Cicerón y a fray Luis de Granada, pues abra menester el uno para la lengua latina y el otro para la castellana. Que todo es necessario para esta jornada.”²¹³ Na mesma carta, solicitou que o seu companheiro de viagem providenciasse rosários para que ele pudesse distribuir aos seus amigos em Roma.

A relação que o embaixador estabeleceu com as Sagradas Escrituras foi bastante peculiar para um católico a serviço do rei da Espanha. Na ocasião da polémica com César Barônio, Feria confessava a seu amigo Fitzherbert que “queria escrituras que respondiesen al argumento, y lo que importa es que los pastores amen a sus obejas y las procuren curar con remedios extraordinarios

²¹² *Carta del duque de Feria a Su Santidad sobre el libro que escribio el Cardenal Zesar Baronio que intitulo Monarquia de Sizilia*. De Mezina, 14 de enero 1605. BNE, MSS/10259. fol. 292r-294r.

²¹³ *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Palermo a 11 de julio 1606. WDA, E2, fol. 234.

cuando los ordinarios no bastan.”²¹⁴ Na correspondência diplomática que analisamos, Lorenzo Suárez de Figueroa utilizou diversas vezes referências ao texto bíblico como fontes para extrair máximas de governo. Nesse contexto, o embaixador propôs um método de estudos dos versos bíblicos como guia para o governo político, modelo este que foi teorizado na obra do agostiniano Juan Márquez, que se projetara como uma resposta a essa tendência bodiniana de secularização da política.

Até onde pudemos investigar, Feria não publicou uma obra autoral. No começo da carreira, parece que houve queixas na corte de que *don* Lorenzo não escrevia muito, segundo contou Ribadeneyra:

Alguno destos ministros del rey me han dicho que V. E. escribe poco, maravillándose mucho dello. Temo que no tiene secretario que le ayude y sirva tanto como es menester: y si ha de ir a Francia, le avrá menester mucho más, que sea hombre rompido, experimentado en cosas de estado, inteligente en las de aquel reyno, sobre todo fiel y de cifra, porque todo esto piden los negocios que se an de tratar.²¹⁵

De fato, em comparação com Juan Bautista de Tassis e Bernardino de Mendoza, a correspondência do duque era algo mais sucinta, e ele quase não redigia cartas de seu próprio punho.²¹⁶ Até onde pudemos investigar, ele não publicou nenhuma obra. O único texto de sua autoria publicado foi uma carta dedicatória em que recomendava a obra de Juan Márquez, *El gobernador Cristiano. Deducido de las vidas de Moises y Josue, príncipes del pueblo de Dios*. Márquez adicionou essa carta como introdução à obra, impressa pela primeira vez em 1612, mas decerto redigida vários anos antes. Uma copia manuscrita daquela carta se conserva no *Westminster Diocesan Archive*.²¹⁷

²¹⁴ *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Rijoles a 16 de septiembre 1606. WDA, E2, fol.237.

²¹⁵ *Pedro de Ribadeneyra a Lorenzo Suárez de Figueroa*. Madrid, 16 de noviembre 1591. In: RIBADENEIRA, Patris Petri. *Confessiones, Epistolae Aliaque Scripta Inedita*. Matriiti: Officina Tipographica “la Editorial Iberica”, 1923. Tomo II. Epistola 356. p. 135.

²¹⁶ Tampouco o fazia o duque de Sessa, que confessara ter uma letra terrível.

²¹⁷ *Copia de Carta del Duque de Feria para el Maestro Fray Juan Marquez*. En Messina, a 11 de enero (sic) 1604. WDA, E2, fol. 206. Temos acesso às cópias desta correspondência porque Feria decidiu enviá-las ao seu amigo e confidente, Thomas Fitzherbert, que vivia em Madrid,

Nesse arquivo também tivemos acesso à correspondência que o duque trocou com Juan Márquez sobre as possibilidades de fundamentação do principal argumento do livro. Ao analisar esta epistolografia, não restou dúvidas sobre a fundamentação teológica do seu pensamento político.

A obra de Juan Márquez foi dedicada a *don* Gómez Suárez de Figueroa, III duque de Feria, filho de d. Lorenzo. Logo na introdução, Márquez ressaltou que o livro inicialmente seria dedicado ao duque d. Lorenzo, “por auer sido suya la eleccion del argumento”. O ex-embaixador propõe o argumento central que será a base da obra teólogo agostiniano: as Sagradas Escrituras poderiam sim ser utilizadas para extrair [excelentes] conselhos políticos. Assim, explicou os seus pontos:

Y aunq esta edad produce (segun dicen) eminentes Teologos, q unos llaman sutiles y otros copiosos, otros de buena eleccion; todo viene a parar en cosas de las Escuelas para dentro, q los ignorantes no alcançamos, ni aun tãpoco hemos menester; y entre los de la misma facultad se queda cada uno cõ su opiniõ, si por desdicha no se pudiese llamar intento, o parcialidad. Pero esto se quedara para los q los pueden juzgar, q a mi, y a los semejantes mas nos haze al caso doctrina para encaminar la emienda de la vida: y esta de ninguna parte se puede sacar, ni el vigor nessesario para este fin, q de la noticia de las cosas de Dios, y dichos de sus Sãtos. Que la Sagrada Escritura no ande en vulgar es muy justo; pero querer excluyr del conocimiento de sus misterios à los q no han entrado por las puertas de la Sumula, y Artes, parece q es sentir baxamente del Baptismo, q nos recibe por hijos propios.²¹⁸

para consultá-lo sobre o argumento que propunham para compor a obra. O mês que está apontado no manuscrito está errado, devendo se tratar de um erro do copista, já que nas cartas seguintes a data é referida como junho, e não janeiro. Além disso, Márquez publicou a carta com a data de 11 de junho de 1604.

²¹⁸ “E ainda que esta idade produz (segundo dizem) eminente teólogos, que uns chamam sutis e outros copiosos, outros de boa eleição; tudo vai parar nas coisas das Escolas para dentro, que os ignorantes não alcançamos, nem ainda tampouco somos mister; e entre os da mesma faculdade fica cada um com sua opinião, se por desdita não se pudesse chamar intento, ou parcialidade. Mas isso fica para os que podem julgar, que a mim, e aos semelhantes mais nos vem al caso doutrina para encaminha emenda da vida; e esta de nenhuma parte possa sacar, nem o vigor necessário para este fim, que da notícia das coisas de Deus, e ditos de seus Santos. Que a Sagrada Escritura não ande em vulgar é muito justo; mas querer excluir do conhecimento dos seus mistérios é sentir baixaza do Batismo, que nos recebe por próprios filhos.” *Al P. M. F. Juan Márquez, de la orden de San Agustin*. El duque de Feria, en Mecina, a

Apesar de ser um texto curto, é notável pela profundidade e clareza da argumentação. Em várias cartas, Feria endossou que a leitura das Sagradas Escrituras deveria ser ampliada de modo que não fosse utilizada somente para a conduta da vida, mas também para sacar conselhos políticos aos governadores e embaixadores. E tudo isso para encontrar o perfeito equilíbrio entre os meios humanos com a lei de Deus, como introduziu Márquez:

Siempre ha parecido la mayor dificultad del gobierno Christiano, el encuentro de los medios humanos cõ la ley de Dios, porque si se echasse mano de todos, se aventuraria la conciencia, y si de ninguno, peligrarian los fines, en detrimento del bien comun.²¹⁹

Pensar as condições para conciliar estes dois segmentos foi uma preocupação constante de Feria, segundo podemos perceber pelos seus escritos ao longo da sua carreira. E uma das máximas do duque era que, quando faltavam os meios humanos, culpa da falta de justiça e dos pecados, restava apenas esperar pela misericórdia divina. Nos Estados Gerais de 1593, os obstáculos para conseguir a coroação da infanta foram tão grandes que Feria, por várias vezes, atribuiu o fato aos desígnios da Providência. Só um milagre poderia salvar a causa da Espanha.

Pensando nos termos da cultura escrita, a carta dedicatória de d. Lorenzo ao padre Juan Márquez também nos forneceu mais informações sobre as condições que favoreceram a escrita da obra. Já dissemos que o duque Feria e o duque de Sessa eram bastante amigos e na correspondência que mantiveram trocavam diversos tipos de confidências filosóficas, teológicas e políticas. Sessa e Feria também apresentaram grande afinidade do pensamento político, cuja marca fora uma reação contra a *impronta* maquiaveliana na condução da política.

onze de julio 1604. s/f.

²¹⁹ MARQUEZ, Juan. *El gobernador Christiano deducido de las vidas de Mousen, y losue, príncipes del Pueblo de Dios*. Madrid: por Teresa Junti, impressora del rey nuestro señor, M.DC.XXV. Prólogo.

Por fim, destacamos a escrita da obra de Damián Armenta y Córdoba, *Los tres libros de la guerra en Francia*.²²⁰ Damián foi *gentilhombre* do duque de Feria e o acompanhou em sua viagem até Paris. A história de Armenta y Córdoba, que permaneceu manuscrita, seguia as diretrizes de um catolicismo confessionalizador que procurava legitimar as ações do Rei Católico na França. Tinha como referência os *Comentários sobre a guerra na Gália*, de Júlio César, e *Orlando Furioso*, de Ludovico Ariosto. Com base nessas referências, pode-se dizer que a intervenção da Espanha era uma dupla guerra: a guerra santa de Ariosto, evocada por Carlos Magno contra os mouros, e a guerra de conquista, a de Júlio César sobre a Gália. O recado estava claro. Logo na introdução, Armenta y Córdoba repetiu os argumentos da oração do duque nos Estados Gerais ao apontar para o distanciamento que ocorreu entre as monarquias nos últimos anos. Este fato legitimaria por si só a intervenção espanhola na França como represália às afrontas feitas por Alençon e por Henrique III contra o Rei Católico. Mas, em contrapartida, teceu louvores a Carlos IX por haver mandado matar “o almirante da França e mais trinta mil hereges”; segundo ouvira dizer por uma testemunha ocular, no dia de São Bartolomeu, o sangue dos hereges jorrava de tal maneira pelas ruas da cidade que parecia que havia chovido.²²¹ A intenção de Damián era precisamente se desvencilhar das críticas dos “mal intencionados de nuestro tiempo” e assegurar, como fará Carlos Coloma anos depois, que o verdadeiro e principal motivo da guerra entre Espanha e França foi o religioso. Felipe II havia investido tanto dinheiro na Liga Católica que “si a dinero quisiera comprar la Francia, o, conquistalla, pudiera, mas su intencion no ha sido, sino el de que ese reyno sea catholico.”²²² E continuava que o rei da Espanha, “por ser tan amigo de la justicia y equidad y tan mirado en todas sus obras, y el no tener, como ve el mundo, necesidad de reynos estraños, pues es el mayor monarcha que a avido en el mundo [...]”.²²³

²²⁰ ARMENTA Y CORDOBA, Damián de. *Los tres libros de la guerra de Francia dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella*. 1596. BNE. MSS/2126.

²²¹ Ibid. fol. 1v.

²²² Ibid.

²²³ Ibid. fol. 134.

Como *don* Lorenzo, Damián de Armenta y Córdoba atribuía a lastimosa situação na França ao castigo divino dos pecados cometidos pelos franceses. E foi por isso, nada mais, que tiveram que entregar a cidade de Paris. “Al fin por pecados de aquel reyno y por secretos juicios de Dios que el sabe lo mejor, se ubo de entregar esta villa [...]”²²⁴ Em conclusão, podemos perceber que o duque de Feria e seu *gentilhombre* compartilhavam muito mais do que a memória da jornada da França.

Don Diego de Ibarra - ? – 1626

O último ministro que vamos tratar neste capítulo é *don* Diego de Ibarra. A família Ibarra era oriunda da província basca de Guipúzcoa. Como a de Juan Bautista de Tassis, aquela adquiriu renome pelos serviços prestados à Monarquia Hispânica. O pai de d. Diego, Francisco de Ibarra, foi contador geral do exército do ducado de Milão, entrando para o serviço do duque de Alba em 1567.²²⁵ Alguns anos depois, esteve presente na batalha de Lepanto e, de volta à Espanha, exerceu o cargo de comissário geral do exército e da armada, até ser nomeado membro do Conselho da Guerra.²²⁶ Foi agraciado com o hábito de Santiago, recebendo a encomenda de Santa Cruz de la Zarza.²²⁷ Francisco de Ibarra se casou com Beatriz de Vargas, irmã do secretário Diego de Vargas, que atuava nos negócios da Itália.

Outro personagem destacado da família guipuzcoana nas sendas da administração hispânica foi o tio de d. Diego, Esteban de Ibarra. Este serviu como secretário da guerra de Fadrique de Toledo nos Países Baixos, e logo obteve o cargo de provedor da frota de Lisboa. Esteban contou com a proteção de Mateo Vázquez, d. Juan de Idiaquez e d. Cristóbal de Moura, vínculos esses

²²⁴ Ibid. fol. 110.

²²⁵ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004. p. 96.

²²⁶ GARIBAY, Esteban de. Op. cit. p. 330.

²²⁷ MARTÍNEZ MILÁN, José. CARLOS MORALES, Carlos Javier de. (eds.) *Felipe II (1527-1598). La configuración de la Monarquía Hispana*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1998. p. 407.

que o levaram a obter um cargo na corte. O duque de Faria dizia que fora “criado a los pechos de d. Juan de Idiaguez”.²²⁸ Em 1591, Esteban foi promovido a secretário do Conselho da Guerra.

Após a morte do duque de Parma, foi descoberto um esquema de malversação dos fundos para o exército de Flandres, supostamente conduzido pelo secretário de Farnese, Cosme Massi. O conde de Fuentes, que foi enviado aos Países Baixos para assessorar o governador, descobriu que esse último assinava papéis que o seu secretário lhe entregava sem ler o conteúdo.²²⁹ Para dar sequência à política de maior controle dos gastos imposta pela *veeduría general*, Esteban de Ibarra foi enviado a Flandres como superintendente da *Hacienda*, com a missão de supervisionar a gestão dos recursos para os gastos militares.²³⁰ Nesta ocasião, trabalhou em conjunto com seu sobrinho e com Juan Bautista de Tassis, já que todo o planejamento das operações militares do Rei Católico na França partia de Bruxelas. A última conquista da carreira de Esteban foi ter sido promovido de secretário a membro do Conselho da Guerra, um feito poucas vezes alcançado. Faleceu em 1610, no mesmo ano que Juan Bautista de Tassis.

Não se sabe ao certo quando nasceu Diego de Ibarra. Segundo Valentín Vázquez de Prada, ele teria nascido por volta de 1552 em Milão, segundo dados do expediente para obtenção do hábito da ordem de Santiago.²³¹ Como o pai e os tios,²³² Diego de Ibarra se especializou na administração dos negócios militares, em particular na composição e manutenção das tropas. Casou-se na Itália e teve dois filhos: Francisco, capitão de lanças espanholas em Flandres e cavaleiro do hábito de Santiago, e Carlos, cavaleiro da ordem de Alcântara e capitão da infantaria.²³³ Quando Felipe II escolheu *don* Diego para

²²⁸ *Copia del papel que el Duque de Faria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

²²⁹ *El conde de Fuentes a Su Majestad*. 24 de enero 1593. AGS, EST, LEG.604. fol. 16.

²³⁰ MARTÍNEZ MILÁN, José. CARLOS MORALES, Carlos Javier de. Op. cit. p. 406.

²³¹ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. Op. cit.

²³² Outro tio de don Diego, Pedro de Ibarra, serviu na Itália como contador do exército do Piemonte e Milão.

²³³ VÁZQUEZ, Alonso. *Los sucesos de Flandes y Francia del tiempo de Alejandro Farnesio*. In:

substituir Bernardino de Mendoza na França, Ibarra era *veedor general de los ejércitos* da Sicília. Como podemos ver, entre os três ministros que estudamos, Ibarra era o que tinha o perfil militar, um negócio de família.

Em 1591, pouco tempo após chegar nos Países Baixos, Felipe II comunicou a *don Diego* que ele fora nomeado *veedor general* do exército de Flandres.²³⁴ Na mesma ocasião, o rei escrevera a Juan Bautista de Tassis para avisar que havia indicado Ibarra como o seu sucessor no cargo.²³⁵ No entanto, *d. Diego* não ficou nada satisfeito com a nomeação.

Los daños que aqui hay no se remediaron aunq yo fuese muy buen veedor general porque la autoridad del que manda es absoluta su natural humor no inclina a ahorro porque ninguna cosa aborresçe tanto quanto reformar y es el primer passo desta cura y al officio de veedor general antes tiene odio que amor.²³⁶

Quando Ibarra deixou Paris e voltou para Bruxelas, em março de 1594, finalmente estava desimpedido para assumir o cargo de *veedor general*. No entanto, demorou quase um ano para tomar posse. Quando o rei reafirmou a ordem para que assumisse o cargo, ele se queixara de que a situação em Flandres estava tão ruim, que seria difícil efetuar as mudanças que deveriam ser realizadas na administração. E citou como exemplo o que havia acontecido com Tassis:

El tiempo que tuvo este cargo Juan Bautista de Tassis, demas de entrar en el de mala gana se le atraveso y barajo el duque de Parma que la costumbre que entonces se introdujo no solo dificultara

CODOIN, tomo LXXIV. p. 367.

²³⁴ *Su Majestad a don Diego de Ibarra*. Del Pardo, a 22 de Mayo 1591. AGS, EST, K, LEG.1450. DOC. 40.

²³⁵ *Ibid.* DOC. 42.

²³⁶ “Os danos que aqui existem não se remediãõ ainda que eu fosse muito bom inspetor geral, porque a autoridade do que manda é absoluta, seu natural humor não inclina a economizar, porque nenhuma coisa aborrece tanto quanto reformar, e é o primeiro passo desta cura, e ao officio de inspetor geral antes se tem ódio que amor”. *Diego de Ibarra a don Juan de Idiaquez*. De Bruselas, a 23 de junio 1591. AGS, EST, LEG.599. fol. 141.

el verdadero ejercicio del, pero sera andar pleyteando cosa por cosa todas quantas le tocan.²³⁷

Em 1594, Ibarra foi designado *mayordomo mayor* do arquiduque Ernesto.²³⁸ No entanto, o novo governador colocou empecilhos na nomeação, situação que fez com que Esteban de Ibarra intercedesse a favor do sobrinho. Como Ernesto era evasivo sobre os motivos da recusa em aceitar d. Diego, o tio supôs que o arquiduque estava receoso em receber espanhóis como servidor pessoal porque, segundo ouviu dizer, o secretário do arquiduque, um tal de Molard, “los odia y teme como al diablo, o, que es persuasion de algunos naturales q sera en gracia del pays escusarlo.”²³⁹ Em 1596, *don* Carlos Coloma relatou que Ibarra servia o cargo de *mayordomo mayor* do arquiduque Alberto, que sucedeu ao irmão no governo dos Países Baixos.²⁴⁰

No começo do século XVII, Ibarra voltou para a corte na Espanha. Em 1606 d. Diego estava atuando nas comissões diplomáticas em Flandres para negociar, junto com os arquidukes, a paz com os holandeses. Não obstante, teve de se retirar pois esses não admitiram a sua presença.²⁴¹ No fim da vida, teve bastante prestígio na corte de Felipe IV, devido à ascensão de Baltazar de Zuñiga e o seu sobrinho, Gaspar de Zuñiga, futuro conde-duque de Olivares. Graças a esse apoio, d. Diego foi nomeado, em 1621, membro do Conselho de Estado.²⁴²

Como Tassis e Feria, Ibarra também se aproveitava das conexões que tinha na corte, especialmente a proteção de d. Juan de Idiaquez, para solicitar

²³⁷ “O tempo que teve este cargo Juan Bautista de Tassis, além de entrar neste de má vontade lhe atravessou e embaralhou o duque de Parma, que o costume que então se introduziu não somente dificultava o verdadeiro exercício do cargo, mas será andar processando coisa por coisa todas as quais lhe tocam.” *Diego de Ibarra a don Juan de Idiaquez*. La Fera, a 20 de abril de 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 147.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ *Esteban de Ibarra a Su Majestad*. Bruselas, 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 144.

²⁴⁰ COLOMA, Carlos. Op. cit. fol. 206v.

²⁴¹ GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *La Pax Hispanica. Política exterior del duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996. p. 64.

²⁴² ELLIOTT, John. *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*. Barcelona: Crítica, 2012. p. 93.

mercês e cargos. Em um destes requerimentos, lembrava o secretário de Felipe II dos feitos de seu pai e se queixava de que havia servido na Sicília onde “no tenía desseo de ir” e que havia abandonado a função “escarmentado para no matarme”. E assim, requeria a Idiaquez que lhe providenciasse uma mercê à medida de tão justas causas e considerações. É curioso que, nessa mesma carta, Ibarra justamente enalteceu um serviço prestado que nada teve de glorioso: a entrega da cidade de Paris a Henrique IV. Dizia a Idiaquez: “Aunque viva muchos no hare servicio a su Magestad mayor que le hize el dia que se entrego Paris al enemigo, aunque el principal desso lo reconozco de la mano de Dios que fue mas obra suya que humana [...]”.²⁴³

Diego de Ibarra recebeu elogios dos seus companheiros de jornada pelo caráter ponderado e por conduzir-se com retidão e prudência. Apesar de ser especialista nos negócios militares, Juan Bautista de Tassis elogiou também o talento de Ibarra no que tange às matérias de Estado, tanto que não recomendou ao rei que lhe desse o cargo de *veedor*:

A don Diego hallo le hombre a proposito pa el estudio de las cosas de estado, y tengo por my que si V Mag^d le exercita en ellas que saldra sujeto de gran provecho que seria lastima que dexasse de ser a trueque de otra cosa pa la qual se hallan muchos y ansy quiza no seria lo menos acertado dar a la veedoria desde luego dueño libre y desocupado de qualquiera otra carga.²⁴⁴

Apesar da relação amistosa entre Tassis e Ibarra nos primeiros anos da missão na França, a convivência entre ambos se tornou mais complicada devido aos diferentes pontos de vista sobre o duque de Mayenne e a concessão das ajudas de custo aos *profiteurs* da Liga. Por conta disso, Ibarra se aproximou do duque de Feria, de quem foi amigo por toda a vida. E esse

²⁴³ “Ainda que viva muitos [anos], não farei maior serviço a Sua Majestade do que o que eu fiz no dia [em] que se entregou Paris ao inimigo, ainda que o principal disso reconheço da mão de Deus, que foi mais obra sua que humana.” *Diego de Ibarra a don Juan de Idiaquez*. La Fera, a 20 de abril de 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 147.

²⁴⁴ “Em d. Diego encontro homem a propósito para o estudo das coisas de Estado, e tenho por mim que se V. Mg^d lhe exercite naquelas [coisas] que sairá sujeito de grande proveito, que seria lástima que deixasse de ser a troco de outra coisa para a qual há muitos e assim quizá no seria o menos acertado dar a inspetoria, sem dúvida, a dono livre e desocupado de qualquer outra carga.” *Juan Bap^{ta} de Tassis a Su Magestad*. 21 de junio 1591. AGS, EST, LEG.599. fol. 63.

último teceu inúmeros elogios ao seu colega. Quando, em 1602, d. Lorenzo recebeu notícias de que estalara uma crise interna na França, não perdeu a oportunidade de elogiar Ibarra. Aquele havia recomendado o serviço de d. Diego ao duque de Lerma, utilizando o argumento de que ele saberia fazer uso da dissimulação, sob o manto da diplomacia, para fomentar a rebelião contra Henrique IV: “lo que he dicho no es chimera si se pusiesse en mano de persona que con disimulacion y con nombre de embaxada de paz supiese encender aqueste fuego con noticia particular y experiencia deste caso [...] q es don diego de ybarra.”²⁴⁵ Feria deve ter ficado um tanto decepcionado ao saber que quem havia sido apontado como embaixador foi o *viejo* Juan Bautista de Tassis.

Outras fontes que nos revelam um pouco mais sobre a trajetória de Ibarra são os relatos dos historiadores militares, dentre os quais se destacam Alonso Vázquez e *don* Carlos Coloma. Ambos foram capitães do exército e companheiros de jornada de Diego na França. Alonso Vázquez, que deve ter tido acesso aos papéis daquele para compor a sua obra,²⁴⁶ louvava Ibarra justamente por reunir em sua pessoa o talento da pluma e das armas:

[...] el ministro que con la pluma se desvela y escribe de día y noche, vacilando con el entendimiento; lo que ninguno alcanzará con sólo el trabajo del cuerpo, pero el que pasa por lo uno y lo otro, debe tenerse y estimarse por más que los otros hombres, como los que en la guerra escriben y pelean, viéndose esto mismo, y con grandes ventajas en D. Diego de Ibarra [...].²⁴⁷

Outro aspecto relevante da personalidade de d. Diego foi a sua devoção religiosa. Como o duque de Feria, seus escritos demonstram uma constante aflição diante da possibilidade de um rei calvinista assumir o trono na França.

²⁴⁵ *Copia de una carta de duque de Feria al duque de Lerma*. De Parlermo, 18 de julio de 1602. WDC, E.2, fol.190v.

²⁴⁶ É o que sustenta RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Laberintos de hegemonía. La presencia militar de la Monarquía Hispánica en Francia a finales del siglo XVI*. Valladolid: Colección Síntesis XV, 2012. p. 60. Concordamos com o historiador, já que as informações que Vázquez forneceu sobre a recusa de Ibarra em assumir a *veeduría* coincidem com as queixas formalizadas nas cartas que Ibarra enviou ao duque de Parma e ao rei.

²⁴⁷ VÁZQUEZ, Alonso. Op. cit. p. 91.

Ibarra fez a leitura do conflito, no momento de maior tensão, sob a chave do providencialismo. Alonso Vázquez também louvou a religiosidade de Ibarra, que estimulou a devoção da Confraria de Nossa Senhora que os soldados espanhóis tinham em seus *tercios* e presídios, contribuindo com dinheiro para as celebrações das festas religiosas.²⁴⁸ Nesse sentido, o ministro pode ser classificado como um meio termo entre Tassis e Feria.

Ibarra, quando esteve em Paris, procurou estreitar os laços com o conselho dos *Seize*. Tal proximidade se deu justo quando a ala radical do conselho decidiu prender o presidente do *Parlement*, Barnabé Brisson, e alguns outros companheiros, acusados de serem *politiques*. Todos foram executados. Mayenne ficou furioso quando soube do ocorrido e retornou a Paris para purgar a cidade da influência dos católicos radicais. Foi um golpe de força que os *Seize* nunca se recuperaram. *Don* Diego foi apontado pelo cronista de Henrique IV, Pierre L'Estoile, como o artífice por trás das execuções.²⁴⁹ O ministro negou as acusações a Felipe II, mas Mayenne seguia acreditando que era culpado. O fosso entre ambos só iria aumentar.

A trajetória de Ibarra na França teve vários percalços, em sua maioria relacionados ao fato de, juntamente com Tassis, ter o poder de administrar os recursos para o exército na França e para os *ligueurs*. Enquanto que o ministro belga pensava que a melhor maneira de efetuar a intervenção era *ganar las voluntades, mientras se prepara el ejercito*, dos membros da Liga e dos governadores das praças-forte, o primeiro acreditava que este método contribuía para o desperdício de recursos, já que não resultava em ganho efetivo. E assim explicava ao rei o seu ponto de vista:

La forma como hoy se sustenta eso de Francia es perniciosissima porque se va consumiendo la sustancia de su Ma⁹ sin conseguir fructo ninguno y con desautoridad a mi parecer porque

²⁴⁸ Ibid. p. 367.

²⁴⁹ VAZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia...*, p. 381.

cada uno lleva su pedaço sin que ninguno dellos de por sí pueda nada y juntos si lo estan oy, no lo están mañana [...].²⁵⁰

A imagem que Ibarra pintou dos franceses se converteu em uma espécie de lugar comum entre os espanhóis que foram para a França. Era um juízo particular sobre a nobreza, cujos representantes eram frequentemente tachados de ambiciosos, inconstantes e impacientes. O jesuíta Antônio Crespo, que vivia nos Países Baixos, entregou ao rei um memorial no qual alegava que dois motivos causavam a ruína da França: a escandalosa vida do estado eclesiástico e “la tirania y abominable vida de la nobleza”, que estava dividida em três facções: herética, católica e política (ou ateia). Embora tivessem distintas opiniões, “en corrupcion de vida y costumbres son tan una cosa”.²⁵¹

A desconfiança que Ibarra demonstrou provocou, em contrapartida, muitos desafetos na França, e o principal deles, claro, era o duque de Mayenne. A situação deve ter chegado a tal ponto que até Alonso Vázquez mencionou que “no poco mal quisto fue D. Diego de Ibarra entre los franceses, pareciéndoles que con su llegada se habia mudado el estilo de darles el dinero, porque Alexandro con su generosa mano se lo daba á montones sin que hubiese la cuenta y razón que era justo.”²⁵² E Diego, desesperado com as desordens das tropas e a falta de dinheiro, aproveitou para aconselhar o rei a adotar outra maneira, mais eficaz, de intervir na França; caso contrário, a saída seria negociar com o *Béarnais*:

Su magestad lo tome tan de veras que ponga cuero y correas y se acabe en un año a lo mas tarde, o que desista dello de todo punto haziendo diligencia por cobrar lo gastado [...] y atendiendo desde

²⁵⁰ “A forma como se sustenta hoje isto da França é perniciosíssima, porque vai consumindo a substância de sua Ma⁹ sem conseguir nenhum fruto, e com desautoridade no meu parecer, porque cada um leva o seu pedaço sem que nenhum deles sozinho possa nada, e se juntos estão hoje, não estarão amanhã.” *Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, a 19 de março 1591. AGS, EST, LEG.599. fol. 119.

²⁵¹ *Relacion del padre Antonio Crespo acerca de las cosas de Flandres y Francia*. AGS, EST, LEG.606. fol. 182.

²⁵² “Não pouco malquisto foi D. Diego de Ibarra entre os franceses, paracendo-lhes que com a sua chegada havia-se mudado o estilo de dar-lhes dinheiro, porque Alexandro com sua generosa mão o dava aos montes, sem que tivesse a conta e a razão do que era justo.” Op. cit. p. 22.

luego al reparo los daños que se aparejan con la pacífica posesión de Bearne de aquel reyno.²⁵³

Como vimos, um dos aspectos mais controversos da missão de don Diego na França foi o conflito aberto com o duque de Mayenne. Luis Cabrera de Córdoba narrou em sua *Historia del Rey Felipe II* que Ibarra teria arquitetado um plano, com apoio do duque de Fria, para assassinar o duque de Mayenne, complô que havia sido descoberto. Juan Manuel Valencia Rodríguez repetiu a tese de Cabrera de Córdoba, mas não ofereceu nenhum outro fundamento além das palavras do historiador.²⁵⁴ No entanto, não encontramos indícios que pudessem corroborar esta versão. O que de fato foi sondado pelo duque de Fria foi a possibilidade de eliminar o príncipe de Béarne.²⁵⁵ Uma dose de Maquiavel não fazia mal para ninguém.

Cultura escrita e pensamento político de Diego de Ibarra

Diego de Ibarra, como o duque de Fria, não chegou a publicar uma obra. No entanto, esteve bastante envolvido com o grupo de historiadores militares que escreveram sobre as guerras nos Países Baixos, dois dos quais já mencionamos: *don* Carlos Coloma e Alonso Vázquez. No entorno de d. Diego se formou uma rede integrada por militares que participaram das guerras nos Países Baixos, que se denominavam de *camaradas*. Este grupo se juntava, além dos laços de amizade, para compartilhar leituras, fazer críticas e trocar informações sobre os seus escritos e obras literárias em geral. Em uma carta de d. Diego para Carlos Coloma, ele descreveu um desses encontros:

Los amigos tienen salud y las camaradas besan a vuestra señoría las manos muchas veces. Las noches las pasamos mejor

²⁵³ “Sua Majestade o tome tão verdadeiramente que coloque couro e correias e se acabe o mais tardar em um ano, ou que desista disso de todo ponto, fazendo diligência para cobrar o [que foi] gasto [...] e atendendo decerto ao reparo os danos que se dispõem com a pacífica possessão de Bearne daquele reino.” *Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, a 19 de março 1591. AGS, EST, LEG.599. fol. 119.

²⁵⁴ VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. Op. cit. vol. I. p. 515.

²⁵⁵ *El duque de Fria a Su Majestad*. De Paris, 28 de agosto 1593. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 98.

con la compañía de Vuestra Señoría. Estas noches nos ha leydo un epitome de la Vida del emperador Carlos Quinto que compone don Juan de Vera harto buen librilla sera en emprimiendo se lo ymviare a Vuestra Señoría.²⁵⁶

Coloma tornou-se amigo e protegido de Ibarra na corte, além de permanecer próximo ao duque de Feria. Quando Coloma serviu como capitão da cavalaria do exército de Flandres, havia acompanhado d. Lorenzo em sua viagem rumo à Paris, onde os esperava d. Diego. Às vésperas da reunião dos Estados Gerais, os três se encontraram e passaram uma temporada no coração da França. Quase dez anos depois, ao redigir a relação sobre o governo da Catalunha, o duque de Feria fez questão de recomendar ao rei os serviços de d. Carlos:

El Lugartiniente de Capitán General en la frontera es cargo que requiere prudencia, entereça y constancia para hazerse respetar. Si este caso hay, en don Carlos Coloma no se podía hallar ninguno mejor, pues en lo que es valor de guerra, por su persona es todo lo que se puede desear.²⁵⁷

A principal obra de Carlos Coloma, *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*, foi publicada pela primeira vez em Cambrai, em 1622. Foi dedicada a d. Diego de Ibarra, cuja autoridade havia sido evocada em sua função como testemunha ocular dos acontecimentos narrados por Coloma, e

²⁵⁶ “Os amigos têm saúde e os camaradas beijam as mãos de vossa senhoria muitas vezes. As noites passamo-nas melhor com a companhia de Vossa Senhoria. [Em uma] destas noites nos leram um epítome da vida do imperador Carlos Quinto que compõe don Juan de Vera, muito bom livreto será, ao imprimir o enviarei à Vossa Senhoria.” *Don Diego de Ibarra a don Carlos Coloma*. De Madrid, a 6 de noviembre de 1621. APUD: GRÉ PONCE, Denis Francisco. *La Moral y la Guerra. Los Cronistas de Flandes: Expresión de la Cultura Política de la Monarquía Hispánica (siglos XVI y XVII)*. Tese doctoral defendida en la Universidad de Murcia, 2015. p. 146. A obra discutida em questão foi *Epitome de la vida y hechos del invicto emperador Carlos V*, de Juan Vera y Zúñiga, I conde de la Roca. Esse compôs outra obra famosa na época, *El Enbaxador*, e também integrava o grupo dos protegidos pelos conde-duque de Olivares.

²⁵⁷ “O lugar-tenente de Capitão Geral na fronteira é cargo que requer prudência e constância para se fazer respeitar. Se este caso há, em don Carlos Coloma não se podia encontrar nenhum melhor, pois no que é valor de guerra, pela sua pessoa é tudo que se pode desejar”. *Carta, no concluída, del Capitán General del Principado de Cataluña, el II Duque de Feria, don Lorenzo Suárez de Figueroa, al Rey, en la que hace unas consideraciones sobre el buen gobierno de aquel territorio*. ADM, Archivo Histórico, LEG. 181, DOC.96. s.f.

que por isso mesmo servia como pendor da verdade. Antes que a obra fosse concluída, Coloma imprimiu versões preliminares para enviar a seus camaradas para que pudessem comentar e dar o parecer. Ibarra não só teve acesso aos rascunhos da obra, como teceu comentários e agradeceu a Coloma a dedicatória.²⁵⁸

Outra situação que envolveu os dois amigos no âmbito da cultura escrita foi a morte do filho de d. Diego, Francisco de Ibarra. Esse havia redigido uma história sobre a eclosão da guerra no Palatinado, quando morreu no campo da batalha de Fleurus, em agosto de 1622. O manuscrito foi entregue a Coloma, que corrigiu e finalizou a obra.²⁵⁹ Uma passagem interessante da obra, que somente foi publicada no século XIX, foi a avaliação que Francisco de Ibarra fez sobre Felipe III. Como o autor estava na corte quando o rei faleceu, ele relatou em primeira mão o suplício das suas últimas horas, quando pareceu ter sido tomado pelo peso da consciência. Que peso era esse?

[...] juzgaban otros que haberle Dios abierto los ojos más en aquel instante que en todo lo pasado de la vida le hacia ponderar con aquella congoja no ser en los príncipes de inferior gravedad los *pecados de omision*, pues de ella pueden resultar tan universales daños en la república y en quien tiene por oficio remediarlos.²⁶⁰ (grifo nosso)

O pecado da omissão do qual falava Francisco de Ibarra era ter-se deixado governar por um valido. O grupo de veteranos liderado por aquele tinha forte vínculo com Baltasar de Zuñiga, tio do futuro conde-duque de Olivares. Por isso, Francisco de Ibarra expôs o ataque direto ao duque de Lerma. O monarca não teria cumprido com o seu dever de velar pelo governo

²⁵⁸ GRÊ PONCE, Denis Francisco. Op. cit. p. 149.

²⁵⁹ Ibid. p. 148.

²⁶⁰ “Julgavam outros que tê-lo Deus aberto os olhos mais naquele instante em que todo o passado da vida lhe fazia ponderar com aquela angústia não ser nos príncipes de inferior gravidade os pecados de omissão, pois desta podem resultar em tão universais danos na República e em quem tem por ofício remediá-los.” IBARRA, Francisco. COLOMA, Carlos. *Guerras del Palatinado y de los Estados Bajos*. Barcelona: Imprenta de H. de J. Subirana, 1884. Tomo I. pp.5-185. p.100.

político: lhe faltaram as virtudes políticas, tão necessária nos tempos modernos:

Pero es cierto que hubieran caído más á propósito en persona privada ó religiosa, porque todas fueron puramente morales. Las políticas no se pueden negar que ó le faltaron en gran parte, ó la blandura de su condicion y el rendimiento á sus privados le despojó totalmente del uso de ellas.²⁶¹

A co-autoria se percebe no uso dos mesmos argumentos e frases similares para tratar de um determinado assunto. A mesma crítica sobre a conduta de Felipe III Coloma havia utilizado para avaliar o governo de arquiduque Ernesto, que falecera em fevereiro de 1595. O governador dos Países Baixos havia delegado o governo político e a condução militar aos ministros de Felipe II, por possuir virtudes mais morais que políticas e militares, que eram, para o historiador, mais necessárias naquele momento.²⁶²

Além das obras supracitadas, don Carlos Coloma realizou uma tradução, incompleta, das obras de Tácito, publicada anonimamente pela primeira vez em 1629, em Douai. In illo tempori, Tácito já havia sido coroado pelos historiadores modernos como modelo da escrita da história. Mais do que isso, Tácito apresentava uma espécie de triunfo da política, ainda que podada nas mãos dos historiadores cristãos espanhóis.

Ibarra, Coloma e Vázquez pertenciam ao mesmo universo da cultura política, cujos projetos e ideias foram estimulados pela constante troca de cartas, de manuscritos e obras impressas. Eram veteranos da guerra nos Países Baixos e na França, uma geração inteira que se alçou através da projeção imperial de Felipe II. Mas uma geração que precisava empregar a pluma, décadas depois, para justificar os seus feitos e, mais ainda, os feitos do rei Felipe II de boa memória. A guerra novamente estava à espreita. Era um momento de olhar para o passado e traçar uma narrativa que conduzisse o caminho para o futuro.

²⁶¹ Ibid. p.100.

²⁶² COLOMA, Carlos. Op. cit. fol. 162v.

PARTE II

REPENSANDO A RAZÃO DE ESTADO NA MONARQUIA

HISPÂNICA – 1580-1598

CAPÍTULO 3: PERFILANDO O DEBATE

Por volta de 55 d.C, Sêneca redigiu o famoso encômio ao novo imperador de Roma, Nero. A obra, intitulada *De Clementia*, consistia em uma descrição da natureza e do caráter da virtude da clemência, a qual afirmara ser a virtude mais afeita ao *princeps*, o primeiro entre iguais. O filósofo tinha em mente a iniquidade do imperador anterior, Cláudio, conhecido pela crueldade e abusos da justiça. Com a ascensão do novo César, que tivera o próprio filósofo como tutor, almejava-se o início de um tempo de paz, moderação e justiça para os cidadãos. Sêneca iniciou a sua instrução empregando a metáfora do espelho, que se tornará uma das mais profícuas na literatura política: “Decidí, César Nerón, escribir para cumplir la función de espejo y mostrarte que vas a alcanzar el mayor de los placeres.”²⁶³ (1.1.1). O espelho era um convite à autorreflexão, que direcionava o olhar para o seu interior de modo a contemplar a boa consciência. A reflexão buscava dar um sentido e ao mesmo tempo podar esse novo poder que emergia, quase divino, que tinha em suas mãos a decisão sobre a vida e a morte dos homens. O espelho, ao devolver a imagem ao próprio Nero, convidava-o a ponderar sobre as suas ações. “Mantengo el rigor oculto y de la clemencia voy ceñido; me vigilo a mí mismo como si tuviera que rendir cuentas a las leyes, a las que arrancando del abandono y las tinieblas saqué a la luz.”²⁶⁴ (1.1.4)

E a clemência aparecia como a virtude que conferia a disposição para o autocontrole. No capítulo 3 do livro I, Sêneca discorreu sobre como aquela era a mais humana das virtudes, e que melhor se adequava à proeminência do *princeps*. Diferia-se dos vícios da misericórdia e do perdão, pois tratava-se de um ato de justiça, decretado com clareza e oposto à crueldade. Originava-se, portanto, de um estado de espírito superior, “como único modo de autocontrol positivo sobre el poder que, sólo en último extremo, recurre a la *severitas*.”²⁶⁵

²⁶³ “Decidí, Nero César, escrever para cumprir a função de espelho e mostrar-lhe que vai alcançar o maior dos prazeres.” SÉNECA. *Sobre la Clemencia*. Madrid: Alianza Editorial, 2005. p. 47.

²⁶⁴ “Mantenho o rigor oculto e da clemência vou cingido; vigio a mim mesmo como se tivesse que render contas às leis, às que, arrancando do abandono e das trevas saquei à luz.” Ibid. p. 49.

²⁶⁵ CODOÑER MERINO, Carmen. Introducción. In: SÉNECA. Op. cit. p. 14.

Ao construir a antinomia clemência/crueldade, Sêneca estava pronto para dar o passo além, transformando a clêmencia na virtude mesma que, ao ser praticada pelo imperador, seria capaz de manter o vínculo de obediência e respeito dos cidadãos de Roma:

En fin, es estable y bien fundamentada la grandeza de aquel que todos saben que está por encima de ellos, y también a favor de ellos; son concientes día tras día de que su preocupación por el bienestar de cada individuo y de la colectividad no descansa, y cuando se presentan no escapan desordenadamente, como si saliera de su guarida un animal malo o daniño, sino que acuden compitiendo en premura, como si de un astro luminoso y benigno se tratara.²⁶⁶ (1.3.3)

Nesta parte da discussão, Sêneca voltou os olhos para os vínculos que sustentavam o elo entre a comunidade política e o imperador. Nesse sentido, a grandeza do César era medida não pela dimensão do seu poder e superioridade, mas pela capacidade de fazer uso benéfico desse poder supremo, de modo a ganhar a confiança e a obediência dos homens. Sem a obediência, a *civitas* perecerá. O filósofo destacava, nesse quadro, que era comum aos povos e às cidades amar e proteger os seus reis, atando o vínculo de dependência mútua.

En efecto, hace tanto tiempo que el César se ha revestido del Estado que no podrían separarse el uno del otro sin perjuicio de ambos. Efectivamente, aquel necesita de fuerzas y éste de cabeza.²⁶⁷ (1.4.3)

Foi com esta questão em mente que Justo Lípsio, quinze séculos mais tarde, escolheu a obra de Sêneca e, mais especificadamente, o capítulo 3 do

²⁶⁶ “A grandeza do príncipe é certamente estável e consolidada; todos sabem tanto que ele lhes é superior como que ele age em seu benefício; cujo cuidado eles experienciam cotidianamente na sua vigilância em defesa da saúde de cada um e de todos. Quando ele se aproxima, não fogem como se ele fosse algum tipo de ameaça, ou um animal nocivo que investisse desde seu covil, mas se apressam em sua direção avidamente como em direção à clareza e benefício de um astro, preparadíssimos para se jogarem contra as lâminas dos embusteiros, e se fosse necessário, usariam seus corpos para lhe pavimentar um caminho à segurança.” (Tradução de Matheus Pustrelo, da versão latina citada por Lípsio). SÊNeca. Op. cit. p. 55.

²⁶⁷ “De fato, faz tanto tempo que o César tem se revestido do Estado que não poderiam separar-se um do outro sem prejuízo de ambos. Efetivamente, aquele necessita de forças e esse de cabeça.” Ibid. p. 58.

livro I, para arrazoar na famosa aula que deu aos arquidukes Isabel Clara Eugênia e Alberto de Áustria. Os novos soberanos dos Países Baixos, assim como o Nero de Sêneca, traziam consigo a esperança de mudança após tempos turbulentos. A cessão da soberania dos estados do norte por Felipe II foi uma decisão que simbolizava a expectativa de um novo período de reconciliação entre os novos soberanos e os súditos das províncias setentrionais. Uma decisão que foi anunciada com apenas alguns dias de diferença da publicação, em Madrid, da paz de Vervins com Henrique IV da França.

Segundo relatou o filósofo ao amigo Nicolaus Oudartus, Alberto de Áustria lhe havia convocado e solicitado que desse uma aula para ele, a infanta e alguns outros nobres.²⁶⁸ Na tarde desse mesmo dia, os arquidukes e alguns cortesãos se dirigiram à faculdade de teologia em Louvain para presenciar a aula magistral de Lúpsio, reabilitado pelo rei da Espanha havia poucos anos. Era assaz incomum, conforme manifestou o próprio filósofo neoestóico, que rainhas ou princesas assistissem a esse tipo de aula.²⁶⁹ Teria sido um gesto de reconhecimento pelas ideias, bastante disseminadas, de Justo Lúpsio?

A palestra feita por Lúpsio aos arquidukes logo foi publicada, em uma edição que continha também um comentário do autor sobre o *Panegírico a Trajano*, de Plínio, o Jovem. Lúpsio esmiuçou o trecho do *De Clementia* de uma maneira a criar a ponte, cujas colunas seriam a base para reconstruir o vínculo de amor entre soberanos e súditos. Eram elas a benevolência e fidelidade. O autor belga mobilizou a metáfora da nau que, após a tempestade, encontrava a calma ao brilhar os primeiros raios de sol:

Videtísne ô nostri PRINCIPES? tanquam ad clara & benefica duo fidera concurrimus: tanquam ad gemellos illos Castores respicimus, in diuturnâ hâc Belgicâ tempestate. Illi conspecti, nautas recreant; illi, cùm nauibus infederunt, -*tumida acquora placant, collectasq fugant nubes, Solemque reducunt* – ita vos, qui infedistis, & corp re pressistis iam Belgicæ hanc nauim, è bellorum fluctibus, ex

²⁶⁸ VAN HOUTT, Toon. Justus Lipsius and the Archidukes Albert and Isabella. In: *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, nº 68, 1998. pp.405-432. p. 408-409.

²⁶⁹ Ibid. p. 409.

insidiarum procellis, subducetis eam in portum. Atque hæc igitur Beneuolentia est.²⁷⁰

A luminosidade emanada das figuras dos príncipes era simbolizada, como vimos, pela ação de retirar a “nau belga para fora das ondas da guerra.” Ainda que o conflito no norte continuava, o fim da guerra civil e religiosa na França despertou a esperança de que o mesmo poderia acontecer na Bélgica. E os súditos belgas estavam dispostos a darem as suas vidas para proteger os novos soberanos, como prova da fidelidade: “de Fide scquitur: *ob̄̄j̄cere* fe pro illo mucromibus parati.] Quídni faciant? in vobis, ut dixi, viuimus: animam & spiritum hunc in animâ Principum ducimus:& meritò ergo pro ī̄s objecturi ea, imò proiecturi.”²⁷¹ Mais particularmente, os súditos belgas, fieis e corajosos, estavam de prontidão para defender o seu príncipe:

Ego, SER^{mi} PRINCIPES, publicâ Belgarum voce & sensü, vtraque hæc ostero: Beneuolentiam, inquam, & Fidem. & simul fine jactantiâ addo, duas in nobis notas siue insignia ab antiquo esse: Fortitudinem, ac Fidem. Fortiſimos Gallorum Belgas, Iulius Cesar iam olim dixit: de Fide, idé ile & Plutarchus, DEOVERE Gallos (qui mos & Hispanis) corpora vitamque suam Principibus folere: id est, ita confècrare, ut cum viuis viuerent, pro ijs periclitarentur, morerentur, atque adeò cum ijs. Nam superesse nefas erat.²⁷²

²⁷⁰ “Vós vedes, nossos caros príncipes? Nós corremos como que para dois astros claros e benéficos. Voltamos nossos olhos como que para aqueles gêmeos, Castor e Pólux, nesta diuturna tempestade belga. Quando os avistam, os marinheiros se reconfortam; quando os gêmeos se fixam para as naus, eles “*apacam os mares tímidos, afugentam as nuvens reunidas, e restauram o Sol*”; assim vós fazeis, vós que vos fixastes e corporalmente já carregastes essa nau belga para fora das ondas da guerra, para fora das procelas de ciladas, e a retirais para o porto. E essa, pois, é a benevolência.” Tradução de Matheus Pustrelo. LIPSI, Justi. *Dissertaiuncula apud Principes. Item C. Plini Panegyricus Liber Trajano dictus*. Antuerpiae: Ex Officina Plantiniana, apud Joannem Moretum, 1599. s/f.

²⁷¹ “Quanto à fidelidade, segue-se que “*se apressam preparadíssimos para se jogarem contra as lâminas dos embusteiros*”. Por que o fariam? Como eu disse, nós vivemos em vós; a alma e tal espírito conduzimos na alma dos príncipes; e merecidamente, portanto, haverão de jogar, ou melhor, de lançar seus corpos para protegê-los.” Ibid.

²⁷² “Eu, sereníssimos príncipes, por voz pública da Bélgica, e por ambos os sentimentos, vos ofereço a benevolência e a fidelidade, ao passo que, sem presunção, acrescento duas outras <características> notáveis em nós, ou insígnias de um tempo antigo: a coragem e a fé. “*Os bravíssimos belgas das Gálias*”, como já disse outrora Júlio César; quanto à fé, tanto ele como Plutarco a consagraram aos gauleses (ela também é um costume dos espanhóis); seus corpos e sua vida costumavam dedicar aos príncipes, isto é, de tal modo os consagravam que, para

A consagração de Justo LÍpsio, evento que introduz este capítulo, é o nosso ponto de chegada. A tarde em que aquele passou com os arquidukes, no dia 26 de novembro de 1599, foi um acontecimento repleto de simbolismos. O filósofo era relapso e havia sido perdoado quando decidiu voltar para o seio da Igreja Católica e se reconciliar com o seu rei *natural*. Em 1595, LÍpsio havia sido nomeado cronista real. Desde que isso aconteceu, o comentador e editor de Tácito advogava pelo acordo de paz entre as Dezesete Províncias Unidas com o rei legítimo. Mas Felipe II falecera em setembro de 1598, a tempo de renunciar a soberania das províncias à infanta e ao cardeal-arquiduke.

Por conseguinte, um dos detalhes mais importantes desse evento foi o fato de LÍpsio ter escolhido tratar do tema da obediência política tendo como fonte o panegírico de Sêneca. A aula integrava as festividades que celebravam a Felicíssima Entrada dos arquidukes em Louvain. A opção pelo gênero epidídico permitia a LÍpsio mobilizar uma série de preceitos capazes de conduzirem o ouvinte e o leitor a adentrar o jogo retórico da dicotomia luz/trevas. A tríade trevas – tempestade – guerra era arrematada em oposição à luz, sol e paz. A guerra e a paz, o velho e o novo, entre a angústia e a esperança.

Justo LÍpsio, em suas obras de *Politicorum sive civile doctrinae libri sex* (1589) e *Monita et exempla politica* (1596), procurou conciliar três permissas básicas: razão de Estado, prudência e a defesa da paz. No contexto em que o autor se encontrou com os arquidukes, a guerra civil nas províncias do norte já durava mais de trinta anos. Ao findar o século XVI, a expectativa do estabelecimento de um acordo de paz, insuflada nos Países Baixos com a chegada dos novos soberanos, tinha como referencial o Tratado de Vervins. No entanto, tal acordo não seria tão simples uma vez que a questão religiosa ainda era o principal entrave para que um concerto fosse logo alcançado.

Como vimos no capítulo 1, a intervenção da Espanha nas guerras de religião na França terminou com um saldo negativo para a coroa castelhana. Os problemas financeiros se agravaram e o exército estava reduzido e amotinado. Era chegado o momento de ponderação sobre até que ponto valia

que vissem, para protegê-los, se colocavam em perigo, morriam, inclusive junto aos príncipes. Pois era um sacrilégio se salvar.” Ibid.

a pena sustentar uma guerra contra os vassallos naturais em defesa da religião católica. Deveria-se continuar a guerra quando o próprio Estado estava ameaçado? Era possível obrigar as consciências por meio da violência?

Todas essas perguntas estavam na ordem do dia. A teoria política procurava encontrar os fundamentos da conservação do Estado, ao passo que buscava-se identificar e hierarquizar as principais virtudes do príncipe moderno. Por outro lado, os súditos são interpelados a deixarem as armas e reconciliar com o soberano. A ordem deveria ser restaurada ao passo que a obediência política se impunha como necessidade básica. Quando os arquiducos estenderam a mão para Lísio, a razão de Estado triunfara. Agora, chegou o momento de retroceder ao nosso ponto de partida, quando tudo começou.

As linguagens da razão de Estado

O período compreendido entre 1580 e 1648 é significativo porque, ademais de corresponder ao auge do poderio militar da Monarquia Hispânica na Europa, foi quando se propagou a extensa discussão entre os letrados, arbitristas e teóricos políticos sobre a *conservação e expansão* do Estado e as virtudes particulares do príncipe moderno.²⁷³ No âmago desta reflexão, emergiu o debate sobre a razão de Estado que, na virada do século, era já uma das mais vibrantes linguagens da política. Em 1625, por exemplo, Felipe IV tinha autorizado a fundação de um colégio jesuíta que tinha um curioso projeto educativo. O programa dos *estudios reales* contemplava entre as cátedras dos *estudios mayores* o ensino de “políticas y económicas para interpretar así mismo las de Aristóteles ajustando la razón de estado con la conciencia, religion y fee católica.”²⁷⁴ Ajustar, adaptar, conciliar. Estas palavras denotam muito bem como o discurso da razão de Estado se desenrolou a partir de uma reflexão sobre a política que não deixava de estar circunscrita nos limites da

²⁷³ Para uma discussão mais aprofundada: GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016.

²⁷⁴ “Fundación de los estudios generales en el colegio imperial de los jesuitas de Madrid, hecha por Felipe IV en 1625. *Colección de documentos inéditos para la Historia de España* (CODON). Madrid: Imprenta de la viuda de Calero, 1843. Tomo III. pp.554.

moral católica, mas que reconhecia que aquela tinha algumas demandas próprias, particulares ao mundo das coisas terrenas.

Partindo-se de uma abordagem histórica de reconstrução da linguagem política, que tem como atributo a identificação tanto das linhas de continuidade como as de transformação, o método do contextualismo linguístico pressupõe a recuperação do ato de fala - a enunciação – através das linguagens empregadas e a subsequente decomposição do discurso em seus níveis de abstração, identificando os usos e apropriações de um ou mais paradigmas.²⁷⁵ A *linguagem* política, nos termos designados por John Pocock como um ato de comunicação vinculatório do mundo conceitual e social, ao adquirir reconhecimento de autoridade, torna-se um paradigma. “To know a language is to know the things which may be done with it, so that to study a thinker is to see what he attempted to do with it; and the first of these goals may be reached through the theoretically (if not practically) uncomplicated procedures of learning to speak it.”²⁷⁶ A metodologia de estudo da história das ideias praticada pela escola de Cambridge colocou forte ênfase no sujeito como agente histórico, cuja ação se desenrola a partir do uso e apropriação de linguagens específicas. Por conseguinte, a linguagem só faz sentido se existe o interlocutor, e só adquire inteligibilidade por meio da fixação de certos padrões de reconhecimento que conferem a ela um amplo sentido comum. A partir dessa identificação e reconhecimento de “paradigmas”, parte-se para o ato seguinte, que é a sua confirmação, ponderação ou destruição. Segundo o historiador inglês, a historiografia das ideias conferiu ênfase em dois pontos fundamentais:

Primeiro, sobre a variedade de linguagens em que o debate político pode-se desdobrar [...]; e, segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos

²⁷⁵ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 29.

²⁷⁶ “Conhecer uma linguagem é conhecer as coisas que devem ser feitas com ela, então para estudar um pensador é verificar o que ele tentou fazer com aquela, e o primeiro destes objetivos deve ser alcançado por meio de procedimentos teoricamente (quando não praticamente) desvinculados do aprender falá-la. POCOCK, J. G. A. *Languages and their implications: the transformation of the study of political thought*. In: *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. p. 28.

outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate.²⁷⁷

Não obstante a inesgotável contribuição de Pocock para a história do pensamento político, estamos mais cómodos ao apropriarmos do termo “convenções linguísticas”, de Quentin Skinner, menos estruturalista que o de “paradigmas”. Escrever uma história do pensamento político pressupõe desvelar camadas, à maneira do historiador-arqueólogo de que trata Pocock, cujas ideias às vezes se sobrepõem e se intercambiam. Um argumento parecido é mobilizado por Michel Senellart para analisar a transformação da arte de governar nos séculos XVI e XVII: “Nem ruptura nem, obviamente, simples continuidade: é em termo de deslizamento, de deslocamento, de desmoronamento, à maneira dos geólogos, que caberia descrever os estratos do discurso político que vemos a se formar a partir do século XVI”.²⁷⁸ Desse modo, pretende-se fazer uma história das ideias na qual se combina a dimensão linguística/conceitual com o plano histórico, isto é, pensar os usos de determinadas linguagens – no nosso caso, as linguagens da razão de Estado – em contextos específicos – as guerras da Monarquia Hispânica na Europa finissecular. Para complementar, a seguinte afirmação de Claude Lefort nos parece acertada: “O pensamento do político excede o quadro de toda doutrina ou de toda teoria. Assim é que o leitor não pode somente buscar compreender o que o pensador-escritor quis dizer, é-lhe preciso ainda entender o que o leva a falar”.²⁷⁹

Apesar de ter sido amplamente associada a Maquiavel desde o século XVI, há um consenso de que a expressão “razão de Estado” teria sido empregada pela primeira vez na obra de Francesco Guicciardini, *Dialogo del reggimento di Firenze*, redigida entre 1521-1525. Friedrich Meinecke, Federico

²⁷⁷ POCOCK, J. G. A. Introdução. In: *Linguagens do ideário político*: São Paulo, Edusp, 2003. p. 25.

²⁷⁸ SENELLART, Michel. *As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 48.

²⁷⁹ LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. p. 120.

Chabod, José António Fernández-Santamaría e J. P. Echeverría, por exemplo, foram alguns dos autores que compreenderam que Guicciardini não usou o termo Estado no sentido moderno da palavra; manter o Estado implicaria na capacidade do governante de garantir sua posição e seus poderes, sem denotar necessariamente o domínio público superior de um marco territorial. Continuava inserido, portanto, em uma lógica privada do poder, que fundamentava um regime originado na violência e cuja arte de governar se basearia principalmente no agrado e na recompensa da lealdade de alguns cidadãos particulares.

A tentativa de resgatar o sentido básico do termo razão de Estado nos impõe uma série de dificuldades, a começar pela ausência de uma definição clara por parte daqueles que trataram do tema. Guicciardini, quando falou em razão de Estado, estava refletindo sobre a validade, em termos da consciência e da moral cristã, da decisão de Florença em empreender a guerra para conquistar e fixar o domínio sobre Pisa, considerando todo o mal que a guerra acarretava consigo. Para Guicciardini, o Estado era fundado na base da violência, enquanto que a república tinha origem legítima. Não obstante, em sua operação expansionista, a república de Florença travestiu-se em um Estado. Tendo como pano de fundo essa reflexão sobre a dominação de Pisa pelos florentinos, Guicciardini salientou que:

Vedete chi volessi dirizzare gli Stati a la strettezza della coscienza, dove gli ridurrebbe. Però quando io ho detto di ammazzare o tenere prigionie i Pisani, no ho forse parlato cristianamente, *ma ho parlato secondo la ragione e uso degli Stati*. Nè parlerà più cristianamente di me chi, rifiutata questa crudeltà, consiglierà che si faccia ogni sforzo di pigliari Pisa [...].²⁸⁰

Ao depararmos com o trecho de Guicciardini, percebemos que, longe de oferecer uma definição explícita do termo razão de Estado, o que ele diz é que

²⁸⁰ “Veja a posição de alguém que quer conduzir o Estado estritamente pela consciência seria reduzida. Não obstante, quando eu falei de assassinato ou aprisionamento dos pisanos, eu talvez não falasse como cristão: eu falei de acordo com a razão e os costumes do Estado: Nem será mais do que um cristão que rejeita tal crueldade, mas recomenda fazer o possível para conquistar Pisa [...]”. GUICCIARDINI, Francesco. Dialogo del reggimento di Firenze. Libri Due. In: *Opere inedite de Francesco Guicciardini*. Illustrati da Giuseppe Canestrini e publicate per cura dei conti Piero e Luigi Guicciardini. Firenze: Barbera, Bianchi e Comp., 1858. p. 211.

os Estados têm uma razão própria que não é derivada dos ditames da moral cristã. Baseia-se na fundação violenta e na tarefa incessante de manter-se no poder, ante o perigo da *mutazione*, e dominar outros Estados. Não tem a ver com Deus, e sim com o mundo – corrompido - dos homens.

Il che ho voluto dire, no per dare sentenza in queste difficoltà che sono grandissime, poichè chi vuole vivere totalmente secondo Dio, può mal fare di no si allontanare dal vivere del mondo, e male si puo vivere secondo il mondo senza offendere Dio; [...]²⁸¹

No entanto, para Maurizio Viroli, Maquiavel e Guicciardini foram fundamentais para o processo de transição da linguagem da política para a da razão de Estado.²⁸² Segundo aquele, Guicciardini avançou significativamente no que diz respeito a uma teorização *moderna* da arte do Estado, logo referenciada pela expressão razão de Estado:

Guicciardini takes the trouble to explain to the late pupils of Cicero that, besides moral reason, there is another reason, the reason of the states, that must at times guide the actions of the political man. As the text clearly reveals, the concept of reason of the states is forged in order to favor an intellectual change of importance. In saying that all the states (even republics insofar as they are states that hold dominions over subjects) have their origin in violence and that there is a reason for the states overwhelming moral reason, Guicciardini meant that the language of politics as civil philosophy was seriously defective [...].²⁸³

²⁸¹ “Volto a dizer isso não para dar sentença sobre esta dificuldade que é grandíssima, desde alguém que queira viver totalmente de acordo com Deus pode fazê-lo mal em não se afastar totalmente das coisas deste mundo, e mal se pode viver neste mundo sem ofender a Deus.” Ibid. p. 212.

²⁸² VIROLI, Maurizio. *From politics to reason of State. The acquisition and transformation of the language of politics. 1250-1600.* Cambridge (NY): Cambridge University Press, 1992. p. 178.

²⁸³ “Guicciardini se dá ao trabalho de explicar aos falecidos alunos de Cícero que, além da razão moral, há outra razão, a razão dos estados, que deve às vezes guiar as ações do homem político. Como o texto revela claramente, o conceito de razão dos estados é forjado a fim de favorecer uma mudança intelectual de importância. Ao dizer que todos os estados (até mesmo as repúblicas, na medida em que são estados que detêm o domínio sobre os sujeitos) têm sua origem na violência e que há uma razão para os Estados suplantarem a razão moral, Guicciardini quiz dizer que a linguagem da política como filosofia civil era seriamente incompleta.” Ibid. p. 194.

O processo do qual fala Viroli se completou quando a política, até então forjada pelo vocabulário ciceroniano e aristotélico, passou a ser identificada como razão de Estado. Nem Maquiavel nem seu amigo Guicciardini ousaram dar este passo: ainda que eles possam ter de alguma maneira até mesmo recomendado seguir princípios da arte do Estado para aplicá-los no *vivere civile* com intuito de orientar a refundação da república corrompida, ambos continuam reconhecendo a linguagem da política como filosofia civil. Guicciardini, resignado com o retorno do principado mediceu, acatou que os extenuantes desafios da época em que vivia requeriam uma linguagem tão cruenta quanto.

O tema da razão de Estado tem atraído, nos últimos vinte anos, o interesse de uma infinidade de estudiosos das ciências humanas e historiadores das ideias. No contexto italiano, a pesquisa clássica de Maurizio Viroli continua sendo referência para o tema, especialmente no nosso caso, pela aproximação com a metodologia da Escola de Cambridge. No que tange à Monarquia Hispânica, o estudo mais abrangente sobre a razão de Estado, que procurou identificar os principais autores e as linhas gerais de seus pensamentos foi o de José Antonio Fernández Santamaría.²⁸⁴ Esse autor publicou em inglês *Reason of state and Statecraft in Spanish Political Thought (1595-1640)* em 1983, traduzido para o espanhol em 1987. A partir dos anos 90 do século XX, vários outros estudos foram publicados, destacando-se, na península ibérica, Pablo Fernández Albaladejo, Xavier Gil Pujol e José María Iñurritegui Rodríguez.²⁸⁵

²⁸⁴ FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. *Razón de Estado y política en el pensamiento español del barroco*. (1595-1640). Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

²⁸⁵ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Entre la razón católica y la razón de estado. Senderos de la *raison politique* en la Monarquía de España. In: BÉLY, Lucien. HAAN, Bertrand. JETTOT, Stéphane. (eds) *La paix des Pyrénées (1659) ou le triomphe de la raison politique*. Paris: Les classiques Garnier, 2005. GIL PUJOL, Xavier. Op. cit. ECHEVERRÍA, J. P. Estudio preliminar. In: *La razon de Estado en Espana: Siglos XVI – XVII*. Selección y edición de Jesus Castillo Vegas et all. Madrid: Tecnos, 1998. (Antología de textos) SENELLART, Michel. *Machiavélisme et raison d'état*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1989. VIROLI, Maurizio. *From politics to reason of State. The acquisition and transformation of the language of politics. 1250-1600*. Cambridge (NY): Cambridge University Press, 1992. ZARKA, Yves Charles. *Raison Et déraison d'Etat. Théoriciens et théories de la raison d'Etat aux Xvie et Xviie Siècles*. Paris: PUF, 1994.

A obra de Maurizio Viroli tem uma preocupação mais abrangente do que propriamente a genealogia do conceito da razão de Estado: seu interesse é reconstruir a aquisição e transformação da linguagem da política, cujos alicerces teóricos remontavam ao século XIII. Segundo o autor, a linguagem da política floresceu e ganhou contornos a partir da confluência de três tradições intelectuais: a linguagem das virtudes, o aristotelismo e o direito romano.²⁸⁶ A partir de então, na Toscana tardomedieval, a política ganhou o seu conceito básico positivo, fortemente ancorado em Aristóteles e Cícero. Aquela dizia respeito ao governo da cidade de acordo com a justiça e a razão. Pressupunha-se que um regime político era um regime legítimo, ancorado na eleição do povo. Mais ainda, era o regime da liberdade. Esta linguagem deu ensejo ao movimento mais tarde denominado de humanismo cívico, cujos membros demonstraram uma clara preferência pelo modo de governo republicano.²⁸⁷ Em contraposição e paralelamente a essa vertente, desenvolveu-se uma outra linguagem, que Viroli designou de arte do Estado. Esta dizia respeito aos regimes fundados na base da força ou da negociação – o do *podestà* - cujo objetivo primordial do governante era a manutenção do seu poder – *lo stato*. Por isso, a arte do Estado esteve associada aos regimes principescos ou mesmo tirânicos. Disso resultou toda uma literatura produzida para o aconselhamento do *podestà*, em grande parte oriunda da prática da política, material esse que vai servir de combustível para a posterior “revolução maquiaveliana”, e que também vai se transformar, no século XVI, na razão de Estado.²⁸⁸ Na passagem do século XVI para o XVII, a linguagem da política (teorizada pelo humanismo cívico) teria sido suplantada por aquela da arte do [da razão de] Estado.

Há uma distinção básica entre a tese do Maurizio Viroli e a do Michel Senellart sobre as origens medievais da razão de Estado moderna. Viroli

²⁸⁶ VIROLI, Maurizio. Op. cit.

²⁸⁷ BARON, Hans. *En busca del humanismo cívico florentino. Ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

²⁸⁸ Já está mais que consolidada a premissa de que Maquiavel realizou o seu “lance” a partir do debate e apropriação de outras linguagens políticas, seja ela a da arte do Estado, dos espelhos de príncipes tardomedievais ou do próprio humanismo cívico que o precedeu. Tanto Viroli, Senellart e Skinner, ainda que com diferentes matizes, tendem a concordar com essa ideia.

afirmou que a linguagem da arte do Estado, que descrevemos anteriormente, não é uma derivação ou mesmo continuidade das noções da lei romana, como *ratio necessitatis* ou *ratio status*, reelaboradas pelos juristas e canonistas medievais. Esses teriam desenvolvido o argumento jurídico com vistas a justificar o fortalecimento do poder real, mas cujo arcabouço permanecia circunscrito e subordinado aos termos da lei divina e da lei natural, ou seja, dentro da esfera legal. Contudo, o que o Viroli denominou de arte do Estado tem a ver com um tipo de regime cujo fundamento era a força, e não a salvaguarda do bem comum, o que a desvinculava das amarras legais.²⁸⁹ Era um tipo de regime historicamente determinado, que surgiu na Itália da baixa Idade Média. Para Michel Senellart, os teóricos da soberania, a partir do século XIII, teriam aberto “no interior da doutrina do *rex justus*, um espaço de exceção onde germinará a ideia da razão de Estado”, ao endossaram cada vez mais a oposição entre interesse público e a lei, justificado por uma *necessitas superior*.²⁹⁰ De fato, nos deparamos com dois estudos que priorizaram marcos territoriais distintos, um caso focado na Itália e o outro na França.

Quentin Skinner, ao meu ver, parece elucidar este impasse ao ressaltar que, não obstante a dependência da Europa do norte (ele inclui aqui a França, Alemanha e Inglaterra) para com o conjunto de conceitos e teorias desenvolvidos pelos humanistas da Itália quatrocentista, havia dois pontos centrais que não impactaram a intelectualidade do norte. Foram os princípios da defesa da liberdade e a crítica ao emprego do exército mercenário:

Mas nenhum desses temas teve ressonância junto aos humanistas no Norte. Dado que seus governantes tinham condições de reunir exércitos nacionais de grande porte, eles claramente consideravam o suposto problema das tropas mercenárias pouco mais do que irrelevante. E, dadas as instituições pós-feudais e monárquicas da França, Alemanha e Inglaterra, eles evidentemente sentiam bastante dificuldade em entender a obsessão italiana com a

²⁸⁹ VIROLI, Maurizio. Op. cit. pp. 271-272.

²⁹⁰ SENELLART, Michel. *As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 150.

libertas, ou em simpatizar com a tendência anexa a proclamar a forma republicana de governo como a melhor de todas.²⁹¹

Resulta que os mesmos tópicos que haviam animado os defensores da arte do Estado foram reelaborados no século XVI, ganhando uma nova roupagem, adaptados ao discurso da realeza como defensora da justiça e representante de Deus na terra. Era mister, portanto, deslocar o olhar da fundação, o momento da instituição e da ampliação mesma do poder, para a conservação. Lembremos que o tema da fundação violenta das constituições e do interesse das cidades-estados foi largamente discutido pelos historiadores antigos. Tucídides, por exemplo, reproduziu o célebre discurso dos embaixadores atenienses na Lacedemônia, que procuravam justificar o mando e domínio de Atenas em relação às outras cidades gregas após a guerras contra os persas. O interesse do mais forte prevalecia, por que então deveriam ser privados da honra que mereciam? Dizia o deputado:

Compelidos pelas circunstâncias, fomos levados primeiro a ampliar o nosso império, até o seu estado atual, influenciados inicialmente pelo temor, depois também pela honra e finalmente pelo interesse; mas após haveremos incorrido no ódio da maioria de nossos aliados e muitos deles se terem revoltado, obrigando-nos a subjugar-los, e quando deixastes de ser os mesmos amigos nossos de antes e vos tornastes desconfiados e divergentes, não mais nos pareceu seguro arriscar-nos a afrouxar a nossa autoridade (as defecções sem dúvida seriam para o vosso lado). Ninguém deve ser censurado por cuidar de seus interesses diante dos mais graves perigos.²⁹²

Políbio, por outro lado, adotou a tipologia aristotélica e platônica das formas de governo. Diferentemente de Aristóteles, o critério adotado Políbio para a sua classificação do ciclo das constituições políticas foi o o emprego do

²⁹¹ SKINNER Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 219.

²⁹² TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. 43-44. Livro I.

consenso e do uso da força, o que o aproximava de Platão.²⁹³ Para Políbio, anteriormente à formação das cidades, os agrupamentos humanos ocorriam pela aliança natural com o mais forte. Os homens teriam se juntado com aquele que demonstrava mais força e coragem. O limite do governo desta primeira monarquia era a sua força. (VI, 5.10)²⁹⁴ Portanto, uma espécie de monarquia precedeu a realeza, essa primeira constituição virtuosa, na qual o uso da força foi dando lugar ao da razão e do consentimento. Assim, o historiador de Megalópolis denominou *realeza* a primeira forma de governo legal, aceita livremente e exercida mais pela razão do que pelo medo ou violência. (VI, 4.3)²⁹⁵

Não pretendemos exaurir o debate sobre os historiadores antigos. Desejamos apenas pontuar que a discussão sobre a fundação e ampliação das constituições políticas passava quase sempre pelo crivo da violência e da dominação. Maquiavel, ao tratar da fundação do príncipe *nuovo*, causou profundo mal-estar na maneira despidorada com a qual tratou o tema da crueldade. Nos *Discorsi*, o secretário florentino discorreu sobre o tema das “ações extraordinárias”, louvando a atitude de Rômulo, que assassinou o próprio irmão para fundar Roma.²⁹⁶ Tratava-se de uma oposição direta a Cícero, que condenou o assassinato de Remo por sua aparência utilidade e por revestir-se de um falso ar de honestidade. (III, X, 41)²⁹⁷ Jean Bodin também não agradou muito os escolásticos ao sustentar a ideia da fundação violenta dos Estados. No final do século XVI, os teóricos da razão de Estado, na esteira de Giovanni Botero, procuraram evitar recair na narrativa incômoda do uso da força, da defesa do interesse próprio do governante ou do Estado e, logo, da tirania. A estratégia era desviar o holofote para a finalidade do Estado e o papel

²⁹³ BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 67.

²⁹⁴ POLIBIO. *Historias*. Libros V-XV. Madrid: Editorial Gredos, 1981. p. 155.

²⁹⁵ *Ibid.* p. 152.

²⁹⁶ “Cumprir que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar.” MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 41.

²⁹⁷ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 144. Agradeço especialmente o colega André Sekkel Cerqueira pela indicação desta passagem.

do príncipe na manutenção da ordem e conservação do mesmo. A saída para Botero, como vamos ver, vai ser olhar para dentro das fronteiras do Estado. Mas tal desenlace não eliminava aquela pergunta incômoda: qual o limite moral e cristão de uma ação política realizada em nome da conservação da monarquia, do Estado, da *commonwealth*?

Seja derivada da linguagem da arte do Estado, desenvolvida na Toscana, ou uma da linguagem jurídica da *ratio status*, popular na França, o fato é que a razão de Estado que nos interessa foi aquela desenvolvida nos espaços da Monarquia Hispânica. Portanto, necessitamos voltar o olhar para o mundo ibérico e suas possessões, que recebem e transformam essas linguagens. Como salientou Batolomé Clavero, o ponto de partida deve levar em conta o léxico e suas múltiplas derivações. É recuperar as noções básicas, derivadas das raízes antigas, dos termos que vão formar o sintagma. Em primeiro lugar, tem-se a junção de duas palavras que adquirem um sentido particular, *ratio* e *status*. Era um primeiro passo, ainda que não o definitivo.

O historidador do direito, ao buscar esclarecer historicamente as acepções dos termos, pesquisou no dicionário de Sebastián de Covarrubias. Este descreveu o verbete Estado no *Tesoro de la lengua castellana* combinando o sentido medieval de estamento com uma noção moderna, ainda que fosse um pouco vaga. Estado era um domínio que incorporava um conjunto de direitos, mas que levava em conta a potência do Estado, a capacidade de expandir e crescer; esta atividade dizia-se que se chamava matérias de Estado. “En otra manera se toma por el gobierno de la persona Real, y de su Reyno, para su conservacion, reputacion; y aumento; materia de estado, todo lo que pertenece al dicho gobierno.”²⁹⁸ Em outra passagem, a expressão razão de Estado figurava no *Tesoro* não como verbete, mas como uma das combinações da palavra “razón”, cujo significado estava ancorado nas raízes latinas, como *nobilissima animae facultas*. A faculdade da razão, atributo distinto do homem, atividade da qual deriva a realização da justiça. Fundava-se

²⁹⁸ COVARRUBIAS, Sebastian de. *Tesoro de la lengua castellana, o español. Compuesto por el licenciado don Sebastian de Cobarrubias Orozco, Capellán de su Magestad; Maestrescuela y Canonigo de la Santa Iglesia de Cuenca, y Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion*. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N. S. Año del Señor M. DC. XI. fol. 382.

na herança grega, o *logos*.²⁹⁹ Portanto, um dos sentidos que se poderia recuperar, que Clavero atribuiu o sentido forte da palavra, é o da razão que, ao ser colocada em prática, invocava o ideal de justiça. Uma acepção que estava imbricada ao princípio do direito. Aqui marca-se uma ruptura. A razão de Estado pode ser definida, *latu sensu*, como uma ação empreendida que se justifica para a conservação do Estado. São justificativas, *razonamientos*, pensamentos, o que Clavero definiu como o sentido débil do termo. Mas essa justificativa, como vimos anteriormente com Guicciardini, era quase sempre conflitiva com a moral cristã e o direito. Afinal, dizia o florentino que *mal se pode viver neste mundo sem ofender a Deus*. A expressão recebe já alguns contornos do que será seu sentido principal.

Para complementar, Clavero analisou o verbete de *gobierno* no dicionário. Duas acepções básicas apareceram: *governo* é o governo da pessoa real e do seu reino para a sua conservação e aumento, mas também se refere ao modo de governar a cidade e a república.³⁰⁰ Curioso, segundo Clavero, é que se evocava uma ciência política que não parecia depender, para se desenvolver, de uma razão de Estado. Mais instigador sobre a obra de Covarrubias foi que, ao não definir o termo razão de Estado, o deixava subentendido: “Aun sin confesarlo, lo registraría un diccionario.”³⁰¹ Conforme mostrou Maurizio Viroli, a linguagem da arte do Estado teorizada por Guicciardini rompia ela mesma com a premissa da ação política legítima como subordinada à justiça e à razão. Essa, legado romano à posteridade, se baseava na concepção estoíca e ciceroniana na qual a noção de justiça derivava da faculdade da razão – o *logos* -, intrínseca aos seres humanos, que os levavam a saber o que é bom ou mal para si mesmo.

²⁹⁹ “El hombre, ser político por naturaleza (*phýsei*), se halla dotado, por sobre el impulso gregario, de *lógos*, palabra y razón, y, consecuentemente, posee un sentido o una percepción moral que le permite verbalizar y significar lo justo y lo injusto, lo bueno y lo malo y, por esta vía, desarrollar y completar todas sus capacidades siendo parte de un todo complejo que le es potencialmente anterior y adjudica al varón adulto, por regla general griego y nativo, sus funciones cívica y doméstica, política y económico-familiar.” TIERNO, Patricio. La justicia y los antiguos griegos. In: *Anacronismo y Irrupción. Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna*, vol.1, nº1, noviembre de 2011 a mayo de 2012. pp.11-43. p. 35.

³⁰⁰ CLAVERO. Bartolomé. *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. p. 19.

³⁰¹ Ibid. p. 21.

Clavero argumentou que “entre unos y otros sentidos, los fuertes y los débiles, aparece nuestro giro: *Razón de estado*. No tiene definición. Parece registrarse como una expresión que se entiende por sí sola, sabido lo que es razón de una parte y estado de otra.”³⁰² Como *signo independiente*, agora era necessário buscar a fonte desse sintagma, esse curioso *invento*. Maquiavel e Guicciardini, impossível escapar, foram os primeiros a definirem o sentido geral, antes de o atrelarem a um termo específico. Mas a força do argumento se encontrava ali:

Con la razón de Estado se podría matar sin mucha consideración para con la religión y ningún miramento para con el derecho. Podía hacerse por el interés y la necesidad del estado más o menos colectivo de la república, más o menos personal del príncipe en su caso. Otras actuaciones también desde luego se contemplarían, pero tendentes todas a un objetivo político por encima y en detrimento de unos principios religiosos y unos procedimientos jurídicos, conducentes todas al acrecentamiento y consolidación del propio poder sin mayores consideraciones a otros requerimientos.³⁰³

Após estas considerações iniciais, era preciso dar o passo além, buscar a quem interessaria o surgimento desta nova linguagem. Que pessoas ou quais instituições se beneficiariam com o aparecimento de um *espaço de pensamento* aberto à reflexão sobre a política, que reivindicava uma certa independência nos seus procedimentos em relação aos *cânones religiosos* e *normas jurídicas*, mas que no final não rompeu totalmente com a ordem da tradição?

El motivo de la razón de estado, que en sí carece de un fundamento de imperio y majestad, debe desenvolverse sin el transfondo y respaldo de unas razones religiosas y jurídicas, esto es,

³⁰² Ibid. p. 19.

³⁰³ “Com a razão de Estado se poderia matar sem muita consideração para com a religião e nenhum cuidado para com o direito. Podia se fazer pelo interesse e a necessidade do Estado mais ou menos coletivo da república, mais ou menos pessoal do príncipe em seu caso. Outras atuações também sem dúvida se contemplariam, mas tendentes todas a um objetivo político por cima e em detrimento de uns princípios religiosos e uns procedimentos jurídicos, conducentes todas ao acrescentamento e consolidação do próprio poder sem maiores considerações a outros requerimentos.” Ibid. p. 22.

se desarrolla sin la asistencia de la razón en sentido fuerte que entonces constituían la religion y el derecho. Debe procurar sus propias razones. Era necesidad antes que virtud.³⁰⁴

Não é defesa da mera força bruta, é uma linguagem que precisa se justificar. Torna-se crucial a busca de certos procedimentos, certos meios, que são pensados e aplicados a gerir a potência do Estado. Mais uma vez, Clavero reitera a importância da construção deste espaço de pensamento, um lugar da cultura, mais do que da ortodoxia. Poderia integrar uma ciência política, sem reivindicar ser ciência no sentido estrito da época:

La literatura de la razón de Estado lo es de determinadas necesidades y de concretos intereses, no pretendiendo producir una ciencia que pudiera cubrir toda la vida política, que tuviera capacidad para regirla. Pero se originaba en todo caso una forma de razonar y unos razonamientos que no eran los de la teología y el derecho. Como la cultura era toda ella disciplinar, el problema no tocaba exactamente al conocimiento. Con la razón de estado ni siquiera se desvelaban y descubrían realidades; se producían y habilitaban pensamientos.³⁰⁵

Na península ibérica, foi precisamente a resposta sobre *quais meios* seriam lícitos, que se tornou o divisor de águas entre as duas linguagens principais da razão de Estado: os teóricos da razão de Estado católica e os teóricos da razão de Estado que preferimos chamar de pragmática, antes que maquiaveliana.

³⁰⁴ “O motivo da razão de Estado, que em si carece de um fundamento de império e majestade, deve se desenvolver sem o pano de fundo e respaldo de umas razões religiosas e jurídicas, isto é, se desenvolve sem a assistência da razão no sentido forte que então constituíam a religião e o direito. Deve procurar suas próprias razões. Era necessidade antes que virtude.” Ibid. p. 27.

³⁰⁵ “A literatura da razão de Estado o é de determinadas necessidades e de interesses concretos, não pretendendo produzir uma ciência que pudesse cobrir toda a vida política, que tivesse capacidade para regê-la. Mas se originava em todo caso um modo de refletir e umas reflexões que não eram as da teologia e do direito. Como a cultura era toda ela disciplinar, o problema não tocava exatamente ao conhecimento. Com a razão de Estado nem sequer se desvelavam e descobriam realidade; se produziam e habilitavam pensamentos.” Ibid. p. 28.

Na prática da política, a expressão vai aparecendo aqui e acolá, cada vez mais tangível sob a luz do florescente debate sobre a conservação da monarquia que enfrentava seus múltiplos inimigos. No começo da década de 1560, o embaixador na França, senhor de Chantonnay, alertou a Felipe II que Catarina de Médicis tinha como prioridade a razão de Estado, ao invés da religião: “[...] bien veo, que se mueve mas por razon del estado que por consideracion de la caridad, con la qual V. M^d procede”.³⁰⁶ É, talvez, a primeira vez que a expressão foi dita por um membro do corpo diplomático da monarquia, evidenciando, já nos idos de 1560, a ascensão de uma linguagem política nova, a da razão de Estado, que aos poucos se moldava em consonância com os acontecimentos na França e no resto da Europa. A expressão também apareceu em um debate do conselho de Estado, em princípios de 1571, sobre a participação da Monarquia Hispânica na Santa Liga contra o turco. Em um bilhete ao rei, o famigerado secretário Antonio Pérez comentava que os conselheiros favoráveis ao empreendimento, mesmo em uma circunstância desfavorável para a monarquia, alegavam que “la falta esta en el tiempo, que no descubrir luego la flaqueza y necesidad, diciendo que en razon de estado los principes tan grandes no la deben mostrar”.³⁰⁷ Já o grupo que se manifestou contra a guerra afirmou, entre outras coisas, “[...] que ha de ser causa a que se venga a mucho mayores con Su Sd de estado y de interés”.³⁰⁸

A consolidação desta nova linguagem se deu com a publicação da obra *Della Ragion di Stato*, de Giovanni Botero, em 1589.³⁰⁹ Em 1593, o livro foi publicado em castelhano por Antonio de Herrera y Tordesillas, historiador e cronista de Índias, tradutor de Botero e Tácito. Anos depois, o próprio Herrera

³⁰⁶ Tomás Perrenot de Chantonnay a Su Majestad. Paris, noviembre de 1561. AGS, EST, K, LEG.1594. fol. 86. (descifrada).

³⁰⁷ Antonio Perez a Su Majestad, en su mano. IVDJ, E60, C80Bis, DOC.92. a000293-a000298.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ Este parece ser um consenso bastante generalizado. Diversos historiadores assinalaram o papel de Botero na disseminação da expressão e do conceito da razão de Estado. Entre eles, constam Michel Foucault, Bartolomé Clavero, Pablo Fernández Albaladejo, José António Fernández Santamaría, Xavier Gil Pujol e José María Iñurritegui Rodríguez, cujas obras estão referenciadas neste texto.

resolveu escrever um curto discurso político sobre a razão de Estado, onde declarou que o termo “de pocos anos a esta parte a ganado mucha opinion”.³¹⁰ Queria o historiador, portanto, marcar a sua própria *opinião* sobre o assunto.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos como referência duas edições da obra de Botero, *Della ragion di Stato*. A primeira é a tradução espanhola de Antonio de Herrera y Tordesillas, de 1593, a primeira nesta língua que os leitores espanhóis de Botero tiveram acesso. A outra edição é a tradução portuguesa, coordenada por Luís Reis Torgal e publicada em 1992.³¹¹

A palavra Estado e o sintagma Razão de Estado foram conceituados por Giovanni Botero como:

Estado é o domínio firme sobre povos e Razão de Estado é o conhecimento dos meios adequados a fundar, conservar e ampliar um Domínio deste género. Na verdade, embora falando em absoluto, ela abranja as três partes supracitadas, parece, contudo, dizer mais estritamente respeito à conservação do que às outras, e, das outras, mais à ampliação do que à fundação.³¹²

A definição inicial fornecida pelo escritor piemontês pode ser tomada como o ponto de partida comum entre os autores que versaram sobre este tema: razão de Estado implica no conhecimento dos meios que garantem a conservação do Estado. É em torno desta questão primeira que gira toda a reflexão sobre o tema. A partir deste núcleo, os teóricos da política de finais dos Seiscentos desenvolveram e estenderam as suas próprias ideias. Uma vez identificada a problemática central, a grande questão, voltamos a insistir, era precisamente sobre quais os meios mais apropriados e, nessa operação, a linguagem da razão de Estado adquire a sua plasticidade.

³¹⁰ HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio. Discurso y Tractado sobre la Materia de estado. In: *Primera parte de las varias Epístolas, Discursos y Tratados de Antonio de Herrera a diversos claros varones: las cuales contienen muchas materias útiles para el gobierno político y militar, con un elogio de la vida y hechos de Cristóbal Vaca de Castro, del Consejo Supremo y Gobernador de los Reinos del Perú*. Biblioteca Nacional de España [BNE] Mss/1035. s/f.

³¹¹ BOTERO, Giovanni. *Da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

³¹² Ibid. p. 5.

Antonio de Herrera seguiu de perto o conceito proposto por Botero, mas adicionou um pouco mais de caldo à fórmula, algo pouco mais apropriada, talvez, tendo em vista a cultura política própria da Monarquia Hispânica. Em um curto tratado sobre a razão de Estado, que permanece manuscrito, Herrera estabeleceu uma definição um pouco mais abrangente que Botero. Em primeiro lugar, deixava claro o marco conceitual a partir do qual estava construindo o seu próprio argumento. Uma vez que a intenção da natureza, em seu desígnio primeiro, foi formar a alma, e por sua causa o corpo e as coisas que se chamam de bens da fortuna, convinha que

En los Reynos y Prouinçias y ciudades que desean ser bien gobernadas se tenga la misma orden [...], pero si se tiene mas cuenta con los bienes de la fortuna y del cuerpo, que del anima, no se hara ninguna cosa justa ni cibil, y no se dize por esto que se dexede tener cuidado con las causas segundas, sino que siempre que se perturbar esta orden y se tubieren por mayores las cosas que naturalmente son menores se veran en las Çiudades y Reynos ynfinitas mudanzas reuoluciones y traabajos [...].³¹³

Esclarecido o patamar superior desta *materia*, a imagem indissolúvel da alma-corpo vai nortear definição mesma da razão de Estado: esta “es el anima de los Reynos y provinçias y el principal fin de su conservacion”.³¹⁴ A alma é o que dá vida, movimenta, é vontade (apetitiva), é ação (ativa) e razão (racional).³¹⁵ Portanto, “la materia Destado reduçida al alma de Humano Gouierno consiste en lo que se propone, en lo que se aconseja, y en lo que se

³¹³ “Nos Reinos e Províncias e cidades que desejam ser bem governadas se tenha a mesma ordem [...], mas se se tem mais conta com os bens da fortuna e do corpo, que da alma, não se fará nenhuma coisa justa nem civil, e não se diz por isso que se deixe de ter cuidado com as causas segundas, senão que sempre que se perturbar esta ordem e se tivesse por maiores as coisas que são naturalmente por menores se verão nas Cidades e Reinos infinitas mudanças, revoluções e trabalhos.” HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. Discurso y Tractado sobre la Materia destado..., fol. 38r.

³¹⁴ Ibid. 38r.

³¹⁵ As três partes da alma, segundo a definição aristotélica. AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. Paulus: São Paulo, 2008. p. 63.

determina para fundar un estado para aumentalle y conservalle.”³¹⁶ Logo, Herrera complementou:

[...] Son materias de Estado y pertenecientes a su fundamento y conseruacion y aumento la religion, coluna principal, las leyes, los tribunales y consejos, las amistades, ligas y confederaciones, los exercitos, las armadas, los presidios, las embajadas, la guerra, la paz y otras cosas tales.³¹⁷

Como podemos observar, a definição proposta por Herrera seguia as linhas gerais daquela elaborada de Botero. Como esse último, o principal fundamento do Estado era a religião e a justiça. Mas, no que diz respeito aos meios, Herrera parece mais interessado nos aspectos externos, da política internacional, enquanto Botero enfatizou a potência dos aspectos internos, a *forze* e a *gente* do príncipe. Como Clavero deixou claro, debater sobre a razão de Estado permitia entrar em “razonamentos desnudamente políticos y argumentos francamente económicos.”³¹⁸

A reação católica à razão de Estado

[...] Como el señor Condestable de Castilla dixo a la Santidad del Papa Clemente Octavo, tomando tantas armas contra el [Maquiavelo], lo han echo mas nombrado de lo que debieran.³¹⁹

Já vimos como, apesar de ter sido Francesco Guicciardini o primeiro a utilizar a expressão razão de Estado, essa foi associada, ao longo do século XVI, ao pensamento de Maquiavel. Consta-se que a primeira reação contra o autor florentino na península ibérica teria sido esboçada pelo bispo português

³¹⁶ “a matéria de Estado reduzida à alma do Humano Governo consiste no que se propõe, no que se aconselha, e no que se determina para fundar um Estado, para aumentar-lhe e conservar-lhe.” HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. Op. cit.

³¹⁷ “São matérias de Estado e pertencentes a seu fundamento e conservação e aumento a religião, coluna principal, as leis, os tribunais e conselhos, os presídios, as embaixadas, a guerra, a paz e outras coisas tais.” Ibid. fol. 38v.

³¹⁸ CLAVERO. Bartolomé. Op. cit. p. 27.

³¹⁹ MÁRQUEZ, Juan. Prólogo. *El gobernador Christiano deducido de las vidas de Mousen, y losue, príncipes del Pueblo de Dios*. Madrid: por Teresa Junti, impresora del rey nuestro señor, M.DC.XXV.

Jerônimo de Osório, na obra *De Nobilitate Christiana*.³²⁰ Em 1559, as obras daquele autor foram incluídas no *Index*, momento que impulsionou a reação católica contrarreformista contra as ideias do secretário florentino. O autor que acabou por cimentar a vinculação entre o pensamento de Maquiavel e a linguagem da razão de Estado foi aquele responsável por aventar uma alternativa que, ainda que procurasse neutralizar o argumento maquiaveliano, ainda seguia perigosamente de perto os preceitos de Maquiavel.³²¹ Foi Giovanni Botero.

Na dedicatória da versão italiana dirigida ao arcebispo de Salzburgo, Botero afirmou que, após circular entre diversas cortes de príncipes, ficou impressionado com as menções que se faziam na corte à razão de Estado, aparecendo nas citações que ouvia, ora Maquiavel, ora Tácito. Ao saber quem eram esses autores, ficou estupefato que fossem tão estimados, já que Maquiavel fundou a razão de Estado na pouca consciência, e Tibério César (cujo governo é tratado por Tácito) disfarçava a tirania e a crueldade com uma bárbara lei de majestade.

Autrement dit, au-delà des déclarations d'intention antimachiavéliennes que l'on trouve dans la dédicace de la *ragion di Stato*, et d'un antimachiavélisme de façade qui est devenu le lot commun de tous les penseurs catholiques, proches de la Ligue en France ou de la Curie en Italie, la question des *forze* chez Botero n'est-elle pas une tentative d'appropriation, dans un contexte contre-réformiste, de l'analyse politique des grands penseurs florentins?³²²

A reação antimachiaveliana foi progressiva, implacável, seguindo a onda confessionalizadora após o Concílio de Trento.³²³ De um lado como de outro,

³²⁰ FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. Op. cit. p. 11.

³²¹ SKINNER Quentin. Op. cit. p. 267.

³²² “Dito de outro modo, além das declarações de intenção antimachiavelianas que encontramos na dedicatória da *Ragion di Stato*, e de um antimachiavelismo de fachada que se tornou o lote comum de todos pensadores católicos, próximos da Liga na França ou da cúria na Itália, a questão das *forze* para Botero não seria uma tentativa de apropriação, no contexto contrarreformista, da análise política dos grandes pensadores florentinos?” DESCENDRE, Romain. *Raison d'État, puissance et économie. Le mercantilisme de Giovanni Botero*. In: *Revue de métaphysique et de morale*. 2003/3, n° 39. pp.311-321. p. 317.

³²³ Ver a obra: PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência. Inquisidores, Confessores*,

Maquiavel pode ter despertado de tudo, menos indiferença. Quando a França começou a ser desolada pelas guerras de religião, a regência de uma Médici por longos anos decerto contribuiu para que o assassinato por encomenda, comum naqueles tempos, recebesse a alcunha de “vingança à maneira italiana.”³²⁴ Na península ibérica, a refutação a Maquiavel se intensificou no final do século XVI, representada por uma corrente teológica-jesuítica, cujo expoente foi o jesuíta Pedro de Ribadeneyra e sua obra *Tratado de la religión y las virtudes que deben tener el Príncipe Cristiano (1595)*. Como reação à emergência de uma linguagem política pretensamente desprovida da moral cristã por Maquiavel, Bodin e os *politiques*, o clamor de Ribadeneyra foi significativo porque procurou esboçar os contornos da dicotomia entre a boa e má razão de Estado, entre a verdadeira e a falsa e aparente. Essa última, é claro, apresentada como obra maquiaveliana e dos *políticos*.

O termo político, na segunda metade do século XVI, era ambivalente, ganhando uma conotação negativa graças à recepção contrarreformista do discurso maquiaveliano.³²⁵ E mais ainda: recepção que acontece em paralelo às guerras de religião. A palavra figurava nos textos de alguns autores, como Botero e Bodin, em um sentido mais próximo que entendemos hoje. Segundo o Tesoro de Covarrubias, o político e a *policía* eram inseparáveis: o primeiro era definido como “el urbano y cortesano”, e a segunda, “termino ciudadano y cortesano.”³²⁶ Ou seja, o político era o indivíduo que participava do corpo político da república, cujos espaços de jurisdição se denominavam política.

Missionários. São Paulo: EDUSP, 2013.

³²⁴ FRIEDA, Leonie. *Catherine de Medici. Renaissance Queen of France*. New York: HARPER PERENNIAL, 2006. p.173.

³²⁵ RUBINSTEIN, Nicolai. The history of the word *politicus* in Early Modern Europe. In: PAGDEN, Anthony. (ed) *The languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 53-54.

³²⁶ COVARRUBIAS, Sebastián de. Op. cit. fol. 591v. Michel Foucault explicou bem esta relação: “[...] quando um Estado é bem governado, os pais de família sabem bem governar sua família, suas riquezas, seus bens, sua propriedade, e os indivíduos, também se dirigem como convém. Essa linha descendente, que faz o bom governo do Estado repercutir até na conduta dos indivíduos ou na gestão das famílias, é o que se começa a chamar, nessa época, de “policia””. E em outra passagem: “[...] chama-se de policia uma forma de comunidade ou de associação que seria, numa palavra, regida por uma autoridade pública, uma espécie de sociedade humana, na medida em que algo como um poder político, como uma autoridade pública, se exerce sobre ela.” FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.126 e p.420.

Apesar do termo continuar sendo empregado em seu sentido aristotélico e humanista, ele foi sendo, pouco a pouco, despojado do *vivere civile*. Justo Límpio, no final do século, tentará recompor a ponte já quase destruída. Para os católicos conservadores, o termo passou a ser empregado para designar o indivíduo – católico ou protestante - que colocava os interesses do Estado acima da religião.

Quando o duque de Feria foi escolhido para ser o embaixador de Felipe II nos Estados Gerais da Liga, Pedro de Ribadeneyra resolveu alertá-lo sobre os perigos que brotavam no reino vizinho. O jesuíta queria dar uma advertência política sobre as ameaças que Feria possivelmente iria enfrentar na França. O padre verbalizava o conceito e o modo de ser *politique*:

No hay zorra que sepa tantas zorrerías, ni camaleón que así mude las colores, ni Proteo que así se transforme en varias y contrarias formas, como el hugonote y el calvinista; y porque hay tantos en Francia, y muchos, para engañar, se venden por católicos y no lo son, conviene que V. E. esté muy advertido, y no menos de guardarse de otro linage de gente que aun es peor, de los que son y se llaman políticos, discípulos de Mach[i]avelo, hombres sin Dios y sin fe, y que no tienen y no creen en otra religión sino la que les parece que les está bien para la conservación de su estado.³²⁷

Assim como esbravejava a advertência de Ribadeneyra, Feria e Ibarra também tinham toda a desconfiança para com a horda de *politiques* que tomavam conta das cidades francesas. Constantemente reclamavam a Madrid de que os núcleos urbanos e os funcionários da administração pública eram políticos. No contexto das guerras de religião, *politique* tinha a ver também com a adoção de uma postura religiosa moderada, que poderia até mesmo admitir a

³²⁷ “Não há raposa que saiba tantas “raposerias”, nem camaleão que assim muda as cores, nem Proteu que assim se tranforma em várias formas contrárias, como o huguenote e o calvinista; e porque há tantos na França, e muitos, para enganar, vendem-se por católicos e não o são, convêm que Vossa Excelência estaja advertido, e não menos de guardar-se de outra linhagem de gente que é ainda pior, daqueles que são e se chamam políticos, discípulos de Maquiavel, homens sem Deus e sem fé, e que não têm e não crêem em outra religião senão a que lhes parece que está bem para a conservação do seu Estado.” *Pedro de Ribadeneyra a Lorenzo Suárez de Figueroa*. Madrid, 16 de noviembre 1591. In: RIBADENEIRA, Patris Petri. *Confessiones, Epistolae Aliaque Scripta Inedita*. Matriti: Officina Typographica “la Editorial Iberica”, 1923. Tomo II. Epístola 356. p. 136. Também citado por IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. *La Gracia y la República...*, p. 239-240.

coexistência confessional. Alexandre Farnese, governador dos Países Baixos, ao discutir com Felipe II sobre a escolha que esse havia feito para ocupar o bispado da Antuérpia, havia ponderado que o padre nomeado “es tenido por demasiado de político moderno”, e isso queria dizer, segundo complementou, por “auerse mostrado demasiadamente inclinado a los estados rebeldes”.³²⁸ Obviamente, como percebeu o príncipe de Parma, defender a coexistência confessional era colocar a religião católica em perigo, podendo levar à danação eterna.

O historiador Carlos Coloma, em sua *Historia de las Guerras en los Estados Baxos*, procurou distinguir, na França, os chamados realistas e os *politiques*. Os primeiros poderiam ser desculpados por apoiarem a causa daquele que consideravam ser o seu rei natural; já os segundos eram “professores de regras de Estado, discípulos de Maquiavel e Bodin”.³²⁹ Na linguagem da “boa” razão de Estado, os *politiques* não tem espaço. O cerne da inquietação e angústia demonstradas por Ribadeneira em relação ao pensamento *politique* foi defesa da secularização do mundo terreno:

Ellos quieren que el fin principal del gobierno político sea la conservación del estado y la quietud civil [...] nosotros queremos que los Príncipes Christianos entiendan que toda la potestad que tienen es de Dios, y que se la dió para que sus subditos sean bien aventurados acá con felicidad temporal (que es a lo que se endereza el gobierno político) y allá con la eterna, a la cual esta nuestra temporal mira y se endereza como a su blanco y último fin.³³⁰

³²⁸ *El Príncipe de Parma a Su Majestad*. De Amberes, a 6 de junio 1585. AGS, EST, LEG. 589. fol.101.

³²⁹ COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho, hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*. A don Diego de Ibarra. Barcelona, a costa de Juan Simon mercader de libros, 1627. Fol. 31r e fol. 287r.

³³⁰ “Eles querem que a finalidade principal do governo político seja a conservação do Estado e a tranquilidade civil [...] nós queremos que os Príncipes cristãos entendam que toda a potestade que têm é de Deus, e que Ele a concedeu para que seus súditos sejam bem aventurados aqui com felicidade temporal (que é ao que se dirige o governo político) e lá com a eterna, a qual está nossa mira temporal e se dirige como a seu branco e último fim.” RIBADENEYRA, Pedro de. *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el príncipe cristiano para gobernar y conservar sus estados. Contra lo que Nicolás Maquiavelo y los políticos de estotiempos enseñan*. Madrid: Pedro de Madrigal, 1595. Libro I, p. 4-5.

A tese de Michel Senellart é de que Botero enfrentou o paradoxo do crescimento da autoridade real e das responsabilidades do governo, ao mesmo tempo que procurou evitar, dada a sua formação jesuítica, resvalar na teoria da soberania absoluta. Essa era uma via duplamente perigosa, tanto porque poderia resultar na tirania, como também porque poderia abrir o caminho para a opção de Bodin, ou seja, aquela da tolerância religiosa. Assim, a resposta que o autor piemontês propôs, segundo Senellart, teria sido deslocar a discussão para o campo da economia, o que o levou a ser classificado como um dos primeiros autores mercantilistas.³³¹

Il innove, en exposant le programme d'un art de gouverner fondé, non sur la guerre, mais sur l'exploitation intensive des ressources matérielles et humaines. L'originalité de Botero, qui procède d'une inspiration mercantiliste [...], est d'avoir déplacé la raison d'Etat, du champ de bataille où elle campait, sur le terrain économique.³³²

Para Michel Senellart, Botero foi quem deu expressão à síntese entre interesse do Estado (que, no século XVI, ainda é difícil distinguir de interesse dinástico) e catolicidade.

Mais si la conservation de l'État est prioritaire, l'insistance sur le développement des forces tient au fait qu'elles concernent tout autant la nécessité de sa croissance: "Les forces d'un prince ont pour fin la conservation ou l'agrandissement de l'État". C'est donc aussi parce qu'avec Botero la guerre reste toujours l'horizon de la pensée politique que le prince doit avoir pour objectif de développer la puissance de l'État – et donc aussi sa force économique.³³³

³³¹ DESCENDRE, Romain. Op. cit. p. 314.

³³² "Ele inova, expondo o programa de uma arte de governar fundada, não sobre a guerra, mas sobre a exploração intensiva dos recursos materiais e humanos. A originalidade de Botero, que procede de uma inspiração mercantilista [...], é ter deslocado a razão de Estado, do campo de batalha onde ela residia, para o terreno econômico." SENELLART, Michel. em fevereiro de 1987)? SENELLART, Michel. *Machiavélisme et raison d'état*. Paris: PUF, 1989. p.10.

³³³ "Mas se a conservação do Estado é prioritária, a insistência no desenvolvimento das forças se deve ao fato de que elas dizem respeito igualmente à necessidade de seu crescimento: "as forças de um príncipe têm por finalidade a conservação ou o engrandecimento do Estado". Assim, é também porque com Botero a guerra permanece sempre como horizonte do pensamento político que o príncipe deve ter por objetivo desenvolver o poderio do Estado – e, portanto, também sua força econômica." DESCENDRE, Romain. Op. cit. p. 321.

Tanto no âmbito da política institucional e do pensamento político já vinha sendo discutido e problematizado sobre quais seriam os meios convenientes para a conservação do reino, cada vez mais chamado de Estado, que a uma noção ainda maquiaveliana do *status* como posição/condição do príncipe vai sendo incorporada uma base territorial. Conservar o Estado é também conservar as suas fronteiras, as suas fortalezas, suas as riquezas; é assegurar o comércio, garantir o abastecimento e proteger a população. É um processo que Romain Descendre chamou de territorialização da política, no qual Giovanni Botero assumiu um papel central.³³⁴

As primeiras inquirições de Botero coincidiram com o momento em que foi consultor da comissão do Index, situação que fez com que se voltasse mais para as questões da teoria política que propriamente das teológicas.³³⁵ O que chama a atenção em relação à tese de Senellart, que Romain Descendre compartilha de alguma maneira, é que Botero não faz alusão à Bodin no tratado e tampouco faz uso, ainda que de forma crítica, do termo soberania. Segundo Descendre, esta seria uma estratégia silenciosa de subversão da linguagem bodiniana, ao que nos parece interessante, mas difícil de comprovar. Estaria, então, nas entrelinhas?

Giovanni Botero representou, portanto, uma espécie de transposição da linguagem [da arte do Estado, nos termos de Viroli] maquiaveliana para o terreno normativo da contrarreforma, deslocando o foco da figura do príncipe [que não deixa de ser importante, assinalamos] para a potência do Estado, fomentando assim um campo de discussão em que se poderia tratar da *grandezza* sem necessariamente pôr em xeque o papel redentor das virtudes

³³⁴ “Ce point est important car c’est sans doute l’une des premières fois qu’est développée de façon systématique la notion de *site* à des fins civiles, c’est-à-dire politiques et économiques et non pas simplement militaires et défensives. Cela participe d’un processus de *territorialisation* de la politique, qui fait toute l’originalité de Botero et crée dès les *Causas* les conditions d’une pensée géopolitique qui s’exprimera pleinement dans les *Relazioni universali* (1591-1594).” “Este ponto é importante porque é sem dúvida uma das primeiras vezes que se desenvolve de modo sistemático a noção de “lugar” para fins civis, isto é, políticos e econômicos e não simplesmente militares e defensivos. Ela é parte de um processo de *territorialização* da política, que é a grande originalidade de Botero e cria desde as *Causas [da grandezza da cidade]* as condições de um pensamento geopolítico que se expressará plenamente nas *Relazioni universali* (1591-1594).” Ibid. p. 315.

³³⁵ DESCENDRE, Romain. Op. cit. p. 313.

cristãs (o que Ribadeneyra prontamente percebeu e rebateu)³³⁶. Portanto, o autor piemontês se desviou da polêmica maquiaveliana sobre o estatuto das virtudes cristãs e recolocou o debate em outros termos, se deslocando da centralidade que os *specula* atribuíam à figura do príncipe/governante e suas virtudes ínsitas, para agora se dedicar à análise do Estado - seu território, sua economia e sua gente.

[...] De hecho, con semejante exposición, Botero sintetizó y estableció todo un campo de reflexión, que iba a conservar su vigencia durante varias décadas. Y consiguió combinar la afirmación de los principios doctrinales de la Contrarreforma con la identificación de las necesidades de orden práctico, combinación que resultó satisfactoria para gran parte de la opinión coetánea.³³⁷

Segundo o entendimento de José Antonio Fernández Santamaría, os teóricos espanhóis,

Dejan que el tema del Maquiavelismo pase discretamente a segundo plano y tanto la frase razón de estado como las definiciones explícitas de su significado sufren un eclipse parcial, a favor de unas formulaciones más sutiles y proporcionadas a la creciente sofisticación de los puntos de vista del realismo.³³⁸

³³⁶ “Par là, Botero s’attache une fois de plus à déplacer la pensée politique du terrain bodinien de la souveraineté pour mieux la resituer dans le champ machievélien des rapports de forces. Sans doute, contrairement à Machiavel, Botero propose-t-il un schéma plus défensif qu’offensif, marqué plus sensiblement par l’exigence de la conservation que par celle de la conquête.” “Assim, Botero se apegava mais uma vez em deslocar o pensamento político do terreno bodiniano da soberania para melhor situá-lo no campo maquiaveliano das relações de força. Sem dúvida, contrariamente ao Maquiavel, Botero propõe um esquema mais defensivo que ofensivo, mais sensivelmente marcado pela exigência da conservação que pela exigência da conquista.” DESCENDRE, Romain. *Raison d’État, puissance et économie...*, p. 321.

³³⁷ “De fato, com semelhante exposição, Botero sintetizou e estabeleceu todo um campo de reflexão, que ia conservar sua vigência durante várias décadas. E conseguiu combinar a afirmação dos princípios doutrinários da Contrarreforma com a identificação das necessidades de ordem prática, combinação que resultou satisfatória para grande parte da opinião coetânea.” GIL PUJOL, Xavier. *Las fuerzas del rey...*, p. 975.

³³⁸ “Deixam que o tema do Maquiavelismo passe diretamente para o segundo plano e tanto a frase *razón de estado* como as definições explícitas de seu significado sofrem um eclipse parcial, a favor de umas formulações mais sutis e em proporção à crescente sofisticação dos pontos de vista do realismo.” FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. Op. cit. p. 15.

Não entraremos a fundo nesta discussão, cabe-nos apenas ressaltar que, embora o prefácio tenha se dirigido contra Maquiavel, há um certo consenso de que o *Della Ragion di Stato* era também uma refutação a Jean Bodin.³³⁹ Era uma reação ao surgimento de uma linguagem política nova, a da teoria da soberania absoluta. José María Iñurritegui Rodríguez sustentou que o discurso da razão de Estado, como uma linha de argumentação propriamente espanhola, remontava aos primórdios dos anos 80, a partir de uma tentativa ainda precoce de se responder à teoria da soberania de Jean Bodin e a defesa da tolerância religiosa. Assim, Bodin ingressava o rol daquele grupo denominado de *políticos* que, juntamente com Maquiavel, eram acusados de serem defensores da má razão de Estado, contra qual Pedro de Ribadeneira escreveu o seu *Príncipe Cristiano*.³⁴⁰

A questão, na verdade, não era tão simples. Quentin Skinner argumentou que, ainda que se buscasse refutar Maquiavel, foi em torno de suas premissas que os teóricos construíram seus discursos, fazendo mais ou menos concessões, refutando mais ou menos argumentos. Mas o ponto de partida era o mesmo.

Botero tem todo cuidado de manter distância da reputação de Maquiavel, que ia se tornando cada vez mais sinistra, mas a gama de tópicos sobre os quais se dispõe a aconselhar impressiona pela semelhança com seu predecessor: sucedem-se os capítulos sobre como tratar os súditos e evitar insurreições, a importância da defesa, a obtenção de rendas e a conservação da disciplina militar. Não há dúvidas, ademais, de que Botero é reconhecidamente um habitante do universo moral de Maquiavel.³⁴¹

Habitante do mesmo universo moral de Maquiavel, Botero também pertencia, segundo Victoria Kahn, ao mesmo universo retórico daquele. Para a autora, mais do que simbolizar o divórcio entre a ética e a política, Maquiavel

³³⁹ Além de Senellart e Descendre, citar-se-à José María Iñurritegui Rodríguez e Pablo Fernández Albaladejo.

³⁴⁰ IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José Maria. *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneira*. UNED: Madrid, 1998. p. 315.

³⁴¹ SKINNER, Quentin. Op. cit. p. 267.

teria feito a política mais profundamente retórica do que tinha sido pelo humanismo cívico, em um movimento que ela definiu como política retórica de Maquiavel.³⁴² Botero, nesse sentido, teria cristianizado essa política retórica, ao sustentar que havia apenas uma única razão de Estado verdadeiramente efetiva, uma única política retórica verdadeiramente efetiva.³⁴³ A retórica estava presente na própria definição do termo, uma vez que a razão de Estado era o encontro dos meios propícios para a fundação, conservação e expansão de um Estado. Era retórica enquanto deliberação que previa encontrar o melhor método para alcançar um fim desejado, mas não só isso. Botero também admitia a utilidade da *imitatio* e das técnicas de persuasão como instrumentos para o príncipe-orador convencer e se conectar com os súditos.³⁴⁴ A obediência política implicava um processo contínuo baseada na via de mão dupla, que amarrava o interesse, por um lado, e o dever, por outro. No entanto, o argumento de Victoria Kahn é que Botero teria pretendido demonstrar como poderia fazer uso mais poderoso da razão do interesse:

Ragion di stato shows that ordinary reason must always be supplemented by a rhetoric of the passions and interests—both the prince’s and the people’s. Once reason of state is defined as a supplement to reason, once rhetoric is recognized as a supplement to the prince’s power, it becomes impossible to distinguish between prudence and astuteness in terms of either means or ends. What distinguishes Botero’s prince from Machiavelli’s is not a truer representation of the virtues or even truer interests but—so Botero claims—a more powerful use of them.³⁴⁵

³⁴² KAHN, Victoria. *Machiavellian Rhetoric: From the Counter-Reformation to Milton*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 9.

³⁴³ *Ibid.* p. 71.

³⁴⁴ *Ibid.*

³⁴⁵ “*Ragion di stato* mostra que a razão comum deve sempre ser acompanhada por uma retórica das paixões e dos interesses – tanto dos príncipes como dos súditos. Uma vez que a razão de Estado é definida como um suplemento da razão, uma vez que a retórica é reconhecida como um suplemento do poder do príncipe, se torna impossível distinguir entre prudência e astúcia em termos seja dos meios ou dos fins. O que distingue o príncipe de Botero daquele de Maquiavel não é a mais verdadeira representação das virtudes ou até mesmo os mais verdadeiros interesses, mas, como clama Botero, um uso mais poderoso daqueles.” *Ibid.* p. 83.

O perigo estava ali: a lógica do interesse permanecia, mas no bom estilo retórico, com algo adicional: era do interesse do príncipe manter unido o Estado, e isso só poderia ser plenamente alcançado se os ditames da religião e da justiça fossem preservados. Nesse processo, argumentamos que, no âmbito da Monarquia Hispânica, duas principais linguagens da razão de Estado se consolidaram. Uma razão de Estado prática e, portanto, retórica, e a razão de Estado católica. O enraizamento da escolástica no pensamento político ibérico, revisitado na segunda metade do século XVI pelos jesuítas, moldou toda uma cultura política que recepcionou a “novidade italiana” e aquilatou a linguagem da razão de Estado de modo que seguisse a ortodoxia católica romana sem destruí-la.³⁴⁶ Mas também provocou a reivindicação de um espaço próprio, frente às necessidades do tempo, na qual as designadas matérias de Estado pudessem ser discutidas e aplicadas, levando em consideração os fins [seculares] almejados. “Existían y subsistían estas importantes disensiones, con razones de estado *buenas y malas, verdaderas y falsas, christianas y atheas*, pero en todo caso, con el fondo común de razonamientos de estado, el espacio de pensamiento estaba para todos abierto.”³⁴⁷ Assim, Antonio de Herrera y Tordesillas pôde muito bem discorrer sobre a matéria de Estado sem se sentir constrangido, já que a territorialização da política trazia consigo demandas puramente terrenas. Por outro lado, tratando-se de governos monárquicos, impunham-se demandas dinásticas que, muitas vezes, sobrepassavam a razão católica de religião.³⁴⁸

No entanto, a nossa aproximação com as tipologias propostas por José Antonio Fernández Santamaría é apenas aparente. O autor dividiu o que

³⁴⁶ IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. Op. cit. pp.131-132.

³⁴⁷ CLAVERO, Bartolomé. Op. cit. p. 31.

³⁴⁸ A definição precisa do termo nos dá José María Iñurritegui Rodríguez: “Era ésta la ciencia de una *razón*, la de religión; era, en un orden teologizado, la negación de un espacio y una razón a la «teología de los paganos» merced a «las reglas de la teología cristiana»; era la reducción de toda la realidad – primariamente el hombre – al principio divino que la anima. Por ello el reconocimiento de una dimensión de la divinidad que afecta y condiciona el propio orden constitutivo del individuo, entendido como microcosmos, como *mundo menor*, compuesto de ánima y cuerpo, requería, para Marco Antonio Camos pero ya con anterioridad para fray Luis de Granada, la enseñanza de una religión; «Dios por sí mismo crea las ánimas y las infunde en los cuerpos después de organizados en las entrañas de sus madres». Op. cit. p. 157.

chamou de escolas do pensamento político espanhol do Barroco em quatro correntes: eticistas, idealistas, realistas e uma variante denominada genericamente de “razão de justiça”.³⁴⁹ Se de fato estamos de acordo com a existência de duas tendências principais, por assim dizer, da razão de Estado, acreditamos que a divisão básica do autor de eticistas e realistas é insuficiente para dar conta da complexidade teórica e prática que essas duas linguagens assumiram. Além disso, outro problema é conceber uma escola “idealista” como separada das duas primeiras, uma vez que a idealização da Monarquia Hispânica no começo dos Seiscentos foi uma resposta à problemática da conservação da monarquia, levantada tanto pelos defensores da razão de Estado pragmática como por aqueles que sustentaram a razão de Estado católica. Outro ponto importante que merece destaque foi o impacto do neoestoicismo em ambas as correntes, não apenas na “realista”. Enquanto que a linguagem da razão de Estado pragmática incorporou a *agenda* política do estoicismo, em especial a revalorização da paz e da reconstituição do amor entre súditos e soberanos, os defensores da linguagem da razão de Estado católica se apropriaram dos aspectos espirituais do neoestoicismo, em especial a ideia da constância.

Tendo em vista estas reflexões, no capítulo seguinte nos propomos a entender como as linguagens da razão de Estado afloraram - em suas diferentes texturas - nas sendas da Monarquia Hispânica, tornando-se não só um conceito importante do pensamento político da época, mas que também se propagou no vocabulário do corpo administrativo e diplomático da monarquia. As consequências de toda uma discussão sobre a grandeza do Estado e os meios de sua conservação, do qual o governante passa ser agora o gestor, são menos aparentes e não menos importantes. Sem querer, toda esta reflexão abriu a clivagem [que a Revolução Francesa vai romper] entre os fins da ordem terrestre e da ordem celestial.

³⁴⁹ FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. Op. cit. pp. 1-5.

CAPÍTULO 4: CONSERVAÇÃO, MUTAÇÃO E DECLÍNIO DOS ESTADOS: O CASO DA MONARQUIA HISPÂNICA

Apresentamos até aqui toda uma problemática que pode ser decomponível em duas camadas de tinta que formam o óleo sobre tela de uma obra-prima. Em primeiro lugar, identificamos que a discussão sobre a *razão de Estado* começou a se tornar uma tópica na linguagem diplomática no começo da década de 1560, mas levou em torno de vinte anos de maturação para que aquela se consolidasse como teoria política. Seguramente, este tema somente poderia ganhar terreno em um panorama conturbado como foi aquele das guerras de religião, mas que também se favoreceu de todo um embate teórico em curso que culminará, nas palavras de Quentin Skinner, no moderno conceito de Estado, entendido como um *lócus* de poder distinto do governante e dos governados.³⁵⁰

Vimos também que a própria definição da expressão razão de Estado, conforme fornecida por Botero, revelava subjacente uma questão central: a da *conservação* do Estado.³⁵¹ Seja maquiaveliana ou antimachiaveliana, a razão de Estado levava invariavelmente para a discussão sobre o papel dos governantes em garantir a manutenção e expansão dos seus reinos e Estados. A indagação sobre a duração e mutação dos Impérios não era algo novo, uma vez que foi teorizada por Políbio no século II aC. Com a recuperação e tradução de boa parte dos historiadores grecorromanos no período renascentista, difundiu-se a teoria do tempo cíclico da História, bem como a crença na existência da inexorável mutação e declínio natural de todas as constituições políticas.

A discussão sobre a necessidade da *conservação* da monarquia (a estas alturas, *monarquia* tinha já a conotação de império, imaginado em uma

³⁵⁰ “Estreitamente ligada à ideia do primado da política é a doutrina da razão de Estado que, não por acaso, nasce e se desenvolve ao lado da teoria do Estado moderno.” BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. p. 85.

³⁵¹ A principal referência neste assunto, que seguimos de perto a discussão, é: GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la Monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016.

configuração compósita e católica)³⁵² se desenrolou a partir de um crescente sentimento generalizado de iminente *declinación*, para mencionarmos a expressão do arbitrista Martín González de Cellorigo.³⁵³ Na passagem do século, a sensação de que as coisas não estavam indo bem para os desígnios da Monarquia Hispânica era compartilhada, atingindo praticamente todos os setores da sociedade espanhola.³⁵⁴ Lucrécia de León, o arbitrista Cristóbal Pérez de Herrera, o jesuíta Juan de Mariana e o nobre Diego de Bracamonte tinham em comum a crítica sobre os rumos que tomava a monarquia e expunham o temor de sua derrocada final. Este sentimento foi potencializado com a derrota da Invencível Armada. Pode-se dizer, a sociedade espanhola se viu assombrada pela iminência da decadência do seu vasto império.

A trajetória da Monarquia Hispânica converteu-se em um tópico privilegiado de discursos que procuravam refletir sobre a duração dos impérios e monarquias, do auge à decadência. Por detrás daquele temor, estavam as marcas do pensamento grecorromano, que acreditava que à virtude segue-se a corrupção, bem como o papel do ciclo polibiano da história. Maquiavel, nos *Discorsi*, mostrou-se ávido em aplicar esta categoria de análise polibiana sobre a história de Roma para o caso particular de Florença. No século XVI, muitos outros autores beberam na fonte dos historiadores antigos, como Políbio, Tito Lívio, Plutarco e mais tarde Tácito. Dentre os filósofos, abudam referências de Platão, Aristóteles, Sêneca, Cícero e Boécio. Eram mananciais úteis que conduziam a reflexão sobre o problema da transformação das constituições políticas e da durabilidade dos Estados. Ali se buscavam referenciais,

³⁵² “Con razón se llama *monarquía el dominio y superioridad que tiene al presente España sobre tantos reinos, provincias, tan diversas y tan amplios y ricos estados y señoríos*. No solamente por ser el Rey Católico (que es el superintendente de esta máquina y quien la rige y gobierna) único y soberano príncipe, exento y sin dependencia de otro [...], sino también en el significado que ya el uso común le ha recibido, entendiendo por monarca el mayor de los reyes, y *monarquía el casi total império y señorío del mundo*”. SALAZAR, Juan. *Política Española*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1945. p. 23-24. A primeira edição é de 1618. Sobre a configuração da monarquia compósita, ver: KOENIGSBERGER, Helmut G. *Dominium Regale or Dominium Politicum et Regale*. In: *Theory and Society*, n. 2, v. 5, 1978, pp. 191-217. ELLIOTT, John. A Europe of Composite Monarchies. In: *Past and Present*, 137, 1, 1992. pp. 48-71.

³⁵³ ELLIOTT, John. *España y su mundo. 1500-1700*. Madrid: Alianza Editorial, 1990. pp. 288-312.

³⁵⁴ *Ibid.* pp. 288-312 e pp. 313-338.

exemplos de resultados das ações - positivas e negativas - dos homens, para aplicá-los a sua própria realidade.

Não é exagero ressaltar o impacto da circulação e leitura destas obras no pensamento espanhol do século XVI. A sabedoria dos clássicos caía como luva para o mundo do fim dos Seiscentos. Por isso mesmo, o frenesi que se seguiu às primeiras traduções dos *Anais* de Tácito, no final do século XVI, tinha muito mais a ver com a percepção da similitude dos tempos – o dos primeiros imperadores de Roma e a Europa finissecular – e as lições que conseqüentemente se poderiam sacar da história, do que particularmente com a intenção de se poder falar de Maquiavel dissimuladamente por meio de Tácito. Como reconheceu John Elliott, a interpretação naturalista da decadência no pensamento europeu derivava mais desta tradição grecorromana que propriamente da judaico-cristã.³⁵⁵ O que queremos destacar é que a assimilação da ideia de transformação da *constituição* a partir do ciclo da natureza, somado à inexorabilidade da *corrupção* que se seguiria ao apogeu, teriam contribuído para estimular a crença de que o declínio da Monarquia Hispânica – principalmente após 1588 - estava apenas começando.

Políbio, ao basear-se no modelo de Platão e depois Aristóteles sobre as constituições políticas, edificou a sua própria teoria do ciclo natural das constituições políticas. Mais platônico que aristotélico, Políbio pensou as dicotomias realza/tirania, aristocracia/oligarquia e democracia/oclocracia como alternantes entre as formas boas e más e repetidas no tempo. No entanto, marca-se uma diferença importante em relação a Platão. Para o filósofo, o processo degenerativo era contínuo, no qual cada constituição era uma degeneração da precedente.³⁵⁶ A tirania era a degeneração final. Para Políbio a alternância das boas e más formas de governo tornava o processo mais fragmentado, e culminava na oclocracia. Contudo, além dos seis modelos mencionados, há um sétimo, que é o da constituição mista. É a melhor de todas, superior e mais durável no tempo. Isso porque contém, em si, os três

³⁵⁵ Ibid. p. 295.

³⁵⁶ BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 67.

princípios legais de governos. E dentre as constituições mistas, a romana era a mais perfeita.

A constituição política, entendida por Políbio como um organismo vivo, também estava sujeita à mesma *revolução* dos astros. Para o historiador de Megalópolis, por exemplo, a decadência iria ocorrer de qualquer maneira, mas o estudo atento das constituições do passado e precisamente da constituição romana na época das guerras púnicas permitiria não só identificar o momento do desvio corruptor como também encontrar os remédios que, se não evitariam por completo o fim do império, ao menos o retardaria. A república romana, e mais tarde o Império Romano, tornaram-se modelos extraídos da experiência antiga. Políbio descreveu o processo natural em que as formas perfeitas – realza, aristocracia e democracia - tendiam a transmutar-se em seus contrários. Mais particularmente, cada constituição legítima carregava em si mesma o germe [mal congênito e inseparável] da sua destruição. As sequências realza/tirania, aristocracia/oligarquia e democracia/oligocracia correspondiam ao ciclo da natureza em que a matéria sujeita à degeneração - começo, meio e fim - retornava ao seu ponto de partida. Esta categoria de análise polibiana forneceu-lhe a ferramenta com a qual ele pôde dar o passo seguinte: estudar a constituição romana.

Esse é o ciclo pelo qual passam as constituições, o curso natural de suas transformações, de sua desaparecimento e de seu retorno ao ponto de partida. Quem distinguir nitidamente esse ciclo poderá, falando do futuro de qualquer forma de governo, enganar-se em sua estimativa da duração do processo, mas se seu juízo não for afetado pela animosidade ou pelo despeito dificilmente se equivocará quanto ao seu estágio de crescimento ou declínio e quanto à forma que resultará desse processo.³⁵⁷

O livro VI da *História* de Políbio apresentou uma análise da constituição romana que, segundo o autor, era mista, ou seja, reunia princípios de governo monárquico, aristocrático e democrático. Era mais complexa que as cidades helênicas e, portanto, mais difícil de compreender. Não obstante, por encerrar

³⁵⁷ POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 331.

em si mesma três princípios de governo, eles mesmos responsáveis por contrabalancear as ambições uns dos outros, a república romana do século II AC conseguiu ao mesmo tempo refrear a corrupção e alcançar a estabilidade e a grandeza.

Ainda sobre o modelo polibiano, é importante ressaltar que toda a sua teoria é amparada pela sustentação do critério de utilidade da História. Para o historiador, o estudo das constituições do passado capacitaria o leitor a “predizer o futuro,” uma vez que fornece as ferramentas de análise para identificar o momento preciso em que a decadência começa a se manifestar. E tinha em mente particularmente a constituição romana, a mais perfeita, que então se encontrava no auge: “Especialmente no caso do Estado romano esse método nos capacitará a chegar a um conhecimento de sua formação, crescimento e perfeição máxima, e igualmente da mudança para pior que certamente ocorrerá algum dia.”³⁵⁸ Sophie Aubert-Baillet destacou como, previamente a Cícero, o termo latino *prudentia* estava ancorado na palavra *providentia*, “ou faculté de voir à l’avance (pro-uidere), pré-vision, pré-voyance et bien sûr, Pro-vidence.”³⁵⁹ Para Políbio, essa habilidade de pre-ver o futuro derivava de uma operação prática, ou seja, o estudo e o conhecimento das constituições com o intuito de procurar identificar o momento do seu declínio. Tal projeto ficava evidente quando o historiador revelou que a sua intenção ao redigir a obra era dar uma grande contribuição para os homens de letras e os homens de ação com vistas ao estabelecimento e à reforma das constituições. Como veremos adiante, a expressão providência vai sofrer uma grande transformação na linguagem cristã. Já não será fruto de uma prática política, mas sim ação onipresente de uma vontade superior que coordenava e regia o mundo conforme a sua vontade.

Uma das questões que deriva da interpretação sobre o ciclo polibiano é a da tentativa de identificação do elemento causador da corrupção. Se cada constituição trazia subjacente o seu princípio degenerativo, de onde ele se

³⁵⁸ Ibid.

³⁵⁹ “[...] ou a facultade de ver antes (pro-uidere), pré-visão, clarividência e, claro, Pro-vidência.” AUBERT-BAILLOT, Sophie. De la φρόνησις à la prudentia. In: *Mnemosyne*, 68, 2015. pp. 68-90. p. 69.

originava, ou o que o despertava? Várias respostas vão ser elaboradas para explicar esta questão, mas elas quase sempre vão se resvalar na concepção negativa da natureza humana. É o homem, sua ambição sem controles, seus vícios. Salústio, por exemplo, acreditava que o excesso de riqueza e a ociosidade foram os fatores responsáveis pelo declínio de Roma. O tom moralizante e desiludido de Salústio foi retomado por Santo Agostinho e, no século XVI, caiu como luva para a reação confessionalizadora católica.³⁶⁰

O relato de Salústio sobre uma das conspirações mais conhecidas da Roma antiga, a conjuração Catilina, expressava o desencanto do historiador com os rumos da república de Roma após a destruição de Cartago, sua principal inimiga:

Aqueles que facilmente tinham suportado os trabalhos, os perigos e as circunstâncias dúbias e ásperas viram-se oprimidos e degradados pelo ócio e pelos bens que não deviam ter sido desejados. Cresceu primeiro o desejo de dinheiro, depois o do mando; foram eles como que a matéria de todos os males.³⁶¹

Os males se manifestavam principalmente quando homens sucumbiam aos desejos do corpo [próprios dos animais], ao invés de se deixarem guiar pelo espírito, ou o manifesto da alma [próprio dos deuses]. Tendo derrotado seu principal êmulo, o espírito dos romanos fenecera: Roma entregou-se à corrupção, ou melhor, aos vícios refinados:

E para que hei-de eu recordar aquilo que não é crível senão a quem o viu, serem os montes subvertidos e serem os mares aterrados por tantos particulares? Parece-me que para eles foram brinco as riquezas, porque, sendo-lhes possível tê-las para o bem, apressavam-se a delas abusarem com torpezas. Não era menor o desejo que entrara da libertinagem, da devassidão, dos vícios refinados: homens faziam-se de mulheres, as mulheres se

³⁶⁰ Esta discussão será retomada por Santo Agostinho. Capítulo XVIII: Que ensina a história de Salústio acerca dos costumes romanos, tanto dos que o medo coarctara como dos que a segurança deixava livres? In: *A Cidade de Deus: contra os pagãos*. Parte I, Livro Segundo. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. (Vozes de bolso), 2012. p. 100.

³⁶¹ SALÚSTIO. *Conjuração Catilina*. In: *Obra Completa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. p. 23-24.

despudoravam em público; tudo se perscrutava em terra e mar só a fim de comer, dormia-se antes de apeteecer o sono, não esperavam nem a fome, nem a sede, nem o frio, nem o cansaço, mas a tudo, por sensualidade, se antecipavam.³⁶²

Para completar o quadro, vamos mencionar mais três autores cujas ideias foram fundamentais para a reelaboração cristã das premissas da antiguidade que temos revisitado até aqui: conservação e declínio dos Estados, corrupção e, por fim, a Providência. São eles Santo Agostinho, Boécio e Santo Tomás de Aquino.

Sem dúvida, o passo adiante – ou seja, a cristianização da Providência - foi dado por Santo Agostinho, em *A Cidade de Deus*. O livro V da Parte I é inteiramente dedicado à refutação das concepções dos antigos sobre a fortuna, fatalismo e destino. O teólogo de Hipona se esforçou para demonstrar que, contra o pensamento de Cícero, todas as coisas estavam sujeitas à vontade de Deus, o que chamou de presciência de Deus.³⁶³ Por isso mesmo, a decadência romana consistiu no castigo divino aos pecados do povo, concepção inserida na sua teologia da natureza decaída do homem, que se conjuga com a invenção do pecado. A razão da miséria humana, fonte de toda a corrupção, foi o pecado original.

Dando sequência a esse processo, a obra de Boécio, o diálogo *A consolação da filosofia*, foi fundamental para pensamento cristão medieval ao reconduzir a fortuna (arbitrária, cruel e soberana) à razão finalista da Providência. A menção a Boécio não é fortuita: um estudo sobre as bibliotecas da alta nobreza castelhana quatrocentista revelou que essa obra era uma das mais presentes.³⁶⁴ Não obstante, é pouco referenciada na historiografia do

³⁶² Ibid.

³⁶³ “Portanto, o verdadeiro e supremo Deus, com seu Verbo e o Espírito Santo, Trindade Uma, Deus onipotente e uno, Autor e Criador de toda alma e de todo corpo, fonte de felicidade de quem quer se seja feliz em verdade e não em vaidade, que fez o homem animal racional de corpo e alma, que, em pecando o homem, não permitiu ficasse sem castigo, nem o deixou sem misericórdia [...]”. *A Cidade de Deus: contra os pagãos*. Parte I. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. (Vozes de bolso), 2012. p. 236.

³⁶⁴ VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. La Biblioteca de Lorenzo Suárez Figueroa, III Conde de Feria (1528). pp.283 – 304. In: *Documentos/Actas. Congreso Conmemorativo del VI Centenario del Señorío de Feria. (1394-1994)*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 1996. p. 291.

pensamento político espanhol. Trata-se de uma obra de passagem entre a concepção da fortuna antiga para o providencialismo medieval. Escrita no século VI d.C, quando o autor se encontrava na prisão acusado de corrupção, a obra retratava um diálogo do personagem principal com a Filosofia. O tema central debatido foi o embate entre fortuna e Providência no destino dos homens. O autor, convencido pela Filosofia, concluiu que havia uma razão divina que regia o movimento das coisas e dos homens, cujos percalços e dificuldades nada mais faziam do que direcionar o que é imperfeito ao perfeito, ao fim último.³⁶⁵ Era este o remédio que propunha a Filosofia ao doente Boécio: “Consideramos que a maior chance de cura reside na verdade de que acreditamos num governo do mundo, quando dizes que ele não é sujeito aos acidentes, mas à Razão Divina.”³⁶⁶ Boécio, no estado miserável de emoções desordenadas, tinha esquecido qual era a finalidade do universo. O seu *telos* era libertar-se das coisas terrenas em direção ao lar celestial. Portanto, o ponto mais importante que nos interessa reter é a concepção que a Filosofia estabelecia da fortuna como aquela que englobava a Providência e o destino.

O passo adiante foi dado por Santo Tomás de Aquino. Utilizando como fonte Aristóteles e Boécio, o Doutor Angélico consagrou a figura do Deus providencial:

É, por conseguinte, a razão segundo a qual as coisas são ordenadas a seu fim que se denomina em Deus providência. O que leva Boécio a dizer: "A providência é a própria razão divina que, estabelecida naquele que é o soberano príncipe de todas as coisas, dispõe de tudo". Pode-se chamar disposição tanto a razão segundo a

³⁶⁵ É o que diz a Filosofia sobre a Fortuna adversa, no Livro II. “Eis o que penso: a Fortuna é mais benéfica aos seres humanos quando se mostra adversa do que quando se mostra favorável. Quando se mostra sedutora e atraente, está sempre mentindo com sua aparência de felicidade; a adversa, porém, é sempre sincera quando revela por suas reviravoltas seu caráter instável. [...] Enfim, a Fortuna favorável usa de todos os seus encantos para desviar as pessoas do verdadeiro bem, enquanto a Fortuna desfavorável trava-lhes o caminho para levá-las novamente aos verdadeiros valores.” BOÉCIO. *A Consolação da Filosofia*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012. p. 50.

³⁶⁶ Ibid. p. 22.

qual as coisas são ordenadas ao fim, como a razão segundo a qual as partes são ordenadas no todo.³⁶⁷

Assim, o providencialismo na concepção aquinate parte de uma ideia de ordenação do mundo a partir de um princípio comum a todas às coisas e a todos os seres, Deus, regulador da ordem e fim em si mesmo. “Portanto, como a providência de Deus nada mais é do que a razão da ordenação das coisas a seu próprio fim, como foi dito, é necessário que todas as coisas, na medida em que participam do ser, estejam sujeitas à providência divina.”³⁶⁸ Mas, dentro deste esquema, como explicar o acaso e a existência do mal, que Aquino chama de *defectum*? A resposta tem a ver com a busca de um equilíbrio: as deficiências de uns existem em prol do bem de outros, em nome da causa universal. O remate da questão foi tomada de Santo Agostinho, que escreveu que o mal só foi permitido porque Deus era poderoso suficiente para fazer o bem do próprio mal.³⁶⁹ Desse modo, a questão se resolve a partir da constatação de que o efeito da Providência se fazia notar no mundo quando as coisas aconteciam tanto de modo necessário como de modo contingente. “Deve-se dizer que nisto a ordem da providência divina é imutável e certa, a saber, em que todas as coisas que estão sob sua providência acontecem como por ela foram providenciadas, ou de modo necessário ou contingente.”³⁷⁰

A verdadeira linha divisória entre as concepções medieval e moderna do governo passa certamente aqui: redução, por um lado, da fortuna à providência, segundo uma hermenêutica da contingência já formulada por Santo Agostinho; recusa, por outro, de interpretar a instabilidade do mundo através das categorias imutáveis de um plano divino.³⁷¹

³⁶⁷ AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica. Livro I*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Questão 22. p. 439.

³⁶⁸ Ibid. p. 442.

³⁶⁹ Ibid. p. 443.

³⁷⁰ Ibid. p. 448.

³⁷¹ SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 141-142.

Ao evocarmos esses autores, nos interessa apontar como vários conceitos vão se destacando e sobrepondo uns aos outros. A fortuna se cristianiza, perde a sua força aleatória para submeter-se à *recta ratio* que ordena as coisas a seu fim. Mas ainda assim, deixava-se um espaço para a contingência, um espaço no qual as criaturas racionais, através do livre-arbítrio, poderiam deliberar e escolher. No século XVI, tal questão retornou ao cerne do debate teológico com a controvérsia *De Auxiliis*, entre jesuítas e dominicanos após o Concílio de Trento.

No final do século XVI, a pergunta que foi feita: como se reconectar, se restituir aos fins da Providência, recuperar a grandeza e a economia do reino? Se a queda era inerente e inexorável, parte do ciclo natural das coisas, como garantir ao menos a *conservação* daquilo que se tinha conquistado? O plano maquiaveliano, inspirado nos antigos, em que a ocasião, gerada pelo encontro (confronto ou dissimulação) da *virtù* com a fortuna, havia sido reelaborado pelo providencialismo medieval. Isso não era novidade, estava sendo discutido [e rejeitado] pelos humanistas italianos no século XV, que recuperaram a versão clássica da fortuna.³⁷²

Providence is that perfection of the divine vision in which God sees (or, to human intellects, foresees) all circumstantial things; Fate is the perfection of the pattern in which he decrees and perceives them. What we sense as *fortuna* is our imperfect experience of the perfection of history. In a later but closely related rethoric, it became more usual to speak of Providence as the inscrutable course of things directed to our redemption by an intelligence we could no share [...] and in this rhetoric Fortune could be dealt with by equating her with Providence.³⁷³

³⁷² SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 42.

³⁷³ “Providência é aquela perfeição da visão divina na qual Deus vê (ou, para o intelecto humano, prevê) todas as coisas circunstanciais; Destino é a perfeição do modelo no qual ele as percebe e executa. O que nós sentimos como *Fortuna* é nossa experiência imperfeita da perfeição da história. Em uma posterior, mas próxima e relacionada retórica, tornou-se mais usual falar da Providência como o inescrutável curso das coisas dirigidas à nossa redenção por uma inteligência que não compartilhamos [...] e nessa retórica a Fortuna poderia ser tratada equiparando-a com a Providência. POCOOCK, John. *The machiavellian moment. The florentine political thought and the atlantinc republican tradition*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1975. p. 39.

De Juan Márquez a Saavedra Fajardo, a reelaboração da tríade maquiaveliana - *fortuna, virtú e ocasião* - será levada a cabo a partir dos termos *Deus, prudência e ocasião*.³⁷⁴ A similitude entre fortuna e providência não escapou da análise de Pocock. “Blind, irrational and irresistible, because unpredictable, Fortune was the atheist’s version of providence, a medieval expression of the sense of the absurd”.³⁷⁵ Nesse sentido, a corrente espanhola, não vai construir o seu argumento somente para superar os postulados de Maquiavel, mas sim a partir destes, tomando como ponto de ignição a discussão sobre os mecanismos que garantiam a manutenção e a conservação do Estado.

O discurso providencialista na Monarquia Hispânica deu ensejo a todo um questionamento sobre a situação [ou penúria] em que se encontrava a sociedade espanhola; ao se “pressentir” os movimentos desfavoráveis da Providência, a indagação se voltava às razões pelas quais a Monarquia Hispânica estava perdendo os favores divinos. Nessa perspectiva, a *ocasião*, se bem aproveitada, seria concretizada na restauração da harmonia do corpo místico da república através da reforma dos costumes e dos pecados públicos, ancorada na ênfase renovada sobre o papel redentor das virtudes cristãs. Mas também, poderia ser traduzida em ações que promovessem a recuperação e expansão da Igreja Católica Romana nos tempos da Reforma Protestante. No discurso sobre os direitos da infanta Isabel Clara, o letrado Francisco Álvarez Ribera assinalava que a vacância do trono francês se tornara a *ocasião* para fazer valer os direitos da princesa espanhola e, por fim, oportunidade para expandir a fé católica:

[...] Soy obligado a traer a la memoria aquel singular dicho de Salustio. Antes que comiençes es necesario consejo, y despues de tomado consejo es necesaria la brevedad y por esto los sabios antiguos pintan la occasion, con un copete de cabelos en la frente, y

³⁷⁴ FERNANDEZ ALBALADEJO, Pablo. El pensamiento político. Perfil de una <<política>> propia. In: *Materia de España. Cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2008. p.97. GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la Monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Real Academia de Historia: Madrid, 2016. p. 195.

³⁷⁵ Civic humanism and its role in anglo-american thought. In: *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. p. 85.

pelado el colodrillo, para denotar que quando se offresce, no se a de dexar passar, y pues esta se offresce para mayores cosas del bien universal de la cristiandad.³⁷⁶

No diálogo do tratado teológico-político de Marco Antonio de Camos, os frades agostinianos Benaventes, Valdiglesia e Turritano disputavam precisamente sobre esta questão, marcando a distinção fundamental entre o conceito de fortuna dos antigos e o providencialismo:

BEN. Xenophoñ escriuiendo de Sciro y de las cosas de Grecia, atribuye esto de la mutaciõ de los estados y tener fin los Reynos al hado, o fortuna. VAL. Esto fue error de Gentiles attribuyr lo que es y parte de la diuina prouidencia, a la fortuna. Desto se dolia S. Augustin en sus retractaciones mostrãdo pesarle de auer atribuydo a la fortuna las alabanças de vn hombre noble, y no a la prouidencia de Dios. [...] *No atribuyamos los Christianos la mutacion de los Imperios ni su fin y perdimiento a la fortuna, sino al juizio diuino, irritado por peccados de los hombres, y a la inconstancia a que estan sujetas las cosas desta vida.*³⁷⁷ (grifo nosso)

O debate historiográfico sobre a decadência da Monarquia Hispânica é bastante extenso, e incorpora uma série de categorias de análise para dar sentido ao processo histórico pelo qual passou a Monarquia Hispânica na primeira metade do século XVII. Segundo Xavier Gil Pujol,

[...] Numerosos estudios sobre estos temas, ya políticos, ya económicos o militares, han venido a establecer un panorama

³⁷⁶ “Sou obrigado a trazer à memória aquele ditado singular de Salústio. Antes que comece, é necessário conselho, e depois de tomado o conselho, é necessário a brevidade e por isto os sábios antigos pintam a ocasião com um topete de cabelos na frente, e raspado a cabeça, para mostrar que quando se oferece, não se deve deixar passar, e pois esta se oferece para maiores coisas do bem universal da cristandade.” *Sobre los derechos de la Infanta Isabel Clara sobre el Ducado da Bretaña*. Nápoles, 22 de outubro de 1589. (manuscrito). BNE, MSS/18633/22. fol. 9v.

³⁷⁷ “BEN. Xenofonte, escrevendo de Ciro e as coisas da Grécia, atribui a mutação dos Estados e o fim dos reinos ao fado, ou fortuna. VAL. Isso foi erro dos gentios atribuir o que é parte da divina providência, à fortuna. Disto se doía Santo Agostinho em suas retratações, mostrando o pesar de haver atribuído à fortuna os elogios de um homem tão nobre, e não à providência de Deus. Não atribuímos os cristãos a mutação dos Impérios nem seu fim e perda à fortuna, senão ao juízo divino, irritado por pecados dos homens e à inconstância a que estão sujeitas as coisas desta vida.” Op. cit. fol. 43.

marcado ante todo por los reajustes y reorientaciones, sin por ello negar la pérdida de hegemonía en la escena internacional. Crisis, más que decadencia, equilibrio restaurado y, en efecto, conservación son expresiones que varios trabajos recientes de síntesis han aplicado al conjunto del siglo XVII, a la etapa final de Felipe IV o al reinado de Carlos II.³⁷⁸

O que não se pode perder de vista é que as representações da monarquia foram construídas também a partir das impressões e experiências subjetivas. Por isso mesmo, não se pode confundir a imagem da crise com a crise historicamente comprovada, ainda que endossamos a tese de John Pocock e Reinhart Koselleck de que a representação do real é também parte da realidade.³⁷⁹ John Elliott, uma das referências no assunto que discutimos aqui, não faz muitas ponderações a esse respeito: o século XVII foi sim o da decadência da Monarquia Hispânica:

Al contemplar esos cien años transcurridos entre la muerte de Felipe II en 1598 y la de su bisnieto en 1700, no parece haber razón para impugnar la opinión establecida que que éste fue el siglo de decadencia de España, una decadencia en parte ocultada al mundo durante las primeras décadas del siglo por la lenta supervivencia de glorias imperiales que se marchitaban y por la efímera explosión de energía durante el régimen de Olivares. Pero los desastres de la década de 1640 arrancaron la máscara para poner al descubierto el vacío subyacente.³⁸⁰

³⁷⁸ *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016. p. 26.

³⁷⁹ “We are studying an aspect of reality when we study the ways in which it appeared real to the persons to whom it was more real than to another else.” “Estamos estudando um aspecto da realidade quando estudamos os modos pelos quais essa pareceu real para as pessoas às quais era mais real que qualquer outra coisa.” POCOCK, John. *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History*. Chicago: University of Chicago Press, 1989, p. 38. E Koselleck: “Como realizações linguísticas, os conceitos em que as experiências são reunidas e as expectativas enfeixadas não são meros epifenômenos da assim chamada história real. Os conceitos históricos, sobretudo o político e social, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história.” *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed.PUC-Rio, 2006. p. 268.

³⁸⁰ “Ao contemplar estes cem anos transcorridos entre a morte de Felipe II em 1598 e a de seu bisneto em 1700, não parece haver razão para impugnar a opinião estabelecida de que este foi o século da decadência da Espanha, uma decadência em parte ocultada ao mundo durante as

No entanto, vale tecer algumas considerações. Entendo que a hegemonia hispânica se concretizou por uma confluência de fatores: quando alcançou a maior extensão territorial; reteve a maior capacidade de levantar recursos financeiros; compôs o maior e mais eficaz contingente de exércitos (o temido *Ejército de Flandes*) e dominou o cenário político no continente europeu. Partindo desse quadro, a hegemonia alcançada pela Monarquia Hispânica sofreu um duro golpe no final do século XVI, tanto com a derrota da Invencível Armada quanto do fracasso da intervenção da Espanha na França.³⁸¹ Desse modo, os acordos que compuseram a paz de Vestfália não só resultaram na perda de territórios, mas também confirmaram o protagonismo francês nesse processo, colocando França e Espanha em lados opostos do campo de batalha. Somente por causa desta nova posição subalterna que foi possível fazer os tratados (secretos) capitaneados por Luís XIV de partilha das possessões da Monarquia Hispânica (1668-1700) em caso da morte [sempre à espreita, mas demoradamente concretizada] de Carlos II. Ressaltar-se-á tanto fatores internos e externos que contribuíram para a nova dinâmica europeia a partir de meados do século XVII, que escapam inclusive do controle da própria coroa espanhola.³⁸² Nesse sentido, preferimos o termo perda da hegemonia, ao invés de decadência ou declínio, para não confundir o ofício do historiador com a fala de seu objeto.

O campo do pensamento político estava às voltas com um debate crucial: como promover a conservação ou aumento do Estado de modo a evitar/postergar a sua ruína? Quais os meios que deveriam ser empregados?

primeiras décadas do século pela lenta sobrevivência das glórias imperiais que murchavam e pela efêmera explosão de energia durante o regime de Olivares. Mas os desastres da década de 1640 arrancaram a máscara para pôr em descoberto o vazio subjacente.” *Introspección colectiva y decadencia en España...*, p.316-317.

³⁸¹ Para uma discussão sobre a hegemonia e a intervenção espanhola na França, ver: RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo. La soberanía entre la práctica y la teoría política. Cambrai 1595-1677*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2003. pp.63-65

³⁸² RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José. Guerra y alianzas en la lucha por la hegemonía europea durante la segunda mitad del siglo XVII. El papel de España. In: IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. RIBOT, Luis. (orgs) *Europa y los tratados de reparto de la Monarquía de España, 1668-1700*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2016. p. 252. E também Pablo Fernández Albaladejo, no Prólogo da obra: *La crisis de la Monarquía*. In: FONTANA, Joseph. VILLARES, Ramón. (eds) *Historia de España*. Barcelona: Critica/Marcial Pons, 2009. Tomo 4.

Seria possível estipular uma sistematização da conduta política a partir de critérios racionais, ou seja, fundar uma razão de Estado?

No século XVI, os fracassos militares da Monarquia Hispânica foram interpretados na chave de leitura providencialista do Deus punitivo, que castiga os pecados públicos. No entanto, se para a sociedade do *siglo de oro* o declínio era inevitável, ao menos poderia ser combatido, contornado e adiado. Esta perspectiva norteou o aparecimento de três correntes de pensamento que procuravam oferecer uma resposta para postergar o inevitável. São elas: *providencialismo*, *arbitrismo* e os teóricos da *razão de Estado*. Expuseram fundamentalmente o mesmo problema: como conservar a monarquia diante dos infortúnios que padecia? John Elliott classificou as três correntes supracitadas como: *sobrenatural*, *naturalista* e *científica*.³⁸³ As duas primeiras correspondiam ao providencialismo e ao arbitrismo, respectivamente, enquanto que a terceira afirmou que se tratava do grupo de pensadores que atribuíram a *declinación* mais a um problema de ordem econômico e fiscal. Tomo aqui a liberdade de agregar a esse grupo os teóricos da razão de Estado, uma vez que a corrente “científica” incorporava também os autores que estudaram a obra de Giovanni Botero.³⁸⁴ Ainda que a resposta fosse distinta para cada uma das vertentes, é indubitável a centralidade do tema da *conservação* para todas elas. A classificação não obedece, portanto, a critérios rígidos e intransponíveis, já que há fluidez entre um e outro grupo (afinal, falamos aqui de circulação de ideias e seus vários níveis de abstração).

Desde o final do reinado de Felipe II, surgiram várias tentativas nas Cortes e no conselho do rei de implantar uma reforma dos costumes, estabelecer uma lei de vestimenta e endossar o regramento das condutas.³⁸⁵ O

³⁸³ *Introspección colectiva y decadencia en España...*, p. 304.

³⁸⁴ GIL PUJOL, Xavier. Las fuerzas del rey. La generación que leyó a Botero. In: RIZZO, Mario. RUIZ IBAÑEZ, José Javier. SABATINI, Gaetano. (eds.) *Le forze del principe: recursos, instrumentos y límites en la practica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica: Actas del seminario internaciona*. Pavia, 22-24 de septiembre del 2000. Tomo II. Murcia: Universidad de Murcia -Servicio de publicaciones, 2004. pp.969-1022.

³⁸⁵ A derrota da Armada parece ter dado maior urgência às tentativas de reformas institucionais na organização do Conselho Real de Castela, em curso desde meados dos anos 80 do século XVI. EZQUERRA REVILLA, Ignacio. *El Consejo Real de Castilla bajo Felipe II. Grupos de poder y luchas faccionales*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000. pp. 211-216.

tom místico e pessimista da exortação de Sórora María de Agreda a Felipe IV, por exemplo, não estava muito longe dos sermões de Savonarola em Florença do final do século XV. Esse conjunto de ações e reações moralizantes abriu o caminho para a imposição, ainda que nem sempre eficaz, do modelo confessionalizador.³⁸⁶

Como falamos, um dos problemas identificados era a corrupção dos costumes, creditada com quase unanimidade ao excesso de riqueza [em Roma, dos espólios de guerra; em Castela, do ouro e prata das Índias] que fazia aflorar o luxo e a cupidez. A retórica da corrupção atingia com seus floreios os ministros do rei: eram ambiciosos e colocavam os interesses particulares acima do interesse público. Para Políbio, a causa da destruição dos Estados devia-se tanto a fatores internos como externos. Ao refletir sobre o mesmo tema, Botero assegurava que os fatores internos, o mau governo e a corrupção, eram mais perigosos que os externos.³⁸⁷

O arbitramento, por ser muito mais uma prática da escrita que uma teoria política, era mais fluido, concatenando um emaranhado de ideias que circulavam entre o corporativismo medieval castelhano e a economia política. Os *arbitrios* remetidos ao conselho do rei ou divulgados impressos e manuscritos poderiam propor, entre as soluções para o atraso econômico de Castela, o estímulo às manufaturas de tecido e de pólvora e o aproveitamento de mão-de-obra ociosa, ao mesmo tempo em que submetiam o projeto à finalidade transcendente: o resultado desejado era prover a recuperação da Monarquia Hispânica, que reuniria as forças necessárias para a posterior redução da Inglaterra e a reconquista de Jerusalém.³⁸⁸ Ainda que o ideal da

³⁸⁶ Tanto o conceito de disciplinamento social como o de confessionalização foram elaborados por historiadores alemães, na segunda metade do século XX. De modo geral, a confessionalização designa um fenômeno de controle e regramento das condutas humanas, desenvolvido pelas autoridades políticas e religiosas que atuavam, na maioria das vezes, em conjunto; o objetivo era enquadrar os comportamentos dentro do modelo estabelecido pela ortodoxia religiosa, para moldar e homogeneizar as consciências e os costumes da população. PALOMO, Francisco. *As bases da confessionalização católica em Portugal: os poderes*. In: *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizontes, 2006. pp. 9-55.

³⁸⁷ BOTERO, Giovanni. *Da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. p. 7.

³⁸⁸ É o que propõe Cristóbal Perez de Herrera na obra *Amparo de Pobres*, composta por um conjunto de discursos variados dedicados a Felipe II e publicado na íntegra em 1599. Também Jerónimo de Ceballos propôs, em 1623, a recuperação da economia a partir da criação de um

conservação estivesse acorado na premissa do idealismo cruzadista medieval, não se pode negar a importância dada à economia: não se restaura uma monarquia sem restaurar primeiro suas finanças. No seu tempo, os arbitristas foram criticados por apresentarem desde soluções quiméricas até por introduzir as *novedades*, temor esse que era um lugar comum na Espanha renascentista.³⁸⁹

En Castilla del siglo se iban a esgrimir sólidos argumentos para reducir la riqueza y el poder de aquellos elementos del cuerpo político, como la Iglesia, cuyos excesos entorpecían el equilibrio del conjunto. Pero el orden jerárquico de la sociedad se consideraba fijo e inmutable. Arbitristas, satíricos y escritores de comedias podían ridiculizar o criticar los abusos y extravagancias de la conducta social de su época, pero aceptaban como algo natural los fundamentos en que descansaba.³⁹⁰

Nem o terceiro grupo, decerto, questionava os pilares do político em que se assentava a Monarquia Hispânica. Pelo contrário, o momento fundacional (ou seja, o governo dos Reis Católicos) era evocado como exemplo de governo e de prudência política. A grandeza da Espanha atingira o auge sob Felipe II, que conquistou o último reino independente da Península Ibérica: Portugal.³⁹¹

sistema bancário nacional, que teria o objetivo final de promover a recuperação de Jerusalém. ELLIOTT, John. *Introspección colectiva y decadencia en España...*, p. 307.

³⁸⁹ Os arbitristas foram pegos pela *Hora* (desengano) na sátira de Francisco de Quevedo, no capítulo XVII, *Arbitristas na Dinamarca*. “Infames, vocês [arbitristas] são o fogo. Todos os seus arbítrios são desse modo. Gostaria e seria mais barato ter me queimado que acreditar em vocês. Todas as suas soluções são desse tipo. Derrubar uma casa para que não caia um canto. [...] Os príncipes podem ser pobres, mas tratando com arbitristas, deixam de ser príncipes.” QUEVEDO, Francisco de. *A Hora de Todos e a fortuna com inteligência*. São Paulo: Editora Escala, 2008. p. 59.

³⁹⁰ “Em Castela do século iam se esgrimir sólidos argumentos para reduzir a riqueza e o poder daqueles elementos do corpo político, como a Igreja, cujos excessos entorpeciam o equilíbrio do conjunto. Mas a ordem hierárquica da sociedade se considerava fixa e imutável. Arbitristas, satíricos e escritores de comédias podiam ridicularizar ou criticar os abusos e extravagâncias da conduta social de sua época, mas aceitavam como algo natural os fundamentos em que descansavam.” ELLIOTT, John. Op. cit. p.305. A sátira barroca, segundo João Adolfo Hansen, tem como objetivo não a promoção da ruptura da ordem e do *status quo*, mas sim a manutenção da harmonia do corpo político e a defesa do bem comum. É a partir deste postulado que Hansen apresentou sua interpretação original da obra de Gregório de Matos. HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. pp.105-108.

³⁹¹ Ver sobre o assunto: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y Propaganda. Capítulos de*

Eram imagens construídas, de modo geral, pelos teóricos ibéricos, e tornou-se um lugar comum na discussão sobre a razão de Estado na Monarquia Hispânica.³⁹² Como falamos no início do primeiro capítulo, a hegemonia política da Monarquia Hispânica, no contexto da Reforma Protestante, cercou os seus territórios de inimigos. Por isso, a preservação do *Estado* não se derivava mais do impulso da autossuficiência que falava Aristóteles na *Política*, parte da natureza das coisas, mas sim de um esforço político calculado que, em sua deliberação, deveria levar em conta tanto a ameaça interna como a externa à constituição. Não é sem razão de Friedrich Meinecke afirmou que a “doutrina” da razão de Estado se aplicava mais às questões de política externa.³⁹³ A guerra, constante em toda a Época Moderna, foi o fator principal que forçou o governante a sair do invólucro que lhe protegia as virtudes teológicas. Não é coincidência que uma das principais rugas de Felipe II com seus confessores fosse precisamente sobre a questão do excesso da tributos.³⁹⁴ Sem dinheiro, não seria possível levar a guerra adiante e defender a fé católica; assim, elevar a arrecadação invariavelmente implicaria no aumento da pressão sobre as Cortes [o que de fato ocorreu] e na sobrecarga fiscal da população castelhana.³⁹⁵

O redirecionamento dos interesses para a razão de Estado da monarquia - conservar e aumentar o Estado - certamente redundou em outra reflexão, à margem da teleologia aristotélica e cristã, que reelaborou a noção de *enteléquia* cuja potência se realizaria no alcance da grandeza e da reputação do Estado [a *forze* e a *gente*, nos dizeres de Botero], e a razão de Estado seria o conhecimento dos meios de promover esta finalidade. Como

Historia Cultural del reinado de Felipe II. Madrid: Ediciones Akal, 1998. pp 73-83.

³⁹² FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. *Razón de estado y política en el pensamiento español del barroco. (1595-1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987. pp.253-256.

³⁹³ MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism. The doctrine of raison d'état and its place in modern history*. London: Routledge and Kegan Paul, 1954. p. 13.

³⁹⁴ PARKER, Geoffrey. *Imprudent King. A new life of Philip II*. New Haven, CT: Yale University Press, 2014. p. 83.

³⁹⁵ FORTEA PÉREZ, José Ignacio. *Las Cortes de Castilla y León bajo los Austrias. Una interpretación*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2008. pp. 161-189.

salientou Xavier Gil Pujol, “la irrupción de esta expresión testimoniaba algo mucho más profundo, la crisis del aristotelismo político como lenguaje dominante, que se hizo manifiesta en la segunda mitad del siglo XVI”.³⁹⁶ Criou-se um espaço de pensamento, como insistira Bartolomé Clavero, em que a reflexão sobre as *matérias* do Estado se desenvolveu. Quer dizer, também à margem do discurso jurídico e teológico, ainda que não totalmente. O desenlace que daí resultou só podia ser este: a política se tornou a instância que, capitaneada pela prudência do governante, promoveria a capacidade do Estado de gerar recursos - a economia política.³⁹⁷ Álamos de Barrientos definiu a ciência política como ciência de contingentes, ou uma ciência do governo e do Estado, instrumentalizada a partir das lições retiradas da experiência própria do governante [e de seus conselheiros] e da história.³⁹⁸

A crescente complexidade dos assuntos políticos na Europa Ocidental, especialmente as dificuldades impetradas pelas proporções que tomava a guerra e seus custos draconianos, além do envolvimento cada vez maior de novos atores políticos desejosos de um lugar ao sol³⁹⁹, tornava o ideal do príncipe cristão de Pedro de Ribadeneyra algo que intangível.

Maquiavelismo e razão de Estado no debate historiográfico contemporâneo

No que diz respeito à história do pensamento político, o tema da razão de Estado não chegou a se destacar no meio acadêmico como um campo de estudo proeminente, situando-se muitas vezes em um patamar secundário em relação a outros tópicos considerados mais relevantes na Época Moderna, como o republicanismo clássico e a teoria da soberania. Como exemplo, podemos citar o clássico estudo de Quentin Skinner *As fundações do*

³⁹⁶ GIL PUJOL, Xavier. La razón de estado en la España de la contrarreforma. Usos y razones de la política. In: *La razón de estado en la España moderna*. Valência: Publicaciones de la Real Sociedad de Amigos del País, 2000.

³⁹⁷ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 126-127 e p.140.

³⁹⁸ FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. Op. cit. p. 181.

³⁹⁹ Na guerra de sucessão espanhola, por exemplo, estiveram envolvidos nada mais que doze estados, sem contar a divisão interna da Espanha em torno de dois partidários da sucessão de Carlos II.

pensamento político moderno que, apesar do capítulo sobre o neotomismo, confere pouco destaque aos autores hispânicos quinhentistas tardios.⁴⁰⁰ Uma breve descrição da razão de Estado (maquiaveliana) vai aparecendo em algumas páginas às margens de outros temas centrais.⁴⁰¹ O livro *As fundações* é, sem dúvida, uma das contribuições mais importantes para os estudiosos de História Moderna, mas pouco avançou na discussão a razão de Estado.⁴⁰²

Há um duplo desafio ao historiador em estudar um conceito que ainda está aberto no tempo. Quero dizer, desde que a expressão razão de Estado entrou em voga no vocabulário político do *Cinquecento*, a sua conceitualização não deixou de ser discutida e polemizada, com maior ou menor frequência, principalmente pela confusão e sobreposição com o maquiavelismo. A obra clássica de Friedrich Meinecke, *Die Idee der Staatsträson in der neueren Geschichte*, de 1924, contribuiu para consolidar a equivalência conceitual da *razão de Estado* ao maquiavelismo, tanto é que a primeira edição inglesa foi traduzida como *Machiavellism. The doctrine of raison d'état and its place in modern history*.⁴⁰³

Em última instância, toda esta polêmica está atrelada à dualidade (palavra de Meinecke) da qual deriva o conflito - moderno - entre a ética e a política. Michel Senellart introduziu a sua obra *Machiavélism et raison d'Etat* provocando uma reflexão sobre o Estado de direito na França e o óbice da democracia contemporânea.⁴⁰⁴ De uma maneira ou outra, as questões do

⁴⁰⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁰¹ Ibid. p. 267.

⁴⁰² Deixamos claro que estamos apenas apontando o pouco espaço que o tema teve na obra deste autor, e não expondo uma crítica ao seu trabalho. Além disso, destacamos também que a discussão sobre a razão de Estado atingiu o auge no século XVII, e Skinner se propõe analisar as obras do pensamento político até o final do século XVI.

⁴⁰³ Segundo o editor W. Stark, não havia equivalente em inglês para *raison d'état* ou *Staatsträson*. Assim, justificou a inclusão do subtítulo *maquiavellism* ao título original tendo como base a afirmação de Meinecke de que o que ele ia fazer era descrever a luta contra e a favor do maquiavelismo. Editor's preface. In: MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism. The doctrine of raison d'état and its place in modern history*. London: Routledge and Kegan Paul, 1954. p. IX.

⁴⁰⁴ "Invoquée dans les cas d'urgence, traduit-elle [raison d'Etat] la permanence de pratiques absolutistes dans notre système politique, ou révèle-t-elle les limites qu'impose à l'Etat de droit la dure réalité des faits. (<<la démocratie s'arrête où commencent les intérêts d L'Etat>>

tempo presente influem nas escolhas do historiador, algo que é inevitável. Este é o primeiro dos desafios que mencionamos acima; o segundo trata-se da necessidade de desconstrução do legado do historicismo alemão, que assumiu a tarefa insípida de transformar a razão de Estado, como advertiu Bartolomé Clavero, numa razão *do* Estado. Para este assunto, dedicaremos mais atenção logo a seguir.

O corolário desse duplo desafio ao historiador resulta na formação de duas abordagens predominantes neste campo de estudos: de um lado, a tese clássica de Friedrich Meinecke e, de outro, a corrente recente que procura analisar o conceito da razão de Estado à luz de sua historicidade. Um dos grandes críticos à vertente nacionalista-estadualista alemã foi Bartolomé Clavero. O historiador do direito criticou a deturpação da dimensão histórica da linguagem da razão de Estado a partir de uma projeção teleológica do Estado nacional.

Desde su mismo início, otra posibilidad no se concibe: la razón de estado es para toda la historia razón del Estado; lo es expresamente incluso para los tiempos que desconocían la ocurrencia.⁴⁰⁵

A razão *do* Estado de Meinecke, a que se refere Clavero, emblematicava o palco [ou ponte, como prefere o historiador alemão] onde se confrontavam o realismo e o moralismo, causalidade e ideia, liberdade e necessidade. A razão de Estado deixa de ser aquele aprendizado dos meios para a conservação do Estado, baseado na prudência, para se tornar o impulso inerente, natural e poderoso do Estado para alcançar o mais alto ponto da sua existência. Por isso, razão *do* Estado.

déclarait un ministre de l'Intérieur en février 1987)?". Invocado nos casos de urgência, esta [razão de Estado] traduziria a permanência de práticas absolutistas em nosso sistema político, ou revelaria os limites que se impõem ao Estado de direito a dura realidade dos fatos. (<< a democracia pára aonde começam os interesses do Estado>> declarou um ministro do Interior em fevereiro de 1987)? SENELLART, Michel. *Machiavélisme et raison d'état*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1989. p.5. Ver também ZARKA, Yves Charles. *Philosophie et politique à l'âge classique*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1998. p. 151.

⁴⁰⁵ CLAVERO, Bartolomé. *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. p. 50.

Bartolomé Clavero iniciou o livro *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia* (1991) com a proposição de duas questões importantes. A primeira foi a indagação do aparecimento do sintagma *razão de Estado* para legitimar a conduta política do portador da *maiestas* ou do *imperium* em nome da proteção de suas prerrogativas, já que do ponto de vista jurídico ou teológico, questões como guerra, violência e tortura (para citar as mais polêmicas) não apresentavam qualquer novidade.⁴⁰⁶ A segunda questão, mais controversa, destacou que a expressão *razão de Estado* se consolidou nos termos que não necessariamente evocavam uma ruptura, mas que se inseriam numa mesma ordem de tradição a que se pertencia o direito e a teologia, os dois pilares que legitimavam desde o medievo o poder político dos reis. Não obstante, o autor salientou que o debate sobre a razão de Estado encontrou um espaço próprio - mais neutro - em que se poderia tratar daquelas matérias sem se justificar aos ditames da religião e do direito, o que interessava a também à monarquia e à Igreja, já que poderia ser evocada como meio para recuperar a grandeza da Monarquia Hispânica e assim assegurar a defesa da fé católica. Martim de Albuquerque assinalou, algum tempo antes de Clavero, que a recepção das ideias de Maquiavel em terras lusas se deu em um espaço ambíguo: “Se Maquiavel foi citado em Portugal no século XVI, foi-o num contexto ideologicamente neutro - como o fizeram, por exemplo, Gaspar Barreiros e Bartolomeu Filipe - ou para ser severamente fustigado.”⁴⁰⁷

O que Clavero finalmente sustentou, com veemência, foi que a discussão da razão de Estado surgiu como um espaço de pensamento, com uma certa independência, mas historicamente determinado, daí partindo a diferença com a tese central de Meinecke:

⁴⁰⁶ Parece que o primeiro autor que procurou identificar historicamente - na Antiguidade e Idade Média - ideias similares à de Maquiavel foi Hugo Grotius, na tradução francesa do *De Juri Belli ac Pacis*. ALBUQUERQUE, Martim. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974. p.21. Vários outros autores enfatizaram que os métodos imorais da realidade da política não eram necessariamente uma novidade, ou seja, Maquiavel colocou “os pingos nos is de forma mais clara que qualquer outro antes dele.” BERLIN, Isaiah. A originalidade de Maquiavel. In: *Estudos sobre a humanidade. Uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 300.

⁴⁰⁷ ALBUQUERQUE, Martim. Op. cit. p. 23.

La tratadística puede nacer así desarrollada, con la ampliación de materias y sujetos, con la cobertura consiguiente de religión y derecho, porque el asunto ya llevaba bastante historia a sus espaldas. Un espacio estaba abierto particularmente para el pensamiento.⁴⁰⁸

Desse modo, Clavero quer desmitificar a razão *do* Estado e o seu suposto potencial disruptivo: os grilhões da moralidade só serão derrubados quando a razão do indivíduo hobbesiana suplantar a razão de Estado *moderna*. Aquela é a razão revolucionária, não esta. Até aqui, concordamos com Clavero e já destacamos, anteriormente, como a discussão sobre razão de Estado foi desenvolvida a partir de e em paralelo com outras linguagens políticas da época. No entanto, a fissura que os teóricos da razão de Estado [e europeus, em larga medida] provocaram, reitero, faz parte de um processo geral de dissociação entre os fins terrenos e os fins celestiais. Processo que não é, decerto, linear e inexorável, mas que se apresenta mais na forma espiralada, um redemoinho com avanços [tendência à laicização do mundo] e recuos [tendência à manutenção do status do cristianismo]. Refletindo a partir da obra de Paul Hazard, *A crise da consciência europeia*, não seria precisamente este o grande debate que abriu as portas para as Luzes?

Michel Senellart questionou a relação entre maquiavelismo e razão de Estado. Não se pode reduzir essa última à primeira. O autor também seguiu uma perspectiva cronológica mais ampla (diz que não quer ser preguiçoso), esmiuçando desde a *ratio status* medieval, passando pela “perturbação” maquiaveliana até a razão de Estado de Giovanni Botero. O que Senellart questionou é que não se pode esquecer o fato de que a conceituação da razão de Estado foi fruto de uma elaboração antimachiaveliana. Nesse sentido, Senellart deu o passo adiante para estabelecer uma crítica da associação que Meinecke fez entre a razão de Estado e o historicismo, ou melhor, vinculando racionalidade e história. O historiador alemão destacou o historicismo pelo esforço de mostrar a realidade do Estado como ela era na prática, dissociando-

⁴⁰⁸ “A tratadística pôde nacer assim desenvolvida, com a ampliação das matérias e sujeitos, com a cobertura conseguinte da religião e do direito, porque o assunto já carregava bastante história nas suas costas. Um espaço de pensamento estava aberto particularmente para o pensamento.” CLAVERO, Bartolomé. Op. cit. p. 30.

se dos autores setecentistas na concepção do mundo a partir dos ditames da metafísica lei natural. Racionalização se torna problemática, uma vez que se pergunta o que a expressão quer exatamente evocar: uma premissa universalista (paradoxalmente fora da história) ou um tipo de racionalidade típica desflorada na própria modernidade? É esse o intento de Senellart: “montrer que, sous le concept de raison d’Etat, se sont affrontées, dès le XVI^e siècle, deux formes distinctes de rationalité, l’une guerrière, l’autre économique”.⁴⁰⁹ Podemos pensar, Maquiavel e Botero, respectivamente. O objetivo maior de Senellart foi demonstrar que “[...] la conviction que la pensée moderne, au-delà des ruptures proclamées, plonge ses racines dans la théologie médiévale dont l’oubli, aujourd’hui, constitue le véritable impensé de notre culture”.⁴¹⁰ Argumento esse que o autor francês vai sintetizar melhor seis anos depois, com a publicação do *As artes de governar* (1995).

Isaiah Berlin, por sua vez, elaborou uma interpretação peculiar sobre a tese de Maquiavel e a razão de Estado, no ensaio *A originalidade de Maquiavel*. Em primeiro lugar, pretendeu desconstruir a interpretação de Benedetto Croce e os seus seguidores, para quem Maquiavel teria sido um humanista angustiado, que revelou desiludido o divórcio irremediável entre a política e a ética. Segundo Berlin, Maquiavel não teria proposto a separação da ética e da política, mas sim a dissociação entre duas moralidades concorrentes: a moralidade pagã e a moralidade cristã. A primeira era aquela ideal para construir a república perfeita (Berlin quase nunca menciona a palavra república, e sim sociedade) que Maquiavel deseja; a segunda se mostra insatisfatória para tais desígnios.

O que Maquiavel distingue não são valores especificamente morais de valores especificamente políticos, o que ele faz não é emancipar a política da ética ou da religião, o que Croce e muitos outros comentaristas consideram sua mais completa realização: o

⁴⁰⁹ “Mostrar que, sob o conceito de razão de Estado, confrontam-se, desde o século XVI, duas formas distintas de racionalidade, uma guerreira, e a outra econômica”. SENELLART, Michel. *Machiavélisme et raison d’Etat...*, p.11.

⁴¹⁰ “A convicção de que o pensamento moderno, acima das rupturas proclamadas, mergulha suas raízes na teologia medieval, cujo esquecimento, hoje em dia, constitui a verdadeira lacuna de nossa cultura.” Ibid. p.12.

que ele institui é algo que possui um impacto ainda mais profundo - uma diferenciação entre dois ideais incompatíveis de vida, e portanto, duas moralidades.⁴¹¹

Desaparece de cena o conflito: entra o universo de valores. O pressuposto do dualismo entre as moralidades cristã e pagã abre o caminho para Berlin apresentar a crítica a Croce e propor sua contrapartida: o universo maquiaveliano não rompeu o vínculo entre a ética e a política, mas se apropriou de outro universo moral, aquele dos antigos. Ambas moralidades têm seu valor, mas somente a moralidade pagã era adequada para preencher os fins cívicos da república. É precisamente aí que reside o verdadeiro choque maquiaveliano. Maquiavel foi escandaloso porque teria rejeitado a moral cristã, apesar de não negar a sua validade. Mais adiante, Berlin faz mais uma observação sugestiva: na verdade, há dois mundos, o da moralidade pessoal e o da organização pública. “Há dois códigos éticos, ambos supremos; não são duas regiões “autônomas”, uma da “ética”, outra da “política”, mas duas alternativas (para ele) exaustivas entre dois sistemas conflitantes de valor”.⁴¹² Com este argumento, Berlin está pronto para fazer a segunda refutação aos comentaristas. Maquiavel não é o defensor da razão de Estado, entendida por Berlin como um conjunto de ações tomadas em nome do Estado sob pretexto de uma excepcionalidade, a salvação do Estado.

Ele [Maquiavel] não está afirmando que, se nas situações normais deve prevalecer a moralidade corrente - isto é, o código de ética cristão ou semi-cristão -, podem ocorrer condições anormais a ponto de se tornar comprometida toda a estrutura social em que esse código unicamente pode funcionar e que, em emergências desse tipo, atos em geral considerados cruéis e corretamente proibidos tornam-se justificados.⁴¹³

Começamos esta parte do capítulo descrevendo a perspectiva de Meinecke e encerramos com o ensaio de Berlin. Para o primeiro, a razão de

⁴¹¹ BERLIN, Isaiah. *A originalidade de Maquiavel...*, p. 314.

⁴¹² Ibid. p.328.

⁴¹³ Ibid. p. 334.

Estado seria o princípio que deriva do conflito entre a ética e a política, a força capaz de impulsionar o Estado em direção ao fim dele mesmo. Maquiavel foi quem a descobriu. Berlin também entende que a razão de Estado pressupõe aquele conflito, porque é um espaço de exceção que se manifesta no interior da moralidade corrente - a cristã. Não obstante, não é isso que Maquiavel teria proposto. Se a “questão de Maquiavel” talvez nunca se encerre, como disse Croce, igualmente será a discussão sobre a razão de Estado; se a expressão já não é tão usual nos dias de hoje, o dilema entre a ética e a política perdura, “jamais deixou os homens em paz desde que veio à luz (continua sem resolução, mas temos aprendido a viver com ele.”⁴¹⁴

Em seus efeitos perversos, o “maquiavelismo” teria gerado o esvaziamento ético da política e transformando-a em uma pura técnica de poder. Cita-se um histórico encontro entre Napoleão e Goethe, no qual o imperador francês teria dito que a política ocupava o lugar, para o homem moderno, que a tragédia ocupava para os antigos.⁴¹⁵ Para o filósofo da religião Henrique Lima Vaz, o pressuposto *moderno* da cisão da *Ética* e da *Política* teria como desdobramento a ruptura com a ordem transcendente da natureza; nesse sentido, é o que distingue por excelência a modernidade dos pensadores da Antiguidade:

Legitimar o poder pela justiça na perspectiva de uma teleologia do Bem e fazer assim da vontade política uma vontade instauradora de leis justas [...] foi possível para o pensamento político clássico em virtude do pressuposto ontológico que referia a ordem da cidade à ordem divina da natureza. Quando esta ordem começa a ruir, na aurora dos tempos modernos, a vontade de poder se impõe como constitutiva do político, sem outra finalidade senão ela mesma, e sem outras razões legitimadoras senão as que podem ser deduzidas da hipótese inicial da sua força soberana. O mundo da ação política passa a pesar sobre o homem moderno como um destino trágico que

⁴¹⁴ Ibid. p. 348.

⁴¹⁵ VAZ, Henrique C. de Lima. *Ética e Política*. In: *Síntese*, n.29, 1983. pp.5-10. p.5

encontra sua primeira figura, de incomparável vigor, no *Príncipe* de Maquiavel.⁴¹⁶

Para Foucault, o mundo após a Guerra dos 30 Anos tornou-se a era da governamentalidade indefinida, sem termo ou sem fim. Era da historicidade aberta, mas igualmente trágica: “Estado, razão de Estado, necessidade, golpe de Estado ousado - é tudo isso que vai constituir o novo horizonte trágico da política e da história.”⁴¹⁷ Mais do que significar uma dissociação de meios, o que estava em xeque era toda uma concepção teleológica de mundo no qual os fins terrenos estavam diretamente vinculados aos fins celestiais - a *Civita Dei*. Foucault mais uma vez nos brinda com uma análise precisa: era, acima de tudo, uma transformação na maneira de pensar.⁴¹⁸

Creio que, neste ponto, há mais consenso entre os autores que temos tratado aqui. Trágico ou não, doloroso ou não, na Época Moderna, os fins da salvação iam-se dissociando dos fins políticos. Ao discutir se era lícito agir ou não em nome de uma razão de Estado, contrariando os preceitos da ética cristã, o que se operava era na verdade uma reflexão sobre a dissociação dos fins terrenos dos fins da salvação, da expectativa e da realidade.⁴¹⁹ É um processo, e dificilmente pode ser apontado com precisão. Vamos tratar agora desta questão de forma mais pormenorizada, levantando alguns tópicos que consideramos relevantes para endossar o pressuposto da transformação do pensamento político moderno. A tensão que se manifesta entre a ética e a política se expressaria em três dimensões do mundo: a metafísica, a política e a privada.

No medievo, a própria concepção do corpo místico do Estado, cuja cabeça era o rei, foi apropriada da teologia e do direito canônico para o âmbito jurídico, configurando-se, segundo Ernest Kantorowicz, um discurso criptoteológico. “A conjugação de duas esferas aparentemente heterogêneas,

⁴¹⁶ Ibid. p.6.

⁴¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 200. p. 355.

⁴¹⁸ Ibid. p.384.

⁴¹⁹ Ibid.

contudo, exercia uma atração peculiar em uma era ávida de reconciliar a dualidade deste mundo e do além, das coisas temporais e eternas, seculares e espirituais.⁴²⁰ Mais além, a imbricação de ambas funções prestava-se a uma mesma finalidade, “de telle sorte que le souverain participe mystiquement de l’intelligence du divin mystère, comme le pontife participe concrètement de la domination reliant les grandeurs terrestres à la hiérarchie céleste”.⁴²¹

Um processo, designado por Marcel Gauchet de *desencantamento do mundo*, marcado por uma *revolução invisível*, no qual teria ocorrido, a partir da instituição das monarquias nacionais do ocidente, uma metamorfose na sacralização do rei.⁴²² Mas que fique claro, essa operação se configura mais como uma *evolução silenciosa*, uma transformação que emergiu a partir da própria tensão da estrutura mediatrix do *cosmos* cristão entre o mundo terreno e o celestial, o visível e o invisível.⁴²³ Ao refletir sobre o que considerava como o começo da política moderna (contemporânea, segundo a nossa divisão temporal) marcada notadamente pela instituição do poder representativo, Gauchet afirmava que aquela metamorfose operou a partir de uma “un complet renversement de l’essence de la légitimité politique”.⁴²⁴ A análise diacrônica da *démarche* de Gauchet ultrapassa os limites de nossa época, uma vez que se estendeu até a sociedade contemporânea, quando o filósofo francês anunciou a última etapa do processo: o fim da religião, não em si mesma, mas enquanto fundante do político.

⁴²⁰ KANTOROWICZ, Ernest. *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 50.

⁴²¹ “De tal sorte que o soberano participa misticamente da inteligência do mistério divino, como o pontífice participa concretamente da dominação ligando as grandezas terrestres à hierarquia celeste.” GAUCHET, Marcel. *Le désenchantement du monde. Une histoire politique de la religion*. Paris: Éditions Galimard, 1985. p. 199.

⁴²² Definido em outras palavras por John Pocock como “dessacralização da política”, que dissocia a finalidade da política da salvação. *Linguagens do Ideário político...*, p. 404.

⁴²³ “Parcours infiniment subtil et processus tout en trompe l’oeil au fil desquels, au travers d’un remaniement permanent de vieilles catégories de la médiation et du corps, et au prix d’une extraordinaire alchimie symbolique.” “Percurso infinitamente sutil e processo de ilusão durante os quais, através de um rearranjo permanente de velhas categorias de mediação e dos corpos, e a custo de uma extraordinária alquimia simbólica. GAUCHET, Marcel. Op.cit. p.200.

⁴²⁴ “completa inversão da essência da legitimidade política”. Ibid.

Em primeiro lugar, expõe-se o conflito metafísico/ontológico em que a própria concepção escolástica da hierarquia de fins do *totus orbis* está sendo aos poucos questionada. O pressuposto de uma autonomia da política apresentaria em si mesmo uma dupla ruptura metafísica: com a linguagem teológica e com o pensamento político clássico, este marcado “pressuposto ontológico que referia a ordem da cidade à ordem divina da natureza.”⁴²⁵ Nessa discussão, a contribuição do filósofo da religião, P^{de} Henrique C. de Lima Vaz, tem sido fundamental para nosso trabalho. A problemática em torno da ruptura que marcaria a emergência da modernidade:

Ora, o paradigma da ruptura só é pensável na pressuposição de uma continuidade que se rompe. Essa pressuposição nos impõe pensar o *novo* como *negação* dialética do *antigo* que lhe dá origem. No acontecer histórico, não há, evidentemente, nenhuma emergência do absolutamente *novo*. A continuidade do tempo subjaz todas as mudanças. O paradigma da *ruptura* deve ser inicialmente formulado segundo os termos da relação que continua a unir o *antigo* e o novo no desenrolar histórico da sua separação.⁴²⁶

Como o filósofo afirmou, a axiologia da modernidade foi construída a partir do paradigma hermenêutico clássico – o da ruptura da entre teologia cristã e razão moderna.⁴²⁷ Seria já realmente a vitória da razão do indivíduo que falou Clavero? Para a filosofia da religião, é “crise da religião transcendente”⁴²⁸. Para a filosofia, é a crise da *consciência*, de valores, que

⁴²⁵ VAZ, Henrique C. de Lima. Op. cit. p. 6

⁴²⁶ VAZ, Henrique C. de Lima. *Raízes da modernidade: escritos de filosofia VII*. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p.18

⁴²⁷ A perspectiva histórica do filósofo da religião, vale lembrar, é mais abrangente do isso. As três idades históricas, a Antiguidade clássica, a Idade Média e a Modernidade teriam como marco de ruptura o dualismo fundamental entre o “velho” e o “novo”, repreendidos a partir da ideia de continuidade-descontinuidade entre: mito e razão; filosofia antiga e teologia cristã e, por fim, teologia cristã e razão moderna. *Ibid.*; p. 11.

⁴²⁸ “Para um conjunto de pensadores que tem como tema privilegiado o estudo da presença da religião na sociedade, o advento da modernidade teria representado o fim da religião, pensado em um sentido restrito, um processo no qual a religião deixa de ser fator estruturante da organização social, perdendo o seu caráter fundacional. Seguindo a linha argumentativa exposta por Marcel Gauchet, pode-se citar ainda Michel de Certeau, P^{de} Henrique C. De Lima Vaz e Sabino Acquaviva.” STEIL, Carlos Alberto. Para ler Gauchet. In: *Religião e Sociedade*. n.16/3, 1994. pp. 24-49. p. 27 e p. 36.

desperta na mente dos libertinos.⁴²⁹ Uma concatenação de *crises* só pode ser parte de um mesmo processo que, longe de ser linear e evolutivo, se apresenta mais como um redemoinho de eventos em que se confrontam velhas e novas ideias. Para Henrique Vaz, era continuidade e descontinuidade. O mais instigante é que todas elas se desenrolam sobre outro panorama de fundo: já não se trata mais do momento das guerras de religião, mas sim da sua superação. É na Europa reformulada pós-Vestfália que se situa a crise analisada por Paul Hazard. Na passagem do século XVII para o XVIII, mais um movimento se nota, agora *crítico*: “a razão já não era uma sabedoria equilibrada, mas uma audácia crítica”.⁴³⁰ Não sejamos ingênuos: toda essa dessacralização da política ainda dará lugar a uma nova teleologia. “Mais tarde, essa ideia da governamentalidade indefinida será corrigida pela ideia de progresso, a ideia de progresso na felicidade dos homens.”⁴³¹ Reinhart Koselleck teorizou o esfacelamento como fundante de uma inversão na perspectiva teleológica: da escatologia cristã à inexorabilidade do progresso idealizada pelos teóricos setecentistas.

A ordem política que o Estado produziu ao pacificar o espaço devastado pelas guerras civis religiosas criou a condição necessária ao desenvolvimento do mundo moral. Contudo, na medida em que os indivíduos sem poder político se desvencilham do vínculo com a religião, eles entram em contradição com o Estado, que os emancipa moralmente, mas também os priva da responsabilidade, ao reduzi-los a um espaço privado.⁴³²

Na sequência desse estudo, nos interessa averiguar a dimensão prática que assumiu esta linguagem, que tinha algo de novidade, algo de antiguidade. Enquanto os arbitristas, ao pensarem sobre os problemas da monarquia, expuseram seus *diagnósticos* que versavam entre a analogia orgânica e o

⁴²⁹ HAZARD, Paul. Introdução. In: *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 348

⁴³² KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 15.

fomento econômico, os teóricos da razão de Estado tendiam a levantar uma reflexão sobre a finalidade do Estado, a partir da qual vão tratar dos mecanismos para garantir a sua *conservação*. É esta a grande questão que foi debatida pelos pensadores políticos na Espanha da segunda metade do século XVI e primeiras décadas do XVII.

PARTE III

CULTURA POLÍTICA E ESPAÇOS DE PODER: OS AGENTES DA MONARQUIA HISPÂNICA NA FRANÇA

CAPÍTULO 5: A LINGUAGEM DA RAZÃO DE ESTADO ÀS VÉSPERAS DA INVENCÍVEL ARMADA E A PROPOSTA DA COROAÇÃO DA INFANTA ISABEL CLARA

A Europa da década de 1580 consistiu em uma espécie de laboratório político que propulsionou toda uma gama de reflexões em torno da razão de Estado.⁴³³ Nesta parte III da tese, o evento que concentra o nosso interesse é a reunião dos Estados Gerais da Liga em 1593, e todo o debate político que engendrou o intuito de Felipe II de coroar a infanta Isabel Clara como rainha proprietária do trono de São Luís. Os três representantes escolhidos, liderados por don Lorenzo Suárez de Figueroa, o II duque de Feria, receberam a quase impossível tarefa de convencer os deputados franceses a questionar a validade da lei sálica e cingir a coroa francesa na princesa espanhola.

A escolha desse momento não é fortuita. Foi quando se discutiu uma saída para a crise sucessória no reino francês, aberta com o assassinato de Henrique III, último rei Valois, em agosto de 1589. Mais do que uma questão política propriamente dita, para os católicos acreditava-se ser um momento chave para a Cristandade. Assegurar a ascensão de um rei católico no trono da França tornou-se, após o fracasso da Invencível Armada, uma prioridade para Felipe II. Melhor ainda se esse soberano católico fosse a sua filha, Isabel. Mais maravilhoso ainda seria se ela se casasse com o arquiduque Ernesto.⁴³⁴ Criava-se uma série de expectativas na qual o interesse dinástico mesclava-se com o interesse religioso.⁴³⁵ E isso não passou despercebido pelos adversários de Felipe II. Não obstante, a propaganda espanhola, confrontada por seus

⁴³³ IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneyra*. UNED: Madrid, 1998.

⁴³⁴ Como o príncipe Felipe ainda era criança e de saúde frágil, Isabel continuava a ser a provável herdeira do trono espanhol. Desse modo, a insistência no casamento da sua filha com o arquiduque tinha mais a ver com a preocupação do monarca de que a coroa espanhola permanecesse com a casa de Áustria.

⁴³⁵ “Y en aquella [la fecha] que en verdad nos ocupa, 1595, uno de los nudos más sobresalientes del devenir histórico del Quinientos encontraba su resolución: la sucesión del trono francés. Su entidad y significado procedía además de su configuración como exponente práctico de las líneas rectoras del debate teórico que nos ha ocupado. La estrecha vinculación con – e influjo sobre – el discurso político del tiempo estaba, por tanto, sellada.” IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. Op. cit. p.196.

inimigos e até mesmo alguns aliados, vai tentar a todo custo encimar e reforçar o argumento – cada vez mais isolado - da defesa da religião católica e a salvação da cristandade.

O tema principal deste capítulo é precisamente o *avant* 1593. Para melhor compreensão do tema e das implicações políticas que a causa da infanta trazia consigo, vamos analisar o momento chave anterior à 1593, que serviu como ensaio, podemos dizer, e que direcionou, de alguma maneira, a condução do processo em 1593. Um ensaio das linguagens da razão de Estado, que vai pouco a pouco traçando os contornos de um léxico próprio, que agrega novos sentidos, conforme a experiência. Curioso, mas não de todo inesperado, que tenha sido um grupo de jesuítas ingleses que ajudou a moldar uma linguagem da razão de Estado ancorada na razão do interesse político.

O episódio foi a Invencível Armada. Não tanto o empreendimento em si, mas toda a ingerência diplomática que mobilizou os agentes políticos da Monarquia Hispânica; de um lado, os embaixadores como Tassis e Bernardino de Mendoza e, por outro, os jesuítas ingleses, os maiores apoiadores da invasão e eles mesmos os mestres intelectuais da Armada. É preciso lembrar que o fracasso da invasão de 1588 não colocou fim ao projeto, mas engendrou planos subsequentes, como em 1592 e 1596/97. Os jesuítas, ao longo de toda a década de 1590, continuaram insistindo com Felipe II tanto na viabilidade da invasão a Inglaterra como na possibilidade, caso a invasão fosse bem-sucedida, da coroação da infanta como rainha.

Primeiro o episódio destacado anteriormente, logo os personagens. Entre o Tratado de Joinville e a reunião dos Estados Gerais, mais ou menos as mesmas figuras estão envolvidas no processo. Entre Madrid, Londres, Bruxelas, Paris e Roma, estiveram Juan Bautista de Tassis, Bernardino de Mendoza, don Diego de Ibarra, o duque de Feria, o conde de Olivares e o Duque de Sessa; dentre os jesuítas ingleses, William Allen, Robert Persons e Joseph Creswell. É este o núcleo mais imediato com o qual vamos trabalhar ao longo da parte III.

O debate iniciado pelos jesuítas às vésperas da Armada, que mobilizamos neste capítulo, servirá como base para todo o arsenal de argumentos que serão levantados no contexto da reunião dos Estados Gerais

de 1593. Ao sustentarmos a necessidade de voltar a este momento prévio à 1593, no qual se elaboram umas “convenções linguísticas” verdadeiramente originais, que tinham como ponto nodal – e polêmico - a razão de Estado. Nosso interesse é entender como estabelecem, em seu devido momento, a leitura de um problema, dado por uma situação histórica nova: o desafio confessional. Que propostas de intervenção elaboram? Que linguagens mobilizam? Nesse sentido, é relevante comparar a ingerência na França com o projeto da Invencível Armada. Pergunta-se, por fim, que alternativas foram recomendadas? A intenção desse capítulo é compreender a emergência de um vocabulário político *moderno*, tendo como espelho os escritos dos três embaixadores, que refletiram, de alguma maneira, os argumentos outrora levantados pelos jesuítas.

O projeto da Invencível Armada foi cuidadosamente preparado, no plano intelectual, pelo núcleo de jesuítas ingleses que formaram o partido pró-espanhol. Em 1593, a solução pela via da infanta tinha já como *background* o rastro do fracasso da Armada. Este será nosso referente paralelo, para medir as linhas de continuidade e mudança na linguagem política da *Christianitas* edificada para sustentar os direitos da infanta. Se na primeira ocasião os jesuítas moldaram o plano discursivo a favor da Espanha, na segunda, a responsabilidade sobre o novo projeto político recairá sobre os agentes da monarquia: Juan Bautista de Tassis, o II duque de Feria e d. Diego de Ibarra.

Ao escolhermos estudar os escritos de um grupo de pessoas tendo como núcleo os três embaixadores já mencionados, nos sentimos impelidos a trabalhar a partir do marco conceitual da cultura política. Ainda que nosso enfoque principal diga respeito ao estudo das linguagens da política a partir dos parâmetros do contextualismo linguístico, a apropriação da chave explicativa da cultura política enriquecerá o nosso trabalho, uma vez que entendemos que a linguagem é produto do contexto e só ganha sentido se compartilhada e reconhecida por um grupo de indivíduos. É porque compartilham-se ideias, pensam-se soluções e propõem-se ações que se pode falar em cultura política. A cultura política é, como disse Serge Berstein, um fenômeno de múltiplos parâmetros, que pode ser definido como o conjunto dos comportamentos

individual ou coletivo, englobando as estratégias de ação dos mesmos em contextos marcados pela disputa política, que mobiliza a luta pelo monopólio do discurso legítimo.⁴³⁶ Desse modo, a expressão diz mais respeito ao campo dos comportamentos, das ideias e do pensamento político, mas também consiste no estudo das representações, das ideologias e das ideias que são evocadas em nome de determinados fins políticos. Em muitos casos, prefere-se falar de “culturas políticas” para denotar a pluralidade em que essas manifestações se apresentam.⁴³⁷

O que nos interessa destacar é a importância dos termos identidades e tradições para se pensar as relações de poder que vão se estabelecendo e que estão imbricadas nas negociações políticas entre Juan Bautista de Tassis, o duque de Feria e d. Diego de Ibarra. Nesse sentido, foi relevante investigar, no capítulo anterior, a trajetória destes homens e seus vínculos pessoais e familiares. Agora, ao buscarmos elucidar o quadro mais amplo da cultura política na qual estavam inseridos, os vínculos identitários estabelecidos e as linguagens do pensamento político, mobilizadas nos escritos dos agentes envolvidos no projeto hegemônico da Monarquia Hispânica.

A base documental fundamental da nossa pesquisa é a prática epistolar dos ministros. Em primeiro lugar, a correspondência se trata de um gênero da escrita que, embora criado pelos antigos, foi na Época Moderna que adquiriu as características e usos que conhecemos hoje.⁴³⁸

By applying pragmatic analysis to correspondence, it is also possible to reconstruct epistolary historical meaning as dialogic: it is not just writing, but also reading, and their mutual relation that generates meaning. Letters are genuine interaction between correspondents in which their identities are linguistically and

⁴³⁶ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp. 349-356.

⁴³⁷ Ibid. p. 350.

⁴³⁸ “It is, however, in the early modern period that correspondence acquired the characteristics and uses that were to become typical of the genre in the whole modern period.” DEL LUNGO CAMICIOTTI, Gabriela. Letters and Letter Writing in Early Modern Culture: An Introduction. In: *Journal of Early Modern Studies*, n. 3 (2014), pp. 17-35. p.18.

discursively produced.⁴³⁹

Nesse sentido, é mister sublinhar o papel da prática epistolar na conformação das redes de comunicação política na Época Moderna. Por meio da escrita, vários mundos se colocavam em contato, se confrontavam, se ignoravam, se copiavam. Mas para uma monarquia compósita como a espanhola, a comunicação política se tornou imprescindível como instrumento de administração e controle do território. Cito as palavras de Antonio Nebrija, em 1492: “siempre la lengua fue compañera del imperio.”⁴⁴⁰ Vice-reis, governadores, embaixadores e funcionários dependiam da escrita para realizar e, mais importante, justificar o seu trabalho. Foi dessa maneira que o capitão Alonso Vázquez entendia e reconhecia o trabalho de *don* Diego de Ibarra:

[...] El trabajo tan excesivo y continuo desvelo que el ministerio de papeles trae consigo, cosa que á muchos parecen descanso, y que con una pluma en la mano hacen ménos que con el peso y gravedad de las armas, y es muy mal entendida, pues el trabajo del espíritu es mayor y de más consideración que los que el soldado pasa en la guerra.⁴⁴¹

Esta comunicação que aproximava as distâncias e conectava os territórios colocou em contato indivíduos separados por barreiras geográficas, que eram vencidas quando aqueles encontravam os seus interesses mútuos: políticos, acadêmicos, religiosos, comerciais etc.

Las cartas se convierten, entonces, en instrumento imprescindible para el funcionamiento de dichas redes, en las que

⁴³⁹ “Ao aplicar a análise pragmática à correspondência, é também possível reconstruir o significado histórico epistolar como dialógico: não é apenas escrever, mas também ler, e a mútua interação de ambos que gera o significado. Cartas são uma genuína interação entre correspondentes na qual as identidades destes são linguisticamente e discursivamente produzidas. *Ibid.* p. 21.

⁴⁴⁰ Citada por: GIL PUJOL, Xavier. *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna*. Barcelona: Breviaris, 2006. p. 151.

⁴⁴¹ “O trabalho tão excessivo e contínuo desvelo que o ministério de papeis traz consigo, coisa que a muitos parece descanso, e que com a pluma na mão fazem menos que com o peso e a gravidade das armas, e é muito mal entendida, pois o trabalho do espírito é maior e de mais consideração do que aqueles que o soldado passa na guerra.” VÁZQUEZ, Alonso. *Los sucesos de Flandes y Francia del tiempo de Alejandro Farnesio*. In: CODOIN, tomo LXXIV. p. 92.

sirven de canal para el vital envío de informaciones y para el mismo ejercicio de la solidaridad entre sus miembros. Lo que es más, la correspondencia no sólo es un medio para mantenimiento y reconocimiento de las redes, puede ser también la propia forma de constituir las.⁴⁴²

E no nosso caso, as redes foram fundamentais para a busca da concretização de projetos políticos e alianças nobiliárquicas. Um dos exemplos que podemos citar foi a rede, que conectava quase todos os personagens deste trabalho, centrada no II duque de Feria. A vasta correspondência que tivemos acesso do duque nos revelou que buscou, quando esteve fora da corte, a amizade de diversas personalidades que poderiam lhe favorecer de algum modo. E também por ser ele mesmo uma figura importante, grande de Espanha, atraía para a sua rede inúmeras pessoas, seculares e religiosas, em busca de amparo e favorecimento. Vejamos os personagens citados na tese com quem Feria manteve correspondência após o período na França: Diego de Ibarra, duque de Sessa, padre Ribadeneyra, Robert Persons e Joseph Cresuelo. *Don* Lorenzo apreciava a Ribadeneyra como confessor e amigo, a quem sempre recorria quando era tomado por dilemas da consciência; com o jesuíta também tinha uma grande afinidade político-teológica. Persons e Creswell buscaram em Feria amparo para a causa dos católicos ingleses, principalmente por meio do favorecimento da duquesa viúva, lady Jane Dormer.

Don Diego de Ibarra, como vimos no capítulo anterior, foi uma espécie de mentor de um grupo de veteranos das guerras nos Países Baixos e na França. Como vimos, o antigo *veedor* vai se convertendo no centro de uma rede de militares à medida que ganhava mais prestígio na corte, principalmente após ter sido nomeado membro do Conselho de Estado. No seu entorno gravitavam os historiadores militares como don Carlos Coloma e Alonso Vázquez. Vimos também que estes trocavam livros e manuscritos. Em uma

⁴⁴² “As cartas se convertem, então, em um instrumento imprescindível para o funcionamento das ditas redes, nas quais servem de canal para o vital envio de informações e para o mesmo exercício de solidariedade entre os seus membros. O que é mais, a correspondência não somente é um meio para a manutenção e reconhecimento das redes, pode ser também a própria forma de constituí-las. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y Propaganda. Capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p.42.

carta informal a Carlos Coloma, Diego contou um pouco sobre a rotina deste grupo:

[...] A Vuestra Señoría beso las manos por lo que se lo dessea. Todos los amigos y camaradas estan buenos y en todas las juntas de las noches siempre se gasta un pedazo dellas en decir mal de Vuestra Señoría cuyas manos bessa Beatriz y Don Gonzalo y yo las de nuestra señora Doña Margarita y de la señora Doña maría y sus hermanos que los guarde Dios con vuestra Señoría.⁴⁴³

Neste sentido, quando nos apropriamos da noção de rede para caracterizar os diversos tipos agrupamentos sustentados por laços que vinculavam os indivíduos da Época Moderna, queremos deixar claro que, no nosso caso, aquela se fundamentava nos princípios da amizade e do amor cortesãos. O espaço áulico se converteu em um ambiente que favorecia a formação destas redes, já que a amizade, que proporcionava estabilidade, segurança e lealdade, servia como contraponto à inconstância da mundo cortesão.⁴⁴⁴ Um exemplo que podemos citar foi a correspondência entre o duque de Feria e o duque de Sessa, repleta de confidências e conselhos filosóficos. Em uma ocasião, Sessa recomendou ao amigo, para aplacar a sua angústia, seguir a “seita” dos estoicos. Divertidamente, este respondeu que “muchos años ha he sido de la seta de los stoicos, ahora me quiero hacer de la de los epicuros [...]”.⁴⁴⁵ Na sociedade de corte, abundavam as referências aos estoicos e epicuristas como modelo de comportamento, evocando um estado de espírito transcendental, representada na obra de Peter Paul Rubens, o Jardim do amor. (figura 3). E esses tipos de interação tinham todo um significado moral, como destacou Pedro Cardim:

Trata-se de imagens impregnadas de alusões à amizade estóica, e onde ressalta a consciência do carácter virtuoso e superior

⁴⁴³ *Don Diego de Ibarra a don Carlos Coloma*. De Madrid, a 6 de noviembre de 1621. APUD: GRÊ PONCE. Op. cit. p. 146.

⁴⁴⁴ CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. In: *Lusitania Sacra*, 2º série, 11, 1999. pp.21-57. p. 41.

⁴⁴⁵ *El duque de Feria al duque de Sessa*. De Palermo a 27 de noviembre 1605. WDA, E2. fol. 297r.

desse vínculo, materializado na acessibilidade, na afabilidade, na entreatura material e na conversa amena e discreta em torno de um tema pelo qual todos se interessavam. Estas imagens sugerem ainda um conceito de amizade que envolvia afinidades morais, intelectuais e políticas.⁴⁴⁶

O estudo sobre a correspondência dos agentes da Monarquia Hispânica nos permitiu identificar o predomínio de uma linguagem político-teológica que, disseminada por uma propaganda hispânica, na época da Armada, não tinha nada de excepcional. Ela já vinha sendo gestada desde pelo menos a vitoriosa Batalha Naval, hoje conhecida como Batalha de Lepanto.⁴⁴⁷ Uma linguagem na



Figura 3:

O jardim do amor
Peter Paul Rubens

c. 1632

Fonte: Museo del Prado

qual a guerra contra o infiel se fundamenta na apropriação do pensamento de Vitória, que institucionalizou a guerra – “inevitável companheira secular da sociedade humana” - como elemento crucial para “preservar la unidad de la Europa cristiana (una unidad ampliada ya que incluía ahora las tierras de Occidente).⁴⁴⁸ A partir de então, reiterando a supremacia da República Cristã, Felipe II era representado como o único líder temporal da fé Católica. Um rei que se fazia representar na imagética sempre “à direita do Pai”. Uma reivindicação que, como salientou Pablo Fernández Albaladejo, logo converteu

⁴⁴⁶ CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. In: *Lusitania Sacra*, 2^o série, 11, 1999. pp.21-57. p. 34.

⁴⁴⁷ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Op. cit. p.136.

⁴⁴⁸ FERNÁNDEZ-SANTAMARIA, José António. *El estado, la guerra y la paz. El pensamiento político español en el renacimiento. 1516-1559*. Madrid: AKAL, 1988. p. 73.

a *Christianitas* em *Hispanitas*.⁴⁴⁹ A partir de então, o trabalho dos agentes espanhóis seria convencer, com todos os recursos que tinham à mão, os franceses a abraçarem esta linguagem universalista que revestia a proteção oferecida aos católicos *zélés*.

Une bonne part de la politique de propagande déployée par Philippe II pendant son long règne n'a consisté qu'à montrer à l'Espagne et au monde que le Roi Catholique était toujours là, précisément, à la droite du Père. Depuis sa première expérience anglaise, dont il gardera toujours le souvenir, alors qu'il n'était que le Prince-Roi, jusqu'à son appui acharné à la Ligue Catholique dans la dernière décennie du siècle, en passant par Lépante, les Flandres et, de nouveau, l'Angleterre, un des éléments essentiels dans la construction rhétorique de son image fut de la présenter comme l'authentique Défenseur de la Foi et le véritable protecteur de la République Chrétienne aux moments où elle était le plus affligée, totalement indépendant de l'empereur et loin devant lui dans son, ainsi pleinement légitimé, empire particulier.⁴⁵⁰

A edificação da propagandística espanhola, que procurava legitimar a sua hegemonia na Europa, no contexto da proposição dos direitos da infanta, foi contrabalanceada, do outro lado do campo de batalha, pela emergência de uma aguerrida contra-propaganda *royaliste*. Essa foi direcionada, em grande medida, contra a Espanha, os predicadores católicos e os jesuítas. Um dos mais virulentos panfletários do partido realista foi o advogado do *Parlement* de Paris, Antoine Arnauld, que publicou um dos panfletos de maior sucesso da

⁴⁴⁹ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Império de por sí. In: *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. p. 70.

⁴⁵⁰ “Uma boa parte da política de propaganda desenvolvida por Felipe II durante seu longo reinado não consistiu mais que mostrar à Espanha e ao mundo que o Rei Católico estava sempre lá, precisamente, à direita do Pai. Desde sua primeira experiência inglesa, a qual ele sempre manteve a lembrança, enquanto ele não era mais que o Príncipe-Rei, até o seu apoio firme à Liga Católica no último decênio do século, passando por Lepanto, Flandres e, de novo, a Inglaterra, um dos elementos essenciais na construção retórica de sua imagem foi a de apresentá-la como o autêntico Defensor da Fé e o verdadeiro protetor da República Cristã nos momentos onde esta era a mais afligida, totalmente independente do imperador e muito à frente dele em /seu, assim plenamente legitimado, império particular.” BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Monarchie en lettres d'imprimerie. Typographie et propagande au temps de Philippe II. In: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 41, n°2, avril-juin 1994. pp. 206-220. p.210.

época, *Coppie de l'Anti-espagnol faict à Paris* (1590). De fato, a reunião dos Estados Gerais só fez inflamar os ânimos e intensificar a guerra panfletária que se instalou na França no decorrer dos anos 80, quando a crise aberta entre Henrique III e os católicos se aprofundou, e cujo salto quantitativo ocorreu após o assassinato do duque de Guise, em dezembro de 1588.⁴⁵¹

Les partisans du Béarnais s'attachent à inscrire le différend dans le cadre de l'État, à montrer qu'il n'est point religieux mais politique, car il touche à la conservation du royaume. [...] Une campagne, qui reprend tous les thèmes anti-espagnols connus aux Pais-Bas – et repose sur des antagonismes nationaux et commerciaux profonds – est décidée et mise en oeuvre dès 1590.⁴⁵²

Não desejamos, neste capítulo, entrar nos pormenores do processo que levou à tentativa de invasão da Inglaterra em 1588. Interessa-nos, sobretudo, reconstruir as linhas gerais da argumentação política desenvolvida, em sua maior parte, pelos jesuítas ingleses para justificar a conquista do reino anglicano pela Espanha. Aqueles tiveram um papel crucial na articulação diplomática e financeira entre Espanha, França e Roma para angariar apoio e dinheiro para o empreendimento. Como a experiência do fracasso da Armada impactou o projeto de 1593 no momento de aventar a causa da infanta e pensar estratégias e argumentos?

A formação da facção inglesa

Na década de 1580, este grupo formou uma facção inglesa pró-espanhola. Como dissemos, foram capitaneados por William Allen, que fundou o colégio inglês em Douai-Rheims. Após fugir da Inglaterra, Allen havia estado em Louvain, cidade refúgio dos católicos perseguidos. Era o quartel-general do

⁴⁵¹ PALLIER, Denis. *Recherches sur l'imprimerie à Paris pendant la Ligue, 1585-1594*. Genève: DROZ, 1975. p.58.

⁴⁵² “Os partidários do *Béarnais* se apegavam em inserir a disputa no âmbito do Estado, em mostrar que essa não era mais religiosa, mas sim política, pois diz respeito à conservação do reino. [...] Uma campanha que retoma os temas anti-espanhóis conhecidos nos Países Baixos – e repousa sobre os antagonismos nacionais e comerciais profundos –, é decidida e implementada a partir de 1590.” PALLIER, Denis. *Recherches sur l'imprimerie à Paris pendant la Ligue, 1585-1594*. Genève: DROZ, 1975. p. 86.

ilustre Nicholas Sanders, autor de uma das mais importantes refutações católicas ao *congregatio fidelium: De Visibili Monarchia Ecclesiae* (1571). Sanders iniciou uma obra sobre o cisma da Inglaterra, *De origine ac progressu schismatis Anglicani*, que ficou inacabada. William Allen e seu fiel escudeiro, Robert Persons, se envolveram diretamente na publicação póstuma da versão latina desta obra, em Roma, enquanto que Pedro de Ribadeneyra traduziu para o castelhano, ampliou e publicou uma continuação/revisão do trabalho de Sanders em 1588, logo seguido de um segundo volume.⁴⁵³

Nesse contexto, desde Louvain já se ia costurando uma aliança com o rei Católico, que acabou por se tornar o principal provedor dos exilados. Estes mantiveram, durante a segunda metade do século XVI, fortes conexões com a Espanha. O caso mais notório é o da família do II duque de Feria. A duquesa Dormer, avó da Duquesa de Feria e bisavó do II duque, era uma das figuras mais atuantes do núcleo católico inglês em Louvain.⁴⁵⁴ A tia de don Lorenzo, Lady Hungeford, que viveu nos Países Baixos, também recebia pensão de Felipe II. Ao que parece, o jesuíta Joseph Creswell, segundo contou o biógrafo de Jane Dormer, estava com a duquesa em seu leito de morte.⁴⁵⁵

Ao longo da década de 1570, os ventos setentrionais começaram a soprar contra os católicos ingleses que ainda mantinham a sua fé. A rebelião nortenha dos nobres católicos havia sido amparada pela bula de Pio V, que excomungou Elizabeth I e libertou os ingleses do voto de obediência à monarca. Tal evento acabou por provocar o endurecimento da perseguição aos católicos. Em reação, um grupo de jesuítas, entre eles William Allen, escreveu um memorial ao novo papa Gregório XIII denunciando a miséria do povo inglês e notificando a Santa Sé de que apenas bula de excomunhão não era suficiente para a restauração do catolicismo: aquela deveria ser acompanhada por uma ação militar.⁴⁵⁶ Foi essa lógica que norteou o núcleo jesuítico inglês

⁴⁵³ WEINREICH, Spencer J. (ed) *Pedro de Ribadeneyra's Ecclesial History of the Schism of the Kingdom of England. A Spanish Jesuit's History of the English Reformation*. BRILL: Leiden; Boston, 2017. p.21 -23.

⁴⁵⁴ CLIFFORD, Henry. *The life of the Duchess of Feria*. London: Burns & Oats, 1887. p. 50.

⁴⁵⁵ Ibid. p.197.

⁴⁵⁶ McCOOG, Thomas. S.J. *The society of Jesus in Ireland, Scotland and England 1541 – 1588 'Our way of proceeding'?* Leiden, New York, Koln: BRILL, 1996. p. 91

aliado ao rei da Espanha. Desde os primórdios da década de 1580, após o fracasso da primeira missão inglesa, os jesuítas exilados liderado pelo padre William Allen, conhecido na Espanha como Dr. Alano, tiveram ainda mais certeza de que a restauração do catolicismo na Inglaterra somente ocorreria por meio do emprego da força militar de uma grande potência.

Nicholas Sanders foi um dos primeiros jesuítas a tomar parte em uma operação militar no continente em nome da fé Católica. Ele teve participação direta na expedição liderada pelo nobre irlandês James FitzMaurice FitzGerald contra a dominação inglesa na Irlanda. Sanders esteve na Espanha em busca de apoio para a invasão, que se concretizou em 1579, com o aval e suporte financeiro de Gregório XIII. No entanto, a segunda insurreição Desmond malogrou, confirmando a hegemonia anglicana no Ulster. Sanders fugiu para as montanhas e morreu provavelmente de disenteria e frio.⁴⁵⁷ Fracassava a primeira empresa contra Elizabeth I.

Após a morte de Sanders, William Allen acabou por unir no seu entorno os religiosos exilados que estavam interessados em fazer parte de uma missão inglesa. Em Roma, o antigo hospício foi transformado em um colégio inglês e, em 1579, colocado sob a tutela da Companhia de Jesus.⁴⁵⁸ Ali, os jovens exilados que desejavam adquirir uma formação eclesiástica encontravam refúgio e, ao ingressarem, eram obrigados a jurar o voto missionário: deveriam estar prontos para embarcar para a Inglaterra quando e quantas vezes o superior ordenasse.⁴⁵⁹ Entre 1581 e 1649, 44 estudantes da instituição foram mortos na Inglaterra, período denominado vulgarmente de era dos mártires. Em 1580, por meio da influência de Allen, o general da Companhia de Jesus, Everardo Mercuriano, autorizou a primeira missão na ilha, nomeando Robert Persons o diretor-geral da mesma. Este viajou acompanhado por Edmund Campion, que foi preso e executado apenas um ano após o desembarque. Para evitar ser capturado, Persons fugiu para o continente, se estabelecendo por um tempo em Rouen.

⁴⁵⁷ Ibid. p.117.

⁴⁵⁸ Ibid. p.108.

⁴⁵⁹ Ibid.

Após o fracasso da primeira missão foi que Allen e Persons começaram a realizar árduos esforços para angariar apoio para uma empresa militar contra a Inglaterra e retomar a *old religion*. Enquanto o primeiro religioso permaneceu quase todo o tempo em Roma, Persons foi o verdadeiro articulador da campanha, viajando por todo o continente para conseguir adeptos poderosos ao projeto. Por esse motivo, os jesuítas ingleses perambulavam pela Europa em busca de apoio para a invasão da Inglaterra. Robert Persons, para evitar ser capturado, utilizava diversos pseudônimos, entre eles Ricardo Milino e Eusebius. Do lado sul dos Pirineus, o rei Católico ouvia atentamente seus apelos, concedendo auxílios e pensões para os colégios ingleses mas, a priori, sem comprometer-se completamente com a causa.⁴⁶⁰ Não obstante todo o trabalho, somente na segunda metade da década de 1580 é que Felipe II começou seriamente a investir na empresa.

Enquanto o rei permanecia indeciso, os jesuítas procuraram de todas as formas estreitar os laços com os embaixadores do rei da Espanha. Persons, quando ainda estava na Inglaterra, escreveu a Allen sobre as excelentes qualidades do embaixador espanhol, don Bernardino de Mendoza, afirmando que o conhecia. Por isso, solicitava ao seu protetor que fizesse campanha em Roma para que Bernardino permanecesse na França caso fosse expulso da Inglaterra, segundo rumorejavam na corte londrina.⁴⁶¹ Quando Persons

⁴⁶⁰ Em 1582-83, o então embaixador na França, Juan Bautista de Tassis, relatou vários encontros com os jesuítas ingleses, entre eles Robert Persons (que usava o pseudônimo de Ricardo Milino), braço direito de William Allen, e alguns membros da família Guise. A princípio, a questão da Escócia se sobressaía em relação à Inglaterra, já que laços sanguíneos vinculavam Maria Stuart com os Guise. Enquanto se preparava a conspiração para levantar uma armada e invadir a Escócia, o jovem Jaime VI foi capturado e posto sob tutela dos Lordes protestantes, em um ato que ficou conhecido como *Raid of Ruthven*. O Duque de Lennox, Esmé Stuart, senhor D'Aubigny, favorito do rei escocês, foi expulso do reino e fugiu para a França. Não obstante o revés, o grupo seguia planejando outra expedição, dessa vez para libertar o monarca. Com a morte de Lennox em maio de 1583, os planos perderam força, também pelo fato de se receber notícias cada vez mais claras sobre a fé escolhida pelo monarca escocês. Com esse giro, os jesuítas ingleses aproveitaram para sustentar uma empresa para Inglaterra. Ibid. p.184.

⁴⁶¹ "The zeal of this man, too, in promoting the faith is almost incredible; and added to this is the fact that he knows me and the other members of our Order more intimately than does anyone else, and that he knows how and when to do things; so that if he were to remain in Paris there's no doubt he would become a wonderful support to us and our cause [...]" Eusebius (Persons to Allen). 4 July, 1581. In: HICKS, Leo. S.J, *Letters and memorials of Father Robert Persons, S.J.*, vol.1, London, Catholic Record Society, 1942. Carta traduzida do latim para o inglês pelo próprio autor.

abandonou a ilha, esteve por um tempo na França, encontrando-se diversas vezes com o embaixador Juan Bautista de Tassis. Nessas ocasiões, discutia-se um plano de invasão à Escócia, orquestrado pelo duque de Guise. O contato com os embaixadores era um dos caminhos possíveis para alcançar o respeito e confiança de Felipe II. Em meados de 1584, Tassis relatou ao rei que o grupo inglês se juntara precisamente pela opção de aliar-se ao Rei Católico, algo que não era unanimidade entre os escoceses e nem mesmo os ingleses; além disso, a facção passou a defender que qualquer empresa dali em diante devesse ser feita primeiro pela Inglaterra, relegando a Escócia um papel coadjuvante.⁴⁶²

O projeto naval e militar da invasão a Inglaterra foi acompanhado de um amplo esforço propagandístico da Monarquia Hispânica, que lançou mão da impressão em larga escala para justificar o empreendimento. Tal uso não era, decerto, novidade, já que o monarca também fizera amplo uso da imprensa na ocasião da conquista de Portugal.⁴⁶³ Quando a armada estava prestes a zarpar, o padre Joseph Creswell relatou ter escrito um édito e impresso milhares de cópias,

⁴⁶² “Richardo Melino ha buuelto de Flandes esta el y su compañero Alano siempre que se deue de hazer la empresa por Inglaterra y en ninguna manera por otro cabo y han dicho en confianza que aqui andan entre los escoceses enfadados dela dilacion platicas de ver si seria posible guiar este nego por otras manos que de V md y aunque el y el otro andan entreteniendo con ellos lo mejor que pueden, declaranse que no quieren ingleses otro patron q V Md y q no solamente tienen ojo a que V Md les remedie a la primer entrada pero que aunque se les constituya Reyna la de Escocia no les desampare tan presto hasta tener todo aquello bien asegurado, y aun dizen q holgaran que para ello tenga V Md en sus manos algunos puertos pa asegurallo todo quanto mejor, en la platica de los otros no ay q mirar q todas deuen de ser quimeras de biento, y si bien estotro tambien podria ser que nasciesse de querernos çebar tanto mejor en fin esso es cierto que Ingleses no quieren otro patron que V md debaxo de lo qual parece que se puede creer qualquiera cosa.” *Juan Bautista de Tassis a Su M^d*, de Paris a 27 de mayo 1584. Descifrada. AGS, EST, K, LEG. 1563. fol.17. Uma descrição mais detalhada dos conflitos entre os exilados foi feita por Joseph Creswell, dez anos depois: “La causa porque se apartaron de los demás al principio fue porque vieron que el Cardinal Alano, el Padre Personio, el señor Francisco Englefield y Hugo Oen que trataban los negocios públicos de ella procuraron animarse totalmente a España [...] no pudieron estos dos llevar con paciencia que se dependiese de España, y assi procuraron primeramente de desviar a la dicha Reyna de Escocia a ponerla en duda y sospecha en todo lo que se tratava por vía de España.” *Información de las cosas y personas de Inglaterra en quanto al gobierno de Flandes...* In: Papeles de Pedro Enriquez de Acevedo, Conde de Fuentes, Gobernador y Capitán General de Milán y de Flandes. Tomo I. BNE, MSS/8695, fol.841v.

⁴⁶³ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Monarchie en lettres d'imprimerie. Typographie et propagande au temps de Philippe II. In: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 41, n°2, avril-juin 1994. pp. 206-220. p. 207.

Aviendome enviado mis superiores a Flandes desde Roma a instancia del Cardinal Alano y el Conde de Olivares en el año de 1588 para servir a la buena memoria del duq de Parma en la jornada de Inglaterra, mandome S. A. escribir un edicto que entonces se imprimió en lengua inglesa para declarar la piadosa intención de V. Mgd. y quedan algunos millares de las copias depositados en Dunquerq.⁴⁶⁴

Soma-se a isso o alto investimento da Companhia de Jesus na imprensa como mecanismo de propagação da fé. E, mais ainda, entre os jesuítas ingleses, que viam na imprensa uma oportunidade de estender a sua voz até a ilha. O padre Robert Persons nos deu a real dimensão desta relação quando escreveu ao superior-geral que uma das tarefas que a Companhia de Jesus urgia começar era

[...] Some sort of printing press in some place nearby where the books could be printed which are brought out by our fathers in English as circumstances call for them; for there is nothing which helps and has helped and will protect in the future and spread our cause so much as the printing of Catholic books, whether the controversy or of devotion.⁴⁶⁵

⁴⁶⁴ “Tendo-me enviado meus superiores a Flandres desde Roma à instância do cardeal Allen e do conde de Olivares no ano de 1588 para servir à boa memória do duque de Parma na jornada da Inglaterra, mandou-me S. A. escrever um édito que então se imprimiu em língua inglesa para declarar a piedosa intenção de V. Maj^d e restam alguns milhares de cópias depositadas em Dunquerque.” *Joseph Cresuelo a Su Magestad*. De Madrid, a 12 de septiembre de 1596. AGS, EST, LEG.839. fol. 137.

⁴⁶⁵ “Algum tipo de imprensa em algum lugar próximo, onde os livros poderiam ser impressos, trazidos de fora pelos nossos padres em inglês quando as circunstâncias os chamarem; pelo que não há nada mais que protege, têm protegido e protegerá e espalhará no futuro nossa causa tanto quanto a impressão de livros católicos, sejam de controvérsias ou de devoção.” *Father Persons to Father General, 26 september, 1582*. In: HICKS, Leo. S.J. Op. cit. p. 107. (Traduzida do latim para inglês pelo autor)

Durante a primeira missão inglesa, Persons fundou uma impressão clandestina em Londres, onde publicava panfletos e livros para justificar o objetivo da missão e amparar os católicos com obras devocionais. Outro fator importante foi que a missão inglesa recebeu a permissão do general para publicar livros sem autoria, fato proibido pelo Concílio de Trento.⁴⁶⁶ Era um dado que estimulava ainda mais a atividade impressora dos jesuítas. Portanto, na ocasião da *jornada da Inglaterra*, o esforço propagandístico de Felipe II foi intenso, mas não era exclusividade do Rei Prudente. No campo de batalha pelo discurso, os jesuítas assumiram tanto o papel da infantaria – ao publicar a principal obra a favor da invasão -, como da retaguarda – articulando desde os bastidores a campanha do direito sucessório de Felipe II e elaborando os contra-argumentos teológicos, jurídicos e políticos para rebater os impedimentos que poderiam ser levantados contra a Invencível Armada. Vamos expor uma breve análise sobre esse contexto.



Figura 4: Padre William Allen. s. XVI.

Fonte: Gallica

Quando, em finais de 1586 e princípios de 1587, os planos pela invasão liderada pela Espanha pareciam se concretizar, os jesuítas se prontificaram a elaborar todo um discurso que justificaria a tomada da Inglaterra. Eles se destacaram, principalmente, pelo esforço intelectual em apresentar uma fundamentação teológico-político que norteasse a campanha militar. E mais importante: tinham como carta na manga a proposta da eleição da infanta Isabel Clara como rainha da Inglaterra.

Decerto, na própria época se refletiu e discutiu comparativamente sobre as experiências inglesas e francesas no tocante à questão religiosa,

⁴⁶⁶ McCOOG, Thomas. S.J. Op. cit. p.140.

estimuladas, principalmente, pela propaganda *ligueur* a partir dos anos 80. Um exemplo foi a obra publicada em francês, em 1586, por Luys Dorléans, poeta *ligueur* e advogado do Parlamento de Paris, intitulada *Advertissement des Catholiques Anglois aux François Catholiques, du danger où ils sont de perdre leur Religion; et d'experimenter, comme en Anglaterre, la cruauté des Ministres s'ils reçoivent à la couronne un Roy qui soit Heretique*. Essa obra estabelecia um nexo entre as duas experiências, constituindo uma exortação e conselho aos franceses para com o perigo de se perder a religião católica apostólica romana, tendo em vista o recrudescimento da perseguição religiosa de Elizabeth I contra os católicos.⁴⁶⁷ O livro, cujo vocabulário era aprazível aos espanhóis, foi traduzido duplamente para o castelhano em 1592, tanto por Antonio de Herrera y Tordesillas como por Félix de Guzmán.⁴⁶⁸ Tordesillas, por exemplo, publicou essa tradução junto com outros textos que discutiam os meandros da intervenção espanhola na França, atualizando certas questões ausentes em 1586, como a mobilização do *Ejército de Flandes* para levantar os sítios de Paris (1590) e Rouen (1592).⁴⁶⁹

A aproximação e comparação entre a trajetória dos reinos anglicano e francês foi objeto de várias obras impressas e panfletos de católicos de diferentes regiões da Europa, que receavam que a França seguisse o mesmo caminho que a Inglaterra.⁴⁷⁰ Em última instância, essa cultura escrita bem podia servir, como bem percebeu Tordesillas, de propaganda aos esforços militares e diplomáticos da Monarquia Hispânica em impedir a ascensão de Henrique de Bourbon. Pensado nesse contexto, torna-se ainda mais relevante a nossa proposta de comparação entre os escritos preparados pelos jesuítas ingleses, às vésperas da armada, e a proposta da infanta nos Estados Gerais

⁴⁶⁷ Dorléans acabou por refugiar-se nos Países Baixos espanhóis, abandonando Paris junto com a guarnição espanhola, capitaneada pelo duque de Feria, em 22 de março de 1594. PENZI, Marco. Loys Dorléans and the "Catholiques Anglois": A Common Catholic History Between Violence, Martyrdom and Human and Cultural Networks". In: *Culture & History Digital Journal*, 6, (1): e004, 2017. pp.1-8. p.2

⁴⁶⁸ IÑURRITIGUI RODRÍGUEZ, José María. Op. cit. p. 238.

⁴⁶⁹ HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio. *Advertissement que los católicos de Inglaterra escribieron a los Católicos de Francia tocantes a las presentes revoluciones y cerco de París*. Zaragoza: Lorenzo Robles, 1592.

⁴⁷⁰ PENZI, Marco. Op. cit. p.4.

de 1593.

Em 1588, Pedro de Ribadeneira redigiu a famosa *Exhortación para los soldados y capitanes que van a la jornada de Inglaterra, en nombre de su capitán general*. O jesuíta preferiu deixar o memorial ao Duque de Medina Sidonia anônimo, talvez pelo tom inflamado do discurso. Escrito ao concluir o *Historia de la Cisma de Inglaterra*, Ribadeneira pensou em suprimir o mesmo por “justos respetos”, segundo relatou em carta a Ana de Guzmán, mas resolveu encaminhar ao duque para servir-se do seu conteúdo.⁴⁷¹ Ribadeneira denunciou Elizabeth I como tirana e herege: era, por fim, dever dos católicos de resistir. Em nome da religião católica, a guerra era justa e defensiva. Era chegado o tempo da Espanha e do “monarca do mundo” recompensarem a Deus pela principal glória conquistada nas Índias, que foi levar a palavra do Deus único aos bárbaros?⁴⁷²



Figura 5: La Religión socorrida por España.
Óleo sobre tela. 1575.
Tiziano
Fonte: Museo del Prado

O memorial de Ribadeneira foi estruturado a partir de tópicos considerados centrais por Ribadeneira para justificar a invasão, construídos a partir de uma linguagem palatável ao público a que se destinava. O argumento que guia todo o discurso é a insistência no fato de que a guerra contra a Inglaterra era, na verdade, defensiva, e não ofensiva. A retórica ganhava força à medida que Ribadeneira elencava todos os pecados e crimes cometidos pela rainha inglesa ou em seu nome contra a Igreja Católica e a Espanha. Por isso, a ação seria fortemente amparada pela benção da divina providência. Em primeiro lugar e mais importante, destaca-se a defesa da religião católica

⁴⁷¹ Carta a doña Ana Félix de Guzmán, en que le remite la exhortación sobre la invencible. In: RIBADENEYRA, Pedro de. *Historias de la Contrarreforma*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1945. p. 1331.

⁴⁷² RIBADENEYRA, Pedro de. *Exhortación para los soldados y capitanes que van a la jornada de Inglaterra, en nombre de su capitán general*. Ibid. p. 1337.

romana. Isso por si só seria suficiente para o autor, mas as demandas e questões próprias do mundo terreno traziam consigo outros elementos a considerar. Tratando-se do mundo político, Ribadeneira sublinhou o perigo da caída da reputação do maior soberano que o mundo conheceu ao perder um território e associava, nesse ponto, a conquista da Inglaterra com a manutenção e paz de Flandres; por fim, o jesuíta lembrou os ataques dos corsários às Índias e à Cádiz: era, no final das contas, um ato em defesa da *hacienda* e bens dos espanhóis e da coroa espanhola.

Dito isso, a vinculação indissociável entre a religião e a conservação do Estado foi a combinação explosiva do apelo de Ribadeneira à constância dos soldados:

El mundo se gobierna por opinión, y más las cosas de la guerra; con ellas se sustentan los imperios; mientras ella está en pie, ellos están; y cayendo ella, caen; y con la reputación muchas veces se acaban más casos que con las armas y con los ejércitos. Y los reyes y príncipes poderosos de ninguna cosa deben ser más celosos, después de hacer lo que deben a Dios y a sus reinos, en ninguna más vigilantes y solícitos, *que en ganar, conservar y acrecentar esta opinión, y que todo el mundo sepa, que ni ellos quieren hacer agravios, ni consentir que nadie se lo haga a ellos.* Porque perdiéndose esta reputación se pierde mucho; y una vez perdida, con dificultad se torna a recobrar. Todo el mundo teme nuestro poder, y aborrece nuestra grandeza; tenemos muchos enemigos descubiertos, y muchos más encubiertos y amigos fingidos; los descubiertos, faltando la reputación, tomarán ánimo para acometernos, y los encubiertos para descubrirse y publicar lo que tienen encerrado en sus pechos.⁴⁷³

⁴⁷³ “O mundo se governa pela opinião, e ainda mais as coisas da guerra; com elas se sustentam os impérios; enquanto ela está de pé, estes estão; e caindo-a, caem; e com a reputação muitas vezes acabam-se mais casos que com as armas e os exércitos. E os reis e príncipes poderosos de nada devem ser mais zelosos, depois de fazer o que devem a Deus e a seus reinos, e em nada mais vigilantes e solícitos, que em ganhar, conservar e acrescentar esta opinião, e que todo o mundo saiba, que nem eles querem fazer queixas, nem consentir que ninguém faça a eles. Porque perdendo-se esta reputação se perde muito, e uma vez perdida, com dificuldade se torna a recobrar. Todo o mundo teme o nosso poder, e despreza a nossa grandeza; temos muitos inimigos descobertos, e muito mais encobertos e amigos fingidos; os descobertos, faltando a reputação, ganharão ânimo para nos atingir, e os encobertos para descobrir-se e publicar o que têm guardado no peito” Ibid. p. 1340.

A linguagem da política exposta por Ribadeneira foi teorizada sete anos depois quando da publicação do seu mais famoso livro, *Tratado de la religión y Virtudes que deve tener el Príncipe Christiano. Contra lo que Nicolás Machiavelo y los políticos deste tiempo enseñan*. Em primeiro lugar, afasta-se qualquer possibilidade de independência entre o âmbito temporal e espiritual, subordinando o primeiro ao segundo. Logo, a defesa da religião e o combate à heresia deveriam ser prioridade da política nos tempos sombrios para a Cristandade. Era uma linguagem político-teológica que se destinava a exaltar o público alvo, os soldados dos *tercios*. Dada a audiência, era conveniente insistir na força da ideia de reputação, palavra e conceito bastante frequente no vocabulário da diplomacia moderna. Quando o rei discutia com o duque de Alba a conveniência de realizar uma empresa contra a Inglaterra, confessava que “como vos mismo lo apuntáis y con mucha razón, se comienza ya a perder reputación en diferirse tanto el remedio de un agravio tan grande como se ha hecho a mis súbditos, amigos y confederados por aquella muger.”⁴⁷⁴ Compelida pela força motivadora do providencialismo, a empresa da Inglaterra confirmaria a sina dos espanhóis como o povo escolhido por Deus para propagar o evangelho.

Na mesma época, outro texto foi escrito para justificar a invasão, desta vez direcionado aos nobres e ao povo da Inglaterra. Redigida por William Allen, já nomeado cardeal, a exortação seguia as linhas gerais da linguagem político-teológica expressa por Ribadeneira, mas retirava, obviamente, o peso da excepcionalidade espanhola para enfatizar a benevolência do Rei Católico e do papa ao libertar o povo inglês do jugo da tirania. Elizabeth I foi acusada de ser herética e usurpadora, cuja deposição e excomunhão haviam sido sancionados pela sentença de Pio V, reafirmando a autoridade de deposição dos reis pelo papa.⁴⁷⁵ Depois de expor todos os crimes cometidos pela rainha, amparados pelos exemplos das sagradas escrituras e pela história da Igreja Primitiva, Allen voltava a dirigir a palavra aos ingleses que permaneceram na ilha, enaltecendo

⁴⁷⁴ *Su Majestad al duque de Alba*. De Madrid, a 16 de diciembre 1569. In: CODOIN, tomo XXXVIII, p. 257-258.

⁴⁷⁵ ALLEN, William. *An admonition to the nobility and the people of England and Ireland concerning the present warres made for the execution of his Holiness Sentence, by the Highe and migthie Kinge Catolike of Spaine*. 1588. p. XXVI.

a legitimidade e a piedade da guerra aos hereges. No final, a exortação garantia que aqueles que tomassem parte na santa empresa e permanecessem no seio da fé Católica não seriam privados do status, das suas possessões nem dos benefícios que usufruíam. Assim, assegurava que

[...] That neither the Cõqueste of the lande, dispossessinge of the Englishe; destruction of Catholikes; ruine of anciēt howses; abolishinge of our olde lawes, liberties or customes, is purposed; nor any other annoiaunce or alteration in the world to be made, sauinge so muche as the estates of the realme shall agree vpon with his holines, and Maiestie, for the restitution and preseruacion of the Catholike religion, and necessary punishment of the pretended.⁴⁷⁶

Allen escolhia com cuidado as suas palavras. Não se falava em conquista, mas em restituição, restauração. Em vingar uma injúria perpetrada contra a religião Católica. Assim a guerra ofensiva se justificava. Para dar cabo ao empreendimento, Felipe II tinha elegido um príncipe para dirigir a restauração, o duque de Parma, enquanto o papa indicou como seu representante o cardeal Allen, que seria o responsável por iniciar o processo de restituição do catolicismo.

Ao explicarem a Felipe II o motivo da escrita de uma obra deste teor e instar pela tradução em várias línguas, Allen e Persons “por dar satisfattione a tutti de la justicia de l’empresa e per muouer tutti li inglesi di abraçarla, tra questo libro molti dipenderan, por che in esso se justifichera la guerra por



Figura 6: Frontispício da obra de Allen. 1588

Fonte: British Library

⁴⁷⁶ “Que, nem a conquista da terra, despossessão dos ingleses, destruição dos Católicos, ruína das casas antigas, abolição das nossas antigas leis, liberdades ou costumes, são propostas; nem nenhum outro aborrecimento ou alteração no mundo será feito, salvando o tanto que os estados do reino devem concordar sobre isso com a sua santidade, e majestade, pela restituição e preservação da religião católica, e a punição necessária dos fingidos.” Ibid. p.L.

molti capi e ragione tanto de religione come di stato”.⁴⁷⁷ Uma das poucas pistas dadas para o que sucederia no momento pós-guerra foi quando Allen mencionou a convocação da assembleia dos Estados, cujas decisões seriam amparadas pelo papa e o Rei Católico. Assim, o discurso da linha de frente, elaborado para fazer a propaganda da Invencível Armada, foi preparado com muita cautela para evitar qualquer acusação da usurpação ou anexação de um outro reino por parte da Espanha. O governador dos Países Baixos, Alexandre Farnese, duque de Parma, confirmou a Felipe II que havia recebido uma cópia da obra de Allen, e que acreditava ser interessante a estratégia discursiva de unir o tema central da religião católica com questões políticas de relevo. No entanto, havia mandado fazer uma revisão para a publicação, que sabemos ter sido feita por Joseph Creswell:

El conde de Olivares me ha embiado de Roma un discurso y declaración en lengua inglesa q ha compuesto el dicho Alano a este fin para q se estampe y se publique por todo el reyno al tiempo de la invasion y se haze traducir para entenderlo y ver si huviese algo que quitar o poner y luego se dara la estampa con la forma de un vando breve y compendioso que se compreenda en sustancia los cabos principales del dicho discurso como acuerda el mismo Alano, la ayuda del qual assi pa este punto principal de la religion como de las demas cosas politicas entiendo sera muy provechosa por la autoridad q tiene entre los católicos y por su bondad, suficiencia y doctrina.⁴⁷⁸ (grifo nosso)

⁴⁷⁷ “para dar satisfação a todos da justiça da empresa e por mover todos os ingleses a abraçá-la, por meio deste livro muitos dependerão, porque nele se justificará a guerra por muito capi e razão tanto de religião como de Estado.” *Alcuni casi nelli quali se dessidera la resolutione di S. Mt^a con la prima comodità secondo che lo negoty estesy la recercano. Advertencias tocantes a la sucession y empresa de Inglaterra.* Entregada al Conde de Olivares por Milino a 19 de março 1587. Decifrada. AGS, EST, LEG.949, fol. 26.

⁴⁷⁸ “O conde de Olivares me enviou de Roma “um discurso e declaração em língua inglesa que compôs o dito Alano [Allen] a este fim para que se imprime e se publique por todo o reino no momento da invasão e se faz traduzir para entenderlo e ver se tivesse algo que tirar ou colocar, e logo se dará a impressão com a forma de um bando breve e compendioso em que se compreenda em sustência os cabos principais do dito discurso como lembra o mesmo Alano, a ajuda da qual assim para este ponto principal da religião como das demais coisas políticas, entendo que será muito proveitosa pela autoridade que tem entre os católicos, e por sua bondade, suficiência e doutrina. *El Duque de Parma a su Majestad.* De Brujas, a 13 de mayo 1588. AGS, EST, LEG.594, fol. 49

O bando breve do qual fala o duque de Parma se concretizou por meio da pluma de Joseph Creswell. O panfleto, intitulado *A declaration of the sentence and deposition of Elizabeth, the usurper and pretended quene of Englande*, foi impresso na Antuérpia às vésperas da Armada. Creswell sintetizou os tópicos da obra de Allen, tornando-os mais objetivos e menos polêmicos, apontando as razões da perda do direito sucessório da rainha Elizabeth: era herege e cismática, além de bastarda, condição que havia sido declarada pelo próprio Henrique VIII. A monarca havia usurpado a coroa sem deter direito à mesma e, entre os delitos mais graves, constava a grave violação do *supreme oath* de defender a religião realizado durante a coroação. Entre os crimes de caráter político, destacavam a aliança feita com os turcos e a prisão injusta e assassinato da *queen Mary Stuart*. Por todos os motivos levantados, estava justificada a empresa, agora revestida de legitimidade. Mas esta não estava sendo feita para impor uma nova realidade, mas sim restaurar o catolicismo, os antigos costumes e restituir aqueles que foram despossuídos dos seus bens com a reforma anglicana.⁴⁷⁹

O material, obviamente, não revelava a reivindicação de Felipe II ao trono da Inglaterra. Os pontos polêmicos da conquista, previstos pelos jesuítas, foram subtraídos. Na prática, desejava-se suavizar a guerra *de facto* ao mencionar que o processo de transição política, após a invasão, seria feito em comum acordo entre o papa, o Rei Católico e os estados do reino, representando a *commonwealth*. Com a legitimidade assentada na justiça divina, se assegurava a

[...] all men that the controversyes which may arise by the deprivation of this woman, or upon other cause, eyther betwene particular parties, or touching the succession to the Crowne, or betwene the Church and Commonwelthe, or in other wife whatsoever,

⁴⁷⁹ “Moreover, be it knowen that the intention of his Holynesse, of the Kinge Catholike, and the Duke his Highnesse in this enterprise is not to invade and conquere these kyngdomes, change lawes, privileiges or costumes; bereave of liberty or livelihood [of any?] man (other then rebels and obstinate persons) or make mutation in any thinge, except such, as by comon accorde, betwene his Holynesse, his Catholike majesty, and the states of the lande, shalbe though necessary...” *A declaration of the sentence and deposition of Elizabeth, the usurper and pretended quene of Englande*. Antwerp, 1588.

shalbe decyded and determined wholly according to justice and Cristian equity without injury or prejudice to any person.⁴⁸⁰

De qualquer maneira, o documento deixava claro que qualquer solução aventada estaria de acordo com os ditames da fé Católica, amparado no que definiu como *equidade cristã*. Muito diferente, por suposto, da proposta de Ribadeneyra, que poderia enunciar, entre as suas justificativas para a guerra, uma dimensão da política que falava por si própria. Mas essa estava assentada no direito territorial, obtido a partir da conquista de um novo reino. Nesse caso, o príncipe que conserva e aumenta os seus territórios mantém íntegra a sua reputação, condição elementar para a manutenção do seu poder e *status quo*. Mais do que isso, o jesuíta parecia fazer alusão ao mundo das disputas dinásticas, citando os amigos e inimigos do rei Católico; como sabemos, as emulações principescas ultrapassavam a barreira da mera defesa da fé Católica. Não obstante, esta mesma linguagem, se difundida em outros contextos, poderia provocar uma reação contrária – mesmo entre os príncipes católicos, principalmente o Rei Cristianíssimo - ao empreendimento. Felipe II poderia ser acusado de colocar em prática a razão de Estado, acrescentar outro reino a sua coroa, tudo em nome de uma pretensa *República Cristiana*. Por isso, o édito de Creswell suprimia qualquer alusão ao direito de sucessão de Felipe II à Coroa inglesa.

A incerteza e desconfiança



Figura 7: Panfleto *A declaration of the sentence and deposition of Elizabeth, the usurper and pretended quene of Englande.* 1588.

Fonte: British Library

⁴⁸⁰ “Todos os homens que as controvérsias que devem ser levantadas pela privação desta mulher, ou sobre outra causa, seja entre os partidos privados, ou tocante à sucessão desta Coroa, ou entre a Igreja e o Reino, ou em qualquer outra de qualquer forma, devem ser decididos e determinados inteiramente de acordo com a justiça e a equidade Cristã sem dano ou perda à nenhuma pessoa.” *A declaration of the sentence and deposition of Elizabeth, the usurper and pretended quene of Englande.* Antwerp, 1588.

sobre os móveis da ação da Monarquia Hispânica se converteram em um dos principais motivos dos enfrentamentos entre Madrid e Roma desde o começo do reinado de Felipe II. Nem Ribadeneyra e Allen/Creswell ousaram discorrer sobre o que de fato aconteceria na Inglaterra pós-invasão. As duas coroas se juntariam? Ou seriam criadas as condições para a eleição de um rei ou rainha católicos, por meio da convocação do Parlamento? Qual o papel da Igreja neste processo? Tudo isso ficava obscuro. Não obstante, a exortação de Ribadeneyra não se prestava a esta inconveniente tarefa. A facção inglesa vai se encarregar da “retaguarda” da nossa batalha dos discursos.

Os questionamentos que poderiam – e iam – ocorrer contra a invasão da Inglaterra pela Espanha foram identificados, hierarquizados e respondidos em uma série de cartas e memoriais de Willian Allen, Robert Persons e, em menor escala, Joseph Creswell, para Felipe II e o embaixador espanhol em Roma, o conde de Olivares. Às vésperas do empreendimento bélico, o esforço teórico de justificar a ascensão da infanta foi, como vamos mostrar, muito mais além do que a promoção da restauração do catolicismo. Era necessário expandir o horizonte e incorporar outras linguagens da política, principalmente a *novedosa* razão de Estado.

William Allen e Robert Persons dispuseram à Felipe II e seus secretários todo um arsenal de argumentos que preparava o terreno para efetivar a invasão. O conjunto desses documentos estão preservados no Arquivo de Simancas, graças aos quais nós pudemos fazer a reconstituição das etapas das negociações - mormente no primeiro semestre de 1587. Segundo uma carta do conde de Olivares, Persons havia começado a investigar sobre a linha genealógica dos reis da Inglaterra e, mesmo constatando a preferência dos historiadores pelo direito da casa de York, instava a Felipe II (que tinha sangue Lancaster) não só reivindicar o seu direito, mas enfatizar a santidade da empresa:

Los historiadores mas antiguos todavia dize Melino [Persons] que esten mas en fauor de la casa de yorque pero en qualquier titulo q se junte y, aun sin, el conquistar un reyno de una hereje tiene mucha autoridad en el cielo y en la tierra, q no tuvo ninguno de los

dos títulos Guillermo Duque de Normandia.”⁴⁸¹

Olivares bem percebeu que a reivindicação à coroa inglesa por parte de Felipe II, ancorada na consanguinidade da casa de Lancaster, talvez fosse um argumento fraco. Mais do que isso, parecia não estar convencido de que a defesa do catolicismoalaria por si só. Por isso tenha indicado a preferência pela reivindicação do título de conquista sob o manto da guerra justa. Outra questão pertinente era se Felipe II renunciaria aos seus direitos em nome da infanta ou mesmo em nome do duque de Parma, esse último sugerido por Charles Paget, um dos ingleses exilados em Flandres. O assunto era espinhoso, já que Parma era um dos pretendentes à coroa de Portugal na ocasião da anexação do reino lusitano. Olivares ponderava que “tambien podra V. Magestad mandar considerar si conviene afirmar mas sobretudo la conquista que sobre el derecho o a lo menos a la par que, aunque no tenga sustancia la opinion de Paget, no podra dejar de hacer sombra [...]”⁴⁸² Era um argumento de fortes traços maquiavelianos.

O embaixador pensava que, se a guerra fosse feita em nome da infanta, deveria ser reivindicada sob o título de conquista antes que do direito de sangue; se fosse conveniente, o rei deveria fazer a empreitada em nome do príncipe herdeiro. Se optasse pela infanta, o título de conquista por ela e seu futuro marido impediria que Inglaterra se unisse a Flandres e manteria o reino à parte. Com estas indagações, Olivares logo reforçou a validade do argumento da guerra justa para completar o rol das justificativas.⁴⁸³ A essas primeiras reflexões sobre a conquista, soma-se o esforço de Allen e Persons de fundamentar os direitos vários que norteiam o projeto, bem como contestar todos os possíveis questionamentos ao mesmo.

Redigidos em princípios de março, estes documentos discutiam todas as

⁴⁸¹ “Os historiadores mais antigos todavia diz Melino [Persons] que estão mais a favor da casa de York, mas em qualquer título que se junte e, ainda assim, a conquista de um reino de uma herege tem muita autoridade no céu e na terra, que não teve nenhum dos títulos de Guilherme, Duque da Normandia”. *El Conde de Olivares a Su Magestad*. De Roma, a 23 de fevereiro 1587. AGS, EST, LEG.949, fol. 23.

⁴⁸² *El Conde de Olivares a Su Magestad*. De Roma, a 23 março 1587. AGS, EST, LEG.949, fol. 28.

⁴⁸³ *Ibid.*

possibilidades em aberto de acordo com o futuro da rainha da Escócia, Maria Stuart.⁴⁸⁴ Os jesuítas aproveitaram a ocasião e propuseram a reivindicação, por parte da Monarquia Hispânica, dos direitos de Felipe II à coroa anglicana. Em um memorial ao monarca, aqueles sondaram sobre essa pretensão:

Il quarto sopra el interesse et diretto da S. Mt^à a la succeçione en la corona di Inghilt^a de la qual materia se potra comporre secretam^{te} un libro si S. Mt^à vorra il quale poi havuta la vittoria si potrebbe publicar subito et espargir por Inghilt^a [...] ⁴⁸⁵

Foi levantado o histórico das sucessões dinásticas na Inglaterra, divididas em duas categorias básicas: primeiro, a conquista e a força das armas e, segundo, os casamentos e a consanguinidade. Tanto um quanto outro, foram guiados pela mão divina. Nesse processo, a disputa pela sucessão atingiu o seu ponto máximo na sangrenta batalha pelo poder entre as casas de Lancaster e York. Ao atingir este ponto, a tática empregada pelos jesuítas foi apelar para a preeminência da primeira linhagem sobre a segunda. Para aqueles, o fato da filha mais velha de João de Gante⁴⁸⁶, Phelippa, ter se casado com d. João I de Avis, estabelecia a consanguinidade necessária para reivindicar a coroa, ainda que o fosse pela herança portuguesa. Considerando o direito da primogenitura, o rei da Espanha era o principal herdeiro da casa de Lancaster:

E che inquesto precede chiaramente no solamente ali altri competitori ma ancora a tutta la linea de Escocia e de Inghilt^a che

⁴⁸⁴ “per che, al’hora la Regina di Escoczia o sera morta, o viva, se e morta como e probabile que li heretici tenendo la in mano e credendo que per causa sua se fa l’impresa, la amazzano, non sara altro principe Cath^{co} vivo que possa competere con S. M^{ta}, se sera viva e maritara di mano de S. M^{ta} con la autoritta e consensu ancora de la medesima regina se potra tratar de la successione de S. M^{ta}.” *Consideratione per le quale para che in nisun modo convenga che il interesse particolare de Sua Maiestà a la successione de Inghilterra se proponga al Papa avanti l’impresa*. AGS, EST, LEG.949, fol. 25.

⁴⁸⁵ “O quarto, sobre o interesse e direito de S. M^{de} à sucessão da coroa da Inglaterra, matéria da qual se poderá compor secretamente um livro se S. M^{de} quiser, o qual tida então a vitória, poderá publicar-se imediatamente e espargir-se pela Inglaterra [...]” *Alcuni casi nelli quali se dessidera la resolutione di S. Mt^a con la prima comodità secondo che lo negoty estesy la recercano. Advertencias tocantes a la sucession y empresa de Inghilterra*. Entregada al Conde de Olivares por Milino a 19 de março 1587. Descifrada. AGS, EST, LEG.949, fol.26.

⁴⁸⁶ João de Gante, filho segundo de Henrique III, casou-se com Blanca de Lancaster, herdeira do I Duque de Lancaster. João abocanhou o patrimônio da sua primeira mulher, tornando-se, na segunda fundação do ducado, I duque de Lancaster.

descende del Re Henrico sept^o il quale veram^{te} non fui de la casa di Lencastria bien che discesso de Giovan Gandavo duca di Lencastria per la terza moglie la qual non fui heredera de la detta casa nen a de perse se non per Bianca la sua prima moglie la cui successione per le sue due figliuole resta solamente a desto nella linea di S. M^{ta} Cath^{ca}.⁴⁸⁷

Desse modo, o endosso aos direitos da casa de Lancaster servia precisamente para se opor às pretensões da casa de York e criar um reclamo próprio. O principal opositor da casa de York, o conde de Huntington, estava excluído pela heresia, como também estavam aqueles do ramo misto, Lancaster-York, descendentes de Henrique VII. Os herdeiros da irmã mais nova de Henrique VIII eram igualmente heréticos. Evocando esse pretenso direito dinástico e questionando os competidores pela coroa da Inglaterra, os jesuítas deram o passo seguinte para a conclusão do discurso:

[...] se potra dechiarar la ragione del giusto conquisto de una guerra cosi legitimo giusta e santa insieme con el merito di haver restituito la religione Cath^{ca} in recompensa di quel beneficio cosi segñalato il stati potrebbono eleger qual si voglia principe que non havesse altro diretto ma molto piu accetar e confirmare S. M^{ta} Cath^{ca} la qual ha tanti altri giustissimi tituli di successione come si ha mostrato⁴⁸⁸

Enquanto tentavam pesquisar e verificar nos livros de história e nas

⁴⁸⁷ “E neste precede claramente não somente aos outros competidores, mas ainda mais à toda a linha da Escócia e da Inglaterra que descende do rei Henrique VII, o qual verdadeiramente não foi da casa de Lancaster bem que abaixo de João de Gante duque de Lancaster pela terceira mulher, a qual não foi herdeira da dita casa, nem há de ser perdido senão por Branca, a sua primeira mulher, cuja sucessão por suas duas filhas permanece apenas na linha de S. Majestade Católica.” Trad. Nossa. *Alcuni casi nelli quali se dessidera la resolutione di S. M^{ta} con la prima comodità secondo che lo negoty estesy la recercano. Advertencias tocantes a la sucession y empresa de Inglaterra. Entregada al Conde de Olivares por Milino a 19 de março 1587. AGS, EST, LEG.949, fol. 26.*

⁴⁸⁸ “Se poderá declarar a razão da justa conquista de uma guerra tão legítima, justa e santa, juntos com o mérito de haver restituído a religião católica em recompensa daquele benefício tão destacado, que os estados poderiam eleger se desejam príncipe que não tivesse outro direito, mas muito mais aceitar e confirmar S. M^{ta} Cath^{ca}, a qual tem tantos outros títulos justísimos de sucessão como se tem mostrado.” *Alcuni casi nelli quali se dessidera la resolutione di S. M^{ta} con la prima comodità secondo che lo negoty estesy la recercano. Advertencias tocantes a la sucession y empresa de Inglaterra. Entregada al Conde de Olivares por Milino a 19 de março 1587. Decifrada. AGS, EST, LEG.949, fol. 26.*

crônicas a árvore genealógica dos reis da Inglaterra para identificar os direitos dinásticos de Felipe II, os jesuítas instruíram o rei a não divulgar nenhuma informação ao papa sobre esse pretense direito sucessório antes que a invasão estivesse concluída. O receio dos padres era de que as oposições levantadas desde Roma e outras cortes europeias pudessem abalar os planos em curso, possibilidade que levou os mesmos a elencarem os principais pontos passíveis de críticas. O impedimento central que poderia ser levantado pelo papa e todo o mundo, diagnosticado por eles, era de que Felipe II estivesse se aproveitando da defesa da religião católica para sustentar, na verdade, seu interesse dinástico, em nome de uma razão de Estado:

*Le dani e impedimenti che ne potrebono seguire: Et L'istesso Papa e diversi Cardinali intrar potrebono forsi invari pensieri discorsi et sospeti por ragione di stato de actioni di Sua Maestà intorno aquesta impresa ne concorrebbe per avventura Sua Santità tanto liberalmente o con favori o con denari quando se le direbbe d'alcuno che Sua Maestà in questa impresa tratta principalmente del suo interesse particolare.*⁴⁸⁹

O interesse particular se traduzia na conservação e aumento dos seus Estados para o acréscimo do patrimônio da casa real. Era a peso da balança que media a reputação dos governantes. Conquistar e manter territórios se converteu na razão de ser dos príncipes da era renascentista, como bem mostra a disputa pelo domínio da Itália, fato prontamente percebido por Maquiavel. Não é à toa que o seu objeto privilegiado é o *principe nuovo*. Em suma, a busca do interesse particular significava nada mais nada menos do que a prevalência da razão de Estado. Ao zarpar a Invencível Armada, poucos deveriam duvidar de que o reino anglicano seria incorporado aos domínios da Monarquia Hispânica e, por isso, era preciso suavizar essa conquista. Mas, em

⁴⁸⁹ “Os danos e impedimentos que se seguem: E o dito papa e vários cadeais começarem a entrar-se em vários pensamentos, discursos e suspeitas por razão de Estado das ações de Sua Magestade em torno desta empresa, não viesse porventura Sua Santidade colaborar com tanta liberalidade ou com favores ou com dinheiros quando alguém lhe dissesse que Sua Magestade, nesta empresa, trata principalmente do seu interesse particular.” Trad. nossa. *Consideratione por le quale in nisun modo convenga che il interesse perticolare de S. M^{te} a la succession de Inghlaterra se proponga al Papa abanti l'impresa*. Entregada al Conde de Olivares por Milino a 19 de março 1587. AGS, EST, LEG.949, fol. 25.

um mundo em que as guerras entre as dinastias ocorriam corriqueiramente e há, pelo menos, desde a Guerra dos Cem Anos, o interesse particular ou dinástico passou então a ditar as relações entre os diversos soberanos, manifestado seja pela guerra, seja por meio de casamentos e tratados de paz ou de aliança. Era precisamente esse mesmo interesse *particolare* de outros príncipes que poderia emergir contra Felipe II:

Por la medesima causa l'altri Principe christiani et Catholici potrebono molto piu por ragione di stato intrar in gelosia della grandezza di Spaña particolarmente il Re di Francia il quale con questa cagione e pretesto tirarebbe molti altri seco a disfaborir l'Impressa, il medesimo farebonno i Principe italiani [...] Li Principi di Guisa e di la Casa di Lorena in Francia i quali facilmente se indurrano a concorrir e giovar questa impressa al manco a prohibir que Francia non impedisca, con questo sospeto si alienarebbono come ancora molto piu tutti quelli di Scotia li quali in la impressa sarano di grandissima importanza e facilissimamente se potranno haver per noi si questa pretensione de Sua Maestà se tiene secreta.⁴⁹⁰

Ao dissimular ao papa e seu séquito a reivindicação que seria feita da coroa inglesa, a intenção era evitar que os outros príncipes, tanto católicos como protestantes, levantassem a voz contra a empresa, acusando a Felipe II de praticar a razão de Estado. Assim, ao identificar os inimigos em potência do Rei Católico, inclusive o papa, os jesuítas ofereciam uma espécie de receita de bolo ao monarca na hora de lidar com os seus oponentes. Para garantir o sucesso da receita, nenhum ingrediente poderia faltar. Os oponentes apelariam para todos os lados:

Le heresie de Inghilt^a con questa sola voce de la pretensione di Spagna se agiutarebbono grandemente primo facendo l'actioni di S.

⁴⁹⁰ “Pela mesma causa, os outros príncipes Cristãos e Católicos poderiam muito mais por razão de Estado entrar em emulação da grandeza de Espanha, especialmente o rei da França, que com essa causa e pretexto puxaria muitos outros com ele para desfavorecer a empresa, o mesmo fariam os príncipes italianos [...]. Os príncipes de Guise e da casa de Lorena na França, os quais facilmente se induziriam a concordar e assistir a essa empresa de modo a evitar que França a impeça, com essa suspeita eles se alienam ainda mais com os da Escócia, os quais na empresa serão de grande importância e muito facilmente se poderão ter para nós se essa pretensão de Sua Majestade permanecer em segredo”. Ibid.

M^{ta} da questa impressa odiosa a tutti l'atri Principi tanto heretici come Cath^{ci} como si Spagna volesse signorear tutta l'Europa, e cosi farebbono la causa loro piu favorebole dicendo che non fosse por religione ma por ragione di stato [...]⁴⁹¹

Quando a notícia da morte de Mary Stuart chegou a Roma, em princípios de 1587, a questão sucessória inglesa se tornou crucial para os jesuítas. Agora já não era mais uma sondagem, senão uma “constatação” do direito de Felipe II à coroa inglesa. Ao sair de cena a principal competidora, eles poderiam agora se concentrar em reivindicar a supremacia de Lancaster e dos herdeiros de João de Gante, Duque de Lancaster e sua primeira mulher, Branca. Os três filhos que tiveram, o futuro Henrique IV, Phelippa e Catherine⁴⁹², eram os verdadeiros herdeiros da casa; Phelippa, a filha mais velha, se casou com D. João I de Avis. Seu direito de sucessão era subsequente, portanto, ao do primeiro rei Lancaster, Henrique IV.⁴⁹³

O último herdeiro direto apontado pelo memorial era D. João III; sem linhagem masculina direta, a herança foi disputada pelos seus descendentes da linhagem feminina. Ao conquistar as heranças de Portugal e Castela, Felipe II era, em consequência, o herdeiro da casa de Lancaster.

[...] benche a questo del altro canto si potrebbe dire che essendo gia la successione di quella corona di Portugallo legitimamente incorporata secondo la lege comune e de Portugallo nella persona et

⁴⁹¹ “Os hereges da Inglaterra com esta única voz da pretensão de Espanha se ajudariam grandemente, primeiro transformando as ações de S. M^{de} nesta empresa odiosas a todos os outros príncipes tanto heréticos como Católicos, como se Espanha fosse senhorear toda a Europa, e assim fariam a causa mais favorável dizendo que não fosse por religião mas por razão de Estado.” Ibid.

⁴⁹² Os jesuítas devem ter se equivocado, já que a outra filha se chamava Elizabeth, e não Catarina. TUCK, Anthony. *Crown and nobility. England 1272-1461*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 335

⁴⁹³ Et si come questi descendenti delle figliuole de Henrico IV, si alcuni tali restono, potrebbono pretendere successione avanti li descendenti delle sorelle del detto Henrico maritate in portugalo et Castiglia, cosi ancora nella istessa linea e descendentia de Portugallo quelle che sono discessi da don Eduardo III (d. João III?), figliuolo del Re don Emanuelle regularmente secondo la lege municipali de Ynghilterra potrebonno pretendere avanti li descendenti della Emperatrice Ysabella figliola del detto Re [...].” *Memorandum drawn up by William Allen and Robert Persons concerning the succession to the english crown and the expedition against england*. AGS, EST, LEG. 949, fol. 40.

sangue di S. Mta Catholica, tutti li diritti che per quella via vengano consequentemente sono ancora uniti a quella casa.⁴⁹⁴

Enquanto o núcleo dos ingleses endossava os direitos de sucessão dos Habsurgos espanhóis, Felipe II instruía o conde de Olivares a responder às possíveis objeções do papa utilizando o argumento do providencialismo. Se a religião católica estava em perigo, foi porque Deus assim o quis. Como o Hércules da cristandade, Felipe II tinha o dever de trabalhar para a restauração do catolicismo; a invasão à Inglaterra, portanto, visava apenas a esse fim. Assim instruía o rei:

Que por Su Santidad no se embarace con la sombra que podria dar a otros Príncipes del *juntar y pegar más reinos a los de Su Majestad*, le podrá decir como no es su intento unir éste con los otros sino que si Dios se sirviera de poner esto en tal estado se contentará de disponer de ello en favor de la señora infanta para que casándose y residiendo en el mismo reino tanto más presto se restaure en el nuestra santa fe católica con la presencia de sus Reyes Católicos y celosos como con ayuda de Dios lo serán de estenderla.⁴⁹⁵

A imagem que Felipe constrói da sua própria monarquia, na carta ao conde de Olivares, reproduzia muitos daqueles componentes simbólicos explorados pela propagandística que havia sido cuidadosamente preparada na ocasião da conquista de Portugal e nos conflitos dos Países Baixos.⁴⁹⁶ Um exemplo é a famosa gravura de Hieronymus Wierix, que retratou o Salvador entregando os objetos símbolos do poder a Felipe II e ao papa. (figura 8).

⁴⁹⁴ “[...] embora, por outro lado, se possa dizer que, sendo a sucessão dessa coroa de Portugal legitimamente incorporada, de acordo com o direito comum e de Portugal na pessoa e no sangue de S. M^{de} Católica, todos os direitos que por aquela via venham consequentemente estão ainda mais unidos àquela casa. *Memorandum drawn up by William allen and robert persons concerning the succession to the english crown and the expedition against england.* AGS, EST, LEG. 949, fol. 40.

⁴⁹⁵ “Que por Sua Santidade não se contenha com a sombra que poderia dar a outros Príncipes o *juntar e colar mais reinos aos de Sua Majestade*, poderá lhe dizer como não é sua intenção unir este [reino] com os outros, senão que se Deus se prestou a colocar isto em tal estado, se contentará de dispor dele em favor da senhora infanta para que, se casando e residindo no mesmo reino, tanto mais rápido se restaure neste nossa santa fé católica com a presença de seus Reis Católicos e zelosos como com a ajuda de Deus o serão de estendê-la.” *Al conde de Olivares puntos para responderle.* AGS, EST, LEG.949. fol. 24.

⁴⁹⁶ Ver: BOUZA, Fernando. *Imagen y Propaganda...*, p. 17.



Figura 8: O Salvador entrega as insígnias de poder a Felipe II e ao Papa. c.1587
Hieronymus Wierix

Os jesuítas também procuraram, em inúmeros textos, emblemas e poesias, projetar a imagem de Felipe II como *defensor fidei*, rechaçando, ao mesmo tempo, a ideia da conquista por interesse particular. Em vários emblemas feitos para a celebração da visita de Felipe II ao colégio de Saint Alban, em Valladolid, a inscrição era *eripio non rapio*, que queria dizer algo como “resgatado, não roubado”.

Em 1592, uma relação anônima foi publicada em Madrid e na Antuérpia sobre a visita de Filipe II ao colégio inglês de Valladolid. Tradicionalmente atribuída a Robert Persons e, mais recentemente, a Joseph Creswell, a relação continha uma série de emblemas e poemas que celebravam o rei e as batalhas que empreendia em nome da fé católica:

Castillia which renowned is of Spaine,
And feates of armes extolett far by fame,
That savage people thowsandes didst restraine,
And to the heavens advanced hast thy name,
Far stronger forces now thow hast presard,
Of learning, vertue, and of sacred zeale:
And English youthes that therewith are prepard,
Seeke to advance thereby our Christian weale.⁴⁹⁷

Castillo de la Yberia celebrado,
Por tus armas en todo el ancho suelo,
Que a mil barbaras gentes han domado,
levantando tu nombre al alto cielo;
Otras mas fuertes armas has labrado
De li[e]tras, de piedad, de santo zelo,
Que sube a armarse dellas con tal gana
La juventud catolica Anglicana.

⁴⁹⁷ *A Relation of the King of Spaines receiving in Valliodolid, and in the English Colledge of the same towne, in August last part of this yere.* Antwerp, 1592. E o texto em espanhol: *Relacion de*

Temos uma pista de que o arcabouço da argumentação dos jesuítas, a razão de Estado enquanto fundada no interesse dinástico (ou particular, como costumam chamar), a *gelosía* entre os príncipes temporais e também espirituais, já deveria ser debatido por volta de 1580. Juan Bautista de Tassis descreveu vários encontros com Allen e Persons no começo da década de 1580. Como os jesuítas, Tassis argumentava que uma das principais lições do governante em matérias de Estado era a busca pelo equilíbrio entre as potências através da neutralização das ações do inimigo. Por isso mesmo, ele estava espantado com o fato de Elizabeth I, *maestra en las materias de Estado*, apoiar as aventuras de Francisco de Alençon:

[...] Estos dias atras el embax^{or} de Escocia me assiguro que la amistad de la Reyna de Inglaterra va aflojando con el Duque de Anju y yo considerando de quanto riesgo le es a su corona el engrandecerse franceses tan cerca de su puerta, me ha espantado muchas vezes que, andado aquel gobierno tan fundado en meras reglas de estado, aya querido jamas dar lugar que franceses por pocos que sean metan pie en Flandes.⁴⁹⁸

Em junho de 1583, após narrar ao rei Católico um encontro com o Duque de Guise, Willian Allen, Robert Persons e o núncio papal para discutir uma possível invasão à Escócia ou Inglaterra, contou que conversara com o duque de Guise sobre os receios que tinha da invasão. O curioso é que Tassis passou a empregar o mesmo termo caro à linguagem política dos padres da Companhia de Jesus.

[...] como despues yo considerase que por la indisposiçion de

un sacerdote ingles, escrita a Flandes a un cavallero de su tierra, desterrado por ser catolico. Madrid, Pedro Madrigal, 1592. In: CANO ECHEVARRÍA, Berta. SÁEZ HIDALGO, Ana. REDWORTH, Glyn. HUTCHINGS, “Comfort without offence”? The Performance and Transmission of Exile Literature at the English College, Valladolid, 1592–1600. In: *Renaissance and Reformation*. 31.1, 2008. pp. 31-67. p. 41.

⁴⁹⁸ “Estes dias atrás o embaixador da Escócia me assegurou que a amizade da rainha da Inglaterra vai afrouxando com o duque de Anjou, e eu considerando de quanto risco lhe é à sua coroa o engradecimento de franceses tão próximo da sua porta, me tem espantado muitas vezes que, andado aquele governo tão fundado em meras regras de Estado, tem querido jamais dar lugar que franceses, por pouco que sejam, metam o pé em Flandres. *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. 21 de marzo de 1580. EST, K, LEG. 1560. fol. 24.

Escoçia, quedaba despintada la traça de Lenos y por ally descubierta y sin amparo la sospecha y zelosía que en razón de estado es fuerza que esta corona conciba, quando vea lo que V. m^d emprende y que si huuiese de venir de España toda la gente que para la empresa se requiere [...].⁴⁹⁹

E todo um debate aconteceu, segundo a sua carta, tendo como eixo a *gelosía*, ou os impedimentos de outras nações, que poderiam ser vocalizados contra o Rei Prudente. Cômscio desse problema, Tassis sugeriu ao duque de Guise mudar a data da empresa para o ano seguinte, de modo a dar tempo de “reduzir al Rey de Escocia y disponerle de manera que se pudiere tomar el negocio entre manos conforme a la primer traça, y donde siendo cabeça el rey de Escoçia hauia de echar la dicha zelosía de esta corona que era la que mas empacho nos podia dar.”⁵⁰⁰ E por fim, o posicionamento de Guise sobre essa matéria:

[...] persiste en que ayamos de començar tomando a su cargo el atajar la dicha zelosía por lo que el intenterá por la parte de Susez [Sussex] y otras diligencias que podra hacer y las que apunta que haga Su Sd que es un gran punto, porque si podemos tomar esto en las manos sin que se nos oponga Francia, claro esta que aparentemente saldremos con ello façilmente [...].⁵⁰¹

Tassis revelava subjacente à sua narrativa os contornos de umas convenções linguísticas que orientaram todo o debate sobre os projetos de invasão à ilha e a participação da Monarquia Hispânica nos preparativos para a guerra. Era preciso, segundo Tassis e os jesuítas, evitar a todo o custo a acusação contra a Espanha, imputada à emulação natural entre as casas

⁴⁹⁹ “Como depois eu considerasse que, pela indisposição da Escócia, ficava borrada a traça de Lennox e por ali descoberta e sem amparo a suspeita e ciúme que em razão de Estado é força que esta Coroa conceba, quando veja o que V. M. empreende e que se tivesse de vir de Espanha toda a gente que para a empresa se requiere.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 24 de junio 1584. AGS, EST, K, LEG.1561. fol. 78.

⁵⁰⁰ “Converter o Rei da Escócia e dispô-lo de maneira que se pudesse tomar o negócio entre as mãos, conforme o primeiro plano, e onde sendo cabeça o rei da Escócia havia de jogar o dito ciúme desta coroa, que era o que mais empacho nos poderia dar.” *Ibid.*

⁵⁰¹ *Ibid.*

dinásticas. Por todos estes intercâmbios, em níveis práticos e teóricos, emergia uma cultura política na Época Moderna, simbolizada por meio dos compartilhamentos, comportamentos e estratégias de ação em comum. Tassis escreveu ao rei, em março de 1582, que esteve reunido com o Duque de Guise e “platicamos familiarmente sobre el mundo que corre.”⁵⁰² Ao apresentarmos as conexões entre Juan Bautista de Tassis e os jesuítas, estamos prontos para adentrar o tópico central desse capítulo: a candidatura da infanta e a reunião dos Estados Gerais de 1593.

Os direitos sucessórios da infanta Isabel Clara à coroa da França

A partir de 1590, a principal questão que ocupou Felipe II e os membros da Liga Católica (agora liderada pelo irmão mais novo do finado duque de Guise, o duque de Mayenne) era a necessidade de encontrar um pretendente católico ao trono francês capaz de fazer frente a Henrique de Navarra. Após o assassinato do rei Henrique III, o cardeal de Bourbon (tio do futuro Henrique IV) era o candidato mais aceitável ao trono. A disputa sucessória francesa, aberta com o regicídio, deu a Felipe II o pretexto para que pudesse reivindicar o trono da França em nome de Isabel Clara. Aquele já vinha preparando o terreno para a causa da sua filha desde meados da década de 1580. Morto o cardeal em maio de 1590, o principal oponente da infanta tinha contra si não somente o fato de ser herege relapso, mas também a bula de Sixto V que o declarava privado do direito sucessório.⁵⁰³ Apesar de não ter sido autorizada na França, a Liga conseguiu publicá-la clandestinamente.⁵⁰⁴

Não obstante os impedimentos de Henrique de Navarra, o obstáculo mais grave que o rei da Espanha encontrou, no plano das ideias, foi a férrea defesa da lei sálica pelos franceses, de um e de outro lado da disputa religiosa, com exceção dos *Seize* e de alguns pensionistas sem grandes destaques. Era

⁵⁰² Juan Bautista de Tassis a Su Majestad. De Paris, a 21 de março 1582. AGS, EST, K, LEG.1560. fol.24.

⁵⁰³ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004. p. 290.

⁵⁰⁴ PALLIER, Denis. *Recherches sur l'imprimerie à Paris pendant la Ligue, 1585-1594*. Genève: DROZ, 1975. p. 59-60.

preciso, além de reivindicar o direito sucessório, desqualificar o impedimento à sucessão feminina que era definido pelos franceses como lei fundamental do reino.

A solução que procurava combinar os direitos sucessórios da infanta com a aclamação nos Estados Gerais parece ter sido decidida depois de uma entrevista de Rodrigo Zapata, o jurista responsável por esclarecer os direitos da princesa, com Pierre Jeannin, presidente do Parlamento de Dijon. Esse último era secretário do duque de Mayenne e esteve na corte espanhola, no começo de 1591, para representar os interesses do seu senhor. Na reunião que tiveram, Jeannin deixou claro a dificuldade que seria romper a lei sálica, ainda que Zapata alegasse que era invenção dos franceses, e recomendava a convocação dos Estados Gerais para dar mais peso à reivindicação. Além disso, recomendou que se propusesse o casamento da infanta com um príncipe francês.⁵⁰⁵ Apesar dos receios verbalizados por Jeannin, os planos seguiram de vento em popa.

Os esforços continuados do rei se dirigiam a duas frentes principais: de um lado, a preparação da campanha de legitimidade da infanta Isabel Clara ao trono francês, a partir da busca de amparo jurídico, para elaborar argumentos mais ou menos consistentes, com objetivo de sustentar a reivindicação e questionar a validade da lei sálica; por outro lado, a formação de uma rede de alianças com os *ligueurs* e o fornecimento de ajuda financeira e militar aos católicos na França, situação que vinha aumentando significativamente desde o Tratado de Joinville.⁵⁰⁶ As esperanças dos ministros do Rei Católico estavam depositadas mais na fidelidade dos *pensioners du roi Catholique* que estariam nos Estados Gerais, do que propriamente na capacidade de convencimento dos direitos da infanta.⁵⁰⁷ Tal esforço para cooptar mais aliados, regados com o

⁵⁰⁵ Lo que paso don Rodrigo Zapata con el presidente Janin. 6 de mayo 1591. AGS, EST, K, LEG.1594. fol. 38.

⁵⁰⁶ Ver o artigo: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. Alimentar a una hidra. La ayuda financiera española a la Liga católica en el norte de Francia. In: *Banca, Crédito y Capital. La Monarquía Hispánica y los antiguos Países Bajos*. SANZ AYAN, Carmen. GARCÍA GARCÍA, Bernardo. (eds.) Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006. pp. 181-203.

⁵⁰⁷ O duque de Feria confessou ao secretário Martim de Idiaquez, logo após a abertura dos Estados, que palavras não bastariam e que não se poderia confiar que atuariam pelo zelo da religião sem acudir às necessidades da nação. Para isso, pedia que lhe enviassem grossas somas de dinheiro. *El duque de Feria a Martim de Idiaquez*. De Paris, a 7 de abril 1593. BNF,

ouro espanhol, foi constantemente denunciado e satirizado pela propaganda dos navarristas e *politiques*.

Apesar da intensa propaganda negativa do partido contrário, leigos e eclesiásticos católicos de toda a França recorreram ao rei *Prudente* para solicitar ajuda e proteção para a defesa da velha religião. As petições foram encaminhadas por meio dos agentes ou diretamente enviadas à Madrid. Desde diferentes núcleos católicos no reino vizinho, foi sendo gestada a imagem de Felipe II como protetor da cristandade, e o único soberano com poder suficiente para derrotar Henrique de Navarra e o seu séquito. Um trecho de uma carta do confessor do duque de Mercoeur⁵⁰⁸, Marcelin Cornet, expressava claramente o embate entre duas representações que estavam sendo forjadas sobre o rei da Espanha diante dos acontecimentos na França. É revelada como circulavam imagens antagônicas do rei; do lado católico, o tom laudatório representava Felipe II como protetor universal da cristandade:

No trata de lo que muchos toman ocasion de dezir que Su M^d se sirve de la capa de la religion y de las miserias de Fran^a para venir a alcanzar sus pretensiones, por que los buenos cat^{os} saben el estilo de los herejes, de los quales nunca la lengua se emplea sino en dezir mal de Reyes y Prin^{es} espezialmente de los que professan mantener la Iglesia de Dios y expeller sus horribles Blasphemias como lo haze Su M^d Cat^{ca}, por lo qual los buenos cat^{os} franceses le respectan y honrran como al solo y unico protector de la christiandad en estos postrimeros tiempos.”⁵⁰⁹

As imagens apresentadas por Marcelin Cornet fazem parte de um confronto, acima de tudo, entre dois discursos, como salientou o próprio

Fond Français 3362. fol. 32.

⁵⁰⁸ Governador da Bretanha. Em castelhano, era chamado de *duque de Mercurio*.

⁵⁰⁹ “Não se trata do que muitos tomam a ocasião de dizer que Sua Majestade se serve da capa da religião e das misérias da França para vir a alcançar as suas pretensões, porque os bons católicos sabem o estilo dos hereges, dos quais nunca a língua se emprega senão em dizer mal de Reis e Príncipes especialmente dos que professam manter a Igreja de Deus e expelir horríveis blasfêmias como o faz Sua Majestade Católica, pelo qual os bons católicos franceses lhe respeitam e honram como o só e único protetor da cristandade nestes últimos tempos.” *Marcelin de Cornet, confesor del duque de Mercurio, a S. M.* 1591. (traducida) AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 83.

confessor. A força argumentativa desse discurso não passou despercebida do outro lado dos Pirineus, como mostra o relato do agente espanhol na Normandia, Antonio de Frías Salazar, de uma conversa que teve com dois franceses, um letrado e outro eclesiástico:

Dizen tambien que es bien claro que no puede ser rey de aquel reyno otro q v Mg visto que la cassa de Borbon esfuerza que se escluya para conseruar la religion por que los tienen a todos enemigos de ella y que con esto cessa en el Reyno subcession y queda en eleccion, y esta ninga se puede hazer tan para su remedio como en V Md lo qual no será solo eleccion pues por ser V Md subcessor de la casa de Borgoña lo puede ser tambien de Francia [...].⁵¹⁰

Letrados, clérigos e nobres pareciam convergir em relação à necessidade de se escolher um rei católico que tivesse potência suficiente para submeter a nobreza francesa, mas ao mesmo tempo não se mostravam muito confiantes para a causa da infanta, propondo, em alguns casos, a coroação do próprio Felipe II.⁵¹¹ Os doutores da Sorbonne enviaram ao rei um memorial na qual afirmavam que, dentre os critérios para eleger um novo rei para a França, não bastava ser católico, era preciso ter potência.⁵¹² Outro discurso, desta vez redigido pelos *Seize*, também versava sobre os possíveis candidatos ao trono, apontando que o jovem Duque de Guise era o candidato ideal, malgrado a sua prisão.⁵¹³ Esta palavra – potência – era onipresente nos pedidos de auxílio que vinham do outro lado dos Pirineus. Uma carta enviada pelos *Seize* a Felipe II,

⁵¹⁰ “Dizem também que é bem claro que não pode ser rei daquele reino outro que Vossa Majestade visto que a casa de Bourbon esfuerza que se exclua para conseruar la religion por que los tienen a todos enemigos de ella e que com isso cessa no Reino sucessão e fica em eleição, e esta ninguém pode fazer tanto para seu remédio como em Vossa Majestade, o qual não será somente eleição, pois por ser V. Md sucessor da casa de Borgonha o pode ser também da França.[...]” *Memoria particular*. 1591. AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 35.

⁵¹¹ “[...] en ninguna manera combiene a la christiandad ni aquel Reyno el casar la senora ynfanta con ninguno de el ni tan poco con el hijo de Lorena, pues esto no seria tener ellos mas seguridad en su estado siendo necessario en el un gran monarcha tanto para derriuar al de Bearne y su casa de Boruon como para tener en paz los de Lorena y subjetar a la nobleza orgullosa de Francia [...]”. 1591. AGS, EST, K, LEG.1579. fols. 89-93.

⁵¹² AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 35.

⁵¹³ AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 36.

no mesmo contexto, revelava que se poderia acatar com a eleição da infanta, desde que se buscasse um marido francês, tudo, claro, com o beneplácito do Rei Católico.⁵¹⁴ Sobre o projeto da infanta, os *Seize* garantiam que:

[...] nous le recevrons voire au double de ceste grande et vertueuse princesse fille de vostre maieste laquelle pour ses rares vertuz arreste tous noz yeulx a son obiect y resplandisant l'Union du sang de France et d'Espagne pour en alliance perpetuelle faire fraternizer ces deux grandz monarchies soubz leurs rois a l'avancement de la gloire de nostre seigneur Jesuchrist splendeur de son eglise et union de tous les habitans de la terre soubz les enseiges di Christianisme.⁵¹⁵

O discurso dos *Seize* colocava ênfase não tanto no *direito dinástico*, mas sim nas virtudes emanadas da pessoa de Isabel Clara, oriundas da sua nobre linhagem e da verdadeira religião que professava. Com todas as qualidades da princesa espanhola, a concretização do projeto filipino ocorreria pela via eletiva dos Estados Gerais.⁵¹⁶ A aclamação pelos Estados Gerais deixava aberta, de algum modo, uma via de legitimidade régia considerada radical (alguns diriam democrática) para o gosto Felipe II, que se preocupou, constantemente, em esclarecer nas instruções que a assembleia servia apenas para fazer valer um direito prévio existente.⁵¹⁷ Não era a fonte da autoridade. Tal perspectiva também foi manifestada pelos *politiques*, cujos panfletos, como

⁵¹⁴ *Les seize a Votre Majesté*. Paris, septembre 1591. AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 73.

⁵¹⁵ “[...] nós receberemos duas vezes mais esta grande e virtuosa princesa, filha de Vossa Majestade, a qual por suas raras virtudes prende todos nossos olhos para si e resplandecendo a união do sangue da França e da Espanha, para em aliança perpétua fazer fraternizar estas duas grandes monarquias sob seus reis ao avanço da glória do nosso senhor Jesus Cristo, esplendor da sua Igreja e união de todos os habitantes da terra sob os sinais do Cristianismo.” *Les seize a Votre Majesté*. Paris, septembre 1591. AGS, EST, K, LEG.1579. fol.73.

⁵¹⁶ “Por el contrario, lo que establece la monarquía es la propia dignidad del territorio, la decisión del pueblo y las virtudes del candidato. Los tres elementos se reunían en la persona de Isabel Clara Eugenia y su aceptación nacía de la autoridad que se atribuía al consejo del monarca español.” RUIZ IBAÑEZ, José Javier. SABATINI, Gaetano. Entre Aguirre y el Gran Rey. Los discursos de la elección de Felipe II al trono de Francia en 1591. In: MARCOS MARTÍN, Alberto. (coord) *Hacer historia desde Simancas. Homenaje a Jose Luis Rodríguez de Diego*. Valladolid, Junta de Castilla y León. 2011. pp. 701-724. p. 714.

⁵¹⁷ *El Intento que tiene Su Ma^d en las cosas de Francia y ha mandado y es servido que se procure encaminar en los Estados Generales*. En Madrid, a 25 de enero 1592. AGS, EST, LEG.2220/2, DOC. 276.

veremos no próximo capítulo, acusaram os *seize* de serem democráticos e de se governarem pela desordem da multidão.

Os documentos citados anteriormente fazem parte de um conjunto de papéis levados da França à Madrid por um agente espanhol, o franciscano Matheo Aguirre. Aqueles foram sendo recolhidos durante a missão do religioso no norte da França, responsável por estreitar os vínculos do rei da Espanha com os eclesiásticos franceses e membros do terceiro Estado, à revelia do Duque de Mayenne.⁵¹⁸ Os contatos estabelecidos com católicos das localidades no noroeste da França revelavam a existência de um ponto de consenso entre os *ligueurs* (menos Mayenne, talvez), os *Seize* e Felipe II: a necessidade urgente da eleição de um rei católico. Segundo a leitura de Matheo Aguirre, tal fato poderia ser decisivo inclusive para vencer a desconfiança dos *politiques* e fazê-los abandonar o apoio a Henrique de Navarra:

[...] dos cosas los han apartado de nuestro partido, conuiene a saber el mal tratamiento que algunos han recebido de la Turba popular y el miedo que ellos han tenido de caer debajo del gobierno que se llama democracia, o el truco de todo el estado en una nacion estrangera, pero la elecion de un catholico frances y la protecion en la qual el los podria de aqui adelante receuir y poner, los libreria de todos estos miedos porque no esta aun en nuestras manos el poder extirpar la mayor y mas gran parte de la nobleza de una naçion tanto tiempo ha tan noble juntamente con los mayores y mas grandes del clero, ni es cosa que nadie pueda hazerla sino solo aquel que consintiesse una entera subversion deste estado.⁵¹⁹

Claro está, a iniciativa de Felipe II e sua insistência na convocatória dos Estados Gerais derivavam da sua ambição em coroar a sua filha. Mas, como podemos ver, a missão de Matheo Aguirre nos revelava que havia todo um movimento perpetrado por diferentes grupos católicos na França que apoiava e implorava por essa proteção do Rei Católico, ainda que esse apoio seja, na

⁵¹⁸ RUIZ IBAÑEZ, José Javier. SABATINI, Gaetano. Op. cit. p. 708.

⁵¹⁹ AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 39.

prática, difícil de dimensionar se consideramos a totalidade do reino francês. Ao que tudo indica, a possibilidade de Isabel Clara assumir o trono francês não era uma veleidade de Felipe II, uma vez que Margarida de Valois teria cogitado, por volta de 1588, abrir mão dos seus próprios direitos em nome da sua sobrinha.⁵²⁰ Os ouvidos do rei eram inundados com todos esses pedidos, e ele se mostrou sensível aos apelos. Apesar de não ter ele mesmo estimulado a sua candidatura, muitos franceses acabaram por enxergar nessa opção a única viável para restaurar a unidade do catolicismo na França. “La afirmación de la paternidad política de Felipe II fue una constante durante la peripecia de los *seize* radicales y sólo al final, y por ausencia de otras posibilidades, se tradujo en la formulación de un proyecto de proclamación de Felipe como soberano de Francia.”⁵²¹ Como destacou Serge Brunet, as sensibilidades religiosas ultrapassavam as meras fronteiras geográficas, consistindo em um fator fundamental de identidade coletiva. Dentre os exemplos que o autor forneceu, consta a importação e tradução de livros devocionais espanhóis na França, bem como a introdução da ordem dos Carmelitas Descalças na primeira década do século XVII.⁵²² Para os chamados católicos *zélés*, sem dúvida, Felipe II era o Hércules da cristandade.

Contudo, os príncipes da Liga Católica, eles mesmos com seus interesses particulares sobressaindo-se muitas vezes nas negociações, se mostraram menos convencidos e até mesmo desconfiados dessa imagem de Felipe II. Juan Bautista de Tassis, um dos principais negociadores de Felipe II na França [e nos Países Baixos], reportou o desconforto demonstrado pelos *ligueurs* quando ele solicitou que fosse adicionado um capítulo ao tratado de Joinville, no qual aqueles declararariam a Felipe II como imperador do Ocidente. Segundo relatou ao rei, eles prometeram “honralle por tal, pero como luego

⁵²⁰ BRUNET, Serge. Entre la armada invencible y las barricadas parisinas. Felipe II y la Liga. RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. & DUBET, Anne. *Las monarquías española y francesa (siglos XVI-XVIII). ¿Dos modelos políticos?* Madrid: Casa de Velázquez, 2010. p. 75.

⁵²¹ “A afirmação da paternidade política de Felipe II foi uma constante durante a peripécia dos *seize* radicais e somente ao final, e por ausência de outras possibilidades, se traduziu na formulação de um projeto de proclamação de Felipe como soberano da França.” RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. SABATINI, Gaetano. Op. cit. p. 714.

⁵²² BRUNET, Serge. Op. cit. p. 384-385.

cayessen en que esto tirava a ganar la precedencia a la corona de Francia, volviendo los ojos a lo que siempre que esto les seria ymputado a ynfamia y deshonra, se excusaron dello [...].”⁵²³ Com a recusa dos Guise e seus aliados em comprometer-se a fundo com o Rei Católico⁵²⁴, percebe-se o delineamento de dois perfis de aliados de Felipe II na França:

Si para Guisa y su entorno el rey no es sino un mero protector, un aliado exterior, para el obispo de Comminges o para algunos de los radicales parisinos la función de la monarquía de Felipe II debía ser la de liderar la renovación católica. Ambos encontraban un modelo en la monarquía que encajaba, como argumento o como perspectiva, en las propias proyecciones de sus políticas particulares.⁵²⁵

Dentre as várias consultas encomendadas por Felipe II, encontra-se a proposta por Francisco Álvarez de Ribera, *Sobre los derechos de la infanta Isabel Clara Eugenia al ducado de Bretaña*, elaborada em 1589.⁵²⁶ Nesse manuscrito, o autor traçou toda a genealogia da infanta por parte de sua mãe, Isabel de Valois, irmã mais velha de Henrique III, de modo a comprovar que ela era herdeira legítima, pelo direito de primogenitura, do Ducado da Bretanha, onde a lei sálica não tinha sido aplicada. Com o fim da linhagem masculina após o assassinato de Henrique III, a sucessão do Ducado de Bretanha deveria recair na herdeira da primogênita, Isabel de Valois.

Uma vez que não se tem dúvida sobre os verdadeiros direitos da infanta, Ribera retomou o conceito da guerra justa para legitimar a pretensão da Monarquia Hispânica de validar os direitos de Isabel Clara:

⁵²³ “Honra-lhe por tal, mas como logo recaíssem em que isto levava a ganhar a precedência à coroa da França, voltando os olhos a que sempre isso lhes seria imputado a infâmia e desonra, e se eximiram disso.” *Juan Bautista de Tassis. Ynstruccion y acuerdo que lleva el Sr comendador Moreo*. De Joynvile, a 17 de enero 1585. AGS, EST, LEG. 2846, fol. 79.

⁵²⁴ No começo da década seguinte, o duque de Mayenne e seu séquito ainda se recusavam a declarar Felipe II como protetor da França. VAZQUEZ de PRADA, Valentín. Op. cit. p. 348-349.

⁵²⁵ “Se para Guise e seu entorno o rei não é senão um mero protetor, um aliado exterior, para o bispo de Comminges ou para alguns dos radicais parisienses a função da monarquia de Felipe II devia ser a de liderar a renovação católica. Ambos encontraram um modelo na monarquia que encaixava, como argumento ou como perspectiva, nas próprias projeções de suas políticas particulares. BRUNET, Serge. Op. cit. p. 84

⁵²⁶ *Sobre los derechos de la Infanta Isabel Clara sobre el Ducado da Bretaña*. Nápoles, 22 de octubre de 1589. BNE, MSS/18633/22. fol. 9r.

[...] en caso que no se restituyere este estado a la sereníssima Infanta sin controversia ni dificultad pues *es su verdadera y legitima herencia*, si será licito hazerse la justicia con sus manos por fuerça de armas, del qual punto tratase con toda brevedad, pues según theologos, derecho canonico y Imperial y doctores entrambos derechos, se a comúnmente resoluto que para cobrar lo que a alguno injustam^{te} le esta ocupado se pueda usar de esta fuerça y se llama justa guerra [...].⁵²⁷ (grifo nosso)

Esse documento é interessante porque revela todo o esforço para elaborar o amparo jurídico para apoiar a ascensão de Isabel Clara ao trono francês, como legítima sucessora do Ducado de Bretanha. O argumento principal é que a herança do Ducado de Bretanha era legítima pelo direito de primogenitura, já que Isabel de Valois, mãe de Isabel Clara, era a filha mais velha de Henrique II. Do outro lado do campo de batalha, Henrique de Bourbon, Príncipe de Béarne, utilizava os mesmos argumentos para apoiar a sua ascensão do trono. Era, por fim, uma disputa pelo monopólio do discurso da legitimidade, no qual a defesa da religião [verdadeira] aparece como mais um elemento, mas fundamental, como Henrique teve por fim de reconhecer.

Para amparar as reivindicações da infanta e, em última instância, da Monarquia Hispânica, o autor desse pequeno tratado se baseou nas afirmações de Santo Agostinho sobre a guerra justa.⁵²⁸ *In illo tempore*, esse instrumento era nada mais que um artifício retórico para dar uma feição de

⁵²⁷ “No caso em que não se resituisse este Estado à sereníssima infanta sem controvérsia nem dificuldade *pois é sua verdadeira e legítima herança* será lícito fazer a justiça com as próprias mãos, por força de armas, de qual ponto trata-se com toda brevidade pois segundo teólogos direito canônico e imperial e doutores entre ambos direitos, se tem comumente resolvido que para cobrar o que à algum injustamente lhe está ocupado se pode usar desta força e se chama guerra justa.” Ibid. fol. 8v.

⁵²⁸ Sobre a noção de guerra justa agostiniana: “En primer lugar, trata de castigar el mal. Cuando se hace necesario el uso de la fuerza para infligir un castigo, la conducta recta exige que los hombres buenos hagan la guerra en obediencia a Dios o a la autoridad establecida [...] La paz, entendida como la tranquilas ordinis, es el segundo y gran objetivo de la guerra justa. A su vez, el orden es la distribución de todas las cosas en su lugar adecuado”. “Em primeiro lugar, trata-se de castigar o mal. Quando se faz necessário o uso da força para infligir um castigo, a reta conduta exige que os homens bons façam a guerra em obediência a Deus ou à autoridade estabelecida. [...] A paz, entendida como a tranquilas ordinis, é o segundo e grande objetivo da guerra justa. A sua vez, a ordem é a distribuição de todas as coisas em seu lugar adequado.” FERNÁNDEZ SANTAMARÍA, José Antonio. *El estado, la guerra y la paz. El pensamiento político español en el renacimiento*. 1516-1559. Madrid: AKAL, 1988. p. 131.

legitimidade à guerra. “Imediatamente después del fracaso de la Armada Invencible, cénit de la política contrarreforma hispano-católica, el Habsburgo de Madrid podía concebir así su última tentativa de pacificación de la cristiandad”.⁵²⁹ Para livrar a consciência dos efeitos nefastos da guerra, Ribera evocava a autoridade de Santo Agostinho:

[...] por el derecho divino y pontifical permitido, pregunta pues Augustino, que se reprehende en la guerra que mueren muchos que assi como avian de morir a fin que puedan imperar en Paz los vencedores, reprehender esto es mas de hombres temerosos que religiosos.⁵³⁰

A partir da análise dos argumentos desenvolvidos na consulta de Ribera, evidencia-se que a construção do discurso político da legitimidade do poder temporal, no calor das disputas pela sucessão do trono, revestiu-se, como diz Quentin Skinner, de um arsenal de armas ideológicas, que procurou mobilizar especialmente a tradição jurídica, amparado no direito comum da primogenitura e, em menor escala, do direito divino e canônico. Os argumentos de Ribera, de modo geral, estão em consonância com os pareceres das demais consultas, em particular a de Francisco Zapata, analisadas mais detidamente por José María Iñurritegui Rodríguez.⁵³¹

Qualquer soberano europeu, mesmo católico, se alarmaria com as palavras universalistas com as quais Ribera concluiu a consulta: o rei Felipe II, onipotente, único defensor da fé, tornou-a segura em todo o orbe e, portanto, “[...] esta [empresa] se offresce para mayores cosas del bien universal de la xpandad, como seria que la catholica y Real corona de España juntasse en Europa lo que ay desde el Rin hasta el estrecho de Gibraltar, seria gran servicio

⁵²⁹ IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. «El intento que tiene S.M. en las cosas de Francia». El programa hispano-católico ante los Estados Generales de 1593. In: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, H.a Moderna, t.7, 1994. pp.331-348. p. 335.

⁵³⁰ “Pelo direito divino e pontifical permitido, pergunta pois Agostinho, que se repreende na guerra que morrem muitos que assim como haviam de morrer a fim de que pudesse imperar em Paz os vencedores, repreender isso é mais de homens temerosos que religiosos.” *Sobre los derechos de la Infanta Isabel Clara...*, fol. 9r.

⁵³¹ Ibid.

de nuestro señor y ensalzamiento de la fe [...]”⁵³² Era a linguagem da Monarquia Universal que, evidentemente, fora deixada de lado no discurso do Rei Católico, quando mandou publicar em Douai uma declaração clamando pela união dos príncipes católicos contra os hereges e apelando pela libertação de Carlos X:

Nous tournions nos armes unanimement contre les autres provinces comandeées par les hereticques: à fin qu’iceux estans exterminiez, les Chrestiens puissent arracher des mains des barbares & infidelles la terre Sainte, que l’ancienne Noblesse Catholicque avoit si valeureusement gagnée. [...] les preparatifs que nous faisons ne tendent à autre but que pour l’exaltation de nostre mere sainte Eglise Catholique Apostolique Romaine, repos de bons catholiques sous l’obeissance de leurs princes legitimes, extirpation entiere de toute sortes d’heresies, paix et concorde de Princes Chretiens. ”⁵³³

A procura da harmonia da República Cristã baseada na paz e concórdia entre os seus líderes se converteu no argumento central da propagandística hispânica. Após a morte de Henrique III, era mister buscar outro indivíduo que pudesse levar o nome de cristianíssimo. O discurso oficial, conforme instruiu Felipe II a Bernardino de Mendoza e o comendador Moreo, era apoiar a ascensão do cardeal de Bourbon e manter o duque de Mayenne como *lieutenant générale du royaume*. Como o cardeal estava preso e o seu futuro incerto, Felipe II aproveitou a ocasião e pediu aos seus agentes para propagar, discretamente, a causa da infanta.

⁵³² “Esta se ofereçe para maiores coisas do bem universal da cristandade, como seria que a católica e Real coroa da Espanha juntasse na Europa o que há desde o Rin até o estreito de Gibraltar, seria grande serviço de nosso Senhor e alargamento da fé.” Ibid.

⁵³³ “Nós voltamos as nossas armas unicamente contra as outras províncias comandadas pelos heréticos: de modo que, estando estes exterminados, os Cristãos possam arrancar das mãos dos bárbaros e infiéis a Terra Santa, que a antiga Nobreza Católica tinha tão valentemente ganhado. Os preparativos que nós fazemos não tendem a outro objetivo que à exaltação da nossa Santa Mãe Igreja Católica Apostólica Romana, repouso dos bons católicos sob os seus príncipes legítimos, extirpação completa de todo tipo de heresias, paz e concórdia entre os Príncipes Cristãos.” *Declaration du Roi d’Espagne sur les troubles, miseres & calamitez qui affligent la Chrestienté & notamment le Royaume de France. Avec les lettres de Sa Maiesté au clergé pour fournir de leurs moyens aux fraiz de la guerre*. Donné à Madrid, le 8 jour de Mars 1590. Douai: Par Jean Bogard, imprimeur de Sa Maiesté Catholique. p. 7-8.

[...] Que no dexen de echar en las orejas a alg^{os} diestramente los derechos de la señora infanta a los estados que adquirieron los Reyes por hembras y por via de casamientos, y los que por otra parte se tienen alla usurpados a su M^d pero esto no se diga todo junto sino una vez una y otra otro con disimulacion y ocasion para descubrir tierra y animos y notar como se recibe sin dar mala satisfacion.⁵³⁴

A missão dos três ministros encontrava a sua principal diretriz. Na prática, o monarca parece ter moderado alguns dos *planteamientos* de Ribera e seguido as objeções que os jesuítas levantaram na ocasião da Invencível Armada. Em uma carta a *don* Diego de Ibarra, o rei insistiu que o ministro desconsiderasse os projetos que apoiassem a sua própria coroação ou a do príncipe herdeiro ao trono francês, pois este fato

Hinchiria de mayores sombras a todos los Principes y potentados teniendo la Union de las Coronas y el poder excessiuo que ternian y los que en francia lo tratan no dexaran de entender lo, sino que qerran hechar este çevo a ver si con el nos empeñamos en hartar les su sed de dinero para con esto yr ellos estableciendo sus cosas a mi costa [...]"⁵³⁵

E, nesse momento, a experiência de 1588 ecoava na França de 1593. A despeito dos pedidos que lhe foram feitos, o monarca não endossou o apelo que lhe fizeram para se tornar imperador da França.⁵³⁶

⁵³⁴ “Que não deixem de jogar nas orelhas de alguns destramente os direitos da senhora infanta aos Estados que adquiriram os reis por mulheres e por via de casamentos, e os que por outra parte têm-se ali usurpados a Sua Magestade, mas que isso não se diga tudo junto, senão uma vez uma e outra com dissimulação e ocasião para descobrir terra e ânimos e notar como se recebe sem dar má satisfação.” *Instruccion a Bernardino de Mendoza y comendador Moreo*. Sem data, provavelmente setembro ou outubro de 1589. AGS, EST, K, LEG.1449. fol. 51.

⁵³⁵ “Incharia de maiores sombras a todos os Príncipes e potentados ocorrendo a União das Coroas e o poder excessivo que teriam, e os que na França tratam-no não deixarão de entendê-lo, mas que vão querer lançar este sebo, a ver se com ele nos empenhamos em saciar-lhes sua sede de dinheiro, para com isto eles irem estabelecendo suas coisas a meu custo”. *Su Majestad a don Diego de Ibarra*. De San Lorenzo, a 30 de mayo de 1592. AGS, EST, K, LEG.1450, DOC.148.

⁵³⁶ Já em 1588, Felipe II repreendera o comendador Moreo por ter se precipitado nas negociações para que Liga declarasse o Rei Católico imperador da França. Em uma nota à margem do bilhete que lhe dera Juan de Idiaquez, afirmara que “yo tengo ya muchos años pa mudar agora nombre...” *Del secretario Idiaquez a Su Majestad*. AGS, EST, LEG.595. fol. 33.

CAPÍTULO 6: OS MINISTROS SE APRESENTAM: A CONVOCAÇÃO DOS ESTADOS GERAIS

No final do ano de 1590, as circunstâncias fizeram com que Felipe II tivesse que mudar a composição dos ministros na França. Com a morte do comendador Moreo, Juan Bautista de Tassis permaneceu, desde Bruxelas, dirigindo a intervenção na França sob o comando do duque de Parma. Diego de Ibarra foi escolhido para substituir Bernardino de Mendoza em novembro de 1590, quando finalmente o embaixador recebeu a permissão para deixar o cargo. Ibarra recebeu as primeiras instruções para sua estadia na França nesse mesmo mês. A tarefa mais urgente que lhe incumbiam era pressionar Mayenne para acelerar a convocatória dos Estados Gerais:

[...] Y acordareys y insistireys sobretudo con el Duque [Mayenne] en lo de la elecion de un Rey Cat^{co} que me sea confidente y agradable con quien, como esta dicho, se puedan juntar los derechos de la infanta de que ya vais enterado y esto por medio del parlamento de Paris como alla se ha escrito y lo llevays entendido, evitando en todo caso la dilacion de la junta de los estados por los muchos inconvy^{es} y daños que se seguirian de tardarse que todos se cortan y remedian por el medio del dicho parlamento que es el mas cierto camino y atajo para el buen assiento de las cosas.⁵³⁷

Após a morte do cardeal de Bourbon, o rei da Liga, a convocação dos Estados Gerais para decidir a eleição de um novo monarca se tornou mais urgente. Mayenne havia convocado uma primeira assembleia em Órleans, em meados de 1591. Nessa conjuntura, Felipe II decidiu nomear o duque de Feria o seu representante nos Estados Gerais. Grande de *España*, a condição nobre de Feria equiparava-se à importância da serviço encomendado. Na França, Feria deveria ser assessorado por Juan Bautista de Tassis e d. Diego de Ibarra. Em um tom exagerado, mas levemente divertido, Herrera y Tordesillas relatou

⁵³⁷ “E lembareis e insistireis sobretudo com o Duque [Mayenne] na eleição de um rei católico que me seja confidente e agradável com quem, como está dito, se possam juntar os direitos da infanta dos quais já está consciente, e isso por meio do Parlamento de Paris como ali se escreveu e o tens entendido, evitando em todo o caso a dilação da junta dos estados pelos muito inconvenientes e danos que se seguiriam o atraso, que todos se cortem e remediem pelo meio do dito parlamento que é o mais certo caminho e atalho para o bom assento das coisas.” *Lo que vos Don Diego de Ibarra haueis de hacer en esta jornada adonde al presente os embio 18 de novembro de 1590.* AGS, EST, K, LEG.1449. fol. 172.

que “por estos cuatro ministros dixerón los Franceses que el Rey Catholico enviaba los quatro elementos.”⁵³⁸ Cabrera de Córdoba recontou essa anedota com uma pitada de malícia sobre Tassis:

Juan Baptista de Tassis tenía experiencia de negocios y era práctico de la nación con quien habia de negociar y de los medios, mas era tardo y viejo; por esto se dixo envió el Rey los elementos á esta gran embajada, el agua el Duque de Feria, el aire D. Iñigo, el fuego D. Diego, la tierra Juan Baptista por la flema y la vexe.⁵³⁹

Em novembro de 1591, as instruções do rei começaram a ser encaminhadas desde a Espanha ao duque de Feria e aos outros ministros. Nesse quadro, duas questões urgentes se sobressaíram: convencer a Santa Sé e os franceses indecisos de que Felipe II não desejava apoderar-se do reino francês por razões de Estado e, além de sustentar os direitos sucessórios da infanta, encontrar um marido ideal para Isabel Clara.

Os tópicos das várias instruções começavam pelo endosso aos direitos de sangue e de sucessão da infanta, herdados pela via materna. O príncipe de Béarne, apesar da inegável superioridade do seu direito sanguíneo, estava excluído por ser herege e relapso, excomungado pelas bulas de Sixto V e Gregório XIV. Nesse sentido, deveriam ser questionados a validade da lei sálica, apontá-la como “invenção” ou mau costume. Se os deputados objetarem esse ponto, os ministros do rei poderiam classificá-la como lei injusta, portanto inválida. Se a proposta inicial fosse rechaçada, o caminho seria endossar a eleição de um rei católico que fosse aprazível ao rei da Espanha. A preferência, claro, recaía sobre um dos amados sobrinhos da casa de Áustria, o arquiduque Ernesto, com a desculpa de solucionar os conflitos entre os pretendentes franceses ao apontar um pretendente de “fora”.⁵⁴⁰ O argumento era similar ao

⁵³⁸ HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia de Antonio de Herrera, criado de Su Magestad, y su coronista mayor de las Indias, de los sucesos de Francia, desde el año de 1585 hasta el fin del año de 1594*. En Madrid, por Lorenzo de Ayala, 1598. fol. 215r.

⁵³⁹ *Historia de Felipe II, rey de España*. Madrid: Imprenta Sucesores de Rivadeneyra, 1877. Tomo IV, p. 13.

⁵⁴⁰ “Que si no obstante la razon que ay para lo que queda dicho quisieren franceses elegir ellos ning^a cosa pueden hazer mas en su fauor para quitar las competencias de los Principes de aquel reyno y assentar bien las cosas del que nombrar por su Rey a uno de los sobrinos de Su

discurso feito pelos dos jesuítas ingleses anos antes, quando se procurava justificar a causa da infanta alegando ser essa a melhor maneira de apaziguar a competição infundável entre príncipes ambiciosos. A instrução do monarca procurava ressaltar esse ponto:

Que si no obstante la razon que ay para lo que queda dicho quisieren los franceses elegir ellos ninguna cosa pueden hazer mas en su favor para quitar las competencias de los Principes de aquel Reyno y assentar bien las cosas de aquel que nombrar por su Rey a uno de los sobrinos de su M^d.⁵⁴¹

Outro ponto levantado, também semelhante ao discurso dos jesuítas ingleses, era a força que exerceria o protetorado de Felipe II sobre o possível casal real. Contra os hereges e príncipes ambiciosos, “amigos de su lengua natural”, o rei da Espanha estaria pronto para socorrê-los e defendê-los. Caso a sugestão ainda fosse repelida, finalmente Felipe II aceitaria a eleição do duque de Guise ou um dos príncipes da Casa de Lorena, embora tivessem ampla rejeição por serem considerados estrangeiros. Mas toda a informação deveria ser mantida em segredo.

Não obstante, o duque de Mayenne seguia impondo obstáculos ao projeto, perpetrados pela demora da convocatória dos Estados Gerais e pelo adiamento das reuniões; quando os deputados finalmente se reuniram, Mayenne propôs uma trégua com os navarristas e negociou secretamente com Henrique de Bourbon.⁵⁴² Para conseguir o apoio de Mayenne à causa da infanta, o duque de Feria teve que ceder a uma série de demandas que envolviam desde

Md hermanos del emp^{or} el que Su Md mismo escogiere por que casando el elegido con la señora infanta se interessa del todo Su Md en socorrer los y defender los como lo han menester [...]”. *Lo que Su M^d ha mandado que se advierta a Don Diego de Ibarra sobre lo que se ha de procurar encaminar en los estados generales de Fran^a a que embia al Duque de Feria*. 6 de noviembre 1591. AGS, EST, K, LEG. 1450, DOC. 91.

⁵⁴¹ “Que, se não obstante, a razão que há para o que fica dito quizerem os franceses eleger eles [mesmos], nenhuma coisa podem fazer mais em seu favor para findar as competições dos Príncipes dauele Reino e assentar bem as coisas daquele que nomear por seu Rey a um dos sobrinos de sua Majestade.” *El Intento que tiene Su Ma^d en las cosas de Francia y ha mandado y es servido que se procure encaminar en los Estados Generales*. En Madrid, a 25 de enero 1592. AGS, EST, LEG.2220/2, DOC. 276.

⁵⁴² *Don Diego de Ibarra a don Juan de Idiaquez*. De Paris, a 5 de abril 1585. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 9.

exorbitantes somas de dinheiro à vastas concessões territoriais.⁵⁴³ Mas aquele apenas obteve uma [vã] promessa oral de Mayenne, que acabou por iniciar o assédio a Noyon ao mesmo tempo que os Estados Gerais se juntavam como desculpa para afastar-se de Paris e confirmar o seu compromisso.⁵⁴⁴

De imediato, a reunião dos Estados Gerais converteu-se num espaço de manobra de Felipe II e seus ministros. Nos bastidores, a ordem era negociar as *parcialidades* e os *interesses particulares* de cada um dos representantes:

De razon en los estados los diputados eclesiasticos y los de las buenas villas como gente llana y a quien esta bien la quietud y justicia seran mas faciles de atraer y con menos intereses y ver los a ellos inclinados moderara las pretensiones de la nobleza que tiene mas levantada la mira de sus acreçentamientos y se podra con los unos hazer contrapeso a los otros y negociar mas con todos.⁵⁴⁵

Embora o motivo central da reunião fosse eleger um rei católico, com o apoio da Monarquia Hispânica e do papa, Felipe II parecia compreender que os *intentos* que tinha somente iriam se concretizar por meio do aliciamento dos deputados e das lideranças *ligueuses*. A expectativa era que, frente à inimizade entre o duque de Mayenne – tio – e o duque de Guise – sobrinho, os ministros pudessem aproveitar este espaço para reforçar os laços com os deputados e outros integrantes da nobreza.

Quando o duque de Feria finalmente iniciou a viagem da Itália rumo à Bruxelas, cruzando o caminho espanhol, levou consigo o jurista Iñigo de Mendoza, parente da sua esposa, para assessorar nas questões legais. Feria e Tassis estiveram em Soissons, nos primeiros meses de 1593, para garantir o suporte de Mayenne. Nos primeiros dias de março, após a finalização do

⁵⁴³ *Copia de una cedula que firmaron el Duque de Umena y el de Feria. De Soissons, 28 febrero 1593.* AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 19.

⁵⁴⁴ VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. Op. cit. p. 398.

⁵⁴⁵ “Dê razão nos Estados aos deputados eclesiásticos e os das boas vilas como gente comum e a quem está bem a quietude e justiça, serão mais fáceis de atrair e com menos interesse, ver os que a eles inclinados moderará las pretensiones de la nobleza, que tem mais levantada a mira de seus acrescentamentos, e se poderá com uns fazer contrapeso aos outros e negociar mais com todos.” *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis y don Diego de Ibarra.* De Madrid, a 25 de março 1592. AGS, EST, K, LEG.1450, DOC. 130.

acordo, aqueles deixaram a Borgonha e seguiram o caminho para Paris, onde os esperava Diego de Ibarra.⁵⁴⁶

A abertura dos Estados Gerais em Paris ocorreu em 26 de janeiro de 1593. O duque de Fera e Tassis alcançaram a cidade a princípios de março, mas o duque esperou até o mês seguinte para se apresentar no palácio do Louvre. Sexta-feira, 2 de abril de 1593, d. Lorenzo se vestiu ricamente e ostensivamente para a reunião:

Salio de su cassa a pie con vestido guarnecido y botones de oro y ambar y gorra adrecada con pieças de rubies y pluma de oro de rubies y plumas negras com martinetes blancos acompañado de todos los capitanes y alferes spañoles ytalianos y otros soldados principales y sus criados y gentileshombres.⁵⁴⁷

O aristocrata foi recebido ao pé da escada do palácio do Louvre pelo arcebispo de Aix, Gilberto Ginebrardo, e logo chegaram Emanuel, filho segundo de Mayenne e alguns outros deputados; no final da escada foi saudado pelo Cardeal de Sens, Nicolas Pellevé.⁵⁴⁸ Fera descreveu a Felipe II como era o cenário da assembleia:

[...] venimos hasta una sala muy grande, la qual estava colgada de tapiçeria, y a un lado un tablado alto adonde estavan la Duquesa de Guisa y sus hijas, y la Duquesa de Monpensier, y otras damas, y por la sala bancos de los diputados de todas tres camaras q se juntaron, y en medio una mesa para los secretarios. Y mas delante un dosel y debaxo una tarima grande cubierta de Alhombras, y en

⁵⁴⁶ *Relacion del viaje del Duq de Fera por Italia, Suiza y Francia*. ADM, Archivo Histórico, LEG.52, ramo 8. fol. 13.

⁵⁴⁷ “Saiu da sua casa a pé com vestido guarnecido e botões de ouro e âmbar, e chapéu adereçado com peças de rubis e pluma de ouro de rubis e plumas negras com martinetes brancos, acompanhado de todos os capitães e alferes espanhóis, italianos e outros soldados principais, e seus criados e gentis-homens. Ibid.

⁵⁴⁸ Era também arcebispo de Reims.

medio del dosel una silla que estuvo vazia, la qual dizen q esta puesta para representar la persona real.⁵⁴⁹

Após todos tomarem os seus devidos lugares, Feria proferiu uma oração em latim e, ao fim, leu uma carta de Felipe II dirigida a todos os representantes da assembleia. Antonio de Herrera y Tordesillas reproduziu o discurso em castellano em sua *Historia de los sucesos de Francia*, e o mesmo foi publicado em francês sob o título *Harangue faict en l'assemblée generale des trois Estats de France, le second d'avril, par le Tres-illustre et le tres excellent Duc de Ferie*.⁵⁵⁰

Figura 9: Felipe II oferece ao céu o infante don Fernando.

Óleo sobre tela

Tiziano

1571-1575

Fonte: Museo del Prado



A oração começava lembrando o tratado de paz que inaugurou uma nova era de amizade entre Felipe II e Henrique II. Destacou-se o esforço deste em erradicar a

heresia, malgrado a sua morte inesperada que levou à mudança da política de repressão aos hereges. Daí em diante, a heresia se espalhou no reino francês com a complacência dos reis e, quando os conflitos eclodiram, foram enviadas, por diversas vezes, ajuda financeira e militar de Felipe II para socorrer a monarquia francesa. Ancorado na retórica da benevolência do Rei Católico, o

⁵⁴⁹ “Vimos até uma sala muito grande, que estava pendurada de tapetes, e a um lado [havia um] tablado alto aonde estavam a duquesa de Guise e suas filhas, e a duquesa de Montpensier, e outras damas, e por toda a sala bancos dos deputados das três câmaras que se juntaram; e no meio uma mesa para os secretários. E mais adiante um dossel e debaixo um estrado grande coberto de carpetes, e no meio do dossel uma poltrona que esteve vazia, a qual dizem que está posta para representar a pessoa real. *El duque de Ferie a su Majestad*. De Paris, 8 de abril 1593. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 34.

⁵⁵⁰ *Harangue faict en l'assemblée generale des trois Estats de France, le second d'avril, par le Tres-illustre et le tres excellent Duc de Ferie, au nom du Roy Catholique, pour l'election d'un Roy Tres-Crestien*. A Lyon, par Jean Pillehotte, Librairie de la S. Union, M.D. XCIII.

discurso de d. Lorenzo mudou o tom e passou a tratar das injúrias que os Reis Cristianíssimos fizeram ao seu rei, todas respondidas apenas com a dissimulação. Lembrou a ajuda de Catarina de Médici ao prior do Crato e a intervenção militar do duque de Alençon nos Países Baixos, que resultou na tomada injusta da cidadela de Cambrai. Das desordens do reino galicano emergiu o grupo de príncipes da casa de Lorena que desejavam ver restituída a religião católica, que tem recebido desde então o amparo de Felipe II. Ao concluir, o duque de Feria afirmava que o Rei Católico acreditava que somente a eleição e aclamação de um novo rei, totalmente fiel à religião católica, garantiria a conservação e salvação do reino. Seria o único meio de pôr fim às desordens e levantar a defesa contra os inimigos.⁵⁵¹

O cardeal de Sens respondeu à oração de Feria com um discurso aos franceses sobre a tradição dos governantes da *Gália* e da *Hispania* em defender a religião católica romana. No caso desta última, são alabados os feitos desde Trajano até Carlos V, centenas de anos de história na qual os reis *verdadeiramente católicos* têm lutado incessantemente para amparar a velha religião. Nesse panorama, destaca-se Felipe II:

Mais à tous ceux-là sera à bon droit preferé Philippe vostre Roy, qui a Tant & tant fait de guerres pour maintenir l'honneur & autorité de la Religion Catholique, Apostolique & Romaine: qui a employé tout son age non tant à estendre les bornes de son empire & domaine (quoy qu'il ensegue une bonne partie de la terre) qu'à defendre et amplifier la foy de JesusChrist, & combattre les Heretiques.⁵⁵²

⁵⁵¹ *Harangue fait en l'assemblée generale des trois Estats de France...* p.7-8.

⁵⁵² “Mas a todos aqueles será a justo direito preferido Felipe vosso Rei, que tem feito tantas guerras para manter a honra e autoridade da Religião Católica, Apostólica e Romana: que tem empregado toda a sua era não tanto em estender as fronteiras de seu império e domínio (embora ele alcance boa parte da terra) quanto em defender e ampliar a fé de Jesus Cristo, & combater os heréticos.” *Response de l'Illustrissime et Reverendissime Nicolas de S. Praxede Cardinal de Pellevé, Archevesque de Reims, premier pair de France, à la Harangue susdict au nom des trois Estatz.* A Lyon, par Jean Pillehotte, Librairie de la S. Union, M.D.XCIII. p. 19.

Como podemos perceber, toda a linguagem política empregada pelos ministros do Rei Católico e seus apoiadores se voltava para a exaltação da religião católica como princípio em si mesmo superior a todos os outros, cuja verdade contida era mais que suficiente para rebater todos os inconvenientes erigidos contra a causa da infanta. Contra os *politiques*, o discurso reiterava que a religião encimava o Estado. Nicolas Pellevé reforçava o seu argumento ao lembrar do empenho do Rei Prudente na luta contra os turcos, projetando a imagem de Felipe II como o campeão do catolicismo. Imagem essa já imortalizada na tela de Tiziano (Figura 9), que celebrava o sucesso da batalha de Lepanto, ocorrido por inspiração divina, enquanto subjugava e humilhava o turco com correntes.

No dia 29 de maio de 1593, chegou a vez de Juan Bautista de Tassis apresentar ante os deputados o seu discurso, no qual proclamava a principal vantagem que a causa infanta traria ao povo francês. Tassis, que consideramos o mais pragmático dos ministros, se encobria com os mesmos artifícios retóricos demonstrados nos discursos precedentes. A causa da infanta era infinitamente superior porque promoveria a restauração do catolicismo e a extirpação das heresias no reino francês. “Sa majesté n'a rien plus à coeur que la conservation de la religion en ce royaume, et moyennant que cela puisse réussir, toutes autres choses luy sont, pour ce respect, de petite considération.”⁵⁵³ Após esse breve discurso em francês, o jurista Iñigo Mendoza declamou uma arenga de quase duas horas, em latim, na qual

⁵⁵³ “Nada é mais presente no coração de Sua Majestade que a conservação da religião neste reino, e contanto que possa ter sucesso, todas as outras coisas lhe são, por causa disso, de pouca consideração.” E continua: “La conservation de la religion nous importe assez, plus que nulles autres considérations de ce monde; vous avez pour elle pati très-vertueusement ce que le monde sçait; vous en avez dignement acquis une gloire immortelle et un los indicible: se seroit, ce nous semble, soubz correction, une resolution très-devoyée du bon chemin, ce seroit par trop s'oublier l'abandonner à ceste heure qu'elle est en son plus grand danger et a de besoin de vous plus que jamais; ce seroit perdre ceste belle couronne acquise; à quoy. il ne faut donner lieu aucunement. Dieu est là haut; il sçait en peu d'heures faire beaucoup, et tost ou tard il ne délaisse jamais les siens.” “A conservação da religião nos importa bastante, mais que quaisquer outras considerações neste mundo; vós tendes por ela sofrido muito virtuosamente, o que o mundo sabe, tivestes por ele dignamente adquirido uma glória imortal e um louvor indescritível: seria, nos parece, sob correção, uma resolução muito desviada do bom caminho, seria por muito se esquecer, abandoná-la nesta hora em que está em seu maior perigo e tem necessidade de vós mais do que nunca; seria perder esta bela coroa conquistada; ao que não se pode dar lugar de nenhuma maneira. Deus está lá em cima; ele sabe em poucas horas fazer muito, e cedo ou tarde Ele não abandona jamais os seus.” In: BERNARD, Auguste. *Procès-verbaux des États Généraux de 1593*. Paris: Imprimerie Royale, 1842. p. 243. Uma cópia em espanhol também pode ser encontrada em: AGS, EST, K, LEG.1585, fol. 47.

elencava os direitos da infanta Isabel Clara à coroa da França e ao ducado de Bretanha. Foi dividida em aproximadamente onze tópicos, que abarcavam tanto o direito de primogenitura, o direito sanguíneo e o direito das gentes. De acordo com jurista, o direito das gentes, fundado no direito natural, admitia que tanto as mulheres como os homens pudessem ser admitidos como sucessores, citando exemplos de lugares no qual tal sucessão era permitida, como Hungria, Polônia, Inglaterra, Castela, Portugal, Jerusalem etc.⁵⁵⁴

A tese apresentada por Iñigo em nome do rei da Espanha correspondeu a uma tentativa desesperada de deslegitimar a lei sálica, não apenas do ponto de vista jurídico, mas também histórico. Após a exposição dos argumentos principais, Mendoza iniciou uma narrativa que procurava identificar experiências passadas na França nas quais as mulheres foram contempladas e admitidas como herdeiras. O amplo esforço em desqualificar a lei sálica acabou por incomodar muitos franceses, já que uma lei fundamental do reino francês parecia ser tratada com desdém pelos espanhóis.

Entre os que defendiam a aclamação de Isabel Clara e os realistas, surgiu um terceiro partido, que queria sustentar as pretensões do conde de Soissons (da linhagem borbônica) após a morte de Carlos X da Liga. Além disso, o duque de Lorena insistiu na reivindicação de seu filho, o marquês de Pont-à-Mousson, já que a mãe deste, Claude, era filha mais nova do finado Henrique II. O quadro era muito fragmentado para permitir a vitória do projeto filipino. “Parmi tous les candidats, aucun ne suscite vraiment l’enthousiasme. Dans ces conditions, comment être sûr que le choix de l’assemblée ait une légitimité assez incontestable pour s’imposer à l’ensemble du royaume?”⁵⁵⁵

Durante os meses cruciais de abril, maio e junho, os informes dos ministros revelavam a aspereza com que os planos da Monarquia Hispânica foram recebidos. Em abril, Diego de Ibarra reportou a d. Juan de Idiaquez que o clima de negociação estava desfavorável à causa da infanta, já que poucos

⁵⁵⁴ Discours sur les pretensions de l’infante d’Espagne à la couronne de France, prononcé devant l’assemblée des États Généraux, le 29 mai 1593, par don Iñigo de Mendoza. AGR, section judiciaire. In: BERNARD, Auguste. Op. cit. p. 705.

⁵⁵⁵ “Entre todos os candidatos, nenhum suscitava verdadeiramente o entusiasmo. Nestas condições, como estar seguro que a escolha da assembleia tinha uma legitimidade assaz incontestável para se impor ao conjunto do reino?” JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 380.

deputados haviam sido “ganhos com palavras” e o exército reduzido. Como não se atrevia dizer diretamente ao monarca, Ibarra confessou ao secretário que “no alcanço que bien es en el estado presente ser Rey de Francia y muger de un Principe destes”, acrescentando que tal compromisso demandaria ainda um longo investimento da parte de Felipe II, já que a França estava arruinada, a nobreza agia como “tirana” e ainda por cima teria um inimigo como o príncipe de Béarne.⁵⁵⁶ Dias depois, escrevia aconselhando o rei a mudar a estratégia adotada em dois pontos:

El uno es persuadir que no se debe apretar agora en la election de Rey pues estando tan desarmado V. M^d podra mal salirse con lo que manda sino q se de con q sustentarse juntos los estados hasta que entre un ex^{to} poderoso de V. M^d, el otro en defecto del prim^o proponer que se eliga a V M^d, o, al Principe. N. S^r y no a la S^{ra} Infanta, pues haviendo de salvarse por su mano y sujetarse a Rey extranjero, mas seguramente y con mayor satisf^{on} se hara dandose a V M^d mismo [...].⁵⁵⁷

O mês de junho de 1593 foi intenso e decisivo nos Estados Gerais. No dia 11, os deputados perguntaram aos ministros de Felipe II se esse tinha a intenção de casar a infanta. Diante do forte apego à lei sálica demonstrado na assembleia, Juan Bautista de Tassis propôs, seguindo as instruções do monarca, a eleição do arquiduque Ernesto de Habsburgo como Rei Cristianíssimo junto com a infanta. Argumentava que o príncipe reunia todas as qualidades necessárias a um futuro monarca, além de dominar a língua francesa e, por ser príncipe da casa de Áustria, teria o amparo tanto de Felipe II como do imperador.⁵⁵⁸ Parece que a oração causou péssima impressão. O

⁵⁵⁶ *Don Diego de Ibarra a don Juan de Idiaquez*. De Paris, a 5 de abril 1585. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 9.

⁵⁵⁷ *Don Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Paris, a 24 y 28 de abril 1593. AGS, EST, K, LEG.1588. fol. 105. “O primeiro é persuadir que não se deve pressionar agora para a eleição de rei, pois estando tão desarmado, Vossa Majestade poderá sair-se mal com o que manda, senão que se dê com o que se sustentar juntos os estados até que entre um exército poderoso de V. Majestade, o outro, em decorrência do primeiro, propor que se eleja a V. Majestade, ou, o príncipe nosso senhor, e não a senhora infanta, pois tendo de salvar-se por sua mão e sujeitar-se a rei estrangeiro, mais seguramente e com maior satisfação se fará dando-se a Vossa Majestade mesmo.”

⁵⁵⁸ *Raçonamiento de Juan Bautista de Tassis en los Estados tocante al archiduque Ernesto*.

capitão geral do exército de Flandres, Pedro Enríquez de Acevedo, conde de Fuentes, revelou ao duque de Sessa que Ibarra lhe havia confidenciado que a dificuldade para a causa da infanta fora facilitada por Juan Bautista de Tassis, “con que tornaron a insistir em la eleccion i em resolucion, fueron a los estados donde informo muy largo del derecho de la sra infanta d. Iñigo de Mendoza em latin y Juan Bautista en francés [...]”.⁵⁵⁹ Como desconfiava Ibarra, este foi, talvez, o maior erro de cálculo político dos espanhóis.

A reação contra a proposta de quebrantar a lei sálica teve como um dos líderes o neoestóico Guillaume Du Vair, deputado do *tiers état* pela vila Paris. Du Vair foi tradutor de Epíteto e autor da obra *La constance et consolation dès calamitez publiques*, essa última escrita durante o cerco de Paris (1591).⁵⁶⁰ Inconformados, vários *politiques* do Parlamento se reuniram com deputados dos *États Généraux*, liderados pelo presidente Jean Le Maistre. No dia 28 de junho, o Parlamento votou o famoso *arrêt* contra a proposta da infanta. Du Vair proclamou, ante o Parlamento de Paris, um dos textos mais emblemáticos da propaganda anti-espanhola da época, intitulado *Suasion de L'Arrest donné au Parlement, pour la manutention de la loy Salique*.

A força retórica do discurso residia na combinação do argumento neoestóico e nacionalista. Em primeiro lugar, Du Vair expôs o quadro da miséria em que a França se encontrava, atribuindo a sua razão à ira divina; logo, revelava que quando a tormenta passasse, os franceses sentiriam a bondade da mão divina. No meio desse processo, identificava-se o provocador dos distúrbios: o estrangeiro.

Car les estrangers, qui jusques aujourd’huy avoient par artificieux pretextes & secretes menées tasché de renverser les fondaments de ce Royaume, afin d’en pouvoir recueillir les ruines,

AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 28.

⁵⁵⁹ *Descifrado del conde de Fuentes al duque de Sessa*. De Anvers, a 21 de junio 1593. IVDJ, E9, TII, DOC. 107. A000596-a000599.

⁵⁶⁰ CROUZET, Denis. *Les Guerriers de Dieu. La violence au temps des troubles de religion. Vers 1525-1610*. Livre II. Seyssel: Champ Vallon, 2005. p. 557.

maintenant à découvert & enseignes deployées, publient les desseins, les avancent, les établissent.⁵⁶¹

Na ocasião do cerco de Paris, Du Vair já havia denunciado os estrangeiros como fautores da corrupção que embrenhava no coração da França.⁵⁶² O estrangeiro, i.e, a Monarquia Hispânica e seus sequazes, que até então tinha atuado pelas sombras, encontrou nos Estados Gerais a oportunidade de expor de modo público o seu desígnio de apoderar-se da França pela subversão de uma das leis fundamentais do reino. Pela via do Senado, buscava-se anular uma lei fundamental, enquanto que os deputados tornavam-se cúmplices e culpados de toda a calamidade do reino. A estratégia mesma de usar a assembleia como pretexto legitimador da causa da infanta é denunciada por Du Vair:

C'est une folle opinion, que tants les Espagnols que quelques autres particuliers ont conceüe, que ceste Couronne se pouvoit transferer hors de la Maison de France en une Estrangere, & que chacun d'eux la pouvoit obtenir, non pas par la force des armes, car s'ils estimoient le pouvoit faire, ils ne s'amuseroient point à tous ces traittez, à tous ces assemblées d'Estats, & imaginaires elections; mais, sous le pretexte de justice, par les consentement des peuples, acquieçans à ce que l'on leur veut faire accroire, qu'il se fait selon les loix du royaume, par les formes accoustumées, par le mandament mesme du Parlement, et sa veüe, & de son autorité.⁵⁶³

⁵⁶¹ “Pois, os estrangeiros que até hoje tinham por astutos pretextos e secretos caminhos tentado abalar os fundamentos desse reino, a fim de poder recolher suas ruínas, agora escancaradamente tornam públicos os seus propósitos, avançam e os estabelecem.” DU VAIR, Guillaume. *Suasion de L'Arrest donné au Parlement, pour la manutention de la loy Salique*. In: *Oeuvres*. Genève: Slatkine Reprints, 1970. (réproduction en fac-similé, 1641) pp.601-619. p. 602.

⁵⁶² CROUZET, Denis. *Les Guerriers de Dieu. La violence au temps des troubles de religion. Vers 1525-1610*. Livre II. Seyssel: Champ Vallon, 2005. p. 558.

⁵⁶³ “É uma tola opinião, que tanto os Espanhóis como alguns outros particulares conceberam, que esta Coroa poderia ser transferida para fora da Casa de França, a uma casa estrangeira; e que cada um deles poderia obtê-la, não pela força das armas, pois se eles pensassem em poder fazê-lo, eles não se distrairiam com todos estes tratados, todas estas assembleias dos Estados, eleições imaginárias; mas, sob o pretexto da justiça, através do consentimento do povo; aceitando ao que nós lhes queremos fazer acreditar, que isso se faz de acordo com as leis do reino, pelos meios costumeiros, pelo próprio mandamento do Parlamento, pela visão e autoridade desse.” *Suasion de L'Arrest donné au Parlement...*, p. 608.

De fato, a ausência do tão prometido exército de Flandres foi a causa do receio de muitos deputados sobre as condições reais dessa proteção do rei da Espanha, e também, como mostra o relato anterior, alvo da crítica dos opositores. Apesar da liberação do cerco de Paris pelas tropas do duque de Parma, a retirada deste de volta à Flandres permitiu que o *Béarnais* reconquistasse as praças no entorno da cidade, tornando-se senhor do abastecimento e da circulação de pessoas mesmo sem conquistá-la. O pedido para o retorno das tropas de Flandres não surtiu efeito, e a reputação do Rei Católico teria ficado estremecida. Ao denunciar o estratagema dos espanhóis, Du Vair bradava que a verdadeira intenção dos estrangeiros tinha a ver com os interesses particulares. “Et que nous voyons maintenant une autre espece de gens stipendiez publiquement par les Espagnols, conjurer y travailler jour & nuict pour renverser les fondamens de l’Estat [...]”.⁵⁶⁴ Em consequência, Du Vair denunciava a intenção do rei da Espanha em apoderar-se do reino francês, intenção essa praticada em nome de uma razão de Estado que, para o autor, provocaria a reação dos outros soberanos católicos:

La reputation, bien qu’imaginaire, de la conquete d’un tel royaume par telle voye, lui acquerra beaucoup d’ennemis: mais, principalement de ceux qui ont interest à la conservation de cet Estat; & qui pensent que d’iceluy depend leur seureté, comme seul suffisant pour balancer les autres puissances de l’Europe, qui desireroient estouffer les voisins moins puissans.⁵⁶⁵

O discurso inflamado de Guillaume Du Vair ecoava a propaganda anti-espanhola que já vinha sendo desenvolvida nos Países Baixos, que fomentou a *leyenda negra* contra os espanhóis. O *arrêt* não deixava dúvidas de que havia forte resistência ao projeto proposto pelos ministros do rei da Espanha, e que muitos identificavam-no como uma violação dos estatutos do reino. Apesar da

⁵⁶⁴ “E que nós vemos agora um outro tipo de gente subornada publicamente pelos Espanhóis, conjurar e trabalhar dia e noite para derrubar os fundamentos do Estado”. p. 608.

⁵⁶⁵ “A reputação, ainda que imaginária, da conquista de um tal reino por tal via, lhe trará muitos inimigos: mas, principalmente daqueles que estão interessados na conservação deste Estado; & que pensam que disto depende a sua segurança, por si só suficiente para balançar as outras potências da Europa, que desejariam sufocar os seus vizinhos menos poderosos.” *Suasion de L’Arrest donné au Parlement...*, p. 614.

continuidade das negociações, o manifesto do Parlamento de Paris foi a admoestação decisiva que selou o fracasso da causa da infanta. O trecho apelava ao duque de Mayenne para que “il ait à employer l’auctorité qui luy a esté commise pour empescher que, sous le pretexte de la religion, la couronne ne se transfere en main estrangere, contre le loix du royaume.”⁵⁶⁶ Para Arlette Jouanna, as consequências, em termos políticos, desse golpe de força do *Parlement* sobre os Estados Gerais foram ainda mais impactantes para o futuro da França: “La victoire du premier sur les seconds contribue indéniablement à obstruer la voie qui pourrait mener vers une monarchie de type contractuel.”⁵⁶⁷

Após o baque imposto pelo do *arrêt*, os ministros tiveram que apelar para o plano B. Seguindo as orientações de Madrid, no dia 13 de julho, o duque de Feria fez a proposta de eleição de um príncipe francês junto com a infanta, por meio da combinação de ambos direitos sucessórios, indicando a preferência pelo inseguro duque de Guise. Não obstante, Mayenne atuou, senão diretamente, ao menos implicitamente para obstaculizar, mais uma vez, os planos dos espanhóis.

Para Felipe II, a assembleia dos Estados Gerais consistia em uma instituição que fornecia uma roupagem legal para as reivindicações dinásticas da Monarquia Hispânica. Além dos empecilhos perpetrados pelo duque de Mayenne, outra grande pedra no sapato dos espanhóis foi a combinação do talento, carisma e destreza militar de Henrique de Bourbon. Por esta época, a fama do *Béarnais* era tamanha que Damián de Armenta y Córdoba teve que reconhecer, guiado pela máxima de que os historidores tinham de ser verdadeiros, que “es tan gran soldado el principe de Bearn”.⁵⁶⁸ Em paralelo à

⁵⁶⁶ “Que ele tenha que empregar a autoridade que lhe compete para impedir que, sob o pretexto da religião, a coroa se transfira para as mãos do estrangeiro, contra as leis do reino.” Extraict des registres de Parlement. Fait en parlement, le 28^e jour de juin l’an 1593. In: BERNARD, Auguste. Op. cit. p. 548. Há uma cópia traduzida para o espanhol no AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 54.

⁵⁶⁷ “A vitória do primeiro sobre os segundos contribui inegavelmente para obstruir a via que poderia conduzir em direção a uma monarquia de tipo contratual.” JOUANNA, Arlette. Les temps des guerres de religion en France (1559-1598). In: BOUCHER, Jacqueline. BILOGHI, Dominique. JOUANNA, Arlette. LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont S. A., 1998., p. 384.

⁵⁶⁸ ARMENTA Y CORDOBA, Damián. *Los tres libros de la guerra de Francia dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella*. 1596. BNE. MSS/2126. fol. 55.

reunião oficial da Liga, o futuro Henrique IV iniciou negociações com os deputados em Suresnes, fato que enfureceu os ministros do Rei Católico e o legado papal, Filippo Sega, cardeal de Plaisance. Com o avanço destas negociações e o *arrêt* de 28 de junho, abriu-se o caminho para a quinquagésima conversão de Henrique. No dia 25 de julho, em Saint-Denis, ocorreu a cerimônia da abjuração, sob a condução do arcebispo de Bougers.

Feria, Tassis e Ibarra tinham uma ideia em comum: a falta de um exército potente do Rei Católico na França prejudicou a causa da infanta. Durante todo o ano de 1593, os três ministros não cessam de solicitar ao monarca o apoio militar e financeiro. Era o amparo necessário das *matérias de Estado*:

Que la falta de armas y con que ganar las voluntades ha sido defecto con que el de Humena se ha defendido, y que mudar realidad a vista de quien en presente posee y la ha de defender, para lo qual tiene gallardos braços, es la mayor obra que en materia de estado podra ofrecer, y assí no es mucho que repare en arrojarse en cosa que no está satisfecho de que saldrá bien, y no saliendo quedaría perdido para siempre [...]. No venir en realidad no es falta de voluntad, sino neçessidad guiada de prudencia, fundando en nuestras faltas el poderse temer mucho sobre ello.⁵⁶⁹

Enquanto os assuntos das *matérias de Estado* não encontravam solução imediata, Feria e Ibarra acabavam por orar pela benevolência da Providência para com os *bons católicos* franceses. O duque de Feria reportou ao monarca em um tom descrente que faltava muito pouco para Henrique conquistar de fato Paris. Além da trégua acordada e renovada com Mayenne, que ajudava o partido contrário, a população já estava cansada da guerra. Como a assembleia dos Estados por fim não conseguiu um consenso para eleger o futuro rei, muitos católicos fiéis acabaram por debandar para o lado dos navarristas. A desesperança era tão grande que Feria atribuía o caos à vontade divina.

⁵⁶⁹ Juan Bautista de Tassis a Su Majestad. De Paris, a 3 de agosto 1593. AGS, EST, K, LEG.1587. fol. 109 (Também citada por VAZQUEZ de PRADA. Op. cit. p.409)

El Principe de Bearne se andava junto a esta villa haziendo treguas continuadas de 8 en 8 dias publicando entre tanto que sino se venia a conçierto con el juntaria todas suas fuerças pa çerrar esta villa y aunq el poder q el tiene no es bastante pa esso los cat^{os} la tenerian viendo la mucha parte de politicos q ay en esta villa y el gouernador della es el mayor apassionado que el tiene [...] va creçiendo la voz del çerco y el pueblo a dessear la tregua y el legado a estar de la misma opinion [...] V. M^d ha visto y vera no se ha podido sacar otra cosa y segun lo que se han detenido las fuerças en llegar es muy posible aya sido providençia de Dios haverse detenido assi las cosas pues muchas vezes su divina M^d las dispone mejor de lo que los hombres las procuran.⁵⁷⁰

Para o duque de Feria, a trágica situação das forças do partido católico só poderia ser explicada pela Providência, já que era notória a superioridade militar e financeira da Monarquia Hispânica em relação às forças do príncipe de Béarne. Os meios que recomendou empregar para reverter os fracassos da Liga não tinham nada de contemplativos: para uma empresa de tal porte, seria necessário medir as forças do inimigo e empreender todos os recursos possíveis para o prosseguimento da guerra. Erudito como era, Feria retirou o seu argumento do Novo Testamento, no Evangelho Segundo São Lucas (14,29).⁵⁷¹

⁵⁷⁰ “O Príncipe de Bearne andava junto a esta cidade fazendo tréguas contínuas de 8 em 8 dias, publicando no meio tempo que, se não se viesse a concerto com ele, juntaria todas as suas forças para fechar esta cidade e, ainda que o poder que ele tem não é bastante para isso, os católicos tiveram vendo a muita parte de políticos que tem nesta cidade, e o governador dela é o maior apaixonado que ele tem [...] vai crescendo a voz de cerco e o povo a desejar a trégua e o legado a estar da mesma opinião. [...] V. Majestade viu e verá que não se pôde sacar outra coisa e, segundo o que se detiveram as forças em chegar, é muito possível que tenha sido a providência de Deus ter ficado assim as coisas, pois muitas vezes sua divina Majestade as dispõem melhor do que os homens que buscam-nas.” *El duque de Feria a Su Majestad*. De Paris, 6 de octubre 1593. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 84.

⁵⁷¹ Para esclarecer melhor a referência feita pelo duque de Feria, vamos reproduzir toda a exortação de Jesus a que se refere São Lucas, chamada *Renúncia a todos os bens* (14: 28-33) “Quem de vós, com efeito, querendo construir uma torre, primeiro não se senta para calcular as despesas e ponderar se tem com que terminar? Não aconteça que, tendo colocado o alicerce e não sendo capaz de acabar, todos os que virem comecem a caçoar dele, dizendo: ‘Esse homem começou a construir e não pode acabar!’ Ou ainda, qual o rei que, partindo para guerrear com outro rei, primeiro não se senta para examinar se, com dez mil homens, poderá confrontar-se com aquele que vem contra ele com vinte mil? Do contrário, enquanto o outro ainda está longe, envia uma embaixada para perguntar as condições de paz. Igualmente, portanto, qualquer de vós, que não renunciar a tudo que possui, não pode ser meu discípulo.”

La grandeza deste Rey^o es bien notoria y quan grande empresa es la que le trae entre manos por lo qual conuiene tantearse las fuerzas que ay pa ella y que estas no falten a mejor tpo, o, si no tomar otro exped^e por no caer la burla y mofa que dize el evangelio que se haria de aquel que empeçasse a edificar sin poder acabar su obra, nosotros venimos sin parte ni dinero teniendo por contrarios todos los q V S sabe⁵⁷²

As advertências de Feria a d. Juan de Idiáquez sobre as matérias de Estado, utilizando como argumento um trecho bíblico, integra o escopo de uma razão de Estado católica, bem ao estilo de Pedro de Ribadeneyra. Ao conjugar uma advertência política com a citação do Evangelho, o conselho de d. Lorenzo soaria como um alerta ao rei sobre a má administração das coisas na França. Para aquele, as Escrituras deveriam ser apropriadas também como fonte de exemplos para a conduta política, de modo que os governadores possam conduzir-se com prudência, “sin ver las contradiciones de lo util com lo honesto, el peso que han de tener las cosas no tan buenas, ó médios humanos, que exceden de su limite, y que por outra parte es menester algun tanto de lo que el ministro no siente, ni aprueba”.⁵⁷³

No dia 4 de julho de 1593, os Estados divulgaram a resposta à proposta de casamento da infanta com um príncipe francês. Não era uma decisão definitiva, mas uma manifestação contra a eleição até que as forças e os meios para sustentar a decisão fossem garantidos.⁵⁷⁴ Foi um balde de água fria para a Monarquia Hispânica. Em agosto de 1593, o fracasso do *intento de su Majestad en las cosas de Francia* era mais que evidente para os ministros que

Bíblia de Jerusalém. Paulus: São Paulo, 2002. p. 1816.

⁵⁷² “A grandeza deste Reino é bem notória e quão grande empresa é a que traz entre as mãos pelo qual convêm sondarem-se as forças que há para ela e que estas não falem em melhor tempo, ou, se não tomar outro expediente por não cair na burla e mofa que diz o Evangelho que se faria daquele que começasse a edificar sem poder acabar sua obra, nós viemos sem parte nem dinheiro tendo por contrários todos os que Vossa Senhoria sabe.” *Feria a don Juan de Idiáquez*. 28 de febrero 1593. AGS, EST, K, LEG. 1585. fol.34.

⁵⁷³ SUÁREZ FIGUEROA, Lorenzo. “Al P.M.F Ivan Marquez de la orden de S. Agustin”. In: MARQUEZ, Juan. *El gobernador Christiano deducido de las vidas de Mousen, y losue, príncipes del Pueblo de Dios*. Madrid: por Teresa Junti, impressora del rey nuestro señor, M.DC.XXV.

⁵⁷⁴ *Respuesta de los Estados en 4 de julio de 93 a la propuesta de la infanta y Principe Frances*. AGS, EST, K, LEG. 1585. fol. 55.

estavam em Paris. Apesar de que as sessões dos Estados continuavam, ainda com um número bastante restrito de deputados, elas apenas discutiam sobre a recepção do concílio de Trento. Como o esperado exército de Flandres não chegou, Mayenne começou a negociar uma trégua com o príncipe de Bearne. Sem poder de negociação, Feria e o legado papal acabaram por aceitar a trégua.

Além dos ministros do Rei Católico, os *seize* entraram na rota de colisão com o duque de Mayenne por causa da eleição da infanta. Como vimos, lideranças urbanas, os doutores da Sorbonne e os predicadores buscavam a proteção de Felipe II à revelia do *lieutenant générale du royaume*, concedendo o apoio à candidatura de Isabel Clara. A Liga parisiense se escandalizava com o fato de Mayenne cercar-se de *politiques* (como Villeroy e o presidente Jeannin) e atuar para minar a influência espanhola na negociação dos Estados Gerais. O cúmulo da disputa foi alcançado quando, a mando dos *seize*, o presidente do parlamento de Paris, Bernabé Brisson, junto com os conselheiros Tardif e Larcher, foram presos e executados, acusados de serem políticos. Tal decisão abriu uma crise entre os *seize* e Mayenne: esse voltou a Paris e castigou alguns membros responsáveis pela prisão. A debandada de Mayenne enfraqueceu a posição de liderança dos *seize* e, conseqüentemente, a dos ministros do rei da Espanha. Um dos responsáveis pela prisão de Brisson, que conseguiu escapar da ira do *lieutenant*, foi François Morin, senhor de Cromé. Em dezembro 1593, foi publicado anonimamente um texto intitulado *Dialogue d'entre Le Maheustre et le Manant*, considerado um dos últimos grandes manifestos da ala radical da Liga.⁵⁷⁵ A autoria foi atribuída a Morin, e o texto representa um verdadeiro manifesto contra os políticos e os mayennistas. O diálogo é travado entre dois personagens, um *ligueur* (Manant) e o *royaliste* (Maheustre), partidário de Henrique de Navarra. Um dos aspectos curiosos desse texto é que, apesar da preponderância do discurso do *Manant*, estabelece-se um debate quase que equilibrado entre os dois personagens, fato que levou o editor da obra afirmar que tratava-se de um novo tipo de

⁵⁷⁵ ASCOLI, Peter. Introduction. In: CROMÉ, François. *Dialogue d'entre Le Maheustre et le Manant, contenant les raisons de leur débats et questions en ses presens troubles en royaume de France*. Genève: Librairie Droz, 1977. p. 23.

diálogo.⁵⁷⁶ Essa perspectiva dificilmente se sustenta já que, em um diálogo, é aceitável que se estabeleçam pontos de concordância entre os interlocutores. E nesse caso, a concordância tinha nome e sobrenome: Carlos de Lorena, duque de Mayenne.⁵⁷⁷

O leitor dessa tese deve-se perguntar por que falar sobre esse diálogo. Em primeiro lugar, pela boca do *Manant* delinea-se o horizonte da expectativa *ligueuse* e de Felipe II em relação à solução do impasse da eleição de um rei católico. Era a propagandística católica ancorada na visão providencialista do mundo. Em segundo lugar, para escapar da ira de Mayenne, Cromé teria se escondido na pousada do duque de Feria, no verão de 1593.⁵⁷⁸ Peter Ascoli levantou a hipótese de que Cromé terminou de escrever a obra estimulado pelo próprio duque de Feria, já que o personagem *ligueur* se posiciona contra a trégua com os hereges, bandeira fortemente levantada pelo conjunto dos ministros. Ainda que seja uma conjectura, o fato é que Feria deveria estar *muy a gusto* com o conteúdo da obra. Nota-se algumas similitudes entre as ideias do *Manant* e outro texto escrito com o beneplácito de Lorenzo, o tratado político *El Gobernador Cristiano*, de Juan Márquez, que analisamos na tese. Nesse sentido, a linguagem providencialista da política, reacendida ante os malogros sucessivos de Felipe II após 1588, tinha em si mesmo uma força aglutinadora do pensamento político-católico, transnacional, promovendo uma confluência de ideias entre Felipe II, o duque de Feria e os *ligueurs* radicais.

Começemos pelo fim da obra. O personagem que vocaliza os princípios da Liga nos revelou o seu discurso final. “Dieu par le ministère de la Sainteté du Pape et du Roy Catholique, desquels après Dieu est l’esperance de la France, & assurance de tous les Catholiques, ausquels Dieu par sa grace

⁵⁷⁶ Ibid.

⁵⁷⁷ “En premier lieu, quant à voz Princes, je vous ai dit, cōme est la verité, qu’ils sont divisez par l’ambition, ils se cantonnent & negligent le secours general, & dela avons cogneu qu’estes mal assistez de costé: & quant l’une vous aide, l’autre s’en mocque; & pensent que por ayder & secourir vostre party ils soient dignes tous en particulier de la Couronne, c’est là où ils visent, où ils se trompent, & quelques protestations qu’ils facent que c’est pour Religion qu’ils prennent les armes et non pour l’Estat: si est-ce qu’en fin vous cognoistrez le contraire, et que la seule ambition à L’Estat les pousse de prendre les armes, & en fin quitteront vostre Religion & vous pour asseurez leur estat”. Ibid. p. 78

⁵⁷⁸ Ibid. p. 26.

donne sa benediction aux siècles des siècles. Ainsi-soit-il.”⁵⁷⁹ Reafirmada a subordinação das coisas terrenas a um poder supremo que rege a ordem das coisas e castiga o mal, dava-se o passo para hierarquizar os mundos temporal e o espiritual.

L’esperance envers Dieu est plus certaine que l’apparence des effects humains, l’une estant tres-certaine, comme dependant de la verité mesmes; l’autre tres incertaine dependant de l’instabilité & inconstance mesmes; Et suis assuré moyennent la grace de mon Dieu nos aurons un Roy Catholique.⁵⁸⁰

A certeza da incerteza das coisas mundanas era um argumento caro à linguagem providencialista católica. Tanto no diálogo como na carta de Feria ao padre Márquez, buscava-se encontrar um meio de equilibrar as duas instâncias. Quer dizer, encaminhar retamente os meios humanos em defesa da religião para receber como recompensa os favores divinos. Em seguida, o diálogo se volta para a questão mesma de como se devem manejar estes “meios humanos”. Neste ponto, a diferença entre os dois personagens é fundamental. O navarrista acusa os *seize* de se governarem por meio da confusão e falta de autoridade, destacando a superioridade do governo único de um príncipe: a matéria política não podia ser trabalhada por vozes plurais, teatro de tantas pessoas.⁵⁸¹

Por outro lado, a crítica do navarrista [e, de alguma maneira, dos ministros de Felipe II] acusava principalmente a hipocrisia dos príncipes da casa de Lorena, que atuavam para defender seus interesses particulares. O ataque era dirigido a Mayenne em particular, acusado de ter impedido a eleição

⁵⁷⁹ “Deus pelo ministério da Santidade do Papa e do Rei Católico, nos quais, após Deus, está a esperança da França, & segurança de todos os Católicos, aos quais Deus pela sua graça dá sua benção para todo o sempre.” CROMÉ, François. *Dialogue d’entre Le Maheustre et le Manant, contenant les raisons de leur debats et questions en ses presens troubles en royaume de France*. M.D.LXXXXIII. p.288.

⁵⁸⁰ “A esperança em Deus é mais certa que a aparência dos efeitos humanos, aquela sendo muito certa, como dependente da verdade mesmo; a outra muito incerta dependente da instabilidade e inconstância mesmas; E assegurados pela graça de nosso Deus nós teremos um Rei Católico.” CROMÉ, François. *Dialogue d’entre Le Maheustre et le Manant, contenant les raisons de leur debats et questions en ses presens troubles en royaume de France*. M.D.LXXXXIII. p.283.

⁵⁸¹ Ibid. p.153-154.

do seu sobrinho, o Duque de Guise, por *jalousie* e ambição. Discursava o Maheustre, “cest jalousie sera la ruine de vostre party”:

Voz Princes n’avoient garde de les souffrir ny les Magistrats: ils eussent peché contre les regles d’Estat; C’Est la maxime des Princes de se servir du peuple au commencement de leur establissement, mais estant fait, il n’en faut plus parler.” [...] Car vous distes que vous preniez les armes pour la religion & vos princes les prenoient pour l’Estat.⁵⁸²

Maheustre havia sugerido que, se *Manant* confiava tanto em Deus, porque os católicos franceses se encontravam tão desamparados? Ao acusar a situação calamitosa na França, *Manant* culpou o rival por blasfemar contra Deus:

Vous blasphemez, car Dieu n’est auteur du mal, & tout ce qu’il a permis, ce n’est pas pour faveur qu’il porte à vostre party, d’autant qu’estes ses ennemis, mais pour se servir de voys comme d’un fleau pour nos punir & puis vous jeter au feu: mais nostre esperance est en sa misericorde & qu’il ne nous delaissera.⁵⁸³

Se Deus castiga os católicos por causa dos pecados que cometeram, também pode mostrar o seu lado misericordioso. Para *Manant*, a oferta/proteção do Rei da Espanha através da indicação da infanta, mobilizando todos os meios possíveis para ajudar os católicos, resplandecia mais a sua divindade que humanidade. E observa: “Car en regla d’Estat ceste offre ne se pouuoit faire, de quoy toute l’assemble estonnee de joye, et rendit graces à Dieu”.⁵⁸⁴ Nesse caso, Felipe II teria desconsiderado a regra de Estado

⁵⁸² “Vossos Príncipes não têm se guardado de penalizá-los, nem os Magistrados: eles têm pecado contra as regras de Estado; É a máxima dos Príncipes de se servir do povo quando começam a se estabelecer, mas estando firme, ele não fala mais sobre isso. [...] Pois, vós dissestes que tomastes as armas pela religião e vossos príncipes as tomam pelo Estado.” Ibid. p.155.

⁵⁸³ “Vós blasfemais, pois Deus não é autor do mal, & tudo o que Ele tem permitido, não é um favor que ele dá ao vosso partido, ainda mais que sois seus inimigos, mas para se servir de vós como um flagelo para nos punir & então os lançar ao fogo: mas nossa esperança está em Sua misericórdia, & que Ele não nos abandonará.” Ibid.

⁵⁸⁴ “Pois em regra de Estado, esta oferta não se poderia fazer, da qual toda a assembleia ficou maravilhada, e deu graças a Deus”. Ibid. p. 202.

em nome da religião para salvar os franceses. Mesmo com toda a ambição, contradição e confusão do partido católico, *manant* ainda acreditava “que Dieu dissipera telles menées, & conservera par sa bonté sa Religion & son pauvre peuple, malgré toute entreprise & prudence humaine.”⁵⁸⁵

Cinco anos antes, Pedro de Ribadeneira também se perguntava sobre as causas que levaram os católicos a receber o “açote y castigo universal” divinos, quando a invasão à Inglaterra fracassou.⁵⁸⁶ O jesuíta, em uma epístola ao secretário do rei [don Juan de Idiaquez], atribuía à Providência os insucessos da armada.

Porque como Él no haze cosa acaso, ni cae una hoja del arbol sin su voluntad, y Él la suele muchas vezes mostrar con los effectos varios de las cosas que dependen de su misma voluntad; es cosa muy puesta en razon y muy saludable, inquirir y ponderar las causas que puede auer auido para que Dios no nos aya hecho esta merced.⁵⁸⁷

Nesse sentido, a fala de Ribadeneira apresentava muitas similitudes com a linguagem teológico-política expressada por *Manant*. Essa se faz ainda mais evidente quando o diálogo passa a tratar do descolamento entre religião e Estado nas ações dos príncipes lorenenses. O ponto de acordo entre ambos os personagens do diálogo se dá no momento em que atribuem a causa da ruína do partido católico à cisão entre a religião e Estado seio daqueles que comandam o partido. Enquanto que o navarrista acreditava ser esta uma postura usual dos príncipes *ligueurs*, em especial, é claro, de Mayenne, *Manant* era mais cauteloso, atribuindo a lamentável situação a um desvio ou mesmo

⁵⁸⁵ “Que Deus dissipará tais ameaças, & conservará pela Sua bondade a Sua religião & Seu pobre povo, apesar de todo esforço & prudência humana.” Ibid. p. 233.

⁵⁸⁶ Carta para un privado de su Mag^d acerca de la desgracia de la armada que fue a Inglaterra, y de lo que acerca della se puede considerar para mayor provecho de España. 1588. In: RIBADENEIRA, Patris Petri. *Confessiones, Epistolae Aliaque Scripta Inedita*. Matriti: Officina Typographica “la Editorial Iberica”, 1923. Tomo II. Epístola 345. p. 106.

⁵⁸⁷ “Porque como Ele não faz coisa ao acaso, nem cai uma folha da árvore sem a sua vontade, e Ele costuma mostrá-la muitas vezes com os vários efeitos das coisas que dependem da sua mesma vontade; é coisa muito razoável e muito saudável, inquirir e ponderar as causas que podem haver tido para que Deus não nos tivesse feito esta mercê.” Ibid.

degeneração dos príncipes, na qual o interesse particular, no desenrolar do conflito, teria falado mais alto.⁵⁸⁸

Não obstante a diferença dos meios, o fato é que as conclusões sobre os príncipes da Liga eram muito parecidas, sutilezas essas que não passaram despercebidas por Mayenne. A obra atiçou a sua ira, e ele logo ordenou uma devassa contra os impressores *ligueurs*, que bem lembrava àquela outrora feita contra a liderança dos *seize*.⁵⁸⁹ Após a queda de Paris, em março de 1594, Cromé acabou se exilando em Flandres junto com uma boa parte dos católicos que recusaram submeter-se a Henrique IV.⁵⁹⁰ Mayenne fez publicar uma *réponse*, chamada *Censure d'un livret n'agueres imprimé à Paris, en forme de Dialogue, sous les noms du Manant et du Maheustre entrepaleurs* (1594). O texto de Cromé chegou a ser reeditado pelos *royalistes* em forma de sátira contra os ultracatólicos, levando a uma profusão de versões que durante muito tempo acabou por confundir os historiadores das guerras de religião.⁵⁹¹

Esses textos que circulavam nos permitem vislumbar o debate inflamado que ocorreu em torno da causa da infanta; a esta foi atribuída, por um lado, a salvação da religião católica e, por outro, a perdição do Estado. Nenhum meio termo poderia ser satisfatório para os *ligueurs* e os *politiques*. Vimos como Guillaume Du Vair eloquentemente denunciou o que ele entendia ser a tentativa de usurpação da coroa francesa. Contra a reunião dos Estados Gerais foi publicada, em princípios de 1594, a famosa *Satyre Ménippée de la vertu du Catholicon d'Espagne*, o panfleto de maior sucesso da época. Uma versão simplificada desta obra teria circulado manuscrita sob o título de *Abbrégé et L'Âme des Estaz*, em princípios de 1593.⁵⁹² A obra foi composta por um conjunto de autores, *politiques* membros de uma burguesia citadina, entre eles Pierre Le Roy (canônico da Saint-Chapelle); Pierre Pittou (advogado); Nicolas

⁵⁸⁸ CROMÉ, François. Op. cit. p.250-251

⁵⁸⁹ ASCOLI, Peter. Op. cit. p.27

⁵⁹⁰ DESCIMON, Robert. RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Los franceses de Felipe II. El exilio católico despues de 1594*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013. p. 214.

⁵⁹¹ ASCOLI, Peter. Op. cit.

⁵⁹² JOUANNA, Arlette. *Les temps des guerres de religion en France...*, p. 385.

Rapin (poeta); Florent Crestien; Jean Passerat, que se reuniam na casa do conselheiro-clérigo Jacques Gillot.⁵⁹³

A sátira corresponde a um relato de um *gentilhomme* florentino ao seu senhor, duque de Florença, sobre o que se passava nos Estados Gerais em Paris. A narrativa trata-se de uma paródia das arengas proferidas na assembleia dos Estados, ridicularizando alguns personagens conhecidos, como o duque de Mayenne, o cardeal de Pellevé e o legado papal, o cardeal Caetano. Em linhas gerais, a narrativa denunciava os espanhóis por fornecerem aos bons franceses uma droga, oriunda das Índias, que se chamava *Higuiero d'Inferno*. O veneno não tinha mais que um único fim: a usurpação da coroa da França. O estrangeiro intrigueiro, espião e mal-intencionado intoxicava os franceses com a sua droga. O torpor causado resultava na desobediência dos *ligueurs* para com o seu rei natural e a explosão da guerra civil.

Ao mencionar essa obra, nos interessa apenas pontuar as linhas gerais da propaganda anti-espanhola que erigiu na ocasião dos Estados Gerais, cujo discurso procurava, a todo custo, questionar a intervenção de Felipe II nos assuntos franceses, acusando-o de querer tomar para si a coroa da França. Mas não somente os fins eram ímpios; os meios empregados foram considerados igualmente torpes. O aliciamento dos deputados por meio do



Figura 11: Primeira edição da Sátira Menipeia. 1594
Publicada com a falsa data de 1593.

Fonte: Gallica

pagamento de pensões e ajudas de custos, as intrigas, os assassinatos, tudo com o apoio dos jesuítas e predicadores. Faz-se menção em diversas ocasiões do assassinato de Guilherme o Taciturno, o duque de Orange, cuja cabeça fora

⁵⁹³ READ, Charles (ed.) *La Satyre Ménipée*. Paris: Librairie des Bibliophiles, 1876. p. IV.

posta a prêmio pelo Rei Católico. Outra vez, os jesuítas são pintados como espiões e fautores da violência. O estrondoso sucesso editorial da *Sátira Menipeia* coincidiu com a tomada de Paris por Henrique IV.

O último suspiro pela causa da infanta

O projeto para a coroação da infanta Isabel Clara não perdeu o fôlego, apesar do fracasso da campanha na França. Os jesuítas ingleses seguiam buscando o apoio de Felipe II para uma nova empresa contra a Inglaterra, reativando o projeto de sucessão da infanta à coroa anglicana. Ao adentrar a década de 1590, o partido pró-espanhol continuava empregar a pluma para convencer a Felipe II e depois a Felipe III. Nesse processo, a reflexão que desenvolveram sobre a geopolítica europeia revela, em última instância, a consolidação de um novo vocabulário político: o entendimento da razão de Estado como a razão do interesse dinástico.

A linguagem da razão de Estado desenvolvida pelos jesuítas seguia um caminho diferente daquela empregada por Giovanni Botero. Enquanto que para este o desafio da conservação dos Estados deveria se resolver na concretização de uma economia política, os jesuítas, no ímpeto de resolver uma questão concreta, pensavam o problema da conservação pelos termos eminentemente políticos. Para estes, a linguagem da razão de Estado tinha a ver com interesse dinástico, competição e equilíbrio, as regras do jogo de tabuleiro das potências europeias. Claro está, uma linguagem não excluía a outra, ao contrário, se complementavam, o que evidencia a plasticidade que a expressão adquiriu ao longo dos conflitos na Europa finissecular.

Como Felipe II, Elizabeth I também havia envelhecido. Em breve, o trono inglês estaria desocupado. Para Persons e Creswell, era preciso urgentemente resolver essa questão. Primeiramente, eles procuraram reiterar o direito de sucessão da casa de Lancaster, questão que já haviam proposto em 1587, às vésperas da Invencível Armada. Como William Allen faleceu em 1594, Robert Persons se tornou naturalmente o líder do grupo. Em 1595, esse publicou a obra *A conference about the next succession to the crowne of Inghland*, com o pseudônimo de Robert Doleman. Publicado com a data falsa de 1594, o texto foi traduzido para o latim por Joseph Creswell, que provavelmente também o traduziu para o castelhano.

A obra foi dividida em duas partes, nas quais a primeira correspondia ao discurso sobre a origem e a natureza do poder político, cujos fundamentos derivavam principalmente do manancial neoescolástico. A segunda parte dizia respeito precisamente ao tema da sucessão da coroa inglesa, identificando os principais competidores, suas linhagens e a religião que seguiam. A obra, apesar de não indicar explicitamente o apoio ao direito da infanta Isabel Clara, expunha com clareza a preponderância da casa de Lancaster sobre a York. Como sabemos, os jesuítas identificaram Felipe II como o herdeiro da casa de Lancaster.

O resumo da primeira parte, da versão castelhana, retomou as linhas gerais da concepção aquinate da origem e finalidade do poder político.

En la sucesión de un Reino no se ha de mirar solamente la propinquedad de sangre y mayor parentesco, como falsamente pretende y afirma Bellay en favor de Vandoma,⁵⁹⁴ sino tambien otras circunstancias y condiciones y sobre todas las religiones y culto divino, sin las cuales cosas no queda la republica con obligación de admitir por su Rey a príncipe ninguno, aunque por vía de conjunción de sangre le tocase la sucesión, pues el más alto y principal fin que las republicas tuvieron en escoger y autorizar qualquier género de magistrado y gobierno fue la conservación de la religión y culto divino, sin lo cual no puede el ánima llegar a su bien aventuranza.⁵⁹⁵

Nesse sentido, a apropriação da fundamentação escolástica da origem da comunidade política servia com forte argumento contra a reivindicação, por parte dos príncipes hereges, do direito sucessório ao trono. Em todos os escritos, os jesuítas sustentam que se deve olhar também para outros fatores,

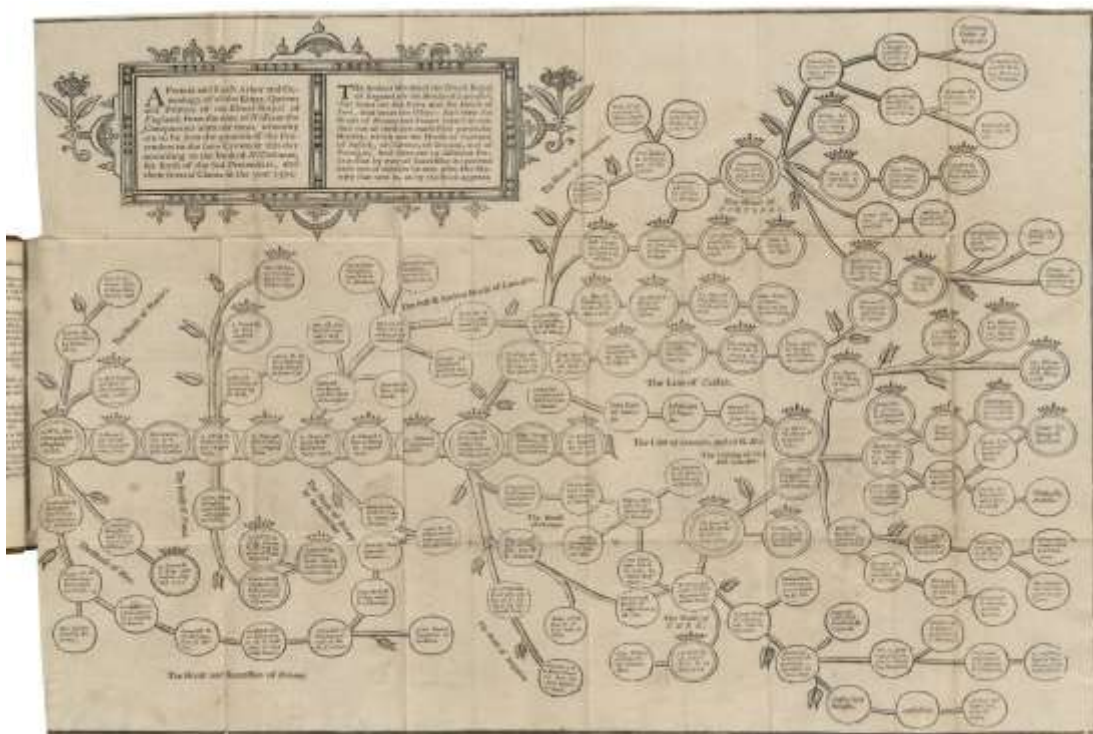
⁵⁹⁴ Henrique IV da França.

⁵⁹⁵ “Na sucessão de um Reino, não se tem de olhar somente a propinquidade de sangue e maior parentesco, como falsamente pretende e afirma Bellay a favor de Vendôme, senão também outras circunstâncias e condições, e sobre todas as religiões e culto divino, coisas sem as quais a República não tem obrigação de admitir por seu Rei a nenhum príncipe, ainda que pela via de conjunção de sangue o tocasse a sucessão, pois o mais alto e principal fim que as Repúblicas tiveram ao escolher e autorizar qualquer gênero de magistrado e governo foi a conservação da religião e culto divino, sem o qual a alma não pode alcançar a sua felicidade. PERSONS, Robert. *Razonamiento y parecer de dos letrados ingleses sobre el caso de la sucesión del Reyno de Inglaterra dividido en dos libros con un árbol de la decendencia de todos los pretendores de aquel Reino desde Gulielmo llamado el conquistador hasta el dia de hoy que son mas de quinientos años*, 1594. BNE, MSS/23199. fol.2r.

para além da propinquidade de sangue. Uma vez que estes deveriam ser excluídos por professarem a falsa seita, garantia-se as condições legítimas para a instauração de um novo pacto político, que autorizava, portanto, a escolha de um novo rei católico. A preocupação central do autor era não apenas justificar a validade da eleição de um rei católico na Inglaterra, mas fornecer aos católicos que permaneciam na ilha os vetores da resistência política. Tinha-se como horizonte a reivindicação de Jaime VI da Escócia, e o fato de que a facção católica oposta aos jesuítas passou a apoiar as pretensões do rei escocês. Tendo em vista as bases teóricas nas quais se assentava o contratualismo político, Persons podia então adentrar a discussão sobre a tirania. Na medida em que o soberano violou os princípios subjacentes ao pacto, ele era passível de sofrer a resistência dos súditos. Desenvolvia-se uma linha de argumentação que perigosamente aproximava os jesuítas dos huguenotes monarcômacos. Era preciso assentar umas prioridades para se diferenciar dos teóricos radicais.

Figura 12: Árvore genealógica dos reis da Inglaterra desde Guilherme, o Conquistador. Conteúdo da edição inglesa da obra *A Conference about the next succession to the Crowne of England* (1595)

Fonte: Folger Shakespeare Library



Um dado curioso sobre a obra é que as versões em latim e espanhol não constituem apenas traduções, mas sim versões diferentes do original em inglês, destinadas à audiências distintas. A versão espanhola, cuja cópia está depositada na Biblioteca Nacional de España (MSS/23199), apenas apresenta um breve resumo da primeira parte e a tradução completa da segunda parte. Supomos que o tradutor⁵⁹⁶ tenha escolhido encurtar a primeira parte devido à natureza do questionamento da autoridade política, cuja defesa do direito de resistência decerto desagradaria a Felipe II. A versão latina, por sua vez, introduziu a novidade de apontar o papa como um dos competidores da coroa inglesa, ao sustentar a autoridade indireta dos papas sobre o poder temporal. Persons tomou emprestado a teoria de Roberto Bellarmino, de quem era bastante próximo na cúria papal, e que havia sido reabilitado em Roma após a ascensão de Clemente VIII.⁵⁹⁷

Uma síntese dos principais argumentos do livro foi enviada ao rei por meio do memorial intitulado *Relacion de los competidores por la Corona de Ynglaterra, de donde cada uno trae su origen, y que favorecedores tienen al presente*. Aqui, os ingleses destacaram que Felipe II era o principal herdeiro do ramo de Lancaster, incorporado por via da casa de Portugal.⁵⁹⁸ Entre os competidores do Rei Católico, o principal era o conde de Huntington, o cabeça da herança da casa de York. Não obstante, os padres deixavam claro a primazia do direito de Lancaster sobre York, uma vez que consideravam os

⁵⁹⁶ Não sabemos ao certo quem traduziu a obra para o castelhano, mas acreditamos ter sido Joseph Creswell. No frontispício da versão espanhola, uma nota à margem diz: “Entiendo que el Autor de este libro fue el Padre Personio, de la Compañia de Jesus, el cardenal Guillelmo Alan, i Francisco Inglefildo, aunque salio en nombre de Dolan, sacerdote catolico.” fol. 1.

⁵⁹⁷ TUTINO, Stephania. The political thought of Robert Person’s Conference in continental context. In: *The Historical Journal*, vol.52, n.1, 2009, pp.43-62. p.55-56.

⁵⁹⁸ Los que favorecen la sucesion de Escocia, y el titulo de Lancastria son solamente los dhos cath^{cos}, y muchos politicos, “quorum deus mundus est.” [...] De manera que faltando la succession de la hermana mayor casada en escocia, la antigua competencia entre las casas de Lancastria y yorca sera renovada, el rey Cath^{co} de España siendo aora cabeça y heredero de la una, y el conde de Huntingtonga de la otra, cuyo titulo a la corona por las lineas de Clarenia y yorca no es tan antiguo como aquel de su mgd por la duquesa blanca, que era mas legitima heredera del rey henrico tercio que ninguno de los reyes Edouardos de quienes los duques de yorca tenian su origen. *Relacion de los competidores por la Corona de Ynglaterra, de donde cada uno trae su origen, y que fauorescedores tienen al presente*. AGS, EST, LEG.838, fol.122-123.

direitos da duquesa Blanca superiores aos dos quatro filhos de Henrique III.⁵⁹⁹ Huntington, seguindo a argumentação postulada, foi automaticamente excluído por ser herege.

Após publicação do original em inglês sobre a sucessão da coroa anglicana e tendo em vista os preparativos para uma nova armada contra a Inglaterra, Joseph Creswell (Cresuelo, em castelhano) preparou outro discurso ao rei no qual classificou e hierarquizou todos os pontos favoráveis à campanha de Isabel Clara. O memorial deixa resplandecer a associação mais intrínseca entre a razão de Estado católica e a *hispanofilia*. O texto escrito foi assinado por diversas personalidades, como a duquesa de Feria, *lady* Jane Dormer, Francis Englefield, Thomas Stilington e William Seaborn.⁶⁰⁰ As justificativas apresentadas estavam ancoradas em uma razão de Estado dos príncipes e da cristandade:

Aunque la razon principal q mueve a los dichos católicos de mirar con tanto cuidado es por la sucession del Reyno es la siguridad de la religion la qual por ningun otro medio que al presente se ofrece les parece posible sino por este da S^a Infanta: *Todavía concurren tambien en esta misma persona tantas otras partes y circunstancias, quantas en otra ninguna q se puede señalar como son el derecho y cercania de sangre; la imposibilidad para alcançar su derecho y para defenderlo despues; las partes para gobernar a contento de todos; razon de estado de toda la christiandad y de los otros príncipes circumvezinos; la paz; y union del Reyno y siguridad y commodidad de los demas pretendores domesticos.*⁶⁰¹ (grifo nosso)

⁵⁹⁹ Ibid.

⁶⁰⁰ Sobre os católicos exilados, incluindo Joseph Creswell, ver: LOOMIE, Albert J. *The Spanish Elizabethans. The english exiles at the court of Philip II*. New York: Fordham University Press, 1963.

⁶⁰¹ “Ainda que a razão principal que move os ditos católicos de olhar com tanto cuidado é pela sucessão do Reino, pela segurança da religião a qual nenhum outro meio que ao presente se oferece lhes parece possível senão por este da Senhora Infanta: Todavía concorrem também nesta mesma pessoa tantas outras partes e circunstâncias, quantas em outra nenhuma que se pode destacar como são o direito e proximidade de sangue; a impossibilidade para alcançar seu direito e para defendê-lo depois; as partes para gobernar a contento de todos; razão de Estado do toda cristandade e de outros príncipes circumvizinhos; a paz, e união do Reino e segurança e comodidade dos demais pretendores domésticos. *Razones, por las cuales los*

A razão de Estado de toda a cristandade e dos príncipes tem como máximo princípio a manutenção da paz, união dos reinos, segurança e apaziguamento dos pretendores rivais. Nesse sentido, o que já se justifica pela herança e pelos laços sanguíneos se acrescenta à razão de Estado; com esses argumentos, todos os postulados se concretizariam com a ascensão da infanta ao trono da Inglaterra. Creswell desenvolveu melhor o argumento no quinto item do seu discurso. Imbuído pela neoescolástica, Creswell retomou a ideia do equilíbrio das comunidades políticas cara a Francisco de Vitória.⁶⁰²

En lo 5^o q es Razon de estado de toda la christiandad de los principes circumvezinos, facilme^{te} se vee, q ninguno de los demas pretendores podra ser tan a proposito para dar satisfaccion a todos, como esta S^a. Primeram^{te} porque a la sede Apostolica ultra la seguridad q hemos dicho de las cosas de la religion, estará muy bien que Inglaterra sea Reyno por si, y no se junte con otro, y que aya un Rey Catholico Hijo fiel desta S^{ta} Yglesia para ayuda de toda la Christiandad tan quebrada en aq^{las} grandes provincias 2septentrionales...y si miramos la Raçon de estado de los demas príncipes comarcanos siguese lo mismo, porque el rey de Francia estara mucho mejor q el Reyno de Inglaterra sea de la S^a Infanta, y por esta via Reyno a parte, q no sea del rey de Escocia q es el Prim^o de los pretendores domésticos, el qual se tubiese los tres Reynos juntos de Inglaterra, Escocia, y Irlanda seria muy poderoso para pretender luego la açcion q los reyes de Inglaterra pretenden a las coronas de Francia.⁶⁰³

Catolicos de Inglaterra dessean q la S^a Infanta de Hespaña se prefiera en la sucçesion del Reyno a los demas Pretendores. (1596) AGS, EST, LEG.839. fol. 141.

⁶⁰² FERNÁNDEZ-SANTAMARÍA, José Antonio. *El estado, la guerra y la paz. El pensamiento político español en el renacimiento.* 1516-1559. Madrid: AKAL, 1988. p.109-110.

⁶⁰³ “No 5 que é razão de Estado de toda a cristandade dos príncipes circumvizinhos, facilmente se vê, que nenhum dos demais pretendentes poderá ser tão a propósito para dar satisfação a todos, como esta Senhora. Primeiramente porque a sede Apostólica preza a segurança que temos dito das coisas da religião, estará muito bem que a Inglaterra seja Reino por si e não se junte com outro, e que haja um Rei Católico Filho fiel desta Santa Igreja para ajuda de toda a cristandade tão quebrada em aquelas grandes províncias setentrionais... e se olharmos a Razão de Estado dos demais príncipes comarcanos segue-se o mesmo, porque o rei da França estará muito melhor que o Reino de Inglaterra seja da Senhora infanta, e por esta via Reino à parte, que não seja do rei de Escócia que é o primeiros dos pretendentes domésticos,

Por um lado, se reconhecia que os assuntos do príncipe, como a defesa e a manutenção do Estado, eram de matéria temporal, e a política de equilíbrio entre as potências, um princípio subjacente. Como afirmara Skinner, os jesuítas “[...] dispõem-se a admitir que um príncipe possa ver-se forçado, com frequência, a tratar da manutenção do seu estado e a segurança do seu reino como valores políticos supremos.”⁶⁰⁴ Não obstante, os jesuítas ingleses iam mais além ao associarem a razão de Estado à *hispanofilia*, que se traduziu numa tentativa de defender a proteção da Monarquia Hispânica como solução para a restauração da velha religião na Inglaterra. A política de equilíbrio e a defesa da paz vão se convertendo em princípios reguladores da razão de Estado principesca, o que justifica o repúdio à possível ascensão de Jaime VI da Escócia ao trono da Inglaterra. Contra a possível união de ambos os reinos, Creswell dizia que mantê-los apartados seria mais conveniente para o reino da França; no entanto, o argumento de Creswell é tendencioso, pois esta mesma razão de Estado dos príncipes tampouco era vantajosa para o rei da França, que também não desejava ver ampliados os poderes dos Habsburgo no norte da Europa. O equilíbrio, afinal, tinha que servir para todos.

A linguagem da razão de Estado desenvolvida pelos jesuítas foi colocada em prática pela derradeira vez no ano de 1600. Robert Persons enviou uma série de cartas e memoriais a Felipe III para tratar novamente da sucessão inglesa. Nessa ocasião, as notícias do agravamento da doença da rainha Elizabeth geraram uma nova rodada de debates no conselho de Estado. Persons reproduziu a desconfiança manifestada por muitos ingleses *politiques* sobre a anexação da coroa inglesa pela Monarquia Hispânica:

[...] diciendo que queria mas reduzir la patria de baxo de la corona de España, y al presente lo diran mucho mas pues pensaran que su M^d con callar la persona querra el Reyno para si, lo qual aunque a algunos buenos y prudentes no descontentara sabiendo que en realidad de verdad seria el mas seguro de todo, todavia las dificultades, tanto van de la parte de los de dentro, quanto de los

o qual se tivesse três reinos juntos de Inglaterra, Escócia e Irlanda seria muito poderoso para pretender logo a ação que os reis de Inglaterra pretendem às coroas de França”. Op. cit.

⁶⁰⁴ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno...*, p.449.

Príncipes de fuera serian muy grandes en la execucion, como V S y yo emos discurrido muchas vezes y en España viviendo el Rey passado de gloriosa memoria parescio lo mismo, y que era mejor para su Mag^d por en un amigo y confederado dependiente, que pretender lo para si [...].⁶⁰⁵

O primeiro ponto que tocou Persons seria iniciar negociações com os poderosos da Inglaterra, já que muitos eram classificados como políticos. Estes, mesmos católicos, iriam querer tratar de seus interesses particulares, alguma concessão em matéria de tolerância e da restituição dos bens eclesiásticos. Estes nobres eram, segundo o jesuíta, aqueles que tinham a autoridade para fazer e desfazer todo o negócio.⁶⁰⁶ O ponto seguinte seria atentar para a política externa. O principal rival da Monarquia Hispânica era o rei da França, que também estava, segundo Persons, manejando para apoiar um candidato que fosse aliado. Por razões de Estado, Henrique IV não desejaria ter tão poderoso vizinho, nem favoreceria a união das coroas da Escócia e Inglaterra.

[...] Pero dizen que ay esta comodidad al presente que el Rey de Francia no pudiendo por razon de estado favorecer a la pretension del Rey de Escocia, porque no se junten los dos reynos mas facilmente concurre otra persona en quien no se puedan juntar y se piensa que de suyo se inclina a levantar al conde de essesa, o, a

⁶⁰⁵ “dizendo que queria mais reduzir a pátria debaixo da coroa de Espanha, e ao presente o dirão muito mais, pois pensarão que sua Majestade, com calar a pessoa, quererá o Reino para si, o qual, ainda que a alguns bons e prudentes não descontentará sabendo que, na realidade, de verdade, seria o mais seguro de tudo, no entanto as dificuldades partem tanto da parte dos de dentro, quanto dos Príncipes de fora, seriam muito grandes na execução, como V. S[antidade?] e eu temos discorrido muitas vezes, e na Espanha vivendo o Rei passado de gloriosa memoria, pareceu o mesmo, e que era melhor para sua Majestade por [a coroa] em um amigo e confederado dependente, do que pretendê-la para si [...]. *Relacion del Padre Personio sobre la carta de Su Mg^d de tres de Julio*. 1600. AGS, EST, LEG.972, s/f. Descifrada.

⁶⁰⁶ “Muchos de los poderosos del Reyno que mas pueden hazer y deshazer en este negocio no seguira puramente nra parte por causa de la religion no siendo, aunque ellos porventura catolicos sino hombres indiferentes, o politicos, como por alla se llaman, y seguiran este partido por otros respectos, y para con estos la declaracion ya hecha por ellos de que sera catholica la persona no bastara porque antes porventura querran tratar con el de alguna toleracion en lo de la religion por algun tiempo o, de la moderacion en la restitution de los bienes ecclesiasticos o, otra cosa semejante y assi querran saber la persona antes de concertarse.” *Relacion del Padre Personio sobre la carta de Su Mg^d de tres de Julio*. 1600. Descifrada. AGS, EST, LEG..972, s/f.

ingles que no tenga otro estado.⁶⁰⁷

Por fim, Persons recomendou expressamente a tomada de decisão de Felipe III sobre a questão sucessória da Inglaterra. Ainda esperançoso de que o rei fosse apoiar a aclamação da sua irmã mais velha, aquele reconhecia que, após a morte de Felipe II e a cessão da soberania dos Países Baixos á infanta, tinha dúvidas se, exatamente por razões de Estado, Felipe III iria querer prosseguir com a empreitada.⁶⁰⁸

A análise dos discursos dos agentes políticos nos permite perceber e identificar a preponderância de duas linguagens da razão de Estado em circulação. De modo geral, a teoria política era informada pela prática por meio das apropriações e definições de todo um vocabulário que já estava sendo discutido pelos agentes que estudamos desde pelo menos a década de 1580.

Podemos distinguir duas linhas gerais do pensamento político dos agentes que estudamos. A primeira delas foi teorizada por Pedro de Ribadeneyra e, em grande medida, seguida pelo duque de Feria, *don* Diego de Ibarra e o duque de Sessa. Era a razão de Estado católica, com forte *impronta* providencialista. Em geral, manifestam em seus discursos uma preocupação para com os intangíveis desígnios da Providência. Mas não nos deixemos enganar pelas consequências deste transcendentalismo porque, longe de implicar no desprezo pelas matérias de Estado, este grupo identificou o contratempo precisamente naquilo que diz respeito aos *meios humanos*.

⁶⁰⁷ “Mas dizem que há esta comodidade no presente, que o Rei da França, não podendo por razão de Estado favorecer à pretensão do Rei da Escócia, porque não se juntem os dois reinos, mais facilmente concorre outra pessoa em quem não se possa juntar, e se pensa que da sua parte se inclina a levantar o conde de Essex, ou um inglês que não tenha outro Estado.” *La nueva instancia que hacen los catolicos de Inglaterra para que su M^d resuelva en la persona que a de suceder en aquel Reyno pues no pueden aguardar mas por las razones que aqui se diran. Relacion de las cartas que escribe alg^{as} pers^{as} principales de Inglaterra al padre Personio que reside en Roma.* (Descifrada). 1600. AGS, EST, LEG.972, s/f.

⁶⁰⁸ “Conforme a esta traça y designo se auia tratado con su M^d q sea en gloria en favor de la Señora Infanta antes q se le sesse los estados de flandes y el Padre Personio tuuo comission de tratarlo en Roma con su S^d en año de 1596 como lo hizo, y no descontentaua el designo a su S^d y mas los cath^{os} del Reyno Inglaterra venian muy bien en ello, como al presente si se puede effectuar, aunque despues de la muerte de su M^d y de la possession que la Sa Infanta ha tomado de los estados baxos se ha començado a dudar si a conforme a razon de estado querra proseguir aquel designo pues es cosa cierta que el Rey de Francia y otros Principes no permittiran si lo pudieren estoruar.” *Lo q se entiende de Inglaterra por cartas de enero y Hebrero de 1600 sobre a sucesion de aquel Reyno.* AGS, EST, LEG. 972, s/f.

Enquanto se reforça a concepção aquinate do mundo terreno em sua subordinação ao mundo celestial, os diagnósticos do problema acabam por converter as matérias de Estado no centro da reflexão destes agentes. Uma linguagem da eficácia é autorizada apenas na justa medida em que se adequa à moral do príncipe cristão.

As experiências políticas que temos destacado em relação aos vários projetos de coroação da infanta Isabel Clara, na Inglaterra e na França, desencadearam no seu entorno um debate político riquíssimo que propiciou, enriqueceu e multiplicou as linguagens da razão de Estado na Europa. E até hoje, essa documentação permanece pouco explorada dada o seu potencial como material mesmo que fomentou toda a problematização em torno da razão de Estado. Foi um laboratório de experiências que colocou em evidência a gestação de novos conceitos e ideias por meio da prática da política. Ao envolver as guerras de religião com as disputas dinásticas, a crise forneceu aos agentes das Monarquia Hispânica o combustível explosivo que faiscava nas ideias e no pensamento políticos. As trajetórias pessoais dos embaixadores na França e dos jesuítas ingleses se cruzaram por diversas vezes, e as conexões que existiam entre eles, pessoais e intelectuais, tornam essa experiência ainda mais fascinante.

A análise dos discursos dos agentes da Monarquia Hispânica na França permite concluir que o vocabulário político das altas esferas da administração e da erudição estava em constante diálogo com aquele empregado pelos tratadistas políticos e, mais além, foi a partir da circulação das informações, avisos e memoriais que se disseminou o termo “razão de Estado”. Termo esse que, como vimos, teve diversas variações. De modo geral, o mundo católico foi inundado pela onda dos discursos da razão de Estado que foram alçados à ordem do dia em decorrência das guerras civis e confessionais. Ainda que não se tentasse negar mais a realidade e autonomia das coisas do Estado, o horizonte dos fins espirituais não deixa de ser importante, o que coloca a esfera da política em constante tensão, como vimos expressa na angústia de Felipe IV, no começo do primeiro capítulo. O fim da Guerra dos 30 anos, estabelecido com o tratado de Vestfália, parecia colocar a Europa em segurança, assegurando o equilíbrio europeu, com a afirmação do princípio *cuius regio,*

eius religio. No entanto, a ruptura tinha sido mais profunda, instaurando-se no íntimo das consciências, semeando a noção da crítica: começava então o reino da dúvida.⁶⁰⁹

⁶⁰⁹ HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

PARTE IV

DA CORRESPONDÊNCIA À IMPRENSA

GUERRA, PAZ E TOLERÂNCIA DE ACORDO COM A PRÁTICA

DA POLÍTICA

CAPÍTULO 7: DISSIMULAÇÃO E PRUDÊNCIA: CONSERVAR O ESTADO NO CONTEXTO DAS GUERRAS CONFESSIONAIS

Na parte IV, nosso objetivo é dar um duplo salto na análise sobre os agentes políticos. O primeiro diz respeito ao tempo. O nosso enfoque é o contexto após 1594, quando os ministros de Felipe II deixaram Paris, e se dirigiram aos Países Baixos. Ali, Tassis e Ibarra permaneceram durante vários anos, enquanto que o duque de Feria, em 1596, se dirigiu à Catalunha para assumir o cargo de vice-rei. O salto seguinte é em relação à documentação. Passamos das epístolas diplomáticas como fonte privilegiada para outros tipos de escritos, de diferentes gêneros textuais, mas de caráter eminentemente teológico-políticos. Nesse quadro, inicialmente vamos estudar os textos autorais dos agentes e, em seguida, vamos dedicar-nos a desvendar as conexões e vínculos estabelecidos entre os agentes e outros autores da época, de modo a circunscrever as matrizes ideológicas mais amplas nas quais estavam imersos. Entre os textos diretos e indiretos, entre as referências cruzadas e as apropriações de determinados vocábulos, os nossos agentes políticos nos deixaram ricos testemunhos de uma época na qual as contingências do *mundo que corre* pareciam desafiar dia após dia as certezas absolutas da Igreja Católica Apostólica Romana.

De fato, a nossa intenção é analisar esses textos à luz de alguns temas caros à tratadística da razão de Estado, como a *guerra, paz e tolerância*. Como dependentes dos primeiros, os temas da dissimulação e prudência aparecem como estratégias que permeiam o caminho entre a guerra e a paz. Vimos que o duque de Feria e *don* Diego de Ibarra se aproximam, no âmbito ideológico, à corrente da razão de Estado católica, enquanto Juan Bautista de Tassis se classificaria em uma vertente da razão de Estado pragmática. Nesse sentido, ao voltarmos o nosso olhar para aqueles temas destacados anteriormente, procuraremos entender melhor como estes homens tentaram solucionar os desafios enfrentados pela Monarquia Hispânica, desafios esses que eles mesmos diagnosticaram.

Às voltas com a incapacidade da Monarquia Hispânica em impor a sua hegemonia na França e nos Países Baixos, ferida exposta pelo redundante

fracasso da eleição da infanta, Juan Bautista de Tassis, o duque de Feria e don Diego de Ibarra versavam sobre diferentes temas, em especial a validade da guerra e da paz de religião. Como a linguagem da razão de Estado se encaixou nesse debate? Era a razão de Estado que justificava a guerra ou a paz?

Por conseguinte, vamos realizar um estudo mais amplo sobre a noção de tolerância e a linguagem política da razão de Estado. Voltemos, portanto, ao contexto das guerras de religião, no qual o embate travado entre Felipe II e Catarina de Médicis sobre a matéria da *pacificação* religiosa nos permite assentar as bases da problemática futura com o qual os embaixadores terão de enfrentar.

Catarina de Médicis e Felipe II

Dois anos após a reconciliação entre os monarcas das casas de Áustria e Valois, resultante da paz de Cateau-Cambresis (1559), o assunto que passou a dominar a diplomacia entre ambas as cortes era a questão religiosa. Às vésperas da eclosão da primeira guerra de religião, uma breve análise da correspondência trocada entre Felipe II e Tomás Perrenot de Chantonnay, embaixador em Paris (1560-1564), revelou que o Rei Católico acompanhava de perto os acontecimentos na França e se preocupava com a crescente ameaça que surgia à autoridade real no reino natal de sua terceira esposa, Isabel de Valois. O reatamento das relações diplomáticas entre os reinos vizinhos revestiu a rivalidade quase natural entre ambas as cortes com cores amistosas e cordiais; diante dessa circunstância, o que estava em jogo para Felipe II era a tentativa de garantir, por meio da pressão diplomática, a repressão efetiva contra o avanço da heresia do outro lado dos Pirineus.

Cada um dos personagens centrais nessa relação – Felipe II e Catarina de Médicis – tinha uma visão distinta sobre os meios pelos quais essa conservação deveria ser assegurada. Para um a solução era encontrar um meio de concórdia entre as duas partes, para o outro, a repressão. Assessorada pelo chanceler Michel L'Hospital, “suspeito de não ter qualquer religião, embora não houvesse nada de mais austero em seu porte”,⁶¹⁰

⁶¹⁰ HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971. p. 222.

Catarina ansiava pela reunião de um concílio geral na França que fosse capaz de chegar a um consenso sobre a matéria religiosa, o que se desviava do objetivo de Felipe II de promover a última reunião geral do Concílio de Trento.

O começo da década de 1560 não foi fácil nem para Felipe nem para Catarina. Nos primeiros anos de seu reinado, Felipe II ficou bastante alarmado com a descoberta dos núcleos protestantes em Valladolid e Sevilla. Em 1559, veio a implacável reação do monarca: devassa, prisão e condenação dos envolvidos à morte na fogueira. Ocorreram inúmeros autos de fé. O ponto culminante dessa reação foi a prisão de Bartolomeu Carranza, Arcebispo de Toledo, a mando do Inquisidor Geral, Fernando de Valdés. Carranza foi acusado de heresia pelo conteúdo do seu *Comentarios sobre el catechismo christiano* (1558). Para evitar a contaminação vinda do estrangeiro, foi decretado um édito real que proibia os estudantes espanhóis de cursarem universidades no exterior, salvo o Colégio espanhol em Bolonha, e as universidades em Roma, Nápoles e Coimbra.⁶¹¹

Do outro lado dos Pirineus, a heresia também estava sendo duramente combatida pelo agora aliado da Espanha, Henrique II de Valois (1547-1559). Em 1557, o édito de Compiègne proibiu qualquer outra religião a não ser o catolicismo. Contudo, o rei francês faleceu no dia 10 de julho de 1559, dez dias depois de ter sido gravemente ferido em um torneio de justa. Catarina de Médicis, portanto, começara a década de 1560 de luto. O herdeiro do trono, Francisco II, tinha apenas quinze anos, e estava casado com Maria Stuart. Tal enlace reconduziu a poderosa e ultramontana família Guise de volta à corte, culminando no exílio do clã Montmorency. Essa ávida disputa de poder pelo comando logo assumiu também a feição de uma contenda religiosa. O núcleo católico fervoroso liderado pelo Duque de Guise se rivalizava com o grupo de Montmorency que, apesar de permanecer católico, se uniu aos seus sobrinhos calvinistas, o almirante Gaspar de Coligny, Francisco de Andelot e o Cardeal Ôdet de Châtillon.

⁶¹¹ TRUMAN, Ronald W. *Spanish Treatises on government, society and religion in the time of Philip II: The "The Regime Principum" and associated traditions*. Leiden; Boston; Köln: BRILL, 1999. p. 4.

O alívio momentâneo trazido pela paz na Europa foi desvanecido, em ambos os países, pela sensação de que, uma vez finda a guerra, os inimigos internos haviam despertado. Parecia confirmar aquele aforismo latino trazido à tona por Pedro Fernandez Navarrete ao defender a guerra em Flandres, “quem não tem um inimigo externo, em sua casa o encontrará.”⁶¹² Como vimos no terceiro capítulo da tese, para pôr fim à dissensão nobiliárquica e promover a reconciliação entre as duas fés, Catarina apoiou a convocação do Concílio nacional de Poissy, que se reuniu em 1561. Nesse momento, o caminho trilhado por ambos os soberanos começou a se distanciar.

Em 1561, um ano antes de eclodir a primeira guerra de religião, o embaixador em Paris descreveu a Felipe II uma audiência que havia tido com Catarina de Médicis. Nela, havia solicitado que a rainha afastasse da corte o cardeal de Châtillon e o Almirante Gaspar de Coligny, preocupado que estava com o predomínio daqueles da seita herética na corte régia e a sua influência sobre o rei Carlos IX.⁶¹³ A resposta da rainha, segundo relatou Chantonnay, nos revelou duas preocupações centrais que tinha naquele momento: assegurar a independência do reino frente à Espanha e manter uma política de equilíbrio interno no conselho de Estado. Sobre a primeira questão, o embaixador disse que a rainha mãe sempre iria contra os interesses de Felipe II, “lo uno porque teme a su poder, lo otro, porque no tiene consejo, comunicacion de negocios, ni confianza, sino en el Almirante”⁶¹⁴ O intuito de Catarina era marcar a diferença e independência entre ambos. Dizia a rainha-mãe:

[...] Aunque la prudencia de un principe sea muy grande y entienda muy bien lo que cumple a las cosas de sus estados, no puede, de lexos, juzgar enteramente la de los otros, que siendo el consejo del Rey Chry^{mo} formado de personas que tantos años ha tratan las cosas deste reino es de creer que conosceran mejor los

⁶¹² FERNÁNDEZ NAVARRETE, Pedro. *Conservación de Monarquías, y discursos políticos*. Madrid: Imprenta Real, 1626. p. 124.

⁶¹³ Francisco II havia morrido em 5 de dezembro de 1560.

⁶¹⁴ “Primeiro porque teme seu poder, segundo, porque não tem conselho, comunicação de negócios, nem confiança, a não ser no Almirante [Gaspar de Coligny].” *Tomás Perrenot de Chantonnay a su Majestad*. Paris, noviembre de 1561. AGS, EST, K, LEG.1594, fol. 86. (descifrada).

humores de la tierra y como se han de llevar que otro que, por sus cosas, juzgue las ajenas [...].⁶¹⁵

Percebendo a força argumentativa do discurso de Catarina de Médici, Chantonnay ficara perplexo com a franqueza com a qual a rainha lhe respondera. Ela logo lhe acrescentou a ele que:

[...] Su principal cuidado era de entretener paz y concordia entre los del consejo como cosa mas importante a ella y su hijo y al reyno dando bien a entender que en lo de la religion harian todo lo que pudiesen pero que su principal cuidado y mira era de conservar el reyno y evitar que por descontentamiento viniesse a alguna division.⁶¹⁶

Notemos que, segundo as palavras do embaixador, Catarina se afligia com o fato de o conflito ter adentrado o próprio conselho do rei, tornando a França, logo na cúpula, ingovernável. A rainha-mãe exibia uma apreensão maior com a possibilidade de dissidência da nobreza e os tumultos que a repressão violenta aos protestantes poderia acarretar. Portanto, para ela, era urgente recuperar a paz e a concórdia entre os membros do conselho, passo essencial para harmonizar o rei com o seu reino. A lógica da fala era distinta: conservar o reino não se fundamentava necessariamente na religião, mas na união entre as distintas partes do corpo político, representado, em última instância, no conselho real. Era a busca de um corporativismo idílico, sonhado por Michel de L'Hospital, que logo se revelou fracassado.⁶¹⁷ Desde então, a monarquia francesa orientou-se pela adoção de uma política nova, isso é, diferente de Henrique II, e contra a qual Felipe II se posicionou.

Felipe II apostava no argumento contrário. Este enviava constantemente instruções ao embaixador elencando os argumentos que deveriam ser

⁶¹⁵ Tomás Perrenot de Chantonnay a su Majestad. Paris, 1 de julio 1561. AGS, EST, K, LEG.1495, fol. 49.

⁶¹⁶ Ibid.

⁶¹⁷ JOUANNA, Arlette. Les temps des guerres de religion en France (1559-1598). In: BOUCHER, Jacqueline. BILOGHI, Dominique. JOUANNA, Arlette. LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont S. A., 1998. p. 84.

apresentados nas audiências para contestar a atitude de Catarina. Para o Rei Prudente, o perigo que a França enfrentava era notadamente a permissividade para com os - agora chamados - huguenotes, por meio do abandono da repressão que marcara o reinado de Henrique II. Já durante o reinado de Carlos IX (1560-1574), a permissividade e a dissimulação, palavras do Rei Prudente, haviam sido causa de tanta ruína e perdição, causa da penúria em que se encontrava o reino francês.

Diante dos obstáculos recebidos na corte francesa, Felipe II encaminhou outra instrução a Chantonnay, com os detalhes para ser apresentados em audiência com o rei francês. O embaixador deveria reiterar ao Rei Cristianíssimo que a conservação do reino somente seria garantida por meio do castigo dos rebeldes:

[...] Y que se veía por experiencia que todas las *provincias de la Christiandad* que se han dañado, e, inficcionado destas nuevas herejías, habían venido a la perdición en que están por no haberse usado en ellas del castigo a los principios, sino ir creciendo poco a poco con tolerancia y disimulacion, y que demás del exemplo de las otras provincias en ese Reyno de Francia se había visto por experiencia así en tiempo del Rey Enrico como del Rey Fran^{co} su hijo que siempre que se había comenzado a usar del castigo contra los inculpados en estos errores, se había visto muy gran emienda y provecho dello [...].⁶¹⁸ (grifo nosso)

Houve um esforço teórico do conjunto dos *consultores* da monarquia e do próprio rei em justificar e legitimar a repressão, não porque a religião católica era a verdadeira (evidente em si mesmo, não sendo necessário reiterar), mas porque a política de tolerância levaria à ruína do reino francês. Isso poderia ser atestado pela experiência e pela história, circunscrevendo aqui

⁶¹⁸ “E que se via por experiência que todas as províncias da cristandade que se têm danificado e infecionado destas novas heresias, haviam caído na perdição em que estão por não ter-se usado nelas o castigo nos princípios, senão ir crescendo pouco a pouco com tolerância e dissimulação, e que além do exemplo de outras províncias nesse Reino da França, havia visto por experiência no tempo do Rei Henrique como do Rei Francisco seu filho que sempre que se havia começado a usar do castigo contra os culpados nestes erros, havia visto grande emenda e proveito deles.” *Su Majestad a Chantonnay*. AGS, EST, K, LEG.1594, fol. 80.

os dois meios pelos quais Justo Lípso acreditava ser imprescindíveis para a adquirir a prudência. Eram, portanto, tópicos da arte de governar reiterados pelos teóricos da razão de Estado. Além disso, o entendimento de que a religião era um instrumento essencial de união e concórdia dos povos era um lugar comum, destacado até mesmo por Maquiavel, ao dizer que “os príncipes duma república ou dum reino, portanto, devem conservar os fundamentos da religião que professam; e, feito isso, ser-lhes-á mais fácil manter religiosa e, por conseguinte, boa e unida a sua república.”⁶¹⁹

Não obstante, Catarina se fixava nas disputas internas do reino francês, tentava resolvê-las internamente e, se possível, pacificamente. E em todos os níveis – político e cortesão. Após conseguir por fim à primeira guerra de religião, selada com a Paz de Amboise, a rainha-mãe voltava seus esforços para encontrar a perfeita harmonia na corte embasada no poder mediador feminino:

Catherine resolved that her Court would be filled with glorious pleasures, balls, masques and the scintillating attractions that would bring the feudal lords, both Huguenot and Catholic, together. By keeping the grand seigneurs busily enjoying themselves, she hoped they would be distracted from killing each other or plotting to overthrow her son.⁶²⁰

Seu pensamento se voltava para a reconciliação do rei com os seus súditos e, mesmo no quesito religioso, tentou referendar uma solução nacional, em vez de apelar para a instância espiritual superior do papa. O projeto do Colóquio de Poissy fracassou, para a decepção de Michel de L’Hospital. Além da contenda religiosa interna, havia outro ponto de desacordo. Após a última reunião do Concílio de Trento, em 1563, o partido católico vai pressionar a coroa para a adoção das medidas do concílio na França. Contudo, a aplicação

⁶¹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 53.

⁶²⁰ “Catarina resolveu que a sua corte seria preenchida com gloriosos prazeres, bailes, mascaradas, atrações cintilantes que seriam trazidas pelos lordes feudais, ambos Huguenotes e Católicos, juntos. Ao manter os grandes senhores ocupados entretendo a si mesmos, ela esperava que eles iriam se distrair de matar uns aos outros ou conspirar para derrubar o seu filho.” FRIEDA, Leonie. *Catherine de Medici. Renaissance Queen of France*. New York: HARPER PERENNIAL, 2006. p. 171.

do modelo confessionalizador tridentino encontrava resistência, não somente pelo pragmatismo conciliador da rainha-mãe e de seus ministros, mas principalmente pela reivindicação de autonomia da Igreja Galicana consagrada na Concordata de Bolonha.⁶²¹ Felipe II, por sua vez, falava em nome das províncias da cristandade, mais alinhado com o ideal da *República Cristiana* de Vitória e Suárez, de Luiz Valle de la Cerda e Tomás Cerdán de Tallada. Repúblicas que seriam independentes entre si, condição perfeitamente adequada ao mote *rex est imperateur in regno suo*, mas que tinham sua hierarquia encabeçada pelo papa. Daí a insistência do Rei Prudente para que Catarina deixasse a querela religiosa nas mãos do concílio geral da Igreja, reunido em Trento.

Em 1562, o embaixador francês em Madrid, Sébastien de L'Aubespine, bispo de Limoges, e o enviado especial de Catarina, Monsieur D'Ozance, se apresentaram na corte *madrileña* para esclarecer os pontos de vista da rainha e assegurar o apoio de Felipe II em caso da eclosão do conflito armado. O rei foi categórico ao retrucar que Catarina deveria ter seguido seus conselhos desde o início, relatando ao embaixador na França a resposta que o Duque de Alba (o rei se recusou a recebê-los) se encarregou de dar aos representantes de Catarina:

[...] Por que se avia visto por experiencia y los libros estavan llenos dello que en *cualquier reyno que se muda la religion se viene a mudar el gobierno en lo temporal* [...] porque se veyá bien que si este daño no se atajava y la francia se perdia sus reynos y estados corrian luego evidente peligro, y que si ello se pudiesse remediar con blandura y buenos medios, nunca Su Magestad seria en que se viniese a usar dela fuerça de las armas por que la tenia por muy peligrosa y de grande aventura.⁶²² (grifo nosso)

⁶²¹ BRUNET, Serge. ¿Una religiosidad hispánica en Francia y en Europa en los siglos XVI y XVII? In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. (coord) *Las vecindades de las Monarquías Ibéricas*. Madrid: FCE, 2013. p. 376.

⁶²² “Havia visto por experiência e pelos livros que estavam cheios dele que em qualquer reino que se muda a religião vem a mudar o governo no temporal, [...] porque se via bem que, se este dano não se atava, e a França se perdia, seus reinos e estados corriam logo evidente perigo, e que se ele pudesse remediar com brandura e bons meios, nunca Sua Majestade seria em que se viesse a usar da força das armas, pelo que tinha por muito perigosa e de grande aventura.” *Su Magestad a Chantonnay*. 1561. AGS, EST, K, LEG.1594. fol. 110.

Na ocasião da entrevista de Bayonne, o duque de Alba e don Juan Manrique Lara, representantes do Rei Católico, seguiram as instruções deste para demandar à rainha-mãe uma atitude mais firme contra os Huguenotes. Alba aproveitou a ocasião e tentou falar com Carlos IX sobre o assunto. Segundo reportaram ao monarca, eles ouviram o Rei Cristianíssimo sustentar a mesma linha de ação de Catarina:

[...] en fin vine a caer sobre el estado presente de los negocios deste Reyno, diciéndole que no corriese a fuerça, que mirase mucho por su salud, pues de ella dependía todo el bien de la Christiandad y creía que le tenía Dios bien guardado para recibir por su mano un gran servicio, que era el castigo de las ofensas que en este Reyno se hazían. Saltó luego en decirme: ¡Oh! el tomar las armas no conviene, que yo destruiría mi Reyno, como se comenzó a hacer con la guerra pasada.⁶²³

À exortação de Felipe II e seus ministros em defesa da aplicação do castigo aos Huguenotes, Catarina de Médicis respondia com o argumento da *necessidade*. Constrangida pelas forças malignas do tempo presente, a rainha-mãe tentava convencer o Rei Católico da sua boa intenção e fidelidade ao catolicismo. Como o próprio Felipe II, ela considerava a violência algo perigoso e, diferentemente do primeiro, ela tentou empreender o caminho da pacificação. Em uma carta ao seu embaixador em Paris, o senhor de Fourquevaux, ela lhe instruía a falar com o Rei Católico sobre os motivos da paz de Saint-Germain:

Mais vous prieray seulement, par toutes les plus honnestes remonstrances qu'il sera possible, faire croire au Roy Catholique mon bon fils, que l'extresme nécessité nous a constraints prendre plustot

⁶²³ “Enfim vim a cair sobre o estado presente dos negócios deste Reino, dizendo-lhe que não corresse à força, que olhasse muito para sua saúde, pois dela dependia o bem da Cristandade e acreditava que Deus o tinha bem guardado para receber por sua mão um grande serviço, que era o castigo das ofensas que neste Reino se faziam. Levantou logo a dizer-me: Oh, tomar as armas não convém, que eu destruiria meu Reino, como se começou a fazer com a guerra passada.” *Alba y Manrique a su Magestad*. De San Juan de Luz, 15 de junio 1565. AGS, EST, K, LEG.1504. fol.15. Apud: VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004. p. 160-161.

ce chemin de pacification, que celluy de la force beacoup plus difficile et de plus dangereuse et perniciéuse conséquence.⁶²⁴

Voltemos um pouco no tempo, para mencionar a ocasião às vésperas do colóquio de Poissy. O concílio nacional correspondeu a uma tentativa de solucionar os impasses teológicos entre os calvinistas e os católicos que, como sabemos, não deu certo. Mas acima de tudo, pode ser entendido como um marco da política conciliatória da rainha-mãe e o seu chanceler Michel L'Hospital. Tinha como premissa básica o retorno da concórdia e harmonia do corpo político. Por volta dessa época, os discursos proferidos pelo chanceler na abertura dos Estados Gerais ou na sessão do Parlamento apelava exatamente para a valoração humanista da retórica como meio principal da persuasão, antes que da violência, como estratégia de convencer aqueles que insistiam no erro. Nesse primeiro discurso, o chanceler marcou a sua posição [e da monarquia] em relação aos conflitos:

Considérant que ce trouble de religion n'est seulement en son royaume, mais chez ses voisins, en la Germanie, Angleterre, Escosse et aultres pays, où il a fallu, pour y obvier, prendre les armes, et venir à la main, chose très dangereuse, ainsi qu'on voit par l'issue, a recouru aux remèdes des anciens. Les maladies de l'esprit ne se guérissent comme celles du corps. Quand un homme ayant mauvaise opinion fait amende honorable et prononce les mots d'icelle, il ne change pour cela son cœur. L'opinion se mue par oraisons à Dieu, parole et raison persuadée. S'il est obstiné en ses erreur, licence et liberté, on lui doit fermer l'église, et après le rendre au bras séculier.⁶²⁵

⁶²⁴ “Mas vós rogaríeis somente, por todas as mais honestas advertências possíveis, fazer crer ao Rei Católico meu bom filho, que a extrema necessidade nos tem constringido a tomar antes este caminho da pacificação, que o da força, muito mais difícil e de mais perigosa e perniciosa consequência.” *À monsieur de Fourquevaux*. 7 février 1570. FERRIÈRE, Hécotor De La. *Lettres de Catherine de Médicis*. Paris, Imprimerie Nationale, 1887. Tomo III, p. 295.

⁶²⁵ “Considerando que a desordem de religião não está somente em seu reino, mas em seus vizinhos, na Alemanha, Inglaterra, Escócia e outros países, onde foi preciso, para a impedir, tomar as armas, e começar a lutar, coisa muito perigosa, como se vê pelo resultado, recorreu-se aos remédios dos antigos. As doenças do espírito não se curam como aquelas do corpo. Quando um homem que tem má opinião reconhece publicamente seu erro {*amende honorable*} e pronuncia as palavras da sua pena, ele não muda só por isso o seu coração. A opinião se muda pelas orações a Deus, palavra e razão persuadida. Se ele está obstinado em

L'Hospital habilmente redefiniu a disputa confessional, que ameaçava a autoridade real na medida em que os lados opostos tomaram as armas, como sedição, então definida por aquele como uma divisão entre os súditos de um mesmo príncipe, ou numa mesma república. Nesse sentido, os conflitos que ocorriam na França eram sedições, oriundas do mal, cuja causa primeira era o descontentamento de alguns por serem injuriados ou desprezados.⁶²⁶ A sedição, como fruto do mal, não poderia ser causada pela religião. Como o poderia, se a religião é em si mesmo boa, e fazer o mal é provocar o efeito oposto à sua causa? "Davantage, si sédition est guerre civile, pire que celle de dehors, comment advient-il qu'elle soit causée et produite de la religion, même chrétienne et évangélique, qui nous commande surtout la paix et amitié entre les hommes?"⁶²⁷ A todo instante, a linguagem neoestóica de L'Hospital exortava os súditos franceses em direção à paz. Por isso, o ministro de Carlos IX apelou para a retórica do cristão pacífico, que sofria a violência, mas não a praticava, dos primórdios do cristianismo:

Si c'est religion chrétienne, ceux qui la veulent planter avec armes, espées et pistolets, font bien contre leur profession, qui est de souffrir la force, non la faire. Et en ce que dit Chrysostome, que sommes différents des gentils, qui usent de forces et contrainte, les chrétiens de paroles et persuasions.⁶²⁸

seu erro, licenciosidade e liberdade, nós lhe devemos fechar a Igreja, e depois entregado ao braço secular." Remonstrances de monsieur le chancelier L'Hospital au Parlement, touchant l'état du Royaume, distribution de la justice, et union entre les officiers d'icelle. In: L'HOSPITAL, Michel. *Gouverner la haine. Discours politiques pendant les guerres de religion. 1560-1568*. Clermond-Ferrand: Éditions Paleo, 2001. p. 6.

⁶²⁶ Discours prononcée a l'ouverture de la session des Etats-Généraux assemblés a Orleans le 13 de decembre 1560. In: L'HOSPITAL, Michel. *Gouverner la haine. Discours politiques pendant les guerres de religion...*, p. 32-33.

⁶²⁷ "Ainda mais, se sedição é guerra civil, pior que aquela [que vem] de fora, como advém que ela seja causa e produto da religião, cristã e evangélica, que nos ordena sobretudo a paz e a amizade entre os homens." Ibid. p. 37.

⁶²⁸ "Se é a religião cristã, aqueles que querem plantá-la com armas, espadas e pistolas, o fazem contra a sua fé, que é de sofrer a força, não fazê-la. E como disse Crisóstomo, somos diferentes dos gentios, que fazem uso da força e do constrangimento, os cristãos [fazem uso] da palavra e da persuasão." Ibid.

Como podemos perceber, a resolução aventada pela monarquia francesa, na década de 1560, indicava uma solução política para a divisão confessional. O âmago da querela, a disputa teológica, após o fracasso do colóquio de Poissy, é colocado em segundo plano pela coroa. A palavra de ordem era reconciliar os súditos. Uma solução mais da *parole* e da *persuasion*, antes que da violência. Arlette Jouanna identificou no discurso de L'Hospital como o primeiro passo em direção à desconfessionalização da autoridade.⁶²⁹ É preciso notar, uma desconfessionalização que não implica secularização, mas decerto recusa a dogmatização confessional como seu fundamento. Como podemos perceber, Deus está o tempo todo presente nos discursos de L'Hospital: era a fonte de todo amor, concórdia e virtude, mas também dos castigos e punições.

Era um apelo, acima de tudo, a uma religião da virtude, que combinava a sabedoria e as lições dos antigos, coroada por Cícero, com o cristianismo. Uma percepção e atitude definidos por Denis Crouzet como evangelismo ciceroniano. O discurso de L'Hospital permitia assim "d'évaluer une forme spécifique d'évangélisme qui, pour des raisons autant philosophiques que religieuses, refuse l'engagement dogmatique, lutte de toutes ses forces contre le désir exclusiviste de confessions qui, de façon contemporaine, tendent à s'autodéfinir."⁶³⁰ Na ocasião da assembleia dos Estados Gerais reunidos em Saint-Germain-en-Laye, em agosto de 1561, convocados para debater sobre os distúrbios que tomavam conta do reino, L'Hospital discorria que os deputados poderiam lhe questionar sobre o motivo da reunião, alegando que este já havia sido tratado em Poissy:

A quoi je répons que je ne veux mettre en dispute les controverses de la religion, en appartenant le jugement auxdits gen

⁶²⁹ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p.102.

⁶³⁰ “[...] avaliar uma forma específica de evangelismo que, por razões tanto filosóficas como religiosas, recusa o engajamento dogmático, luta com todas as suas forças contra o desejo exclusivista das confissões que, de modo contemporâneo, tendem a se autodefinir. CROUZET, Denis. *La sagesse et le malheur. Michel de L'Hospital, chancelier de France*. Seyssel: Champ Vallon, 1998. p. 144.

d'église, qui a été traité à Poissy; mais seulement ce qui appartient à la police, pour contenir le peuple en repos et tranquillité.⁶³¹

Nessa altura do discurso, o clímax foi alcançado: o objetivo da monarquia não era colocar em disputa as controvérsias de religião. Esclarecido o tema principal, que era *curar a doença* que tomou conta do reino com a solução de um *remédio* político desconfeccionizador, L'Hospital estava pronto para aprofundar a problemática da conservação do Estado. Como vimos, essa será, nas décadas seguintes, a reflexão central em torno da qual gravitavam as linguagens da razão de Estado. E é precisamente esse ponto que marca o distanciamento entre o Rei Católico e o Rei Cristianíssimo. O chanceler argumentou que a ruína dos Estados era causada, notadamente, pela violação e desrespeito às leis. E concluía: as leis são o fundamento do Estado.

Tous états et républiques sont entretenus et conservés par l'observation des lois; et le mépris et violation d'icelles leur apporte ruine: lesquelles se perdent, ou tout à un coup, ou avec longueur de temps, et peu à peu. Tout à coup est perdue le royaume de Hongrie par l'invasion du Turc; peu à peu se ruinent les états, quand l'on méprise aujourd'hui une loi, demain l'autre: de sorte que, à la fin, l'état se trouve sans *lois, qui sont les fondemens des républicques*.⁶³²
(grifo nosso)

Notemos alguns princípios políticos e fundamentos religiosos não-confessionais que mais tarde serão desenvolvidos e teorizados por Jean Bodin a partir da conceituação da sua *vero religio*.⁶³³ No discurso de L'Hospital, ficava

⁶³¹ “À qual eu respondo que não quero colocar em disputa as controvérsias da religião, em pertencer o julgamento às ditas gentes da Igreja, que tem sido tratado em Poissy; mas somente o que pertence à polícia, por conter o povo em repouso e tranquilidade.” Discours de Michel L'Hospital, chancelier de France, à l'assemblée des Etats-généraux, assemblés à Saint-Germain-en-Laye, le 26 août 1561. In: L'HOSPITAL, Michel. Op. cit. p. 59.

⁶³² “Todos Estados e Repúblicas são mantidos e conservados pela observação das leis; e o desprezo e violação dessas lhes trazem ruína: os quais se perdem, ou de uma só vez, ou ao longo do tempo, pouco a pouco. De repente se perdeu o reino da Hungria pela invasão do Turco; pouco a pouco se arruinam os Estados, quando desprezamos hoje em dia uma lei, amanhã outra: de modo que, no fim, o Estado se encontra sem leis, que são os fundamentos das repúblicas.” Discours de Michel L'Hospital, chancelier de France, à l'assemblée des Etats-généraux, assemblés à Saint-Germain-en-Laye, le 26 août 1561. Ibid. p. 59-60.

⁶³³ PARDOS MARTÍNEZ, Julio. Juan Bodino. Soberanía y guerra civil confesional. In: p.212-213. In: VALLESPÍN OÑA, Fernando. (ed). *Historia de la teoría política. Estado y teoría política*

clara a diferença de prioridade em relação àquela da *política española* endossadas por Felipe II, o duque de Feria e *don* Diego de Ibarra. Vimos que Felipe II instruiu o seu embaixador na França a insistir com a rainha-mãe que *cualquier reyno que se muda la religion se viene a mudar el gobierno en lo temporal*. No caso francês, o substrato jurídico ganhou preponderância na medida em que nenhuma solução ao problema da sedição poderia vir - e estar - de fora da própria comunidade política.

O remate desse famoso discurso do chanceler de Catarina de Médicis não deixa dúvidas sobre a ideologia político-jurídica com a qual a monarquia tentava ultimar o conflito confessional.

Nous avons, graces à Dieu, paix avec nos voisins, et avons Dieu près de nous; car il s'approche de celui qui est affligé, et, en nous travaillant ainsi, montre qu'il a soin de notre salut. [...] Le roy ne veut point que vous entriez en dispute quelle opinion est la meilleure; car il n'est pas ici question *de constituendâ religione, sed de constituendâ republicâ*; et plusieurs peuvent être *cives, qui non erunt christiani* même l'excommunié ne laisse pas d'être citoyen. Et peut-on vivre en repos avec ceux qui sont de diverses opinions, comme nous voyons en une famille, où ceux qui sont des catholiques ne laissent pas de vivre en paix, aimer ceux de la religion nouvelle, comme l'on dit que *vitia uxoris aut sunt tollenda, aut toleranda*.⁶³⁴

L'Hospital apresentou a esquematização de um organismo político que encontrava a sua estabilidade em uma harmonia jurídica, garantida pela concórdia entre os indivíduos, persuadidos a deixarem de lado as suas diferenças privadas para acordarem entre si como cidadãos. A realeza se

moderna. Madrid: Alianza Editorial, 2002. Tomo II. pp. 216-263. p.227.

⁶³⁴ “Nós temos, graças a Deus, paz com nossos vizinhos, e temos Deus perto de nós; pois Ele se aproxima daquele que está afligido, e, ao colocar-nos à prova dessa maneira, mostra que Ele tem cuidado de nossa salvação. [...] O rei não quer que vós entreis em disputa de qual é a melhor opinião; pois isso não está aqui em questão de *constituenda religione, sed de constituenda republica*; e muitos podem ser *cives, qui non erunt christiani* mesmo o excomungado não deixa de ser cidadão. E podemos viver em repouso com aqueles que são de diferentes opiniões, como nós vemos em uma família, onde aqueles que são católicos não deixam de viver em paz e amar aqueles da nova religião, como nós dizemos que *vitia uxoris aut sunt tollenda, aut toleranda*.” Discours de Michel L'Hospital, chancelier de France, à l'assemblée des Etats-généraux, assemblés à Saint-Germain-en-Laye, le 26 août 1561. In: L'HOSPITAL, Michel. Op. cit. p. 61.

convertia no elemento intermediador e apaziguador do conflito; eliminar o mal sedicioso passou a ser a sua tarefa mais transcendental, ato que a tornava partícipe daquela religião da virtude. Todo esse sistema encontrava a sua base numa inspiração platônica do divino enquanto agente promotor da concórdia.⁶³⁵ Era uma solução jurídica, decerto, mais que propriamente *politique*. Muito sintomático nesse sentido foi a frase de François Bauduin, o renomado jurista de Arras chamado por Calvino de *moyenneur*, na qual dizia que “homo politicus, hoc est, jurisconsultus”.⁶³⁶ O grande modelo teórico que redefiniu os termos da política aristotélica para aplicá-los ao contexto da realeza, cuja soberania era absoluta e indivisível, foi Jean Bodin. Neste esquema, o cidadão era reinventado enquanto súdito que recebia a justiça e a proteção do portador da soberania, o rei. Nesta relação, a obediência é imperativa na medida em que a lei era expressão da vontade soberana.⁶³⁷

Mais uma vez, nota-se o distinto percurso traçado nas sendas da Monarquia Hispânica. Pablo Fernández Albaladejo bem demonstrou como, ao longo do século XVI, esteve em curso a gestação de uma *política española*, ou melhor, uma teoria política, de fundo escolástico, que se tornou a base do discurso, senão oficial, ao menos representativo da monarquia. Diante do desafio confessional, a condenação do *Catecismo Cristiano* de Bartolomé Carranza simbolizou o posicionamento da Monarquia Hispânica sobre qualquer possibilidade de diálogo com a via mística católica. No interior desse modelo, nenhuma solução pôde frutificar fora do escopo escolástico. Ainda assim, defender a religião não queria dizer a negação mesma da política, mas aquela insistia em se apresentar como um componente superior. Assim, a *Política Española* de Juan de Salazar buscava precisamente legitimar este modo de proceder da Monarquia Hispânica sempre indissociável do fim último: a bem-aventurança. Era um viés que demonstrava, conforme afirmou o historiador

⁶³⁵ CROUZET, Denis. *Le haut coeur de Catherine de Médicis. Une raison politique aux temps de la Saint-Barthélemy*. Paris: Bibliothèque Albin Michel, 2005. p. 409.

⁶³⁶ APUD: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Católicos antes que ciudadanos. Gestación de una política española en los comienzos de la Edad Moderna. In: FORTEA PÉREZ, José Ignacio (coord). *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la Corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*. Santander: Universidad de Cantabria, 1997. pp.103-127. p. 113.

⁶³⁷ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 264.

espanhol, os claros limites da assimilação do *zoon politikon* aristotélico na Espanha; eram os espanhóis *católicos, antes que ciudadanos*.⁶³⁸

Há decerto divergências de interpretação da historiografia sobre a arte de governar de Catarina de Médicis, e muito se deve às representações construídas pela propagandística da época. A rainha-mãe foi um dos alvos favoritos da maledicência do ambiente cortesão, mas muito de sua imagem negativa se construiu a partir da legenda *noire* do massacre de São Bartolomeu. Ainda que até hoje o verdadeiro mandante (se é que existe apenas um) do massacre permanece duvidoso, o fato é que Catarina foi em muitos casos culpada pelo sucedido, inclusive pela própria filha, Margarida de Valois, em suas memórias. Daí em diante, a rainha-mãe e a monarquia dos últimos Valois foram fustigados pela impiedosa propaganda tanto dos monarcômacos como dos *malcontents*.⁶³⁹ Por outro lado, Felipe II e os seus embaixadores estavam mais preocupados com as políticas de pacificação incessantemente buscadas por Catarina. Para proteger a monarquia francesa, a rainha-mãe teria defendido uma *raison politique* que lhe valeu ser chamada de *docta en materias de Estado* por Juan Bautista de Tassis.⁶⁴⁰ Francès de Álava, o embaixador que substituiu o senhor de Chantonnay, no seu primeiro encontro com Catarina avaliava que “creo que tiene fin de ayudar a su asiento cathólico; pero va puesta la proa en que una por una, primero se conserve la Corona y después lo de la religión, si se pudiere.”⁶⁴¹ Manifesta-se aqui o olhar confessionalizador católico daqueles que, em nome do rei da Espanha, conviveram e debateram com ela.

⁶³⁸ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Op. cit. pp. 103-127.

⁶³⁹ LE ROUX, Nicolas. *Les guerres de religion*. Paris: PUF, 2016. p. 85-86.

⁶⁴⁰ Sobre a atitude ambígua da rainha-mãe em ora apaziguar ora apoiar as ambições do seu filho mais novo, o duque de Alençon, sobre Flandres, o embaixador ponderava: “Todavía como es mujer docta en materia de estado no se si juzgue que lo uno y lo otro podría ser artificio para que parezcan en el tablero tantas mas dificultades y de aqui sea V. Md tanto mas çebado de acomodarse por su parte al tiempo y la necesidad como hazen todos.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 24 de octubre 1581. AGS, EST, K, LEG.1559. fol. 62.

⁶⁴¹ *Álava al duque de Albuquerque*. De Paris, a 2 de febrero 1564. AGS, EST, K, LEG.1501. fol.41. Apud: VÁZQUEZ de PRADA, Valentín. Op. cit. p. 153.

Mas, segundo Denis Crouzet, não podemos nos precipitar. As atitudes de Catarina que pareciam ecoar algumas máximas de Maquiavel poderiam ser explicadas, segundo o autor, por uma ideia de sobreposição de valores.

Il est en effet possible que des jeux de recroisements ou de chevauchements aient lieu, que la reine-mère, dans la découverte progressive du concept de nécessité que ses lettres valorisent, ait elle-même été entraînée, volontairement ou involontairement, à se «machiavéliser».⁶⁴²

A palavra de ordem que levava os soberanos do século XVI a se “maquiavelizar” era uma só: a necessidade. Crouzet, em seguida, diz que temos que ser céticos sobre essa pretensa atração maquiaveliana que pairava sobre Catarina: o seu referencial era antes neoplatonista e erasmista. Por isso, o historiador francês afirmara que a *raison politique* da monarquia francesa, longe de ser secularizada, como propôs Olivier Christin, era fortemente dependente de uma ideia da transcendência, evocada por toda uma narrativa que enaltecia o papel da realeza como intermediadora entre a divindade e o mundo dos homens. Assim, Crouzet afirmava que aquela razão política era uma razão da fé.⁶⁴³ Com uma argumentação que bem lembra aquela proposta por Marcel Gauchet, a prática da política, por fim, evocava expressões de um absolutismo que se construía e se reforçava em sua capacidade mediadora entre dois mundos. Por outro lado, a linguagem da propaganda *politique*, à medida que concebía uma secularização da função régia, *la police*, se reforçava, no alto, por meio da mistificação da figura de Henrique IV.⁶⁴⁴ Mas era

⁶⁴² “É de fato possível que jogos de interseções ou de sobreposições acontecessem, que a rainha-mãe, na descoberta progressiva do conceito de necessidade que suas cartas valorizam, tivesse ela mesma sido levada, voluntariamente ou involuntariamente, a se «maquiavelizar».” CROUZET, Denis. Op. cit. p. 249.

⁶⁴³ “De Catherine de Médicis à Michel L’Hospital, de Guy Du Faur de Pibrac à Henri III, la raison politique est une raison de foi, un outil destiné à désapproprier les hommes de leurs contentions théologico-dogmatiques, pour rendre à Dieu ce qui est à Dieu, ou plutôt pour collaborer, dans la continuité de la synergie érasmiennne, à l’oeuvre de salut ordonné par Dieu.” [De Catarina de Médicis a Michel L’Hospital, de Guy Du Faur de Pibrac à Henri III, a razão política é uma razão da fé, uma ferramenta destinada à desapropriar os homens de seus conflitos teológico-dogmáticos, para dar a Deus o que é de Deus, ou ainda mais por colaborar, na continuidade da sinergia erasmiana, com a obra da salvação ordenada por Deus.] Ibid. p. 13.

⁶⁴⁴ JOUANNA, Arlette. Op. cit. p. 391.

uma crença e um comportamento, não podemos esquecer, deconfessionalizados, quase pagãos, e isso, aos olhos de Felipe II, era tão grave quanto ser herege.

Como podemos ver, o ponto de referência de Felipe II era o universo moral e intelectual da *República Cristiana Católica*. Por ser o pilar que sustentava os reinos e repúblicas, a Igreja Católica Romana e sua ortodoxia deveriam ser protegidas; caso contrário, o governo temporal mudaria e os reinos correriam sérias ameaças de destruição. O universo concebido da cosmópolis cristã era, por conseguinte, aquele no qual a defesa da religião católica e a conservação do reino eram todos um só.⁶⁴⁵

A primeira parte desse capítulo nos permite perceber que foi no momento preciso em que Felipe II e Catarina de Médicis iniciaram seus debates sobre a divisão confessional que começaram a ser delineados dois tópicos fundamentais da linguagem política seiscentista. O primeiro, mencionado anteriormente, era a linguagem da República Cristã cuja hierarquia era encabeçada pelo pontífice. A segunda via, representada por Catarina e Michel L'Hospital, buscava acima de tudo a *paz e concórdia no conselho*, marcada pela compreensão do problema da conservação sob um viés pragmático; a *conservação* não se fundamentava nem se condicionava em uma única confissão. Os vocábulos dessa linguagem foram outros: regente, monarca e reino, antes particularistas que universalistas. Nada mais compreensível no reino que não acatou as decisões do Concílio de Trento.

Até pelo menos o massacre de São Bartolomeu, o questionamento da validade da violência como meio de eliminar o conflito confessional teria, por fim, suas próprias consequências para o reforço de uma instrumentalização jurídica por parte da coroa. Como vimos nos discursos de L'Hospital, a disputa confessional se convertia, portanto, em sedição e desobediência ao rei e, além disso, em uma grave violação da lei: "Comme la réunion religieuse ne pouvait être la condition de la paix, c'est la paix, et donc l'obéissance au roi, qui allait

⁶⁴⁵ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y Propaganda. Capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p. 164.

permettre d'apaiser le courroux divin et réconcilier les chrétiens.”⁶⁴⁶ A paz, palavra de ordem, se ressignificava no ato de fala contido na linguagem dos éditos de pacificação da monarquia francesa:

La seule issue qui paraît s'offrir dans l'immédiat réside dans l'organisation et la consolidation de la *pax civilis*, de la paix intérieure, imposée et garantie par l'État, rempart contre le reprise de guerres civiles. Le lien traditionnel entre *pax* et *Christianitas* s'efface devant l'association de la *Res Publica* et de la paix.⁶⁴⁷

Por volta de 1590, ambos os tópicos da linguagem política seiscentista já haviam se convertido em núcleos da literatura política. De um lado, temos uma linguagem que se colocou a cargo de explicar e justificar a intervenção da Espanha na França. De outro, a linguagem que vai ela mesma rejeitar e denunciar o intervencionismo estrangeiro no reino de São Luís, defender a Igreja Galicana e, mais importante, sustentar os direitos sucessórios de Henrique de Navarra. No caso da Monarquia Hispânica, a problemática da *conservação* adquiriu toda uma ressignificação à luz das guerras de religião, que procurava reforçar a indissociabilidade e submissão da política em relação à moral cristã.

Se Catarina e L'Hospital interpretaram a explosão dos conflitos na França como ruptura da harmonia cósmica entre o virtuoso mundo divino e o profano mundo humano, é preciso pensar também sobre as consequências institucionais da política adotada. Catarina ensaiou uma acomodação das facções no ambiente cortesão, que passou a receber integrantes de diferentes confissões, convivência por certo marcada por uma tensão imanente, rompida de vez em quando pelo estalido da luta armada. Era preciso não apenas redefinir as regras do jogo, mas submetê-la a um constante preceito

⁶⁴⁶ “Como a reunião religiosa não poderia ser a condição da paz, é a paz, e portanto a obediência ao rei, que iria permitir de apaziguar a ira divina e reconciliar os cristãos.” LE ROUX, Nicolas. Op. cit. p. 5.

⁶⁴⁷ “A única solução que parece se oferecer de imediato reside na organização e consolidação da *pax civilis*, da paz interior, imposta e garantida pelo Estado, baluarte contra da retomada das guerras civis. O vínculo tradicional entre *pax* e *Christianitas* se desvanece ante a associação da *Res Publica* e da paz.” CHRISTIN, Olivier. *La paix de religion. L'autonomisation de la raison politique au XVIe siècle*. Paris: Seuil, 1997. p. 33.

apaziguador - a arte da dissimulação. O *devisement* era mais que necessário para forçar as peças a retornarem ao seu lugar de origem, restaurando o equilíbrio do corpo político do reino. A *parole*, portanto, adquire uma força virtuosa em sua capacidade mediadora imprescindível:

Il faut partir du point de vue selon lequel l'imaginaire de la parole de Catherine de Médicis est précisément une imaginaire de la parole ordonnée, expression de la raison divin de l'univers, puissance d'illumination d'une vie humaine toujours sous la menace d'une pénombre. Et qu'en conséquence, la conception de la politique qu'elle s'efforça de faire prévaloir voulait avant tout rendre opératoire, dans une perspective d'accomplissement des desseins divins, la finalité harmonique du langage.⁶⁴⁸

À medida que as lutas confessionais recrudesciam, a adoção de meios para a promoção da concórdia entre os súditos acabou sendo suplantada por uma incipiente ideia de tolerância. “Entre la concorde et la tolérance, Catherine avait choisi la concorde. Maintenant, au début de 1562, entre la tolérance et la guerre, elle se voit obligée d'accepter provisoirement la tolérance”.⁶⁴⁹ Mas o léxico, durante a segunda metade do século XVI, estava em processo de definição. É importante destacar, no âmago desta discussão, que a palavra tolerância era pouco utilizada na época, considerando os textos que polemizaram sobre a divisão confessional; além disso, tampouco figurava nos éditos de pacificação, que empregaram termos mais neutros, como *permettre* e *permission*.⁶⁵⁰ Em alguma medida, usa-se tolerância e tolerável, mas os derivados adjetivos tolerante e intolerante são quase inexistentes. O verbo

⁶⁴⁸ “É preciso partir do ponto de vista segundo o qual o imaginário da palavra de Catarina de Médicis é precisamente um imaginário da palavra ordenada, expressão da razão divina do universo, poder de iluminação de uma vida humana continuamente sob a ameaça de uma penumbra. E que em consequência, a concepção da política que ela se esforçou em fazer prevalecer queria antes de tudo tornar operacional, em uma perspectiva da realização dos desígnios divinos, a finalidade harmônica da linguagem.” CROUZET, Denis. Op. cit. p. 40.

⁶⁴⁹ TURCHETTI, Mario. Concorde o tolérance?: Les Moyenneurs à la veille des guerres de religion en France. In: *Revue de théologie et de philosophie*, 118, 1986. pp.255-267. p. 266.

⁶⁵⁰ HUSEMAN, William H. The Expression of the Idea of Toleration in French during the Sixteenth Century In: *The Sixteenth Century Journal*, Vol. 15, No. 3 (Autumn, 1984), pp. 293-310. p. 294.

tolerar, em sua acepção básica na época, tinha uma conotação negativa. Tolerar alguma coisa queria dizer suportá-la, sofrê-la, apesar da proibição legal ou do mal que provocava. Era um termo repleto de ambiguidades. E o que é ainda mais curioso. O estudo de William Huseman sobre os textos dos anos 60 do século XVI revelou que a palavra tolerar, nas poucas vezes em que foi utilizada, foi empregada em sua maioria pelos católicos intransigentes que, decerto, eram contra a tolerância.⁶⁵¹ O lado *moyenneur*, por exemplo, era mais afeito a empregar uma terminologia com conotação mais positiva, como permissão e autorização.

Mario Turchetti explicou como, nessa época, havia duas acepções gerais da palavra tolerância. Uma foi exposta por Sebastian Castellion, o autor do famoso tratado *Conseil à la France désolée*, e era antes de tudo um clamor pela moderação da repressão àqueles que manifestavam opiniões heréticas, em particular o fim das penas corporais e da pena de morte. Por outro lado, uma nova acepção, no âmbito jurídico, foi introduzida pelo édito de janeiro de 1562. Corresponhia à legitimação da presença de duas religiões em um mesmo território, reino ou província. Mas como vimos, era uma tolerância limitada e provisória.

Foi assim que entendia Catarina de Médicis: a tolerância era um mal necessário. Segundo Crouzet, na década de 60, a constatação e a elaboração do problema estiveram às voltas com a formulação ciceroniana da *parole* enquanto meio de persuasão das partes conflitivas para abandonar a luta e pacificar os tumultos. De uma tentativa de concórdia se passará, não sem ambiguidades e conflitos, a uma concepção da tolerância que, no século XVII, adquiriu uma conotação mais próxima do sentido atual. Mas no caso da Monarquia Hispânica, a formulação do problema não poderia deixar de estar circunscrito a uma disputa confessional de primeira ordem. Quase todo o debate teórico que versava sobre a dissimulação esteve atrelado a uma preocupação maior de circunscrevê-lo dentro de uns limites aceitáveis pela moral cristã, ainda que efetivamente se percebia, pouco a pouco, a tarefa de estabelecer limites mais alargados frente à *necesidad*. Mas tolerância, enquanto permissão para a coexistência de mais de uma religião, não será em

⁶⁵¹ Ibid. p. 309.

definitivo uma opção. Desse modo, as instruções que foram escritas pelo rei aos seus embaixadores são claros testemunhos sobre a importância da prática política como estratégia de mediação entre diferentes interesses em jogo.

Voltando o nosso enfoque para a questão diplomática propriamente dita, nos interessa pensar como a dissimulação aparecia como subsidiária da política de tolerância, pois ambas as palavras guardavam uma relação semântica próxima. O vínculo lexical se sedimentava uma vez que evocam uma dupla estrutura de significado: vertical, que remete a uma autoridade superior que, por um ato da graça, “tolera” ou “dissimula” a falta; horizontal, ao trazer à tona o sentido de passividade e inoperância diante daquilo que não é permitido.⁶⁵² Esse vocábulo decerto se desenvolveu e ganhou uma conotação especial no campo da filosofia após as guerras de religião; mas na época que tratamos, o sentido da palavra ainda era, em sua essência, negativo.

Vejamos, por exemplo, como o termo tolerância foi empregado no testamento de Felipe II, precisamente por meio do vínculo lexical com a dissimulação: frente à *necessitas*, isto é, ocupações, guerras e outros graves negócios, a Coroa vinha alienando o patrimônio real (cuja proibição era pactuada nas Cortes), tolerando e dissimulando essa prática em nome de *necesidades que han sobrevenido*.⁶⁵³ Desse modo, o monarca invocou o seu *poderío real absoluto* para declarar nula “la dicha tolerancia, y cualquier permission y dissimulacion o liçencia de palabra o por escrito que yo haya dado [...]”.⁶⁵⁴

A linguagem diplomática nos permite compreender como a noção de dissimulação vai sendo incorporada na prática da política, precisamente como estratégia para enfrentar os desafios impostos pela contingência. Ao findar a década de 1570, a dissimulação constituiu-se em uma prática cada vez mais empregada e estimulada, dado o crescente afastamento entre a Monarquia Hispânica e a França, começando com o não reconhecimento da França sobre os direitos sucessórios de Felipe II à coroa de Portugal. Neste escopo, o

⁶⁵² HUSEMAN, William H. Op. cit. p. 299.

⁶⁵³ *Testamento de Felipe II*. 1594. AGS, PTR, LEG.29, DOC.36. fol. 583r.

⁶⁵⁴ Ibid.

enfrentamento dos desafios que trazia a contigência era, dentro das tradições clássicas e renascentistas, função da [virtude da] prudência.

*“En tiempo de borrasca no se obra como se quiere sino como se puede”:
prudência e dissimulação na prática da política*

Ao adentrarmos a discussão sobre o desenvolvimento das linguagens da política em finais do século XVI, tocante às resoluções das guerras confessionais na França, estamos prontos para debater sobre dois conceitos fundamentais que foram reformulados no vocabulário político da época, à luz do debate sobre a razão de Estado: a prudência e a dissimulação. Longe de querermos esgotar o assunto, vamos apenas endereçar os contornos desses conceitos, passo essencial para compreender, no capítulo seguinte, as contribuições e avaliações sobre a guerra e a paz por meio dos escritos de Juan Bautista de Tassis, do II duque de Feria e de *don* Diego de Ibarra no findar o século.

Antes que o termo razão de Estado fosse propriamente palco de uma infinidade de discussões teóricas sobre a sua validade moral, impregnado da marca maquiavelina, precisamos entender como na prática se utilizou e se justificou, sendo um dos termos mais importantes dentro do escopo da razão de Estado. Percebemos que, por volta dos anos 60-70 do século XVI, a dissimulação remetia mais a um ato de omissão deliberada para evitar um conflito maior. O verbo dissimular, no *Tesoro de la lengua castellana*, da sua raiz latina *dissimulatio*, foi definido como “no darse por entendido de alguna cosa”. No exemplo do adjetivo dissimulado, Covarrubias foi algo menos positivo: “Vellaco dissimulado, el que encubre su malicia.” Fazer algo dissimuladamente, era fazê-lo “con silencio, y como al descuydo”.⁶⁵⁵ A ideia estava clara: a dissimulação se tratava, acima de tudo, de uma operação interna do indivíduo.

⁶⁵⁵ COVARRUBIAS, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana, o español. Compuesto por el licenciado Don Sebastian de Covarrubias Orozco, Capellán de su Magestad; Maestrescuela y Canonigo de la Santa Iglesia de Cuenca, y Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion*. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N. S. Año del Señor M. DC. XI. p. 323.

Entre finais de 1569 e princípios de 1570, Felipe II e o duque de Alba estabeleceram uma série de diálogos sobre as razões pelas quais o monarca queria fazer uma empresa contra a Inglaterra. O duque era contra iniciar outra guerra, levando em consideração o conflito que se enfrentava nos Países Baixos. Além disso, Alba não confiava na facção inglesa que havia se instalado na corte, próxima ao seu aqui-inimigo, Ruy Gómez da Silva. O I duque de Feria, pai do nosso embaixador, era um deles. O rei, após justificar ao receoso Alba a santidade e justiça que emanavam da empresa pretendida, explicou como a dissimulação fora empregada para como meio de disfarçar as ofensas recebidas de Elizabeth I. Dissimular vinha associada à palavra permissão. Mas o rei fez uma advertência: dissimular demasiado poderia levar ao atrevimento, e à perda de reputação. Por isso, era necessário agir:

[...] No podemos dexar de sentir humanamente la ofensa que a nuestra autoridad y reputación la Reyna de Inglaterra ha hecho, y desear mucho el responder por eso, y satisfazernos, pues justa y christianamente lo podemos hazer, como quiera que la disimulación de semejantes cosas a los mismos príncipes con quien se dissimula causa ánimo y confianza para se desordenar y atrever, y para con otros príncipes que están a la mira es ejemplo de mucho inconveniente, siendo así que la estimación de los reyes para con sus amigos y enemigos depende mucho de lo que se entienda que, así como han de conservar a sus amigos y agradecerles sus buenas obras, así no han de permitir ni disimular las injurias en quanto justa y christianamente las pudieren y huvieren de vengar.⁶⁵⁶

⁶⁵⁶ “Não podemos deixar de sentir humanamente a ofensa que à nossa autoridade e reputação a Rainha da Inglaterra tem feito, e desejar muito o responder por isso, e nos satisfazer, pois justa e de maneira cristã podemos fazê-lo, como quer que a dissimulação de coisas semelhantes aos mesmos príncipes com que se dissimula causa ânimo e confiança para se desordenarem e atreverem, e para com outros príncipes que estão na mira é exemplo de muita inconveniência, sendo assim que a estima dos reis para com seus amigos e inimigos depende muito do que se entende que, assim como tem de conservar seus amigos e agradecer-lhes suas boas obras, não tem de permitir nem dissimular as injúrias enquanto justa e de maneira cristã as pudessem e tivessem de vingar.” *Su Majestad al duque de Alba*. De Talavera, a 22 de enero 1570. AGS, EST, LEG.544. fol.119-123. Citado de: CALVAR GROSS, Jorge. GONZÁLEZ-ALLER HIERRO, José Ignacio. FONTÁN DE DUEÑAS, Marcelino. MÉRIDA VALVERDE, María del Campo. Batalla del Mar Océano. Génesis de la Empresa de Inglaterra de 1588. Volumen I (28 de junio 1568 – 30 de enero 1586). Madrid: Turner Libros, S. A., 1998. p. 42.

A carta de Felipe II é sintomática por muitas razões. No campo diplomático, a dissimulação estava ligada à permissividade em relação a alguma ofensa que se acreditava ter recebido, mas, paradoxalmente, ela era vantajosa apenas quando se estava em desvantagem. Quando as condições “justa y christianamente” fossem propícias, o caminho correto era vingar as injúrias, não as dissimular. Outro aspecto relevante da carta de Felipe II foi a vinculação que se fez entre a dissimulação e outro vocábulo caro ao escopo da razão de Estado: a reputação. Digamos que a reputação é inversamente proporcional à dissimulação: quanto mais se dissimula uma afronta, maior é o dano à reputação. Dois pesos em uma balança que buscava o seu equilíbrio.

Aos poucos, vamos percebendo a aportação de novos sentidos conjugados à palavra dissimulação, adições que são extraídas da experiência prática da política e também da própria etiqueta da corte. E precisamente, o embaixador estava integrado na corte, era ao mesmo um cortesão e um agente político. No espaço áulico, as regras de etiqueta moldaram os comportamentos a partir da delimitação de um conjunto de preceitos em torno da honra e da hierarquia social. O manual mais famoso da época recomendava ao cortesão a agir com uma “certa avvertita dizzimulazione”; esta última palavra, agregada ao seu prefixo *avvertita*, ganha a conotação de discrição e prudência.⁶⁵⁷

Quarenta anos depois da primeira embaixada de Tassis, um dos ícones do *siglo de Oro*, Juan de Vera y Zúñiga, conde de la Roca, confirmava que uma das principais qualidades do embaixador era a discrição. E mais ainda: dava o arremate final ao admitir que não se poderia conservar um Estado sem o emprego da dissimulação; aqueles que tinham tanta parte na República, como os embaixadores, tampouco poderiam abrir mão desta prática. Como bom seguidor de Justo Lípsio, Juan de Vera procurou responder a pergunta: quem estaria livre de culpa se afastar das suas ações o fingimento e a dissimulação?

Confesarialo io en la vida privada, pero en la publica lo negaré,
porque mal podran tratar bien del gobierno los que no supiesen
disimular, i fingir, partes referidas, ia por proprio atributo de los Reies,

⁶⁵⁷ BURKE, Peter. *As Fortunas d'O Cortesão. A recepção europeia a O Cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 42.

de tal manera que ai quién piense, *Que no es bueno para reinar quien no sabe fingir* i los que tuvieren tanta parte de la Republica a su cuenta, como un Embaxador, dudo que la puedan dar buena, haziendolo de otra suerte, i esto no sé que[sic] lo niegue, o pueda negar alguno, que sepa medianamente de naturaleza de los negocios de estado, i arte de gobernar [...].⁶⁵⁸

Em 1620, quando o conde de la Roca publicou a sua obra, o tópicio da dissimulação e as linguagens da razão de Estado já estavam assentados. A polêmica maquiaveliana se distanciava no horizonte. No entanto, isso que não quer dizer que o seu conteúdo, independentemente do momento, estivesse desprovido de conflito com a moral cristã. João Adolfo Hansen nos lembra dessa tensão imanente que perdura séculos:

A ideia da discrição como aparência implica as refrações e as tensões das práticas: o fundamento da prudência política do discreto católico deve ser a universalidade da lei divina espelhada em cada alma como luz natural. Doutrinariamente, o discreto católico jamais poderia mentir ou ser hipócrita. Na prática, é obvio, as condutas adaptam-se às conveniências da ocasião, o que determina o duplo padrão da moralidade e o típico casuísmo jesuítico das interpretações no ensino dominado pela repetição e pelo comentário das autoridades.⁶⁵⁹

Quando Felipe II nomeou Juan Bautista de Tassis embaixador na França, em finais de 1580, instruiu o novo ministro a atuar com dissimulação na audiência em que fosse tratado o tema da sucessão da coroa portuguesa. A recomendação revelava a preocupação do monarca em não provocar nenhum tipo de rompimento do tratado de paz entre ambos reinos:

⁶⁵⁸ Eu o confessaria na vida privada, mas na pública o negarei, porque mal poderão tratar bem do governo os que não soubessem dissimular, e fingir, partes referidas, já próprio atributo dos Reis, de tal maneira que há quem pense, *Que não é bom para reinar quem não sabe fingir*, e os que tiverem, em sua conta, tanta parte na República, como um Embaixador, duvido que podem dá-la de boa maneira fazendo-a de outro modo, e isso não sei quem o nega, ou possa negar alguém, que saiba medianamente da natureza dos negócios de Estado, e arte de gobernar [...].” VERA Y ZUÑIGA, Juan de Vera. *El Embaxador*. En Sevilla, por Francisco de Lyra, 1620. fol. 99v.

⁶⁵⁹ HANSEN, João Adolfo. Educando Príncipes no Espelho. In: *Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaíos*. São Paulo: EDUSP, 2019. p. 146.

Buscareys tambien otros rodeos dissimulados por donde se de a entender a la Reyna Madre que admittir ay Don Antonio no es menos que claramente estragar [...] negocio della, assi por la parte que parece que es confessar de la suya tacitamente algun derecho a Don Antonio como por que con admitirle çierra ella misma la puerta a qualquier platica de partido que comigo pudiesse tratar u hazer [...].⁶⁶⁰

Um documento formal como a instrução ao embaixador nos revelava a sistematização de alguns procedimentos da prática da representação diplomática. E uma das recomendações mais presentes é a dissimulação. Vejamos, no documento anterior, que há o aparecimento de outra palavra, desta vez um advérbio: tacitamente. Pouco a pouco, tácito e tacitamente passam a ser empregados na linguagem diplomática quinhentista como sinônimos de dissimulação ou segredo. E esse último adquire suma relevância uma vez que o que estava em jogo era a salvaguarda do Estado. Daí que os arcanos obtinham a sua eficácia por seu caráter oculto, para antecipar e impedir uma ação contra o soberano.⁶⁶¹ A obtenção de informação privilegiada tornou-se uma valiosa ferramenta diplomática, situação que fez ampliar sistematicamente as práticas de espionagem.⁶⁶² E por isso recomendava Giovanni Botero todo o cuidado ao selecionar os servidores da monarquia: “E como os Conselheiros, os Embaixadores, os Secretários e os espiões costumam ser normalmente depositários dos segredos, devem ser escolhidas para esses ofícios pessoas caladas, por natureza e por determinação, muito avisadas.”⁶⁶³

⁶⁶⁰ “Buscareis também outros rodeios dissimulados por onde se dê a entender à Rainha-Mãe que admitir aí Don Antônio não é menos que claramente estragar o negócio dela, assim pela parte que parece que é confessar da sua [parte] tacitamente algum direito a Don Antônio, como porque, com admitir-lhe, fecha ela mesma a porta à qualquer prática de partido que comigo pudesse tratar ou fazer.” *Su Majestad a Juan Bautista de Tassis*. De Badajoz, 28 de noviembre 1580. AGS, EST, K, LEG.1447. fol. 23.

⁶⁶¹ SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006. pp. 278-281.

⁶⁶² Para um estudo mais aprofundado sobre a espionagem entre os dois reinos, ver: RIBERA, Jean-Michel. *Diplomatie Et Espionnage. Les ambassadeurs du roi de France auprès de Philippe II. Du Traite Du Cateau-Cambresis (1559) a la Mort de Henri III (1589)*. Paris: Classiques Garnier, 2018.

⁶⁶³ BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. p. 51.

Em uma instrução dada ao secretario Esteban de Ibarra, tio de d. Diego de Ibarra, Felipe II explicitou de maneira mais ampla como é que se deveria comportar com dissimulação. E por tratar-se de um tema espinhoso como a administração da *hacienda* do rei nos Países Baixos, onde vigorava *uma negra falta de dinheiro*, nas palavras do duque de Parma, todo o cuidado era necessário. Por isso, Ibarra recebeu uma instrução tão detalhada:

Sera a proposito que tengays amigos y confidentes sembrados en todas partes para entender por su medio con mas dissimulacion lo que passare y conviniere fomentarse, o, remediarse, para advertirlo al gobernador y insistir con el que lo repare sin que se sepa el arcaduz por donde se entendio.”⁶⁶⁴

Ibarra deveria se encarregar de fazer quase que uma devassa, de maneira extraoficial, para pôr ordem na administração deixada por Alexandre Farnese. Para evitar o conflito, como ocorreu com a *veeduría* de Tassis, o rei insistia para que ele tivesse cuidado em não ofender o conde Pedro Ernesto de Mansfeld, o governador que sucedeu o duque de Parma, e que tivesse por amigos os ministros inferiores para facilitar o encaminhamento dos negócios.

Um exemplo notável da dimensão que a prática da dissimulação adquiriu no ambiente cortesão pode ser extraído da instrução redigida a Pietro Cateani, nobre italiano que foi para a corte em Bruxelas para servir o então governador, o duque de Parma. Aquele era filho do duque de Salmoneta e sobrinho do cardeal Caetano, eclesiástico pró-espanhol na cúria romana.⁶⁶⁵ Quando o exército do duque de Parma invadiu a França, Pietro Caetani ficou responsável pelo comando de uma companhia de infantaria napolitana do *tercio* de Camilo Capiçuca. As tropas de Pietro ficaram na guarnição de Paris. Em 1591, com o

⁶⁶⁴ “Será a propósito que tenháis amigos e confidentes disseminados em todas as partes para entender por seu meio com mais dissimulação o que passar e convier fomentar-se, ou remediar-se, para adverti-lo ao governador e insistir com ele que o repare sem que se saiba o cano por onde se soube.” *Instruccion secreta de lo que vos Esteban de Ibarra mi secretario aveys de llevar entendido y hazer en las cosas que aqui se apuntan*. De Burgos, 28 de septiembre 1592. AGS, EST, LEG.2220-2. fol. 177-179.

⁶⁶⁵ Enrico Caetani, em italiano. Foi o legado à latere enviado à França para apoiar a Liga Católica.

retorno do exército de Flandres à França, Pietro Caetani foi nomeado general da cavalaria do exército do papa, liderado pelo duque de Montemarchiano.⁶⁶⁶

A instrução foi escrita pelo senhor Peñaranda, secretário do cardeal, e nos revela o alcance da prática da dissimulação não apenas no nível diplomático, mas também administrativo da monarquia. Em primeiro lugar, a recomendação estabelecia os limites dos termos que contornavam a dita prática. Ela era comum a todos, mas deveria seguir alguns critérios. O principal era este: a dissimulação era parte da prudência e deveria estar associada a um fim justo; logo, em sua maioria, se fazia ao se *calar* em determinadas circunstâncias:

La disimulación es necesaria a todos mayormente y en las cortes más notada. Dizimulación es buena y honesta aquella solamente es tal que tiene bueno y honesto fin guardadas las devidas circunstancias no niega la verdad y no va contra lo justo. Semejante disimulacion es parte y término de prudenzia y le haze por la mayor parte con el callar [...].⁶⁶⁷

O secretário do cardeal Caetano estava preocupado em descrever as condições aceitáveis em que Pietro Caetani estaria apto a dissimular; em sua maior parte, a ação sobrevinha por meio do calar e, em apenas algumas circunstâncias, por meio do falar. Muitos anos mais tarde, Giovanni Botero, ao atestar a utilidade da arte da dissimulação para o Estado, definia-a como “mostrar não saber ou não ter em conta o que tu sabes e estimas [...]”.⁶⁶⁸ Este é um ponto importante: tem a ver menos com uma tentativa de enganar

⁶⁶⁶ COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho, hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*. A don Diego de Ibarra. Barcelona, a costa de Juan Simon mercader de libros, 1627. fol. 47r e 65v.

⁶⁶⁷ “A dissimulação é necessária a todos mormente e nas cortes mais notada. Dissimulação é boa e honesta somente aquela tal que tem bom e honesto fim, guardadas as devidas circunstâncias, não nega a verdade e não vai contra o justo. Semelhante dissimulação é parte e termo da prudência e o faz pela maior parte com o calar.” *Instruición del señor Peñaranda secretario del Cardenal Gaetano al señor don Pedro Gaetano en su viaje a Flandes*. Apud: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y Propaganda. Capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. pp. 235-245. p. 243.

⁶⁶⁸ BOTERO, Giovanni. Op. cit.

deliberadamente, do que com a prevenção de não se deixar ser enganado. Mas notemos um dado importante no excerto anterior: a dissimulação enquanto ação desempenhada por fins juntos se vinculava à outra palavra: a prudência. Assim, estabelecia-se um rol de causas possíveis em que a dissimulação deveria ser empregada atentando sempre para os seus princípios normativos. A dissimulação estava autorizada pelas causas seguintes:

Por no callar lo que se comete a nuestra fidelidad, por no manifestar un hecho de la notizia del cual puede suzeder escándalo, por no descubrir una intenzió que, descubierta, no conseguiría su fin, por no dar a creer que conozcamos las faltas de alguno o alguna mala obra suya, porque los hombres defectuosos y culpados quando son conozidos por tales se aborrezan por no mostrar que conozemos los pensamientos ajenos, o el mal ánimo que alguno tiene contra nosotros, o contra aquellos que amamos, o el buen ánimo que alguno tiene con nuestros enemigos, por no dar señal que sabemos la ofensa que se nos ha hecho o que la tenemos por tal o que la estimamos tanto, por no ponernos en nezesidad de obrar en daño y ruyna nuestra de contender o responder quando no lo pida o la cosa o la persona o el lugar o el tiempo.⁶⁶⁹

Apenas um momento o “não calar” foi contemplado: quando alguém atentava contra a “nossa fidelidade”, pois certamente se configurava um ato de traição à facção ou ao rei. De modo geral, percebemos muitas similaridades na instrução do senhor Peñaranda com aquela que Felipe II enviou a Esteban de Ibarra, que se dirigia para o mesmo lugar que Pietro Caetani. A corte bruxelense se converteu em um espaço por excelência de conflito, não apenas pela guerra contra os holandeses que circundava o espaço, mas também por

⁶⁶⁹ “Por não calar o que se comete a nossa fidelidade, por não manifestar um feito do conhecimento do qual pode suceder escândalo; por não descobrir uma intenção que, descoberta, não conseguiria seu fim; por não dar a crer que conhecemos as faltas de alguém ou alguma obra sua má, porque os homens defeituosos ou culpados, quando são conhecidos por tais, se aborrecem por não mostrar que conhecemos os pensamentos alheios, ou a má disposição que alguém tem contra nós, ou contra aqueles que amamos; ou a boa disposição que alguém tem com nossos inimigos, por não dar sinal que sabemos a ofensa que nos tem feito ou que a temos por tal ou que tanto a estimamos; por colocar-nos em necessidade de agir em nosso dano ou ruína de contender ou responder quando não o pede ou a coisa ou a pessoa ou o lugar ou o tempo.” *Instruición del señor Peñaranda...*, p. 243.

convergir, nele mesmo, pessoas de diferentes nacionalidades: valões, flamengos, espanhóis, italianos e alemães, entre outros. A própria composição dos *tercios* seguia a divisão das nacionalidades. Em um contexto de recursos escassos e busca de promoção social, o protonacionalismo surgia como potencializador de conflitos; foi precisamente nessa conjuntura que o duque de Feria recomendou ao arquiduque Alberto que favorecesse os espanhóis, “pues aunque es rey de muchas y grandes provincias, dudo que lo sea de los corazones de otras que los de los d’España.”⁶⁷⁰

O passo seguinte da instrução do senhor Peñaranda versava sobre quando a dissimulação não se poderia fazer com silêncio, em ocasiões em que se era instado a falar. Para salvar-se do perigo de dizer a verdade,

La respuesta a de ser semejante a la retirada que se haze sin huir y sin combalir, salva la hazienda y personas. Se an de advertir tres cosas en responder: no negar la verdad, no dezir lo que no se debe y dejar en sus primeros términos el animo de quien pregunta. Y así se loa tanto más la respuesta, quanto es más reserbada en el modo, bien que alguna vez es lízito notar al que pregunta de impertinente y se haze con disimulazi3n o a la descubierta, según los respectos de las personas y a las calidades de las circunstancias.⁶⁷¹

A instrução nos permite compreender que, no ambiente cortesão, a prática da dissimulação era recomendada, mas buscava-se adequá-la a uma finalidade moral. Era algo diferente da dissimulação enquanto vinculada sintaticamente à palavra tolerância, já que essa conduz a uma prática que se impunha pela necessidade. Meio século mais tarde, Felipe IV justificava a

⁶⁷⁰ *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes.* AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

⁶⁷¹ “A resposta tem de ser semelhante à retirada que se faz sem fugir e sem combalir, salva os bens e as pessoas. Tem-se de advertir três coisas em responder: não negar a verdade, não dizer o que não se deve e deixar em seus primeiros termos a disposição de quem pergunta. E assim se louva tanto mais a resposta, quanto mais é reservada no modo, bem que alguma vez é lícito notar ao que pergunta de impertinente e se faz com dissimulação ou à descoberta, segundo os respeitos das pessoas e às qualidades das circunstâncias.” *Instruizi3n del se3or Peñaranda...*, p. 244.

dissimulação da corrupção dos seus ministros devido ao fato de que “*en tiempo de borrasca no se obra como se quiere sino como se puede*”.⁶⁷²

Embora a prática da dissimulação fosse algo mais flexível no dia a dia das atividades administrativas e diplomáticas da Monarquia Hispânica, do ponto de vista da teoria política, foi alvo de todo um debate teológico-político sobre o valor moral dessa prática. Como vimos na carta a Pietro Caetani, a boa dissimulação estava atrelada à virtude da prudência e não poderia ser praticada contra a justiça. Esse será mais ou menos o posicionamento da tratadística espanhola de princípios do século XVII.⁶⁷³ Mas pode ser que, em muitos casos, tenha-se passado dos limites e, de todos modos, era preciso circunscrevê-la dentro de uns procedimentos aceitáveis.

Como vimos no desenrolar desse capítulo, Felipe II exortava constantemente seus embaixadores a agir com dissimulação, empregando diversos termos para descrever a prática: *dulzura* e *blandura*, *cordura* e *buena maña*, *mejor color* e *cubierta*, sempre encarecendo os seus ministros a prestarem atenção “si de baxo deste color ay alguna cosa encubierta [...]”.⁶⁷⁴ Era uma prática corrente e admitida no exercício da política. A prudência era, assim, a chave para sua moderação. Por outro lado, nem tudo era flores. Apesar dos preceitos e normativas, a vinculação entre dissimulação e prudência nem sempre era vista como ética ou harmônica, em muitas vezes

⁶⁷² “Yo os confieso que no me cuesta poca atención reconocer las intenciones de los Ministros que me asisten, y que hay bien que hacer en ello; pero la constitución de los tiempos y la falta de sujetos es tan grande, que me hallo obligado á disimular, lo que no hiciera sí estuviéramos en otro estado; y sabe Dios que una de las cosas porque más deseo la quietud, es por poner orden en estas cosas mecánicas y domésticas, *que en tiempo de borrasca no se obra como se quiere sino como se puede*.” “Eu vos confesso que não me custa pouca atenção reconhecer as intenções dos Ministros que me assistem, e que há bem ao fazer isso; mas a constituição dos tempos e a falta de gente é tão grande, que me encontro obrigado a dissimular, o que não faria se estivesse em outro estado; e sabe Deus que uma das coisas porque mais desejo a quietude, é para pôr ordem nestas coisas mecânicas e domésticas, que em tempo de tempestade não se obra como se quer, senão como se pode.” *Felipe IV a sor María de Ágreda*. De Zaragoza a 4 de septiembre de 1645. In: *Cartas de la venerable madre Sor María de Ágreda y del Señor Rey don Felipe IV*. Madrid: Est. Tipográfico Sucesores de Ribadeneyra, tomo I, 1885. p. 72.

⁶⁷³ FERNÁNDEZ SANTAMARIA, José Antonio. *Razón de Estado y política en el pensamiento español del barroco. (1595-1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987. pp. 109-115.

⁶⁷⁴ *Su Majestad a Juan Vargas de Mexía*. 28 de março de 1580. AGS, EST, K, LEG.1447. fol. 1.

dava margem para ambiguidades. Carlos Coloma manifestou este incômodo ao notar os elogios que se faziam da prudência política de Henrique IV:

No se puede prevenir todo con la prudencia humana: en cuyas reglas, no es el mayor yerro que puede cometerse, presuponer en un Rey tan grande; fidelidade, y cumplimiento de palabra inviolable, que no solo lo disculpan y encubren, como defeto, pero fundan en ello tal vez la mayor prueba y estimacion de su prudencia: sin que aya faltado alguno que aya querido que se la disimulacion y la de reynar toda una.⁶⁷⁵

Em muitas situações a dissimulação tinha mais a ver com a necessidade, restrição mesma imposta pelas circunstâncias, mas que abria o caminho para faltar com o estrito domínio da ética. Victoria Khan já tinha apontado esse incômodo provocado pela política retórica de Maquiavel, que abriu o caminho para a indeterminação ética da prudência. Neste espaço aberto, os agentes políticos das monarquias europeias, especialmente os secretários de Estado e os embaixadores, se imbuíram do discurso do segredo, adotando códigos cifrados para a correspondência, seguindo as instruções secretas, e aplicando-as com dissimulação. Este mesmo espaço que deu lugar para a ampliação e consolidação das redes de espionagem que muitas vezes fomentavam conspirações políticas e provocavam escândalos e crises diplomáticas quando descobertas.⁶⁷⁶ No entanto, todo mundo sabia que existiam.

E foi dessa operação de instrumentalização e normatização da dissimulação pela diplomacia que, nas últimas décadas dos Quinhentos, a teoria política encontrou o seu material mais imediato com que conduzir a sua

⁶⁷⁵ “Não se pode prevenir tudo com a prudência humana: em cujas regras, não é o maior erro que pode se cometer, pressupor em um rei tão grande fidelidade e cumprimento de palavra inviolável, que não apenas o desculpa e encobre, como defeito, mas funda nele talvez a maior prova e estima de sua prudência: sem que tenha faltado alguma que tenha querido que seja a dissimulação e a de reinar toda uma.” COLOMA, Carlos. Op. cit. fol. 280v-281r.

⁶⁷⁶ RIBERA, Jean-Michel. *Diplomatie Et Espionnage. Les ambassadeurs du roi de France auprès de Philippe II. Du Traite Du Cateau-Cambresis (1559) a la Mort de Henri III (1589)*. Paris: Classiques Garnier, 2018.

reflexão sobre a razão de Estado. Paralelamente, o gatilho que deu força para essa discussão à nível teórico tinha nome e sobrenome: Caio Cornélio Tácito.

Em 1470 foi publicado pela primeira vez os *Anais* de Tácito, cuja edição continha apenas os livros 11 ao 16; eram os únicos livros até então conhecidos, em um total de 30. Aqueles foram encontrados por Boccaccio no século XIV e depositados na Biblioteca Mediceia. Em 1515, foram editados na Itália os seis primeiros livros, à instância do papa Leão X, que comprou o manuscrito, recém-descoberto, e que também foi adicionado à Biblioteca Medicea. A publicação de todos os livros conhecidos, isto é, 1 ao 6 e 11 ao 16, somente ocorreu em 1607, por Justo Lípsio.⁶⁷⁷

A impressão e rápida difusão dos *Anais* de colocou à disposição dos teóricos e “práticos” da política um manancial inebriante para o estímulo da reflexão sobre o poder e a corrupção no regime dos primeiros imperadores de Roma. Era um elemento teórico adicional que colocava no centro do *razonamiento* os limites da autonomia do príncipe e dos *arcana imperii*. Mas não só isso. O grande êxito editorial de Tácito no final do século tinha a ver também com uma ampla identificação, entre os *modernos*, da similitude dos tempos entre a Roma narrada por Tácito e a Europa do século XVI.⁶⁷⁸ Tal assimilação estimulou a leitura das obras de Tácito e levou o debate da razão de Estado ao paroxismo.

O tacitismo não consiste, no nosso entendimento, em uma doutrina ou corrente de pensamento. Temos, de fato, receio ao empregar a expressão exatamente para evitar qualquer indução equivocada ao leitor, embora a expressão seja bastante popular entre os acadêmicos.⁶⁷⁹ Se podemos falar em

⁶⁷⁷ BARRET, Anthony. Introduction. In: TACITUS, Cornelius. *The Annals. The Reigns of Tiberius, Claudius, and Nero*. New York: Oxford University Press, 2008. p. XXVII.

⁶⁷⁸ Esta é uma opinião bastante recorrente na historiografia que temos tratado nesta tese.

⁶⁷⁹ A nossa crítica tem a ver com a própria insuficiência do conceito, que se dissolve à medida em que tentam explicá-lo. E nesse caso, nos distanciamos da linha proposta por Beatriz Antón Martínez, para quem que o tacitismo foi, no século XVII, uma corrente universal de pensamento político que “tiene su base en el autor de los Anales, pero hay que contar con otros ingredientes: Maquiavelo y el Maquiavelismo, Sêneca e o Neoestoicismo, por no hablar del Cristianismo y del Erasmismo.” ANTÓN MARTÍNEZ, Beatriz. *El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de receptio*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1991. p. 10.

“tacitismo”, isso quer dizer, em sua dimensão histórica, o desenvolvimento de uma prática da escrita marcada pela extração, citação e comentários das máximas de Tácito sobre a vida dos imperadores Augusto até Tibério César, presentes nos seis primeiros livros dos *Anais*. A *receptio* de Tácito é indissociável, como reconheceu um dos tradutores, Antonio de Herrera y Tordesillas, do trabalho e da figura de Justo Lípsio.⁶⁸⁰

Na Espanha, o contato dos leitores com as obras de Tácito teria ocorrido, segundo Enrique Tierno Galván, primeiramente por vias indiretas, através de comentadores. Duas obras foram importantes nesse processo, uma vez que tiveram grande repercussão na Península Ibérica: *Politicorum*, de Justo Lípsio, e o livro dos *Emblemas*, de Alciato, ambos comentadores de Tácito.⁶⁸¹ Não obstante, Beatriz Antón Martínez concluiu em seu estudo que os leitores espanhóis conheceram e leram Tácito diretamente por meio de cópias manuscritas. A autora fez um trabalho de compilação das obras de Tácito existentes em bibliotecas espanholas (e algumas estrangeiras, com procedência da Espanha) e listou aquelas que continham excertos, em latim ou em castelhano.⁶⁸² Ainda assim, em muitas bibliotecas havia as edições latinas e italianas. Desse modo, apesar da importância dos comentadores, concluiu-se que uma razoável quantidade de textos do historiador latino esteve disponível aos leitores espanhóis em meados do século XVI.

A primeira edição impressa em castelhano, tardia em relação às outras regiões da Europa, é de 1613. Publicada na Antuérpia, foi traduzida ao castelhano por Emanuel Sueyro, filho de judeus portugueses radicados na cidade holandesa. Sueyro também publicou, em 1615, as obras de Salústio. Na

⁶⁸⁰ “Cornelio Tacito despues de aver estado larguisimo curso de tiempo en las tinieblas del olvido, es tenido en grandisima estimacion, y por el primero de todos los Historiadores antiguos: y mediante la diligencia de Justo Lipsio ha sido tan recibido de todas las naciones, que exercitan las letras, que le han querido ver en sus propias lenguas [...]” HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio. Dedicatoria a don Rodrigo Calderón, Marques de Siete Iglesias, Conde de la Oliva [...]. In: TACITO, Cornelio. *Los Cinco Primeros Libros de los Annales de Cornelio Tacito, que comienzan desde el fin del Imperio de Augusto, hasta la muerte de Tiberio*. Traducidos de lengua latina en castellana por Antonio de Herrera y Tordesillas, [...]. En Madrid: por Juan de la Cuesta, 1615. p. 3.

⁶⁸¹ TIERNO GALVÁN, Enrique. *El tacitismo en las doctrinas políticas del siglo de oro español*. In: Murcia: Anales de la Universidad de Murcia. (Curso 1947-1948), 1949. pp.895-988.

⁶⁸² ANTÓN MARTÍNEZ, Beatriz. Op. cit. pp. 55-63.

sequência, Baltasar Álamos de Barrientos publicou *Tácito español ilustrado com aforismos*.⁶⁸³ Em 1615, Antonio de Herrera y Tordesillas publicou a sua versão, intitulada *Los Cinco Primeros Libros de los Annales de Cornelio Tacito*.

A despeito do fato de não figurarem no *Index*, as obras do autor clássico foram consideradas perigosas, sobretudo por desnudar os segredos da real condição da política - os *arcana imperii*. Gucciardini via em Tácito uma perturbadora mensagem dupla: ensinava a gente decente a ter a prudência necessária para viver sob tiranos, mas poderia ensinar aos tiranos como impor a sua tirania.⁶⁸⁴ Entre os teóricos, a descrição do governo e das ações do imperador Tibério causaram espanto, notavelmente, pelo emprego indiscriminado da dissimulação, que escondia a sua verdadeira faceta, a do tirano. A Tibério atribuíam o aforismo latino, citado por Luís XI da França, *nescit regnare qui nescit dissimulare*.⁶⁸⁵ Assim, o tema da dissimulação, fenda essa aberta por Maquiavel, passou a ser largamente discutido tanto entre a *intelligentsia* como entre os teóricos políticos. E por essas datas, no vocabulário da diplomacia, a palavra “tácito” já ganhara conotação de dissimulação. O duque de Feria, ao avaliar as circunstâncias da intervenção na França, chegava à conclusão de que ou se formava outro partido encabeçado pelo duque de Guise, ou “venir en la tregua con tacito consentimiento.”⁶⁸⁶

A argumentação exposta por Pedro Ponce de León, em um parecer negativo sobre a recomendação da publicação de sua tradução dos *Anais* para o castelhano, também discutia os riscos que tal divulgação poderia acarretar. Ao colocar à vista de todos os verdadeiros móveis da ação política, se temia as consequências para a própria segurança do príncipe e de seu Estado. No entanto, Ponce de León parecia muito mais preocupado com as leituras sem

⁶⁸³ Apesar de ser publicada nesta data, a obra foi escrita durante sua prisão, entre 1590-1598.

⁶⁸⁴ BARRET, Anthony. Introduction. In: TÁCITO, Cornélio. *The Annals. The Reigns of Tiberius, Claudius, and Nero*. New York: Oxford University Press, 2008. p. XXVII.

⁶⁸⁵ GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016. p. 206.

⁶⁸⁶ *Puntos principales del despacho del Duque de Feria de 6 de agosto de 1593*. AGS, EST, K, LEG.1450, DOC.250.

filtros, que deduzissem que as lições do historiador gentil também pudessem ser aplicadas no tempo presente,

[...] sacando destes libros, de los libros del Paganismo, ciertas proposiciones que concuerdan con sus costumbres, guardándolas como leyes inviolables, sólo por que mandan, que no se ha de reparar en derecho divino ni humano, quando lo pide la necesidad de conservación y acrecentamiento de Estado.⁶⁸⁷

Em consequência, o problema fundamental era a demonstração perigosa da política como uma área de conhecimento desprovida de sentido moral. Para a época, citando o padre Ribadeneira, isso fazia brotar as lágrimas de sangue.

Apesar das precauções expostas na censura à publicação da obra, por volta de 1610 começaram a circular as edições impressas em castelhano. O início do reinado de Felipe III de fato é o nosso *turning point*. E para comprovar esse giro, notemos um ministro como Bernardino de Mendoza, que combateu vigorosamente [e perigosamente] os hereges e políticos, traduzir e publicar as *Políticas* de Justo Lúpsio. E Antonio de Herrera y Tordesillas, que acusou Tácito de ser ímpio quando na tradução que fez da obra de Botero, para anos depois ele mesmo traduzir e publicar Tácito.

Para fundamentar nosso argumento, outra observação é necessária. Os principais tradutores e comentadores de Tácito na Espanha não foram os teóricos políticos, filólogos e teólogos. Em sua maioria, eram homens que tiveram uma formação humanista, mas cuja profissão tinha muito que ver com a prática da política; foram pessoas que integraram o quadro administrativo, jurídico ou militar da monarquia. E, no interior desse grupo, destacam-se os historiadores.⁶⁸⁸ O desenvolvimento do que chamamos linguagens da razão de Estado muito se deveu à reflexão sobre o papel da História enquanto fonte

⁶⁸⁷ “Sacando desses livros, dos livros do Paganismo, certas proposições que concordam com seus costumes, guardando-os como leis invioláveis, só porque mandam, que não se tem de reparar no direito divino nem humano, quando o pede a necessidade da conservação e acrescentamento do Estado.” PONCE DE LEÓN, Pedro. Censura sobre los “Anales” de C. C. Tacito. In: TIerno GALVÁN, Enrique. Op. cit. p. 986.

⁶⁸⁸ Fato esse já apontado e enfatizado por José María Iñurritegui Rodríguez. *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneira*. Madrid: UNED, 1998. pp.125-137.

inesgotável de exemplos para os governantes. Antonio de Herrera y Tordesillas, como vimos, traduziu Botero e Tácito. Emanuel Sueyro, o primeiro impressor dos *Anais* em castelhano, foi capitão das tropas e chefe de uma rede de espionagem nos Países Baixos; Álamos de Barrientos foi um renomado jurista e, como se sabe, amigo de Antonio Pérez; *don* Carlos Coloma, tradutor da versão de 1626, foi militar e diplomata, além de historiador. Juan Alfonso de Lancina, editor da última publicação do século XVII, era jurista como Barrientos.⁶⁸⁹

Foram em grande parte os historiadores, entre eles Juan de Herrera y Tordesillas, que se preocuparam e debateram sobre a razão de Estado e, mais do que isso, tentaram identificar os meios de conciliar a teoria com a prática da política. Um grupo especial, que mencionamos na tese, foram os historiadores das guerras nos Países Baixos e na França. Entre eles, Bernardino de Mendoza, Carlos Coloma, Alonso Vázquez, o próprio Juan Bautista de Tassis, para citar aqueles que tratamos mais diretamente. Para esse grupo, o melhor caminho, seguindo Justo Lípsio, seria a condução política pela combinação da experiência pessoal com a leitura e aprendizado das Histórias. A História e seus historiadores – antigos e modernos. Entre os primeiros, coroa-se Tácito, Tito Lívio, Salústio e Plutarco; entre os segundos; Philippe de Commynes e Jerônimo Zurita.

No livro III da *Política*, Aristóteles assegurava que o governante, além de possuir as virtudes cívicas cara aos cidadãos, deveria reunir também a virtude ética, que era particular do homem bom: a prudência.⁶⁹⁰ Segundo o arquétipo do peripatético descrito no livro VI da *Ética Nicomaqueia*, a *phronêsis* era uma virtude pertencente à parte opinativa/calculativa da alma. Por isso mesmo, tratava-se de “uma disposição prática acompanhada de regra verdadeira concernente ao que é bom ou mau para o homem.”⁶⁹¹ O que nos importa recuperar aqui, é que a prudência revela o *phronimus*, ou seja, o homem em sua capacidade de deliberação. E somente se delibera sobre o futuro e o

⁶⁸⁹ ANTÓN MARTÍNEZ, Op. cit. p.164.

⁶⁹⁰ ARISTÓTELES. *Política*. Lisboa: Vega, 1998. p. 200.

⁶⁹¹ AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. Paulus: São Paulo, 2008. p. 60.

contingente.⁶⁹² A virtude da prudência era ao mesmo tempo um comportamento e um conhecimento; ela se realizava no ato deliberativo do ser humano diante da contingência mas, como disse Aubenque, também tinha a ver com sabedoria, que não era a *sophia* dos gregos, e sim um tipo de sabedoria prática, acumulada por meio da experiência pessoal e do aprendizado da História.

Não se pode falar da prudência sem se perguntar porque o homem tem de ser prudente neste mundo, *prudente* mais do que sábio ou simplesmente virtuoso. O problema da prudência e, secundariamente, das diferentes variações do seu sentido, não poderia ser resolvido enquanto não se fizesse dele um problema metafísico. No entanto, Aristóteles nos põe nessa via: a prudência tem por objeto o contingente, o qual atende pelo nome de acaso, quando somos afetados por ele; por outro lado, ela é sabedoria do homem e para o homem.⁶⁹³

No entanto, o sentido que os humanistas dos séculos XV e XVI retiveram da prudência antiga era mais devedora de Marco Túlio Cícero. A *phronesis* fora traduzida pelos romanos como *prudencia*. Aubert-Baillet explicou como, etimologicamente, a palavra latina *prudencia* derivada de *providencia*. Cícero teve um papel fundamental nesse processo, ao ressignificar a prudência como virtude.⁶⁹⁴ Assim, integrava o escopo do *honestum*, a honestidade, junto com a justiça, coragem e temperança.⁶⁹⁵ No livro II d'Os Deveres, Cícero deixa claro a relação intrínseca entre a prudência e a justiça. Ao discutir as razões pelas quais os homens destacados poderiam alcançar a glória, isto é, ter o amor da multidão, o filósofo asseverou que o caminho era possuir as virtudes

⁶⁹² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2014. p. 222.

⁶⁹³ AUBENQUE, Pierre. Op. cit. p. 54.

⁶⁹⁴ AUBERT-BAILLOT, Sophie. De la φρόνησις à la prudentia. In: *Mnemosyne*, 68, 2015. pp. 68-90.

⁶⁹⁵ “E o que chamamos de honestidade e decoro, assim como por si só nos agrada, por sua natureza e beleza comove e, principalmente, ilumina os ânimos de todos, graças às virtudes que evoquei.” (II, IX, 32) CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 94.

associadas à serenidade e a brandura dos costumes. Uma dessas virtudes era a *fide*:

A fé, para que a mereçamos, pode ser suscitada por duas razões: se se considera que alcançamos a prudência e, juntamente com ela, a justiça. Pois temos fé nos que julgamos mais sábios que nós e naqueles que acreditamos capazes de antever as coisas futuras e, no momento crítico, resolver os problemas tomando a decisão oportuna. Com efeito, os homens crêem ser essa a verdadeira e útil prudência.⁶⁹⁶ (II, IX, 33)

A prudência ciceroniana continuava sendo concebida como um conhecimento prático. No entanto, fica claro que a virtude da prudência não tinha sentido fora da ética. Ao refletir sobre o amor que os homens demonstram àqueles que lhes são superiores, Cícero concluiu: “Dessas duas qualidades, então, a justiça é a que tem mais poder para suscitar a fé [fides], pois, embora ela, sem a prudência, tenha bastante autoridade, a prudência, sem a justiça, é impotente para gerar a fé [fides].”⁶⁹⁷ (II, IX, 34) Em última instância, a prudência só retinha o seu valor enquanto condicionada pelo *honestum*.

É preciso ter essa questão em mente quando se discute a chamada revolução maquiaveliana da prudência. Como mostrou Jacob Soll, Maquiavel subverteu a analogia ciceroniana da fraude e do engano ao introduzir, no âmago desse debate, a palavra *prudenza*, enquanto Cícero falava em falsa virtude.⁶⁹⁸ No polêmico capítulo XVIII d’*O Príncipe*, Maquiavel recuperou e desestabilizou as alegorias da raposa e do leão para tomá-las como exemplos para a conduta do príncipe prudente. A prudência recobrava algo do seu sentido aristotélico, mas foi levada ao paroxismo na medida em que se convertia naquela capacidade do príncipe de adaptar-se conforme exigiam as circunstâncias. Longe de depender a sua ação a um fim puramente moral, a

⁶⁹⁶ Ibid. p. 94.

⁶⁹⁷ Ibid.

⁶⁹⁸ SOLL, Jacob. The reception of The Prince 1513-1700, or Why we understand Machiavelli the way we do. In: *Social Research*, vol. 81, nº 1, 2014. pp. 31-60. p. 38.

prudência capacitava àquele a “voltar-se para onde os ventos da fortuna e a variação das coisas lhe ordenarem.”⁶⁹⁹

Como assinalou Skinner, “o talento aqui indispensável é a capacidade de contrafazer a virtude [...]”,⁷⁰⁰ aparentar possuí-la quando necessário, e despí-la quando assim exigissem as circunstâncias. O passo seguinte dado pelo florentino foi precisamente evocar a capacidade da dissimulação e fingimento para esconder a verdadeira natureza do príncipe. Dissimulação e prudência – premissas básicas indispensáveis para preservar o poder e o domínio do príncipe *nuovo*. A polêmica sobre esse ato de fala revolucionário, como aponta sagazmente Skinner, residia não tanto sobre os fins, com o qual se poderia chegar em um acordo com os moralistas, mas era particularmente sobre os métodos.⁷⁰¹

A *receptio* da polêmica maquiaveliana da razão de Estado alcançou um ponto fundamental, já vimos ao longo deste trabalho, com a publicação do *Della Ragion di Stato*, de Giovanni Botero, e do *Politicorum*, de Justo Lúpsio. Tanto um como outro autor procuraram, a sua maneira, fornecer uma versão cristã da razão de Estado mais palatável à ortodoxia católica. No mundo ibérico finissecular, ambos os teóricos tiveram notável êxito editorial. Botero, como vimos no terceiro capítulo, concebeu uma proposta para a promover a conservação do Estado fundamentado na economia política. Lúpsio, por sua vez, estava preocupado em oferecer uma solução para a guerra civil, projetando uma fórmula política cuja ênfase residia na obediência dos súditos e na centralização do poder.

Seguindo claramente o estilo humanista, Lúpsio procurou restaurar o elo rompido entre a virtude e a prudência trazendo para o centro da discussão o conceito da vida civil. Logo na introdução da Política, o filósofo marcou seu posicionamento ao propor a definição da *vita civilis*: “llamo la vida civil la que hacemos en compañía de los hombres, unos con otros para bien y comodidad

⁶⁹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010. p. 106.

⁷⁰⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 153.

⁷⁰¹ *Ibid.* p. 155.

de todos. Le doy dos adalides o guías: la prudencia y la virtud.”⁷⁰² A pólis recuperava assim a sua metafísica, sem a qual seria impossível conciliar com a doutrina cristã. Não obstante, a assunção da realidade da política e o papel da contingência se fazem notar na concepção de Lípsio sobre a prudência mista. A prudência do príncipe se dividia em duas: civil e militar, a primeira referente ao estado da paz, e a segunda, quando o Estado se encontra em guerra.⁷⁰³ No escopo da primeira, há uma subdivisão da parte que se ocupa das coisas humanas e das divinas. O foco recaía, precisamente, sobre os fundamentos da prudência civil e humana:

The ultimate aims politics, but in constancy and piety in order flourish as a virtuous entity. Yet, for all the of prudent conduct, a statesman might use most underhanded statecraft to maintain his own virtue or that of the state. The single limitation was that only a few possessed the demanding qualities needed to practice prudent statecraft.⁷⁰⁴

Na linguagem de Felipe II e seus ministros, a prudência aparecia sempre referida como *prudencia humana*, ao passo que os saberes acumulados que guiavam a conduta política foram chamados por Juan Bautista de Tassis de *leyes de prudencia*. Percebemos como a reflexão sobre a prudência, na prática da política, era estimulada, em parte, pelo confronto que se estabelecia em relação à Providência, na concepção tomista. A oposição entre prudência humana e Providência foi o teor de uma carta de Felipe II ao duque de Alba, quando o monarca preparava a invasão da Inglaterra contra o parecer do duque:

[...] Aunque la prudencia humana nos represente muchos inconvenientes y dificultades y nos ponga delante de mundanos temores, la sabiduría cristiana y la confianza que en la causa de Dios, con razón, hemos de tener, las allana y nos anima y esfuerça para pasar por todo, y

⁷⁰² LIPSIO, Justo. *Políticas*. (Estudio preliminar y notas de J. P. Echevarría y Modesto López). Traducción de Bernardino de Mendoza. Madrid: Tecnos, 1997. p. 9.

⁷⁰³ Ibid. p. 102.

⁷⁰⁴ CORBETT, Theodore G. The Cult of Lipsius: A Leading Source of Early Modern Spanish Statecraft. In: *Journal of the History of Ideas*, vol. 36, n.º 1, 1975. pp. 139-152. p. 143.

cierto no podríamos dejar de quedar con gran escrúpulo en nuestro ánimo y con gran lástima, si por faltar yo a aquella Reyna [Mary Stuart] y a aquellos católicos, o por mejor decir a la religión, ellos padesciesen y ella se perdiese.⁷⁰⁵

O Rei Católico, em seguida, instruiu o duque de Alba a manejar o assunto secreto com dissimulação, guiando-se com prudência e inteligência. Veja-se que a prudência, enquanto manifestada pelo ato deliberativo, expunha as condições dos *mundanos temores* que desencorajavam a invasão; no entanto, em oposição ao que recomendava a prudência, o Rei dito Prudente preferia confiar nos favores da Providência. E logo instou o duque de Alba a tratar a matéria com dissimulação e agir com prudência, e aqui esta aparecia com um sentido de precaução. Sabemos que nesse contexto a prudência falou mais alto, pois a invasão à Inglaterra foi descartada. Dezoito anos depois, prudência e Providência mais uma vez se confrontaram na derrota da “Felicíssima Armada”.

Na ocasião da reunião dos Estados Gerais de 1593, percebemos como a prudência política estava assentava no discurso da Monarquia Hispânica. Quando se procurava explicar porque Felipe II desejava que a infanta Isabel Clara se casasse com o arquiduque Ernesto, se recuperava a retórica da prudência enquanto fundamentada na razão natural. Aquela era potencializada como virtude política na medida em que conduzia para a salvaguarda do Estado. E nesse esquema, a defesa do interesse dinástico, ao cobrar a sua legitimidade no direito natural, traçava passo a passo os preceitos da razão de Estado.

Naturaleza humana no tiene en si cosa que le sea tan propia como es el desseo y obligación de conservarse assi misma. Ynstituto que nasce con todos los hombres en general, por de pequeña estofa que sean, quanto mas con grandes que aviendo con virtud y valor hecho reduzir su grandeza por el mundo pueden y deben justamente,

⁷⁰⁵ *Su Majestad al duque de Alba*. De Talavera, a 22 de enero 1570. (AGS, EST, LEG.544. fol.119-123) Extraído de: CALVAR GROSS, Jorge. GONZÁLEZ-ALLER HIERRO, José Ignacio. FONTÁN DE DUEÑAS, Marcelino. MÉRIDA VALVERDE, María del Campo. Batalla del Mar Océano. Génesis de la Empresa de Inglaterra de 1588. Volumen I (28 de junio 1568 – 30 de enero 1586). Madrid: Turner Libros, S. A., 1998. p. 42.

sob pena de olvidarse assi mismos macular su prudencia, y hazer que el mundo se burle dellos, estudiar a su conservacion y continuacion.⁷⁰⁶

O trecho anterior pode parecer, à primeira vista, ter extraído os seus argumentos do *Della Ragion di Stato*, de Botero. Mas na verdade já estavam sendo discutidos e problematizados antes que o autor piemontês publicasse a sua obra. O que queremos mostrar é que os termos do debate sobre a razão de Estado foram antes fixados e moldados pela linguagem diplomática. Em 1593, era já um tema de primeira ordem. A Monarquia Hispânica havia, com a virtude e valor, dominado o mundo com a sua grandeza. Cabia ao monarca, pois, garantir a conservação e a continuação da sua dinastia sob pena de cair no esquecimento e macular a sua prudência.

Y si por otra parte quereys poner los ojos sin passion en la Regla de prudencia que manda a cada uno en lo que es del apetito se contenten de lo que se puede hazer a medida de la necesidad en que se hallan vereys y hallareys facilmente ser mas que razonable de nominar en estas causas segundas, las quales, aunque a la primer vista levantar el spiritu no son de la mera essencia de lo que el nombre real tiene menester que es de un exacto catholico administrador de la justicia, y que no sea mas naçido en Francia que en otra parte no es que un accidente electivo y del qual se puede y debe dessear quando las ocassiones y el tiempo lo requieren.⁷⁰⁷

Para rematar o discurso a favor do casamento e da eleição conjunta de um príncipe da casa de Áustria, emprega-se outra palavra cara ao escopo da razão de Estado: a necessidade. As regras de prudência promoviam o regramento da conduta por meio do ato de deliberação entre o que se desejava e o que se poderia fazer. Nesse discurso, os franceses se encontravam em uma situação de extrema necessidade: as guerras, a falta de dinheiro e a ausência de um candidato católico ao trono. E para suprir esta situação, os

⁷⁰⁶ *Razones que mueven al Rey Catholico a no poder casar la serenissima Ynfanta su hija mayor con ninguno otro que con un principe de su sangre.* AGS, EST, K, LEG.1585, fol. 46.

⁷⁰⁷ Ibid.

bons católicos tinham diante de si a ocasião, oportunidade aberta pela reunião dos Estados Gerais e a disponibilidade do arquiduque Ernesto em aceitar ser como soberano. Frente à necessidade e diante da ocasião, os franceses foram aconselhados a aceitar a generosa oferta do rei da Espanha.

E na virada do século, o giro linguístico definitivo: a harmonização da prudência política com a razão de Estado:

Acentuación del sentido político de la prudencia, frente al providencialismo que prima en la aprehensión de la realidad de Pedro de Ribadeneira [...] y en general de la tratadística del Quinientos hispano, sensibilización ante las necesidades de comportamiento político, tan relegada por la literatura del 'príncipe cristiano' que, inaugurada por Erasmo, se preocupa únicamente de la salvación del ánima, el paso final de Herrera y Tordesillas – siempre con la *Ragion di Stato* boteriana como cicerone de la aproximación a la materia – venía a ser su equiparación con la razón de Estado.⁷⁰⁸

Da correspondência à imprensa, as linguagens da razão de Estado traçavam o seu caminho para uma futura teorização. Mais do que Botero, é Diego Saavedra Fajardo, em suas *Empresas Políticas*, que encerra a questão. Em 1640, Fajardo testemunhava que a virtude da prudência era regra e medida de todas as outras, situada na mente dos homens, *intelecto*, enquanto as demais virtudes se manifestavam na disposição da vontade, a *voluntas*. Era a virtude política, fundada na razão natural, que era a fonte da legitimidade da autoridade. Sem ela o Estado não tem princípio, meio e fim. E o salto dado era repleto de significado: o fim último [do governo] já podia ser dito sem recalque: era a felicidade política.

Esta virtud es la que da a los gobiernos las tres formas, de monarquía, aristocracia y democracia, y les contituye sus partes proporcionadas al natural de los súbditos, atenta siempre a su conservación y al fin principal de la felicidad política. Áncora es la

⁷⁰⁸ IÑURRITIGUI RODRÍGUEZ, José María. *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneira*. UNED: Madrid, 1998. p. 191-192.

prudencia de los Estados, aguja de marear del príncipe. Si en él falta esta virtud, falta el alma del gobierno.⁷⁰⁹

A citação de Saavedra Fajardo é interessante porque a prudência aparece aqui intrinsecamente associada ao príncipe, virtude sem a qual os Estados se perdem no propósito de alcançar a felicidade política. Os termos da razão de Estado já foram definidos: conservação, dissimulação, prudência e reputação. Resta-nos agora, para concluir, analisar o debate sobre a guerra e a paz no contexto do declínio da intervenção da Monarquia Hispânica na França.

⁷⁰⁹ “Esta virtude é a que dá aos governos as três formas, de monarquia, aristocracia e democracia, e constitui-lhes suas partes proporcionadas ao natural dos súditos, atenta sempre a sua conservação e ao fim principal da felicidade política. Âncora é a prudência dos Estados, agulha de navegar do príncipe. Se nesse último falta esta virtude, falta a alma do governo.” Empresa 28. SAAVEDRA FAJARDO, Diego de. *Empresas Políticas*. Edición, introducción y notas de Francisco Javier Díez de Revenga. Madrid: Planeta, 1988. p. 185.

CAPÍTULO 8: GUERRA E PAZ NO ALVORECER DO SÉCULO XVI: MATÉRIAS DA RAZÃO DE ESTADO

Percebidas as fraturas da guerra civil-confessional nos Países Baixos e os reveses da intervenção na França, várias vezes se levantaram para propor os meios para solucionar os conflitos. Um desses papéis foi o memorial de Philippe-Croy, conde de Solre, do conselho de Estado, entregue ao arquiduque Ernesto. A proposta não deixava muita margem para especulação: para submeter os rebeldes à obediência do Rei Católico, não havia mais do que dois meios: a paz ou a guerra.⁷¹⁰ Outro memorial, o discurso *Conveniencia de volver a la antigua forma de gobierno*, ressaltava que somente se encontravam dois meios para manter um Estado, que eram como dois polos, ártico e antártico, sob os quais ia girando a máquina do mundo: a força e o amor.⁷¹¹ Giovanni Botero já havia pensado algo parecido, por exemplo, no adendo que escreveu para a obra *Da razão de Estado*, quando asseverou que a guerra e a paz eram matérias que sustentavam a reputação do príncipe, que por sua vez era fundamentada na opinião e conceito que o povo tinha dele.⁷¹²

Os discursos citados anteriormente são apenas exemplos que têm em comum, na reflexão sobre a validade da guerra e da paz, a revalorização da última como o caminho para garantir a obediência política e manter o Estado. Botero concluiu que, com a arte da paz, o príncipe mantinha os súditos tranquilos, e com a arte da guerra, mantinha longe os inimigos.⁷¹³ Um dos pontos destacados por aqueles que passaram a defender o acordo de paz foi a ênfase no alcance da obediência civil. Essa estava condicionada a uma série de fatores, em especial o reconhecimento por parte do soberano dos humores

⁷¹⁰ *Memorial presentado al Sr Arquiduque por el conde de Solre en el mes de noviembre*. 1594. AGS, EST, LEG.607. fol. 201.

⁷¹¹ *Discursos al Archiduque Alberto. Trata de materias de Estado por su orden. Tocante a los Estados de Flandes*. Abril de 1600. BNE, MSS/2346. fol. 272r.

⁷¹² “[...] Perche la riputatione di un Prencipe è posta nell’opinione, e nel concetto, che il popolo ha di lui, la materia, nella quale egli si deve, per far acquisto di un tanto bene, occupare, deve esser tale, a che il popolo vi habbia interesse, e tali sono la pace, e la guerra.” BOTERO, Giovanni. *Della Riputatione del Prencipe*.” In: *Aggiunte a la sua Ragion di Stato*. Venetia: Presso Gio. Battista Ciotti, MDC. p. 44.

⁷¹³ *Ibid.*

e disposições naturais dos súditos. O texto exortava à necessidade de voltar a usar da linguagem do amor, e não da violência. O uso da força fez com que os holandeses se revoltassem contra o mais poderoso monarca do mundo. A mensagem, dirigida ao arquiduque, continha as recomendações com as quais “cautivaré sin duda los corazones de todos sus vasalos”. Como Juan Bautista de Tassis, o escritor anônimo dizia ser necessário acomodar-se ao humor natural destes súditos,

Acordavanse de la verdadera maxima de Estado, que para bien gobernar, conbiene al principe tener conoscido el natural de sus subditos, y por esto han tratado con ellos de una manera llana, libre y benigna, correspondente al humor del pays.⁷¹⁴

Uma via bodiniana que havia se tornado um lugar-comum na linguagem política da época. Era o caminho mais rápido e eficaz para reconquistar os corações dos vassalos rebeldes.⁷¹⁵ Um dos textos mais contundentes desta linguagem da paz foi o memorial de Baltasar Álamos de Barrientos para o jovem Felipe III. Na primeira parte, o texto se debruçava sobre o estado das possessões da Monarquia Hispânica e dos territórios estrangeiros. Na segunda parte, Barrientos propunha os remédios para sanar os desafios apontados na parte precedente. O passo inicial do *príncipe novo*, como Felipe III, seria o reconhecimento da incapacidade de eliminar os inimigos pelo o exército e, sem as forças suficientes para lhes resistir, ter a prudência para curar as moléstias, “concertandose con unos, comprando la voluntad de otros, acometiendo a los mas flacos y fáciles de conquistar hasta que el tiempo asiente el poder de su señorío.”⁷¹⁶ Felipe III deveria evitar as guerras, acomodar-se bem aos humores

⁷¹⁴ “Lembravam-se da verdadeira máxima de Estado, que para governar bem, convêm ao príncipe ter conhecido o natural dos seus súditos, e por isto tem tratado con eles de uma maneira simples, livre e benigna, correspondente ao humor do país”. Conveniencia de volver a la antigua forma de gobierno. In: *Discursos al Archiduque Alberto. Trata de materias de Estado por su orden. Tocante a los Estados de Flandes*. Abril de 1600. fol. 273r. BNE, MSS/2346, Colección Mascareñas.

⁷¹⁵ “Atrevome pues, a suplicar muy humildemente a V. A. de escoger, o por mejor dezir, continuar esta via de benignidad y blandura, mediante la cual autivara sin duda los corazones de todos sus vassalos [...], que de acomodarse un poco mas al humor natural destos sus subditos que del todo es diferente al de España [...]”. Ibid. fol. 273v.

⁷¹⁶ “fazendo acordo com alguns, comprando vontades de outros, acometendo os mais fracos e fáceis de conaquistar até que o tempo assente o poder de seu senhorio.” ÁLAMOS DE

dos seus reinos e dos outros soberanos e avaliar detidamente as condições para iniciar novas empresas. Mas o ponto chave do discurso está na assunção de que a conservação do império – composto de várias nações - residia em assegurar a paz. A ambição *destapada* dos senhores teria levado à extrema competição entre eles, o que justificava o fato das monarquias modernas serem menos duráveis do que as antigas, “de manera que no solo por la necesidad sino por la conveniencia esta bien a V. Mg^d apaciguar el mundo y tratar de conservar sus reynos en paz”.⁷¹⁷ Outro ponto destacado do discurso de Barrientos, pensado como um exercício de aplicação das regras de Estado, é a sua insistência na exposição do jogo político europeu nos termos de uma competição entre soberanos em prol dos interesses fundados na lei natural. Era todo um modo de pensar a Europa ocidental como uma *balance of power* que outrora vimos desenvolvida nos discursos de Allen, Persons e Creswell.

Longe de nos estender na análise de Barrientos, queremos apenas destacar a ascensão de diversos discursos, na segunda metade da década de 1590, que propunham encetar os acordos de paz, uma vez que crescia que a reação contra a longa e destrutiva guerra nos Países Baixos e na Francia. A oposição foi notável nas últimas Cortes castelhanas do reinado de Felipe II, na qual os procuradores se recusaram a votar um novo serviço ao rei para sustentar a guerra no exterior.⁷¹⁸ Vários membros dos conselhos do arquiduque Ernesto eram favoráveis ao estabelecimento de um acordo, como o conde de Solre e o próprio Juan Bautista de Tassis. O duque de Feria advertiu ao governador geral que Solre havia mergulhado nas negociações de paz e de maneira pública, além de reclamar da posição conciliadora de Tassis.⁷¹⁹ Em Madrid, vários secretários e ministros do Rei Católico também se convenciam da necessidade de estabelecer um acordo, principalmente com a crise

BARRIENTOS, Baltasar. *Discurso al Rey nuestro señor Felipe III del estado que tiene sus reinos [...]*. 1598. BNE, MSS/983. fol. 51v.

⁷¹⁷ Ibid. fol. 55r.

⁷¹⁸ “Para mais detalhes desse debate, ver: MIRANDA, Marcella. *Aspectos práticos de uma teoria absoluta. A monarquia e as Cortes no reinado de Felipe II. 1556-1598*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

⁷¹⁹ *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

financeira que se alastrava.⁷²⁰ É preciso chamar a atenção de que a consolidação das duas linguagens da razão de Estado, que viemos tratando até aqui, coincide com o momento em que a exortação da paz se difundiu em todas as esferas administrativas e diplomáticas da Monarquia Hispânica. Longe de pensar que a guerra foi o seu objeto privilegiado, sustentamos que a paz é que ressurgiu como valor fundamental nos discursos da razão de Estado pragmática. Uma linha discursiva que, Luis Valle de la Cerda, identificara e procurara desarticular.⁷²¹

Por outro lado, os partidários da continuidade da guerra, como o duque de Feria, o duque de Sessa e Diego de Ibarra, sustentavam o argumento da imposição da obediência e das consciências pela via de armas. Apesar da virada da fortuna a favor dos “pacifistas” durante o valimento do duque de Lerma, os simpatizantes da submissão violenta, amparados por um proto-nacionalismo, não desapareceram. Esse grupo, que Bernardo García García chamou de *reputacionista*, nunca se conformou com os acordos de paz assinados com os hereges, verdadeiro escândalo para a consciência dos católicos e para a reputação da monarquia.

A concepção da paz e da guerra que a linguagem política da Monarquia Hispânica endossou poderia ser perfeitamente descrita por meio das palavras do arbitrista Luis Valle de la Cerda em seu tratado sobre as matérias de Estado e Guerra para oprimir rebeliões, encaminhado a Felipe II em 1583, e finalmente publicado em 1599. O objetivo do texto, nos conta o autor, é fornecer ao monarca o auxílio e instruções necessárias para *reavivar uniformemente o corpo místico da República Cristã*:

[...] Porque aviendo de moverse la maquina de los Reynos de V. Magestad sobre ellos, han procurado desbaratarle el polo septentrional de Flandes, para que no pueda regir con quietos y concertados cursos las demas regiones. Y asi conuiene comunicar el vigor de todos los miembros a este flaco coraçõn, para que

⁷²⁰ GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *La Pax Hispanica. Política exterior del duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996. p. 29 e p. 49.

⁷²¹ IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. Hercules y el Minotauro: La paz de Flandes y la razón católica de religión. In: *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI: Congreso Internacional*. RIBOT GARCÍA, Luis Antonio; BELENGUER CEBRIÀ, Ernest. (orgs) Sociedad Estatal Lisboa '98. Vol. 5, 1998 (El área Atlántica. Portugal y Flandes), pp. 233-252.

uniformemente viva el cuerpo místico de la Christiana republica y la coluna y defensa suya, q es V. Magestad, pueda con nuevas fuerças engrandezerse con lustre de la Catolica Iglesia Romana, cuyo resplendor esta en esta Hierusalen tan perdido, y el color tan demudado.⁷²²

O chamariz para que a questão da obediência política emergisse foi, como vimos, o despertar da violência das guerras civis-confessionais. Nesse processo, vários autores discutiram o tema, mas nenhum deles foi mais bem-sucedido que Jean Bodin. A obra-prima, *Os Seis Livros da República*, consistia em um ataque e uma refutação contra a teoria da resistência calvinista.⁷²³ O autor angevino formulou a doutrina da obediência absoluta em paralelo com a sua teoria principal, a da soberania absoluta.

Si donc les subjects obeïssent aux loix du Roy, et le Roy aux loix de nature, la loy d'une part et d'autre sera maïstresse, ou bien, comme dit Pindare, Roine: car il s'en suyvra une amitié mutuelle du Roy envers les subjects, et l'obeïssance des subjects envers le Roy, avec une tresplaisant et douce harmonie des uns avec les autres, et de tous avec le Roy [...].⁷²⁴

O elo entre soberano e súdito se fundava em uma obediência mútua, mas de baixo para cima. Vejamos como aponta o jurista: os súditos obedecem à lei do rei, que por sua vez obedece à lei da natureza. Tal cadeia projetava uma harmonia cósmica cujo modelo era emprestado da retórica platônica. Não

⁷²² “Porque tendo de se mover a máquina dos Reinos de V. Majestade sobre eles, tem procurado desbaratar-lhe o polo setentrional de Flandres, para que não possa reger com quietos e concertados cursos as demais regiões. E assim convêm comunicar o vigor de todos os membros a este fraco coração, para que uniformemente viva o corpo místico da República Cristã e a sua coluna e defesa, que é V. Majestade, possa com novas forças engrandecer-se com brilho da Católica Igreja Romana, cujo resplendor está nesta Jerusalém tão perdido, e a cor tão mudada.” VALLE DE LA CERDA, Luys. *Avisos en materia de Estado y Guerra para oprimir rebeliones, y hazer pazes con enemigos armados, o tratador con subditos rebeldes*. En Madrid, en casa de Pedro Madrigal, 1599. fol. 4.

⁷²³ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 556.

⁷²⁴ “Se, portanto, os súditos obedecem às leis do Rei e o Rei às leis da natureza, a lei, de uma parte e de outra, será mestra, ou então, como diz Píndaro, Rainha: pois disso seguirá uma amizade mútua do rei em relação aos súditos, e a obediência dos súditos em relação ao Rei, com uma harmonia muito agradável e doce de uns com os outros, e de todos com o Rei.” BODIN, Jean. *Les six livres de la République*. Paris: Fayard, 1986. Tomo II. p. 44.

é nenhuma surpresa que Bodin formulou a sua doutrina da obediência absoluta atrelando a submissão à lei em um apartado que se intitula “Les vrayes marques d’un grand Roy.” O Bodin que outrora contribuiu para impor uma derrota a Henrique III nos Estados Gerais de Blois parecia ter mudado de postura. A justificativa, segundo conta, se devia aos tempos obscuros em que os súditos se armavam contra o seu próprio rei.

Na França, a propaganda realista se apropriou dessa teoria para construir o seu *arsenal de armas ideológicas* na disputa contra a Liga Católica. Os manifestos impressos por Henrique IV eram verdadeiros amálgamas das referências *politiques* e absolutistas. Toda uma propaganda para convencer os franceses que a salvação da França estava nas mãos de Henrique IV:

Cest-à-dire que la propagande anti-ligueuse donne su présent une définition d’autant plus catastrophiste qu’elle permet d’énoncer que seule l’obéissance au roi rétablira la concorde du royaume. Le roi terrestre est l’avenir du peuple, son unique salut.⁷²⁵

Partindo de uma proposição distinta, o *Della Ragion di Stato*, de Giovanni Botero, demonstrou clara preocupação com mecanismo que sustentavam a estabilidade e segurança do Estado. Assim, afirmara que “a conservação dum Estado consiste na tranquilidade e paz dos súditos, [...]”, e essa condição pode ser alcançada pelo príncipe se procurar ganhar o amor e a reputação dos súditos.⁷²⁶ Enquanto Bodin engendrou a discussão sobre a soberania fundamentado na lei, Botero retomou a concepção ciceroniana da virtude e prudência como base para pensar a relação da obediência. O príncipe é obedecido porquanto virtuoso, granjeando o amor e estima dos súditos, pois os homens tendem a obedecer àqueles que lhes são superiores em valor e reputação. Botero precisava desqualificar a teoria da soberania precisamente

⁷²⁵ “É dizer, que a propaganda anti-liguista dá ao presente uma definição ainda mais catastrófica que permite enunciar que somente a obediência ao rei restaurará a concórdia do reino. O rei terrestre é o futuro do povo, sua única salvação.” CROUZET, Denis. *Les Guerriers de Dieu. La violence au temps des troubles de religion. Vers 1525-1610*. Livre II. Seyssel: Champ Vallon, 2005. p. 567.

⁷²⁶ BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. p. 15.

para evitar qualquer teoria política que admitisse súditos fora da unidade e verdadeira Igreja.

O fundamento principal de qualquer Estado é a obediência dos súditos ao seu Superior, e esta alça-se na excelência da virtude do Príncipe, [...] assim os povos se submetem de boa vontade ao Príncipe em que resplandeça alguma excelência de virtude, pois ninguém desdenha de obedecer e ficar debaixo de quem lhe é superior, mas de quem lhe é inferior ou até igual.⁷²⁷

Para Justo Lívio, o exemplo dado pelo príncipe era fundamental para manter os vassallos em obediência, “siendo el mando menos necesario a los hombres que el ejemplo, el cual mueve más eficazmente que las leyes.”⁷²⁸ Nesse ponto, Lívio marca uma diferença em relação a Bodin. As virtudes mais altas do príncipe – justiça e clemência - resplandeceriam nos súditos, iluminando-os e guiando-os para o *vivere civile*. A justiça era como o sol, que cintila no corpo dos impérios; a clemência era como a lua, que abrande e modera. Já vimos como Lívio trabalhou essa discussão a partir da leitura do *De Clementia*, de Sêneca.

O filósofo neoestóico fez uma defesa da unidade religiosa. Para ele, havia dois tipos de hereges: aquele que pecava em público e o que o fazia em segredo.⁷²⁹ Para o primeiro, Lívio recomendou o castigo. Mas ponderou que, caso a necessidade ou os tempos impusessem, a repressão deveria ser cautelosa. Pois o castigo duro e apressado, sem a clemência estóica, poderia causar maior dano à religião e periclitar o Estado, uma vez que a enorme massa de hereges somente poderia ser vencida no campo de batalha. E logo concluiu, citando o *Panegírico a Trajano*, de Plínio o Jovem, que a experiência mostrava que se irritavam as armas com as armas. “Considerere, pues, el príncipe una y muchas veces si será acertado disimular a su tiempo que atizar

⁷²⁷ Ibid. p.16.

⁷²⁸ LÍPSIO, Justo. *Políticas*. (Estudio preliminar y notas de J. P. Echevarría y Modesto López). Traducción de Bernardino de Mendoza. Madrid: Tecnos, 1997. p. 48.

⁷²⁹ Ibid. p. 106.

e inflamar los pecados fuera de sazón”.⁷³⁰ Convidando o príncipe a ter cautela no uso indiscriminado da força, Lípsio segue para tratar da segunda sorte de herege: aquele que professava a sua fé em segredo. Quando se tratava da consciência, os erros se “desarraigan mejor enseñando que mandando, amonestando que amenazando.”⁷³¹ A orientação de Lípsio não poderia ser mais *novedosa* para o campo do pensamento político. Ao apontar as agruras dos tempos em que se viviam como fator para o soberano dissimular, quando não se poderia fazer o contrário, uma solução *politique* se aventava no horizonte.

Era un principio de fundación de una convivencia civil que superase el conflicto religioso. Así ha nacido *la política* como *razón de Estado* que, si mira al poder, es por buscar el orden, por recuperarlo. No prescinde en absoluto del ordenamiento tradicional, pero procura reducirle a un común denominador admisible para más de una iglesia. Una literatura profesamente *politique* ya así trataba, no de servirse de la muerte, sino de superarla tras la masacre. La guerra de religión entre cristianos ha llamado a la paz de una política que aún es de supuestos religiosos.⁷³²

Um dos grandes desafios que se impunha, nesta onda de clamores pela paz, era a incorporação nos tratados da categoria do herege. Ainda que na paz de Vervins tal problema tivesse evanescido uma vez que Henrique IV era já católico, a mira se voltava para os Países Baixos e a Inglaterra. Inclusive, a discussão sobre a presença ou não dos deputados holandeses na negociação levou Carlos Coloma a refletir sobre o tema, já que Henrique IV havia solicitado a presença daqueles. Qualquer trato político com os hereges apenas poderia

⁷³⁰ “Considerere, pois, o príncipe uma e muitas vezes se será acertado dissimular no seu tempo do que atçar e inflamar os pecados fora da ocasião.” Ibid. p. 108.

⁷³¹ Ibid. p. 110.

⁷³² “Era um princípio de fundação de uma convivência civil que superasse o conflito religioso. Assim, nasceu a política como razão de Estado que, se mira ao poder, é por buscar ordem, por recuperá-lo. Não prescinde em absoluto do ordenamento tradicional, mas procura reduzir-lhe a um denominador comum admissível para mais de uma igreja. Uma literatura professamente *politique* já tratava assim, não de se servir da morte, mas de superá-la após o massacre. A guerra de religião entre cristãos chamou à paz de uma política que ainda era de supostos religiosos.” CLAVERO, Bartolomé. *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. p. 30.

ser medido pelas regras políticas: “Y si las consideraciones con los hereges, en daño de los Catolicos, se miden solo con reglas politicas, y ellas pueden hazerlas licitas (lo que no afirmo) eran sin duda grandes las obligaciones que el rey de Francia tenia a los holandeses.”⁷³³

Al abordar los tratados que los príncipes establecían entre sí y las seguridades que convenían fijar para que fueran observados, Jean Bodin había advertido de que el tratado que incluía a súbditos que habían conspirado contra su señor era muy problemático, lo que más gravaba a los príncipes. Pactar con rebeldes era algo a lo que sólo la necesidad extrema podía persuadir y, aún en tal caso, había que cuidar la reputación del príncipe.⁷³⁴

O confronto entre pacifistas e reputacionistas marcará toda a geração subsequente ao tratado de Vervins.⁷³⁵ Mais do que confrontação entre a ala militar e diplomática na corte, no plano das ideias, estamos diante do embate entre duas linguagens da razão de Estado.

“Ahora todo dependía de Roma.”⁷³⁶ A queda de Paris e o “exílio” em Bruxelas.

O *arrêt* do parlamento de Paris contra a eleição, a recusa de Mayenne em apoiar a coroação do duque de Guise e a conversão de Henrique de Bourbon em Saint-Denis deixaram pouca margem de manobra para os agentes

⁷³³ COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho, hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*. A don Diego de Ibarra. Barcelona, a costa de Juan Simon mercader de libros, 1627. fol. 281r.

⁷³⁴ “Ao abordar os tratados que os príncipes estabeleciam entre si e as seguranças que convinham fixar para que fossem observados, Jean Bodin havia advertido de que o tratado que incluía súbditos que haviam conspirado contra o seu senhor era muito problemático, o que mais pesava aos príncipes. Pactar com rebeldes era algo a que somente a extrema necessidade poderia persuadir e, ainda em tal caso, havia que cuidar da reputação do príncipe.” GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016. p. 204.

⁷³⁵ “Sin duda, eran dos concepciones radicalmente distintas de la política general que debía seguir la Monarquía frente a los desafíos que le planteaba su conyuntura internacional y sus posibilidades financieras, dos conceptos de la defensa de su reputación y uso de la fuerza, y quizás dos formas de hacer política entre cortesanos diplomáticos y militares.” *Ibid.* p. 95.

⁷³⁶ *Relacion de la carta del Duque de Feria para Su Majestad*. 6 de agosto 1593. AGS, EST, K, LEG.1585. fol. 85.

de Felipe II na França. Sem a chegada do exército e do dinheiro prometidos pelo Rei Prudente, pouco restava a fazer a não ser garantir a proteção de Paris e ter fé na constância dos bons católicos franceses. Enquanto isso, os informes enviados ao rei e as dúvidas levantadas sobre como proceder recebiam como resposta o silêncio. Com a progressão da doença do monarca, o secretário Juan de Idiaquez e Cristóbal de Moura tentavam dar conta de toda a gestão dos conflitos no norte do continente. Apesar das prevenções feitas pelo duque de Fera, no dia 22 de março de 1594 Henrique IV conseguiu adentrar as muralhas de Paris, com auxílio do novo governador da vila, o conde de Brissac. A guarnição do Rei Católico que protegia a cidade (composta por espanhóis, italianos, alemães e valões), com aproximadamente 700 homens, recebeu um salvo-conduto do monarca francês para abandonar a capital.

Figura 13: Saída da guarnição do exército do Rei Católico de Paris. Henrique IV observa do alto.

Gravura
Leon Gaultier

Fonte: Google



O duque de Fera e Diego de Ibarra deixaram Paris acompanhados pelo cortejo militar. Por causa das divergências com o duque d. Lorenzo, Juan Bautista de Tassis havia partido de Paris para Bruxelas dias antes. Segundo o conde de Fuentes, Tassis viajou com o duque de Mayenne “por no dexar caer la causa que habia criado” e, ao retirar-se, havia perguntado a Diego de Ibarra se ele queria ir junto, ao que respondeu que não abandonaria o duque de

Feria.⁷³⁷ Esse último queixou-se com a postura de Tassis, que abandonou a cidade “sin comunicarme su intento, como si aquella negociacion no estuviera a mi cargo”.⁷³⁸ O conde de Fuentes confidenciou a Sessa o seu pesar com a saída da guarnição desarmada, “cosa que dava mas pena de lo que podre dezir por la reputación”.⁷³⁹ De Paris, Feria e Ibarra trilharam o caminho para a praça-forte de La Fère, de onde o último seguiu a viagem para Bruxelas. Lorenzo se recusou a abandonar a França até receber novas ordens de Felipe II, alcançando Bruxelas apenas no começo de agosto de 1594. Com o “exílio” dos agentes em Flandres, eles passaram a integrar o conselho privado do governador, o arquiduque Ernesto de Habsburgo.

No reino de São Luís, houve debandada geral dos governadores das cidades e praças-forte para o partido do *Béarnais*, situação que implicou na reconquista de boa parte do território até o final de 1595, quando Mayenne por fim se submeteu a Henrique IV. Diego de Ibarra ouviu dizer, segundo reportou ao rei, que o ambicioso governador de Cambrai, Jean de Monluc, senhor de Balañi, traiu o rei da Espanha ao se aliar a Henrique IV utilizando o argumento da guerra política. Por ironia do destino, quem contara a Ibarra o rumor sobre Balañi seria o futuro traidor o conde de Brissac, que abriu o portão de Paris ao Béarnais:

Brisac ha buuelto del primer viage, confirmo las fuerças que avia publicado que tenia el enemigo y añadió q Balañi estava declarado por el de Bearne y dixo las recompensas que le dava el qual declararia guerra abierta a Vm^d y seria ya de estado que de religion entre Francia y España [...].⁷⁴⁰

⁷³⁷ *Descifrada del conde de Fuentes al duque de Sessa*. De Bruselas, a 31 de março 1594. IVDJ, E9, TII, DOC.115. a000644-a000647.

⁷³⁸ *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

⁷³⁹ *Descifrada del conde de Fuentes al duque de Sessa*. De Bruselas, a 31 de março 1594. IVDJ, E9, TII, DOC.115. a000644-a000647.

⁷⁴⁰ “Brissac voltou da primeira viagem, confirmou as forças que [se] havia publicado que tinha o inimigo, e acrescentou que Balañi estava declarado pelo Béarne, e disse as recompensas que lhe dava, o qual declararia guerra aberta a V. Majestade e seria já de Estado que de religião entre França e Espanha.” *Don Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Paris, 2 de enero de 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 2.

Os três agentes políticos que estudamos sobreviveram ao tratado de Vervins, no qual Felipe II selou as pazes com Henrique IV. No fim, nenhum dos reis conseguiu vencer a guerra no campo de batalha, mas o Rei Católico logrou pressionar o primeiro a ponto de forçá-lo a se converter ao catolicismo. Desde 1594, ano da conquista de Paris, e até depois de 1598, ano da paz de Vervins, estes ministros retomaram a vida e receberam outros cargos e incumbências na administração da monarquia. Como refletiram sobre o desenrolar do conflito e, por fim, a assinatura da paz com a França?

Como vimos no capítulo anterior, a propaganda realista, ao reconhecer Henrique de Navarra como único e legítimo rei da França, procurou a todo custo ressignificar as guerras de religião como guerra civil.⁷⁴¹ No campo da política, o argumento rotulava a resistência católica na categoria de rebelião aberta dos súditos contra o seu rei natural. A partir de 1594, os ministros de Felipe II também passaram a reconhecer que a guerra, na prática, era já uma guerra de Estado. Mas o título, para alguns, ainda deveria ser o da religião.

Nas disputas das ideias que se seguiram à perda de Paris, o providencialismo de Ibarra e as ponderações do duque de Feria foram contrabalanceados pelo pragmatismo de Juan Bautista de Tassis. Tendo diante de si os mesmos desafios, Tassis foi o único que sugeriu abertamente ao rei buscar um acordo de paz. Para esse ex-embaixador, era preciso encarar a realidade: os grandes do partido católico já estavam fazendo alianças com Henrique IV e, logo, a melhor estratégia seria se adiantar e fazer um acordo de paz vantajoso para Felipe II, recobrando os gastos da guerra, antes que se

⁷⁴¹ Um bom exemplo foi a declaração de Henrique contra a reunião “ilegal” dos Estados Gerais da Liga em Paris: “[...] & si le corps est où est la meilleure & plus noble partir, il ne peult estre ailleurs que où font tous les Prince du Fang, tous les autres Princes, excepté ceux de la maison de Lorraine, qui ne sont que Princes de maison estrangere, tous les officiers de Parlamens pour le moins tous le chefs, quasi toute la noblesse, qui sont tous demeurez fermes en leurs fidelité envers nous & leur patrie: Car nostre cause est celle de l’Etat, pour lequel nous combatons comme les autres sont pour le destruire”. *Declaration du Roy, contre la convocation faicte en la ville de Paris par le Duc de Mayéne*. A Chartres, chez Claude Cottereau, imprimeur ordinaire du Roy. Por commandement du dict Seigneur. M.D.XCIII. p. 15-16 “[...] & se o corpo está onde está o melhor e mais nobre parte, esse só pode estar junto a todos os Príncipes de Sangue, todos os outros príncipes, exceto aqueles da casa de Lorena, que não passam de príncipes de casa estrangeira, todos os oficiais do Parlamento - pelo menos todos os chefes, quase toda nobreza, que continuam todos firmes em sua fidelidade a nós & sua pátria: Pois nossa causa é a do Estado, pelo qual nós combatemos, assim como os outros o fazem para destruí-lo.”

perdesse o domínio sobre mais regiões. Depois de expor as possibilidades de ação da coroa espanhola, Tassis ponderou que

[...] siendo çierto que sera lo mas açertado lo que mas podra servir a la Religion, y si açertasse a ser hallado lo del conçierto mejor ya entonçes aun camino parece q muria por devolver a confirmar la paz con la corona de França cobrar Cambray y aun quiça algo mas en pago de nuestros gastos y derechos de la infanta y aun llegar a q se acomodasse mejor lo dessassido de la obedien^a de Su M^d en estos estados y aun apaçiguarse lo de Inglat^a y hazer una paz general.⁷⁴² (grifo nosso)

Segundo Juan Bautista de Tassis, o cenário após a queda de Paris não favorecia a continuidade da guerra. Ele instava o rei, obrigado pela *prudência*, a ponderar que a sugestão da paz não contradizia a cristandade, porque Felipe II era o único sustentáculo da religião católica; se acabasse por se enfraquecer demasiado ao insistir na guerra e deixar com que os “maus” semeassem seu veneno fora do reino, “seria isso haver faltado a la religion”.⁷⁴³ Se, de fato, era infinitamente ruim que o príncipe de Béarne chegasse a ser *rei absoluto* da França, tal desenlace não se poderia mais impedir. Mais cedo ou mais tarde, ele seria rei da França. Era melhor, pensava, permitir-lhe cingir a coroa e sacar-lhe algum tipo de compensação, do que ir lutando contra ele e se enfraquecendo junto, e logo deixando que Béarne alcançasse “su Imperio entero con sus propios puños”.⁷⁴⁴ Tassis reconhecia que o império de Felipe II era mais poderoso que o da França, mas não se podia negar que a distância “que de algunos miembros hay al cuerpo principal le mengua en parte el

⁷⁴² “Sendo certo que será o mais acertado o que mais poderá servir à religião, e se acertasse a encontrar o do concerto melhor então, ainda caminho parece que morria por devolver a confirmar a paz com a coroa da França, recobrar Cambrai e ainda quiçá algo mais de nossos gastos e direitos da infanta e ainda chegar a que se acomodasse melhor o desasido da obediência de Vossa Majestade nestes estados e ainda apaziguar o da Inglaterra e fazer uma paz geral.” *Juan Bautista de Tassis. Relación que hizo de las cosas de Francia al Archiduq en Bruselas a 21 de março 1594.* AGS, EST, K, LEG.1590. fol.48.

⁷⁴³ *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad.* De Bruselas, a 26 de março de 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 49.

⁷⁴⁴ *Ibid.*

poder”.⁷⁴⁵ A guerra havia sido iniciada para assegurar da religião católica no reino de São Luís, no entanto, com a conversão de Béarne, a reivindicação da Monarquia Hispânica perdia a sua força. O ex-embaixador achava difícil que Henrique IV voltasse atrás em matéria de religião, uma vez que conseguiu garantir uma base de apoio substancial após a abjuração, além de ter sido entronizado com coroação em Chartres.⁷⁴⁶ O acordo geral traria segurança para a religião em todo o reino, garantia essa que Tassis duvidava se a guerra continuasse. Era o momento de agir, dizia o ex-embaixador, “que no se despinte la occasion en que suele ir lo mas de los sucesos, buenos o malos [...]”.⁷⁴⁷ Continuar ou não a guerra, “obra es de la prudencia de V. M^{da}”.⁷⁴⁸

Na carta do mês seguinte, Juan Bautista procurou reforçar o argumento a favor do acordo geral assinalando que colocava e sempre colocaria a causa de Deus antes de todas as outras. No entanto, refletia bem no estilo de Álamos de Barrientos que “tambien se que el zelo ha de ser segun la esciencia, de manera que no se nos figuren cosas factibles las que (moralmente hablando que es adonde se estiende el entendimiento humano) no lo son.”⁷⁴⁹ Em seguida, tratando das coisas mundanas, ponderou que a guerra feita com um inimigo igual, pois mais que se estendesse, “nunca acaba de dar a una de las partes conquista cumplida”. Era o momento oportuno para agir, uma vez que ainda faltava muito que conquistar por parte de Henrique IV. Assim, o Rei Católico poderia usar o seu poder de barganha para favorecer e assegurar a proteção da religião católica no reino francês. Com esta decisão, evitaria que outros inimigos se fortalecessem e manteria o seu império tranquilo e compósito. O pragmatismo com que Tassis analisou a situação política da França era impressionante, destacando-se sempre o elemento factível para

⁷⁴⁵ Ibid.

⁷⁴⁶ Ibid.

⁷⁴⁷ Ibid.

⁷⁴⁸ Ibid.

⁷⁴⁹ “também sei que o zelo tem de ser segundo a ciência, de maneira que não nos pareçam coisas factíveis as que (moralmente falando que é onde se estende o entendimento humano) não o são.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Bruselas, a 21 de abril de 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 67.

guiar as decisões. Expondo de modo um tanto atrevido, Tassis dizia que se pudesse pedir em voz alta a reconquista da obediência de toda a Flandres, ele pediria; se pudesse cobrar a Cambrai por suas próprias mãos, ele o faria; manter segura a Savóia e ter muita “parcialidade” na França, ele faria; não obstante, “echando ojo a que esso todo junto no puede ser no me persuado que pueda ser”.⁷⁵⁰ O risco para Tassis era que, ao invés de assegurar o que se tinha, a insistência na guerra iria afogar a Monarquia Hispânica junto com a pesada carga que ela levava sobre os ombros.

Após a queda de Paris, o duque de Fera e o duque de Mayenne se encontraram em Laon e discutiram sobre o que havia ocorrido. Obviamente, Fera culpava a ausência do duque francês como a principal causa da caída da cidade, além da indevida e escandalosa aproximação de Mayenne com os *politiques*, em especial o *prévôt des marchands*. Segundo Fera, a conversa foi bastante tensa, pois ficara sabendo das negociações que aquele fazia com Henrique IV, espantando-se com o fato de ouvir dizer que Mayenne aceitava menos recompensa do navarrista do que a que lhe havia oferecido Fera em nome de Felipe II. E complementava, sobre Béarne, que existia diversas razões para “nunca fiarse del en buena razon de estado”.⁷⁵¹ Não podia acreditar que Mayenne confiasse em Henrique IV.

Antes de tomar conhecimento da decisão de Felipe II de prosseguir a guerra, Fera avaliava que um caminho possível seria o exército de Flandres invadir a França e ir conquistando os territórios e submetendo os governadores, declarar Felipe II protetor do reino diante da vacância do trono, referendado por um parlamento na Picardia.⁷⁵² Para manter o apoio a Mayenne, Fera o condicionava à entrega das praças de Laon e Soissons. Em diversos momentos, aproveitou para endereçar a crítica ao posicionamento de Tassis, inclusive empregando expressões que Tassis costumava usar para se contrapor a ele. A rivalidade deve ter chegado a tal ponto que Tassis se recusou

⁷⁵⁰ Ibid.

⁷⁵¹ *El duque de Fera a Su Majestad*. De La Fera, a 9 de mayo 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 67.

⁷⁵² *El duque de Fera a Su Majestad*. De La Fera a 10 de mayo 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 69.

a encontrar com Feria, justificando “que su opinion es de diametro contraria a la mia”.⁷⁵³ Recomendava que fosse feito uma diligência com o papa para que “no se persuadiesse a que esta era solamente guerra real de una corona a la otra, lo qual causaria resçebir al de Bearne y tratar de la paz [...]”.⁷⁵⁴ A segunda possibilidade que Feria aventava, algo irreal para as circunstâncias, era insistir na possibilidade de eleição de um rei por aclamação. Devia ser influência do cura Jean Boucher, o ardente predicador que se refugiara nos Países Baixos sob proteção de Feria e Ibarra.⁷⁵⁵ Começou a sondar a possibilidade de levantar outro partido tendo por cabeça o conde de Soissons, príncipe da casa de Bourbon e católico; no entanto, pouco depois já havia desistido pela falta de iniciativa.

A perda da antiga Lutécia afligiu Diego de Ibarra, que lamentou ao rei que “viamos al ojo que se iba cayendo todo.” A primeira recomendação que fizera a Felipe II foi continuar a guerra na França para desmascarar a falácia de Henrique IV. O ministro guipuzcoano alertara ao velho monarca sobre as tentativas desse IV de obter o reconhecimento do papa, tendo fingido a sua conversão:

[...] es cosa sin duda i que la pruevan cada dia sus acciones que es oi mas fino erege que nunca el de Bearne, pues en Paris se predica la setta en muchas casas i en la suya propria son estimados i aventajados los Ugnotes i sustentados i bien gratificados los ministros, i se ri de las pocas aparencias que haze de cat^{co}, si esto es ansi quando mas le conviene fingir lo contrario para persuadir a su S^d que le admita i sus vassalos q le reconozcan [...].⁷⁵⁶

⁷⁵³ *El duque de Feria a Su Majestad*. De La Fera a 9 de mayo 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 67.

⁷⁵⁴ *El duque de Feria a Su Majestad*. De La Fera a 10 de mayo 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 69.

⁷⁵⁵ Ruiz Ibañez classificou Boucher como o pensador mais combativo da Liga, um dos últimos teóricos do século XVI a defender a teoria do *consensu populis* como fundamentação da legitimidade régia. RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo. La soberanía entre la práctica y la teoría política. Cambrai 1595-1677*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2003. p. 96.

⁷⁵⁶ “[...] é coisa indubitável e suas ações provam-na cada dia mais que é hoje o [príncipe] de Bearne mais fino herege que nunca, pois em Paris se predica a seita em muitas casas e na sua própria, são estimados e avantajados os huguenotes e sustentados e bem gratificados os

Ao pintar o quadro alarmante sobre a falsidade da abjuração, d. Diego endossava os argumentos de uma razão de Estado católica para levar a guerra adiante:

[...] puede V M^d juzgar con su mucha prudencia que sera despues de acabado de establecerse i el peligro en q se pone toda la cristiandad si este se le da lugar de gozar de su Reino que, descansando algún tiempo de los trabajos de la guerra, se sabe cuan poderoso es por cuya causa i principalmente por la gloria que en la tierra i en el cielo se le sigue a V M^d de defender la religion i ser siempre enemigo de los que la persiguen no avria jamás de concertarse V M^d con el mayor dellos sino sacrificar los tesoros de su corona i la sangre de sus vassallos por el servi^o de Dios q pues el la a dado a V Md le alargara tambien la vida y la de sus hijos y le conservara y aumentara sus Reinos i hara salir con mui grandes vitorias [...].⁷⁵⁷

O discurso elaborado para o rei apresentava uma argumentação que circulava entre uma razão de Estado católica e o providencialismo. Nos tempos em que os *políticos e hereges* obtiveram êxitos em suas empresas, a razão de Estado católica promovia a exortação do príncipe cristão e da ética religiosa que iriam contribuir para recuperar os favores divinos. A religião católica estaria assegurada, garantindo a conservação do Estado por meio de inúmeras vitórias militares. Apesar da exortação ultra-católica, Ibarra era um especialista na gestão do exército. Nesse sentido, o teor das suas cartas coloca ênfase na necessidade de prover um grande e bem armado exército para derrotar

ministros, e se ri das poucas aparências que se faz de católico, se isso é assim quando mais lhe convêm fingir o contrário para persuadir a Sua Santidade que lhe admita e seus vassallos que lhe reconheçam.” *Copia de una carta de Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, 31 de mayo 1594. IVDJ. E37, C49, DOC.21. fol. 000114.

⁷⁵⁷ “Vossa Majestade pode julgar com sua muita prudência que será depois de acabar de se estabelecer e o perigo em que se põe toda a cristandade se a este [Henrique IV] se lhe dá lugar de aproveitar de seu Reino que, descansando algum tempo dos trabalhos da guerra, se sabe quão poderoso é, por cuja causa e principalmente pela glória que na terra e no céu continua Vossa Majestade em defender a religião e ser sempre inimigo dos que lhe perseguem não haveria jamais de fazer acordo; Vossa Majestade com o maior deles sem sacrificar os tesouros da sua coroa e o sangue dos seus vassallos pelo serviço de Deus que pois ele tem dado-na à Vossa Majestade lhe alargará também a vida e a de seus filhos e lhe conservará e aumentará seus Reinos e fará sair com muitas grandes vitórias.” Ibid. fol. 000117-000118.

Henrique IV. Era preciso fazer um esforço monumental, “sacrificar los tesoros de su corona i la sangre de sus vasalos por el servicio de Dios”.⁷⁵⁸ Algum tempo depois, Feria usará palavras similares para defender a continuidade do luta armada.

Poucos meses após a perda de Paris, ocorreu a reunião de um conselho convocado pelo arquiduque Ernesto, sobre a continuidade ou não da guerra com a França. Era agosto de 1594, momento decisivo: Henrique IV continuava avançando em direção ao norte; no entanto, ainda não havia sido absolvido pelo papa Clemente VIII. Em Bruxelas, o conselho extraordinário se reuniu no dia 25 de agosto de 1594 para emitir pareceres sobre a ação futura na França. Participaram do encontro o duque de Feria, Juan Bautista de Tassis, d. Diego de Ibarra, o conde de Fuentes e o presidente Jean Richardot. O ponto principal a ser tratado foi conceder ou não um novo auxílio pedido pelo duque de Mayenne, que havia ido até Bruxelas junto com o seu fiel secretário, o presidente Jeannin. Os debates em torno da questão se estenderam com a manifestação de argumentos a favor e contra a guerra. Segundo d. Lorenzo, “todos se conformaron conmigo, eceto Juan Batista de Tassis i el Prest^e Richardote, a los cuales les parecia que se devia hacer confianza del duque d’Umena, i se caeria todo el edificio faltando el.”⁷⁵⁹ Nesse momento, podemos perceber com mais nitidez a divisão política que se deu entre Feria/Ibarra, por um lado, e Tassis, por outro. Divisão essa que resplandeceu, no campo do pensamento político, àquela distinção que propusemos entre a linguagem da razão de Estado pragmática e a razão de Estado católica, que Feria chamara de “buena razón de Estado”. As vicissitudes da guerra na França ofereciam a matéria que fermentava a reflexão imediatizada, *al ojo* nos dizeres de Ibarra, acerca da política, da religião e dos meios convenientes para conservar o Estado.

Em princípios de setembro, os ministros escreveram a Felipe II para comentar a decisão do monarca de seguir com a guerra na França. Juan Bautista de Tassis, que preferia o acordo de paz, recomendou ao monarca que,

⁷⁵⁸ Ibid. fol. 000117.

⁷⁵⁹ *El duque de Feria a Su Majestad*. De Bruselas, a 31 de agosto 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 96.

se quisesse manter o conflito, deveria continuar a apoiar a Liga Católica. O ministro assegurava que “si esta guerra ha de yr corriendo con nombre y voz de religion como V. M^d pretende, fuerça es [...] hazer que dure y passe adelante la liga de los católicos de Francia com aprobacion de S. S.^d.”⁷⁶⁰ Para ir recuperando o apoio dos *profiteurs* da Liga que estavam titubeando para o lado navarrista, seria imprescindível a composição de um exército reforçado com o qual dar amostras da potência da Monarquia Hispânica. Apontou os principais aliados “fixos”, como Mayenne e o duque de Aumale, e os que haviam passado para o outro lado, como o duque de Guise. Não seria possível, na ótica do ministro, fazer a guerra com título de “religião” sem Mayenne, pois esse criara a Liga e ajudara a formar o partido católico.

Tassis via em Mayenne uma espécie de mal menor, um inconveniente com o qual não se poderia abrir mão sem colocar tudo a perder. Tinha o costume de dizer que o duque era um indivíduo movido por “fineças de Estado”. Quando a trégua com o príncipe de Béarne se encerrou, em princípios de 1594, Tassis discutiu com Mayenne sobre os passos a seguir, contando a Felipe II que aquele esperava renovar a trégua com o futuro Henrique IV por meio de “ardis de Estado”:

[...] Con Intencion de, aunque entrasse a tratar de paz, no concluylla, fiandose en que en las conclusiones se ofrecera mas de un achaq por lo hazer salir inhuil el tratado y que tras esso aura alcançado la tregua que al pres^e importa ardeles estos que llaman de estado de que se sabe ayudar maravillosame y haviendole dho yo el daño evidente que seria si quiera tan solo al sonarse que avia prometido el tratar de paz aunque fuesse con contraria int^{on} secreta.⁷⁶¹

⁷⁶⁰ “Se esta guerra tem de ir correndo com nome e voz de religião como V. Majestade pretende, força é fazer com que dure e passe adiante a Liga dos católicos da França com aprovação de S. Santidade.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Bruselas, a 3 de septiembre 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 100.

⁷⁶¹ “Com a intenção de, ainda que entrasse a tratar da paz, não concluí-la, confiando-se em que nas, conclusões se oferecerá mais de um achaque, por fazer sair inútil o tratado, e que depois disso terá alcançado a trégua que no presente importa, ardis esses que chamam de Estado, do qual se sabe ajudar maravilhosamente, e tendo-lhe dito eu o dano evidente que seria se quisesse tão somente soar que havia prometido tratar de paz ainda que fosse com

Diego de Ibarra esteve presente nesse encontro de Tassis com Mayenne e contou ao rei que o primeiro chegou a advertir o segundo sobre o seu comportamento, alegando que deveria atentar para as orientações do papa e de Felipe II. Acrescentou que deveria evitar decidir tudo por si mesmo e querer que o “errado fosse tomado pelo certo”, pois tal atitude significava abusar do “poderio absoluto”.⁷⁶² Mayenne decidira ir para Bruxelas explicar a sua situação ao arquiduque Ernesto e solicitar novos fundos. Apesar da evidente mescla do zelo da religião com ambição evidenciados pela inconstância proteica de Mayenne, Tassis ainda via, ingenuamente, que no fim a intenção daquele era apoiar a causa católica. Por isso, deveria ser recebido e “entretetido” pelo arquiduque:

[...] parece que se podría escusar de cansar a V Md con hazello, contodo dire esto poco que quiça erraria quien creyesse que solo zelo de Religion sin mezcla de ambiçion hubiesse sido causa de que hiziesse el de Umena la liga y de que en el curso de las obras della no aya siempre procurado con tan perfecto heruor en beneficio de la causa cat^{ca} q traya entre m[an]os, quanto el que habita el desierto y arrimadose discursos y actos políticos para sus fines mundanos, aun harctos más que segun la sola prudenciã moral deviera [...].⁷⁶³

Tassis acabou por reconhecer que as demandas do duque eram exorbitantes e contraproducentes, mas que os ministros deveriam se esforçar para moderá-las, tendo em vista a importância de manter a Borgonha, controlada por Mayenne, sob a égide do partido católico. Confessava que “muy

contrária intenção secreta.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Paris, a 5 de enero 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 3

⁷⁶² *Don Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Paris, a 2 de enero de 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 2.

⁷⁶³ “Parece que se poderia escusar de cansar a Vossa Majestade ao fazê-lo, contudo direi o pouco que quiçã erraria quem acreditasse que somente o zelo da religião sem mescla de ambição tivesse sido a causa de que Mayenne fizesse a Liga e de que, no curso das obras dessa, não tivesse sempre procurado com tão perfeito fervor em benefício da causa católica que trazia entre as mãos, quanto aquele que habita o deserto e, levantado discursos e atos políticos para seus fins mundanos, ainda que muito mais do que deveria segundo apenas a prudência moral.” *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Bruxelas, a 8 de junio 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 80.

de mal se me haze el echar por tierra por mi cabo la liga que formé”, e reconhecia que poucos “parciais” aceitariam ficar do lado católico, “jugada por el mundo la guerra por real, por mas epitecto de religion que le demos”.⁷⁶⁴

Desde o assassinato do duque de Guise, Mayenne vinha sendo observado pelos ministros e embaixadores do rei da Espanha. A dubiedade, o gosto pelas diversões e pela caça, o uso de roupas extravagantes, a falta de estratégia militar, foram diversas as razões que escandalizaram os ministros do Rei Católico.⁷⁶⁵ Ainda pior, Mayenne não era um comandante militar talentoso, deficiência que fazia falta naquele momento, e a perda de lugares como Meaux, Laon e Amiens repercutiu negativamente para a causa católica. Feria e Ibarra estavam tão enraivecidos com Mayenne após a perda de Paris que Esteban de Ibarra rezava para que seus despachos não fossem violados e descifrados, como estava acontecendo, porque, tratando de Mayenne, “si se parece a como hablan yran bien sangrientos”.⁷⁶⁶ O duque de Feria lamentou a falta de lealdade de Mayenne para com a coroa espanhola, citando uma conversa que teve com o duque francês que poderia muito bem ter sido extraída de uma das lições do *Príncipe* de Maquiavel.⁷⁶⁷ Segundo Feria, Mayenne teria jurado lealdade à infanta Isabel Clara, mas desdito tudo logo depois:

[...] Haziendo tan poco caso destas cosas que *dize que en materia de estado no ay que hazer caso de juramentos y promesas y, en Paris, acordandole lo que avia prometido, dezia que variado el*

⁷⁶⁴ “muito mal me faz jogar fora eu mesmo a Liga que eu formei” e “julgada pelo mundo a guerra por real, por mais epíteto de religião que lhe demos”. *Juan Bautista de Tassis a Su Majestad*. De Bruselas, a 3 de septiembre 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 100.

⁷⁶⁵ D. Bernardino de Mendoza, por exemplo, reportou a Felipe II todas as extravagâncias de Mayenne que eram sustentadas com o ouro espanhol. *Bernardino de Mendoza a Su Majestad*. De Paris, 5 de febrero 1591. AGS, EST, K, LEG.1578. fol. 19. Muitas queixas contra Mayenne também foram apresentadas pelos zélés ao emissário de Felipe II na Normandia, Antonio de Frías Salazar. *Memoria particular*. AGS, EST, K, LEG.1579. fol. 89.

⁷⁶⁶ Esteban de Ibarra a d. Juan de Idiaquez. De Bruselas, a 17 de septiembre 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 119.

⁷⁶⁷ Para mais detalhes sobre as ações de Mayenne, ver: SUTHERLAND, N. M. *Henri IV de France and the politics of religion. 1572-1596*. Bristol (UK), Portland (USA): ELM BANK, 2002. Vol. II. E para a perspectiva espanhola, ver o trabalho já citado de VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004.

*tiempo se variaban las obligaciones [...] y aun se me acuerda que un día en la Fera estuvo disputando conmigo que uno no podía ser buen christiano y buen hombre de estado alabando y encaresciendo mucho las partes y el saber de Alexandre 6 a quien los cat^{cos} tienen por ejemplos de maldades [...].*⁷⁶⁸

Mayenne, na ótica de Feria, Ibarra e até mesmo Tassis, era o protótipo do príncipe maquiaveliano imaginado pela literatura antimaquiaveliana. No trecho anterior, vimos que Feria pintou o duque como praticante dos vícios que vemos descritos nos capítulos XV a XVIII do *Príncipe*. Esteban de Ibarra não ficava muito atrás ao dizer que Mayenne predica a São Paulo e crê em Calvino.⁷⁶⁹

Segundo o parecer do duque de Feria, a situação da França tinha duas saídas: fazer a ruptura com o duque de Mayenne, levantando uma nova liderança para o partido católico ou fazer a trégua tacitamente até que as forças espanholas em Flandres se reunissem e pudessem invadir a França. A primeira opção trazia muitas dificuldades, apesar de quase todos desconfiarem, com razão, da lealdade de Mayenne. Buscar uma nova liderança seria uma tarefa árdua e cheia de consequências; a segunda opção, a trégua, resultava em um dilema moral sobre estabelecer a trégua com os hereges e a dissimulação dos intentos de paz.

Feria ficou bastante decepcionado com a decisão do governador de não romper no momento com duque de Mayenne, de cujo comportamento esperava “tan grande daño a la causa de Dios.”⁷⁷⁰ O arquiduque não aceitou as novas exigências solicitadas por aquele, concedendo apenas ajuda de custo para a hospedagem. Dentre as condições que Lorenzo acreditava que deveriam ser

⁷⁶⁸ “[...] fazendo tão pouco caso destas coisas que diz que em matéria de Estado não há que fazer caso de juramentos e promessas e em Paris, lembrando-lhe o que havia prometido, dizia que variado o tempo se variavam as obrigações [...] e ainda me lembra que um dia em La Fera esteve disputando comigo que um não podia ser bom cristão e bom homem de Estado enaltecendo e encarecendo muito as partes e o saber de Alexandre VI, a quem os católicos têm por exemplo de maldades.” *Copia del parecer que dio el Duc de Feria sobre lo q se propuso en la junta de los 25 de Ag^o 1594*. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 95.

⁷⁶⁹ *Esteban de Ibarra al duque de Sessa*. De Bruselas, a 7 de septiembre 1594. IVDJ, E9, TII, DOC.76. fol. A000404.

⁷⁷⁰ *El duque de Feria a Su Majestad*. De Bruselas a 31 de agosto 1594. AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 96.

impostas em troca do apoio, estava a entrega da cidade de Soissons como garantia, que seria devolvida após a eleição de um rei católico aprovado pelo papa e do agrado de Felipe II.

Se em meados de 1594 Feria insistia no reforço do argumento da guerra de religião para justificar o conflito com Henrique IV, por volta do fim do ano a sua opinião parecia ter mudado. Quando deu seu parecer ao arquiduque, considerava que Felipe II deveria levar em conta que não se tratava mais apenas de uma guerra de religião, confessando que “no se faze la guerra como entonçes al Principe de Bearne sino a un rey de Francia”.⁷⁷¹ Dito isso, reconhecia implicitamente que Henrique IV era na prática o rei, independente do reconhecimento papal. Tal constatação demandaria, por parte da Monarquia Hispânica, a elaboração de plano de guerra mais contundente e eficaz, bem como a melhor gestão dos recursos. Vimos no capítulo 6 que Feria criticara a condução da empresa na França utilizando como fonte a Epístola de São Lucas. Lorenzo confirmou ao Rei Prudente que o seu parecer era a favor de continuar a guerra:

[...] No dexé de dar a entender mi parecer en muchas destas cosas que se tratan pues modo de discurso, la resol^{on} que su M^d toma en abraçar esta guerra de Fran^a solo por el fin de la religion como lo muestran las obras, pues en razon de estado que an ido por el mundo muchas opiniones diversas, es tanto de alabar y tan necess^a para la religion, sin la qual no se puede conseruar el estado de quien quiere ser verdaderam^{te} cat^{co}, que *si para esto fuesse necess^o venderse la mitad de la Corona de España seria cosa muy bien empleada por la ventaja que hazen las cosas de la religion a todas las demas [...]*.⁷⁷² (grifo nosso)

⁷⁷¹ “Não se faz a guerra como até então ao príncipe de Béarne senão a um rei de França.” *Copia del parecer que dio el Duc de Feria sobre lo q se propuso en la junta de los 25 de Ag^{to} 1594.* AGS, EST, K, LEG.1590. fol. 95.

⁷⁷² “Não deixei de dar a entender meu parecer em muitas coisas que se tratam pois, a modo de discurso, a resolução que Sua Majestade toma em abraçar esta guerra da França somente pela finalidade da religião como o mostram as obras, pois em razão de Estado que tem ido pelo mundo muitas opiniões diversas, é tanto de enaltecer e tão necessária para a religião sem a qual não se pode conservar o estado de quem quer ser verdadeiramente católico que, se para isso fosse necessário vender metade da Coroa de Espanha seria coisa muito bem empregada pela vantagem que faz as coisas da religião à todas as demais.” *Ibid.*

Apesar das diferenças entre os três agentes, como homens da prática política, relevaram também preocupação com a materialidade da política enquanto geradora e gestora dos meios para se fazer a guerra. Por mais que Feria e Ibarra confiassem no favor da Providência, no fundo não poderiam ignorar os *meios humanos* que eram necessários para levantar e sustentar um exército *pujante*. Os tempos extraordinários pediam medidas igualmente extraordinárias. É nesse sentido que devemos compreender a argumentação de Feria, quando afirmara que, para fazer a guerra, deveria-se vender metade da coroa da Espanha. O extremo da argumentação provinha da penúria e desorganização em que se encontrava o exército de Flandres, com vários tercios amotinados. Se a guerra ia continuar, um último golpe de força deveria ser feito. Nesse quesito, Tassis talvez não estivesse em desacordo com o duque de Feria.

Quando *don* Lorenzo deu seu parecer, já pensava que a guerra se fazia contra um rei com um séquito poderoso, e não mais contra um mero príncipe, em um reino cuja grandeza *era bem notória*. Se Felipe II decidiu por fim continuar a guerra, deveria reunir todos os recursos possíveis, pois fazer a guerra só valeria a pena se fosse para vencer. Por isso, se quisessem triunfar, nem que fosse para vender metade da coroa da Espanha. No entanto, apesar da crítica sobre os procedimentos, Feria não deixava dúvidas sobre o fim: os rebeldes deveriam ser subjugados pela força.

Ibarra, como Feria, foi taxativo na recomendação para romper com o duque de Mayenne. Para aquele, era chegado o momento do desengano. O quadro da França mostrava que não havia segurança na aliança com os naturais daquele reino, principalmente porque demandavam muitos recursos para manter a obediência, mas, na prática, tinham pouco para oferecer. Daí se seguia que o fundamento “de buenos sucesos se ha de echar en viva fuerça de V. Ma⁹”, esperando que “se ha de confiar que ayudara Dios y S. S^d, pues a lo poco que alcanço juzgo va en ello la conservacion de la religion”.⁷⁷³ Quando soube pelo duque de Aumale que estava sendo cogitada a formação de um terceiro partido, que reivindicaria os direitos do conde de Soissons, Ibarra se animou bastante com a ideia. Receava que se a dominação do príncipe de

⁷⁷³ Ibid.

Béarne continuasse, a religião católica estaria perdida e a peste da heresia se estenderia aos reinos vizinhos.⁷⁷⁴

Após a reunião do conselho convocado por Ernesto, d. Diego de Ibarra voltou a recomendar a Felipe II que, para seguir com o conflito, a guerra precisaria ser feita com “gran pujança” e que deveria-se gastar as provisões de dois anos em um, além de recomendar deixar de lado os franceses, especialmente Mayenne. Para poder prosseguir com a guerra, era urgente repensar a formação do exército. O *veedor general* estava preocupado com as desordens dos motins que iam crescendo a cada dia, com a desobediência e falta de respeito dos soldados.⁷⁷⁵ A disciplina e a deferência, antes buscadas por meio da manha e artifício, agora deveriam ser impostos pela força. E onde mais eram necessárias era principalmente na nação espanhola.⁷⁷⁶ Ibarra reportou ao rei que instou o arquiduque Ernesto a preparar uma reforma do exército, no qual havia mais coronéis e capitães que soldados, e retirar os cargos das pessoas que os serviam apenas nominalmente.

Apresentou ao rei uma série de cálculos e estimativas das provisões e das tropas que poderiam ser levantadas para a guerra.⁷⁷⁷ Ainda que esperasse um vento favorável vindo dos céus, compreendia que o maior desafio, tocante aos *medios humanos*, era a desordem do exército, tanto pela falta de pagamentos como pela má liderança. Em uma carta para Juan de Idiaquez, Ibarra apontava que havia apenas um remedio para solucionar os conflitos em Flandres e na França: “vera V.S por las cartas pa Su Mag^d y quan mal nos va en Francia y aqui, ambas enfermedades han menester una mesma cura, fuerças promptas y bien pagadas y que duren y dueños para las armas de ambas partes...”⁷⁷⁸

⁷⁷⁴ *Copia de una carta de Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, a ultimo de octubre 1594. IVDJ, E37, C49, DOC.23. fol. 000143.

⁷⁷⁵ *Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, a 24 de diciembre de 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 181.

⁷⁷⁶ Os *tercios* do exército de Flandres eram separados pela nacionalidade.

⁷⁷⁷ *Diego de Ibarra a Su Majestad*. De Bruselas, a 1 de septiembre 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 158-9.

⁷⁷⁸ “Verá V. Senhoria pelas cartas para Sua Majestade e quão mal vamos na França e aqui, ambas as doenças têm necessidade [de] uma mesma cura, forças prontas e bem pagas, e que

Como o duque de Feria, Ibarra recomendou ao arquiduque cautela no trato com os governadores das províncias, principalmente para evitar conceder muita liberdade aos senhores, evitar qualquer situação que lembrasse uma forma de governo representativa:

[...] Como andan las voluntades tan alteradas y el lenguaje que corre es tan malo, todo genero de junta creo era bien escusar, tanto mas siendo de las personas mas poderosas y estando todo muy enconado y vidrioso, dando entre ellos por imposible que pueda haber otro remedio que la paz con las islas, y aun la general [...].⁷⁷⁹

No dia 16 de janeiro de 1595, Henrique IV declarou guerra à Espanha, o que ressignificou o sentido da intervenção espanhola na França. O monarca francês queria deixar claro para o mundo que se tratava de uma guerra entre Estados, ainda que a Monarquia Hispânica insistisse no contrário.⁷⁸⁰ A manobra política tinha o intuito de, ao oficializar a guerra entre Estados, despí-la do manto religioso.⁷⁸¹ Faltava um pequeno detalhe, que o papa reabilitasse Henrique IV. Como o duque de Feria reconheceu, após a caída de Paris, tudo dependia de Roma. Apesar das insistentes alegações dos ministros do rei da Espanha de que a conversão tinha sido fingida, o duque de Sessa dava sinais desanimadores, devido à intensa propaganda dos príncipes e eclesiásticos italianos e de outras regiões para a absolvição. Utilizavam dois argumentos básicos: os temores da ocorrência de um cisma religioso na França e, caso a Espanha vencesse, se tornasse ainda mais poderosa. Ainda que a pressão fosse grande, é importante assinalar que Gergório VIII levou mais de dois anos

durem, e donos para as armas de ambas as partes.” *Diego de Ibarra a d. Juan de Idiaquez. Bruselas, septiembre de 1594.* AGS, EST, LEG.608. fol.161.

⁷⁷⁹ *Diego de Ibarra a Su Majestad.* De Bruselas, a 24 de diciembre de 1594. AGS, EST, LEG.608. fol. 181.

⁷⁸⁰ “[...]dize su Md en una carta que no podria dexar de sentir mucho que al tiempo que el de Bearne à publicado guerra rota contra el con fin a lo que se entiende de hazerla de nacion i no de religion como lo es hecho de verdad [...]” *Memoriali del Duca di Sessa à S Sta supra li cosi de Francia.* 29 de julio 1595. AGV, Fondo Borghese, Serie III, 72B. fol. 671r-v.

⁷⁸¹ VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598).* Navarra: EUNSA, 2004. p. 435.

para conceder a absolvição. Como reclamou o duque de Sessa, nem tão rápido, nem tão devagar.

Com a morte do arquiduque Ernesto, o conde de Fuentes foi nomeado sucessor, até que Felipe II tomasse a decisão final. Fuentes, que era *capitán general* do exército de Flandres, era agora o governador dos Países Baixos. Na Santa Sé, a decisão sobre a absolvição de Henrique de Bourbon caminhava a passos lentos, mas as vozes para a absolvição cresciam. De Madrid, pouco se sabia, tanto pelas violações da correspondência, como pela doença do monarca, para o desespero dos ministros de Felipe II. Em agosto 1595, o duque de Sessa confessou desesperançoso ao amigo d. Lorenzo que o problema principal era que haviam “nacido en trabajosa era”.⁷⁸²

Diante da debandada dos príncipes e governadores franceses para o lado navarrista, Tassis acabou por recomendar ao monarca fazer as pazes naquele momento, de modo a ter mais força na negociação, opinião que encontrava eco em vários grupos na corte de Madrid e Bruxelas, cansados de longos anos de guerra contra os rebeldes e hereges. O novo ímpeto militar representado pelo conde de Fuentes resultou na infâmia vitória militar em Doullens, na qual mais de 700 soldados franceses da cavalaria foram feitos prisioneiros. Dentre os cativos mais valiosos, estava o marechal de Villars-Branças, um dos principais aliados que Béarne conseguiu tomar dos espanhóis, rendido e assassinado com um tiro na cabeça.⁷⁸³ Mas o pior estava por vir: o exército massacrou os habitantes da vila em mais um dos episódios que fomentaram a *leyenda negra*.⁷⁸⁴

Apesar das vitórias militares do conde de Fuentes, a causa do rei da Espanha sofreu um duro golpe finalmente com a absolvição de Henrique IV, em

⁷⁸² *El duque de Sessa al duque de Feria*. De Roma, a 25 de agosto de 1595. IVDJ, TII, 92, a000508-a000531.

⁷⁸³ COLOMA, Carlos. Op. cit. fol.180r-180v. Coloma tentou minimizar o ocorrido, enfatizando a traição de Villars-Branças ao invés do assassinato a sangue frio. No entanto, o ato repercutiu negativamente para a causa espanhola. Damián de Armenta y Córdoba também relatou o cerco de Doullens, destacando que a cidade fora bravamente defendida, mas o conde de Fuentes “pasó el cuchillo” nos defensores. *Los tres libros de la guerra de Francia dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella*. 1596. BNE. MSS/2126. fol. 69r.

⁷⁸⁴ RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo. La soberanía entre la práctica y la teoría política. Cambrai 1595-1677*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2003. p. 72.

setembro de 1595. O duque de Sessa lamentou resignado ao conde de Fuentes que “si V. S. no nos hubiera socorrido con tan buenos sucesos que, ya que no han podido aprovechar para impedir la assolucion [sic] del de Bearne segun estava adelante, nos han conservado la reputacion que sin duda cayera con esto de golpe [...]”.⁷⁸⁵ Em Roma, o duque de Sessa trabalhou incansavelmente para impedir que Clemente VIII absolvesse Henrique IV. No teatro do mundo, o debate sobre o reconhecimento desse último foi mais uma ocasião de confronto entre o discurso da Monarquia Universal Católica e o da razão de Estado. O ponto enfatizado pelo embaixador tratava-se em reafirmar o ideal da república cristã sobre os interesses particulares dos príncipes temporais e espirituais. Sessa reportou ao monarca que tinha se queixado com o papa sobre como havia manejado a reivindicação da infanta Isabel Clara:

[...] no era justo que V. M la excluyese por solo consideración del peligro que podía haber de venir a heredar los Reynos de V. M., pues quanto más V. M. hiciese lo que pareciera conveniente al bien de la Christiandad, tanto más confianza podría tener en Díos de que había de dar al Príncipe muy larga sucesión, y que la prudencia humana no podía ni debía quererlo prevenir todo, pues ello se había de dejar a Dios, y que si él fuese servido que Francia se juntase con España, no por eso se perdería la Christiandad, antes por ventura una Monarchía tan grande sería muy a proposito para acabar de extirpar los herejes y vencer al turco y los demás infieles.⁷⁸⁶

A retórica utilizada pelo duque de Sessa para reforçar a causa da infanta chocava com toda a prudência no uso da linguagem que uma vez vimos os

⁷⁸⁵ “Se Vossa Senhoria não nos tivesse socorrido com tão bons sucessos que, já que não puderam aproveitar para impedir a absolvição do Béarne segundo estava adiante, nos conservou a reputação que, sem dúvida, cairia com isso de uma vez. *El duque de Sessa al conde de Fuentes*. De Roma, a 19 de septiembre 1595. IVDJ, E9, TII, DOC.123. a000708 – a000713.

⁷⁸⁶ “não era justo que Vossa Majestade a excluísse apenas pela consideração do perigo que podia ocorrer em vir a herdar os reinos de V. M, pois quanto mais V. M fizesse o que parecera conveniente ao bem da Cristandade, tanto mais confiança poderia ter em Deus de que havia de dar ao Príncipe longa sucessão, e que a prudência humana não podia nem deveria querê-lo prevenir de tudo, pois isso tinha de se deixar a Deus, e que se Ele fosse servido que França se juntasse com Espanha, não por isso se perderia a Cristandade, antes porventura uma Monarquia tão grande seria muito a propósito para acabar de extirpar os hereges e vencer o turco e os demais infiéis.” *El duque de Sessa a Su Majestad*. 1 de febrero 1594. AGS, EST, LEG.963, s/f.

jesuítas ingleses empregarem para justificar a invasão da Inglaterra. Esses tiveram todo o cuidado em preparar vários escritos que legitimassem a empresa para evitar, precisamente, a acusação de que Felipe II ia usar o pretexto da religião para *juntar y pegar* mais reinos à sua coroa. No entanto, a mera consideração da absolvição de Henrique IV foi a desculpa com a qual Sessa verbalizou a sua insatisfação:

Respondi que los principes temporales podian tener duda en el camino que les convenia seguir por estar las materias de estado llenas de dudas e incertidumbres en que se podia facilmente errar, pero que los Papas no habian de caminar por reglas de estado sino de religion que no se le podia ofrecer duda, pues se sabia lo que en semejantes casos esta dispuesto en los sacros canones.⁷⁸⁷

Eram precauções que, na ótica de Sessa, tinham fundamento nas matérias de Estado e não na defesa da religião católica:

Bien veo Padre Sto que e entrado en materias d'estado las cuales no deben hazer contrapeso quando se trata de religion, pero porque bien considerado aunque les quieren dar otro color todas las razones que representan los fautores de Bearne huyendo de que V Sd venga al examen de sus acciones i pretensiones se fundan en consideraciones de estado, à sido necessario representar a V Sd quanto mayores daños i inconvenientes pueden suceder por estotro lado [...]⁷⁸⁸

Quando o duque de Fera soube da notícia, lamentou que “generalmente ministros de aquella sancta silla abrazan las negociaciones con Reyes deseando que sean muchos tales quales mas que uno exemplar y fundado

⁷⁸⁷ *El duque de Sessa a Su Majestad*. De Roma, a 30 de mayo 1593. AGS, EST, LEG.961. s/f.

⁷⁸⁸ “Bem vejo Santo Padre, que entrei nas matérias de estado, as quais não devem fazer contrapeso quando se trata da religião, mas porque bem considerado ainda que querem fazer-lhes outra cor, todas as razões que representam os fautores de Béarne, fugindo de que Vossa Santidade venha ao exame de [que] suas ações e pretensões se fundam em considerações de estado, foi necessário representar à Vossa Santidade quantos maiores danos e inconvenientes podem suceder por esse outro lado.” *Memoriali del Duca di Sessa à S Sta supra li cosi de Francia*. 29 de julio 1595. ASV, Fondo Borghese, Serie III, 72B. fol. 671r-v.

catolico, por lo que ellos llaman materia de estado.”⁷⁸⁹ O marco exposto por Feria já não deixava dúvidas: no temporal, preceitua as regras de Estado; no espiritual, o caminho reto eram as regras de religião. Uma linha que, uma vez cruzada, já não se poderia mais voltar atrás. A absolvição de Henrique IV confirmara, tanto para Sessa como para Feria, que a linha já fora cruzada.

After 1595: absolutismo e neoestoicismo nos discursos de Tassis e Feria

Em meados de 1595, Juan Bautista de Tassis escreveu um texto intitulado *Discurso en materia de Paz*. Foi redigido em resposta à proposta de concerto dos deputados holandeses, e sua preparação decerto pode ser tomado como um ensaio para o seu tratado político publicado em 1612. Tassis iniciou o parecer com a justificativa, em primeiro lugar, de se preocupar em colocar fim à guerra civil no império do rei Felipe II, porque “como la naturaleza me enseñó que ningun poder del mundo es infinito y la experiencia que los medios desproporcionados a las obras consumen a sus dueños y nunca los traen a la perfección.”⁷⁹⁰ A conservação do império estava condicionada ao encontro do equilíbrio entre as obras e os meios para fazê-la. Duas propostas dos deputados foram consideradas por Tassis como “indecentes”, porque uma demandava a saída de espanhóis e estrangeiros dos Países Baixos e Borgonha, e a outra pretendia que fosse oferecida uma garantia legal aos representantes dos Estados Gerais como deputados reais. Apesar do atrevimento, Juan Bautista avaliou que era a ocasião para o governo atuar, “puesto bien que lo fino de la reputación consiste en salir con el efecto del fin que hombre lleva”.⁷⁹¹ O propósito era conduzir as negociações para defender os interesses da

⁷⁸⁹ “geralmente ministros daquela santa cadeira abraçam as negociações com reis desejando que sejam muitos tais quais mais que exemplar e fundado católico, pelo que eles chamam matéria de estado.” *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes*. AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

⁷⁹⁰ “[...] como a natureza me ensinou que nenhum poder do mundo é infinito e a experiência que os meios desproporcionais às obras consomem os donos e nunca os levam à perfeição. *Discurso en materia de paz*. Juan Bap^{ta} de Tassis, a ultimo de mayo 1595. AHN, ESTADO, LEG. 2450, exp.79. Outra versão corrigida do mesmo documento se encontra em AGR, Audience, BE-A510/T109 – 1191/14, doc.37.

⁷⁹¹ “bem posto que o fino da reputação consiste em sair com o efeito do fim que [o] homem leva”. Ibid. Na versão do AGR, diz “la verdadera reputación consiste en salir con el efecto del fin que se lleva”.

Monarquia Hispânica; se o intento fracassasse, a culpa poderia ser jogada sobre a petulância dos rebeldes.

Adicionalmente, a leitura que Tassis fez da guerra civil demonstra como era complexa as noções de nação e pátria em um contexto de divisões confessionais. Vimos que o próprio Tassis se viu envolto em algumas polêmicas nesse sentido, na corte de Bruxelas. Para o embaixador, a obediência política não se desvinculava da defesa de uma fé própria, mas para ter uma real dimensão do problema, era preciso também atentar para os vínculos construídos entre os naturais da terra. Assim, pensava que no “país de Holanda” estava já perdida a religião católica e fragilizada a obediência real. Ficava claro que havia uma forte relação entre ambas. Logo, o embaixador seguiu para uma análise antropológica sobre os habitantes do norte de Europa. Ali, havia gente boa e má, da mesma religião. O problema era a condição dos católicos, que as mulheres e os velhos tinham mais fervor, “y los más que le tienen de ordinario antes pecan de blandura, remisión y piedad que no de fortaleza, y el brio que es menester para atajar y resistir al atrevimiento de herejes cautos, vigilantes y furiosos [...]” poucos tinham, “y el dejarse llevar y engañar uno de otros los que naçieron en un mismo suelo, que no se puede tener por fundada seguridad la que estrivare en solos patriotas”.⁷⁹² Não é surpreendente as similitudes do discurso de Tassis com a crítica à passividade dos cristãos uma vez denunciada por Maquiavel.⁷⁹³ Mas o autor belga foi mais além da política retórica maquiaveliana ao reconhecer a paz como um princípio de sustentação do império, um fim e uma regra de Estado.

A paz era uma necessidade, mais que um fim em si mesmo, como quiseram os humanistas cívicos do *Quattrocento*. As agruras da guerra civil ecoavam nas vozes do partido da paz, que teve como representante máximo a figura do filósofo neoestóico Justo Lípsio. E logo Juan Bautista rematou o seu discurso: “[...] torno a dezir que paz por imperfecta que sea, quanta se

⁷⁹² “[...] e os que mais o tem antes pecam de blandura, remissão e piedade e não de fortaleza, e o brio que é necessário para atar e resistir ao atrevimento de hereges cautos, vigilantes e furiosos” e “deixar-se levar e enganar uns aos outros os que nasceram em um mesmo solo, que não se pode ter por estabelecida a segurança que se apoia em solos patriotas.” Ibid.

⁷⁹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. pp. 52-56.

mandare, pero de aquella otra suerte, y no soy solo yo el que esto siente, que muchos otros lo mismo entienden que de prudentes y catolicos, aunque quiza no muy Españoles”.⁷⁹⁴

Outro texto escrito por Tassis tratava dos meios para emprender a guerra marítima contra os holandeses. A estratégia foi pensada para obrigar os rebeldes a voltar à obediência de seu príncipe ou, ao menos, estabelecer pazes que naqueles não aceitarão ser “in eterno”, usando o pretexto da “religion en estado”.⁷⁹⁵ Os holandeses eram superiores nos mares, tanto pela quantidade e qualidade dos navios, como pela destreza e conhecimento que detinham sobre a difícil navegabilidade no entorno das ilhas, cheias de bancos de areia. A proposta de Tassis se embasava na criação de uma frota marítima de 100 a 300 navios, que deveria destruir a pesca, atividade que sustentava o povo comum, e afundar os navios. Cada caravela que afundassem se destruíssem 20 ou 30 casas, e os marinheiros deveriam ser bem pagos e recompensados pelos prisioneiros que capturassem. Para Tassis, a decisão não era tão cruel como faziam os holandeses que, quando capturavam um marinheiro do partido espanhol, o enforcava, “sin piedad ni remission”.

O autor respondeu a uma das objeções que se poderiam levantar, que destruir a pesca e afundar os navios era crueldade, e que debilitaria totalmente as ilhas e seus habitantes; no entanto, argumentava que a ação seria feita apenas uma vez, e logo as ilhas voltariam à obediência de Felipe III. Era, talvez, um meio termo entre a crueldade e a benevolência, que Sêneca atribuía à clemência: “se gana mas con dulçura y clementia, que con fuerça y rigor”.⁷⁹⁶ Tassis estava ciente de que a medida era algo extrema, mas extremos eram também os tempos: os gastos de tão longa guerra haviam empobrecido os

⁷⁹⁴ *Discurso en materia de paz*. Na versão do AGR, a frase foi corrigida para facilitar a compreensão. Diz: “buelvo a decir que Paz por imperfecta que sea es conveniente, y no soy solo yo el que siente, sino otros muchos que entienden lo mismo, que Prudentes y Católicos, aunque quizá no muy españoles.” AGR, Audience, BE-A510/T109 – 1191/14, doc.37. “Volto a dizer que paz por imperfecta que seja, é conveniente, e não é somente eu que o sente, senão muitos outros que pensam o mesmo, Prudentes e Católicos, ainda que quiçá não muito espanhóis.”

⁷⁹⁵ *Discurso sumario del estado de la guerra de Flanders que J. Bat^{ta} de Tassis ha dado a algun ministro en España*. AGS, EST, LEG.2024. fol. 151.

⁷⁹⁶ Ibid.

estados do rei, que havia demonstrado demasiada clemência para com os rebeldes. O resultado foi que esses ficaram mais soberbos e pertinazes.

O livreto escrito por Tassis, *Discours sur la paix et la guerre, polittie et gouvernement et plusieurs autres matièeres*, foi publicado em Bruxelas, em 1612, após a morte do ex-embaixador. Ao analisar esta obra à luz da prática epistolar da carreira de Tassis, percebemos que o argumento desenvolvido estava mais ou menos colocado em 1595. O gênero escolhido foi o dos aforismos, que consiste na proclamação de máximas ou sentenças sobre um assunto. Foi um gênero bastante popular na época, catapultado na Espanha pelos *Aforismos* de Baltasar Álamos de Barrientos. Como foi caso desse último, o tema era a política, conforme enunciada no título, com enfoque nos debates sobre a paz e a guerra. Juan Bautista de Tassis discorreu em prol de uma ciência política prática, que se fundamentava principalmente na experiência, tanto das letras como da arte militar. Para complementar, como ensinava a tradição clássica, o governante deveria adquirir o conhecimento a partir da leitura das histórias. As principais referências teóricas da obra foram indubitavelmente Jean Bodin e Justo Lúpsio. A reflexão em cima de diversos postulados de ambos os autores conduz às principais assertivas do pensamento político de Tassis.

Sobre a problemática central da razão de Estado, quer era a conservação, Tassis não deixava dúvidas sobre a sua filiação ao partido da paz. Seguindo Bodin, concluía que se um príncipe quisesse manter seus reinos e estados em paz deveria se acomodar um pouco ao humor do seu povo, mostrando em especial poder confiar em seus súditos, pois os humores eram diferentes de acordo com cada clima e lugar.⁷⁹⁷ Dito isso, Tassis afirmava que as monarquias mais seguras eram aquelas conduzidas mais pela amizade do que pela força, e o castelo que as protegiam era a benevolência, uma máxima, como podemos ver, bem ao estilo estóico.

Em comparação com o manuscrito de 1595, os *Discursos* têm a novidade de se apropriar da retórica bodiniana da soberania absoluta. É jogo de linguagem no qual Tassis pretende reconstruir a ponte entre o rei da

⁷⁹⁷ TAXIS, Jean Baptiste. *Discours sur la paix et la guerre, polittie et gouvernement, et plusieurs autres matièeres*. Bruxelles: Rutger Velpius & Hubert Antoine, 1612. Obra depositada na BRB, código de referência: VI 2033 LP. fol. 24.

Espanha e os rebeldes holandeses. Apontou que Deus concedeu a soberania ao príncipe, fonte de toda a obediência política. Portanto, desprezar um príncipe soberano, era desprezar também a Deus.⁷⁹⁸ Nesse cenário, o autor procurou exemplificar os casos da inviolabilidade do rei soberano, enfatizando as proibições do povo de atentar e conspirar contra o potentado. Uma das consequências deste argumento foi a recomendação de pôr fim às assembleias representativas ou Estados Gerais, para evitar principalmente o seu potencial em questionar a ordem soberana.

Embora Tassis endosse a linguagem da soberania absoluta, acaba por delimitar a prática do governo por meio de instituições moderadoras. Para a autoridade instituída, era necessária uma dupla moderação: do mando e de si mesmo. Por parte Estado, era necessário evitar violações da justiça e, por parte do rei, deveria ajustar a sua conduta e eliminar as paixões e os vícios. Tassis retomou o exemplo da glória que os antigos atribuíam ao Senado e valorizou o conselho do rei como instituição reguladora do mando. No horizonte desta reflexão estava o perigo da monarquia se degenerar em tirania: o tirano dificilmente poderia assegurar o Estado, ao contrário, o colocaria em perigo. A fronteira precisava ser bem estabelecida.

Por fim, Tassis afirmou que soberano ideal deveria guiar-se pela tríade: virtude, prudência e religião. A primeira se tratava das coisas humanas, a segunda, das coisas naturais e a terceira, das coisas divinas.⁷⁹⁹ Desse modo, encontrava-se o equilíbrio perfeito que poderíamos designar de um absolutismo moderado. Retomando o arquétipo bodiniano, a soberania era absoluta e indivisível, mas procurava-se impor limitações na manifestação prática deste poder e na estrutura administrativa do Estado. Tassis, Bodin e Justo Lípsio se aproximavam enquanto acreditaram, cada um a sua maneira, que nenhuma solução para as guerras civis-confessionais poderia estar fora da monarquia absoluta. A teoria da soberania atualizava o problema da obediência política e procurava fornecer o argumento definitivo para minar o direito de resistência do povo ao seu rei. Abria-se uma via *politique* de pacificação que se fundamentava na teoria da soberania, como havia contecido na França.

⁷⁹⁸ Ibid. fol. 30.

⁷⁹⁹ Ibid. fol. 39-40.

Essa linguagem política moderna, já sabemos, provocou uma ampla resistência, em especial dos defensores de uma razão católica de religião. Quando o duque de Feria, recém-nomeado vice-rei da Catalunha, ia partir de volta para a Espanha, resolveu deixar registrado uma relação sobre a situação em Flandres para o novo governador, o arquiduque Alberto. O ex-embaixador fez várias cópias do papel e mandou para Madrid e para o duque de Sessa. Na relação, tomou a liberdade de tecer juízos sobre os principais integrantes do governo em Bruxelas, recomendar o trato com os rebeldes holandeses e orientar sobre a intervenção na França. Já sabemos das desavenças entre Tassis e Feria pelo teor das cartas que enviavam ao rei. Agora, d. Lorenzo não economizou palavras para endereçar a crítica diretamente ao ministro belga. Ainda que reconhecesse o talento de Tassis na aplicação das “matérias de Estado”, Feria deixou claro que a opinião de Tassis – de anos já - em relação à pacificação de Flandres trazia princípios nocivos – *mal fundados y apasionados* - para a autoridade real, já que “no da otro remedio sino suavidad”.⁸⁰⁰ Além disso, outro ponto criticado por Feria foi recusa de Tassis de planejar a intervenção na França sem o apoio do duque de Mayenne.

Sobre o governo das províncias do norte, Feria sugeriu ao arquiduque que, para recuperar a obediência dos lugares, negociasse diretamente com as vilas e suas lideranças, como os prefeitos, para evitar colocar o governo nas mãos de senhores poderosos. A forças das armas abriria a primeira frente, para logo se reestabelecer a autoridade e o governo sobre as vilas. Além disso, Feria recomendava ao governador adotar os costumes da região, que eram diferentes da Espanha e do manto eclesiástico que vestia⁸⁰¹, e sair para ser visto, participar das festas e das solenidades, se acomodar ao humor do povo, “de lo cual resultara ganar V. Al^a los corazones del pueblo”.⁸⁰²

Sobre a proposta de pacificação feita pelas províncias holandesas, Feria comentava sobre as duas condições que os deputados fizeram para prosseguir nas negociações, das quais Tassis mencionou em seu *Discurso en materia de*

⁸⁰⁰ *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque sobre las cosas de Flandes.* AGS, EST, LEG.343. fol. 117v.

⁸⁰¹ O arquiduque Alberto de Habsburgo era cardeal.

⁸⁰² *Copia del papel que el Duque de Feria dio al Sr Cardenal Archiduque...*

paz. As condições eram tão “cavilosas y desaventajadas” para a religião e para o serviço de Sua Majestade. O parecer de Feria foi que a negociação tinha “poçoña cubierta”, conduzida pelo marquês de Havre e outros mal intencionados, que levariam, caso a negociação malograsse, as províncias a se indignarem da obediência contra a nação espanhola.⁸⁰³ D. Lorenzo rebatia principalmente aqueles que, como Tassis, haviam admitido o trato mesmo considerando algumas condições desvantajosas, com a esperança de que os deputados, desesperadamente desejosos de um acordo de paz, aceitassem uma contra-proposta. Feria se irritava com a sugestão de que seria um ato de grandeza do rei de dissimular as indecências para o bem universal dos seus estados.⁸⁰⁴ Logo, discordava de que os rebeldes, “no viendose apretados”, iriam porventura aceitar se submeter por meio de um acordo, pois já estavam acostumados a viver em forma de República. O meio eficaz para a pacificação, então, era a submissão pela força das armas, fazer a guerra ofensiva com exército bastante para reduzir os rebeldes à extrema necessidade, “conquistarles de todo punto el trato de España como se ha comenzado a hazer”.⁸⁰⁵ Somente quando estiverem desesperados é que teria bom fundamento tratar da paz: “Porque persuadasse V. Al^a que no ha quedado en essas provincias rastro del amor que deuen a su Principe natural ny que puede mover otra cosa sino la precisa necesidad sin que haya de valer medio que no sea la via fuerza”.⁸⁰⁶

Um dos problemas identificados no quesito da “polícia” foi o alargamento dos limites da autoridade do conselho de Estado, que passou de órgão consultivo para decisivo, ocorrido no governo da Margarida de Parma.⁸⁰⁷ A consequência foi que os conselheiros se fizeram “senhores” do governo,

⁸⁰³ Ibid.

⁸⁰⁴ Ibid.

⁸⁰⁵ Ibid.

⁸⁰⁶ “Porque persuada-se Vossa Alteza que não ficou nessas províncias rastro do amor que devem ao seu príncipe natural, nem que possa mover outra coisa senão a precisa necessidade, sem que tenha de valer meio que não seja a via [da] força.” Ibid.

⁸⁰⁷ O discurso *Conveniencia de volver a la antigua forma de gobierno* clamou pelo retorno ao modelo de governo precisamente da época da Margarida de Parma, antes das imposições e mudanças do duque de Alba.

tratando dos temas da polícia, guerra e finanças. O duque d. Lorenzo aconselhou o arquiduque a tratar no conselho apenas os assuntos comuns, reservando para si as questões referentes à economia e à guerra, para cortar o fio deste “abuso”. Em conclusão, o parecer do duque de Feria advertia que o caminho para a redução dos rebeldes era a imposição da guerra ofensiva, e que o medo iria fazê-los se submeter ao conhecimento de Deus, a seu rei e à administração da justiça. Era o melhor meio para mantê-los em reverência e recuperar o amor ao rei. E rematava o argumento por meio do enaltecimento da nação espanhola e sua qualidade em fazer a guerra ofensiva,

[...] cuyo principal fundamento consiste en la nacion spañola, la cual como es el nervio de la riqueza y grandeza de Su Ma⁹ así lo es de la conservacion y acrescentamiento de su monarchia, pues aunque es rey de muchas y grandes provincias, dudo que lo sea de los coraçones de otros que de los d’España.⁸⁰⁸

A superioridade da nação espanhola sobre todas as outras era demonstrada pela maior riqueza que jamais teve outro rei, destacando-se, por um lado, o valor e o saber militar e, por outro, o amor e a fidelidade ao rei natural. Qualidades essas que faziam reluzir o favorecimento que encontravam naquele que os governava, estimulados pelo “apetito de la honra”. O descalabro dessa última se originava, pelo duque de Feria, com “haverse dejado ygualar con ella otras naciones”.⁸⁰⁹ Na análise de Damián de Armenta y Córdoba, o *gentilhombre* do duque, os hereges temiam o Rei Católico por dois motivos: o primeiro era pelo zelo da religião católica e obediência ao papa e o segundo era “imbidia de ver la potencia de nuestro rey y su buen gobierno y prudencia por cuyas partes con tanta lealtad y amor España y sus naturales de ella vassalos suyos le amamos i obedescemos y morimos por el.”⁸¹⁰ Toda uma

⁸⁰⁸ “[...] cujo principal fundamento consiste na nação espanhola, a qual como é o nervo da riqueza e grandeza de Sua Majestade, assim o é da conservação e acrescentamento de sua monarquia, pois ainda que é rei de muitas e grandes províncias, duvido que o seja dos corações de outros que daqueles da Espanha.” Ibid.

⁸⁰⁹ Ibid.

⁸¹⁰ “[...] inveja de ver a potência do nosso rei e seu bom governo e prudência por cujas partes tanta lealdade e amor Espanha e seus naturais, vassalos dela, lhe amamos e obedecemos e morremos por ele.” ARMENTA Y CÓRDOBA, *Damián de. Los tres libros de la guerra de Francia*

idealização da grandeza da Monarquia Hispânica que se combinava com a crença na superioridade dos espanhóis sobre as outras nações desta monarquia compósita.

Sobre a intervenção na França, Feria começou pontuando os argumentos que se levantavam a favor de um concerto de paz, destacando dois pontos principais. O primeiro foi que, uma vez concedida a absolvição pelo papa, se deslegitimava o pretexto da guerra de religião que o rei da Espanha e a Liga Católica empreendiam contra Henrique IV. O segundo ponto foi que esse último já havia se estabelecido em quase toda a França, além de ter conquistado quase todos os partidários da Liga, excepto o duque de Mercoeur. No entanto, d. Lorenzo exortava ao arquiduque que levasse em consideração a causa da religião católica, e o quão inimigo dessa havia sido Béarne. O clamor de Feria poderia parecer excessivamente ilusório mas, como ele mesmo apontou, acreditava que a posição de Béarne poderia ser revertida, esperança despertada pelos recentes sucessos de Doullens e Cambrai, interpretados como sinal do favor divino para a causa da religião católica e da Monarquia Hispânica.

O duque de Feria também não acreditava que a potência de Béarne era grande como diziam. Isso porque no reino da França faltavam dois pilares básicos que sustentavam e mantinham o reino unido: a religião e a justiça. A causa de dissensões era provocada pela diversidade de religião, agravada pelo veemente e inquieto gênio dos franceses. Sobre a justiça, comentara que os estamentos do reino haviam convivido em paz e harmonia, mas que aquela começou a ser usurpada quando os privados do Rei Cristianíssimo começaram a desfazer a autoridade do Parlamento, anular as leis e dissipar o patrimônio real. Acrescentava que o exército de Béarne era muito menor do que o de Felipe II, o que lhe espantava que os partidários da paz pregassem o acordo baseado na avaliação das forças militares. Ainda assim, Feria respondia aos que apontavam o talento militar de Henrique IV, dizendo, algo injustamente, que suas vitórias ocorreram mais por medo de enfrentamento de Mayenne do que por excepcional mérito próprio.

dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella. 1596. BNE. MSS/2126. fol. 76

A estratégia de conquistar o norte da França, em particular a Picardia e a Borgonha, levou Feria a cogitar a convocação de um parlamento em alguma cidade principal, como Amiens, sob o nome da coroa da França e do protetorado do rei da Espanha. Amparado pela autoridade conferida por esse parlamento, Felipe II poderia combater as heresias e dar o revestimento legal para as ações no norte da França. Se essa opção falhasse, havia sempre a alternativa de aclamação de Felipe II como rei da França, com apoio dos bons católicos franceses.

Apesar do ímpeto dado pelas vitórias do conde de Fuentes no verão de 1595, os eventos que sucederam desfizeram as esperanças de uma reviravolta para a causa do Rei Católico. Aproveitando o assédio liderado pelo arquiduque Alberto sobre Calais, Maurício de Nassau iniciou uma ofensiva militar na Holanda, conquistando várias fortalezas e obrigando o arquiduque a desviar o exército outra vez para o norte.⁸¹¹ A proposta de Feria ficou esvaziada diante da conquista do último baluarte da Liga na Picardia: Amiens, rendida em setembro de 1597. Caía a única praça de relevo que poderia dar ao arquiduque alguma vantagem extra na negociação do acordo de paz.

Após o fim da estadia no norte da Europa, em 1596, o duque de Feria deu seguimento à prática de corresponder com diversas personalidades seculares e religiosas, a partir qual extraímos as reflexões posteriores sobre o acordo de paz. De Barcelona, o vice-rei confidenciava resignado ao amigo Thomas Fitzherbert que o tratado, ao ser mediado pelo papa, seria prejudicial aos interesses da Espanha, uma vez que a Santa Sé era inclinada aos interesses dos franceses:

De la paz tengo poca esperança, pues los enemigos del Rey todos los tres juntamente le hazen guerra ofensiva, sin reçibir ningun daño en cambio destes, y como la autoridad del papa no pese mas con la parte de Francia que quanto le ha menester para sus propios yntereses, valdra poco ponerse por medianeros, o guerra de veras, o

⁸¹¹ VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. Op. cit. p. 442.

paz, por afrentosa que sea, conviene mas que el estado presente.⁸¹²

Como vimos no capítulo 2, as disputas em que Feria se envolveu nos anos seguintes à estadia na França e na Bélgica confirmam a sua posição absolutista. Destacamos que o nobre teve desentendimentos com o duque de Lerma sobre as prerrogativas dadas pela coroa aos catalães, além de afrontar a Inquisição na Sicília, acusando-a de violar as prerrogativas reais. A escrita mais madura de Feria, posterior ao nosso marco cronológico, nos revela o seu pensamento político ao passo que procurava os argumentos para justificar o seu modo de governar. Para d. Lorenzo, a crise que afligia a monarquia de Felipe III tinha a ver precisamente com a deficiência de justiça, que por sua vez provocava a decadência da autoridade real.

Na relação da visita do vice-reinado da Catalunha, às vésperas da sua partida para Itália, o duque de Feria conduziu toda uma reflexão política para esclarecer a condução do vice-reinado. Era uma espécie de testamento, ele disse, que procurava com clareza e verdade prestar contas às majestades divina e humana. Mais inflexível no diálogo com os catalães, distinto do moderado Lerma, Feria precisava rebater àqueles que quiseram “darme por condenado con cargo a su modo a la oreja”.⁸¹³ No modelo da constituição política idealizada por ele, a justiça real encimava todas as outras. Deus e o povo entregaram a potestade ao monarca, premissa escolástica básica que serviu para introduzir o argumento. Como a justiça era o fundamento das monarquias, resplandecente da grandeza divina, deveria ser igualmente praticada por homens distintos. Nesse sentido, a conservação da monarquia estava atrelada à fundação divina, ao passo que a sua extensão e propagação dependia dos homens-irmãos, batizados e sustentados por um mesmo “manjar” de sacramentos. Reforçado o vínculo entre religião e política,

⁸¹² Da paz tenho pouca esperança, pois os inimigos do Rei, todos os três juntamente, lhe fazem guerra ofensiva, sem receber nenhum dano em troca, e como a autoridade do papa não pesa mais com a parte da França que quanto o tem necessário para seus próprios interesses, valerá pouco por-se por mediadores, ou guerra de verdade, ou paz, por afrentosa que seja, convém mais que o estado presente. *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Barcelona, a XX de abril 1598. WDA, E2. fol. 61.

⁸¹³ *El duque de Feria a Su Majestad*, s/f. ADM, Archivo Histórico, Caja 22, nº 96, LEG. 264.

considerava que o fundamento da obediência, ainda que devida ao príncipe natural, se ancorava na Igreja Católica:

[...] Esta es la mayor grandeza que podemos dezir de Vuestra Magestad, como hijo por naturaleza y verdadera imitación del Rey nuestro señor, de gloriosa memoria, que su gouierno de justicia y paz llega a todas aquellas prouincias con el brazo estendido, sin encogimiento, permissiones ni considerations, que el hombre xristiano, debaxo de la Iglesia cathólica y apostólica romana, tiene a su obediencia thesoro mucho para estimar y conservar a donde le ay.⁸¹⁴

Era uma resposta, como podemos ver, ao governo do duque de Lerma. O conflito entre Feria e a *Diputación* da Catalunha incidia precisamente sobre as prerrogativas concedidas às Cortes em 1599, O problema era estava naque ocasionou a falta de justiça que reinava na Catalunha desde então:

Las repúblicas, para no decaer, han menester hirse reformando, y no sólo es ésta regla general en los seglares y ahún profanos, pero ahún en las más perfectas familias de religiosos, aunque sea en la Companya de Jesús, a donde cada día tienen congregaciones para irse mirando y remirando para no caher del stado presente. A sola Catalunya quieren los naturales hazer tan privilegiada que se conserue sin nuevas ayudas, y ahún con medios contrarios, abrogándose o acusándose las leyes utiles [...].⁸¹⁵

A reflexão sobre a ascensão e declínio dos estados, como vimos no capítulo 4, estava na ordem do dia. Reformar a constituição era uma das

⁸¹⁴ “Esta é a maior grandeza que podemos dizer de Vossa Majestade, como filho por natureza e verdadeira imitação do Rei nosso senhor, de gloriosa memória, que seu governo de justiça e paz chegue à todas aquelas províncias com o braço estendido, sem encolhimento, permissões nem considerações, que o homem cristão, debaixo da Igreja Católica e Apostólica Romana, tem a sua obediência, muito tesouro para estimar e conservar aonde existe.” Ibid.

⁸¹⁵ “As repúblicas, para não decair, têm necessariamente de ir-se reformando, e não somente é esta a regra geral nos seculares e ainda profanos, mas ainda nas mais perfeitas famílias de religiosos, seja na Companhia de Jesus, onde cada dia tem congregações para ir vendo e revendo para não cair do estado presente. À Catalunha somente querem os naturais fazê-la tão privilegiada que se conserve sem novas ajudas, e ainda com meios contrários, ab-rogando-se ou acusando-se as leis úteis [...]”. Ibid.

estratégias para postergar o seu declínio, evitar a queda da república e garantir a sua conservação. Feria acreditava que a proteção e reforço da justiça real nos lugares em que estava decaída eram fundamentais para a conservação do Estado. As concessões em matéria legal provocariam a fragilização da autoridade real e, por conseguinte, o aumento da liberdade dos súditos:

Destas concesiones se sigue por consecuencia cierta el atrevimiento para menospreciar a los ministros y sus mandamientos, pues tienen canonizadas sus opiniones, y aqueste deseo de libertad de los súbditos, tanpoco puede ser refrenado de los que somos obligados a hazerlo, pues han salido con sus intentos en tribunal superior.⁸¹⁶

Em uma carta a Thomas Fitzhebert, o duque d. Lorenzo confessava que em Barcelona as disputas se acirravam de tal maneira que o pressionavam a apartar-se do caminho da justiça, apontando que “aquí no hay otra materia de estado sino la justicia, la cual enfrena la diputación y pone en razon todo genero de gentes”.⁸¹⁷

Para concluir o percurso das experiências de D. Lorenzo Suárez de Figueroa, vale mencionar a última missão diplomática em que fora nomeado. Foi nomeado por Felipe II para atuar como embaixador extraordinário na eleição do imperador do Sacro Império, da qual Felipe III era um dos candidatos. Nessa ocasião, Feria adotou uma postura moderada, como ele mesmo mencionou, depois de refletir sobre o que havia passado na França. Não concordava com o projeto de extensão da Monarquia Hispânica a qualquer custo. Diante da intenção de Felipe III, Feria recomendou que o rei deveria evitar o prejuízo e se contentar com o possível, já que sem a força das armas não conseguiria manter todas as suas possessões. Curioso que o duque de Feria empregou uma palavra muito usada por Tassis em suas advertências políticas: *factible*. O monarca deveria se contentar com aquilo que era factível.

⁸¹⁶ “Destas concessões se segue por consequência certa o atrevimento para menosprezar os ministros e seus mandamentos, pois têm as suas opiniões canonizadas, e este desejo de liberdade dos súditos tampouco pode ser refreado dos que somos obrigados a fazê-lo, pois saíram com suas intenções no tribunal superior.” Ibid.

⁸¹⁷ *El duque de Feria a Thomas Fitzherbert*. De Barcelona, a 1 de junio 1597. WDA, E2. fol. 30r.

Com a pluma dramática habitual, Feria pintava um quadro negro em uma carta ao patriarca de Constantinopla:

Con gran dolor mio lei lo que me escriuen de España, que Su Magd. deseava el Imperio para si, pues los males que España padece al presente tubieron su principio en el Imperio del Rey Don Carlos, aunque de alli por accidente vino a resultar juntar a su Corona el Estado de Milán, que a sido siempre la mançana de la discordia y la mayor joya y más preciosa que tiene el mundo... si por tanto quiere Su Magd. gouernar el Imperio no se como saldra el titulo en Rey de tan grandes Reynos y estados sin el exercito y brazo fuerte para sujetar a rebeldes y vencer enemigos, en lugar de darle gloria antes le abatiría.⁸¹⁸

O efeito da aquisição, por parte do rei da Espanha, do Sacro Império seria nefasto para o conjunto das possessões. Longe de reviver o sonho imperial de Carlos V, tal ocasião poderia derrubar o que já se tinha. O problema eram os conselheiros mal intencionados que insistiam erroneamente na validade de tal empreendimento:

Los que aconsejan esto an de ser de dos géneros de gentes, los vnos amigos con alguna apariencia de grandesa y de que el Rey siga a su Abuelo sin mirar los imposibles y peligros; otros, enemigos disimulados que con esta píldora dorada quieren hazer odioso a Su Magd. y a toda su casa, y sus desinios sospechosos, y por este camino sólo allo yo que podía crecer la parcialidad del Rey de Francia, el qual negocia con mucho cuidado.⁸¹⁹

⁸¹⁸ “Com grande dor li o que me escrevem da Espanha, que Sua Majestade desejava o Imperio para si, pois os males que a Espanha padece no presente tiveram seu princípio no Império do rei Dom Carlos, ainda que dali por acidente veio a resultar juntar a sua coroa ao Estado de Milão, que sempre foi a maçã da discórdia e a maior e mais preciosa joia que tem o mundo [...], se portanto quer Sua Majestade governar o Império não sei como sairá o título em Rei de tão grandes reinos e estados sem o exército e braço forte para sujeitar rebeldes e vencer inimigos, ao invés de dar-lhe a glória, antes o abateria.” *Cópia de un papel que embio Feria al Patriarca de Constantinopla, arzobispo de Messina*. Palermo, 20 de enero de 1606. BNE, MSS/2347, nº 16, fºs. 316v-317r.

⁸¹⁹ “Os que aconselham isso têm de ser dois tipos de gentes, uns amigos com alguma aparência de grandeza e de que o Rei siga seu avô sem olhar os impossíveis e perigos; outros, inimigos dissimulados que com essa pílula dourada querem tornar odiosa Sua Majestade e toda a sua casa, e seus desígnios suspeitos, e por este caminho somente vejo que poderia

Um dos últimos discursos de Feria, escrito um ano antes da sua morte, continha também uma reavaliação da sua experiência na França. Tal processo demonstrava a dificuldade de impor um soberano a um reino distinto. Ele contou que no fundo não apoiou a eleição do arquiduque para o trono da França:

La esperiencia de la negociacion de Francia a mostrado el inconbeniente que tiene llevarse mas de un solo intento, vi y conoci alli muy bien el inconbeniente aun antes de auerlo intentado y quise dexar de traer de los sobrinos de Su Mag^d porque vi que quanto le auian ofrecido era en daño de la causa, pero los ministros que alli asistian fueron de parecer que no se podia dejar de traer lo que su mag^d ponia en primero lugar las palabras de la instruccion eran muy fuertes porque decian y no aueis de reciuir con facilidad el desengaño aun despues de tratado y asi yo quando lo comence estaba tan desengañado como aora.⁸²⁰

Ao considerar que o duque de Feria, anos depois da embaixada em Paris, repensou algumas questões sobre a política e o governo da monarquia, nos deparamos com a seguinte pergunta: como, diante do bombadeio de más notícias sobre Flandres e França, a corte de Madrid reagiu? É válido pensar como todas estas reflexões apresentadas nas cartas e memoriais foram recebidas pelos secretários, conselheiros e pelo próprio rei. Um documento privilegiado, que nos permite lançar luz sobre esta *receptio*, consiste na instrução que o monarca enviou para o cardeal-arquiduque Alberto, nomeado governador dos Países Baixos no lugar de Ernesto, seu falecido irmão. O conteúdo geral revela que vários aspectos dos discursos que analisamos nesse

crescer a parcialidade do rei da França, o qual negocia com muito cuidado.” Ibid.

⁸²⁰ “A experiência da negociação da França mostrou o inconveniente que há em levar-se mais de um único projeto, vi e conheci ali muito bem o inconveniente ainda antes de tê-lo tentado, e quis deixar de trazer os sobrinhos de Sua Majestade, porque vi que [o] quanto lhe haviam oferecido era em prejuízo da causa, mas os ministros que ali assistiam foram de parecer que não se poderia deixar de trazer o que Sua Majestade punha em primeiro lugar, as palavras da instrução eram muito fortes porque o diziam e não haveis de receber com facilidade o desengano, ainda depois de tratado e assim quando comecei estava tão desenganado como agora.” Ibid. fol. 318v.

capítulo foram incorporados e reproduzidos pelo Rei Prudente. Em todo o documento, o monarca deixou claro que a sua intenção última era, e sempre havia sido, a defesa da religião católica. Não obstante, as contingências levavam à necessidade de avaliação cuidadosa da situação dos Países Baixos antes que uma decisão fosse tomada. Em outras palavras, era necessário ter prudência.

Sobre a sucessão da Inglaterra, Felipe II revelou ao arquiduque que tinha conhecimento de que um livro sobre a sucessão da coroa estava sendo difundido na ilha pelos católicos daquele reino. O monarca dizia a seu sobrinho:

Todos los pretendores de dentro de aquella isla son hereges como se sabe, y por tales de derecho excluydos de la suçession, y si acaesçiesse entrar alg^o destes en la con esta qual^d, ya se vee del daño q seria especialmente el Rey de Escoçia q juntaria mayor poder. [...] Y por q en efecto no ay desta pte ambiçion ningna se ha de hazer toda la fuerça en solo q se preuengan a salir con un Rey cat^{co} pues si fueren pte pa hazerle de entre si mismos tal pueda prevalesçer, esso es lo q emos de dessear lo q mas presto pudiere salir a luz y restituyr aquel Reyno a nra sta fe cat^{ca} y obey^a de la Iglesia Romana q esto me bastaria a mi pa tener un gran contento sin interes mio ning^o qto mas q siendo cat^{co} y rey nuevo y con competidores el nos avria de ofresçer a trueque de ser ayudado partidos muy convey^{es} al bien de mys estados baxos.⁸²¹

A *instrucción* revela subjacente os mesmos parâmetros que moldam a linguagem da razão de Estado desenvolvida pelos jesuítas desde meados dos anos 80. Ao analisar os pontos nevrálgicos da sucessão da Inglaterra, Felipe II

⁸²¹ “Todos os pretendentes de dentro daquela ilha são hereges como se sabe, e por tais de direito excluídos da sucessão, e se acaecesse entrar algum destes com esta qualidade, já se vê do dano que seria, especialmente o Rei da Escócia, que juntaria maior poder. [...] E porque, em efeito, não há dessa parte nenhuma ambição, há de se fazer toda a força em apenas que se previnam a sair com um rei católico, pois se tiverem parte para fazê-lo internamente, tal fato possa prevalecer, isso é o que temos de desejar o que mais rápido pudesse sair à luz e restituir aquele reino à nossa santa fé católica e à obediência da Igreja Romana, que isso me bastaria a mim para ter grande contentamento, sem nenhum interesse meu, quanto mais que sendo católico e rei novo e com competidores, ele nos haveria de oferecer, a troco de ser ajudado, partidos muito convenientes para meus Estados Baixos. *Instrucion al Sr Archidug Alberto para el gobierno de los Estados Baxos*. Dada en S. Lorenzo a 21 de julio 1595”. AHN, Flandes, LEG. 1414, doc.13, n.48.

perfilou a sua reflexão a partir daqueles mesmos princípios: o interesse dinástico e equilíbrio de poderes dos príncipes europeus. Assim o monarca negou que tinha qualquer intenção de apropriar-se do reino anglicano e deixou em aberto a opção de eleger um rei católico inglês ou estrangeiro, dependendo das condições e desejos dos próprios ingleses. Não obstante, ficava latente a preocupação de que essa escolha mantivesse o reino separado de outros.⁸²²

Em relação à gestão da crise na França, Felipe II apresentava ao novo governador um cenário de possibilidades. Em primeiro lugar, quisera Deus abrir os olhos dos franceses para que entendessem quão melhor estariam se tivessem aceito o que lhes havia sido proposto em relação ao verdadeiro direito da infanta, não obstante alegassem a inventada lei sálica. Dito isso, apresentou uma situação hipotética na qual os ventos se tornavam mais favoráveis, isto é, os *politiques* deixassem de apoiar o príncipe de Béarne e os franceses *zélés* deixassem de lado as suas paixões e dissensões internas. Nesse caso, se manifestassem o desejo de eleger como rei *alguém da nossa casa*, o arquiduque deveria deixar o assunto se desenrolar sem grandes interferências,

[...] Pues basta y sobra lo passado pa desengaño de q qualquier intençion q alg^{os} mostrassen a esto seria fingida pa encaminar sus fines y valerse del din^o de aca y contraminar tras esto lo q de nra parte se desseasse y aun dezir q por estas pretensiones se dificultaba el asiento de las cosas q es su lenguaje y assi ya [es] tpo de entenderle y no engañarnos con el.⁸²³

⁸²² “Mas si los mismo cat^{cos} Ingleses venido el caso como fuesse q sus passiones o la flaqueza de sujetos y de fuerças no les ha de dar lugar a salir con Rey cat^{co} de su propia naçion y diessen en quererle de fuera entonçes visto si dan en lo q les conuendria y a todos podria estar bien se podran yr encaminando y *quitarles las sombras y reçelo de q se trate de agregar y incorporar aquel Reyno en otros*, pues sin duda esto es cosa q la lleuarian mal y en q nunca se ha pensado. / Si pa estas preparaçiones de lo q toca a Rey cat^{co} veredes llegado alla q pueden ser a proposito alg^{as} particulares psonas de la misma naçion de las q estan derramadas en diversas ptes auisandome de las q son seos [?], procuraran embiar, y Dios como a causa suya sera posse q la ayude y se apiade ya de aquel Reyno.” Ibid.

⁸²³ “Pois basta e sobra o passado para desengano de que qualquer intenção que alguns mostrassem a isso seria fingida, para encaminhar seus fins e valer-se do dinheiro daqui, e contraminar após isso o que de nossa parte se desejasse, e ainda dizer que por estas pretensões se dificultava o assento das coisas, que é a sua linguagem e assim já é tempo de entender-lhe e não nod enganarmos com ele.” Ibid.

Caso os franceses desejassem eleger um rei, o governador deveria lhes ajudar, e principalmente buscar influenciar a escolha de alguém que “no desdiga del renombre de Christianísimo”. Logo, o monarca estava pronto para tratar das questões relativas ao seu próprio interesse, seguindo um escalonamento de razões de acordo com o grau de justiça. A guerra contra Henrique IV, longe de corresponder a uma guerra total, assumiu a feição de um conflito fragmentado entre unidades militares do exército dos dois lados, que priorizavam a conquista e defesa de lugares importantes. Nesse sentido, uma mudança se faz notar, que é o reconhecimento, implícito quiçá, de que o deslocamento para o sul do exército de Flandres prejudicou a posição espanhola nos Países Baixos.

[...] agora vos aveys de mostrar bna Vol^{ad} a los de la liga y exortallos a perseverar y darles el calor y aliento q buenam^{te} pudieredes sin empeñaros en cosa q tenga difiçil salida, ni q os pueda distraer de las de vuestro gobierno ni tirar las fuerças del neçessa^s pa allanarle a largas y dificultosas y costosas empresas en françia q consumen gte y dino y no siruen de otro efecto [...].⁸²⁴

A instrução recomendava focar na manutenção ou na conquista de mais praças militares de relevância para aumentar o poder de barganha quando fossem tratar da paz que se abria no horizonte.

[...] mas podiendose por maña y buenas intelig^{as} y por alg^a suma de din^o q se aya de pagar despues del syuy^o resçebido y no antes en ninguna man^a, bien sera atender a estender y ensanchar aqlla frontera açia Françia y meter el pie en todas las buenas plaças y fuertes q se puediere de sustançia sin curar de las de poco momento q antes syuirian de carga q de ayuda, pero las de importançia q lo pueden ser de mucha tanto pa la causa cat^{ca} y partido de la liga en Fran^a como pa defender mis estados y tener la guerra fuera y

⁸²⁴ “Agora vós haveis de mostrar boa vontade aos da Liga e exortá-los a perseverar e dar-lhes calor e alento que bem pudeses sem comprometer-se com coisa que tenha difícil saída, nem que os possa distrair do vosso governo nem tirar as forças deste necessárias para solucionar as longas e dificultosas e custosas empresas na França que consomem gente e dinheiro, e não servem de outro efeito”. Ibid.

tambien prendas en las m[an]os pa qdo se tratasse de una paz segura sacar mejores partidos y condiçiones.⁸²⁵

O trecho acima mais parecia uma réplica dos *Discursos en materia de paz*, de Juan Bautista de Tassis. Sobre as matérias de paz e trégua, vemos ecoar algumas recomendações que esse propôs nas cartas ao rei. Se o *Béarnais* procurasse iniciar algum acordo, Alberto deveria evitar o tema com moderação; no entanto, se propusesse uma trégua na zona de fronteira (da França com os Países Baixos), as condições deveriam ser bem avaliadas, pois seria vantajosa apenas por um lado, já que implicava a segurança de uma boa parte das praças que estavam nas mãos dos espanhóis. Por outro lado, daria a Henrique IV a oportunidade de reforçar as suas guarnições em outros lugares, o que era uma clara desvantagem. Esse tipo de trégua era, segundo diz a instrução, mais tácita e efetiva do que a oficial - pública e sonora. Palavras essas que ecoavam as próprias recomendações que haviam sido feitas por Tassis.

Notemos a materialização de uma política retórica, para recuperar a chave explicativa de Victoria Kahn, que vai delimitando as linguagens da razão de Estado. Em primeiro lugar, se tratava de buscar os meios que garantissem a conservação do Estado. Princípio ancorado na linguagem do interesse do Estado, largamente debatida na ocasião da Invencível Armada. Uma linguagem na qual se buscavam identificar e avaliar os tópicos específicos: grandeza, reputação, ocasião, necessidade, prudência, dissimulação. Tassis adicionou, da sua pluma, a defesa da paz como o caminho para assegurar o império, elemento algo distinto daquela que caracterizou a política retórica maquiaveliana. Uma linguagem que foi, como vimos, colocada ao serviço do partido da paz.

⁸²⁵ “mas podendo-se por manha e boas inteligências e por alguma soma de dinheiro que se há de pagar depois do serviço recebido e não antes de nenhuma maneira, bem será atender a estender e alargar aquela fronteira em direção à França, e meter pé em todas as boas praças e fortes de sustância que se puder, sem curar das de pouco momento que antes serviriam de carga que de ajuda, mas as que podem ser de muita importância tanto para a causa católica e partido da Liga na França, como para defender meus estados e ter a guerra fora e também prendas nas mãos para quando se tratasse de uma paz segura, sacar melhores partidos e condiçiones [...]. Ibid.

Os conceitos da guerra e da paz foram revisitados a partir de novos desafios, e o principal deles, como vimos, foi a incapacidade da Monarquia Hispânica de obter a hegemonia global no continente europeu pela força das armas. E tal fracasso teve uma dupla consequência: por um lado, os defensores da arte da guerra passaram a reivindicar o estatuto de ciência, conhecimento fundamentado na experiência prática; por outro lado, a discussão sobre a paz estava condicionada pela necessidades dos tempos e, neste caso, impunha o dilema de concertar trégua ou paz com os hereges, fato que poderia implicar em alguma forma de tolerância. Era o que advertia Marco Antonio de Camos ao príncipe cristão, em seu diálogo dedicado ao seu senhor, duque de Sessa. O governante deveria ter cuidado para com as condições estabelecidas para a paz: aceitar a paz com os maus era dar condições para que perpetuassem a vida má e os maus costumes. Tal acordo não seria paz, mas sim certa e maior guerra. A verdadeira paz tinha de reconhecer em primeiro lugar a Deus por seu sumo senhor, concluindo que “ni hay principe por mas monarcha que sea que tenga autoridad de hacer pazes contra justicia y perjudiciales al honor de Dios y a la salud de las almas.”⁸²⁶ Dar o primeiro passo para romper esse mandamento era demasiado para Felipe II. Quando publicou a paz com a França, o Rei Católico comunicou a cessão da soberania das Dezessete Províncias Unidas ao arquiduque Alberto e à infanta Isabel Clara. Entregava aos novos soberanos a responsabilidade e a consciência sobre os futuros acordos. Dias depois, confiou a sua alma a Deus.

⁸²⁶ “nem há príncipe por mais monarca que seja que tenha autoridade de fazer pazes contra a justiça e prejudiciais à honra de Deus e à salvação das almas.” CAMOS, Marco Antonio de. *Microcosmia y gobierno universal del hombre Christiano para todos los estados y qualquiera dellos*. Barcelona: Pablo Malo, 1592. p. 163-164.

CONCLUSÃO

O percurso dessa tese procurou demonstrar como, por meio da prática diplomática, se elaboraram, desenvolveram e definiram as linguagens da razão de Estado. Antes que a teoria política fizesse da expressão tema privilegiado da sua reflexão sobre o Estado, os embaixadores, ministros e agentes da Monarquia Hispânica há muito discorriam sobre as regras e matérias de Estado. E dessa maneira, o vocabulário básico dessas linguagens estava mais ou menos definido por volta de 1590: conservação, reputação, prudência, dissimulação, guerra, paz e tolerância. Foi pensando nessa sequência que decidimos escrever os capítulos, como uma espécie de fio condutor, no qual um debate levava ao outro e assim sucessivamente. Um ciclo que se concluiu na reflexão neoestóica sobre a guerra e a paz no alvorecer do século XVI.

O tema da nossa tese decerto pode ser entendido como a história de um fracasso. E precisamente por isso ela é relevante, pois nos permitiu compreender até que ponto o ideal da monarquia católica universal tinha força para justificar as pretensões políticas de Felipe II. Na geopolítica europeia, o confronto entre a Espanha e a França, os dois reinos mais poderosos, foi um verdadeiro laboratório para a reflexão sobre a razão de Estado. A reunião dos Estados Gerais de 1593, ao levar para o palco esses dois modelos políticos, consistiu na ocasião ímpar para analisar como os dois lados do conflito elaboraram os seus argumentos.

No interior dessa discussão, podemos perceber algumas nuances em relação às linguagens da razão de Estado mais endossadas entre os espanhóis e os franceses. Na Espanha, prevalece uma definição mais ou menos consensual, teorizada por Botero, de que a razão de Estado se tratava de um conjunto de procedimentos e regras que garantiam a conservação do Estado. Nesse sentido, o debate principal travado entre os agentes que estudamos foi precisamente sobre qual era o primeiro fundamento que garantia essa conservação. Em grande medida, a tratadística ibérica sustentava que a religião era o pilar básico do Estado. Mas essa simples afirmação não resolvia de todo o problema, pois faltava encontrar a justa medida entre a política e a moral cristã. Foi o que pretendeu fazer Juan Márquez, quando escreveu a obra *El gobernador Cristiano*, um manual sobre as matérias de Estado, sacadas das

Escrituras, para ver “hasta donde se podran usar sin offensa de la Religion.” Como vimos, se tratava mais de uma questão moral do que jurídica. Na Espanha, a disputa sobre os limites da autoridade real estavam bem assentados na tradição escolástica, que colocava o soberano acima da lei positiva, e no lema jurídico *poderío real absoluto*. Nesse momento, os espanhóis não se mostraram muito dispostos a deslocar o debate para o terreno jurídico, como fizera Bodin. O problema era de ordem moral. Talvez por isso, tiveram tanta dificuldade de entender porque os franceses se apegavam tanto às suas leis fundamentais.

Na França, ao contrário, o peso dado à lei enquanto ordenamento supremo da sociedade mudou a ênfase sobre a problemática da razão de Estado. Os historiadores franceses, ao discutir a questão, não hesitam em afirmar que a razão de Estado consiste na violação da lei, pelo soberano, em nome da salvação do Estado. Nota-se, claro está, a contribuição de Jean Bodin nesse ponto. A questão tinha tanto relevo que a Liga Católica pressionou o rei Henrique III a encaminhar aos Estados Gerais de Blois a petição para decretar o catolicismo como lei fundamental do reino. E o principal confronto que ocorreu nos Estados Gerais de 1593 foi em torno da lei sálica. Para Felipe II e seus consultores jurídicos, a lei sálica era pura invenção; para os franceses, era lei fundamental do reino. Apesar das várias advertências que recebeu sobre a férrea defesa dos costumes e leis fundamentais no reino francês, Felipe II preferiu ignorar os avisos e iniciar a campanha pela candidatura da infanta. O desenlace não poderia ser diferente: no dia 26 de junho de 1593, um *arrêt* do Parlamento de Paris decidiu a sorte da última aventura imperialista de Felipe II.

No meio dessa polêmica se encontravam os três ministros do Rei Católico, Juan Bautista de Tassis, o duque de Feria e Diego de Ibarra. Como vimos no capítulo 2, esses pertenciam aos círculos letrados da época, escreveram textos políticos, trocaram manuscritos e obras impressas. As conexões entre a cultura política e a cultura escrita são mais que evidentes na figura de Justo Lúpsio, que procurou o apoio e proteção dos poderosos na corte de Bruxelas e Madrid. Juan Bautista de Tassis era próximo ao grupo de Justo Lúpsio e ambos compartilhavam o clamor pela paz. Desse autor, Tassis extraiu

boa parte dos argumentos políticos de sua obra, *Discours sur la paix et la guerre*. O elo entre ambos estava claro: a preocupação mais imediata era criar as condições para um acordo de paz entre a Monarquia Hispânica e os rebeldes do norte. Mas Lípsio também procurou estreitar os laços com o duque de Feria e Diego de Ibarra. Em uma carta ao amigo Juan Martínez Verastegui, disse que havia enviado uma cópia do seu livro, *De Militia*, a Diego de Ibarra e que havia sido recebido na corte bruxelense pelo duque de Feria e Esteban de Ibarra.⁸²⁷ Lípsio não teria conseguido impressionar o duque de Feria: segundo contou *don* Carlos Coloma, o duque de Pastrana, Ruy Gómez de Silva, havia deixado Feria como seu testamentário. Quando faleceu, o duque de Pastrana havia escolhido Justo Lípsio, “fênix de nuestros tiempos de la Germania inferior y memorable en los futuros”, como tutor do seu herdeiro. Feria, no entanto, contrariou a vontade do duque e levou o menino de volta para a Espanha.⁸²⁸

O círculo do duque de Feria incluía *don* Diego, Pedro de Ribadeneyra, o duque de Sessa e Marco Antonio de Camos. Podemos dizer que era um grupo erudito, que estudava Cícero e Platão, e que eram também afeitos, até um certo ponto, ao neoestoicismo de Lípsio. Já vimos como Feria admirava a obra de fray Luis de Granada, chamado de Cícero cristão, e teceu louvores à obra de Juan Márquez, *Los dos estados de la espiritual Hierusalem*. Fica claro que d. Loenzo estava interessado em leituras espirituais e procurou patrocinar autores desse tipo de obra. Ribadeneyra escreveu o *Tratado de la tribulación*, uma obra que se ancorava nos princípios neoestoicos para propor uma profissão da fé autocentrada e regulada pela meditação.

O duque don Lorenzo também se correspondeu com os jesuítas ingleses, aproximados pelo vínculo que esses tinham com a mãe do duque, Jane Dormer. No entanto, apesar do tom cordial das cartas, não verificamos uma identificação intelectual mais profunda nas mesmas. Tratavam

⁸²⁷ Justo Lipsio a Juan Martínez Verastégui. Lovaina, a 2 de septiembre de 1595. In: RAMÍREZ, Alejandro. Epistolario de Justo Lipsio y los españoles. (1577-1606) Madrid: Editorial Castalia, 1966.

⁸²⁸ COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho, hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*. A don Diego de Ibarra. Barcelona, a costa de Juan Simon mercader de libros, 1627. fol. 206. Em uma carta do duque de Sessa a Feria, ele disse que ficou sabendo que Feria ia levar consigo para Itália o “duquezito” de Pastrana por causa da morte do pai deste. IVDJ, E9, TII, DOC.94. De Roma, a 2 de março de 1596.

basicamente sobre as questões da Inglaterra e trocavam informações sobre o reino anglicano. Feria chegou a se incomodar com a influência que Creswell exercia sobre a sua mãe, levando-a a se imiscuir em negócios “suspeitos” dos exilados ingleses. Também Feria não concordou com a insistência da viúva em se mudar para Flandres, ao que creditava também ser pressão dos jesuítas.

O círculo próximo de *don* Diego de Ibarra era composto por seus camaradas, os veteranos das guerras nos Países Baixos e na França. Era um grupo letrado que, como vimos, pertenciam os historiadores Alonso Vázquez e *don* Carlos Coloma, além do próprio filho de Diego, Francisco de Ibarra. Decerto foi pelo perfil militar de Ibarra que Lísio resolveu lhe enviar uma cópia da sua obra *De Militia*.⁸²⁹ O grupo tinha como elo de identidade a arte da guerra. Uma das reflexões centrais que propuseram foi precisamente sobre as condições materiais para prover o exército e sustentar a guerra. Se fazia, nesse ponto, a reivindicação da arte militar como ciência, cujo saber se construía e fundamentava na experiência do campo de batalha.

O breve panorama que acabamos de apontar trata-se de um cruzamento da cultura política e da cultura escrita. Como podemos ver, o mundo dos agentes políticos da Monarquia Hispânica estava em constante comunicação. Entre uma rede e outra, circulavam manuscritos, impressos, ideias e pensamentos. Os interesses mútuos, as reflexões políticas e as leituras compartilhadas acabam tornando as referências cruzadas. Por exemplo, notemos a disseminação do neoestoicismo entre os agentes e seus interlocutores, mas distingue-se a ênfase política de Tassis e a ênfase espiritual de Feria. São diferenças e similitudes que identificamos que nos resulta difícil aplicar, ao pé da letra, a tipologia de José Antonio Fernández Santamaría, que dividiu os teóricos da razão de Estado entre eticistas e realistas. A realidade era algo mais complicada.

Como destacamos ao longo da tese, a opção metodológica de falar sobre as linguagens da razão de Estado, ao invés do termo mais corrente *teoría da razão de Estado*, tem a ver precisamente com esses matizes e nuances que observamos. As linguagens, como afirmou Pocock, são mais sub-linguagens, e nos permite a autonomia e flexibilidade de identificar essas

⁸²⁹ *Justo Lipsio a Juan Martínez Verastégui*. Lovaina, a 12 de septiembre de 1595. In: RAMÍREZ, Alejandro. Op. cit. p. 156.

variações que ocorrem ao longo do tempo. Agora, tratando especificadamente dos três ministros que privilegiamos nessa tese, notamos que de fato há uma divisão entre Tassis e Feria/Ibarra. Mostramos como Tassis estava mais preocupado com a conservação dos Países Baixos e propôs os meios para o estabelecimento da paz; dissemos que era defensor de uma razão de Estado pragmática. Por outro lado, nos discursos de Feria e Ibarra, nota-se o peso maior da religiosidade, do providencialismo e da angústia moral em torno dos reveses que ocorreram na França. Mas ainda assim, não defendiam a continuidade da guerra a qualquer custo. Como Tassis, se preocupavam com as condições materiais e reais de sustentar um conflito bélico. Mas para aqueles, o tratamento para com os rebeldes e hereges era um só: a força das armas.

A novidade maior, em relação às linguagens da razão de Estado que circulavam na Europa Ocidental, foi a maneira como os jesuítas ingleses sistematizaram e hierarquizaram as tais regras de Estado. A razão de Estado aparecia como princípio que garantia o equilíbrio entre as potências. Isso porque a ambição e *gelosía* dos príncipes serviria como contraponto umas às outras. Assim, atuariam para impedir que uma nação se sobrepusesse à outra. Aqui, a razão de Estado aparecia como uma fórmula neutra, que inclusive foi destacada por Joseph Creswell como um dos pontos favoráveis à aclamação da infanta Isabel Clara como rainha da Inglaterra. Toda essa discussão sobre o interesse dos Estados que atuaria como uma balança de poder foi teorizada apenas no século XVII. No final desse século, o jurista catalão, Miguel de Salvador, elaborou uma “ideia de equilíbrio de poderes assente sobre a máxima do interesse dos Estados”.⁸³⁰ No entanto, os argumentos já estavam sendo elaborados pelos jesuítas cem anos antes.

A despeito das diferenças, podemos destacar um princípio comum a todos os agentes que estudamos, incluindo também os *politiques*: nenhuma saída se concebia fora da monarquia absoluta. Lúpsio, Botero, Du Vair e Bodin compartilham o horror da guerra civil. E as linguagens da razão de Estado,

⁸³⁰ IÑURRITIGUI RODRÍGUEZ, José María. *A Verdad Política e a razão do interesse dos Estados*. In: MARTÍN MARCOS, David. IÑURRITIGUI RODRÍGUEZ, José María. CARDIM, Pedro. (orgs.) *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015. pp. 245-262. p. 247.

mesmo com seus matizes, tinham como principal fundamento a conservação do Estado. Os meios poderiam ser algo diferentes, mas o fim era um só. O século XVII deu continuidade a essa discussão. Foi o século de Pufendorf, Grotius, Locke, Descartes e Espinoza. Mas nota-se que não tem nenhum espanhol.

O fim da Guerra dos 30 anos, estabelecido por meio do tratado de Vestfália, parecia colocar a Europa em segurança, garantindo o equilíbrio europeu, com a afirmação do princípio *cuius regio, eius religio*. No entanto, para Paul Harzard, a ruptura tinha sido mais profunda, instaurando-se no íntimo das consciências, semeando a noção da crítica: começava então o reino da dúvida.

FONTES

Bíblia de Jerusalém. Paulus: São Paulo, 2002.

ALAMOS DE BARRIENTOS, Baltasar. *Discurso al Rey nuestro señor Felipe III del estado que tiene sus reinos [...]*. 1598. BNE, MSS/983.

ÁLAMOS DE BARRIENTOS, Baltasar. *Tácito español ilustrado con aforismos*. Madrid: Luis Sánchez, 1614.

ALLEN, William. *An admonition to the nobility and the people of England and Ireland concerning the present warres made for the execution of his Holiness Sentence, by the Highe and mighthie Kinge Catolike of Spaine*. Antwerp, 1588.

ARISTÓTELES. *Política*. Edição Bilíngue. Lisboa: VEGA, 1998.

ARMENTA Y CORDOBA, Damián de. *Los tres libros de la guerra de Francia dirigidos y hechos por Damián de Armenta y Córdoba, caballero de Córdoba y de la casa de ella*. 1596. BNE, MSS/2126.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica. Livro I*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

AQUINO, Tomás de. Do reino ou do governo dos príncipes. Ao rei de Chipre. In: *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOÉCIO. *A Consolação da Filosofia*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

BOTERO, Giovanni. *Diez libros de la razon de estado: con tres libros de las causas de la grandeza, y magnificencia de las ciudades de Iuan Botero traduzido de italiano en castellano*. Por Antonio de Herrera y Tordesillas. En Madrid: por Luys Sanchez, 1593.

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BOTERO, Giovanni. *Aggiunte a la sua Ragion di Stato*. Venetia: Presso Gio. Battista Ciotti, MDC.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *Historia de Felipe II, rey de España*. Madrid: Imprenta Sucesores de Rivadeneyra, 1876. vol. I.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España, desde 1599 hasta 1614*. Madrid: Imprenta de J. Martin Alegría, 1857.

CAMOS, Marco Antonio de. *Microcosmia y gobierno universal del hombre Christiano para todos los estados y qualquiera dellos*. Barcelona: Pablo Malo, 1592.

Cartas de la venerable madre Sor María de Ágreda y del Señor Rey don Felipe IV. Madrid: Est. Tipográfico Sucesores de Ribadeneyra, tomo I, 1885.

CHIFLETT, Jules. *Les marques d'Honneur de la maison de Tassis*. A Anvers, en l'imprimerie plantinienne de Balthasar Moretus, M. DC. XLV.

CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CLIFFORD, Henry. *The life of the Duchess of Feria*. London: Burns & Oats, 1887.

COCK, Enrique. *Epistolario II*. In: SÁNCHEZ GONZALES, Antonio (ed). Alcañiz: Instituto de Estudios Humanísticos; Madrid: CSIC; Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidad, Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses; 2014.

COLOMA, Carlos. *Las guerras de los Estados Baxos desde el año de mil y quinientos ochenta y ocho, hasta el de mil y quinientos noventa y nueve*. A don Diego de Ibarra. Barcelona, a costa de Juan Simon mercader de libros, 1627.

CORNEJO, Pedro. *Discurso y breve relacion de las cosas acontecidas en el cerco de la famosa villa de Paris [...]*. En Bruxellas, en la casa de Roger Velpio, 1591.

COVARRUBIAS, Sebastian de. *Tesoro de la lengua castellana, o español. Compuesto por el licenciado Don Sebastian de Cobarruvias Orozco, Capellán de su Magestad; Mastrescuela y Canonigo de la Santa Iglesia de Cuenca, y*

Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N. S. Año del Señor M.DCXI.

CROMÉ, François. *Dialogue d'entre Le Maheustre et le Manant, contenant les raisons de leur debats et questions en ses presens troubles en royaume de France.* 1594.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Primera parte de las varias epístolas, discursos y tratados de Antonio de Herrera a diversos claros varones: las cuales contienen muchas materias útiles para el gobierno político y militar, con un elogio de la vida y hechos de Cristóbal Vaca de Castro, del Consejo Supremo y Gobernador de los Reinos del Perú.* BNE. MSS/1035.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia de Antonio de Herrera, criado de Su Magestad, y su coronista mayor de las Indias, de los sucesos de Francia, desde el año de 1585 hasta el fin del año de 1594.* En Madrid, por Lorenço de Ayala, 1598.

LIPSIO, Justo. *Políticas.* (Estudio preliminar y notas de J. P. Echevarría y Modesto López). Traducción de Bernardino de Mendoza. Madrid: Tecnos, 1997.

LIPSI, Justi. *Dissertaiuncula apud Principes. Item C. Plini Panegyricus Liber Trajano dictus.* Antuerpiae: Ex Officina Plantiniana, apud Joannem Moretum, 1599.

L'HOSPITAL, Michel. *Gouverner la haine. Discours politiques pendant les guerres de religion. 1560-1568.* Clermond-Ferrand: Éditions Paleo, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe.* São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.* São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARQUEZ, Juan. *El governador Christiano deducido de las vidas de Mousen, y losue, príncipes del Pueblo de Dios.* Madrid: por Teresa Iunti, impressora del rey nuestro señor, M.DC.XXV.

MENDOZA, Bernardino de. *Comentarios de don Bernardino de Mendoça, de lo sucedido en las Guerras de los Payfes Baxos, desde el año de 1567 hasta el de 1577*. Madrid, por Pedro Madrigal, 1592.

MENDOZA, Bernardino de. *Theórica y Pratica de guerra*. Madrid: por Pedro Madrigal, 1595.

POLIBIO. *Historias*. Libros V-XV. Madrid: Editorial Gredos, 1981

POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

QUEVEDO, Francisco de. *A Hora de Todos e a fortuna com inteligência*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

RIBADENEIRA, Patris Petri. *Confessiones, Epistolae Aliaque Scripta Inedita*. Matriti: Officina Typographica "la Editorial Iberica", 1923. Tomo II.

RIBADENEYRA, Pedro de. *Historias de la Contrarreforma*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1945.

RIBADENEYRA, Pedro de. *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el príncipe cristiano para gobernar y conservar sus estados. Contra lo que Nicolás Maquiavelo y los políticos de estos tiempos enseñan*. Madrid: Pedro de Madrigal, 1595.

RIBERA, Francisco Álvarez de. *Sobre los derechos de la Infanta Isabel Clara sobre el Ducado da Bretaña. 1589*. BNE. MSS/18633/22.

SAAVEDRA FAJARDO, Diego de. *Empresas Políticas*. Edición, introducción y notas de Francisco Javier Díez de Revenga. Madrid: Planeta, 1988.

SALÚSTIO. *Conjuração Catilina*. In: *Obra Completa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

SANDOVAL, Prudencio de. *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V, Rey de España*. (1634) Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1959. Vol. 80 e 82.

SÉNECA. *Sobre la Clemencia*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

TACITO, Cornelio. *Los Cinco Primeros Libros de los Annales de Cornelio Tacito, que comienzan desde el fin del Imperio de Augusto, hasta la muerte de Tiberio*. Traducidos de lengua latina en castellana por Antonio de Herrera y Tordesillas, [...]. En Madrid: por Juan de la Cuesta, 1615.

TACITUS, Cornelius. *The Annals. The Reigns of Tiberius, Claudius, and Nero*. BARRET, Anthony. (ed) New York: Oxford University Press, 2008.

TAXIS, Jean Baptiste. *Discours sur la paix et la guerre, polittie et gouvernement, et plusieurs autres matièeres*. Bruxelles: Rutger Velpius & Hubert Antoine, 1612.

TASSIS, Joannis Baptistae de. *Commentariorum de tumultibus Belgicis sui temporis. Libri Octo*. In: VAN PAPENDRECHT, Corneli Pauli Hoyneck. *Analecta Belgica*. La Haya, 1743. Tomo II. pp. 119-600.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VALLE DE LA CERDA, Luys. *Avisos en materia de Estado y Guerra para oprimir rebeliones, y hazer pazes con enemigos armados, o tratador con subditos rebeldes*. En Madrid, en casa de Pedro Madrigal, 1599.

VÁZQUEZ, Alonso. *Los sucesos de Flandes Y Francia del tiempo de Alejandro Farnesio*. [1614]. CODOIN, Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1879. Tomos LXXII e LXXIII. CODOIN, Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1880. Tomo LXXIV.

VERA Y ZUÑIGA, Juan de Vera. *El Embaxador*. En Sevilla, por Francisco de Lyra, 1620. fol. 99v.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, GIORGIO. *O reino e a glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: BOITEMPO, 2011.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

ÁLVAREZ-NOGAL, Carlos. CHAMLEY, Christophe. Debt policy under constraints: Philip II, the Cortes and Genoese bankers. In: *Economic History Review*, 67, 1 (2014), pp.192-213.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ANTÓN MARTÍNEZ, Beatriz. *El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de receptio*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1991.

AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. Paulus: São Paulo, 2008.

AUBERT-BAILLOT, Sophie. De la φρόνησις à la prudentia. In: *Mnemosyne*, 68, 2015. pp. 68-90.

BALDINI, A. Enzo. Botero e la Francia. In: *Botero e la 'Ragion di Stato'. Atti del convegno in memoria di Luigi Firpo (Torino 8-10 marzo 1990)*. BALDINI, A. Enzo (ed). Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1992. pp. 335-359.

BARNAVI, Élie. *Le partie de Dieu. Étude sociale et politique des chefs de la Ligue parisienne (1585-1594)*. Bruxelles-Louvain: Nauwelaerts, 1980.

BARON, Hans. *En busca del humanismo cívico florentino. Ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BERLIN, Isaiah. A originalidade de Maquiavel. In: *Estudos sobre a humanidade. Uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp.349-356.

BLACK, Antony. *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BOCK, Gisela. SKINNER, Quentin. VIROLI, Maurizio. (eds) *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOUCHER, Jacqueline. BILOGHI, Dominique. JOUANNA, Arlette. LE THIEC, Guy. *Histoire et Dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Éditions Robert Laffont S. A., 1998.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Monarchie en lettres d'imprimerie. Typographie et propagande au temps de Philippe II. In: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 41, n°2, avril-juin 1994. pp. 206-220.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y Propaganda. Capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Editora Martins Fontes, 1984. vol II.

BRUNET, Serge. ¿Una religiosidad hispánica en Francia y en Europa en los siglos XVI y XVII? In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. (coord.) *Las vicindades de las Monarquías ibéricas*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013

BRUNET, Serge. Entre la armada invencible y las barricadas parisinas. Felipe II y la Liga. In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier & DUBET, Anne. Op. cit.

BRUNET, Serge. Philip II et la ligue parisienne (1588). In: *Revue Historique*, t. CCC-XII, 2010/4, n°656. pp.795-844.

BURKE, Peter. *As Fortunas d'O Cortesão. A recepção europeia a O Cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CALVAR GROSS, Jorge. GONZÁLEZ-ALLER HIERRO, José Ignacio. FONTÁN DE DUEÑAS, Marcelino. MÉRIDA VALVERDE, María del Campo. Batalla del Mar Océano. Génesis de la Empresa de Inglaterra de 1588. Volumen I (28 de junio 1568 – 30 de enero 1586). Madrid: Turner Libros, S. A., 1998.

CANO ECHEVARRÍA, Berta. SÁEZ HIDALGO, Ana. REDWORTH, Glyn. HUTCHINGS, “Comfort without offence”? The Performance and Transmission of Exile Literature at the English College, Valladolid, 1592–1600. In: *Renaissance and Reformation*. 31.1, 2008. pp. 31-67.

CÁRCELES DE GEA, Beatriz. El recurso de fuerza en los conflictos entre Felipe II y el papado. La plenitudo quaedam iuris. In: *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Hist^a Moderna, t.13, 2000. pp.11-60.

CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. In: *Lusitania Sacra*, 2^o série, 11, 1999. pp.21-57. p. 34.

CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares da. COSTA, Leonor Freire. (orgs) *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração de conflito*. Lisboa: CHAM; CIDEHUS; Red Columnaria, 2013.

CARLOS, Luis de. *Alexander. La extraordinaria historia de Alejandro Farnesio*. Barcelona: Editorial Planeta, 2018.

CARPI, Olivia. *Les Guerres de Religion (1559-1598). Un conflit franco-français*. Paris: Ellipses Éditions, 2012.

CENTENERO DE ARCE, Domingo. *Entre la teoría y la práctica de las razones de Estado católica: Las últimas Cortes de Felipe II*. In: *Res Publica*, 19, 2008, pp.263-273.

CHABOD, Federico. *Escritos sobre el renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

CHABOD, Federico. *Carlos V y su Imperio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CLAVERO, Bartolomé. *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.

CRESPO SOLANA, Ana. HERRERO SÁNCHEZ, Manuel. (coords.) *España y las 17 provincias de los Países Bajos. Una revisión historiográfica (XVI-XVIII)*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2002. Tomo I.

CHRISTIN, Olivier. *La paix de religion. L'autonomisation de la raison politique au XVIe siècle*. Paris: Seuil, 1997.

CORBETT, Theodore G. The Cult of Lipsius: A Leading Source of Early Modern Spanish Statecraft. In: *Journal of the History of Ideas*, vol. 36, n.º 1, 1975.

CROUZET, Denis. *La sagesse et le malheur. Michel de L'Hospital, chancelier de France*. Seyssel: Champ Vallon, 1998.

CROUZET, Denis. Les Guerriers de Dieu. *La violence au temps des troubles de religion. Vers 1525-1610*. Seyssel: Champ Vallon, 2005.

CROUZET, Denis. *Le haut coeur de Catherine de Médicis. Une raison politique aux temps de la Saint-Barthélemy*. Paris: Bibliothèque Albin Michel, 2005.

CROUZET, Denis. *Dieu en ses royaumes. Une histoire des guerres de religion*. Seyssel: Champ Vallon, 2008.

DESCENDRE, Romain. Raison d'État, puissance et économie. Le mercantilisme de Giovanni Botero. In: *Revue de métaphysique et de morale*. 2003/3, n° 39. pp.311-321

DESCIMON, Robert. Qui étaient les Seize ? Mythes et réalités de la Ligue parisienne (1585-1594). In: *Memoires de la Federation des societes historiques et archeologiques de Paris et Ile-de-France*, t. XXXIV. Paris: Klincksieck, 1983. pp. 7-300.

DESCIMON, Robert. RUIZ IBAÑEZ, José javier. *Los franceses de Felipe II. El exilio católico despues de 1594*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ECHEVERRÍA, J. P. *La razón de Estado en Espana: Siglos XVI – XVII*. Selección y edición de Jesús Castillo Vegaset al. Madrid: Tecnos, 1998.

ELLIOTT, John. *A Europa dividida. 1559-1598*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

ELLIOTT, John. *A Europe of Composite Monarchies*. In: *Past and Present*, 137, 1, 1992. 48-71.

ELLIOTT, John. *La España imperial*. Barcelona: Ediciones Vicens Vives, 2005.

ELLIOTT, John. *España y su mundo. 1500-1700*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

ELLIOTT, John. *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*. Barcelona: Crítica, 2012.

ELLIOTT, John. *La rebelión de los catalanes. Un estudio sobre la decadencia de España. 1598-1640*. Madrid: Marcial Pons, 2014.

ESCUADERO, José Antonio. *Filipe II y el gobierno de la monarquía*. In: *Corte y monarquía en Espanha*. GONZALEZ, M^o Dolores S. Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, S. A. Universidad Nacional de Educación a distancia, 1999.

ESTEBAN ESTRÍNGANA, Alicia. De Capitanías Generales a Tesorerías Militares. El control financiero y sus dilemas en tiempos de Alejandro Farnesio. (siglo XVI). In: *Estudis. Revista de Historia Moderna*, 41, 2015, pp. 9-42.

EZQUERRA Revilla, Ignacio. *El Consejo Real de Castilla bajo Felipe II. Grupos de poder y luchas faccionales*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000. 180

FALCON, Francisco. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro F. & MALERBA, J. Representações. *Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragments de monarquía. Trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Católicos antes que ciudadanos. Gestación de una política española en los comienzos de la Edad Moderna. In: FORTEA PÉREZ, José Ignacio (coord). *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la Corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*. Santander: Universidad de Cantabria, 1997. pp. 103-127.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2008.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Entre la razón católica y la razón de estado. Senderos de la *raison politique* en la Monarquía de España. In: BÉLY, Lucien. HAAN, Bertrand. JETTOT, Stéphane. (eds) *La paix des Pyrénées (1659) ou le triomphe de la raison politique*. Paris: Les classiques Garnier, 2005. pp. 37-49.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. La crisis de la Monarquía. In: FONTANA, Joseph. VILLARES, Ramón. (eds) *Historia de España*, tomo 4. Barcelona: Critica/Marcial Pons, 2009.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Tres embajadores de Felipe II en Inglaterra*. Madrid: CSIC/Instituto Jerónimo Zurita, 1951.

FERNÁNDEZ SANTAMARIA, José Antonio. *Razón de Estado y política en el pensamiento español del barroco. (1595-1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

FERNÁNDEZ SANTAMARIA, José Antonio. *El estado, la guerra y la paz. El pensamiento político español en el renacimiento. 1516-1559*. Madrid: AKAL, 1988.

FIGUEROA Y MELGAR, Alfonso. Los Suárez de Figueroa, de Feria y Zafra. In: *Revista de Estudios Extremeños*, XXX, 1974. pp.493-524.

FRIGO, Daniela. Prudence and Experience: Ambassadors and Political Culture in Early Modern Italy. In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*. 31:1, winter 2008

FLORENZANO, Modesto. *Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente*. *Lua Nova*, São Paulo, 71: 11-39, 2007.

FORTEA PÉREZ, J. Ignacio. *Las Cortes de Castilla y León bajo los Austrias. Una interpretación*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCÍA GARCÍA, Bernardo. *La Pax Hispanica. Política exterior del duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996.

GARCÍA GARCÍA, Bernardo. Entre Vervins y la Tregua de Amberes. Estrategias de restauración en los Países Bajos meridionales. (1598-1621). In: RUIZ IBAÑEZ, José Javier. & DUBET, Anne. *Las monarquías española y francesa (siglos XVI-XVIII). Dos modelos políticos?* Madrid: Casa de Velázquez, 2010.

GARCÍA PRIETO, Elisa. *Una corte en femenino. Servicio áulico y carrera cortesana en tiempos de Felipe II*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2018.

GAUCHET, Marcel. *Les désenchantement du monde: une histoire politique de la religion*. Paris: Galimard: 1985.

GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016.

GIL PUJOL, Xavier. La razón de estado en la España de la contrarreforma. Usos y razones de la política. In: *La razón de estado en la España moderna*. València: Publicaciones de la Real Sociedad de Amigos del País, 2000

GIL PUJOL, Xavier. Las fuerzas del rey. La generación que leyó a Botero. In: RIZZO, Mario. RUIZ IBAÑEZ, José Javier. SABATINI, Gaetano. (eds.) *Le forze del príncipe: recursos, instrumentos y límites en la practica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica: Actas del seminario internacional*. Pavia, 22-24 de septiembre del 2000. Tomo II. Murcia: Universidad de Murcia - Servicio de publicaciones, 2004. pp.969-1022.

GIL PUJOL, Xavier. Concepto y práctica de república en la España moderna. Las tradiciones castellana y catalano-aragonesa. In: *Estudis. Revista de Historia Moderna*, nº 34, 2008. pp.111-148.

GRÊ PONCE, Denis Francisco. *La Moral y la Guerra. Los Cronistas de Flandes: Expresión de la Cultura Política de la Monarquía Hispánica (siglos XVI y XVII)*. Tese doctoral defendida en la Universidad de Murcia, 2015.

GRIERSON, Edward. *The Fatal Inheritance. Philip II and the Spanish Netherlands*. New York: Doubleday & Company, Inc, 1969. p. 224.

HAAN, Bertrand. Le laboratoire de la raison d'État: la diplomatie espagnole face à la France des premières guerres de Religion. In: *Revue d'histoire diplomatique*, t. 128, 2014. pp. 219-230.

HANSEN, João Adolfo. *Agudezas Seiscentistas e Outros Ensaio*s. São Paulo: EDUSP, 2019.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984.

HICKS, Leo. S.J, *Letters and memorials of Father Robert Persons, SJ.*, vol.1, London, Catholic Record Society, 1942.

HOFFMAN, Philip e NORBERG, Kathrin. *Fiscal Crises, liberty and representative government 1450 – 1789*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

HOLT, Mack P. *The duke of Anjou and the politique struggle during the wars of religion*. Cambridge University Press, 2002.

HOLT, Mack P. *The French wars of religion in France. 1562-1629*. New York: Cambridge, 2005.

HUSEMAN, William H. The Expression of the Idea of Toleration in French during the Sixteenth Century In: *The Sixteenth Century Journal*, Vol. 15, No. 3 (Autumn, 1984), pp. 293-310.

IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. «El intento que tiene S.M. en las cosas de Francia». El programa hispano-católico ante los Estados Generales de 1593. In: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, H.^a Moderna, t.7, 1994. pp.331-348.

IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. Hercules y el Minotauro: La paz de Flandes y la razón católica de religión. In: *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI: Congreso Internacional*. RIBOT GARCÍA, Luis Antonio; BELENGUER CEBRIÀ, Ernest. (orgs) Sociedad Estatal Lisboa '98. Vol. 5, 1998 (El área Atlántica. Portugal y Flandes), ISBN 84-923834-6-1, pp. 233-25.

IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneyra*. Madrid: UNED, 1998.

IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. A verdade política e a razão do interesse dos Estados. In: MARTÍN MARCOS, David. IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José Maria. CARDIM, Pedro. (orgs.) *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015. pp.245-262.

KAHN, Victoria. *Machiavellian Rhetoric: From the Counter-Reformation to Milton*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KAMEN, Henry. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

KANTOROWICZ, Ernest. Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOENIGSBERGER, Helmut. G. *The Habsburgs and Europe 1516 – 1660*. London: Cornell University, 1971.

KOENIGSBERGER, Helmut. G. El arte del gobierno de Felipe II. In: *Rev. de Occidente*, 107, 1987. pp.127-159

KOENIGSBERGER, Helmut. G. Monarchies and parliaments in early modern Europe. *Dominium Regale or Docminium Politicum et Regale*. In: *Theory and Society*, nº 2, vol 5, 1978. pp.191-217.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed.PUC-Rio, 2006.

LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado monárquico. França:1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEFORT, Claude. *Pensando o político. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991

LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial.

LE ROUX, Nicolas. *Les guerres de religion*. Paris: PUF, 2016.

LOOMIE, Albert J. *The Spanish Elizabethans. The english exiles at the court of Philip II*. New York: Fordham University Press, 1963.

MARAÑÓN RIPOLL, Miguel. La razón de estado, el intelectual y el poder en un texto de Quevedo. In: *CRITICÓN*, n.93, 2005. pp.39-59

MARAVALL, José Antonio. *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y mentalidad social*. Madrid: Alianza Editorial, 1986. Vols I e II.

MARCOCCI, Giuseppe. O modelo do império romano. Maquiavel em Portugal. In: *A consciência de um império. Portugal e seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARTÍNEZ MILÁN, José. CARLOS MORALES, Javier de. (eds.) *Felipe II (1527-1598). La configuración de la Monarquía Hispana*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1998.

MARTÍNEZ MILLÁN, José. La corte de la Monarquía Hispánica. In: *Studia Historica. Historia Moderna*. 28, 2006. pp.17-61.

MARCOS MARTÍN, Alberto. De Monarquía Compuesta y Reinos descompuestos: La idea de conservación y las enajenaciones del patrimonio régio en la Castilla de los siglos XVI y XVII. In: *Actas de la XI reunión científica de la fundación española de historia moderna*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.

MARCOS MARTÍN, Alberto. Enajenaciones del patrimonio regio, poder real y condiciones de millones durante el reinado de Felipe III (1598-1621). In: SORIA MESA, Enrique. BRAVO CARO, Juan Jesús. DELGADO BARRADO, José Miguel. (coords) *Las élites en la época moderna: la monarquía española. Nuevas Perspectivas*. vol. 1. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009. pp.113-132.

MATTINGLY, Garret. International diplomacy and international law. In: WERNHAM, R. B (ed). *The new Cambridge modern history. The counter-reformation and price revolution. 1559-1610*. Vol III. Cambridge: Cambridge University press, 1971.

McCOOG, Thomas. S.J. *The society of Jesus in Ireland, Scotland and England 1541 – 1588 'Our way of proceeding'?* Leiden, New York, Koln: BRILL, 1996.

McLLWAIN, Charles Howard. *Constitucionalism: Ancient and Modern*. Indianapolis: Liberty fund, 2008.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal: 1581 e 1619*. São Paulo: Alameda, 2004.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as Relaciones de Sucesos e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. (org). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MEGIANI, Ana Paula Torres & ALGRANTI, Leila Mezan. (coord) *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. (séc. XVI-XIX)* São Paulo: Alameda, 2009.

MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism. The doctrine of raison d'état and its place in modern history*. London: Routledge and Kegan Paul, 1954.

PAGDEN, Anthony. (ed) *The languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

PALLIER, Denis. *Recherches sur l'imprimerie à Paris pendant la Ligue, 1585-1594*. Genève: DROZ, 1975.

PALOMO, Francisco. As bases da confessionalização católica em Portugal: os poderes. In: *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizontes, 2006

PARDOS MARTÍNEZ, Julio. Juan Bodino. Soberanía y guerra civil confesional. In: VALLESPÍN OÑA, Fernando. (ed) *Historia de la teoría política. Estado y teoría política moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 2002. Tomo II. pp. 216-263.

PARKER, Geoffrey. *Philip II*. London: Sphere Books LTD, 1988.

PARKER, Geoffrey. *Imprudent King. A new life of Philip II*. New Haven, CT: Yale University Press, 2014.

PENZI, Marco. Loys Dorléans and the “Catholiques Anglois”: A Common Catholic History Between Violence, Martyrdom and Human and Cultural Networks”. In: *Culture & History Digital Journal*, 6, (1) : e004, 2017.

POCOCK, John. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

POCOCK, John. G. A. *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

POCOCK, John. G. A. *The machiavellian moment. The florentine political thought and the atlantic republican tradition*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1975.

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência. Inquisidores, Confessores, Missionários*. São Paulo: EDUSP, 2013.

RAMÍREZ, Alejandro. *Epistolario de Justo Lipsio y los españoles. (1577-1606)*. Madrid: Editorial Castalia, 1966.

RIBERA, Jean-Michel. *Diplomatie Et Espionnage. Les ambassadeurs du roi de France auprès de Philippe II. Du Traite Du Cateau-Cambresis (1559) a la Mort de Henri III (1589)*. Paris: Classiques Garnier, 2018.

RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, Antonio José. Guerra y alianzas en la lucha por la hegemonía europea durante la segunda mitad del siglo XVII. El papel de España. In: IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José María. RIBOT, Luis. (orgs) *Europa y los tratados de reparto de la Monarquía de España, 1668-1700*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2016

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n.30, 1995. pp-27-39.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUBIO MASA, Juan Carlos. *El mecenazgo artístico de la casa ducal de Feria*. Zafra: Editora Regional de Extremadura, 2001.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Felipe II y Cambrai: el consenso del pueblo. La soberanía entre la práctica y la teoría política. Cambrai 1595-1677*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2003.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. Alimentar a una hidra. La ayuda financiera española a la Liga católica en el norte de Francia. In: *Banca, Crédito y Capital. La Monarquía Hispánica y los antiguos Países Bajos*. SANZ AYAN, Carmen. GARCÍA GARCÍA, Bernardo. (eds.) Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006. pp.181-203.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. (coord.) *Las vecindades de las Monarquías ibéricas*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. & DUBET, Anne. *Las monarquías española y francesa (siglos XVI-XVIII). Dos modelos políticos?* Madrid: Casa de Velázquez, 2010.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. *Laberintos de hegemonía. La presencia militar de la Monarquía Hispánica en Francia a finales del siglo XVI*. Valladolid: Colección Síntesis XV, 2012.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. Entre Aguirre y el Gran Rey. Los discursos de la elección de Felipe II al trono de Francia en 1591. In: MARCOS MARTÍN, Alberto. (coord) *Hacer historia desde Simancas. Homenaje a Jose Luis Rodríguez de Diego*. Valladolid, Junta de Castilla y León. 2011. pp.701-724.

RUIZ IBAÑEZ, José Javier. Una Monarquía sin razón... de Estado. Los escritos tardíos de Jean Boucher. In: *Res Publica*, n.19, 2008. pp. 157-173.

RUSSEL, Conrad. Monarquías, guerras y parlamentos en Inglaterra, Francia y España. 1580-1640. In: *Revista de Cortes Generales*, nº 6, 1985. pp. 231-254.

STEIL, Carlos Alberto. Para ler Gauchet. In: *Religião e Sociedade*. n.16/3, 1994. pp.24-49.

SEHELLART, Michel. *As Artes de Governar*. 01ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

SEHELLART, Michel. *Machiavélisme et raison d'état*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1989.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. Intellectual History, Liberty and Republicanism: An Interview with Quentin Skinner. *Contributions to the history of concepts*, n. 3 (2007), 103-123.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: *History and Theory*, vol 8, nº 1, 1969. pp3-53.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SOLL, Jacob. The reception of The Prince 1513-1700, or Why we understand Machiavelli the way we do. In: *Social Research*, vol. 81, nº 1, 2014. pp. 31-60.

SOUZA, Bruno Silva de. Maquiavel combatido: Razão de Estado na Península Ibérica. In: SALATINI, Rafael & DEL ROIO, Marcos. (orgs.) *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014.

SUTHERLAND, N. M. *Henri IV de France and the politics of religion. 1572-1596*. Bristol (UK), Portland (USA): ELM BANK, 2002. Vol. I.

THOMPSON, I. A. A. *Oposición política y juicio del gobierno en las Cortes de 1592-98*. In: *Studia Historica, Historia Moderna*. 17, 1997, pp.37-62.

TIERNO, Patrício. La justicia y los antiguos griegos. In: *Anacronismo y Irrupción. Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna*, vol.1, nº1, noviembre de 2011 a mayo de 2012. pp.11-43.

TIERNO GALVÁN, Enrique. El tacitismo en las doctrinas políticas del siglo de oro español. In: Murcia: *Anales de la Universidad de Murcia*. (Curso 1947-1948), 1949. pp.895-988.

TOMÁS y VALIENTE, Francisco. La venta de oficios publicos en Castilla durante los siglos XVII y XVIII. In: *Gobierno y instituciones en la España del Antiguo Régimen*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

TRUMAN, Ronald W. *Spanish Treatises on government, society and religion in the time of Philip II: The "The Regime Principum" and associated traditions*. Leiden; Boston ; Köln: BRILL, 1999.

TUCK, Anthony. *Crown and nobility. England 1272-1461*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

TUTINO, Stephania. The political thought of Robert Person's Conference in continental context. In: *The Historical Journal*, vol.52, n.1, 2009, pp.43-62.

ULLMAN, Walter. *Principios del gobierno y política en la Edad Media*. Madrid: Biblioteca de Política y Sociología, 1971.

VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. La Biblioteca de Lorenzo Suparez Figueroa, III Conde de Feria (1528). pp.283 – 304. In: *Documentos/Actas. Congreso Conmemorativo del VI Centenario del Señorío de Feria. (1394-1994)*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 1996.

VALENCIA RODRÍGUEZ, Juan Manuel. *El poder señorial en la edad moderna: la casa de Feria (siglos XVI – XVII)*. Tesis doctoral, Universidad de Sevilla, 2008. Vol I, II y III.

VAN GELDEREN, Martin. *The Political Thought of Dutch Revolt. 1555-1590*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

VAN HOUDT, Toon. Justus Lipsius and the Archdukes Albert and Isabella. In: *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, nº 68, 1998. pp. 405-432.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Ontologia e História: escritos de filosofia VI*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Raízes da modernidade: escritos de filosofia VII*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

- VAZ, Henrique C. de Lima. *Ética e Política*. In: *Síntese*, n.29, 1983. pp.5-10.
- VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004.
- VIENNOT, Eliane. *Marguerite de Valois. "La reine Margot"*. Paris: Perrin, 2005.
- VIROLI, Maurizio. *From politics to reason of State. The acquisition and transformation of the language of politics. 1250-1600*. Cambridge (NY): Cambridge University Press, 1992.
- VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Convergencias y Conflictos. La Monarquía Católica y la Santa Sede. (siglos XV-XVIII)* In: *Studia Historica. Historia Moderna*, 26, 2004. pp.155-190
- VIVES, J. VICENS. *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*. In: HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984.
- YATES, Francis. *El arte de la memoria*. Madrid: Siruela, 2005.
- WEINREICH, Spencer J. (ed) *Pedro de Ribadeneyra's Ecclesial History of the Schism of the Kingdom of England. A Spanish Jesuit's History of the English Reformation*. BRILL: Leiden; Boston, 2017.
- ZARCA, Yves Charles. *Raison et déraison d'Etat. Théoriciens et théories de la raison d'Etat aux Xvie et Xviiè Siècles*. Paris: PUF, 1994.
- ZARCA, Yves Charles. *Philosophie et politique à l'âge classique*. Paris: PUF, 1998.
- ZARCA, Yves Charles. *Les fondements philosophiques de la tolérance en France et en Angleterre au XVII^e siècle*. Tome I. Études. Paris: PUF, 2002.